

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

VIRGÍLIO COELHO DE OLIVEIRA JÚNIOR

**O FIO DE ARIADNE: DESILUSÃO E SENSIBILIDADE POLÍTICA EM *OS MAIAS*,
DE EÇA DE QUEIROZ**

Belo Horizonte

2018

VIRGÍLIO COELHO DE OLIVEIRA JÚNIOR

**O FIO DE ARIADNE: DESILUSÃO E SENSIBILIDADE POLÍTICA EM *OS MAIAS*,
DE EÇA DE QUEIROZ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta

Belo Horizonte

2018

946.9
O48f
2018

Oliveira Júnior, Virgílio Coelho de

O fio de Ariadne [manuscrito]: desilusão e sensibilidade política em "Os Maias", de Eça de Queiroz / Virgílio Coelho de Oliveira Júnior. - 2018.

438 f.

Orientador: Luiz Carlos Villalta.

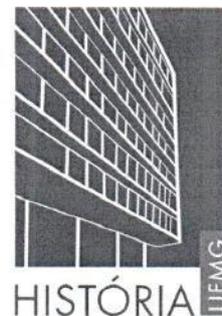
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2.Liberalismo – Teses. 3.Literatura e história - Teses. 4. Queiroz, Eça de,1845-1900.Os Maias. 5.Portugal – História – Teses. I. Villalta, Luiz Carlos, 1962- . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"O Fio de Ariadne: Desilusão e Sensibilidade Política em 'Os Maias', de Eça de Queiroz"

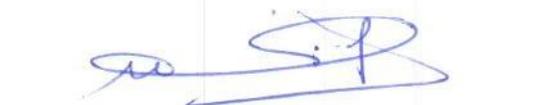
Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta - Orientador
UFMG


Profa. Dra. Eliana Regina de Freitas Dutra
UFMG


Profa. Dra. Virginia Maria Trindade Valadares
PUC-Minas


Profa. Dra. Marie-Noëlle Ciccía
Université de Montpellier 3 - Paul Valéry


Prof. Dr. Daniel Ribeiro Alves
Universidade Nova de Lisboa

Belo Horizonte, 10 de abril de 2018.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de doutorado que possibilitou a realização desta tese. Agradeço também ao referido órgão, pela bolsa de doutorado sanduíche, que me permitiu realizar boa parte da pesquisa documental e bibliográfica que deu suporte a este trabalho. Sou grato, ainda, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelos recursos destinados ao processo de internacionalização da produção do conhecimento dos programas de pós-graduação do estado. Enquanto a primeira agência de fomento me proporcionou um processo de aprendizado e de qualificação sem precedentes, a segunda foi essencial para ricas experiências de socialização e debate. Esses agradecimentos não são proforma. Fiz questão de lhes colocar em primeiro plano, pois, em tempos de golpismo desbragado, e estando a educação pública, gratuita e de qualidade ameaçada, o reconhecimento do investimento público não é apenas um direito, mas, principalmente, um dever. O meu percurso acadêmico – da graduação, iniciada em 2004, ao doutorado, desenvolvido desde 2013 –, se confunde com a trajetória de um país que, com percalços, dificuldades, realizações e frustrações, sonha(va) em ser melhor, em ser diferente. Mais do que nunca, tenho muito orgulho de que esse sonho esteja impresso nesta tese, de que esteja impresso em mim mesmo.

Se existe uma coisa que aprendemos depois de mais de uma década de formação acadêmica, é que não se faz nada sozinho. Nada! Dedico este trabalho e o que porventura venha dele frutificar, aos meus eternos mestres da graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Refiro-me, especialmente, à professora Liana Maria Reis, de quem fui monitor de Teoria e Metodologia de História; à professora Elizabeth Guerra Parreiras Baptista, pelo exemplo de paixão pela sala de aula; à minha primeira orientadora, professora Carla Ferreti Santiago; e a uma grande incentivadora, uma das responsáveis pela minha paixão pelos domínios de *Clio*, a professora Virgínia Maria Trindade Valadares. Dos tempos de PUC ainda tenho que registrar os meus agradecimentos à Camila Similhana e à Emanuela Antunes Bezerra, duas importantes companheiras de graduação.

Da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) levo igualmente um aprendizado sem tamanho. Tenho uma enorme gratidão a todos e a todas do Programa de Pós-Graduação em História da referida instituição. A começar por aqueles que, nos últimos anos,

coordenaram o Programa: os professores José Newton Coelho Meneses, Douglas Átila Marcelino e Luiz Carlos Villalta. A este, meu orientador, agradeço também por ter aceitado me orientar, por acreditar no meu trabalho e, acima de tudo, pela postura respeitosa mantida, que é aquela que se deve ter com um doutorando. Sempre me senti apoiado, incentivado, sem, contudo, ser tutelado por meio de uma relação assimétrica. Tive também outros incentivadores. Com a professora Kátia Gerab Baggio, aprendi que um pesquisador de história política precisa desenvolver uma sensibilidade fina; com a professora Heloisa Maria Murgel Starling, pude perceber a importância de se ousar numa pesquisa; com a professora Regina Horta Duarte, (re)aprendi que é preciso muita seriedade e competência para se publicar. Destaco, também, o papel da professora Eliana Regina de Freitas Dutra, pois, a partir do diálogo travado com ela, construí muitas das questões que estão nesta tese. Guardo por essas professoras e por todo corpo docente da Pós-Graduação em História da UFMG, a melhor das gratidões: a intelectual. E por falar nisso, mas também de uma acolhida generosa, registro, aqui, meus agradecimentos ao meu coorientador, professor Daniel Ribeiro Alves, da Universidade Nova de Lisboa (UNL), com quem tive a oportunidade de dialogar durante o doutorado sanduíche.

Mas ainda no que tange ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, é fundamental registrar o privilégio que tive de conviver com colegas de grande talento. O nosso programa foi reconhecido como uma referência, porque tem pesquisadores de primeira linha, incluindo aí o corpo discente. O meu muito obrigado a Ana Tereza Toledo, Átila Guerra, Bruno Vinícius de Moraes, Cássio Bruno, Danilo Patrício, Elisgardênia Chaves, Fabíula Sevilha, Felipe Malacco, Henrique Vertchenko, Inez Beatriz Martins, Juliana Simonato, Kellen Silva, Marina Helena Carvalho, Natália Ribeiro, Rute Torres, Thiago Prates, Yuri Simonini e Warley Gomes. A lista poderia ser maior. Entre as trocas intelectuais, as farras no *Maleta* e as desafinações no Karaokê, construímos relações que não se limitam às convenções acadêmicas.

É fundamental registrar a importância dos amigos de ontem, de hoje e de sempre. Aos queridos Camila Similhana, Clarissa Menna Barreto, Fernando Lima, Henrique Cruz, Laura Canedo, Pedro Gomes Dias Brito, agradeço pelo carinho. À Marina Correia Dias, grande companheira de várias jornadas, meu muito obrigado por dividir comigo o gosto pela vida e pela persistente mania de sonhar! E por falar em pessoas especiais, destacado a felicidade de viver com: Bernardo Ricci Salomé, Marco Túlio Salomé de Oliveira, Naiara Lílian Salomé de

Oliveira e Samara Salomé de Oliveira, respectivamente, meu sobrinho, meu irmão e minhas irmãs. Ao meu pai, Virgílio Coelho de Oliveira, e à minha mãe, Sônia Maria de Fátima Salomé de Oliveira, “todo amor que houver nessa vida”. Hoje e sempre!

Então que lhe ensinava você, abbade, se eu lhe entregasse o rapaz? Que não se deve roubar o dinheiro das algibeiras, nem mentir, nem maltratar os inferiores, por que isso é contra os mandamentos da lei de Deus, e leva ao inferno, hein? É isso?

Ouçã abbade. Toda a diferença é essa. Eu quero que o rapaz seja virtuoso por amor da virtude e honrado por amor da honra; mas não por medo às caldeiras de Pero Botelho, nem com o engodo de ir para o reino do céu...

D. Afonso da Maia, *Os Maias*

RESUMO

Esta tese trata da narrativa literária de Eça de Queiroz (1845-1900). Procura-se analisar, a partir da obra *Os Maias*, o processo de sensibilização (estética e política) – produto e produtor – de uma forma de compreender e dar sentido à realidade portuguesa. O romance foi publicado em 1888, após oito anos de criação, materializando a promessa feita pelo escritor de elaborar uma obra diferenciada. Considerando as palavras do próprio romancista, tratava-se de uma publicação que contivesse tudo que ele tinha “no saco”. Em função dessa expectativa, mas também por causa da história editorial e dos processos criativos articulados, a obra em questão apresenta-se como *metassíntese* da narrativa eciana: representativa do trabalho intelectual e da crítica empenhados. Tece-se, por meio dela, o acabamento de uma avaliação negativa em relação à modernização pela qual a sociedade lusitana havia passado a partir da consolidação do ordenamento liberal. De acordo com a lógica queiroziana, tais transformações teriam aprofundado os problemas portugueses seculares ao invés de os solucionarem. A elaboração dessa apreciação coincide com um percurso de desilusão em relação à possibilidade de construir uma saída para Portugal, correlacionando-se também às ambições literárias do autor: depois da publicação do romance em destaque, progressivamente em declínio. Evidencia-se que o percurso de degradação personificado pela família Maia na ficção pode ser compreendido como uma alegoria sobre o destino que estaria reservado para a sociedade portuguesa. Essa trajetória de decadência pode ser relacionada aos esforços civis (dentre os quais a própria obra literária) voltados para a formação de uma sociedade que pudesse construir novos horizontes. Tal desilusão, no entanto, aponta para uma expectativa subjacente em relação à força política monárquica que, em tese, escapava da degeneração imperante.

Palavras-chave: Eça de Queiroz; “Os Maias”; liberalismo; história de Portugal.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to examine Eça de Queiroz's (1845-1900) literary narrative. It intends to analyze, through the work *Os Maias*, the process of (aesthetic and political) sensitization – product and producer – of a way of understanding and providing meaning to the Portuguese reality. The novel was published in 1888, after eight years of preparation, materializing the author's commitment to elaborate a work set apart. Considering the novelist own words, a publication bearing all he had in “the bag”. According to this expectation, but also because of the combined editorial history and creative procedures, the publication under discussion appears as the *meta-synthesis* of queirozian narrative: underlying the committed intellectual work and critique. This narrative weaves the completion of a negative evaluation of the modernization process the Lusitanian society had endured since the consolidation of the liberal order. According to queirozian logic, those transformations would have deepened the Portuguese secular problems instead of settling them. The elaboration of this assessment concurs with a path of disillusionment regarding the possibility of building an exit to Portugal, in association with the author's own literary ambitions: after the issue of the highlighted novel, said ambitions gradually declined. The path of decay embodied in Maia family in fiction can be comprehended as an allegory of the destiny that would be reserved to Portuguese society. We defend that this path of decay is related to civil commitments (among which literary work itself) devoted to the upbringing of a society able to construct new horizons. Though, this disillusionment points to a subjacent expectation with regard to the monarchical political force, which, in thesis, escaped from the reigning degeneration.

Key-words: Eça de Queiroz; “Os Maias”; liberalism; History of Portugal.

RÉSUMÉ

Cette thèse examine le récit littéraire d'Eça de Queiroz (1845-1900). Nous cherchons à analyser, à partir du roman *Os Maias*, le processus de sensibilisation (esthétique et politique) – produit et producteur – d'une forme de comprendre et de donner du sens à la réalité portugaise. Le roman paru en 1888, après huit ans de préparation, matérialise la promesse de l'écrivain d'élaborer un travail à part. Compte tenu des mots du romancier lui-même, il s'agit d'une publication qui contiendrait tout ce qu'il avait "dans le sac". Tout en considérant cette attente, mais aussi l'histoire éditorielle et les processus créatifs impliqués, l'ouvrage en question se présente comme *métasynthèse* de la narration *ecienn*e: représentatif du travail intellectuel et de la critique consciencieux. À travers cet ouvrage, il s'achève une évaluation négative de la modernisation par laquelle avait traversé la société portugaise dès la consolidation de l'ordre libéral. Selon la logique queirozienne, telles transformations auraient renforcé les problèmes séculaires portugais au lieu de les régler. L'élaboration de cette appréciation coïncide avec un parcours de désillusion au regard de la possibilité de construire une issue pour le Portugal, tout en étant liée aux ambitions littéraires de l'auteur: après la parution du roman en évidence, lesdites ambitions progressivement déclinèrent. On souligne que le parcours de déchéance personnifié par la famille Maia dans la fiction peut être compris en tant qu'allégorie du destin qui serait réservé à la société portugaise. Cette trajectoire de déchéance peut être liée aux efforts civils (dont l'oeuvre littéraire elle-même) vis-à-vis de la formation d'une société capable de construire de nouveaux horizons. Cependant, telle désillusion indique une attente sous-jacente envers la force politique monarchique qui, en thèse, échappait à la dégénération dominante.

Mots-clés: Eça de Queiroz; "Os Maias"; libéralisme; histoire du Portugal.

Lista de Imagens

Imagem 1 – Gráfico 1: Total de citações nos romances	244
Imagem 2 – Gráfico 2: Total de citações nas correspondências	250
Imagem 3 – Gráfico 3: Os lugares de enunciação de Eça de Queiroz	254
Imagem 4 – Gráfico 4: Principais temas debatidos nos diálogos epistolares ecianos	260
Imagem 5 – Gráfico 5: Principais correspondentes de Eça de Queiroz, 1870-1875	263
Imagem 6 – Gráfico 6: Principais correspondentes de Eça de Queiroz, 1876-1880	264
Imagem 7 – Gráfico 7: Principais correspondentes de Eça de Queiroz, 1881-1885	265
Imagem 8 – Gráfico 8: Principais correspondentes de Eça de Queiroz, 1891-1895	266
Imagem 9 – Figura 1: Correntes de pensamento e debate epistolar eciano	269
Imagem 10 – Gráfico 9: Total de citações nos romances, durante o percurso criativo queiroziano	283
Imagem 11 – Figura 2: Citações nas correspondências de Eça de Queiroz, 1870-1887	288
Imagem 12 – Figura 3: Citações nas correspondências de Eça de Queiroz, 1888-1900	289

Lista de Siglas

AHD – Arquivo Histórico Diplomático

AU – Arquivo da Universidade de Coimbra

BN – Biblioteca Nacional de Lisboa

FEQ – Fundação Eça de Queirós

ACFM – *A Correspondência de Fradique Mendes*

ACS – *A Cidade e as Serras*

AC – *Alves & C.^a*

AICR – *A Ilustre Casa de Ramires*

AR – *A Relíquia*

ATRF – *A Tragédia da Rua das Flores*

MAN – *O Mandarim*

OCD – *O Conde de Abranhos*

OM – *Os Maias*

OMES – *O Mistério da Estrada de Sintra*

OCPA – *O Crime do Padre Amaro*

OPB – *O Primo Basílio*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: paixão e pesquisa nos encontros com a obra <i>Os Maias</i>	13
I. Apresentação do Tema	13
II. História e Literatura, Literatura e História: referenciais teóricos	24
III. A desconstrução da narrativa queiroziana: procedimentos metodológicos.....	43
IV. A estrutura da Tese.....	58
1. LIBERALISMO E REGENERAÇÃO NACIONAL: PORTUGAL NO SÉCULO XIX	62
1.1. Falhamos a vida!? A historiografia sobre Portugal no século XIX	62
1.2. Da fidelidade ao “trono” e ao “altar” para o “Vintismo”: os antecedentes da monarquia liberal	67
1.3. As matrizes do liberalismo: alguns apontamentos	75
1.4. Um início conturbado: as primeiras experiências liberais	86
1.5. A Regeneração e a consolidação da monarquia liberal	99
2. TRAJETÓRIAS E SENSIBILIDADES: EÇA DE QUEIROZ E A “GERAÇÃO DE 1870”	118
2.1. A questão coimbrã: entre a transgressão e a afirmação	121
2.2. “A alma encantadora das ruas”: o <i>Cenáculo Literário</i> e a boemia dos anos 1860 ...	144
2.3. <i>As Conferências do Casino</i> e a partilha do sensível	153
2.4. O projeto de moralização da nação: o grupo dos “vencidos da vida”	171
3. ENTRE O ESCRITOR E O ESCRIVINHADOR, ENTRE O PÚBLICO E O LEITOR: A “ESCRITA EDITORIAL” ECIANA E SUA CULMINÂNCIA NO ROMANCE <i>OS MAIAS</i>	177
3.1. Tempos de aprendizagem: as primeiras incursões literárias do jovem escritor	177
3.2. O escrevinhador assalariado: os contornos da escrita editorial eciana	191
3.3. Enfim o escritor? Livros, leituras e público leitor, à luz da urdidura d’ <i>Os Maias</i> ...	215
4. ASSIM SE CONSTRÓI A CIVILIZAÇÃO? O TRABALHO DE CITAÇÃO E A ELABORAÇÃO DA NARRATIVA QUEIROSIANA	242
4.1. Trabalho de citação, processos criativos e sociabilidade intelectual	242
4.2. Escrita literária, civilização e progresso: caminhos entrecruzados	277

5. ENTRE A PEDAGOGIA DO PROGRESSO E O OCASO DA NARRATIVA: A “CISÃO FÁUSTICA” NA OBRA <i>OS MAIAS</i>	287
5.1. Um silêncio revelador: as transformações no trabalho intelectual de Eça de Queiroz e as inquietações do contexto finissecular	287
5.2. A apropriação eciana de Goethe: entre a pedagogia do progresso, dos primeiros romances, à cisão fáustica, da obra <i>Os Maias</i>	314
5.3. Para além da inquietação fáustica: outros diálogos intertextuais na narrativa eciana após <i>Os Maias</i>	324
6. É UMA CASA PORTUGUESA, COM CERTEZA! <i>OS MAIAS</i> COMO ALEGORIA DA (DE) FORMAÇÃO LUSITANA	333
6.1. D. Afonso, ou as breves chamas liberais	336
6.2. Pedro da Maia, ou o fracasso da educação cristã	352
6.3. Carlos da Maia, ou o (derradeiro) fracasso da educação liberal	361
CONCLUSÃO: os últimos rastros de Ariadne	392
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	407

INTRODUÇÃO: paixão e pesquisa nos encontros com a obra *Os Maias*

I. Apresentação do Tema

Carlos Eduardo, um dos protagonistas do romance *Os Maias*, voltou a Portugal depois de uma temporada passada em outros países da Europa, além dos Estados Unidos da América e do Japão, viagem que realizou para tentar superar uma verdadeira tragédia familiar. Em Lisboa, juntamente com o seu amigo João da Ega, refletiu e concluiu que havia falhado:

– Falhámos a vida, menino!

– Creio que sim... Mas todo mundo mais ou menos a falha. Isto é, falha-se sempre na realidade aquella vida que se planeou com imaginação. Dize-se: <vou ser assim, porque a beleza está em ser assim>. E Nunca se é assim, é-se invariavelmente *assado*, como dizia o pobre marquez. Às vezes melhor, mas sempre diferente. [...]

Uma commoção passou-lhe n' alma, murmurou, travando do braço do Ega:

– É curioso! Só vivi dois annos n' esta casa, e é n' ella que me parece estar mettida a minha vida inteira!

Ega não se admirava. Só alli no Ramalhete elle vivera realmente d' aquillo que dá sabór e relevo á vida – a paixão.

– Muitas outras coisas dão valor á vida... Isso é uma velha idéa de romantico, meu Ega!

– E que somos nós? exclamou Ega. Que temos nós sido desde o collegio, desde o exame de latim? Romanticos: isto é, indivíduos inferiores que se governam na vida pelo sentimento e não pela razão...

Mas Carlos queria realmente saber se, no fundo, eram mais felizes esses que se dirigiam só pela razão, não se desviando nunca d' ella, torturando-se para se manter na sua linha inflexivel, sêccos, hirtos, logicos, sem emoção até o fim ...¹

O posicionamento crítico dos dois amigos em relação ao percurso de suas vidas se relacionava diretamente com o que eles consideravam o insucesso da sociedade lusitana. Se as suas existências pareciam postigas e contraditórias, não era menos artificial e problemática a realidade de que eram tributários. Eles observavam que

Pela sombra passeavam rapazes, aos pares, devagar, com flôres na lapella, a calça apurada, luvas claras fortemente pespontadas de negro. Era toda uma geração nova e miuda que Carlos não conhecia. Por vezes Ega murmurava um *ólá!*, acenava com a bengala. E elles iam, repassavam, com um arzinho timido e contrafeito, como mal acostumados áquelle vasto espaço, a tanta luz, ao seu proprio *chic*. Carlos pasmava. Que faziam alli, ás horas de trabalho, aqueles moços tristes, de calça esguia? Não havia mulheres.

¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódio da vida romântica. 1.ed. Porto: Livr. Chardon, Casa Editora Lugan & Genelioux Successores, 1888, vol.2, p.528-529. Optou-se por citar o texto conforme o seu formato original (ortografia e acentuação), uma vez que não existe prejuízo para a leitura. O mesmo vale para as referências do século XIX, citadas nas suas primeiras edições.

Apenas n'um banco adiante uma criatura adoentada, de lenço e chale, tomava o sol; e duas matronas, com vidrilhos no mantelete, donas de casa de hospedes, arejavam um cãesinho felpudo. O que attrahia pois alli aquella mocidade pallida? E o que sobretudo o espantava eram as botas d'esses cavalheiros, botas despropositadamente compridas, rompendo para fora da calça collante com pontas aguçadas e reviradas como pròas de barcos varinos ...

Porque essa simples fôrma de botas explicava todo o Portugal contemporâneo. Via-se por alli como a coisa era. Tendo abandonado seu feitio antigo, á D. João VI, que tão bem lhe ficava, este desgraçado Portugal decidira arranjar-se á moderna: mas sem originalidade, sem força, sem character para crear um feitio seu, um feitio próprio, manda vir modelos do estrangeiro – modelos d'idéias, de calças, de costumes, de leis, d'arte, de cozinha ... Sómente, como lhe falta sentimento de proporção, e ao mesmo tempo o domina a impaciencia de parecer muito moderno e muito civilizado – exagera o modelo, deforma-o, estraga-o até á caricatura.²

Essa passagem derradeira, somada à tragédia desenrolada ao longo do romance, aponta para uma fatalidade irreversível. A reflexão que os dois sujeitos ficcionais desenvolvem sobre si e sobre Portugal, sinaliza, inicialmente, para um só caminho: o insucesso dos agentes e dos processos de modernização daquela sociedade.

Quais seriam as causas do alegado atraso português frente à Europa dita civilizada? Os processos de modernização (em termos políticos, representados pelo liberalismo) haviam deturpado ou transformado positivamente a sociedade lusitana? Essas são questões que marcam a obra de Eça de Queiroz (1845-1900). Durante boa parte do século XX, principalmente na primeira metade do século, essas problemáticas ecianas foram apreciadas de duas maneiras: como uma interpretação distorcida (falseada) ou, pelo contrário, como uma fatalidade argutamente percebida.

Na realidade, os escritos do autor foram e são analisados de formas muito variadas, destacando-se, entre as temáticas abordadas, justamente, a discussão sobre a perspectiva crítica por ele erigida. Uma parcela dessas análises parte da premissa de que Eça de Queiroz pensou Portugal de forma estrangeirada: em suma, ele seria um deslumbrado com os lugares em que viveu e trabalhou como cônsul – principalmente Paris – desenvolvendo uma representação pessimista sobre Portugal. De outra maneira, construiu-se a interpretação de que o autor se reconciliou com o seu país, por meio da criação de romances como *A Cidade e as Serras*, que, diga-se de passagem, só foi publicado postumamente e com algumas alterações feitas por José Ramalho Ortigão (1836-1915).³

² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p.512-513.

³ Alberto de Oliveira, por exemplo, trabalha com a tese da reconciliação de Eça com Portugal, interpretando a última fase literária do escritor como essencialmente nacionalista. Por outro lado, Jacinto Prado Coelho e José

Essas interpretações se deram num contexto de forte polarização política e ideológica, em meio à ditadura salazarista, em que os comunistas, de um lado, e os salazaristas, católicos e nacionalistas, de outro, procuravam construir diferentes significados sobre Eça e sua obra. Os primeiros tratavam-no como um romancista transgressor, que denunciava os males das tradições portuguesas; já os membros do segundo grupo, procuravam evidenciá-lo como um autor nacionalista, que, revendo os seus excessos de juventude, passou a valorizar o país de origem, chegando a desejar voltar a viver entre os seus.⁴ Esses tipos de abordagem procuram imputar um sentido e certa coerência à obra e à vida do escritor, atribuindo-lhe significações por vezes anacrônicas.

O debate sobre o lugar eciano de enunciação será desenvolvido em outra parte da tese. Neste momento, bastará afirmar que a análise proposta não se limita às possíveis motivações ou posicionamentos político-ideológicos do autor (que mormente se confundem, conforme indicado, com projeções e debates inapropriados para a época e para a elaboração intelectual do sujeito em questão). Não interessa, aqui, as classificações dadas *a priori*: genialidade, perspicácia, conservadorismo, pessimismo e *niilismo*, por exemplo. Busca-se discutir a narrativa de Eça de Queiroz, demonstrando que o percurso de desilusão verificado está associado a um conjunto de contradições, resignações, mas também de propensões e apostas (nem sempre explicitadas). Portanto, o foco será discutir o processo de sensibilização estética, política e intelectual inerente à produção literária do romancista. Um sensibilizar-se que se relaciona com a própria maneira como a realidade portuguesa foi pensada, compreendida e vivida.

Frente à monarquia constitucional, articulada a partir do liberalismo, Eça de Queiroz e boa parte da *intelligentsia* portuguesa, na segunda metade dos oitocentos, procuraram dar sentido e construir explicações para o processo de transformação que se articulava, tecendo avaliações severas sobre essas mudanças. Tal apreciação será entendida como uma chave de análise: produto e produtora de uma forma de ser e estar no mundo, e não um falseamento ou, ao contrário, uma elaboração fidedigna sobre o contexto experienciado. O intuito é discutir o

Gaspar Simões refutam essa hipótese. Sobre essa discussão, ver: OLIVEIRA, Alberto de. *Eça de Queiroz: páginas de memórias*. Lisboa: Portugália, s.d. COELHO, Jacinto do Prado. A Tese de A Cidade e as Serras. In: *A Letra e o Leitor*. Lisboa: Portugália, 1969.

⁴ É válido recordar que as festividades de comemoração do centenário do nascimento do escritor, em 1945, foram organizadas pelo SNI (Secretaria Nacional de Informação), órgão do regime salazarista. Essas homenagens ocorreram, a despeito de uma ala dos setores católicos da sociedade lusitana, que não aprovava a reverência a um autor como Eça. Sobre essa questão, vale citar: MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. 5.ed. Lisboa: QUETZAL, 2009, p.260.

processo de construção da crítica queiroziana, destacando que a obra *Os Maias* apresenta-se como metassíntese dessa elaboração. Mas como analisar tal edificação? O que afiança a possível centralidade do romance *Os Maias* para a compreensão do pensamento eciano? Convém tratar dessas questões antes de dar qualquer outro passo.

Em 2012, num verão típico da Europa meridional (muito quente e seco), estive pela primeira vez em Portugal.⁵ Na ocasião, eu lecionava e aproveitei o recesso do final do semestre letivo para fazer a viagem. Muito além do turismo, aquela pioneira experiência foi decisiva na elaboração do projeto para o ingresso no doutorado, pois o objetivo, na ocasião, era fazer um levantamento inicial sobre as fontes referentes à trajetória de Eça de Queiroz e de sua obra. Contudo, como todo início de pesquisa, sobrava vontade e faltava conhecimento sobre o tema pretendido. Na Universidade de Coimbra, procurei me informar sobre o projeto: *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós*,⁶ sediado junto ao *Centro de Literatura Portuguesa* da instituição.

Chegando à sala do centro de estudos, fui informado que parte da edição crítica tinha sido publicada e estava disponível para a venda na loja da *Imprensa Nacional-Casa da Moeda*, – editora responsável pela publicação. Quando perguntei para a senhora que me atendia sobre a crítica literária referente à obra *Os Maias*, ela foi até a sala ao lado e voltou com um senhor, Prof. Dr. Antônio Apolinário Lourenço, que, muito solícito, me ofereceu uma publicação por ele organizada sobre a crítica dirigida ao romance.⁷ Ao folhear o livro, que abriga as principais apreciações destinadas a *Os Maias* entre 1888 e 1890, afirmei ao professor que pretendia trabalhar com o debate em torno da obra, pensando, especialmente, na crítica política dirigida à Portugal. Foi então que o interlocutor me disse: “pois praticamente não há grandes debates na época da primeira edição e, sobre política, os críticos nada disseram”.

⁵ Nesse primeiro ano, fui ao país com recursos próprios. Posteriormente, já vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, tive a oportunidade de regressar a Portugal por duas vezes, em 2013 e 2014, por meio dos recursos PROEX-CAPES (Programa de Excelência Acadêmica) e da FAPEMIG, destinados à internacionalização da pós-graduação. Nessas ocasiões, foi possível apresentar trabalhos referentes à tese – recebendo críticas e dialogando com diferentes pesquisadores – e iniciar a pesquisa que foi arrematada durante o doutorado sanduíche, realizado entre março de 2015 e fevereiro de 2016.

⁶ O projeto começou a se articular em 1992, com a coordenação do Prof. Dr. Carlos Reis, contando, ainda, com a atuação de importantes especialistas na obra de Eça de Queiroz, dentre eles: Ana Teresa Peixinho, Beatriz Berrini, Elza Miné, Irene Fialho, Luiz Fagundes Duarte, Maria do Rosário Cunha e Maria Helena Lousada. O projeto encontra-se em andamento, tendo, até o momento, possibilitado a criação de edições críticas de boa parte das obras do autor, tais como: *O Crime do Padre Amaro*, *O Mandarim*, *A Correspondência de Fradique Mendes*, dentre outras.

⁷ LOURENÇO, Antônio Apolinário (ed.). *O Grande Maia: a recepção imediata de “Os Maias” de Eça de Queirós*. Braga – Portugal: Angelus Novus, 2000.

Achei a fala estranha, decepcionante, o que não me impediu de estabelecer um importante contato e aprender muito sobre Eça e outros escritores. Alguns dias depois, na Biblioteca Nacional, em Lisboa, pude constatar, ao ler todas as apreciações – por meio da referida publicação e também dos originais disponíveis⁸ –, que, de fato, a atenção dispensada ao romance foi pífia. Basicamente houve duas reações à obra: silêncio ou indiferença quanto ao seu conteúdo. No primeiro caso, vários apreciadores que já tinham dedicado suas avaliações a outras produções ecianas, simplesmente não se pronunciaram sobre *Os Maias*. Os que se deram ao trabalho⁹ reabilitaram antigas questões sobre os romances de Eça de Queiroz, discutindo, por exemplo, os possíveis galicismos do autor, ou a sua falta de originalidade. Trataram em demasia também sobre a extensão da obra (publicada em dois volumes). Chamou-me atenção o fato de que algumas dessas críticas eram idênticas a questões levantadas em relação a outras obras, cujas primeiras versões tinham sido publicadas há uma década ou quase isso. Ainda que o romance *Os Maias* realmente não tenha agradado, não é crível considerá-lo simplesmente igual aos anteriores.

Eça de Queiroz é um dos poucos casos da história da literatura em língua portuguesa que, em vida, foi reconhecido como escritor. Pelo menos desde *O Primo Basílio* (1878) o romancista recebeu grande atenção da crítica. Entretanto, quem observar aquelas apreciações sobre *Os Maias*, sem conhecer o objeto da discussão, pode ter a impressão de que se trata de uma obra menor. É claro que, cotejando as avaliações sobre a publicação em questão com as críticas direcionadas aos outros romances, é possível problematizar tanto as omissões quanto as versões pouco elucidativas e/ou tendenciosas. Alguns estudiosos já têm feito essa avaliação.¹⁰ É sabido também que os silêncios são muitas vezes tagarelas, isto é, podem ser

⁸ Não foi possível, até o momento, encontrar os originais do texto escrito por Moniz Barreto, *Eça de Queiroz e “Os Maias”*, publicado no periódico *O Repórter* de 25 de Julho de 1888. Só se pode ter acesso a essa crítica, além da publicação organizada pelo professor Apolinário, por meio do livro póstumo com textos de Moniz Barreto, *Ensaio de Crítica*, publicado pela Bertrand, em 1944, ou na publicação: *Eça de Queiroz visto pelos seus contemporâneos*, editado pela Lello & Irmão, em 1945.

⁹ Trata-se, por ordem cronológica, dos seguintes textos: ALMEIDA, Fialho de. Os Maias. In: *O Repórter*. Lisboa, 20 de Julho de 1888; TORRESÃO, Guiomar. O naturalismo. Os Maias. In: *A Ilustração Portuguesa. Revista Literária e Artística*. Lisboa, 20 de Julho de 1888; BARRETO, Moniz. Eça de Queiroz e “Os Maias”. In: *O Repórter*. Lisboa, 25 de Julho de 1888; MAGALHÃES, Luís de. Os Maias. In: *A Província*. Porto, 21 de Agosto de 1888; PINA, Mariano. Crónica. Os Maias. In: *A Ilustração*. Paris, 25 de Agosto de 1888; GAIO, Silva. *Um Ano de Crónica*. 1888. Lisboa: Livraria Bertrand, 1889, p.123-169; PATO, Bulhão. O Grande Maia À Última Hora. In: *Apêndice a Hoje – Sátiras, canções e idílios*. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências, 1888; CHAGAS, Pinheiro. Bulhão de Pato e Eça de Queiroz. In: *Jornal do Comércio*. Lisboa, 10 de Janeiro de 1889; PATO, Bulhão. *Dois Palavras Lázaro Cônsul*. 3.ed. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1889; CHAGAS, Pinheiro. A propósito dos Maias. In: *Jornal do Comércio*. Lisboa, 18 de Setembro de 1890.

¹⁰ Por exemplo: MATOS, Alfredo Campos. Recepção literária de Eça no seu tempo. In: *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.1145-1168.

reveladores. Mas aquela constatação foi relativamente frustrante, pois, naquele momento, eu tinha a ideia – depois de ler todos os romances do autor – que *Os Maias* era a mais importante obra de Eça de Queiroz, apresentando uma crítica de grande complexidade sobre a sociedade portuguesa. Mas não foi essa a avaliação dos críticos contemporâneos à primeira edição. Ou, pelo menos, não foi a impressão que esses avaliadores tornaram pública.

Pensei que um caminho possível era avaliar as edições do romance. Colocou-se, porém, uma nova questão: o sucesso da obra e boa parte de sua história editorial são pertinentes ao século XX, e não ao XIX. A segunda edição autorizada ou oficial saiu apenas em 1903,¹¹ após a morte do autor (o falecimento, provavelmente, pode ter favorecido tal empreendimento). *Os Maias*, diferentemente de romances como *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, foi uma obra que só alcançou maior sucesso editorial no século passado. *O Crime do Padre Amaro* teve sua primeira versão publicada na *Revista Ocidental*, em 1875. A segunda versão, primeira edição em livro, foi publicada já em 1876, enquanto a segunda edição livresca tornou-se pública em 1880, articulando-se ainda uma terceira, em 1889.¹² Quanto ao *Primo Basílio*, o sucesso foi ainda maior: a primeira edição – já em livro – data de 1878, ano em que foi impressa também a segunda. Eça ainda publicou uma terceira versão do romance em 1887 e só não o fez antes, porque estava envolvido com outros projetos, inclusive com *Os Maias*. O sucesso do *Primo Basílio* foi tão grande, que é possível afirmar que o reconhecimento do autor se deu a partir dessa obra, muito embora o próprio romancista não lhe creditasse grandes novidades.¹³

Enquanto os romances destacados acima, portanto, foram editados pela segunda vez em um ano ou menos que isso, *Os Maias* só teve sua segunda edição 15 anos depois. É preciso considerar que o *Padre Amaro* e o *Basílio* tiveram uma tiragem entre 2.000 e 3.000

¹¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódios da vida romântica. 2.ed. Porto: Lello &Irmão, 1903, 2.vol.

¹² Isso sem mencionar as várias edições “clandestinas” (no sentido de não terem sido autorizadas pelo autor), que circulavam, à época, na Espanha e no Brasil, onde também, em 1884, houve uma adaptação teatral igualmente não reconhecida por Eça, montada por Augusto Fábregas, no *Conservatório Dramático do Rio de Janeiro*. Sobre alguns elementos da história editorial do romance, publiquei um artigo em parceria com Marcela Brandão: OLIVEIRA JUNIOR, Virgílio Coelho de; BRANDÃO, Marcela de Sá. Por uma estética da conciliação: O Crime do Padre Amaro e a dinâmica político-social portuguesa oitocentista. *Diálogos* (Maringá), V.8, p.67-102, 2015.

¹³ Em carta datada de 15 de Março de 1878, Eça autorizou o amigo Ramalho Ortigão a negociar a tradução para o francês de *O Primo Basílio*. Mas o autor considerava que era mais interessante a reedição de *O Crime do Padre Amaro*, pois, para ele: “os *traits* característicos da pequena burguesia do P.º *Basílio* são comuns à burguesia de todos os países: mas o mundo que habita à sombra da Sé de Leiria seria uma estranha revelação de costumes e de sentimentos para o leitor estrangeiro. Mas já que é o Basílio que se quer, vá o P.º *Basílio*”. O documento foi publicado pela primeira vez por Álvaro Moreira e Brício de Abreu, em *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz*, em 1940. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*: Organização e Notas: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, vol.1, p.185.

livros cada,¹⁴ ao passo que *Os Maias* saíram com 5.000 exemplares. Se for considerado um número menos otimista, *O Primo Basílio* vendeu 4.000 cópias em pouco mais de um ano (com as duas edições), enquanto *O Padre Amaro* também se esgotou em pouco tempo. O romance *Os Maias* só começou a ser um negócio editorial “interessante” no século passado. A terceira e a quarta edição do romance não têm data,¹⁵ enquanto a quinta saiu em 1920.¹⁶ A sexta e a sétima edição foram publicadas, respectivamente, em 1923 e 1924.¹⁷ Em 1936, o romance chegou à sua décima segunda edição;¹⁸ portanto, entre 1924 e 1936, publicaram-se cinco edições, mais ou menos uma a cada dois anos. Considerar a história editorial da obra, por conseguinte, seria elaborar outro projeto, voltado para as apropriações e os processos de difusão da produção queiroziana no século XX, uma pesquisa interessante, sobretudo se pensarmos que um livro tem história. Mas esse nunca foi o meu objetivo. De outra maneira, a meta é tratar da construção narrativa propriamente eciana sobre a sociedade oitocentista. Mas qual seria a relevância d’*Os Maias* para essa elaboração? A pergunta persistia.

Voltei para a prancheta, ou melhor, para a escrivãzinha. E uma das primeiras ações foi pensar em trabalhar com a circulação do romance. Afinal, qual era o circuito de leitura da obra? Quais os possíveis significados dessa itinerância? Seduzido pelos pressupostos teóricos e metodológicos de autores como Robert Darnton e Roger Chartier, comecei a levantar possibilidades para mapear a circulação do romance em Portugal nas últimas décadas do século XIX. O objetivo era pesquisar os catálogos de leitura e os registros dos acervos de algumas das principais e mais antigas bibliotecas portuguesas.¹⁹ Almejava-se, ainda, trabalhar com os vestígios inerentes aos gabinetes de leitura. O plano era que essa pesquisa fosse feita durante o período do doutorado sanduíche. No entanto, a empreitada demandaria muito tempo e, mais do que isso, poderia novamente me distanciar o foco da pesquisa. Por essas razões, a

¹⁴ Nas primeiras publicações a tiragem mais comum era de 2.000 exemplares, mas poucos anos depois se ampliou o número de impressões. Como as cartas não deixam clara qual seria a cifra exata e na ausência de outras fontes a respeito, trabalho aqui com estimativas mais prováveis.

¹⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódios da vida romântica. 3.ed. Porto: Livr. Chardron, [192-]; _____. *Os Maias*: episódios da vida romântica. 4.ed. Porto: Lello & Irmãos, [192-].

¹⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódios da vida romântica. 5.ed. Porto: Lello & Irmãos, 1920.

¹⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódios da vida romântica. 6.ed. Porto: Liv. Cardron de Lello & Irmão, 1923; _____. *Os Maias*: episódios da vida romântica. 6.ed. Porto: Liv. Cardron de Lello & Irmão, 1924.

¹⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódios da vida romântica. 12.ed. Lisboa: Lello & Irmão, 1936.

¹⁹ Inicialmente, me apoiei também em trabalhos como os de: ANSELMO, Arthur. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997; BARATA, Paulo. *Os livros e o Liberalismo*. Da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003; DOMINGOS, Manuela. *O Público dos Gabinetes de Leitura* In: Estudos de Sociologia da Cultura. Lisboa, 1985; GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal*: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX. Lisboa: Verbo, 1987; _____. *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até os nossos dias*. Subsídios para a sua história. 2.ed. Verbo, 2005.

banca de qualificação me aconselhou a abortar os planos aventados, ou então deixá-los para outro momento. E assim o fiz.

Mas se a história do livro não poderia necessariamente me auxiliar, tampouco a fortuna crítica sobre o romance. Seguindo a tendência do próprio percurso editorial da obra, a crítica e a teoria literária, assim como os estudos culturais, só reconheceram *Os Maias* durante o século XX, principalmente na segunda metade desse século. Na verdade, a obra foi canonizada a partir desse período. Nesse ponto, vale considerar que o reconhecimento do romancista e do seu legado desenvolveu-se juntamente com a valorização d'*Os Maias*. Até os anos 1940, todavia, como lembrou Guerra da Cal, Eça e suas obras permaneceram em um relativo ostracismo.²⁰

Muito em função da dominância do modernismo como referência estética e cultural, a produção literária de Eça de Queiroz foi associada ao realismo e ao naturalismo, que precisavam ser superados. Atualmente, já se reconhece que esse estigma é problemático para se pensar as narrativas ecianas, pois ainda que o próprio autor tenha se designado, nos anos de 1870, como um representante do realismo, anos depois ele mesmo tratou de relativizar essa referência. Além do mais, surgiram várias pesquisas que colocam em xeque as relações simplistas entre as narrativas e as escolas literárias oitocentistas.²¹ Mas até os anos 1940 não era essa a tônica do debate. No Brasil, de acordo com Mônica Velloso,²² os literatos do início do século XX, sobretudo os modernistas, não reconheciam as obras queirozianas. Para além da questão ligada às escolas literárias, essa falta de interlocução se devia, de acordo com a autora, à concepção de que era necessário romper com o passado colonial e as ditas tradições ou referências lusitanas que lhe seriam associadas. Nas duas margens do Atlântico, por conseguinte, foi apenas quando houve a superação da ortodoxia de algumas das vanguardas do modernismo, na segunda metade do século XX, que as obras do romancista português começaram, progressivamente, a serem reconhecidas em sua importância e originalidade.

Alguns processos e eventos marcaram essa retomada. Primeiramente, em relação a Portugal, é relevante colocar em destaque o fim da ditadura salazarista, nos anos 1970, que

²⁰ GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz: elementos básicos*. São Paulo: USP; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969, p.18.

²¹ Entre esses trabalhos é possível destacar: REIS, Carlos. *Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós*. 3.ed. Coimbra: Almedina, 1984; LOURENÇO, Antônio Apolinário - *O naturalismo na Península Ibérica: Eça de Queirós e Leopoldo Alas "Clarín"*. Coimbra: Mar da Palavra, 2004; SANTANA, Maria Helena. *Literatura e ciência na ficção do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

²² VELLOSO, Mônica Pimenta. *Lembrar e Esquecer: A memória de Portugal na cultura modernista brasileira*. Semeiar (PUCRJ). Rio de Janeiro: Ed. NAU, v. 1, n.5, p. 69-86, 2001; _____. *Eça de Queirós: um elo esquecido no modernismo brasileiro*. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. vol. 3, Ano 3, n.4, p.1-19, 2006.

não apenas proporcionou a ampliação da oferta de ensino e sua consequente diversificação temática, como também abriu espaço para a ruptura com as abordagens nacionalistas/*chauvinistas* articuladas até então. Como destacado, esse tipo de análise era comum em relação aos trabalhos que buscavam construir a imagem de um Eça nacionalista, sobretudo no que tange aos seus últimos escritos. Mas principalmente a partir dos anos 1970, formaram-se ou se notabilizaram novos pesquisadores que demonstraram um interesse renovado por Eça de Queiroz, dentre eles: Carlos Reis e Isabel Pires de Lima, em Portugal, Beatriz Berrini e Elza Miné, no Brasil. Esses especialistas, por seu turno, orientaram novos estudiosos, possibilitando-se, assim, um crescimento quantitativo e qualitativo dos estudos queirozianos.

Duas efemérides demarcaram bem essa ampliação: a primeira, em 1995, quando se completaram 150 anos do nascimento do escritor. Na ocasião, foi organizado, por exemplo, o *III Encontro Internacional de Queirosianos: 150 anos com Eça de Queirós*.²³ O evento ocorreu na Universidade de São Paulo (USP), contando com a presença de importantes especialistas – como os citados anteriormente –, mas também com outros pesquisadores que estavam se formando à época. O segundo momento foi em 2000, quando se realizou um novo ciclo de debates sobre Eça de Queiroz, dessa vez em função dos 100 anos do seu falecimento. Inúmeros eventos, debates e discussões foram realizados nesse contexto. Pode-se citar como exemplo, também em relação ao Brasil, um grande encontro sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que se propôs a discutir Eça de Queiroz, Gilberto Freyre e Antônio Nobre, a propósito do centenário do nascimento de Freyre e da morte dos outros dois.²⁴ Paralelo a essas lembranças, é significativo considerar que o espólio do escritor tornou-se público, por meio das ações da FEQ (criada em 1990), que disponibilizou os documentos na sua própria sede, em Tormes, para além do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e da Biblioteca Nacional (BN) de Lisboa, que já contavam com um acervo documental referente ao escritor.²⁵ Considera-se, por último, o papel de projetos que surgiam, como a já mencionada *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós*.

²³ ENCONTRO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS, 3. 1995, São Paulo, SP. *150 anos com Eça de Queirós: anais do 3º Encontro Internacional de Queirosianos*. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa/FFLC, 1997.

²⁴ SCARPELLI, Marli Fantini; OLIVEIRA, Paulo Motta. (orgs.). *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

²⁵ O Estado português comprou, em outubro de 1975, o acervo documental referente à vida e obra de Eça de Queiroz. Os documentos foram depositados na BN em agosto de 1977 e incorporados nos seus fundos em 1980. Entre 1985 e 1999, foram comprados alguns fragmentos de documentos, como sete folhas dos originais de A

Em meio a essa retomada, o romance *Os Maias* passou a ser o mais prestigiado pelos críticos e os estudiosos da obra eçiana.²⁶ Sua valorização coincide com o crescente reconhecimento do autor, articulado ao longo do século XX. O início dos anos 2000 marcou, portanto, um momento importante de revalorização de Eça de Queiroz e sua obra, destacando-se o romance *Os Maias*, que passou a ser considerado o mais significativo dentre as criações do autor.

Como eu, acredito que muitos outros estudiosos – das mais diferentes áreas – interessaram-se pela narrativa eçiana na virada do século. Seja em função do renovado debate acadêmico, seja por causa das ações do mercado editorial ou, ainda, devido a produções midiáticas, Eça e sua obra despertaram a atenção de muitos.²⁷ Esse tipo de interesse é legítimo e faz parte de um processo de sensibilização, aliás, inerente a todo problema que pode dar origem à produção do conhecimento (historiográfico ou não). Trata-se de uma motivação construída, em grande medida, pelos processos educacionais, pelos interesses dos pesquisadores, pelos estímulos midiáticos, pelos ritos comemoracionistas, por questões que marcam uma determinada época, pelas distintas trajetórias dos sujeitos e pelas dinâmicas da memória coletiva, estas, sempre em relação às memórias individuais. No caso de uma obra literária como *Os Maias*, pesa ainda o fator da canonização. Reconhecendo-se a validade e até a inevitabilidade dessas motivações – e os fatores subjetivos que lhes são tributários –, foi importante ter a clareza de que existem camadas temporais e culturais inerentes à valorização das narrativas eçianas, de uma forma geral, e do romance *Os Maias*, de modo especial.

Nesse sentido, considero interessante problematizar o meu próprio interesse pela obra. Foi no verão de 2001, dessa vez no Brasil, que tive o meu primeiro contato com Eça de

Cidade e as Serras. Em 2007, a Millenium BCP doou mais quatro manuscritos. Sobre esse histórico, ver a descrição: ESPÓLIO DE EÇA DE QUEIROZ, Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, BN (BN Esp. E1: 14 cx.:316 docs.). Disponível em: http://acpc.bnportugal.pt/espolios_autores/e01_queiros_eça.html, acesso em: 14/01/2015.

²⁶ Segundo levantamento realizado no ano 2000, a obra *Os Maias* era, até aquele momento, a que mais recebia atenção entre os analistas, seguida do romance *O Crime do Padre Amaro*. Esse levantamento poder ser verificado em: CASTELO-BRANCO, Miguel; SOARES, Luísa Ducla. Queirosiana acadêmica: subsídios para uma atualização da bibliografia queirosiana. In: LEITURAS: Eça de Queirós. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, n.7, Outono, 2000.

²⁷ Variadas têm sido as produções e/ou adaptações das obras de Eça de Queiroz. Dentre filmes, séries e montagens teatrais, a referida obra tornou-se muito difundida em diferentes contextos e com suportes distintos. Em 1988, a Rede Globo de televisão, no Brasil, produziu a minissérie baseada em *O Primo Basílio*. Em 2002, *O Crime do Padre Amaro* ganhou uma adaptação cinematográfica dirigida por Carlos Carrera e, em 2005, uma nova versão cinematográfica foi criada sob a batuta de Carlos Coelho da Silva. No Brasil, em 2007, produziu-se uma nova versão de *O Primo Basílio*, dessa vez para as grandes telas. Recentemente, mais precisamente em 2014, o prestigiado cineasta português, João Botelho, desenvolveu uma adaptação de *Os Maias*, também para o cinema.

Queiroz. E isso se deu por meio da minissérie produzida pela Rede Globo de televisão, escrita por Maria Adelaide Amaral e dirigida por Luiz Fernando Carvalho. A minissérie, exibida entre 09 de janeiro e 23 de março daquele ano, contou com a participação de atores muito populares na ocasião, como Fabio Assunção e Ana Paula Arósio. Eu tinha 15 anos quando assisti ao primeiro capítulo da adaptação televisiva, ouvindo trechos do romance narrados pela voz do ator Raul Cortez (1932-2006). Desde então, não parei mais de ler a prosa queiroziana e de me interrogar sobre ela.

Por essa razão, é lícito afirmar que este trabalho nasceu a partir de uma dupla paixão: pela obra queiroziana e pela leitura. Apaixonei-me também pelo Portugal narrado pelo ilustre romancista. Uma curiosidade aguçada durante a graduação em História, culminando com um pequeno, mas importante trabalho de conclusão de disciplina, que realizei em parceria com duas amigas em minha trajetória, Camila Similhana e Emanuela Antunes Bezerra. Juntos, elaboramos uma análise sobre a adaptação televisiva da obra que tanto tinha me encantado e que também havia cativado minhas companheiras de graduação. Discutimos como trabalhar com recursos midiáticos em sala de aula, por meio de uma proposta interdisciplinar voltada para o Ensino Médio. Essa discussão foi apresentada na disciplina de *Laboratório de Ensino e Pesquisa*, ministrada em 2007 no oitavo período do curso de História da PUC-MG, pela professora Dra. Virgínia Maria Trindade Valadares – uma importante formadora e incentivadora. Depois disso, apresentamos o trabalho no Encontro Regional de História da ANPUH-MG, que, em 2008, realizou-se na UFMG.

No evento, tive a oportunidade de conhecer bons pesquisadores sobre a história do livro e da leitura, incluindo o meu orientador, professor Dr. Luiz Carlos Villalta. Nessas primeiras experiências, percebi que o trabalho com a obra queiroziana era o meu tema de pesquisa, pois não só me proporcionava um rico aprendizado, como também alimentava meus interesses pela pesquisa e animava os meus sonhos de historiador em formação. Rapidamente, aprendi a primeira lição de uma pesquisa, aquela que nossos mestres, no início da graduação, nos ensinam: a investigação tem de sair das entranhas, tem que mexer conosco, com a nossa curiosidade, com a nossa imaginação e com os nossos desejos. Sem paixão, não há pesquisa, mas é claro que isso só não basta. Logo percebi que, dentre outras coisas, seria preciso ter condições de pesquisar em Portugal, razão pela qual não desenvolvi o projeto no mestrado,²⁸

²⁸ Para decidir sobre o meu tema de mestrado, pensei em três questões. Primeiramente, considerei meu interesse pelas narrativas da modernidade entre os séculos XIX e XX (uma curiosidade desenvolvida durante a graduação, inclusive em relação à obra *Os Maias*). Um segundo ponto importante foi a problematização das relações entre

optando por reservá-lo para o doutorado, quando seria possível – como de fato foi – conseguir uma bolsa de estudos para passar um período em terras lusitanas. Mas, além disso, era necessário conhecer bem a obra *Os Maias*, compreendendo a sua historicidade, tendo em vista, inclusive, o seu processo de reconhecimento e de valorização, relacionado diretamente ao meu próprio interesse pelo romance.

Estando ciente desse processo, procurei trilhar outros caminhos que não o de se estudar uma obra apenas (ou principalmente) porque ela se tornou um “clássico da literatura”, muito menos exclusivamente em função do despertar que o romance causou em mim. Por meio da análise das fontes e informado por trabalhos importantes sobre Eça e sua produção literária, pude perceber que a relevância do romance, pensando no contexto oitocentista, não estava nas etapas sociais de edificação/legitimação posteriores à publicação. A questão reside na própria construção da narrativa, levando em consideração os códigos, as expectativas e os valores implícitos a uma vivência, mas, também, passando pela configuração da intriga em forma de texto. Nesse sentido, antes de tudo, vale considerar algumas questões sobre as relações entre a disciplina História e o Campo Literário. Um diálogo complexo e nem sempre pacificado.

II. História e Literatura, Literatura e História: referenciais teóricos

Desde a consolidação da História como disciplina, no século XIX, os historiadores têm estabelecido relações muito variadas com o campo da literatura e dos estudos literários, predominando, pelo menos até a segunda metade do século XX, um distanciamento mais ou menos programático. Os admiradores de *Clio*, imbuídos da pretensão cientificista, se afastaram, paulatinamente, das chamadas Belas Letras e Artes, campos com os quais as narrativas históricas ligavam-se secularmente.²⁹ Apartaram-se também da Filosofia, seguindo

estética e política, que sempre me inquietaram no percurso formativo e, por último, pesou o fato de que eu já tinha desenvolvido um trabalho monográfico sobre a moda em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX, temática que procurei dar continuidade no mestrado. OLIVEIRA JÚNIOR, Virgílio Coelho de. *MODA E CIDADE: representações da modernidade na capital mineira das décadas de 1940 e 1950*. 2011. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 enero 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Consultado em: 20 de Dezembro 2016, p.3.

a tendência de autonomização das ciências em ascensão.³⁰ No final do século XIX, a produção do conhecimento histórico tendeu a ser pensada a partir dos diálogos estabelecidos com um então novo campo do conhecimento: as Ciências Sociais.³¹

Durante o século XX, tal como os *Annales*, muitos dos marxistas procuraram combater a tendência ao político e à descrição de superfície da história metódica. Para eles, é na dinâmica social em mutação que se encontraria o centro da análise. Todavia, diferentemente dos *Annales* – principalmente da segunda geração –, os marxistas tendiam a considerar que as transformações sociais pertinentes estavam na diacronia e não na sincronia. Principalmente entre os anos 1950 e 1960, afirmava-se que essas singularidades deveriam ser compreendidas por meio das macroanálises. Dito de outra maneira: grande parte dos marxistas não se mobilizava para o entendimento das continuidades, mas, sim, dos mecanismos de mudança. Mas estes se dariam por meio da luta de classes (protagonizada por sujeitos coletivos), fruto das contradições geradas pelas relações sociais de produção historicamente determinadas. Essa interpretação ligava-se, em parte, a uma corrente de análise segundo a qual os elementos da superestrutura, incluindo aqueles da cultura, eram tidos como uma forma de realização dos movimentos da infraestrutura. Entre os temas discutidos a partir dessa perspectiva, destaca-se a questão estética, entendida, por vezes, como parte importante das elaborações ideológicas que se integram às relações sociais de dominação inerentes ao modo de produção dominante.

32

Tanto as abordagens marxistas, de cunho salvacionista e pautadas pela análise dos processos de macrotransformação, quanto às análises da segunda geração dos *Annales*, de inspiração mais durkheimiana e alicerçadas nos grandes movimentos sincrônicos, apresentavam uma ênfase econômico-social e não “acontecimental”.³³ Boa parcela dos trabalhos dessas duas correntes historiográficas se constituiu por meio de métodos

³⁰ CATROGA, Fernando. O valor epistemológico da História da História. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.). *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 21.

³¹ DIEHL, Astor Antônio. Preliminares: onde situar o debate da cultura historiográfica. In: *A cultura historiográfica nos anos 1980: mudança na matriz historiográfica brasileira – (IV)*. Porto Alegre: EVANGRAF, 1993, p.7-8.

³² Muitos intelectuais marxistas dedicaram-se à questão estética. Adolfo Sánchez (1915-2011) e Galvano Della Volpe (1895-1952), por exemplo, discutiram essa temática, integrada a uma tradição que analisou as artes e a literatura como componentes da ideologia dominante, por sua vez, submetida às relações sociais de produção. Mesmo considerando esses debates, é importante salientar as contribuições de autores como: Edward Thompson (1924-1993), Eric Hobsbawm (1917-2012), Raymond Williams (1921-1988), Régis Debray, Theodor Adorno (1903-1969) e Walter Benjamin (1892-1940). Esses intelectuais, de formação /orientação marxista, representam o esforço de ruptura com a ortodoxia de algumas vertentes, contribuindo, efetivamente, para uma nova forma de análise da questão cultural.

³³ REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p.113.

quantitativos, apoiando-se em séries documentais. Além disso, ambas as interpretações procuravam destacar o caráter científico da produção do conhecimento histórico, reafirmando a noção de que era possível algum grau de domesticação sobre “o sujeito, a história e a subjetividade”.³⁴

Essas certezas foram abaladas a partir dos anos 1960, principalmente no final dessa década, quando um grande número de contestações, de revoltas e de movimentos sociais veio à tona. Nesse contexto, as promessas originadas a partir das Luzes foram relativizadas. Os movimentos negro, feminista e estudantil, por exemplo, demonstravam que a luta pela libertação não se circunscrevia a um sujeito universal – quer o sujeito do século XVIII, quer o sujeito social, o proletariado, que teria surgido a partir do século XIX.³⁵ Além do mais, certa frustração, gerada após o relativo fracasso desses movimentos, fez com que a promessa basilar da modernidade fosse posta em questão: seria possível libertar o homem – essa entidade universal – das amarras físicas e simbólicas que o cerceiam?

Os limites da modernidade, de suas pretensões racionais e libertadoras, já vinham sendo discutidos pelo menos desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Grande Guerra (1939-1945), pois, afinal, como destacaram os intelectuais de Frankfurt, a racionalidade do mundo moderno tinha produzido grandes catástrofes e não apenas benesses, como se havia imaginado outrora. A noção de uma “dialética do esclarecimento” – título do texto seminal de Theodor Adorno (1903-1969) – impunha uma crítica severa ao pensamento proveniente das Luzes, baluarte da noção de uma redenção progressista. Somem-se a essa perspectiva crítica, os eventos mencionados anteriormente, que eclodiram nos anos 1960, colocando em questão não apenas a dimensão ética do projeto social, político, econômico e cultural da modernidade. Para além desse ponto e associado a ele, iniciou-se a formação de uma nova sensibilidade epistêmica. A crescente desconfiança quanto à ideia redentora e progressista, foi acompanhada dos questionamentos direcionados aos modos de se perceber e

³⁴ Oliveira discute o caráter cientificista que estruturou as correntes de pensamento que deram origem à Antropologia como disciplina. Para o autor, desenvolveram-se novos paradigmas a partir do final do século XX, quando, por meio de uma perspectiva hermenêutica, foram colocadas em xeque as abordagens pautadas pelas ditas certezas objetivas e pelo pragmatismo metodológico. Embora essa transformação tenha se desenvolvido de formas muito variadas nos diferentes campos de conhecimento, pode-se verificar certas similitudes entre os processos. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A categoria de (des) ordem e a pós-modernidade da Antropologia. In: *Pós-Modernidade*. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p.57-58.

³⁵ HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p.23-34.

analisar a realidade.³⁶ As metanarrativas, de caráter explicativo e/ou salvacionista, passaram a ser, aos poucos, questionadas.

Essa tendência se cristalizou no final do século XX, sobretudo após a queda do muro de Berlim, em 1989. Marco simbólico da agonia do socialismo de Estado, a destruição do emblemático muro significou, para muitos analistas, bem mais do que o fim da bipolaridade política e a consequente formulação de uma nova ordem mundial. Representou também o estreitamento dos “horizontes de expectativa”, num movimento complexo de dilatação do presente sobre o futuro, até então, vigoroso com suas promessas e ordenador das narrativas sobre o real.³⁷ Formulou-se um novo entendimento, em que o conceito moderno de história entrou em crise.³⁸ Nesse contexto, Roger Chartier valeu-se de uma imagem forte para tentar definir a situação dos historiadores no mundo contemporâneo: estaríamos à “beira de uma falésia”, isto é, no limite de um paradigma que tinha regido a disciplina durante parte do século XIX e por praticamente todo o século XX.³⁹ Para o historiador francês, operou-se uma transição entre uma “história social da cultura para uma história cultural do social”, ou seja: não existiria uma modelagem social das vivências humanas dadas *a priori*, pois, a cultura:

[...] não está acima ou ao lado das relações econômicas e sociais, e não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de sua existência - um sentido inscrito nas palavras, nos gestos, nos ritos. É por essa razão, que os mecanismos que determinam as relações entre os indivíduos devem ser compreendidos como o resultado, sempre instável, sempre conflituoso, das relações instauradas entre as percepções opostas do mundo social.⁴⁰

Ao invés de buscar a conformação social dos sujeitos, seria preciso analisar a sua construção cultural – estruturada e estruturante.⁴¹ Nesse sentido, o “homem real” e o contexto social por ele construído podem ser compreendidos também por meio das elaborações mentais e dos processos cognitivos de organização e significação do mundo. Para Baczo, as representações artística, simbólica e literária não devem ser encaradas como ilusões apartadas

³⁶ DIEHL, Astor Antônio. A ideia de progresso na História. In: *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 21-44.

³⁷ HARTOG, François. Memória, história, presente. In: *Regimes de historicidade: o presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.136-139.

³⁸ KOSELLECK, Reinhart. O espaço de experiência e o horizonte de expectativa. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006, p. 320.

³⁹ CHARTIER, Roger. Introdução Geral. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.7-8.

⁴⁰ CHARTIER, Roger. Preâmbulo. In: *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p.18.

⁴¹ Essa perspectiva demonstra a importância do pensamento de Pierre Bourdieu (1930-2002) para a obra de Roger Chartier, relevância que pode ser compreendida, por exemplo, em: CHARTIER, Pierre; LOPES, José Sérgio Leite. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi*, vol. 4, n.35, p.139-182, 2002.

da realidade dita objetiva.⁴² Elas fazem parte da construção do real e não seriam somente uma forma de acesso ao mundo.

A valorização do caráter discursivo, simbólico e representacional do mundo social foi crucial para a transformação das formas de se pensar as vivências humanas. Isso significou a abertura de horizontes epistemológicos em que a literatura, a música, o cinema, dentre outras narrativas culturais, ganharam uma atenção renovada. Essas elaborações sensíveis ligadas à cultura não foram mais valorizadas essencialmente como fontes ou objetos de análise para o acesso às estruturas sociais e/ou processos históricos, mas como parte da construção das dinâmicas da vida em sociedade. Essa mudança veio acompanhada de outra: o próprio texto do historiador passou a ser encarado como parte do problema historiográfico. A partir da perspectiva de que a realidade deveria ser pensada também como uma construção discursiva e simbólica, problematizaram-se, com mais afinco, as diferentes narrativas sobre o real, incluindo as historiográficas. Os historiadores começaram a compreender que “a realidade do discurso também faz parte do discurso da realidade”.⁴³

Até a primeira metade do século XX, uma boa parte dos historiadores, como se apontou, procurou se apropriar das formulações teóricas e conceituais oriundas das Ciências Sociais. A partir desse diálogo, desenvolveu-se a concepção de que, por meio de métodos cientificamente conduzidos ou orientados, a produção do conhecimento histórico tinha uma segurança ontológica: a história constituía-se como um processo que poderia ser conhecido por meio da aplicação dos procedimentos investigativos adequados.⁴⁴ No entanto, a partir dos anos 1970, houve uma mudança pela qual essa ênfase dada aos pressupostos científicos,

⁴² BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi – Anthropos – Homem. Lisboa: Casa da Moeda, v.5, 1985, p. 297.

⁴³ CATROGA, Fernando. *O valor epistemológico da História da História*. ..., p. 26.

⁴⁴ Michel de Certeau (1925-1986) destacou que a produção do conhecimento moderno se desenvolveu em função de uma inteligibilidade instaurada na relação com o outro: a criança, o passado, o louco, o povo, o terceiro mundo. Através dessas variantes, heterônomas entre si, desdobra-se uma problemática, articulando o saber dizer a respeito daquilo que o outro cala. O autor vale-se da imagem de um médico que atua sobre um corpo inerte a ser decifrado por um saber científico e revelador em si mesmo. Essa discussão foi realizada com o intuito de destacar o papel do enunciado científico, que não seria esclarecedor e independente dos processos investigados, das condições de análise e da cultura intelectual em que o estudioso está inserido. Por essas e outras razões, Certeau defendeu a ideia de que a produção do conhecimento histórico pode ser reveladora não apenas ao tratar de um passado considerado distante, inerte e mais ou menos domesticável. A própria escrita ou “escritura” do historiador, considerando o seu contexto social, intelectual e institucional, é significativa. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. XVII-XIX.

definidos aprioristicamente, deu lugar à discussão sobre os protocolos constitutivos do próprio discurso historiográfico.⁴⁵

A partir dos questionamentos sobre a existência de uma realidade pré-linguística, problematizou-se igualmente a possibilidade de se almejar conhecer o passado, bem como o papel da escrita da história para esse projeto. O que nós fazemos quando escrevemos história? Que tipo de conhecimento sobre o passado nós podemos oferecer? Qual o sentido de verdade possível na narrativa histórica? Qual o lastro existente no trabalho do historiador? Quais as especificidades do texto historiográfico e do texto ficcional? História é ficção?

Principalmente a partir do final do século XX, surgiu, com efeito, uma discussão crucial entre os diferentes campos de conhecimento integrantes das Humanidades,⁴⁶ referente ao papel atribuído às narrativas culturais, aos discursos e à linguagem de uma forma mais geral, para a construção dos sujeitos, suas práticas, vivências e percepções de mundo. Autores como Gilles Deleuze (1925-1945), Jacques Derrida (1930-2004) e Michel Foucault (1926-1984) encamparam esse debate.

Especialmente em relação a Foucault, é lícito apontar quatro elementos: a crítica ao essencialismo, a desnaturalização dos objetos, o foco nas descontinuidades e a proposta de uma história genealógica.⁴⁷ Para o filósofo, não havia uma coincidência entre o conceito e a coisa, entre a interpretação e o fato. Por essa razão, não seria possível conhecer a essência de uma coisa, de uma vivência ou de uma época. Como leitor de Friedrich Nietzsche (1844-1900), Foucault afirmou que atrás de uma máscara existe sempre outra máscara e, sendo assim, era preciso desnaturalizar os objetos, buscando a história de sua construção, como a dos próprios sujeitos e dos enunciados.⁴⁸ Um exemplo seria o processo de compreensão da sexualidade, que se daria não por meio de uma caracterização, mas pela análise do seu surgimento como problemática social e historiográfica. Propunha-se uma atenção às descontinuidades, o que implicaria romper com a busca pelas múltiplas determinações. Ao contrário disso, o historiador deveria descrever as diferenças, sendo a história um campo de

⁴⁵ MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p.13.

⁴⁶ Frente aos debates sobre a pertinência ou não de se classificar como ciência os campos do conhecimento que se dedicam à análise do humano e da vida em sociedade, ou em função das discussões sobre a própria concepção de ciência constituída no mundo moderno, tenho optado por me associar àqueles estudiosos que preferem empregar a terminologia “Humanidades”, e não “Ciências Humanas”. Sobre essa discussão, ver: SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

⁴⁷ RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, vol. 7 (1-2), 1995, p.74.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 12.ed. São Paulo: Forense Universitária, 1986, p. 8-9.

forças em que o ideal seria buscar preencher esse diagrama. Estaria em jogo a interpretação do discurso, “para fazer através dele uma história do referente”.⁴⁹

Se a história é, antes de tudo, tal como a própria realidade, a construção de um enunciado social, o caráter narrativo desse conhecimento ganha destaque. A produção historiográfica começou a ser encarada como um enunciado de outros enunciados sociais, ambos construídos e mediados por práticas culturais e simbólicas. Esse pretense retorno do caráter narrativo da história, ou o reconhecimento da inevitabilidade dessa característica, bem como a discursividade e/ou narratividade da própria realidade, impactou profundamente as novas gerações de historiadores. Alguns estudiosos, pelo menos inicialmente, responderam a essas questões por meio de um grande ceticismo. Conforme destacou Alcides Freire Ramos:

Hoje em dia sabemos que é um ‘truísmo’ afirmar que um texto escrito por um historiador, do ponto de vista narrativo, compartilha muitos elementos com os textos escritos por um romancista. Roland Barthes, Hayden White, Michel de Certeau e Peter Gray, cada um a seu modo, mostraram isso de forma muito convincente. À luz de suas proposições é possível concluir que a escrita da história, como discurso, organiza-se sob forma de uma narração literária, só se diferencia desta na medida em que procura produzir um efeito de *realidade/verdade* por meio da citação de documentos. O que, em última análise, permite a verificabilidade.⁵⁰

Conforme destacado acima, alguns historiadores tenderam a descartar a objetividade como pretensão ou característica do fazer historiográfico. Por outro lado, arregimentou-se uma crítica a essa recusa. Para estes detratores, a tendência relativista seria temerária, já que poderia colocar em risco o próprio estatuto da disciplina História, igualando-a a mais uma forma de ficção. Entre esses dois polos, encontram-se ainda alguns intelectuais que se opõem ao antirrealismo, mas que procuraram reformular o realismo espontâneo do objeto, tal como o fez o filósofo Paul Ricoeur (1913-2005).⁵¹

As questões levantadas por autores como Foucault ou mesmo Hayden White⁵² e Paul Veyne⁵³ são importantes porque ajudaram a colocar a escrita da história como parte do problema do historiador. Entretanto, seria interessante interrogar: para compreender a singularidade da disciplina História, bastaria reconhecer a importância da escrita para a “operação historiográfica”? Diluir as fronteiras entre a produção literária e a historiográfica resolve a questão? Muitas foram – e variadas ainda são – as críticas a essa tendência de

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. ..., p.8.

⁵⁰ RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2002, p.39.

⁵¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. Crítica de duas questões relativas ao antirrealismo epistemológico contemporâneo. In: *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p.69.

⁵² WHITE, Hayden V. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

⁵³ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4.ed. rev. Brasília: UnB, 1998.

indistinção entre a narrativa histórica e as narrativas ficcionais. Entre essas apreciações, podem ser consideradas pelo menos três correntes interpretativas: os críticos que procuraram rechaçar o caráter literário e ficcional da disciplina História, problematizando, ainda, a primazia conferida à linguagem; os estudiosos que buscaram ultrapassar a dimensão ficcional imputada a determinados gêneros textuais (inclusive, o texto historiográfico), discutindo o próprio estatuto da linguagem frente à construção do real; e aqueles autores que têm, pelo menos desde o século XX, criticado a noção de um realismo espontâneo, sem, contudo, aderir às teses mais expressivas de relativização.

Entre os críticos mais representativos, pode-se citar Eric Hobsbawm (1917-2012). O historiador chamou atenção para a questão ética que envolve a aproximação não problematizada entre a narrativa historiográfica e as narrativas ficcionais. Interpelou-se: não há qualquer compromisso tácito da produção do conhecimento histórico com o real acontecido? Se a experiência pregressa é simplesmente um enunciado, quem controla a sua elaboração? Não existe realidade além dos enunciados que resistem ao tempo? ⁵⁴ Ao levantar essas questões, o autor abriu caminho para que fosse discutida a pretensão de verdade da produção do conhecimento histórico, pois, se é pertinente questioná-la, seria também relevante debater as consequências da sua simples negativa. Mesmo considerando os processos imagéticos e estéticos e, ainda, a subjetividade inerentes ao fazer historiográfico, seria possível, por exemplo, considerar que o holocausto ou a conquista das Américas são simplesmente ficções, elaborações discursivas ou versões?

Outros autores, também de orientação marxista, discutiram a questão. Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013), por exemplo, escreveu vários textos em que procurou sistematizar algumas críticas ao que ele e outros pesquisadores chamaram de “pós-modernismo”. Para o autor, existem duas grandes formas de analisar a vida em sociedade. A primeira, parte do pressuposto de que todo sujeito, individual ou coletivo, acha diante de si, na sociedade em que vem a existir, objetos, línguas, divisão de trabalho, ações e práticas, por ele reproduzidas, perpetuadas ou reinventadas, – permanentemente sob a égide do social. Juntamente com essa prerrogativa, estaria relacionada uma tendência holística de análise e de explicação, pensada de acordo com os contornos básicos das ciências da natureza. Por outro lado, o historiador evidencia o foco nas subjetividades, nas vivências, nas ideologias e nos sistemas simbólicos.

⁵⁴ HOBBSAWM, Eric J. Pós-modernismo na floresta. In: *Sobre História: ensaios*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 268-279.

Estes destaques se relacionariam com a perspectiva de compreensão e interpretação hermenêuticas. Decifrar as subjetividades individuais e coletivas seria o traço distintivo das Humanas – radicalmente diferente das Ciências Naturais. No entanto, para o historiador, reconhecer essa divisão não deveria significar abdicar a qualquer possibilidade de explicação ou análise.⁵⁵

Para Cardoso, a atenção dispensada às questões linguísticas e às subjetividades, é refratária ao rompimento com uma perspectiva radical, isto é, a uma tendência pouco sensível ao que pudesse escapar das estruturas sociais, econômicas e psíquicas. Contudo, essa ruptura teria significado o engendramento de outro radicalismo, como se a existência humana pudesse ser compartimentada em polos não comunicantes. O autor interroga: todo conhecimento e ação humana não passam de um conjunto de ideias, enunciados e representações? A experiência se dilui na narrativa?⁵⁶

Ainda segundo o citado historiador, uma das estratégias da nova história cultural, principalmente frente às suas carências filosóficas, seria o desenvolvimento de um desconstrucionismo radical, alicerçado no desmantelamento sistemático da cultura ocidental. O que teria sido colocado no lugar? Para Ciro Cardoso, a grande unidade ocidental, pouco reveladora em sua intransigência holística, foi substituída por uma pluralidade de unidades culturais, igualmente herméticas, pouco elucidativas e marcadas pelo fetiche das narrativas.⁵⁷ Essa transição, associada à recusa a qualquer possibilidade explicativa, ligar-se-ia a uma perspectiva conservadora e pragmática. Frente aos impasses surgidos no final do século XX – quando as promessas de emancipação foram desacreditadas, constituindo-se a ideia de triunfo das democracias liberais e do capitalismo –, algumas correntes intelectuais teriam deixado de lado qualquer ambição de explicação e/ou transformação do real.

Do ponto de vista dos intelectuais que trilharam os caminhos da valorização da linguagem, seria importante ultrapassar a simples definição da narrativa historiográfica como mais um gênero literário. Além disso, de acordo com essa perspectiva, não basta reconhecer a relevância das operações estéticas para a construção do conhecimento histórico, tampouco creditar a essas operações atributos antirrealistas. Era preciso discutir a própria linguagem como ação humana edificadora. Diferentemente de críticos como Eric Hobsbawm ou Ciro

⁵⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion. *A História na virada do milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas?* In: *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p.154.

⁵⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. *A História na virada do milênio ...*, p. 159.

⁵⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. *A História na virada do milênio ...*, p.167.

Cardoso, os autores ligados à discussão da linguagem não necessariamente advogam a favor da autonomia relativa das dinâmicas sociais e culturais. Seriam destacadas, de outra maneira, as seguintes questões: como as diferentes formas textuais e estilos (incluindo as narrativas historiográficas) se formam e se transformam historicamente? Qual o papel delas para a formação da real? ⁵⁸

Dentre os intelectuais que se debruçaram sobre essas questões, estão os que compuseram o *linguistic turn* (giro linguístico). Esse movimento colocou em primeiro plano a linguagem, considerada elemento crucial para a compreensão, mas, sobretudo, para a construção da vida em sociedade. Os marxistas ou os adeptos das primeiras gerações dos *Annales* colocavam em destaque as estruturas sociais como ponto de partida para quaisquer processos de compreensão sobre as vivências humanas. Os defensores do estruturalismo linguístico, por sua vez, afirmavam que a construção dos sentidos imputados ao mundo se dava a partir de uma composição sistêmica dos elementos da língua, que, isolados, não poderiam revelar essas estruturas essenciais. ⁵⁹

Muitos dos estudiosos ligados à tradição do giro linguístico tenderam a questionar essas duas posições, afirmando que a linguagem não seria um desdobramento das estruturas sociais e nem mesmo um conjunto de componentes que só ganham sentido por meio de uma combinação sistêmica. Nesse sentido, destacam-se três pontos: 1) a linguagem não corresponderia exatamente aos objetos no mundo; 2) este só poderia ser acessado por meio daquela; 3) portanto, a linguagem não é entendida como mero objeto do conhecimento, mas o seu fundamento, aquilo que lhe dá “condição e possibilidade”. ⁶⁰ Por meio dos jogos da linguagem, elaborados sincrônica e diacronicamente pelos sujeitos sociais, edificar-se-iam as identidades e a própria realidade. Embora o giro linguístico seja, por vezes, considerado um fenômeno do século XX, é relevante evidenciar que a sua estruturação remonta à crescente desconfiança – própria do mundo moderno – em relação à possibilidade de se elaborar enunciados objetivos, explicativos e apartados da realidade. De acordo com Marcelo Rangel e Valdei Araújo, existem duas condições importantes

⁵⁸ Sobre esse debate, ver: PALTI, Elias Jose; RABINOW, Paul. “GIRO LINGUÍSTICO” E HISTÓRIA INTELLECTUAL. In: ‘Giro linguístico’ e história intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p.19-24.

⁵⁹ LEMOS, Fabiano. Michel Foucault: filosofia, linguística e estruturalismo. *Revista Latinoamericana de Filosofia*, Vol. 39, n. 2, 2013, p.220-221.

⁶⁰ MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa e verdade*. 2013, Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, p.40.

[...] para a constituição do giro linguístico: uma histórico-estrutural – a aceleração radical do tempo própria da modernidade e o consequente questionamento acerca da serventia da história – e, posteriormente, a segunda, histórico-epistemológica – a tematização do que podemos chamar de impossibilidade de qualquer acesso privilegiado em relação à realidade. Desse modo, o século XX herda essa espécie de desafio epistemológico disponibilizado ao longo do século XIX, o qual foi enfrentado por pelo menos duas tradições distintas, a fenomenológico-hermenêutica e a neo- - historicista (ou pós-moderna). Em outras palavras, podemos dizer que o giro linguístico se constitui (e intensifica) a partir dessas duas tradições.⁶¹

O giro linguístico, ou a sua sistematização ao longo do século XX, possui várias tendências e diferentes representantes, dentre eles, John Pocock. Para esse estudioso, existe um contexto linguístico-social em que, por meio dos jogos de linguagem, formam-se determinados idiomas e vocabulários, por seu turno, entendidos como os pontos de partida para a elaboração dos atos de enunciação, de fala ou de discursos. Ao estabelecerem esses atos, os autores criariam “sublinguagens”, que, reinseridas no contexto linguístico, o poderiam atualizar, alterar e até inovar. Esse processo de construção parte da divisão entre: *langue* (língua) a *parole* (fala). O primeiro elemento, a língua, é compreendido como um produto social externo ao indivíduo, à dimensão sincrônica; enquanto o segundo, o ato de fala, é ligado à vontade individual, à diacronia responsável pela atualização da língua e da realidade acessível a partir desta.⁶² Dito de outra maneira: o indivíduo, quando nasce, encontra diante de si uma língua (como forma de construção e compreensão do mundo), elaborada culturalmente. Entretanto, esse novo sujeito social, ao entrar no jogo linguístico que inicialmente lhe é colocado extrinsecamente, poderá inovar tais padrões. De acordo com essa perspectiva, não existe realidade fora da linguagem: instância de articulação e expressividade do mundo.

Reinhart Koselleck (1923-2006) também parte dessa premissa, muito embora suas formulações tenham caminhado em outras direções. A preocupação inicial do historiador é a reformulação de um campo historiográfico específico: a história dos conceitos. Para ele, seria preciso repensar as fronteiras entre a história social e a história dos conceitos, discutindo a influência e a importância que um campo exerce (ou que poderia exercer) sobre o outro. De acordo com essa formulação, haveria uma separação apriorística entre a compreensão da realidade social em si mesma e a análise sobre a formulação conceitual sobre o real. Tal

⁶¹ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdeí Lopes. Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n.17, 2015, p.322.

⁶² POCOCK, John. G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p.66.

divisão é tida como um complicador, já que as experiências políticas e sociais não poderiam se concretizar sem o processo de significação inerente aos conceitos. A realidade não existe por si só, sendo codificada *a posteriori*. Koselleck faz uma distinção entre palavra e conceito: aquela, poderia ter vários significados, enquanto o último, necessariamente, abrigaria vários sentidos, construídos historicamente e socialmente. Uma “palavra se torna conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”.⁶³

O conceito é polissêmico, e é nessa variação que o historiador deveria atuar, pois o esforço de decodificação é entendido como uma forma de buscar compreender o complexo processo de construção do mundo social. Para o autor:

O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.⁶⁴

A variabilidade semântica dos conceitos se constituiria, portanto, como uma maneira de analisar as características “práticas” e “teóricas” de uma dada vivência. Essa perspectiva estabelece a possibilidade de crítica da divisão entre uma realidade pré-linguística e outra linguística. Autores como Koselleck reconhecem a existência de elementos pré-linguísticos, o que não significa considerar os componentes linguísticos uma reação a um mundo exterior. Muito pelo contrário, reconhecer uma camada pré-verbal significaria dar ênfase à especificidade e ao papel dos processos linguísticos e discursivos que marcam a construção social da realidade. Luiz Costa Lima, ao dialogar com Koselleck e a tradição intelectual ligada a esse escritor, destacou que o real não pode ser vivenciado como um território contínuo, “apenas reconhecido a partir do seu registro pelos órgãos dos sentidos”. Por outro lado, afirmou que, quando consideramos que a “realidade é o que se põe diante de nós e provoca reações, empregamos uma lógica *a posteriori*, pois convertemos em experiência passiva o que, na verdade, depende da participação ativa da subjetividade”.⁶⁵

A realidade não se limita aos fenômenos linguísticos e discursivos. De outra maneira, estes não são produtos ou interpretações de uma dinâmica externa. Essa constatação está ligada a uma tradição fenomenológico-hermenêutica, que, além de ter como referências filósofos como Walter Benjamin (1892-1940) e Jörn Rüsen, envolve historiadores e teóricos

⁶³ KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006, p.109.

⁶⁴ KOSELLECK, Reinhart. *História dos conceitos e história social*. ..., p.109.

⁶⁵ LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.23-24.

da literatura, dentre os quais podem ser lembrados: François Hartog, Hans-Georg Gadamer (1900-2002), Hans Ulrich Gumbrecht, Koselleck e Paul Ricoeur. São autores com produções muito distintas entre si, mas que partem da premissa de que “todo e qualquer pensamento e ação no interior do presente é determinado pela relação de intimidade com passados e futuros, os quais se constituem como ponto de determinação transcendental que orienta e determina cada presente”.⁶⁶ Essa tendência de análise se contrapõe à ideia historicista (ou neo-historicista) de um presente radicalmente autônomo em relação ao passado, por sua vez, fruto de uma reorganização dos homens na contemporaneidade. Portanto, ao contrário de uma relação linear e mais ou menos bem delineada entre um presente edificador e um passado a ser elaborado – ainda que por meio de uma criação provisória e imperfeita –, a tradição fenomenológico-hermenêutica configura-se a partir da noção de que

[...] o homem é a estrutura própria da constituição e temporalização da História. É a partir dele que ela se sedimenta e se diferencia, e isso por uma tensão entre determinado passado protagonista que vive no presente, outros passados obscurecidos, mas que continuam disputando espaços de protagonismo no interior da História (do presente) e, por último, a sua própria recepção (ou falta de recepção) no presente.⁶⁷

A história, como produção do conhecimento, não é entendida, nesse registro, apenas como uma elaboração intelectual e social sobre o passado, tecida e articulada no presente. Trata-se, antes disso, de uma das formas de orientação dos homens no tempo, ou seja, a historiografia pode ser compreendida como uma maneira de dar sentido ao passado e à própria existência, reconhecendo-se que existem outras narrativas sociais que também cumprem esse papel de orientação. Tal entendimento ajuda a pensar a produção do conhecimento histórico em relação a outras narrativas sociais, e não simplesmente em contraposição a elas ou se apropriando delas. Ao superar o legado da historiografia metódica, bem como ao problematizar as heranças do relativismo ceticista do fim do último século, foi possível a formulação de uma nova perspectiva. Com efeito: o que há de ficcional na produção do conhecimento histórico? Qual o papel da ficção para a construção e inteligibilidade do real? O que há de pretensão de verdade nas elaborações historiográficas e literárias?

Se a historiografia não é um sinônimo da compreensão possível e objetiva do passado, a literatura não pode ser simplificada e equiparada à ficção. As narrativas historiográficas apresentam uma “reivindicação de verdade”, muitas vezes menos proeminente nas narrativas

⁶⁶ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes. *Apresentação*. ..., p.322-323.

⁶⁷ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes. *Apresentação*. ..., p.323.

literárias, o que não quer dizer que tal reivindicação nelas inexista. Além disso, as duas narrativas guardam diferentes “metas discursivas”, leitores presumidos e pactos de leitura. No que tange ao primeiro ponto, Costa Lima apresenta o conceito de “aporia”: concepção de verdade que se pretende mais uniforme e sem fissuras. A diferença entre a produção historiográfica e a literária seria exatamente o fato de que a primeira é considerada menos porosa que a segunda, isto é: a historiografia, em função da sua reivindicação de verdade, seria mais aporética que a literatura, já que esta, ao se isentar do foco nos padrões pré-linguísticos, torna-se mais porosa.⁶⁸

A literatura não tem a mesma pretensão de verdade ou de verificação que a historiografia, o que não quer dizer que não apresente, em si, um papel de edificação e de orientação da realidade. De outra maneira, o leitor almejado pela produção literária é diferente daquele presumido pelos historiadores. Estes escrevem, sobretudo desde a consolidação da História como disciplina, principalmente para seus pares e para um público que demanda explicações mais sistematizadas sobre o passado, por meio de uma forma específica de narrativa. A verossimilhança do texto do historiador passa pela explicitação de suas fontes de informação e de acesso a uma dada realidade. A exposição desses lastros, contudo, não necessariamente se desenvolve no texto literário, que apresenta, geralmente, a ênfase na articulação e coerência estética da trama. Conforme sintetiza Luiz Costa Lima:

[...] a historiografia tem um trajeto peculiar: desde Heródoto e, sobretudo, desde Tucídides, a escrita da história tem por aporia a verdade do que houve. Se se lhe retira essa prerrogativa, ela perde sua função. Torna-se por isso particularmente difícil ao historiador não considerar prova aporética o que resulta do uso de suas ferramentas operacionais. As tentativas de Cornford e Hayden White de aproximá-la do poético procuravam conjurar essa dificuldade; terminaram, contudo, por criar um desvio tão grave quanto: converter a escrita da história em uma modalidade de ficção.⁶⁹

O literato não deixa de referenciar alguns acontecimentos e processos históricos, nem abre mão de construir sentidos para a existência humana, mas tais operações são desenvolvidas de uma forma diferenciada em relação às narrativas historiográficas. Por outro lado, os historiadores não podem excluir qualquer grau de ficcionalização de suas produções e também não prescindem dos processos estéticos que conferem forma e inteligibilidade para as narrativas. Acredita-se que, no que tange à produção do conhecimento histórico, à ficção e aos processos de imaginação, pode-se fazer uma analogia com o bordado. Este não existe sem as linhas (base material pré-existente). No entanto, essas linhas precisam ser articuladas por

⁶⁸ LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. ..., p.21.

⁶⁹ LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. ..., p.21.

meio de uma tessitura: a elaboração narrativa que demanda técnicas específicas, imaginação e criatividade. Além do mais, um bordado se torna inteligível exatamente em função das fissuras, das distâncias entre um ponto e outro, ou seja, desses poros que ajudam a dar forma ao traçado. Essas distâncias variam conforme o tipo de bordado e não podem ser excessivamente grandes, muito embora seja preciso manter espaçamentos mínimos para impedir a estruturação de uma simples massa homogênea e indistinta de linhas. Como bem destacou Walter Benjamin, o passado pode tornar-se mais nítido exatamente porque os vestígios que nos chegam estão como ruínas, conferindo a oportunidade de discernir o que nos chegou do passado e o que foi erodido pelo tempo. As ruínas seriam importantes para o historiador porque elas revelam como o passado foi presentificado. “As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas”.⁷⁰

Ao pensar nas relações entre a produção do conhecimento histórico e o literário, o mais produtivo não é apenas contrapor essas duas formas narrativas, mas, de outro modo, discutir a própria função da narrativa para a construção do mundo social. Nesse ponto, é ainda em Walter Benjamin que encontramos uma importante reflexão. Para o autor, a base de qualquer narrativa, pensada ou não como ficção, é a própria vivência, sendo a arte de narrar encarada como a faculdade de trocar experiências. Todavia, ainda de acordo com o filósofo, o Ocidente teria passado por uma tendência de separação entre a narratividade e as experiências. A difusão da escrita estaria ligada a esse distanciamento, frente ao contínuo processo de urbanização e de aceleração do tempo, próprio do mundo moderno. Estariam ameaçadas as relações entre “vida e morte, entre tempo e eternidade, em função de uma incessante busca do novo, do efêmero, que os poemas de Baudelaire apontariam com lucidez”.⁷¹ Walter Benjamin tentou tratar desse processo de forma poética, em *O narrador*:

[...] o tédio é o pássaro de sonho que choca o ovo da experiência. O restolhar nas folhagens afugenta-o. Os seus ninhos – aquelas atividades intimamente ligadas ao tédio – já desapareceram nas cidades, na província desmoronam-se também. Deste modo se perde o dom de escutar, e se vai extinguindo a comunidade dos que escutam. Contar histórias é sempre a arte de contá-las de novo, que se vai perdendo quando as histórias já não são retidas.⁷²

Para Benjamin, a separação entre o narrador e a palavra tecida na vivência comum traria um enfraquecimento da própria experiência. Embora seja possível imputar certo tom

⁷⁰ BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.197.

⁷¹ NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador, São Paulo: EDUFBA, UNESP, 2009, p.133.

⁷² BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, vol. 3, p.102.

nostálgico à análise do escritor, vale considerar que não se trata de um desejo de retorno às narrativas orais, mas de valorização da contextualização do discurso narrativo. Exatamente em função da impossibilidade de narrar, haveria uma necessidade política e ética de rememoração do passado, proporcionando-se a ampliação da experiência do tempo como um contraponto à aceleração do mundo contemporâneo. Por outro lado, seria fundamental discutir a narratividade como forma de apreensão e organização da realidade. É associado a esse processo que se pode pensar em uma autorreflexão da forma artística, isto é, a representação simultânea sobre algo e sobre a meditação em si. Não bastaria pensar no que e em como representar, mas também nas condições de representação. Por meio dessa perspectiva, considera-se que a forma artística, incluindo a literária, interioriza e reestrutura uma forma que já existia, criando um reflexo: não entre os acontecimentos e a sua configuração no âmbito das artes, mas entre as afinidades e as dissonâncias inscritas na essência e na aparência dessas duas esferas. Trata-se, portanto, de um processo de internalização de uma forma histórica previamente existente por outra forma histórica (a estética).

Por isso podemos dizer que Benjamin atribui à obra literária uma interioridade complexa: ela apresenta uma contradição formal que garante a inteligibilidade de sua autonomia, mas também – e ao contrário – ela decanta a forma da contradição do mundo, demonstrando ter uma relação intrínseca (ou melhor, uma relação formal) com ele.⁷³

Pode-se considerar que a produção literária, de acordo com Benjamin, apresenta uma “interioridade complexa (dialeticamente contraditória e relativamente autônoma)”.⁷⁴ Além disso, por meio da arte, do próprio processo de narrar, seria possível recompor a dispersão dos sentidos, das vivências e do tempo. O filósofo apresenta uma importante contribuição para a discussão sobre a literatura, de uma forma específica e sobre o papel das narrativas, de uma maneira mais geral. As narrativas, vinculadas à noção de experiência, não são entendidas apenas como elaborações sobre as vivências. Elas criariam, isto sim, as condições de inteligibilidade, indispensáveis para a estruturação do real, e isso tanto em relação às narrativas ficcionais, como as outras que não são assim entendidas, como as historiográficas, por exemplo.

As análises benjaminianas são relevantes para a discussão exposta, mas também se destacam as contribuições de pensadores mais contemporâneos, dentre eles, Paul Ricoeur. O autor, por meio de uma discussão ligada à filosofia da linguagem, procurou afirmar a

⁷³ CORDEIRO, Marcos Rogério. Considerações sobre teoria e método histórico-literário. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v.14, 2009, p.160-161.

⁷⁴ CORDEIRO, Marcos Rogério. *Considerações sobre teoria e método histórico-literário*. ..., p. 161.

narratividade como a forma de expressão da própria historicidade. Para Ricoeur “existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da existência humana uma correlação que não é puramente accidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural”.⁷⁵ Para fundamentar sua hipótese, o filósofo busca na tradição filosófica:

Reflexões sobre dois tipos de tempo, o cósmico, objeto da física e de pensadores como Aristóteles e Kant e o vivido, o íntimo, definido inicialmente por Agostinho e Husserl. Para os primeiros, o tempo é concebido como movimento de um corpo. Para os segundos, como distensão da alma. Tais tempos, pela sua própria natureza abstrata, seriam intangíveis. Corresponderiam ao que Ricoeur chama de tempo *pré-configurado*. Um tempo onde tudo está acontecendo. Múltiplas histórias ocorreriam de modo concomitante, ao mesmo tempo, emaranhadas num amplo tecido de vidas imbricadas sem uma lógica que as articule e lhes dê sentido.⁷⁶

Existiria, além desses dois tempos intangíveis (o cósmico e o vivido), um terceiro tempo, elaborado na interseção dos outros dois. Trata-se do tempo construído pela narrativa. Para Paul Ricoeur, o tempo da narrativa seria o tempo humano por excelência, visto ser este acessível por meio da linguagem. Sua função é dar significado aos acontecimentos, retirá-los do caos em que *a priori* se encontram. O tempo vivido seria inalcançável, sendo a narrativa uma concordância lógica da discordância vivida, ou seja, uma intriga, uma composição que faz concordar o que inicialmente não se liga: os diversos tempos discordantes pré-configuracionais.⁷⁷ A narrativa é uma construção poética que possibilita o reconhecimento da experiência vivida, exatamente em função de seu caráter mimético.⁷⁸ Essa configuração, tipicamente humana, seria fundamental para se desvendar o mundo.

O tempo “torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge o seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal [...] não haveria tempo que não fosse narrado”.⁷⁹ Essa racionalização que o homem confere ao tempo foi denominada pelo autor “inteligência narrativa”. Retomando alguns pressupostos de Martin Heidegger (1889-1976), Paul Ricoeur afirmou que todas as narrativas são formas de construção do nosso ser no tempo, e isso significa considerar que as diferentes formas de narração, mais ou menos ficcionais, com maior ou menor número de referências verificáveis em relação ao “real”, são recriações humanas para dar sentido e

⁷⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994, vol.1, p.85.

⁷⁶ NOVA, Cristiane. *Narrativas históricas e cinematográficas*. ..., p.137.

⁷⁷ REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. ..., p.70.

⁷⁸ REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. ..., p.70-71.

⁷⁹ DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: UNESP, 2001, p.70.

inteligibilidade ao mundo. Essas intrigas, portanto, reconfiguram uma experiência humana confusa e, por isso mesmo, dependente da mediação.

Ricoeur destaca a existência de três importantes narrativas criadas ao longo da história humana: o mito (que teria sido sistematizado principalmente a partir da *Poética* de Aristóteles), a ficção narrativa e a produção historiográfica. Todas elas teriam na intriga sua estruturação básica e seriam pautadas por diferentes formas de mediação com o real. Ao invés de pensar nessas variadas mediações, os pesquisadores teriam promovido, em função de uma crescente racionalização, uma cisão entre a ficção e a produção do conhecimento científico. Dentre os campos do saber que embarcaram nessa separação estaria a disciplina História. Diferentemente do divórcio, o autor propõe uma análise relacional: o tempo configurado (a narração) não seria uma contraposição ou desvirtuamento do tempo pré-configurado (a realidade que antecede a narrativa). Haveria uma continuidade e complementariedade entre as estruturas pré-configuracionais (que ainda não passaram pelo processo de inteligibilidade próprio da operação narrativa) e as atividades de configuração (a construção da narração). “Narrar, seguir, compreender histórias é só a continuação dessas histórias não ditas”.⁸⁰

Ao conceber uma realidade pré-existente e a narração, Paul Ricoeur não elimina o referente. Para ele a realidade não se encerra no texto. De outra maneira, é levado em conta o papel da narrativa para a gestação do mundo tal como nós o percebemos, vivemos e reconstruímos continuamente. Segundo o autor:

Não que tudo seja linguagem, como é dito às vezes, com excesso, nas concepções em que a linguagem perdeu sua referência ao mundo da vida, àquele da ação e comunicação entre as pessoas. Mas, se nem tudo é linguagem, tudo, na experiência, não adquire *sentido* senão sob a condição de ser levado à linguagem.⁸¹

Como se apontou anteriormente, o filósofo parte dos pressupostos de uma fenomenologia hermenêutica, isto é: o fenômeno é o que aparece, e não o que se mostra (fenomenologia) e exige interpretação (hermenêutica).⁸² Ricoeur se apoia e aperfeiçoa a fenomenologia de Husserl. A premissa é de que a consciência é intencional, é sempre consciência de alguma coisa: ela percebe fenômenos exteriores e, ao reconhecê-los, percebe a si mesma. O pensamento se renova no curso da própria vida. Essa noção conecta-se a uma perspectiva de análise que busca salientar a vida longa da interpretação dos signos, dos símbolos e dos

⁸⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. ..., p.115.

⁸¹ RICOEUR, Paul. *apud* MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur* ..., p.46.

⁸² REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. ..., p.30.

textos, que deveriam ser compreendidos como integrantes de um processo humano mediado pelas configurações narrativas.

Para tratar da tessitura da intriga, que dá coerência e sentido ao mundo, Ricoeur procurou sistematizar o que chamou de *triples mimeses*. A primeira mimese seria a pré-compreensão humana, mediada pela linguagem e desferida por sujeitos que possuem motivações. Trata-se da existência pré-configuracional, que demanda uma narração, entendida como organização/composição que vai alinhar o que inicialmente é irreconciliável. Existe um mundo em ação, que possui uma estrutura narrativa implícita, mas que precisa ser configurada. Tal processo se dá a partir da segunda etapa (ou segunda *mimeses*), que é precisamente a composição textual, a tessitura do enredo, que funciona como um pivô mediador entre o primeiro estágio e o terceiro.

Essa terceira fase, por sua vez, é a refiguração: a leitura, entendida como o momento em que o leitor se apropria do texto: esse vivido tornado inteligível por meio da configuração narrativa. A reconfiguração (*mimeses* três) completa o ciclo hermenêutico de compreensão do mundo e, ao atuar nessa operação de inteligibilidade, o leitor toma consciência da realidade e de si mesmo. Pode vir inclusive a se transformar. A construção da narrativa envolveria, com efeito, a análise de processos anteriores e posteriores à elaboração da intriga em si, afirmando-se a necessidade de se “reconstruir o conjunto de operações pelas quais uma obra emerge do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda o seu agir”.⁸³

A elaboração do texto, em si, é entendida como uma das dinâmicas sociais que dão forma às narrativas. A partir dessa concepção, é possível relativizar a pretensa descontinuidade entre a narrativa e a realidade: como se esta fosse determinante, externa ou apenas apropriada por aquela, ou, ainda, como se não houvesse realidade para além do texto. Para Ricoeur, existe uma estrutura formal da narrativa (a sua configuração) e uma estrutura da ação. As narrativas se materializam por meio de diferentes formatos (textuais, imagéticos, orais). Antes dessa estruturação, porém, existe uma ação humana que contém elementos basilares para a edificação posterior. A narrativa começa a ser construída na própria ação humana, pois existe uma estrutura implícita nesse agir: “a ação já possui em sua própria vivência uma estrutura narrativa implícita [...] Ninguém se perde no vivido, o que supõe que

⁸³ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. ..., p.106.

haja uma tácita pré-compreensão da existência”.⁸⁴ Se as bases da narração se encontram na ação, a construção da coerência acaba demandando a configuração, isto é, a organização desses elementos pré-estruturados. Nesse sentido, a ação se distingue, aqui, do movimento físico, pois é

[...] mediada por linguagem e produzida por sujeitos que possuem motivos – eles explicam por que alguém fez alguma coisa –, projetos, objetivos, circunstâncias que, por sua vez, levam à interação e à cooperação, ou à competição e à luta. Segundo a *Poética*, a intriga *imita* – de maneira criativa e não reprodutiva – essa estrutura do agir e sofrer humanos. A mesma inteligência que utilizamos para compreender a ação é empregada para seguir uma história.⁸⁵

O conceito de narrativa, tal como elaborado por Ricoeur, mas também, até certo ponto, como foi formulado por Benjamin, abre a possibilidade de pensar a obra literária como parte de uma dinâmica social de compreensão da realidade. E compreender, aqui, significa edificar. Assim, destacam-se o processo de configuração de uma obra, e, igualmente, os elementos pré-configuracionais e a apropriação levada a termo pelos leitores. Mais do que considerar a obra literária como fonte possível, desde que reveladora de estruturas sociais determinantes, ou como fonte/objeto de interesse, a partir da sua submissão a um método anteriormente elaborado e garantidor da extração da verdade possível, almeja-se pensá-la como parte dos processos que conformam um dado contexto político, cultural e social. A produção literária não se confunde simplesmente com a historiográfica, pois apresenta outro “contrato de verdade”, tampouco guarda os mesmos nexos com o real, que uma documentação oficial ou oficiosa, bem como qualquer outra que tenha lastros mais explícitos. Porém, como configuração de narrativas sociais em elaboração, uma obra literária pode ser reveladora de formas de dar sentido ao passado e à própria existência.

III. A desconstrução da narrativa queiroziana: procedimentos metodológicos

Almeja-se “reconstruir o conjunto de operações pelas quais uma obra emerge do fundo opaco do viver”, no caso em questão, a obra *Os Maias*, compreendida como o resultado de um processo de (re) criação da realidade. O objetivo é pensar a construção da narrativa eciana, ela mesma, uma reelaboração de narrativas sociais previamente configuradas (textos ou referências lidas e apropriadas) ou pré-configuradas (as vivências, as sociabilidades e os

⁸⁴ REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 292.

⁸⁵ MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur ...*, p. 65.

debates). Para tanto, será analisado o processo configuracional do romance *Os Maias* e, trabalhando dessa maneira, o seu papel, no contexto do século XIX, poderá ser clarificado. Ultrapassando o reconhecimento da obra pela crítica literária, que, em grande medida, se deu, conforme destacado, no século XX, ou, ainda, não se limitando ao empenho despendido pelo escritor na criação e promoção do romance – que demandou, no mínimo, oito anos de dedicação –, pretende-se tratar da sensibilização política e estética revelada a partir da construção da obra em questão.

A deferência do próprio autor e a amplitude do processo criativo são indicadores importantes, não há dúvida. Se o escritor fez tanto empenho de que essa obra fosse publicada, é porque tinha interesse que as questões ali amalgamadas fossem conhecidas. Inclusive é preciso afirmar, de antemão, que *Os Maias* foi o último romance publicado por Eça em vida, sendo que, posteriormente, socializaram-se algumas obras em folhetim, nem todas em sua integralidade, mantendo-se a maior parte dos trabalhos engavetados. Destaca-se, porém, que não se trata apenas de uma questão voluntarista, mas de perceber que, a configuração da narrativa em destaque, pode ter sido a ligação mais bem acabada entre as expectativas do autor (crivadas por valores e vivências sociais); a apropriação de referências, ideias e debates (o trabalho intelectual); e a sistematização do texto em si (de acordo com os critérios editoriais e as práticas sociais de leitura da época). Essa é a aposta desta tese.

Nesse sentido, um dos primeiros passos é a problematização das referências de Eça de Queiroz, levando-se em conta o seu trabalho intelectual. Nessa primeira fase da criação, opera-se um encontro crucial entre os mundos dos textos (as referências) e da vida (com os interesses individuais e as orientações coletivas). Entende-se que, já nessa etapa do trabalho, está se operacionalizando a elaboração da narrativa, que ganha forma mais clara por meio da escrita. Isso porque as possíveis leituras, as escolhas de diferentes referências, bem como a exclusão de outras, guardam significados reveladores da trama articulada. Tais operações podem ser pensadas, nesse sentido, como a própria construção da estrutura significativa da obra, considerando o trabalho intelectual uma prática cultural. Conforme destacou Ângela de Castro Gomes, as leituras e a escrita de um intelectual são dinâmicas que presidem:

[...] o processo de apropriação cultural, fundamental quando se trabalha com a perspectiva teórica de que não há atores sociais passivos: nem leitores, nem ouvintes, nem ninguém. [...] como práticas culturais, são processos extremamente complexos, envolvendo, histórica e sociologicamente, a experiência e a imaginação dos atores sociais deles participantes que, por meio delas, reinterpretem a realidade em que vivem, recriando significados e encontrando brechas em um sistema cultural, ou, em vocabulário de Antony

Giddens, operando o que se conceitua como dupla hermenêutica: sempre interpretando interpretações.⁸⁶

A discussão desenvolvida nesta tese, parte exatamente do princípio de que não existe influência ou determinação no trabalho intelectual: nem de um autor sobre o outro, nem de uma obra sobre outra. As ideias estão em permanente circulação, sendo recriadas por processos suscetíveis a intempéries individuais e a dinâmicas socioculturais. O que ocorre invariavelmente é um diálogo criativo, envolvendo diferentes sujeitos e tessituras. Do ponto de vista de uma história intelectual, convém pôr em relevo a relativização do que se intitulou durante algum tempo como uma história das ideias, ou seja, a análise dos principais caracteres inerentes a um determinado pensamento, como se tal formulação existisse por si só.

Contrariamente a essa “história descarnada”, tem-se destacado a importância da análise de outras questões, que não se limitam a uma articulação abstrata. As origens de uma História das Ideias remontam ao historicismo alemão do século XIX, cuja concepção estava centrada no aspecto fenomenológico da criação intelectual, isto é, no reconhecimento de uma transcendência e autonomia das ideias: buscava-se o “espírito do tempo”, radicado em uma determinada “cultura intelectual”.⁸⁷ Uma inflexão importante em relação a essa perspectiva veio a desenvolver-se no século XX, destacando-se as contribuições de Arthur Lovejoy (1873-1962). O autor articulou uma possibilidade de análise que leva em consideração as particularidades e o desenvolvimento interno de “sistemas individuais de ideias”. A essas singularidades – que não se reduziriam a um processo independente e autoexplicativo –, o autor chamou de “ideias-unidade”, abrindo-se caminho para se pensar nas elaborações intelectuais a partir da complexidade e da pluralidade de suas manifestações.

Ao lidar com a história das doutrinas filosóficas, por exemplo, a história das ideias interfere nos rígidos sistemas e, para seus propósitos, desmembram-se em seus elementos componentes, naquilo que pode ser chamado de ideias-unidade. O corpo total de doutrina de qualquer filósofo ou escola filosófica é quase sempre um agregado complexo e heterogêneo [...] Esse corpo não é só

⁸⁶ GOMES, Ângela de Castro. A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro. In: DUTRA, Eliana de Freitas Dutra (Org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.143-144. É preciso salientar a importância desse trabalho da professora Dra. Ângela de Castro Gomes. Tive acesso à pesquisa, antes de ser publicada por meio do texto citado, na abertura do II Encontro de Pesquisa em História da UFMG – o EPHIS –, ocasião na qual a importante historiadora proferiu uma conferência inspiradora. Devo também muitas das ideias que serão expostas adiante à professora Dra. Eliana de Freitas Dutra que, por meio da disciplina *Metodologia da História e Historiografia: Intelectuais e História Intelectual*, ministrada no segundo semestre de 2013, contribuiu indelevelmente para a pesquisa levada a cabo. Registro, aqui, meus agradecimentos à citada professora.

⁸⁷ FALCON, Francisco Calazans. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997, p.122-123.

um composto, mas também um composto instável, embora, era após era, cada novo filósofo se esqueça dessa melancólica verdade.⁸⁸

Igualmente ao longo do século XX, teceu-se um tipo de abordagem que foi chamada de História Social das Ideias, que teria como foco os processos societários que marcam as formulações intelectuais. Essa tendência reforçou a perspectiva de que as ideias não são autônomas, mas, sim, elaborações sociais marcadas pelas condições de existência e/ou pelas estruturas mentais de uma época. Valorizou-se a importância das hierarquias, da segmentação classista, das ideologias dominantes ou de dominação, enfim, de certo *éthos* coletivamente construído e conformador. Uma tendência sociológica marca também um campo ou subárea do conhecimento que, algumas vezes, tem sido denominado História dos Intelectuais. Não se trata de valorizar os determinantes sociais ou os universos mentais relativamente partilhados, como tende a fazer uma História Social das Ideias, mas, isto sim, de tomar o sujeito intelectual, destronado do sua torre do marfim, como problema.⁸⁹ A questão central gira em torno de fatores como as redes de sociabilidade, os projetos individuais e/ou geracionais, as disputas, os interesses subjacentes, as trajetórias, os conflitos e os debates.⁹⁰ Essa articulação não implica desenvolver um estudo compartimentado e determinado a partir do sujeito criador e suas práticas – o escritor ou intelectual também faz parte dos fenômenos discutidos. Ao invés de se pensar em uma criação unilateral, busca-se analisar o papel de um conjunto de agentes e de uma miríade de “problemas sociais”.⁹¹

Dialogando com esses diferentes segmentos, mas tendo como foco a produção dos homens de letras/ intelectuais, uma História Intelectual (talvez outra subárea ou abordagem) parte da discussão dos processos de escrita e criação de uma obra (como a edição, por exemplo), bem como da análise da historicidade dos conceitos e da discussão sobre a difusão e mediação cultural das ideias, sistematizadas em formas textuais ou não. Em consonância com essas questões, privilegia-se a análise dos diferentes tratados, textos e textualidades, tendo ainda como destaque os debates em torno dos diálogos intertextuais e das discussões sobre as leituras e as apropriações intelectuais.⁹² Esses elementos, por seu turno, devem ser

⁸⁸ LOVEJOY, Arthur. *A grande cadeia do ser: estudo da história de uma ideia*. São Paulo: Palíndromo, 2005, p.13.

⁸⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.236.

⁹⁰ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. ..., p.248-256.

⁹¹ WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.282.

⁹² Dominick Lacapra ofertou importante contribuição para esse debate. Advogando a favor de um diálogo maior com a crítica literária, o autor afirmou ser necessário rever as abordagens que procuravam apartar textos e

concebidos como indissociáveis do conjunto das práticas sociais, das crenças articuladas (por indivíduos e coletividades) e de certa ambiência cultural.⁹³ Trata-se de uma perspectiva que se detém tanto nos intelectuais e nas tradições consagradas, quanto nos autores anônimos e nos movimentos considerados marginais.

Na realidade o que se convencionou chamar de uma História Intelectual pode ser considerado como uma disciplina ou campo do conhecimento, uma vez que os objetos, as perspectivas de análise e as abordagens são variados e interdisciplinares. Transita-se entre outros domínios historiográficos ou disciplinas, tais como: a História dos Intelectuais, História Cultural, História Política, Filosofia da Linguagem e História dos Conceitos. Não é fácil definir um campo de conhecimento, o que geralmente se tenta fazer com muitas polêmicas, debates e imprecisões, nunca certezas. Além disso, é salutar levar em conta que as divisões apresentadas não podem ser pensadas de forma estanque. Elas são possibilidades de abordagem: com potenciais e limites, colocando em relevo alguns aspectos em detrimento de outros. O mais interessante é tomar emprestado os elementos que melhor dialoguem com o problema trabalhado. Levando em conta tal prerrogativa, esta tese apresenta afinidades maiores com uma abordagem que preze pela desconstrução do texto. Consideram-se alguns aspectos pertinentes à trajetória de Eça de Queiroz e de sua geração, mas não se trata de uma História dos Intelectuais, muito menos de uma História Social das Ideias, tal como foi esboçado. A ênfase recai sobre o processo de criação das ideias – encarnadas na própria tessitura da obra analisada –, assim como na sensibilidade cultural inerente a essa elaboração.

Com efeito, para analisar a narrativa eciana, uma das primeiras etapas foi a pesquisa sobre as possíveis leituras/apropriações do autor, entendendo-as como parte da criação. Uma primeira medida foi trabalhar com a biblioteca que pertenceu ao escritor, em parte, preservada na Fundação Eça de Queiroz (FEC). Na ocasião em que fiz a minha primeira visita à instituição, constatei que boa parcela do acervo bibliográfico do romancista se perdeu logo após a sua morte. Depois do ocorrido, a família do escritor se mudou de Paris, onde morava até então, para Lisboa. Os pertences do escritor, seu corpo e os bens familiares foram transladados pelos navios que levavam para Portugal o acervo que representou o país na

contextos, como se essa divisão fosse possível ou produtiva. Ao contrário, defende-se a importância do debate em torno das diferentes textualidades, colocando em evidência as relações complexas entre o presente e o passado, os textos e as realidades do discurso, além das formas de leitura, interpretação e apropriação textual. LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, langue*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

⁹³ ALTAMIRANO, Carlos. Ideas para un programa de historia intelectual. In: *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005, p.13-17.

Exposição Universal, realizada em Paris em 1900. Uma dessas embarcações, o *St. André*, naufragou na chegada a Lisboa; e com o ocorrido, perdeu-se boa parte dos livros do romancista, bem como suas anotações mais pessoais, de cunho autobiográfico. Além do mais, Emília de Castro (1857-1934), então viúva de Eça de Queiroz, partiu para a cidade de Vigo, deixando os livros do marido em Lisboa aos cuidados de uma antiga criada. Esta tinha um genro tipógrafo, Danton, que teria, segundo os relatos da família do romancista, surrupiado boa parte do acervo restante. Ao que tudo indica, o laráprio roubou principalmente os livros em língua portuguesa.⁹⁴

Em função dessas perdas, só é possível contar com uma amostra dos livros que pertenceram a Eça de Queiroz. Analisei o catálogo com a descrição dos exemplares restantes, e esse trabalho será relevante para a discussão que se pretende desenvolver. Seja como for, formulei outra estratégia, procurando trabalhar com as apropriações do autor por meio da própria dinâmica de leitura e escrita. Para tanto, foram analisadas as citações feitas nos romances. Esse trabalho foi possível, em grande medida, porque Eça não poupava nas citações de autores, obras, correntes de pensamento, referências políticas, etc. A profusão de menções nas obras, formata-se como rica oportunidade de análise do trabalho intelectual.

Somam-se treze romances entre publicações não póstumas, semipóstumas e póstumas, a saber: ⁹⁵ *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870),⁹⁶ *O Crime do Padre Amaro* (1875; 1876),⁹⁷ *O Primo Bazílio* (1878), *O Mandarin* (1880), *A Relíquia* (1887), *Os Maias* (1888), *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900), *A Ilustre Casa de Ramires* (1900),⁹⁸ *A Cidade e as Serras* (1901), *A Capital!* (1925),⁹⁹ *O Conde d'Abranhos* (1925), *Alves & C.^a* (1925) e *A*

⁹⁴ Sobre essas perdas, ver: MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós ...*, p.473-480.

⁹⁵ Essa classificação apresenta-se no projeto: *Edição crítica das obras de Eça de Queirós*. Consideram-se as obras ecianias publicadas antes e após a morte do autor. Destas, existem duas situações diferentes: as produções que estavam em processo de publicação quando Eça ainda estava vivo, sendo editadas parcialmente com a sua atuação (semipóstumos), e aquelas que só passaram por esse processo, em sua integralidade, postumamente. Vale ainda considerar que o foco reside sobre a produção romanesca do autor. Os contos foram lidos, mas não discutidos e analisados.

⁹⁶ Escrito em parceria com Ramalho Ortigão.

⁹⁷ O romance foi publicado em folhetim em 1875 e, como livro, em 1876. Como são versões muito distintas – que alguns analistas consideram como obras diferentes –, são levadas em conta as duas datas.

⁹⁸ O romance foi parcialmente publicado em folhetim em 1897, na *Revista Ocidental*. Não consideramos essa data como a da primeira publicação, pois essa primeira versão pode ser encarada como uma espécie de rascunho da obra, que veio a ser finalizada e publicada em 1900. Diferentemente do caso de *O Crime do Padre Amaro*, a publicação em livro da *Ilustre Casa de Ramires* não pode ser lida como uma segunda versão, mas como a finalização de seu processo de elaboração.

⁹⁹ Dentre os romances publicados postumamente, *A Capital!* foi o que mais fortemente sofreu alterações, introduzidas pela pena do filho do romancista. Em função das modificações e como os originais do romance não estão integralmente disponíveis, alguns especialistas não sabem precisar o que há efetivamente da contribuição de Eça de Queiroz nesse texto, razão pela qual fiz a opção de não trabalhar com as citações apresentadas na obra.

Tragédia da Rua das Flores (1980). Trata-se de um conjunto de obras que foi publicado entre os séculos XIX e XX, com processos editoriais muito diversos.

Optou-se pela leitura das primeiras edições dos romances, publicadas no século XIX, disponíveis no sítio da BN de Lisboa: <http://www.bnportugal.pt/>. Quanto às que não foram editadas no contexto oitocentista, é relevante considerar os seus contextos de publicação. De acordo com Medina, as produções semipóstumas e póstumas de Eça vieram a público em dois momentos distintos. Inicialmente, evidencia-se a ação de amigos dedicados que publicaram, preferencialmente, os textos jornalísticos ou os literários que apenas não tinham passado pela revisão final do autor: *As Cidades e as Serras, A Ilustre Casa de Ramires, Cartas de Inglaterra, Ecos de Paris e Lendas de Santos*.¹⁰⁰

Passados 25 anos da morte do romancista, seus familiares resolveram publicar uma série de obras, composta por cartas e manuscritos originais, sem o acabamento que havia marcado a produção do autor. São elas: *A Capital, Alves & C.^a, Correspondências, Notas de Viagem, O Conde d'Abranhos e Páginas esquecidas*.¹⁰¹ Em 1980, os descendentes do escritor resolveram disponibilizar os originais de *A Tragédia da Rua das Flores*, até então uma obra conhecida *en passant*. Conforma-se, portanto, mais de um século de história editorial, sendo boa parte dessas publicações desenvolvidas ao longo do século XX, muito em função do processo de canonização do autor, que contou com a ação de seus próprios familiares. Sobre as primeiras publicações dos póstumos, em 1925, o filho mais velho de Eça afirmou:

[...] que foi preciso um período de cristalização durante o qual se fixasse a personalidade artística de meu pai [...] que ele ficasse de vez nas letras portuguesas. [...] Hoje, porém, passados 20 anos, já consagrado o estilo de perfeita elegância por uma obra de perfeita harmonia, torna-se admirável ou de alto interesse literário a publicação destes últimos manuscritos.¹⁰²

As obras póstumas publicadas, pela *Lello* em 1925, estruturam-se por meio de um processo editorial sublinhado por outra temporalidade, a do século XX, quando Eça de Queiroz passou a ser valorizado e interpretado de uma forma muito diferente do que havia sido no século anterior. Não obstante, essas primeiras edições tiveram o texto original consideravelmente alterado pelo filho do autor. Interferências que motivaram alguns críticos a retrabalharem os originais, com vistas a garantir maior fidelidade ao contexto eciano de elaboração. Por essas razões, no que se refere aos romances publicados pela primeira vez nos

¹⁰⁰ MEDINA, João. Prefácio; MATOS, Alfredo Campos. In: *A Tragédia da Rua das Flores*. Lisboa: Moraes-Editores, 1980, p.32-33.

¹⁰¹ MEDINA, João. Prefácio; MATOS, Alfredo Campos. *Prefácio...*, p. 34.

¹⁰² QUEIROZ, José Maria d'Eça. Introdução à *Capital*: Os últimos inéditos de Eça de Queiroz. In: QUEIROZ, Eça de. *A Capital*. 7.ed. Porto: Lello, 1971, p.13-14.

anos 1920, optou-se pela leitura e a análise de edições mais recentes. Essas publicações foram estruturadas através de um trabalho de crítica textual criterioso, comprometido com a época em que as obras referidas estavam sendo concebidas por Eça. Desenvolveu-se uma pesquisa sobre as diferentes publicações dos póstumos, escolhendo-se trabalhos como os que integram a *Edição crítica das obras de Eça de Queiroz*, ou publicações como as que foram laboriosamente fixadas por Alfredo Campos Matos e João Medina.

Para a análise dos romances foi construída uma chave de leitura que contava, inicialmente, com quatro questões: as críticas tecidas pelo autor à sociedade portuguesa, as apropriações de referências ligadas ao liberalismo, as representações sobre a “geração de 1870” e as apreciações direcionadas à burguesia e à aristocracia. Essas questões foram reformuladas, mas também foram articuladas a outras, principalmente quando o foco ultrapassou a questão dos enredos dos romances. Dentre esses pontos de análise, destacam-se:

- os autores citados;
- as obras;
- os conceitos e correntes de pensamento mencionados;
- os movimentos, eventos históricos;
- as personagens, as narrativas ficcionais;
- personalidades políticas apropriados.

Esses itens foram selecionados, além do mais, pela constatação de que algumas questões precisavam ser pensadas de forma relacional. Para a compreensão das críticas que o autor teceu sobre a sociedade portuguesa sob a monarquia liberal, não basta se atentar para os elementos diretamente relacionados ao regime, pois a forma como o escritor se referia a outros eventos, movimentos e autores, inclusive do próprio Antigo Regime, pode ser importante. A ordem de leitura dos romances seguiu o próprio percurso criativo do escritor, verificado em suas cartas. Estas últimas, por sua vez, foram analisadas, num primeiro momento, com o interesse de se discutir os processos editoriais em que o autor se envolveu. Entretanto, por meio desse trabalho, reconheceu-se que as missivas, muito além de contextualizar a criação dos romances, são fontes preciosas sobre o trabalho intelectual de Eça de Queiroz. As cartas são ainda raros vestígios sobre a trajetória pessoal do escritor, já que, como se viu, grande parte dos escritos de cunho autobiográfico se perdeu.

Como felizmente esse não foi o destino das missivas, pode-se contar atualmente com um acervo de mais de 915 cartas, conhecidas ou que não foram omitidas. Muitas delas estão

disponíveis no espólio do escritor, como, por exemplo, aquelas que ele enviou para a sua esposa. Outras, só foram conhecidas com o passar do tempo, conforme os destinatários, seus descendentes ou colecionadores as tornaram públicas. São ao todo 24 publicações com os documentos, algumas com mais de uma edição. A primeira delas data de 1916, organizada por Antônio Cabral, e a mais recente é de 2014, coordenada por Alfredo Campos Matos. Esse estudioso da vida e obra de Eça de Queiroz desenvolveu, até o momento, a coletânea mais completa das cartas do romancista, por meio de uma primeira publicação em dois volumes, que saiu no ano de 2008.¹⁰³

Para trabalhar com um acervo de correspondências é preciso de antemão compreender exatamente qual a sua história de preservação e de divulgação. No caso das missivas em destaque, trata-se de um processo que inicialmente encontrou alguma resistência da família do escritor, principalmente em relação àquela parcela do acervo que revela mais claramente algumas facetas da sua vida pessoal, uma dificuldade relativamente comum na divulgação de escritos que estão na fronteira entre o interesse público e a privacidade dos indivíduos. Foi preciso que a obra eciana se consolidasse como parte do patrimônio cultural lusitano e da própria língua portuguesa, para que muitos dos escritos, incluindo os de cunho biográfico ou memorialístico, tornassem-se públicos. É de se esperar que, com o tempo, o pacto de privacidade inerente aos documentos seja revisto, ou que ganhe novos sentidos.¹⁰⁴ Isso porque, passados 50 ou 100 anos, as cartas já não revelam essencialmente a intimidade de homens vivos e de suas famílias, mas, de outro modo e adicionalmente, dão a ver nuances das trajetórias de sujeitos que marcaram a vida pública, no caso específico, por meio da história das letras.

Todavia, as cartas escritas por Eça de Queiroz foram preservadas e progressivamente reveladas não apenas em função da relativização do pacto de privacidade. A manutenção ou publicação de um acervo de correspondências depende de outros fatores, dentre eles, a vontade expressa dos destinatários e/ou os interesses de possíveis guardiões do acervo. Por essa razão, sobretudo no caso de um escritor com certa notoriedade, é importante considerar o colecionismo, uma prática que se liga à valorização (simbólica, cultural e financeira) dos

¹⁰³ QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*: Organização e Notas: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. vol.

¹⁰⁴ BEZERRA, Carlos Eduardo; SILVA, Telma Maciel da. As correspondências de escritores brasileiros como fonte de pesquisa para os estudos literários. *Historiae*, vol. 1, n.1, 2010, p.64.

lastros documentais relacionados a um determinado sujeito.¹⁰⁵ Isso ajuda a explicar por que, continuamente, são reveladas novas cartas escritas por Eça, considerado um “clássico” da literatura em língua portuguesa a partir da segunda metade do século XX. Guardar ou mesmo tornar pública uma missiva cunhada por ele passou a ter uma importância desdobrada, conforme o seu trabalho e a sua obra foram reconhecidos. Essa dinâmica não pode ser desprezada ao se considerar o processo de preservação inscrito nos documentos.

Isso fica mais claro quando se nota que o maior acervo de cartas disponível, dentre os membros da “geração de 1870”, é exatamente o de Eça de Queiroz. Muito embora seja preciso considerar a relevância do prestígio que o autor recebeu, existe outra questão fundamental: Eça escrevia muitas cartas. Essa grande quantidade se explica pela crescente preocupação do autor em construir e em manter laços de amizade, mas, também, relaciona-se ao entendimento de que eram necessários certos processos de sociabilidade e boas relações, tanto para a atividade de cônsul, quanto para o trabalho como escritor. Por último, mas não menos importante, vale explicitar o fato de que Eça viveu grande parte de sua vida fora de Portugal e viajava com certa frequência, ficando longe também de sua família nuclear. Por esses motivos, seja para se aproximar dos amigos portugueses, seja para encurtar as distâncias em relação à sua família, Eça valia-se das missivas, e, assim, essas formas de tornar presente uma ausência, ou, ao menos, de estreitar certas longitudes, foram muito frequentes na trajetória do autor.

As cartas foram preservadas, contudo, também em função de suas características intrínsecas. Impera uma questão qualitativa, além do processo de consagração do escritor e do fator quantitativo. Muitas das missivas escritas por Eça são verdadeiros tratados.¹⁰⁶ Algumas chegam a ter um acabamento tão criterioso quanto às obras de ficção, ordinariamente direcionadas para um grande público. Nas cartas, é possível encontrar um explícito exercício intelectual, sendo flagrante que a construção das narrativas literárias inicia-se também por meio desses escritos. Por essa razão, com o objetivo de pensar o processo configuracional das obras ecianias, adotei o trabalho com as citações também nas missivas.

¹⁰⁵ SANCHIS, Antonio Mestre. La carta, fuente de conocimiento histórico. *Revista de História Moderna*, n.18, 2000, p.15.

¹⁰⁶ As correspondências de Eça de Queiroz merecem uma atenção que até o momento não receberam. Existem alguns bons trabalhos, como o de: SIMÕES, Maria João. *Correspondências: Eça e Fradique. Análise de estratégias epistolográficas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1987. Entretanto, uma análise sistemática do acervo epistolar ainda está por se fazer.

Já era relativamente comum, na segunda metade do século XIX, publicar as cartas de um escritor, e Eça conhecia bem essa realidade. Ele chegou a comentar sobre a tendência com o seu amigo Oliveira Martins, ao tratar da publicação de *A Correspondência de Fradique Mendes*. Nessa ocasião, o romancista afirmou: “Trata-se, como desde logo deduzes, de fazer para Fradique (não sei se lembra desse velho amigo) o que está na moda fazer a todos os grandes homens que morrem – publicar-lhe todas as cartas particulares”.¹⁰⁷ Talvez por saber ou até por desejar que as suas cartas fossem publicadas posteriormente, o autor investiu na qualidade dos textos e, ao mesmo tempo, tomou o máximo de cuidado, evitando confidências pessoais (são raras as cartas em que o fez), procurando construir uma determinada imagem de si e de sua obra. Isso não quer dizer que os documentos não apresentem traços sobre as vivências, as angústias, as dúvidas, os receios e os percursos do missivista. Existe a tentativa de se construir um sentido para a própria existência e, no caso de um escritor como Eça, para a obra literária, mas esse propósito, contudo, não oblitera os elementos acidentais de uma toponímia de vida que apresenta regularidades e irregularidades. Considera-se que as

[...] práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser ‘decomposto’ em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc. E esse indivíduo, que postula uma identidade para si e busca registrar sua vida, não é mais apenas o ‘grande’ homem, isto é, o homem público, o herói, a quem se autorizava deixar sua memória pela excepcionalidade de seus feitos [...] Os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma concepção de verdade, própria às sociedades individualistas.¹⁰⁸

Em função desse caráter inevitavelmente subjetivo e fragmentado, procurei tomar as correspondências não só considerando a sistematização das citações realizadas ao longo da trajetória do escritor, mas, igualmente, o caráter mais qualitativo das vivências registradas por meio dos documentos, ou insinuadas a partir deles. Inclusive, para a compreensão dos significados possíveis das apropriações levadas a cabo pelo escritor, foi preciso buscar considerar as nuances dos diálogos identificados, levando em conta, dentre outras questões, quem eram os sujeitos com os quais essas conversações eram travadas e em que contextos

¹⁰⁷ Carta publicada pela primeira vez por Beatriz Berrini em Eça de Queiroz, *Obra Completa*, de 2000. A versão citada aqui foi extraída de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência ...*, vol.1, p.542.

¹⁰⁸ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.13.

elas se davam. Nesse sentido, procurei aplicar a chave de leitura utilizada para os romances, acrescentando alguns itens, a saber: o perfil do destinatário e seus vínculos com o autor, como a carta se tornou pública, qual o seu tema central, se existem referências a outros destinatários (amigos ou conhecidos comuns) e qual era o processo de criação em que Eça estava envolvido nos diferentes processos de enunciação.

O objetivo de se trabalhar com as cartas concomitantemente com os romances, foi, portanto, buscar analisar o trabalho intelectual inerente à construção das narrativas de Eça de Queiroz, considerando os seus processos pré-configuracionais e propriamente configuracionais, isto é: a apropriação de ideias, autores e referências inerentes às interações sociais e ao cotidiano do escritor, bem como à elaboração do texto literário. Para tanto, a comparação das citações feitas nos romances com aquelas tecidas nas cartas têm uma dupla finalidade. Inicialmente, busca-se perceber o que há de continuidade e também de descontinuidade nas apropriações desenvolvidas pelo autor nos diferentes contextos de enunciação. Pelo menos num primeiro momento, as missivas guardam debates mais privados, ou que, diferentemente dos romances, não seriam direcionados naquele momento a um grande público. O que há de singular nessa fase missivista (e porque não dizer, mais detidamente sociológica) do trabalho intelectual do autor? Qual a relação entre essa etapa criativa e a elaboração dos romances? Nesse entremeio, avaliou-se o papel da obra *Os Maias* no conjunto da narrativa queiroziana, pensando tanto nas discussões articuladas pelo autor, quanto nos processos de criação romanesca.

Para a realização do trabalho de análise das citações dos romances e das cartas, construí um banco de dados, por meio do programa *Microsoft Excel*. Depois disso, comecei a sistematizar as informações, procurando relacioná-las com a análise qualitativa feita até então. Mas os conteúdos organizados por meio das planilhas careciam de uma sistematização e visualização mais eficientes. Foi pensando nisso que aventei a possibilidade de me valer dos processos de análise geralmente utilizados para a construção das redes de sociabilidade.

Tendo suas origens nas abordagens de cunho sociológico ou econômico,¹⁰⁹ com uma tendência ao quantitativo, essas ferramentas de análise nem sempre são bem aceitas pelos

¹⁰⁹ De acordo com Félix Requena, o desenvolvimento atual das análises das redes sociais se deu principalmente nos anos 1960 e 1970. Entretanto, as origens teóricas e seus usos como ferramenta metodológica são diversos. Destacam-se as contribuições de pesquisadores dos mais diferentes campos do conhecimento, dentre eles: a sociometria, de autores como Jacob Moreno (1889-1974); a antropologia social, inspirada na teoria estruturalista de Radcliffe-Brown (1881-1955); a sociologia formal de Georg Simmel (1858-1918), ou os modelos matemáticos que buscaram formalizar a análise das redes sociais como forma de entendimento das estruturas

historiadores, com exceção daqueles que se dedicam à história econômica e a demografia histórica, por exemplo. Essa desconfiança se explica muito em função da tendência da análise qualitativa, desenvolvida principalmente a partir dos anos 1980, evidente no trabalho de uma boa parte dos historiadores, que tendeu a questionar o primado das abordagens de caráter quantitativo, embasadas nas grandes séries documentais. A tendência foi de defender que as pesquisas pautadas pela quantificação estariam associadas à criação de explicações deterministas, esquemáticas, marcadas por simplificações.

Essa foi também uma crítica contundente no interior das ciências sociais na virada do século. As análises das grandes variáveis, dos mecanismos de medição dos comportamentos sociais, dos *surveys*, foram questionadas, principalmente pelos antropólogos e demais cientistas sociais que se dedicavam a uma metodologia mais qualitativa. Esses acusaram os quantitativistas de construírem explicações superficiais, que não seriam capazes de dar conta da complexidade de alguns fenômenos sociais. Os detratados, por sua vez, contra-atacaram, afirmando que o grande problema das ciências da sociedade seria a falta de rigor científico e de métodos adequados, creditando essa pauperização a certa antropologização das práticas de pesquisa.¹¹⁰

Esse embate entre abordagens quantitativas e qualitativas tendeu a ser relativizado na última década.¹¹¹ Primeiramente, porque se tem chegado à conclusão de que o problema não é a abordagem em si, ou seja, não é esta ou aquela metodologia que vai garantir a qualidade da análise, mas a construção problematizada da investigação, incluindo a revisão contínua dos pressupostos teóricos e metodológicos. Antes do método, existe uma problemática e suas demandas. Não se trata da recusa ou, pelo contrário, da afirmação da eficiência da quantificação social. Além disso, muitos cientistas sociais e historiadores procuraram demonstrar que nem todos os fenômenos da vida em sociedade são passíveis de serem compreendidos por meio da análise qualitativa. Na realidade, esses revisores tendem a reconhecer que um olhar qualitativo, mais vertical, é necessário para todo o processo de

sociais. REQUENA, Félix Santos. *Análisis de rede sociales: Orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2003, p.169.

¹¹⁰ Parte desse debate verifica-se, em: PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n.16, p. 43-50, 1991; REIS, Fabio Wanderley. O Tabelão e a Lupa: Teoria e Método Generalizante e Idiografia no 'contexto brasileiro', *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.6. n.16, p.27-42, 1991.

¹¹¹ Ainda no campo das Ciências Sociais: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

investigação – inclusive para a compreensão da origem de algumas motivações ¹¹² – e que mesmo os dados aparentemente mais verificáveis e “confiáveis” são construções e convenções, sociais e culturais.

Mas esse reconhecimento não elimina a relevância de metodologias quantitativas como possibilidade, nem mesmo impede a sua correlação com outros métodos e perspectivas. Dessa maneira, o problema não é a quantificação sobre uma dada realidade, mas a sua tomada como verdade, ou a sua aplicação sem os cuidados devidos com as nuances, as vivências e os processos que escapam ao que é imediatamente mensurável. A discussão da relação entre o sujeito cognoscente e a realidade cognoscível é encarada como uma condição para a construção dos diferentes enunciados sobre a realidade, inclusive para os que são considerados científicos; e nenhuma mensuração, por mais bem estruturada que seja, é capaz de representar características essenciais e invariáveis de uma vivência. ¹¹³

Essas discussões têm aberto caminhos para uma gama de possibilidades em termos de análise. As metodologias de tendência quantitativa, com efeito, podem converter-se em uma forma de compreender melhor determinadas questões, e não em sua obstrução. No que tange às análises das redes sociais, vale apontar o conceito empregado. Inicialmente, por meio de uma perspectiva sociométrica, as redes sociais eram pensadas vagamente como uma série de interações dentro de um sistema social – previamente definido – em que os sujeitos e suas relações acabavam sendo enquadrados. ¹¹⁴ Mas a partir dos anos 1960 outras possibilidades foram elaboradas, dentre as quais, a concepção de que as redes sociais poderiam ser pensadas por meio de grupos (redes sócio-centradas). Esses agrupamentos, muitas vezes, almejavam conquistar espaços, inclusive de poder, por meio de suas relações e interações mais ou menos localizáveis através da análise dos nascimentos, das relações de parentela, dos compadrios, ou mesmo das interações construídas nos diferentes fluxos sociais (profissionais e intelectuais,

¹¹² No caso da historiografia brasileira, a temática sobre os arranjos familiares (que geralmente mobiliza metodologias quantitativas) se desenvolveu, inicialmente, a partir das discussões de Gilberto Freyre, em *Casa Grande Senzala*. O autor chamou a atenção para o fato de que os escravos tinham família, possivelmente não no mesmo formato da família de tipo burguês, mas tinham. Essa observação, pautada pela interpretação de fontes como os diários das sinhás, foi fundamental para que muitos historiadores comesçassem a se dedicar às pesquisas sobre as famílias escravas. Sobre esses e outros aspectos que envolvem a quantificação de uma forma geral, e alguns usos possíveis da metodologia das redes sociais, de uma maneira específica, ver: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; ANDRADE, Mateus Rezende de; LEMOS, Gusthavo. (org.). *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2013.

¹¹³ PINTO, Sara. Análise espacial de redes de negócios e de família no século XVI: a companhia de Simón Ruiz. *História. Revista da Flup*, Porto, série 4, vol.2, p.41-58, 2012.

¹¹⁴ BEUNZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, vol. 21, 2011, p.101.

por exemplo).¹¹⁵ Outra possibilidade foi considerar os processos de solidariedade, ajuda e reciprocidade, não necessariamente desenvolvidos por meio de um grupo específico. Esses fluxos seriam mais causa do que consequência da formação das redes sociais.

As discussões sobre o conceito de redes contribuíram para a valorização de outras fontes, para além dos registros cartoriais e demais documentos de cunho oficial. Dentre esses vestígios reconhecidos, destacam-se precisamente as cartas: até então consideradas superficiais, isto é, elementos ilustrativos sobre o cotidiano, que poderiam dar vida a algum discurso mediante citações habilmente selecionadas. De outro modo, tem-se valorizado as missivas como forma de compreensão e redefinição das redes sociais.¹¹⁶ Elas podem colaborar para a desespacialização dessas redes, ultrapassando-se, assim, os círculos locais e regionais, além de poderem auxiliar no entendimento das variadas formas de mobilização dos sujeitos (para além dos parentais ou imediatamente ligados por razões profissionais ou econômicas), dos valores, das práticas e das ideias.

Por meio dessa abertura, foi possível intensificar os trabalhos com as redes egocentradas e não apenas as sociométricas, como outrora. Por redes egocentradas, pode-se considerar aquelas que têm como foco os sujeitos mais destacados de um conjunto de relações sociais, esboçada previamente, ou mesmo a atenção conferida deliberadamente a uma trajetória pessoal.¹¹⁷ Essa não se liga necessariamente a um sujeito que tenha alguma notoriedade explicitamente reconhecida, mas também a indivíduos que possam representar as tensões, as solidariedades, os conflitos, as negociações e as demais dinâmicas sociais de um grupo, de uma instituição ou de um segmento.¹¹⁸

As redes egocentradas ajudam a revelar as interações sociais e as solidariedades de um sujeito, as suas trocas de favores, as suas barganhas por capitais (econômicos, simbólicos e culturais), bem como as suas referências e ideias, elaboradas em relação a outros sujeitos com quem se permutam as missivas. E é exatamente em função desse último aspecto que pretendo dialogar com alguns dos mecanismos de análise empregados na construção das redes sociais. Não se trata da elaboração das redes pertinentes à trajetória do escritor. Tal ambição demandaria um trabalho específico, incluindo, além do mais, as correspondências de outros atores. Reconhecer que o objetivo é outro, não significa descartar a relevância das possíveis

¹¹⁵ BEUNZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. *Redes sociales y correspondencia epistolar*. ..., p.102.

¹¹⁶ BEUNZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. *Redes sociales y correspondencia epistolar*. ..., p.110.

¹¹⁷ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Análise de Rede Social. R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v.11, n.1, 2014, p.135.

¹¹⁸ MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *Análise de Rede Social*. ..., p.135-136.

relações entre Eça e seus destinatários. Considerei esses aspectos no processo de interpretação das apropriações do autor, principalmente quando contrastadas as cartas e os romances; mas também os levei em conta na discussão sobre a “escrita editorial” queiroziana, que envolve diferentes sujeitos, tais como editores e amigos.

As análises de rede, em especial os seus mecanismos de sistematização, possibilitam cruzar informações e também visualizar possíveis conexões que nem sempre são apreciadas durante a leitura das fontes ou na ocasião da discussão das informações dispostas em tabelas. Com efeito, os diálogos que procurei estabelecer com algumas dessas possibilidades de análise têm por objetivo facilitar o processo de compreensão da dinâmica intelectual de Eça de Queiroz, considerando, especialmente: as referências citadas e debatidas pelo escritor; a importância dos seus diferentes contextos de enunciação e dos destinatários das correspondências para a compreensão dessas citações; a apropriação ou não das referências por meio da obra literária; os significados dos autores, obras e personagens incorporados ao texto literário – analisados em conjunto ou considerando os casos mais expressivos. Essas relações foram tecidas por meio de um programa próprio para o desenvolvimento de redes sociais, o *Pajek*,¹¹⁹ ou por meio do *Excel*. Saliente-se que a ideia é abrir possibilidades de discussão e não estreitar caminhos com conclusões. Acredita-se que a desconstrução do trabalho intelectual, considerando os diferentes processos, suportes e contextos de escrita, é um dos caminhos para se compreender os meandros da prosa eçiana.

Associado a essa possibilidade, analisar-se-á os debates travados pelo escritor, os seus projetos literários, os seus empreendimentos editoriais e as questões mais detidamente ligadas à intriga romanesca em destaque, *Os Maias*.

IV. A estrutura da Tese

Do mesmo modo que os personagens Carlos da Maia e João da Ega, no desfecho da obra *Os Maias*, mencionado no início desta introdução, Eça de Queiroz se encontrava, em 1888 (quando da publicação do romance), envolto por uma reflexão que remonta a um percurso que pareceria ter chegado num ponto decisivo. Com efeito, almeja-se demonstrar

¹¹⁹ Agradeço ao colega Mateus Rezende de Andrade, doutorando em História pelo PPGHIS-UFMG, pela colaboração indispensável ao desenvolvimento das análises em questão. Seu apoio, desde a confecção das tabelas, passando pelo trabalho com o referido programa, foi crucial. Agradeço também ao meu coorientador, professor Dr. Daniel Ribeiro Alves, pelas sugestões e incentivo durante a realização dessas análises.

que essa obra pode indiciar elementos preciosos de uma sensibilidade intelectual e política, alicerçada pela lógica de que, no contexto finissecular, havia se alcançado um impasse paralisante, ao mesmo tempo definidor. Delineia-se uma pergunta existencial: enfim, falhamos à vida?

Desconstruir a questão salientada envolve a discussão sobre as formas como o século XIX português foi vivido, pensado e representado, por Eça de Queiroz, seus companheiros, mas, também, por algumas das principais tradições interpretativas que se debruçaram sobre o período. Por essa razão, um dos primeiros passos desta tese, será a análise da historiografia e da história portuguesa do século XIX. Afinal, esse foi simplesmente um período de atraso e retrocesso, como salientou Eça Queiroz e, de alguma maneira, parte da própria historiografia sobre o contexto? Certa tradição de análise, constituída principalmente nas primeiras décadas do século XX, não teria reproduzido, sem a devida depuração, a percepção dos contemporâneos aos oitocentos? Para tentar responder a essas questões, articularam-se os dois primeiros capítulos. Neles analisa-se, respectivamente, o debate sobre a constituição do liberalismo em Portugal e a “partilha do sensível” que marcou Eça e seus companheiros, a “geração de 1870”.

A concepção de atraso, reforçada por escritores como Eça, é relevante para o entendimento do contexto referido, principalmente se for desconstruída. Objetiva-se demonstrar que a noção de um país periférico e pouco aclimatado com a modernidade, pode ser considerada não apenas fruto de uma realidade material e objetivamente verificável, mas, também, produto de uma elaboração cultural e imagética. Com efeito, como se elaborou a crítica eciana? Quais são os seus condicionantes sociais e intelectuais? Nesse ponto, considera-se relevante pensar nas trajetórias individuais, nos acontecimentos impactantes do período, bem como em certa ambiência criada a partir de um processo de sociabilidade intelectual. Aliás, os conceitos de “intelectual” e “geração” serão discutidos à luz das experiências edificadas por Eça de Queiroz e seus companheiros.

Mas se as discussões travadas, geracionalmente falando, são relevantes para a elaboração da crítica eciana, também o é a concepção/elaboração literária do autor. Tendo como ponto de partida os debates teórico-historiográficos apresentados nesta introdução, almeja-se discutir a construção da prosa eciana. Qual a relação entre essa criação e a (re)significação do Portugal oitocentista? Por conseguinte, para tratar dessa questão, almeja-se

analisar a elaboração da narrativa eciana, discutindo, nessa ordem, os processos editoriais do autor e seu trabalho intelectual (com as citações e apropriações desenvolvidas).

Destacar-se-á que, por meio de *Os Maias*, Eça procurou realizar-se como escritor e, ao mesmo tempo, delimitou os contornos de sua apreciação em relação a Portugal. Portanto, qual a relação entre o processo de sensibilização estética e política eciana e a publicação do referido romance? Que projeto editorial essa obra representa? Quais as relações entre a elaboração desse projeto, a maturação intelectual da crítica do romancista, seus anseios pessoais e visão de mundo? O terceiro capítulo buscará tratar dessas questões. O leitor presumido, os diálogos intertextuais do autor e as práticas de leitura inerentes ao artefato literário serão tomados como parte da construção da narrativa. Nesse sentido, objetiva-se eclipsar a construção da crítica levada a termo pelo romancista, considerando que a obra literária é um artefato sociocultural, isto é: um construto que envolve diversas etapas, processos e sujeitos, para além do escritor e sua pena.

Com tal análise almeja-se descortinar a elaboração queiroziana, com vistas a compreender o processo de sensibilização estética que estruturou a crítica direcionada a Portugal. E ao tratar da construção dessa apreciação, delineia-se outro objetivo: identificar o papel da obra *Os Maias* frente ao conjunto de romances escritos por Eça de Queiroz. Conforme foi destacado, diferentemente dos contemporâneos à obra, a fortuna crítica destinada à produção literária de Eça de Queiroz, principalmente a partir da segunda metade do século XX, tendeu a reconhecer a importância do romance *Os Maias*. Críticos, ensaístas, escritores e teóricos ligados aos estudos literários colocaram em relevo a primazia do romance em questão. Para Álvaro Lins, por exemplo, é em *Os Maias* que Eça “aparece mais alegre e onde está mais triste; é onde parece mais cômico e onde está mais trágico; é onde parece mais diletante e mais desinteressado, e onde está mais revoltado e mais humano”.¹²⁰

Esse tipo de reconhecimento, também como se viu, está crivado por camadas interpretativas inerentes ao século XX e não ao contexto do escritor. Por essa razão, com o intuito de se trabalhar com a elaboração propriamente queiroziana, procura-se demonstrar que a obra *Os Maias* pode ser pensada como *metasíntese* da elaboração crítica em questão. Essa discussão será desenvolvida nos capítulos quatro e cinco, por meio da análise do trabalho de citação do autor e seus diálogos intertextuais. O trabalho intelectual apresenta, em sua configuração e significados, a articulação da problemática eciana, pois a delimitação dos seus

¹²⁰ LINS, Álvaro. *História Literária de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1939, p.55.

caracteres se confunde com a definição não apenas dos conteúdos que deveriam ser socializados, mas, igualmente, dos meios de transmissão do enunciado que se pretendia comunicar, por sua vez, ligado ao comunicando (leitor) ideal almejado.

A autonomia intelectual, verificada por meio do domínio da leitura, era uma das prerrogativas para que o sujeito fosse considerado um cidadão junto à sociedade portuguesa reformada pelo liberalismo. Ou seja: o ato de leitura, em si, está crivado pelo pertencimento, ou não, ao ordenamento político liberal. Eça não estava alheio a essa realidade, muito pelo contrário. Por essa razão, destacar-se-á que não é fortuito o fato de que o processo de construção da narrativa queiroziana esteja pautado pela delimitação do protagonismo aristocrático ficcional, associado à classificação de um tipo de leitor (seleto) e de uma leitura (seletiva). Tal demarcação, como se verá, ratificou-se a partir da construção da obra *Os Maias*, por meio da qual Eça explicitou que sua obra deveria deter-se nos dilemas de uma aristocracia inspirada pelas Luzes, voltando-se para um leitor minimamente versado. Com efeito: qual a relação entre esse delineamento e a apreciação tecida sobre os possíveis protagonismos oriundos das reformas liberais oitocentistas? Até que ponto pode-se considerar que tais escolhas estão ligadas à defesa de uma referência política tida como salutar para o desenvolvimento da sociedade lusitana? Seria a obra literária, ela mesma, uma aposta formativa-civilizacional? Essas são perguntas que serão discutidas no sexto e último capítulo, no qual, além do mais, almeja-se relacionar o destino trágico da família Maia com a desilusão direcionada à possibilidade de se vislumbrar quaisquer esforços de transformação da sociedade lusitana (considerando como parte dessa aposta a própria obra literária e a atividade intelectual a ela relacionada). O esforço desenvolvido na conclusão será o de discutir alguns pontos fulcrais sobre os possíveis significados dessa desilusão queiroziana.

1. LIBERALISMO E REGENERAÇÃO NACIONAL: PORTUGAL NO SÉCULO XIX

121

1.1. “Falhamos a vida!?” A historiografia sobre o Portugal do século XIX

Caminhando por veredas muito similares àquelas trilhadas pelos escritores/intelectuais do século XIX (como Eça de Queiroz, por exemplo), a *intelligentsia* do século XX tendeu a (re) afirmar que os oitocentos compõem um período de degradação lusitana. A inicialmente parca historiografia sobre o Portugal oitocentista, por conseguinte, procurou rechaçar esse século, considerando-o como um momento problemático, seja porque significou o desmanche das estruturas sociais, religiosas, econômicas e políticas seculares; seja porque os processos de modernização não se desenvolveram satisfatoriamente. Especialmente no último caso, o objetivo era comparar experiências negativas, desviantes, com aquelas marcadas pelo sucesso e pela realização. A resposta já estava dada, e a meta, de alguma forma, era pensar o não realizado, o não acontecido.

Com a instauração do Estado Novo (1933-1974), houve a tentativa de se construir uma memória coletiva marcada pela valorização dos chamados “grandes feitos” do passado português. De acordo com essa meta, trabalhos sobre o período medieval, sobre as grandes navegações e demais discussões, que colaborassem para a elaboração de um passado mítico, eram não só bem vindos, como “incentivados”. Dessa maneira, o século XIX foi considerado o período “maldito”, que precisava ser esquecido e superado. Conforme destacou Nuno Monteiro, os últimos 200 anos da história portuguesa estão longe de serem bem conhecidos.

Pelo contrário, são, em boa medida, divididos entre uma imagem remota e muito difusa do século XIX e dos primórdios do século XX, e ideias fortes sobre a história portuguesa recente – como o salazarismo, a guerra colonial,

¹²¹ Para a realização deste capítulo, foi muito importante a generosa contribuição do Prof. Dr. Fernando Catroga. Além de poder contar com a produção historiográfica instigante desse importante historiador, tive a oportunidade de me reunir com ele em duas ocasiões. Esses encontros ocorreram quando estive na Universidade de Coimbra, em dezembro de 2015, para realizar parte das pesquisas do doutorado sanduíche. As conversas, num dos cafés da cidade, foram verdadeiras aulas sobre o liberalismo em Portugal e a consolidação da monarquia constitucional. As colaborações do professor Catroga, bem como do meu orientador em Portugal, Prof. Dr. Daniel Ribeiro Alves e de outros historiadores portugueses, ajudaram-me muito num processo fundamental para esta tese: a familiarização com os debates historiográficos sobre a sociedade lusitana do século XIX.

o 25 de Abril de 1974 ou adesão à União Europeia em 1986 – timbradas pelas próprias experiências de vida de quem as evoca.¹²²

A monarquia constitucional, finalizada em outubro de 1910, foi um tempo decisivo para a compreensão de vários fenômenos que, efetivamente, transformaram a realidade lusitana e conformaram o Portugal contemporâneo. Contudo, essa fase da história só passou a ser devidamente discutida há pouco tempo, em função da visão negativa que lhe foi imputada e pelo teor dos próprios debates que se efetivaram nas últimas décadas. Primeiramente, destaca-se a interpretação feita sobre o liberalismo, associado às crises política, econômica e social observadas no período oitocentista.¹²³ Pode-se considerar, igualmente, a Primeira República Portuguesa (1910-1926), que inaugurou um processo conturbado – mote para que se procurasse encontrar no período precedente as causas dos problemas vivenciados.

Conforme evidencia Miriam Halpern Pereira, somente a partir dos anos de 1970 é que o século XIX português teria ganhado maior atenção entre os investigadores.¹²⁴ Antes disso, ainda de acordo com a autora, foram produzidos poucos trabalhos sobre o período, alguns destes, concebidos e publicados nos anos 1940, à margem das universidades portuguesas e contando com o apoio de instituições internacionais. Dentre essas publicações, destacam-se as contribuições de Julião Soares de Azevedo,¹²⁵ Joaquim Barradas de Carvalho,¹²⁶ Armando Castro,¹²⁷ Vitorino Godinho,¹²⁸ Antônio José Saraiva¹²⁹ e Joel Serrão.¹³⁰

Ao longo dos anos 1960 e 1970, todavia, ampliou-se o número de estudos dedicados ao período oitocentista, muito embora não se possa verificar uma significativa diferença em relação ao tipo de abordagem que já vinha sendo feita. Os temas predominantes desses trabalhos estavam ligados à passagem do século XVIII para o século XIX, contemplando discussões sobre as invasões francesas, além da crise política e econômica do período. Por

¹²² MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PINTO, António Costa. 200 anos de História de Portugal. In: *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010: volume 1: O Colapso do Império e Revolução Liberal 1808-1834*. Lisboa: Fundación Mapfre & Objectiva, 2013, p.17.

¹²³ ROQUE, João Lourenço; TORRALBA, Luís Reis. Introdução In: MATTOSO, José (org.), *História de Portugal: Volume 5: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 9-16.

¹²⁴ PERREIRA, Miriam Halpern. *Historiografia Contemporânea sobre o século XIX*. In: *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p.228.

¹²⁵ AZEVEDO, Julião Soares de. *Condições Econômicas da Revolução Portuguesa de 1820*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições Ltda, 1944.

¹²⁶ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*. Lisboa: Cosmos, 1949.

¹²⁷ CASTRO, Armando. *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fins do século XVIII a princípios do século XX)*. Lisboa: Cosmos, 1947.

¹²⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955.

¹²⁹ SARAIVA, Antônio José. *Herculano e o Liberalismo em Portugal*. Os problemas Morais e Culturais da Instauração do Regime (1834-1850). Lisboa: Edições do Autor, 1949.

¹³⁰ SERRÃO, Joel. *Temas Oitocentistas*. Para a História de Portugal no Século Passado. Lisboa: Ática, 1959.

meio do enfoque econômico, correlacionavam-se as diferentes fases do movimento liberal, com processos históricos considerados estruturais.¹³¹ São trabalhos que procuraram destacar o papel da burguesia industrial urbana portuguesa, como agente das transformações ou das permanências desenvolvidas no período assinalado. Existem também as produções que tratavam da relevância da imprensa e das primeiras manifestações do socialismo em Portugal.

Era preciso, de acordo com uma parte da intelectualidade portuguesa, pensar na evolução política e econômica do país para que, dessa maneira, fosse possível entender e superar a realidade que se colocava. Nesse caso, enquadrar as transformações sociais e econômicas do contexto oitocentista como uma etapa da modernização ocidental, era importante para se construir um novo horizonte. Dito de outra maneira: de acordo com algumas dessas abordagens, uma vez instaurado o capitalismo, seria possível, conforme a lógica evolutiva de parte do pensamento marxista, preparar o terreno para uma nova revolução – a socialista. É possível citar, dentre esses estudos, os de: José Calasans,¹³² Maria de Lourdes Lima dos Santos¹³³ e Victor Sá.¹³⁴ A preocupação em tratar dos processos evolutivos econômicos, além do destaque dado a uma parcela da burguesia, assinala para uma interpretação do passado que tinha como referência as experiências dos vizinhos europeus, consideradas como modelos de sucesso.

O desenvolvimento mais expressivo da historiografia sobre o período, bem como o interesse mais genérico pela história contemporânea portuguesa, realizou-se principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980. O processo de ruptura política, a relativa superação da crise econômica e a conseqüente abertura de “novos horizontes de expectativa”, explicam, parcialmente, a construção de uma nova perspectiva de análise sobre o período destacado. O fim do regime salazarista e, anos mais tarde, a integração do país à União Europeia, foram marcos para as transformações nas formas de se perceber e analisar o passado.

É certo que o chamado grupo de Coimbra, inicialmente liderado por Luís Reis Torgal,¹³⁵ contribuiu pioneiramente para essa mudança, com as investigações de Fernando

¹³¹ PEREIRA, Miriam Halpern. *Historiografia Contemporânea sobre o século XIX...*, p.231.

¹³² CALASANS, José. *Os Vintistas e a Regeneração Econômica de Portugal*. Salvador, BA: Artes Gráficas, 1959.

¹³³ SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Ed. Presença, 1983.

¹³⁴ SÁ, Victor. *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1825)*. Lisboa: Seara Nova, 1969.

¹³⁵ TORRAL, Luís Reis. *A restauração: reflexões sobre a sua historiografia*. Coimbra: Inst. de História e Teoria das Ideias, 1976; _____. *A Universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra, 1826-1961*. Coimbra, Minerva, 1999.

Catroga,¹³⁶ José Augusto França,¹³⁷ João Lourenço Roque,¹³⁸ e Isabel Vargues¹³⁹. Entretanto, é relevante mencionar a constituição de novas linhas de pesquisa, seminários, grupos e debates, oriundos de outras universidades e centros acadêmicos. Destacam-se, com efeito, nomes como os de Maria Alexandre Lousada,¹⁴⁰ Luís Nuno Espinha da Silveira,¹⁴¹ Maria Filomena Mônica,¹⁴² Fátima Bonifácio,¹⁴³ Miriam Halpern Pereira,¹⁴⁴ Nuno Gonçalo Monteiro,¹⁴⁵ Rui Ramos¹⁴⁶ e Sérgio Campos Matos.¹⁴⁷

Essa ampliação no debate representou uma maior diversidade de trabalhos e uma atenção renovada para o século XIX. Isso em função da revisão que foi feita sobre os temas que já eram investigados, mas também por causa dos outros que começaram a ser desenvolvidos. O Vintismo, por exemplo, passou a ser analisado considerando-se a diversidade dos seus significados, consequências e impactos. Outros temas foram (re) vistos, explicitando-se, assim, variados agentes sociais, para além da burguesia urbana. A burguesia rural, e mesmo os camponeses, operários e outros sujeitos, até então ignorados, ganharam a atenção de alguns desses trabalhos. Concedeu-se um cuidado maior em relação aos regionalismos, aos diferentes desenvolvimentos demográficos, modos de vida e atividades econômicas do país. Mas a mudança não se limitou aos fatores endógenos. Houve uma progressiva revisão das questões externas, como as relações luso-britânicas desse período, não

¹³⁶ CATROGA, Fernando de Almeida. *Os incícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social*. Coimbra: Inst. de História e Teoria das Ideias, 1977.

¹³⁷ FRANÇA, José Augusto. *A arte Portuguesa de Oitocentos*. 2.ed. Lisboa: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

¹³⁸ ROQUE, João Lourenço. *Alguns aspectos da criminalidade no Distrito de Coimbra nos anos de 1841 a 1844*. Coimbra: [s.n.]. 1978.

¹³⁹ VARGUES, Isabel Nobre. *Vintismo e radicalismo liberal: João Maria Soares de Castelo Branco*. Coimbra: Centro de História da Soc. E da Cult. Da Universidade, 1981.

¹⁴⁰ LOUSADA, Maria Alexandre. *Paisagens musicais em Lisboa no início do século XIX: leituras policiais, satíricas e iconográficas*. [S.I. : s.n.]. 2002.

¹⁴¹ SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da. *Poder Regional, Poder Local. Uma Perspectiva Histórica*. Lisboa: Cosmos, 1997.

¹⁴² MONICA, Maria Filomena. *O movimento socialista em Portugal (1875- 1934)*. Lisboa: Imp. Nac-Casa da Moeda: Inst. Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

¹⁴³ BONIFÁCIO, Maria de Fátima O. Silva. *A via protecionista do liberalismo português: política econômica e relações luso-brasileiras, 1834-1843*. Lisboa: [s.n.]. 1989.

¹⁴⁴ PEREIRA, Miriam Halpern. *Artesãos, operários e o liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)*. Lisboa: [s.n.]. 1988.

¹⁴⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes – A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

¹⁴⁶ RAMOS, Rui. Ideias de República em Portugal até ao século XIX: algumas observações. *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*. v.1, n. 13/16, p.55-80, 2007.

¹⁴⁷ MATOS, Sérgio Campos. *História, Positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX*. Lisboa: [s.n.], 1982.

mais pensadas unicamente sob o signo da dependência, ou de acordo com determinados interesses nacionalistas – projetados anacronicamente para o contexto em questão.

Aos poucos, consolidou-se a perspectiva de que compreender o contexto oitocentista lusitano não se limita à análise da conjuntura internacional, encarada como coercitiva e determinante. Tampouco significa a elaboração de uma visão atomizada e ressentida em relação a um passado *gauche*. Ao contrário, trata-se de um esforço investigativo conformado pelo entendimento de processos específicos e outros mais gerais, num movimento histórico sincrônico e diacrônico complexo.

Se não é possível ignorar a relevância de potências como a França e a Inglaterra naquele contexto, é igualmente improvável desconsiderar as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas de Portugal. Não obstante, algumas questões se colocam: pode-se afirmar que existia uma burguesia ou outra classe progressista que podia conduzir os processos de modernização da sociedade portuguesa? Como se deu a transição do Antigo Regime para a Monarquia Liberal nessa sociedade? Quais os significados das ideias liberais e posteriormente do liberalismo, em Portugal, frente à defesa da regeneração nacional? São questões que têm perpassado a historiografia portuguesa ou sobre Portugal no século XIX.

A mudança nas formas de se analisar o período deu-se concomitantemente com uma discussão de cunho teórico, metodológico e historiográfico,¹⁴⁸ que fomentou, por seu turno, debates importantes sobre as relações entre a produção do conhecimento histórico – ou acadêmico no sentido mais amplo – e o poder.¹⁴⁹ Construir novas interpretações sobre o século XIX português, significou romper com visões simplistas sobre o período – tecendo-se novos conceitos, debates e procedimentos metodológicos –, além de rediscutir determinados temas e eventos nacionais, francamente privilegiados outrora. Tem-se verificado, portanto, a interpretação de que o período destacado não é sinônimo de crise, explicável pela simples adesão ou não ao modelo civilizatório modernizador de além Pirineus.

Essa mudança derivou da ruptura com as abordagens calcadas em um encadeamento evolutivo dado a priori e pode se integrar a uma discussão renovada sobre as relações entre as

¹⁴⁸ De acordo com Torgal, se, “[...] no contexto da Segunda Guerra Mundial, as reflexões sobre o curso da Europa e do mundo atraíram os políticos e os intelectuais orgânicos e independentes, a ponto de se tecerem algumas curiosas teorias sobre o seu processo evolutivo, o certo é que as filosofias da história não interessaram particularmente os historiadores portugueses, a não ser numa versão bíblica e nacionalista mais ou menos simplista”. TORGAL, Luís Reis. História ... da “ciência” (ou “arte”) à memória. In: *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Portugal: Temas e Debates, 1998, p.9.

¹⁴⁹ Dentre esses trabalhos, podem ser referenciadas abordagens pioneiras, como: TORGAL, Luís Manuel Reis. A Restauração. Breves reflexões sobre a sua historiografia. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol.1, 1977, p.23-40.

centralidades e as periferias na modernidade ocidental. A própria condição de centro e periferia tem sido pensada como um construto social, econômico, cultural e, principalmente, dialógico.¹⁵⁰ Nesse sentido, as representações elaboradas por membros da *intelligentsia* portuguesa, como Eça de Queiroz, podem ser (re) visitadas, com vistas a se problematizar os processos de percepção que nortearam visões de mundo e deram sentido à realidade. Mas, antes disso, cabe questionar: como se deu a articulação do liberalismo em Portugal e a consequente formação da monarquia constitucional? Até que ponto essas transformações ajudam a problematizar a atuação da geração da qual Eça de Queiroz fez parte? Como esses homens compreenderam e deram sentido à realidade portuguesa edificada a partir do liberalismo?

1.2. Da fidelidade ao “trono” e ao “altar” para o “Vintismo”: os antecedentes da monarquia constitucional

Quem chegasse a Portugal em 1820 se depararia com um cenário desolador. Encontraria um dos reinos mais antigos da Europa em uma grave crise; onde, provavelmente, grande parte da população estava insatisfeita, sobretudo devido aos desdobramentos das invasões francesas e inglesas e da ausência do seu rei, que prolongava a estadia no Rio de Janeiro, capital do império luso desde 1808. Especulações à parte, a situação de Portugal nas primeiras décadas do século XIX não era mesmo das mais animadoras, pois, além de enfrentar uma grande crise econômica (que seria agravada pela Independência do Brasil, em 1822), o país precisava ser parcialmente reconstruído, apresentava uma estrutura administrativa seriamente desarticulada e passava por um processo político que abriria espaço para outro período de instabilidade: a Revolução Vintista.¹⁵¹ Mais do que a primeira manifestação do liberalismo em Portugal, como algumas tendências interpretativas destacaram,¹⁵² o Vintismo foi um dos pontos nodais de uma complexa transformação, que se

¹⁵⁰ Como salienta Inocência Mata, os estudos pós-coloniais, desenvolvidos após a queda dos impérios nos anos 1970, têm contribuído significativamente para a problematização dos antagonismos lineares que intentam perpetuar a supremacia de uma estrutura ideológica, histórica, espacial e temporal. MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*, Porto Alegre, v.14, n.1, 2014, p.27.

¹⁵¹ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003, p. 231.

¹⁵² VARGUES, Isabel Nobre. *Vintismo e Radicalismo Liberal*. João Maria Soares de Castelo Branco. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1981, p.5-6.

desenvolveu pelo menos até os anos de 1850. É mais um ponto de partida do que um ponto de chegada.

Entre 1814 e 1914, a Europa foi dividida por áreas de influência, tendo como centralidades políticas: Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e Áustria-Hungria.¹⁵³ Essas potências construía seu poderio a partir do alcance de suas manobras, isto é, pela estruturação da dependência dos países de menor protagonismo econômico ou político. Portugal acabou se aliando à Inglaterra, sob a alegação retórica de parentesco entre as famílias reais, mas, na prática, outras questões se colocavam. O país chegou a ter 60% de suas relações comerciais com a Inglaterra, que, entre outras coisas, explorou a exportação do vinho do Porto¹⁵⁴. Por outro lado, negócios portugueses também de grande importância, como a venda do tabaco, acabaram sendo controlados pelos franceses. Estes, juntamente com os ingleses e os alemães, dominaram as maiores fábricas de cortiças da margem sul do Tejo. Foi também monopólio dos franceses a maior companhia ferroviária portuguesa do século XIX, a *Companhia Real dos Caminhos de Ferro*, inaugurada em 1860.¹⁵⁵

Portugal encontrou-se sistematicamente pressionado tanto pela França como pela Inglaterra, que disputavam o controle de um país de grande importância simbólica (visto que é o Estado nacional mais antigo da Europa) e econômica (por causa das suas extensas possessões coloniais). Embora essa disputa pelo alinhamento português a uma dessas centralidades tenha se desenvolvido mais claramente a partir do século XIX, as raízes dessa configuração geopolítica remontam aos setecentos.¹⁵⁶ O Marquês de Pombal (1699-1782) havia tentado esboçar uma política externa independente, que não vingou. Principalmente a partir da Independência das Treze Colônias (1776), Portugal procurou constituir essa política externa de maior neutralidade,¹⁵⁷ entretanto, depois da Revolução Francesa (1789-1799), paulatinamente, a aliança com os ingleses foi se tornando uma realidade. Crescia, à época, a desconfiança em relação ao processo revolucionário francês, principalmente no que tange à ascensão dos jacobinos. Inicialmente, a coroa portuguesa e parte da própria opinião pública do

¹⁵³ RAMOS, Rui. Introdução. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 6: A Segunda Fundação (1890-1926). Ed. rev. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p.31.

¹⁵⁴ RAMOS, Rui. *Introdução*. ..., p.31-32.

¹⁵⁵ RAMOS, Rui. *Introdução*. ..., p.32.

¹⁵⁶ BERNARDINO, Teresa. *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p.19-20.

¹⁵⁷ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.17.

país se manifestaram positivamente em relação à Revolução;¹⁵⁸ todavia, conforme o conflito foi se acirrando e os jacobinos transformaram-se e foram transformados em uma “ameaça”, essa opinião mudou.¹⁵⁹

O receio de que as forças jacobinas pudessem avançar sobre a Península Ibérica fez com que Espanha e Portugal se unissem momentaneamente, entre 1792 e 1795, com o apoio da Inglaterra.¹⁶⁰ Entretanto, uma vez afastado o “perigo” maior, a Espanha se uniu à França, com o intuito de quebrar a aliança luso-britânica que já se processava. A Guerra das Laranjas (1801), conflito entre Portugal e Espanha (esta última, apoiada pela França), foi uma espécie de prenúncio das invasões napoleônicas, que se desenvolveram a partir de 1807.¹⁶¹ Isso porque o conflito tornou ainda mais inevitável que Portugal explicitasse o seu alinhamento com os ingleses, entrando em colisão com a França.

Uma vez deflagradas as invasões napoleônicas e com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, em novembro de 1807, Portugal passou por um processo fundamental para a compreensão de algumas transformações que ocorreram no país ao longo do século XIX. A presença francesa fez com que se desenvolvesse uma divisão importante: de um lado, os que se colocavam contra os invasores e, de outro, aqueles que se associavam a eles, sentindo-se abandonados pela rainha, pelo príncipe regente e por sua corte.¹⁶² Os primeiros, que eram maioria inicialmente, organizaram a resistência aos franceses em nome da “fidelidade ao rei e ao altar”.¹⁶³ De outra maneira, os portugueses que, pouco a pouco, começaram a apoiar os franceses, tornaram-se defensores do constitucionalismo, creditando à

¹⁵⁸ Luís de Sousa Coutinho (1735-1804), secretário dos negócios estrangeiros e da guerra, chegou a elogiar a Revolução Francesa, que poderia ofertar elementos reformistas importantes. Além disso, na folha oficial, a *Gazeta de Lisboa*, pode-se verificar a recepção positiva que a Revolução Francesa teve inicialmente em Portugal. Sobre essa questão: ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. *As invasões francesas*. ..., p.18.

¹⁵⁹ BERNARDINO, Teresa. *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. ..., p.20-21.

¹⁶⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PEDREIRA, Jorge. As Chaves do Período 1808-1834. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (dir.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Volume 1: O Colapso do Império e a Revolução Liberal. 1808-1834. Madrid: Fundación Mapfre & Objectiva, 2013, p. 25.

¹⁶¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PEDREIRA, Jorge. As Chaves do Período 1808-1834. ... p. 26.

¹⁶² Progressivamente, o rei passou a ser encarado, a um só tempo, como o problema e a solução dos impasses portugueses. A sua defesa significou o direito de resistência ao invasor estrangeiro – primeiramente, os franceses e, depois, os ingleses. Contudo, passou-se a considerar também, que o monarca era responsável ou corresponsável pela crise que se formava, visto que parte dos súditos tinha sido abandonada. Quando da primeira invasão francesa, o então príncipe regente chegou a ordenar que não houvesse resistência, colocando Portugal, assim, numa espécie de condição colonial dentro do próprio império. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A Vida Política. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (dir.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Volume 1: O Colapso do Império e a Revolução Liberal. 1808-1834. Madrid: Fundación Mapfre & Objectiva, 2013, p. 47-48.

¹⁶³ PEREIRA, Miriam Halpern. Introdução Geral. In: VIEIRA, Maria Benedicta Duque. *O problema político português das primeiras cortes liberais*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1992, vol.1, p.2.

monarquia dos Bragança os problemas vivenciados. O que se convencionou chamar à época de um “afrancesamento” do exército e de uma parcela da sociedade contribuiu para a formação de novas bandeiras e formas de associação.¹⁶⁴

A resistência aos franceses foi capitaneada principalmente pela Igreja Católica, que criava imagens satânicas dos invasores, associando-os ao jacobinismo, às tendências anárquicas, à maçonaria e ao semitismo; considerando, ambos, inimigos da ordem e de Deus.¹⁶⁵ Parte do clero agiu como agente de controle do espírito sedicioso, defendendo uma “monarquia de direito e inspiração divina”.¹⁶⁶ Associavam-se, assim, as ideias liberais ao inimigo invasor, que estaria propagando a desordem, a libertinagem e o caos.¹⁶⁷ De alguma forma, o espírito contrarrevolucionário estava formado antes mesmo de se constituir a revolução. Essa é uma questão fundamental para o entendimento das forças políticas que se formaram no século XIX. Mas é importante considerar que se essas ideias liberais foram colocadas, principalmente nos primeiros momentos da invasão, como as responsáveis pelos problemas vivenciados, com o tempo, principalmente a partir do Vintismo e do processo de constitucionalização, elas se conformaram como uma possível resolução da situação portuguesa, desde que devidamente saneadas. Essa tendência pode ser verificada principalmente quando as invasões se prolongaram e o sentimento de orfandade em relação ao rei se ampliou. Seja como for, o espírito contrarrevolucionário trouxe:

[...] pesadas consequências, suscitou igualmente a conscientização de uma outra ideia força, ou seja, a de que qualquer ideal de revolução impunha, na linha da tradição histórica firmada pela Restauração de 1640, a ordem, a fidelidade e a observância religiosa, tal como em 1820 se consagrou.¹⁶⁸

Além de ter de lidar com os invasores franceses, os portugueses tiveram que conviver com os desmandos dos ingleses, que organizaram a resistência, com a anuência da própria coroa. Some-se a isso a crescente insatisfação com a ausência da família real e a repercussão do processo constitucional na Espanha. A Constituição de Cádiz (1812) teve um importante impacto na formação de um movimento político, nacionalista, liberal e constitucional em

¹⁶⁴ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. *As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais*. ..., p.29.

¹⁶⁵ A guerra peninsular foi acompanhada por uma intensa atividade editorial. Foram publicados panfletos, charges, caricaturas e periódicos, que revelam traços importantes da opinião pública e do noticiário político da época. Existiam os panfletos que condenavam a Revolução Francesa, bem como os que associavam a figura de Napoleão a uma imagem diabólica de brutalidade, violência e irreligião. Sobre a reação da imprensa quando das invasões francesas, é importante mencionar o trabalho: RAMOS, Luís A. de Oliveira. Portugal e Revolução Francesa (1777-1834). *Revista da Faculdade de Letras: História*, v.7, n. 2, p.155-218 1990.

¹⁶⁶ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. *As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais*. ..., p.36-37.

¹⁶⁷ Sobre esse processo, vale destacar: NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808-1810)*. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2008.

¹⁶⁸ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. *As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais*. ..., p.37.

Portugal. Essa influência, porém, precisa ser problematizada. Portugal poderia ter uma revolução como ocorrera na Espanha? Essa era a pergunta que parte das elites lusitanas faziam nas primeiras décadas do século XIX.

Mesmo quando estourou a Revolução do Porto, em agosto de 1820, evitaram-se a linguagem revolucionária e os atos mais progressistas ou “radicalizados”, apresentando-se uma roupagem regeneradora. Cada vez mais era inegável a necessidade de reformas institucionais, “segundo as luzes do século e as circunstâncias do mundo civilizado”,¹⁶⁹ mas isso deveria se fazer de acordo com as próprias instituições da monarquia, deturpadas, acreditava-se, pela tirania. Inicialmente não era a identidade liberal que melhor identificava os vintistas, ao contrário do que ocorreu em processos políticos posteriores, principalmente a partir de 1826.¹⁷⁰

A aceitação do ideário liberal como sustentação programática de um novo regime, desenvolveu-se também a partir de alguns dos debates políticos da época. Nesse ponto, o contato dos homens de letras e dos jornalistas portugueses com os franceses e os ingleses – tanto em Portugal como em situação de exílio –, ajudou a formatar uma nova percepção. Por outro lado, a revisão e/ou formulação de alguns dos pressupostos liberais também foram significativos para essa percepção renovada. As soluções constitucionais destacadas por Benjamin Constant (1767-1830), François Guizot (1787-1874) e Jeremy Bentham (1748-1832), por exemplo, foram relevantes para a formulação de uma alternativa à perspectiva tida como revolucionária e de maior ruptura.¹⁷¹ Difundia-se a noção de que um governo constituído a partir das ideias liberais, não necessariamente levaria à anarquia e a insegurança. Era possível contar com um referencial marcado pela apropriação de alguns dos conteúdos da cultura política liberal inglesa, ou de tendência anglófila, que poderia apontar para a manutenção da monarquia, numa perspectiva reformada, sem deixar de estar em conformidade com parte dos princípios progressistas que balançavam os pilares do Antigo Regime. Por último, não se pode ignorar o fato de que com o fim da Era Napoleônica e o

¹⁶⁹ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*. ..., p.236.

¹⁷⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberalismo: Portugal. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p.829.

¹⁷¹ VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.47.

advento da Santa Aliança, o temor em relação aos “excessos jacobinos” ou à possível radicalização, já não era tão premente. Pelo menos não naqueles anos.¹⁷²

No entanto, não foi fácil dissipar certa resistência em relação a uma possível ruptura ou reforma da monarquia. Vale lembrar que, em Portugal, diferentemente da Espanha, os monarcas não foram destituídos com as invasões francesas, o que enredava a validação de outro regime, ou mesmo a reformulação do existente.¹⁷³ A despeito disso, formaram-se, no início dos anos 1820, dois importantes grupos: o regeneracionistas e os restauracionistas. Estes, embalados pelos princípios da Santa Aliança, defendiam a restauração plena da monarquia, como forma de garantir a legitimidade e o equilíbrio europeu; aqueles, por seu turno, aderindo ao capital teórico revolucionário, advogavam a favor das reformas.¹⁷⁴ Ambos os grupos, contudo, partilhavam de uma preocupação que se generalizava: era preciso que a situação de Portugal se resolvesse, urgia regenerar a pátria.¹⁷⁵ Principalmente até os anos 1820, não havia se cristalizado a proposta de um novo ordenamento político e social. E mesmo durante a Revolução, as propostas reformistas eram reativas a uma crise aguda, pois os

[...] vetores, que explicam a dinâmica do movimento vintista, eram, essencialmente, o descontentamento generalizado com o *status quo* político, econômico e social; o anseio de mudanças; e a crença nas reformas de que as Cortes, a Constituição e a Liberdade seriam portadoras. Desde a partida da Corte para o Rio de Janeiro, a situação em que se achava Portugal era, no mínimo, bastante desconfortável. [...] Nesse sentido, o *Campeão Português, Amigo do Rei e do Povo*, de autoria de José Liberato de Carvalho, afirmava que os portugueses encontravam-se ‘sem rei e quase sem pátria’, gemendo em silêncio e permanecendo ‘órfãos’.¹⁷⁶

A preocupação central era regenerar o país, alcançando a paz e, conseqüentemente, a prosperidade. Adicionalmente, era preciso colocar a pátria em sintonia com os debates e os processos político-econômicos que já estavam em vigor em uma parte da Europa de Além Pirineus.¹⁷⁷ Essa necessidade já se apresentava no século XVIII, principalmente a partir das

¹⁷² Para Hobsbawm, entre 1815 e 1830, a Europa teria passado por um controle maior da expansão do franco-jacobinismo. O historiador afirma que houve alguma dificuldade em se superar as revoltas e as revoluções que ocorreram nos anos 1820, mas nada tão crítico como os movimentos políticos e sociais dos anos 1830, muito mais representativos da crise que estava em curso. HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Europa 1789-1848. 4.ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.127-128.

¹⁷³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Vida Política*. ..., p. 55.

¹⁷⁴ VARGUES, Isabel Nobre. *O processo de formação do primeiro movimento liberal*. ..., p.45.

¹⁷⁵ Segundo Monteiro, a própria imprensa liberal, nesse contexto, apresentava um discurso regeneracional, predominando as noções de pátria e nação. Não seria uma luta contra a monarquia em si, mas favorável à nação. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Vida Política*. ..., p. 55-56.

¹⁷⁶ NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*. ..., p.233.

¹⁷⁷ VARGUES, Isabel Nobre. *Vintismo e radicalismo liberal* ..., p.6-7.

reformas pombalinas. Do final dos setecentos até as primeiras décadas dos oitocentos, tal pretensão modernizante se deu claramente por meio de reformas conduzidas pelo Estado.¹⁷⁸ Desenvolvia-se um reformismo de inspiração ilustrada, grafado pela preocupação com a possibilidade de qualquer ruptura mais radicalizada, que representaria invariavelmente um grande risco para um país de fortes tradições católicas e com um império composto por uma monarquia “pluricontinental” e “transatlântica”.¹⁷⁹

No século XIX, a primeira tendência foi apostar que a realização das reformas necessárias deveria manter a mesma lógica, organização e tradições monárquicas que vigoravam até então. Não é por acaso que o conceito de liberal manteve-se praticamente inalterado entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Conforme destaca Nuno Monteiro, esse conceito permanecerá intacto por quase meio século, com uma inflexão tardia, fruto de um processo de significação intimamente relacionado com a história política do país.¹⁸⁰ A ideia de ser liberal, no final do século XVIII, estava relacionada com uma perspectiva reformista, em que predominava o liberalismo econômico, contra os direitos feudais de propriedade, por exemplo. Não existia uma clara defesa de uma perspectiva política liberal, nem mesmo a solução do governo misto.¹⁸¹ Acrescente-se a isso, a concepção de liberalidade ligada à não realização de trabalhos manuais – típicos da servidão e das atividades menos nobres – ou, ainda, uma atitude generosa e cortês. Os dois últimos aspectos, considerados valores aristocráticos.¹⁸²

O significado atribuído à palavra liberal do dicionário de Raphael Bluteau, de 1716, não sofreu significativas alterações no início dos oitocentos, sendo o *Diccionario Geral da Lingua Portuguesa de Algibeira* (1819) outro bom exemplo dessa relativa permanência

¹⁷⁸ A transição do Antigo Regime para a Monarquia Liberal foi, em Portugal, caracterizada por um complexo processo desenvolvido entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Não foi simplesmente um movimento de ruptura conduzido por uma classe progressista e de coesão histórica. Como lembra Bernardino, até as reformas pombalinas, grande parte das atividades comerciais concentrava-se sob o monopólio de uma parcela da nobreza, com anuência do Estado. Entretanto, Pombal teria perseguido a alta nobreza, principalmente os grandes comerciantes, diversificando a classe aristocrática portuguesa por meio de um novo critério nobilizante: não mais essencialmente o nascimento em si, mas os serviços prestados para a coroa. Ao concentrar as transformações modernizantes nas ações do próprio Estado, Pombal teria iniciado um processo que, ainda de acordo com a autora, não foi completamente obstruído por D. Maria I, concretizando-se, em grande medida, no século XIX. BERNARDINO, Teresa. *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. ..., p.40.

¹⁷⁹ Sobre o conceito de monarquia pluricontinental, ver: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia continental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, vol.7, p.49-63, 2010.

¹⁸⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Liberalismo*. ..., p. 824.

¹⁸¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Liberalismo*. ..., p.825.

¹⁸² LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/Liberalismo. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, p. 141-160.

semântica. Liberal significaria: “Esplendido, generoso, Mão-larga. Artes – as que não são mecânicas: fig. Benefício”.¹⁸³ Os dicionários de Antônio de Moraes Silva de 1813 e 1823 mantêm parcialmente esse significado, acrescentando outro sentido para a noção de interdição, conforme sublinhado na versão de 1823, em que liberal é: “o que é largo no dar, e despender, sem avareza, nem mesquinaria; dadivoso. Livre, franco. *Tanto que por nós lhe foi impedida esta liberal navegação (aos Mouros)*. Arte liberal; a que não é mecânica”.¹⁸⁴

Acredita-se que a manutenção dos sentidos dicionarizados em relação ao conceito “liberal” está relacionada à dinâmica política e social dos primeiros anos do século XIX. Só depois dos movimentos políticos que marcaram as décadas de 1820 e 1830, é que se desenvolveu uma inflexão mais expressiva nos significados atribuídos ao conceito, como se verá mais adiante. Até então, as ideias liberais eram encaradas como indicativas de possíveis reformas para a regeneração nacional. Mas essa regeneração não era unívoca. Na realidade, dois processos regeneradores estavam em disputa: um formulado a partir da reabilitação das tradições monárquicas portuguesas, que teriam sido deturpadas pela tirania desviante – porém corrigível; o outro, que se pautava pela reforma da monarquia, por meio da criação de uma constituição, inicialmente, nos mesmos moldes da proposta de Cádiz. Esse movimento foi inaugurado a partir do pronunciamento militar realizado na cidade do Porto, em agosto de 1820; sendo combatido por forças reacionárias, centradas em figuras reais como Dona Carlota Joaquina (1775-1830) e seu filho D. Miguel (1802-1866).¹⁸⁵

Em meio aos debates sobre as reformas que deveriam ser feitas em Portugal, duas questões se destacavam: como reestabelecer a soberania nacional? Quem teria capacidade constituinte? Os chamados tradicionalistas defendiam uma proposta corporativa e historicista, baseada no princípio de legalidade da monarquia e no regresso ao modelo de soberania representado em Cortes. Já os vintistas, acreditavam que a nação era indivisível e que a representação deveria se centrar no indivíduo cidadão, não nos corpos estamentais de outrora. Os vintistas não aceitavam a segunda câmara, sendo influenciados pela constituição de Cádiz e pelo receituário político proveniente da primeira fase da Revolução Francesa (encarado

¹⁸³ *Diccionario Geral da Lingua Portuguesa de Algebeira*, por tres literatos nacionais. Lisboa: Impressão Régia, 1818-1819, vol.2, p.264.

¹⁸⁴ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa: recopilado de todos os impressos até o presente*. 3.ed. Lisboa: Borel e Companhia, 1823, Tomo I, p.164.

¹⁸⁵ TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In: MATTOSO, José. (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 70-72.

como a antítese das propostas mais democratizantes de 1793). Essa apropriação estava relacionada com o próprio processo de formação do liberalismo.

1.3. As matrizes da cultura política liberal: alguns apontamentos

A cultura política liberal foi constituída por meio de um emaranhado de tradições intelectuais, relacionadas entre si e articuladas a diferentes movimentos e contextos político-sociais. A pluralidade de lutas ligadas ao liberalismo explica a sua grande variedade propositiva e semântica. As experiências e os debates ingleses e franceses foram componentes sociais para a formação de duas importantes matrizes¹⁸⁶ dessa cultura política. Das revoluções inglesas – principalmente a Revolução Gloriosa (1688-1689) – até a Revolução Francesa, teria se gestado uma espécie de “protoliberalismo”, isto é: uma “forma de governo fundada em poder monárquico limitado e num bom grau de liberdade civil e religiosa”.¹⁸⁷ O conjunto de reações às arbitrariedades cometidas pelo Estado, assim como as lutas e experiências de liberdades inauguradas na Inglaterra do século XVII, foi fundamental para a constituição da base do que veio a se chamar de liberalismo.¹⁸⁸ As revoluções inglesas abriram caminho para duas perspectivas basilares: a autonomia civil e a liberdade negativa.

Esses mecanismos de garantia da felicidade individual, contudo, foram aperfeiçoados ao longo dos séculos XVII e XVIII. Não bastava sistematizar os limites da ação do Estado; era preciso também estabelecer com maior clareza quais eram os direitos inalienáveis e constitutivos da própria ordem. Nesse sentido, os freios na ação do Estado constituir-se-iam por meio dos direitos individuais. Formava-se, dessa maneira, uma matriz grafada pela noção

¹⁸⁶ A significação “original da palavra matriz, presente na palavra latina *matriz*”, associa-se à “fêmea que dá origem à vida”. “A vida de um novo ser exige a existência de vida antes dele”, por essa razão, o caráter inovador de uma matriz não implica desconsiderar aquilo que lhe deu origem, tampouco representa a inobservância do que pode surgir depois. BIGNOTTO, Newton. Apresentação. In: *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p.10. É nesse sentido, cunhado por Newton Binotto, que a noção de matriz é empregada nesta tese. As matrizes francesa e inglesa do liberalismo serão privilegiadas não pela desvalorização de outros processos históricos e outras formulações do pensamento político liberal, mas em função da flagrante importância que elas tiveram para a experiência portuguesa, o que não significa como é óbvio, que se trata de uma simples adesão. Conforme apontado, uma matriz só existe e se explica pelo seu caráter dinâmico, manifesto em suas apropriações, transformações e potencial fomentador de novas práticas e sentidos.

¹⁸⁷ MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991, p.16.

¹⁸⁸ SKINNER, Quentin. Estados livres e liberdade individual. In: *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP/ CAMBRIDGE University Press, 1991, p.55-81.

básica de direitos humanos e constitucionalismo, aliados à concepção de uma relativa autonomia da esfera econômica.¹⁸⁹

Paralelamente, desenvolvia-se outra matriz, principalmente a partir das experiências revolucionárias dos franceses, que acabaram lidando com a questão da participação política de forma diferente. Desenvolveram-se na França os pressupostos da noção de igualdade e soberania popular, principalmente por meio das formulações de Rousseau (1712-1778). Com efeito, liberdade seria a liberdade pública, a liberdade política de ação, formulando-se, desde então, uma divisão fundamental no debate político em torno do liberalismo: a questão da primazia do interesse público ou do privado.¹⁹⁰ Rousseau considerava que o indivíduo era um ente público, voltado para esfera pública, o que pressupunha não apenas a igualdade formal defensiva, mas a paridade de condições de participação e decisão.¹⁹¹ Assim,

[...] as noções de cidadania, igualdade e soberania popular emanam dessa visão particular de Rousseau. O contrato não foi feito pra criar o Estado, o contrato foi feito para garantir a liberdade. Não temos mais a lógica sequencial da matriz liberal em que o ser humano se associa com os demais para criar o poder absoluto (caso de Hobbes) ou um Estado Liberal (caso do Locke). O que vamos encontrar é a matriz de um pensamento que, como foi dito antes, é democrático e igualitário.¹⁹²

Essa concepção, todavia, se consolidou após a Revolução Francesa. Se o combate ao que se passou a considerar como os abusos cometidos pelo Estado forjou a liberdade civil, foi principalmente a partir dos processos revolucionários franceses que se delineou a noção de liberdade política. A partir de então, não bastava garantir os direitos de proteção contra os possíveis abusos provenientes da tirania.¹⁹³

Enquanto no caso inglês pesou a relação associativa com o Estado, que se apoiaria em indivíduos independentes; na França, formou-se a ideia de que o Estado, fonte de autoridade construída e legitimada, deveria ser disputado, e a partir desse processo, se estabeleceria a liberdade. Não era uma liberdade natural hipotética, garantida por um ente anterior e condicionante da autonomia civil, mas uma conquista com obediência consentida.¹⁹⁴ Entre os

¹⁸⁹ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel H. Carneiro. Liberalismo. In: *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p.260-261.

¹⁹⁰ VINCENT, Andrew. Liberalismo. In: *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p.47-51.

¹⁹¹ PEIXOTO, Antônio Carlos. Liberais ou Conservadores? In: GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília. *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 22.

¹⁹² PEIXOTO, Antônio Carlos. *Liberais ou Conservadores? ...*, p.21.

¹⁹³ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Liberalismo. ...*, p.261.

¹⁹⁴ BOBBIO, Norberto. A herança da grande revolução. In: *A Era dos Direitos*. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004, p.127-129.

franceses, portanto, a liberdade se daria através da ação política dos atores sociais, desenvolvendo-se uma autonomia positiva; diferentemente da perspectiva inglesa, em que as liberdades civis eram adquiridas por meio da delimitação das realizações do Estado fundador. Isso porque as revoluções francesas teriam contribuído para a construção de uma nova concepção de liberdade, não mais considerada como *ex parte principis*, mas sim *ex parte civium*, isto é, como expressão da soberania dos cidadãos.¹⁹⁵ Em outros termos: a liberdade política antecedia à autonomia civil e não o contrário.¹⁹⁶

Essa divisão entre a matriz inglesa e a francesa é importante para a compreensão da cultura política liberal. Contudo, não pode ser considerada como um dado *a priori*, a partir dos desdobramentos de ideias políticas “descarnadas”, isoladas e autoexplicativas. Nesse sentido, desenvolveu-se, pelo menos desde o final do século XX, uma literatura que tem criticado os marcos temporais e conceituais até então incontestes. Além disso, vale destacar o debate sobre as relações entre as “Luzes”¹⁹⁷ e os processos revolucionários que se delinearam entre o século XVIII e XIX.

Existem autores, como Jonathan Israel,¹⁹⁸ que têm pensado as “Luzes” como um conjunto de ideias que ajudaram a estabelecer os fundamentos do mundo moderno, recuando-o para antes do século XVIII. De acordo com o autor, existiriam quatro linhas de interpretação sobre o tema em questão. A primeira seria aquela que considera a primazia do “modelo” francês. Essa perspectiva privilegia as referências francófilas como arcabouço do pensamento político das luzes; enquanto as demais tradições e contribuições, que, inclusive, nutriram os franceses, seriam subestimadas. Uma segunda corrente teria como orientação intelectual o cientificismo e o debate político inglês. Embora essa linha interpretativa leve em consideração as contribuições de pensadores como Isaac Newton (1643-1727) e John Locke (1632-1704),

¹⁹⁵ BOBBIO, Norberto. *A herança da grande revolução*. ..., p.126.

¹⁹⁶ MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. ..., p.28-30.

¹⁹⁷ Para Todorov, o projeto das “Luzes” está alicerçado em três princípios: autonomia, finalidade humana e universalidade. Esse projeto seria fruto de camadas temporais e espaciais diferentes, levando-se em conta os conflitos e trocas desenvolvidos entre as formulações originárias da Antiguidade ocidental, as frações do pensamento oriental (oriundos da China, da Índia e do Oriente Próximo), além de referências que remetem ao pensamento político medieval e ao Renascimento. Entre os séculos XVIII e XIX, autores como Condorcet, Beccaria, Hume, Kant, Montesquieu e Rousseau, defenderam uma nova atitude frente ao mundo (mais aberta, tolerante e dialógica), partindo do mosaico de tradições e debates que os antecederam, assim como de novas formulações intelectuais, por sua vez, fruto de movimentos político-sociais. A época das luzes, portanto, para Todorov, foi marcada por uma nova maneira de ser e estar no mundo que, nutrida pela abertura a uma multiplicidade de debates, apropriações e recapitulações, proporcionou a criação de valores caros ao mundo moderno, dentre eles, a noção básica de igualdade ou de liberdade. TODOROV, Tzvetan. *O espírito das luzes*. Tradução de Mônica Cristina Corrêa. São Paulo: Barcarrolla, 2008, p.11-31.

¹⁹⁸ ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade, 1650-1750*. Tradução de Claudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009.

Israel afirma que ela seria ainda mais problemática. Isso porque esses autores, inicialmente, não tiveram uma grande recepção fora da Grã-Bretanha, o que restringiria ainda mais a análise.

A terceira perspectiva interpretativa se pautaria pelo reconhecimento de diferentes “Luzes”, materializadas e reproduzidas nos variados contextos nacionais. Essa tendência, ainda de acordo com o autor, teria problemas insuperáveis, uma vez que trata de um fenômeno eminentemente internacional e pan-europeu, como uma questão de “história nacional”. Reconhece-se a relevância de se levar em conta as peculiaridades da cultura, das estruturas políticas, econômicas e sociais, todavia, nenhuma transformação na política europeia, desde a queda do Império Romano, teria demonstrado flagrante coesão cultural e intelectual do “Velho Continente”, como nos séculos XVIII e XIX, pois,

[...] foi quando a Europa Ocidental e Central se tornaram, na esfera das ideias, uma única arena integrada pelos mais novos canais de comunicação, que iam de jornais, revistas, salões de chá, e toda uma gama de meios culturais recém inventados, entre os quais os jornais eruditos (inventados na década de 1660) e a biblioteca ‘universal’ eram, com efeito, cruciais.¹⁹⁹

Um quarto tipo de interpretação, defendida inclusive por Jonathan Israel, baseia-se na ideia de que as “Luzes”, cujas origens estariam na Holanda do século XVII, seriam compostas, transversalmente, por duas tendências: uma moderada e outra radical. Segundo o autor, a última não poderia ser analisada como periférica em função dos entraves e das contradições no seu processo de realização, pois essa tendência radical teria estruturado a primeira enquanto uma oposição conservadora. Trata-se de um raciocínio relacional.

A constituição de tendências mais radicalizadas, muito embora não se limite a uma sociedade específica e nem se restrinja hermeticamente a um período em especial, teria suas bases lançadas entre 1650 e 1750. Dessa maneira, os movimentos sociais ingleses, muitas vezes compreendidos como embrionários ou como antessala do verdadeiro pensamento revolucionário, ganham importância. Por outro lado, segundo Israel, as concepções iluministas, durante o século XVIII, já contavam com uma vertente mais moderada em seu nascedouro. As bases progressistas, portanto, não se limitariam ao pensamento político dos setecentos, visto que propostas e movimentos revolucionários relevantes já tinham sido articulados e depois combatidos, abrindo-se espaço para vertentes mais elitizadas e revisionistas em relação aos processos de transformação das sociedades europeias.²⁰⁰ Essa

¹⁹⁹ ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo radical*..., p.8.

²⁰⁰ ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo radical*..., 8-9.

relativização é importante para romper com a dicotomia entre as referências políticas e intelectuais mais conservadoras, *a priori* oriundas da Inglaterra, e aquelas mais transgressoras, que seriam derivadas, necessariamente, da França.

Um debate que ganha substância frente às discussões apontadas, refere-se ao papel das “Luzes” na conformação dos movimentos revolucionários do século XVIII. Historiadores como François Furet, Robert Darnton e Roger Chartier, cada um a sua maneira, interrogaram: as ideias fizeram a revolução? Furet chegou mesmo a questionar o caráter revolucionário dos eventos políticos inaugurados em 1789. Partindo do aporte teórico marxista, afirmou que a Revolução Francesa não estava predestinada – por meio das ideias políticas que a teriam dado forma – a ser uma revolução liberal, tampouco um processo de ruptura social. De outra maneira, a experiência francesa setecentista faria parte de um processo político, anunciando as revoluções que viriam depois: primeiramente, a liberal e, depois, a social (sendo o caso bolchevique emblemático).²⁰¹ Mesmo considerando o etapismo da análise do autor, é válido destacar o pioneirismo de sua abordagem, principalmente no que diz respeito à problematização das ideias tidas antecipadamente como revolucionárias, ou, ainda, à construção dos significados imputados à Revolução Francesa. O historiador, além de considerar essa revolução como um fenômeno político mais complexo, procurou descortinar as questões ideológicas inerentes às análises que a conformaram. A Revolução teria inaugurado “um discurso e uma ideologia novos – democráticos – sobre o poder”.²⁰² Ao estranhar certos automatismos em relação à formação da sociedade liberal, o autor contribuiu para a reflexão sobre os diferentes sinais da modernidade, pensando em como essas transformações foram ganhando forma, gradualmente.

Darnton, diferentemente de Furet e mesmo de Jonathan Israel, destacou a importância e a singularidade do caso francês, evidenciando o papel das “Luzes” para a conformação das revoluções (no plural) que se desencadearam. Entretanto, o historiador relativizou a supremacia de movimentos mais elitizados. Ele tratou de um “baixo iluminismo”, destacando o seu papel para a construção e a socialização dos debates políticos que se formatavam na França pré-revolucionária. Essa literatura, tida inicialmente como menor ou como mera vulgarização – no sentido mais pejorativo do termo –, teria sido fundamental para a

²⁰¹ FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. 2.ed. Tradução de Luiz Marques e Martha Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p.19-21.

²⁰² FLOREZANO, Modesto. François Furet Historiador da Revolução Francesa. *Revista de História*, São Paulo, v.132, 1995, p.95.

constituição de uma ambiência revolucionária, fruto não apenas de um movimento filosófico, orientado unilateralmente pelas elites letradas.²⁰³ Essa discussão ajuda a problematizar a relação, encarada por vezes como causal, entre as ideias potencialmente transgressoras (muito em função das suas origens sociais) e os demais suportes de comunicação, leitura, bem como os próprios leitores – entendidos, nesse registro, como receptores criativos.

Nesse último ponto, Chartier apresenta uma contribuição. O autor evidencia a relevância de se pensar em práticas, representações e leituras transgressoras, afirmando que não existe, de antemão, livros e ideias revolucionários. Essas obras, articuladas aos processos culturais que desembocaram nas transformações daquela sociedade, fazem parte da referida revolução e, portanto, não são o seu espelhamento, muito menos a sua causa mestra.²⁰⁴ As ideias, pensadas por esse quadrante, ligam-se às dinâmicas sociais de construção dos sentidos, imputadas aos textos e à própria realidade. Para Chartier os livros não fazem a revolução. Nesse sentido, a Revolução Francesa não pode ser explicada a partir das “Luzes”, mas, sim, como algo que foi pensável e possível no bojo de um amplo processo de transformação cultural, que não se restringe aos desdobramentos do movimento filosófico setecentista, nem aos acontecimentos mais imediatos da Revolução.

A partir da discussão sumariamente apresentada, pode-se problematizar a existência de um referencial político e intelectual aprioristicamente mais ou menos progressista. Até porque a construção dessas referências se dá também pelas práticas políticas e pelas apropriações²⁰⁵ dos arsenais de ideias, projetos e proposições (elaborados pelos homens de letras ou não). Parte da experiência francesa, nomeadamente a fase jacobina, foi considerada pelas elites oitocentistas europeias, como um grande risco em função dos seus desdobramentos, isto é: diferentemente do caso inglês, em que as propostas populares de ruptura foram sufocadas com

²⁰³ DARNTON, Robert. O Alto Iluminismo e os sublitteratos. In: *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.48-49.

²⁰⁴ CHARTIER, Roger. Será que livros fazem revoluções? In: *As origens culturais da revolução francesa*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p.113-146.

²⁰⁵ Emprega-se apropriação no sentido cunhado por Chartier, ou seja, considera-se que apropriar-se não se restringe a uma assimilação ou cópia pelos sujeitos individuais e coletivos. Tampouco se trata de uma relação de influência. Apropriar-se significa construir e (re) elaborar sentidos e significados para as referências iniciais, explicitando-se, assim, a pluralidade dos usos e dos entendimentos que formulam ideias, conceitos, debates, práticas e representações. Para o autor, a concepção de apropriação pode misturar controle e invenção, pode articular a imposição de um sentido e a produção de novos. O conceito de apropriação marcaria a constituição de “uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (sociais, institucionais e culturais) e inscritas nas práticas sociais em que são produzidas” CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.26.

maior sucesso e agilidade, a Revolução Francesa figurou como um exemplo de um processo mais popular, revolucionário e conturbado, que deveria ser evitado.

Sobretudo nas primeiras décadas do século XIX, quando a França continuou a passar por grandes turbulências sociais, a Grã-Bretanha foi cada vez mais apontada como sinônimo do equilíbrio necessário e salutar, principalmente para a burguesia em ascensão. Associava-se a imagem de ordem à experiência revolucionária inglesa e, conseqüentemente, ao arcabouço liberal anglófilo. Com efeito, ao considerar as diferenças entre as matrizes inglesa e a francesa, que fazem parte da cultura política liberal, é relevante levar em conta as formulações políticas e intelectuais dos séculos XVII e XVIII, mas igualmente as apropriações desenvolvidas pelas sociedades oitocentistas.

A proposta burguesa, levada a cabo até o século XIX, pressupunha a luta contra os privilégios aristocráticos, mas não previa a ampla franquia de conseqüências de cunho democrático que poderiam surgir. A preocupação com a possibilidade de que a participação popular fosse viabilizada e saísse do controle, já acometia pensadores como Voltaire (1694-1778) ou Montesquieu (1689 - 1755) – que, inclusive, guardavam certo apreço pelos reformadores ingleses.²⁰⁶ Mas foram principalmente Aléxis de Tocqueville (1805-1859), Benjamin Constant, François Guizot e Stuart Mill (1806-1873), que se debruçaram com mais afinco sobre essa questão; muito em função de terem assistido a Revolução Francesa ou os seus desdobramentos. Esses pensadores procuraram discutir as conseqüências das revoluções desenvolvidas entre os séculos XVIII e XIX, avaliando o que consideravam como conquistas advindas desses processos. Entretanto, foram buscar no pensamento e nos processos políticos ingleses, as possíveis chaves para que se pudesse evitar uma “radicalização”.²⁰⁷

As lutas contra o despotismo tinham angariado uma grande variedade de sujeitos sociais, com anseios e interesses muito distintos, o que implicava uma questão crucial para a constituição do liberalismo: como garantir as liberdades tidas como essenciais, sem, contudo,

²⁰⁶ No caso de Montesquieu, essa preocupação materializava-se, principalmente, no receio explícito em relação ao despotismo – cujo princípio seria o medo – ou em razão da necessidade de resguardar o equilíbrio entre os poderes. O medo ou a questão da insegurança, individual ou coletiva, somada à instabilidade no processo governativo, fazem parte da cautela do autor no que tange a possíveis excessos na conformação da realidade política e social. É importante lembrar que, tal como salientou Albuquerque, existe uma ambigüidade no pensamento de Montesquieu, em parte, fruto de sua origem social. ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco C. (org). *Os Clássicos da Política*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. 13. Ed. São Paulo, Editora Ática, 2000, vol. 1. p. 111-120.

²⁰⁷ Segundo Vargues, as discussões e revisões desses autores foram fundamentais para a consolidação de uma “consciência liberal”. VARGUES, Isabel Nobre. *O processo de formação do primeiro movimento liberal*. ..., p.47-48.

deflagrar uma situação política e social que poderia levar a uma ruptura mais expressiva com a ordem estabelecida? As respostas para essa questão variaram muito e estão na base da formação dos regimes liberais, consolidados somente na segunda metade do século XIX.²⁰⁸ Apesar da pluralidade das assertivas, todavia, observa-se, no decorrer do contexto oitocentista, uma crescente preocupação com a regulação dos mecanismos de participação; em grande parte, com a valorização do legado político e simbólico da Revolução de 1789 – que seria a portadora da igualdade civil e do governo constitucional –, em detrimento da de 1793 – um processo danoso, responsável por ter-se aberto o caminho para o igualitarismo violento. Essa tendência se notabilizou após os movimentos revolucionários de 1830 e 1848, indicativos de que a herança jacobina ou mesmo o socialismo em formação, representavam uma grande ameaça.²⁰⁹

Alguns pensadores, no referido contexto, preocuparam-se em garantir os “progressos” alcançados com as revoluções. Eles não admitiam o retorno ao Antigo Regime, considerado por muitos como uma era de retrocesso. Mas, por outro lado, era preciso evitar que a intranquilidade se instaurasse por meio dos “excessos revolucionários”. Guizot, por exemplo, era partidário das conquistas da Revolução Francesa, porém, defendia a necessidade de se inaugurar um período de estabilidade, para que esses “ganhos” não fossem ameaçados.²¹⁰ A revolução ou o estado de revolução deveriam cessar.

Como historiador, ministro e protestante, Guizot defendia uma atitude política tolerante, fruto de convicções otimistas generalizadas sobre “natureza humana, governo constitucional, instituições livres, democracia limitada e o progresso social”.²¹¹ Ele apresentava uma visão relativamente avançada de parlamentarismo, afirmando, inicialmente, que a emancipação humana dependia da liberdade crescente e progressiva. Mas sua discussão privilegiava claramente um sujeito social: o burguês. O autor procurava reconstruir a trajetória desse agente, realizando comparações históricas entre a sua atuação nas comunas do século

²⁰⁸ MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*., p.18.

²⁰⁹ As revoluções desenvolvidas entre 1815 a 1848 seriam mais planejadas e menos reativas que as que se realizaram no final do século XVIII. Segundo Hobsbawm, aquelas, não eram frutos da ação individual ou coletiva de agitadores descontentes, pois estavam ligadas à manutenção de modelos políticos cada vez mais claramente percebidos como inadequados. No entanto, as revoluções inauguradas em 1789 teriam sido importantes para transformar a “intranquilidade em revolução”. HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*., p.130.

²¹⁰ MENDES, Claudinei Magno Magre; OLIVEIRA, Trezinha. Introdução. In: *Formação do Terceiro Estado: as Comunas: coletânea de textos François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante*. Maringá: Editora da Universidade Estadual do Maringá, 2005, p.13.

²¹¹ VINCENT, Andrew. *Liberalismo*., p.34.

XII e nas revoluções do século XIX.²¹² O burguês teria uma “essência popular” e uma história de luta que o credenciava para representar os anseios de uma parte da sociedade de que ele fez parte no passado, ou seja, o povo: *a priori* sem direitos ou privilégios, o terceiro estado.²¹³

Em suma, François Guizot acreditava num governo “constitucional e responsável”. Era favorável à Revolução de 1789, mas afirmava que a Revolução de 1793 e, depois, a que se seguiu em 1799, tinham colocado tudo a perder. Por isso e também em função dos levantes que assistiu, passou a defender a existência de uma vanguarda política. Os burgueses deveriam governar até que o povo fosse educado e preparado.²¹⁴ Apostava, ainda, numa aristocracia endinheirada como legítima governante, ao passo que a inclusão das classes mais pauperizadas deveria se dar gradualmente.

Benjamin Constant também procurou discutir uma via intermediária entre as conquistas revolucionárias e os desafios que elas colocavam. De acordo com o pensador, a liberdade dividia-se entre a dos “antigos” e a dos “modernos”. A primeira baseava-se na “virtude cívica”, isto é, no princípio aristotélico de que o homem era um “animal político” que exercia sua liberdade por meio da participação direta no processo decisório e em prol do bem comum.²¹⁵ Os “modernos”, por sua vez, tinham como princípio a “virtude civil”, marcada pela liberdade negativa. Ser livre, nesse registro, como se viu, era não ter cerceadas as suas liberdades individuais, que deveriam ser garantidas por um Estado cuja finalidade maior era zelar por esses direitos.²¹⁶

Essa era a liberdade possível, visto que a dos “antigos” seria impraticável, por causa da dimensão dos Estados modernos – consideravelmente maiores do que as cidades-estados do passado – e da ampliação quantitativa do direito à liberdade – não mais limitada a um grupo tão reduzido. Esses alargamentos demandariam outro tipo de organização política, com mecanismos de regulação apropriados. Por isso, ele foi um grande crítico da extensão da autoridade não delimitada, que ele creditava ao pensamento de Rousseau.²¹⁷

Como um sujeito que tinha acompanhado o período jacobino, o autor desconfiava da simples apropriação coletiva da autoridade, que poderia abrir espaço para que um grupo

²¹² GUIZOT, François. Sétima Lição. In: *Formação do Terceiro Estado: as Comunas: coletânea de textos* François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante. Maringá: Editora da Universidade Estadual do Maringá, 2005, p. 29-30.

²¹³ GUIZOT, François. *Sétima Lição*. ..., p.31.

²¹⁴ MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. ..., p.84.

²¹⁵ CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf. Consultado em: 10/05/2016, p.3.

²¹⁶ CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. ..., p.6.

²¹⁷ CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. ..., p. 7-8.

tomasse o poder e instaurasse a tirania. Essa poderia surgir não apenas da ação de um Estado não legitimado, mas igualmente em função de uma democratização generalizada do poder decisório.²¹⁸ Constant afirmava ser o contrato realmente a fonte de autoridade, mas defendia a delimitação dessa soberania e não a sua vulgarização não planejada. Os limites modernos à atuação política dos sujeitos eram uma precaução qualitativa e a segurança necessária para que não houvesse retrocessos, tanto os representados pelo espectro do Antigo Regime, como os que poderiam surgir do exercício não habilitado da autoridade socializada. Para o autor, deveria haver um poder que fosse neutro entre o povo e o executivo, capaz de ajustar os outros três poderes em situação de desequilíbrio. Numa monarquia, esse poder estaria a cargo do rei, que deveria exercer uma autoridade ao mesmo tempo superior e intermediária em relação ao executivo, ao legislativo e ao judiciário.²¹⁹

A despeito de o autor se preocupar em caracterizar a liberdade dos “modernos”, considerando-a essencialmente individual e negativa, ele se preocupava, em tese, com a participação dos atores políticos.²²⁰ Temia-se o individualismo exacerbado. O poder só poderia ser controlado por meio do respeito aos direitos civis, contudo, era fundamental garantir que os sujeitos não abandonassem totalmente as atividades públicas e políticas (ou que pensassem que não estavam abandonando),²²¹ em prol da realização das suas felicidades e gozos.²²² Abdicar da liberdade individual seria abdicar da liberdade, mas ser livre era, da mesma maneira, exercer seus direitos políticos.²²³

²¹⁸ MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*., p.85.

²¹⁹ GHELERE, Gabriela Doll. *A liberdade individual para Benjamin Constant*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, p. 49.

²²⁰ Para Constant, todo cidadão francês proprietário estava apto a exercer os direitos políticos. Ele afirma que não pretendia cometer nenhuma injustiça com a classe laboriosa, que, embora guardasse um importante “patriotismo”, não tinha condições de bem conhecer os seus interesses. Alegava ainda que nenhum povo tinha considerado como membros do Estado todos os seus residentes, o que não implicaria a mesma distinção que se desenvolvia no mundo “antigo” entre escravos e homens livres. Nem todos os indivíduos reunidos em um território fariam parte do Estado. CONSTANT, Benjamin. Dos direitos políticos. In: *Escritos de Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.281-182.

²²¹ Grande crítico da democracia representativa, Rancière afirma que ela não passa de um simulacro, visto que as elites liberais, que consolidaram esse sistema, teriam uma grande resistência a qualquer tipo de participação dos cidadãos, matando assim a possibilidade de realização de processos políticos democráticos. O autor adverte, porém, que foi preciso criar a ideia de que a participação estava ganhando uma nova forma, por meio de uma carapaça democrática, para que o regime pudesse ter êxito em seu principal intento: escamotear as assimetrias e a dominação. As formulações políticas liberais estariam mais envolvidas com as permanências do que com as transformações. Aliás, transformava-se exatamente para que pudessem ser mantidas as mesmas estruturas políticas e sociais. RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, p.15.

²²² QUIRINO, Célia N. Galvão. Introdução. In: CONSTANT, Benjamin. *Escritos de Política*., p.XXIV.

²²³ CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*., p. 13.

Sua preocupação em fomentar a associação e a participação política, não fazia de Constant um saudosista em relação à antiguidade. Como protestante, reconhecia a importância de uma formação moral,²²⁴ desenvolvida por intermédio de um Estado que deveria garantir as realizações individuais. Mas isso não bastava. Ainda que considerasse que a participação política no mundo “moderno” era formalmente e qualitativamente diferente dos “antigos”, entendia ser necessário garantir que essa atuação não fosse simplesmente extirpada. A participação política individual, em si, não seria uma ameaça, até porque, segundo o escritor, entre os “modernos”, ela estava pulverizada numa quantidade de outras influências, iguais ou superiores, e, por isso, toda opressão motivada em diminuir a possibilidade de ação individual, seria inútil e injusta.²²⁵ Além do mais, somente uma atuação política bem balizada, num Estado com poderes delimitados, poderia garantir que a tirania não se instalasse.²²⁶ Com uma participação política delimitada, os homens estariam dispostos a sacrifícios para manterem seus direitos e a preservarem a ordem. Por outro lado, era imprescindível combater o despotismo estatal, fonte de retrocesso e obstáculo maior ao desenvolvimento dos direitos básicos.

Pensadores como Constant e Guizot defendiam a ruptura com o Antigo Regime, mas, ao mesmo tempo, preocupavam-se com os processos de democratização. Eles representam o debate inerente a um momento de afirmação de alguns pressupostos progressistas conquistados durante as revoluções, assim como a revisão de muitos outros. Suas formulações procuraram fixar a liberdade como um valor que deveria ser guardado e promovido por um Estado constitucionalmente conduzido por uma parcela da sociedade, que estivesse preparada para o exercício da política e disposta a formar os que, em tese, ainda não estavam prontos. Ambos os autores tinham formação religiosa, trazendo à tona outro elemento relevante para o contexto: a conciliação entre as demandas dos “novos tempos” e a importância da religião como elemento de formação e regulação da vida em sociedade (dentro de certa tradição que remonta às “Luzes”). Não por acaso, esses pensadores foram referências para muitos dos reformadores portugueses do século XIX.

²²⁴ QUIRINO, Célia N. Galvão. Introdução. In: CONSTANT, Benjamin. *Escritos de Política*. ..., p.XII.

²²⁵ CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. ..., p. 10.

²²⁶ Para Ghelere, Constant dava destaque à delimitação da soberania do povo. Era preciso saber até onde essa soberania poderia ir, para que se mantivesse livre a legitimidade na vontade geral. GHELERE, Gabriela Doll. *A liberdade individual para Benjamin Constant*. ..., p.30.

1.4. Um início conturbado: as primeiras experiências liberais

Foi elaborado e consolidado em Portugal, ao longo dos oitocentos, precisamente, o modelo de uma monarquia constitucional, centrado no indivíduo cidadão, na supremacia da autoridade civil, na divisão e no equilíbrio entre os poderes, na extinção de alguns dos antigos privilégios e no patriotismo constitucional, em detrimento da fidelidade devotada ao “trono” e ao “altar”.²²⁷ Nesse processo de conformação política e social, colocado em curso no século XIX, algumas questões se colocavam, a saber: o que representava a possível manutenção das estruturas do Antigo Regime? Uma vez que o constitucionalismo fosse estabelecido, qual a importância e os sentidos de se manter a monarquia? O que representaria, naquele contexto, a instauração de uma república? Quem seria o cidadão e como se daria a sua participação? Como garantir a ordem atrelada ao progresso econômico e social? Algumas dessas questões foram debatidas e enfrentadas durante o primeiro triênio liberal (1820-1823); outras, só se realizaram nas décadas seguintes.

Os primeiros anos do debate sobre as ideias liberais foram conturbados. Da criação das cortes vintistas até a instauração do primeiro governo liberal, deflagraram-se importantes discussões, movimentos, conflitos, negociações e mudanças. A partir do Levante do Porto, formaram-se as Juntas Provisórias, que, em primeiro de outubro de 1820, entraram em Lisboa, depois de terem passado por Ovar, Coimbra, Leiria e Alcobaça.²²⁸ Ao chegarem à capital, essas Juntas tomaram algumas medidas, entre elas: a comunicação ao rei sobre o movimento e suas propostas; a consulta às corporações científicas e aos letrados sobre o modo de convocação das cortes; a garantia de que as principais instituições políticas, jurídicas e administrativas atestassem seu juramento de fidelidade e obediência; a afirmação da liberdade de expressão; e a criação de comissões de administração.²²⁹

Essa ação se justificou pela crise econômica e política que já se prolongava pelo menos desde 1807, conforme se destacou, mas também pelo receio crescente de que toda a agitação até então deflagrada desembocasse em revoltas populares. Esse medo justificava-se, sobretudo, por causa da onda revolucionária que abalava uma Europa dividida entre o Antigo Regime e as primeiras experiências constitucionais de procedência liberal. Era preciso evitar o

²²⁷ CATROGA, Fernando. Portugal: as comemorações como nostalgia do império. In: *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005, p.117-120.

²²⁸ VARGUES, Isabel Nobre. *O processo de formação do primeiro movimento liberal*. ..., p.58.

²²⁹ VARGUES, Isabel Nobre. *O processo de formação do primeiro movimento liberal*. ..., p.60.

protagonismo das classes populares, por meio da criação de uma nova ordem que contemplasse os anseios modernizantes então em voga, mas que fosse, ao mesmo tempo, moderada o suficiente para evitar a “desordem”.

Foram anos de uma experiência liberal ainda embrionária, que, no entanto, abalaram seriamente os pilares que estruturavam a monarquia portuguesa até aquele momento. Muitas das reformas defendidas não foram efetivamente desenvolvidas na época, porém, elas alicerçaram e orientaram algumas das transformações que se estabeleceram anos mais tarde²³⁰. No início do movimento, destacam-se as petições, que foram as primeiras experiências de certo civismo, já que uma minoria letrada sentia-se no direito de se expressar e ser ouvida nesse processo regeneracional da pátria.²³¹ Aqueles que enviavam as petições para as cortes incorporavam uma linguagem jurídica e, mesmo que não pudessem ter suas demandas discutidas, contribuía para a legitimação dos debates constitucionais, uma vez que reconheciam nas autoridades que estavam se constituindo, o direito de avaliar as reivindicações. Essas, durante muito tempo, foram elaboradas pelos súditos fiéis à monarquia que as enviavam ao rei – até então responsável por distribuir mercês e fazer justiça, considerando o lugar de cada um na hierarquia social e política. Ao reendereçarem as petições, operava-se a legitimação do “soberano congresso”.²³²

As cortes estruturaram-se por meio da participação de muitos representantes da nobreza e do clero. Mas havia uma nova condição: o voto era individual, e não mais por classe ou estamento.²³³ Elaborou-se um texto constitucional que estabelecia ser a “Nação portuguesa a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios”. “O seu território forma o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”. A sua religião era a “católica romana” e, seu governo, uma “monarquia constitucional hereditária, com leis fundamentais que regulem o exercício dos três poderes políticos”.²³⁴ A proposta constitucional trazia ainda – e entre outras coisas – a extinção de alguns dos privilégios das classes notáveis; a prerrogativa de que as propriedades reais eram bens da nação; a revisão dos foros (mediante indenização); o reconhecimento do direito de petições; e a delimitação de liberdades e deveres

²³⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Vida Política*. ..., p. 58-60.

²³¹ PEREIRA, Miriam Halpern. Introdução Geral. In: VIEIRA, Benedicta Maria Duque. *O Problema Político Português no Tempo das Primeiras Cortes Liberais*. Lisboa: João Sá da Costa, 1992, p. 6.

²³² MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Vida Política*. ..., p. 61.

²³³ PEREIRA, Miriam Halpern. Introdução Geral. ..., p.8-9.

²³⁴ Constituição Portuguesa de 1822, disponível em: <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/10/constituicao-1822.pdf>. Acesso em: 31/05/2016.

individuais.²³⁵ Formava-se, assim, um estado de direito modelado pelos princípios liberais, constituídos por: eletividade pelo sufrágio; competências exclusivas das Cortes em termos de legislação, empréstimos e impostos públicos; delimitação de três poderes, que deveriam gozar de autonomia; liberdades de pensamento, imprensa e consciência; e livre empresa e propriedade privada.²³⁶

A constituição de 1822 foi considerada, principalmente pelo movimento conservador e reacionário que se formava, excessivamente liberal e legitimadora da desordem. Todavia, embora representasse uma importante transformação em termos dos direitos individuais e dos limites do poder real, o texto constitucional foi marcado pelo reconhecimento da oficialidade da religião católica e a manutenção da monarquia, com um papel de relevância para o rei.

No primeiro caso, vale explicitar que a Igreja Católica se dividiu em relação ao Vintismo e as ideias liberais. Durante muito tempo, afirmou-se que o alto clero teria se posicionado contra o movimento liberal e a criação da monarquia constitucional, enquanto o baixo clero teria se colocado a favor. As discussões mais recentes têm questionado essa divisão. O movimento vintista tendeu a valorizar o clero secular, o que se explica pelo interesse na atividade pedagógica que esses religiosos poderiam exercer, desenvolvendo um trabalho de convencimento da população, sobretudo no interior do país, que era fundamentalmente católica.²³⁷ Mas a despeito disso, de acordo com António Reis, o clero dividiu-se transversalmente, do alto ao baixo, em relação às revoluções, principalmente depois das reformas econômicas levadas a cabo pelos liberais nos anos 1830, nomeadamente as reformas fiscais de Mouzinho da Silveira (1780-1849), que previam a revisão do dízimo, considerado um empecilho para a arrecadação do estado.²³⁸

Como componente das próprias transformações desenvolvidas em Portugal desde os anos 1820, o clero lusitano se posicionou de formas muito distintas ao longo do século XIX, sendo uma parte apoiadora das mudanças em curso – consideradas inevitáveis – e outra, mais conservadora e, depois, declaradamente miguelista, contra o avanço das forças liberais, tidas

²³⁵ Constituição Portuguesa de 1822, disponível em: <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/10/constituicao-1822.pdf>. Acesso em: 31/05/2016.

²³⁶ PEREIRA, António Joaquim da Silva. *O Vintismo: história de uma corrente doutrinal*. 1992. Tese (Doutoramento) – Universidade Nova de Lisboa, p.15-16.

²³⁷ REIS, António do Carmo. A Igreja Católica e a Política do Liberalismo: por uma explicação do cisma religioso. In: PINHO, Arnaldo de. *Catolicismo e Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009, p.30.

²³⁸ REIS, António do Carmo. *A Igreja Católica e a Política do Liberalismo*. ..., p.31-32.

como as responsáveis pelas tragédias vividas no Reino.²³⁹ Esses diferentes movimentos e posicionamentos na Igreja demonstravam a importância da instituição, reconhecida pelos próprios revolucionários. Para que o movimento liberal pudesse se consolidar, foi fundamental combater certa resistência religiosa, mas, também, foi preciso dialogar, se associar e negociar.

Já a manutenção da monarquia se realizou não apenas em função das tradições que a instituição representava, mas principalmente como forma de conter o surgimento de movimentos mais progressistas. Temia-se a república, sobretudo a república como forma governo, que, depois da Revolução Francesa, foi recorrentemente associada ao jacobinismo. Isso sem mencionar as experiências republicanas posteriores, que se desenvolveram em França, muitas vezes entendidas como processos de instauração da desordem e da insegurança generalizadas. Os liberais deram ao Estado a estrutura da antiga monarquia, com uma religião oficial. Valeram-se do “clero e da monarquia, devidamente saneados, para exercerem o controle social sobre a população de que desconfiavam”.²⁴⁰

Ao longo do século XIX, crescentemente, considerava-se o regime republicano mais avançado que a monarquia, que, pouco a pouco, foi se republicanizando ou sendo republicanizada por dentro.²⁴¹ Mas o reconhecimento das qualidades do regime republicano não significou necessariamente a sua defesa e promoção. Durante grande parte dos oitocentos, mesmo no fim do século, muitos intelectuais e políticos – incluindo Eça de Queiroz, como será explicitado – consideravam que a república só poderia ser admitida como “cultura cívica”, ou seja, como forma de promover e garantir o bem comum.²⁴²

O regime monárquico era mantido como maneira de se preservar a ordem, num contexto de grande insegurança e persistente desconfiança em relação à participação da maioria da população, que não estaria pronta para se governar. A monarquia figurava, inclusive para muitos dos liberais, como a fonte originária e segura da liberdade e do bem estar coletivo. Essa era a defesa realizada, por exemplo, por João Batista de Almeida Garret

²³⁹ REIS, António do Carmo. *A Igreja Católica e a Política do Liberalismo*. ..., p.55-56.

²⁴⁰ RAMOS, Rui. Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900). In: CABRAL, Manuel Villaverde; ABOIM, Karin Wall Sofia; SILVA, Filipe Carreira da. *Itinerários – A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 54.

²⁴¹ Sobre esse processo, ver: BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A Republicanização da Monarquia (1858-1862). In: *Apologia da História Política*. Lisboa: Quetzal, 1999, p.240-362.

²⁴² RAMOS, Rui. A Cultura do Patriotismo Cívico. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 6: A Segunda Fundação (1890-1926). Ed. rev. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 65.

(1799-1854), poeta, dramaturgo, um dos nomes de destaque do romantismo português e político liberal da primeira metade do século XIX. Ele afirmou em um dos seus discursos:

Já temos uma Pátria, que nos havia roubado o despotismo: a timidez, a covardia, e a ignorância, que o tinham criado, que me prostravam com vil idolatria ante a obra das suas mãos acabaram. A última hora da tirania soou; o fanatismo, que ocupava a face da terra, desapareceu, o sol da liberdade brilhou no nosso horizonte, e as derradeiras trevas do despotismo foram, dissipadas por seus raios, sepultar-se no inferno.²⁴³

Se as “trevas” haviam acabado, os novos tempos implicavam o retorno às tradições supostamente democráticas da monarquia portuguesa. Na perspectiva do orador, o regime era, em si, portador da liberdade em seu nascedouro. Seria marcado por limites ao poder do rei, que foram desrespeitados e maculados pelo fanatismo usurpador. A delimitação do poder real teria se dado pelas “Cortes de Lamego”. O escritor se reporta a esse mito de origem, como forma de afirmar que não era preciso temer a constitucionalização da monarquia, pois, segundo ele, na verdade, essa realidade já era uma velha conhecida dos portugueses. De outro modo, não se tratava de uma revolução que demandava um novo regime e uma mudança radical nos rumos políticos da nação, mas de reformas necessárias, com vistas a se combater os desvios e as perversões despóticas. Para Garrett:

As Cortes de Lamego, de cuja existência já não é possível duvidar, formaram no berço da monarquia portuguesa a constituição política da mesma, e formaram a melhor, que as luzes daquele tempo podiam ensinar. Uma das principais declarações dela não é possível duvidar, formaram no berço da monarquia a nova liberdade; e a mais santa e inviolável regra estabelecida, e conservada por tantos anos de glória é a representação nacional, por meio das Cortes, necessária para a imposição dos tributos, promulgação de leis, etc.²⁴⁴

A tendência de uma parte dos liberais de se valer da historicidade de algumas antigas instituições, atribuindo-lhes valores pátrios, estava ligada à condução do processo político em curso. Recuperava-se um passado de constitucionalismo na história portuguesa, como se todo o poder sempre tivesse se originado da soberania nacional. O intuito era claro: possibilitar a realização das reformas políticas necessárias e, ao mesmo tempo, combater os indesejáveis “excessos”.

É importante considerar que os liberais não formavam um grupo homogêneo. Existiam diferentes correntes, unidas embrionária e temporariamente, com o intuito de combater os ultrarrealistas (um grupo que foi se formando nas primeiras décadas do século XIX, como

²⁴³ GARRETT, Almeida. *Obra Política. Escritos do Vintismo (1820-1823)*. Lisboa: Editorial Estampa (Obras Completas de Almeida Garrett), 1985, p.189.

²⁴⁴ GARRETT, Almeida. *Obra Política. Escritos do Vintismo (1820-1823)*. ..., p.200.

resposta conservadora à crise do Antigo Regime, que eles passaram a defender com crescente vigor). De um lado, estavam os partidários de uma leitura da história nacional, balizada pelas práticas e teorias liberais europeias; de outro, os representantes de uma lógica burguesa e pequena aristocrática, marcada pela defesa de reformas mais estruturais ao nível social, político e econômico.²⁴⁵ Estes se apropriaram mais fortemente da matriz liberal francesa; aqueles tinham interesse no modelo inglês, afirmando que era preciso combater o que eles chamavam de “facções francesas”.²⁴⁶ Para essa última tendência, bastava corrigir os erros do processo que desvirtuou o contrato que tinha originado a monarquia. Com efeito, vale destacar que:

[...] à custa da obliteração progressiva das instituições constitucionais pretensamente existentes na história nacional, os tradicionalistas liberais portugueses no seu combate em prol da regeneração e da consolidação em bases estáveis dos princípios do estado de direito, parecem ter presentes as palavras de Benjamin Constant.²⁴⁷

Embora seja possível identificar a existência de duas correntes diferentes entre os defensores das ideias liberais, como meios de promoção da regeneração nacional, uma clara divisão entre dois projetos, só pode ser verificada a partir dos anos de 1830. Até esses anos, desenvolveram-se confrontos e disputas entre os que eram favoráveis e aqueles que eram contrários aos limites colocados ao poder real, pensados a partir do Vintismo e estruturados por meio da constituição.

Já em 1822 teria se gestado um movimento que se opunha à construção de uma nova ordem. Tendo como representantes D. Carlota Joaquina e D. Miguel, esse movimento pretendia depor D. João VI e restaurar a ordem política então seriamente comprometida. A primeira tentativa de pôr fim à monarquia constitucional se deu em Vila Real e, depois, em Vila Francada, onde houve o primeiro grande levante com a participação de D. Miguel.²⁴⁸ Ele argumentava que D. João havia assinado a constituição por ter sido pressionado pelos liberais. O rei, todavia, foi para a Vila com o intuito de persuadir o filho a abandonar o movimento, dando-lhe o comando do exército, além de ter atribuído à rainha outras prerrogativas. O intuito era o de tentar evitar o inevitável: o conflito que viria a dividir o país.²⁴⁹

²⁴⁵ PEREIRA, António Joaquim da Silva. *O Vintismo*. ..., p. 36.

²⁴⁶ PEREIRA, António Joaquim da Silva. *O Vintismo*. ..., p. 14.

²⁴⁷ PEREIRA, António Joaquim da Silva. *O Vintismo*. ..., p. 40.

²⁴⁸ TORRAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.67.

²⁴⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Vida Política*. ..., p. 63-64.

Na volta a Lisboa, D. João, a rainha e o infante foram recebidos com uma grande manifestação de apoio por parte de um grupo que se colocava frontalmente contrário à monarquia constitucional – os “corcundas”.²⁵⁰ Essa demonstração de apoio marcou o avanço das forças “ultrarrealistas”, que anos depois ajudaram a abrir caminho para o reinado de D. Miguel. Antes disso, vale destacar o governo constitucional de D. João VI (1823 a 1826). Embora frequentemente tenha se afirmado que esse governo representava um simples retorno às bases tradicionais da monarquia portuguesa,²⁵¹ vale considerar o seu caráter conciliatório. O monarca procurou traçar orientações para a superação da crise política e econômica de Portugal, por meio de uma articulação entre a manutenção de alguns dos pressupostos revolucionários e a revisão de outros. Suas diretrizes, contudo, foram ignoradas ou contrapostas pelo movimento contrarrevolucionário. Não era viável um conagraamento naquele momento.²⁵²

Uma das tentativas realizadas por D. João, com o intuito de evitar a guerra civil que se anunciava, foi a convocação de uma Junta para avaliar as leis elaboradas pelas Cortes Vintistas. O intuito era acalmar os antirrevolucionários mais exaltados, por meio de uma revisão que, ao fim ao cabo, não gerou significativa alteração. Não houve a elaboração ou outorga de uma nova constituição, nem sequer a revisão efetiva do texto de 1822. O descontentamento crescente dos ultrarrealistas fez com que outras conspirações se desenvolvessem.²⁵³ Em 1824, o Marquês de Loulé (1780-1824), conselheiro e confidente do rei, foi assassinado; e, no mesmo ano, como decorrência da “Abrilada”, D. João foi preso, seus ministros e conselheiros foram presos e torturados. Depois de libertado e retomados os seus poderes, o rei perdoou grande parte dos conspiradores e nomeou como regente a infanta D. Isabel Maria (1801-1876), falecendo em 10 de Março de 1826.²⁵⁴

A regente procurou fazer um governo moderado como o do pai, inviável naquele contexto de forte polarização e de franco avanço das forças conservadoras. Ela se cercou de conselheiros liberais, o que alimentou ainda mais o descontentamento dos conservadores.

²⁵⁰ Cerca de 40 militares fizeram questão de soltar os cavalos que puxavam o coche com a família real, carregando, eles mesmos, o meio de transporte. Esse episódio repercutiu na *Gazeta de Lisboa*, que veiculou um comentário anedótico sobre o ocorrido. A partir de então os “corcundas” começaram a ser chamados de “burros”. TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. *Da revolução à contrarrevolução*. ..., p.67.

²⁵¹ Afirmação tecida, por exemplo, em: SARAIVA, Jose Hermano. *História Concisa de Portugal*. 5.ed. Mira-Sintra, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1979, p. 278-282.

²⁵² TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. *Da revolução à contrarrevolução*. ..., p. 68-69.

²⁵³ PEREIRA, Miriam Halpern. Do Antigo Regime ao Estado Liberal. In: *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*. Bauru: EDUSC, 2012, p.80-81.

²⁵⁴ TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. *Da revolução à contrarrevolução*. ..., p. 71.

Havia, à época, uma forte divisão das forças políticas ibéricas, diga-se de passagem. Na Espanha, grupos reacionários procuravam se unir e apoiar os políticos portugueses que eram contrários à monarquia liberal. Mas os liberais também tentavam se articular na Península. A crise se intensificou a partir da carta de D. Pedro (1798-1834) e da questão sucessória da coroa portuguesa, um impasse que teria sido aparentemente solucionado quando D. Miguel jurou a constituição de 1826, outorgada pelo irmão a partir do Brasil.²⁵⁵

A nova constituição previa o governo monárquico, hereditário e representativo. Mantinha a religião católica como a oficial do Estado; redefinia o território do Reino de Portugal e Algarves; estabelecia o regime bicameral (com a câmara dos pares do reino, composta por membros vitalícios e hereditários nomeados pelo rei, e a câmara dos deputados, eletiva e temporária); além do poder moderador (exercido pelo rei com o objetivo de zelar pela “manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes”),²⁵⁶ e do voto censitário e escalonado. A carta apresentava elementos do liberalismo francês, nomeadamente das prerrogativas de Constant, mas, na prática, representou a revisão do texto constitucional Vintista e a conformação, cada vez mais evidente, de uma ala liberal mais moderada do que a que tinha liderado o Vintismo.

D. Miguel, além de jurar a constituição, casou-se com sua sobrinha, D. Maria da Glória (1819-1853). Em seguida dissolveu as Cortes, pretendendo reconvocá-las no modo antigo, isto é, conforme o modelo corporativista, que feria a constituição que tinha se comprometido cumprir.²⁵⁷ A dissolução foi só o primeiro ato de um governo que marcou a tentativa de restauração da monarquia portuguesa, tal como ela se constituía antes das revoluções inauguradas em 1820. Principalmente a partir de 1828, quando usurpou o trono de D. Maria da Glória, o novo rei deu início a um governo centralizador, pautado por censuras, perseguições, revoltas e conflitos (o maior deles a guerra civil travada contra D. Pedro, que só terminou em 1834).²⁵⁸

O governo de D. Miguel só foi reconhecido pela Espanha, pelo Vaticano e pelos EUA, e teve de enfrentar vários movimentos de contestação, tais como: Os Pronunciamentos Liberais em Aveiro, Coimbra, Faro e Porto (1828), a Revolta do Brigadeiro Moreira (1829),

²⁵⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Vida Política*. ..., p.65-66.

²⁵⁶ Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826, disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1533.pdf>. Acesso em: 31/05/16.

²⁵⁷ TORRALBA, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. *Da revolução à contrarrevolução*. ..., p. 75.

²⁵⁸ PEREIRA, Miriam Halpern. Ultrarrealismo Ibérico: Miguelismo e Carlismo. In: *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*. Bauru: EDUSC, 2012, p.82-86.

além das Rebeliões de Fevereiro a Agosto de 1831 e da resistência liberal que se desenvolveu e cresceu sistematicamente até 1834.²⁵⁹ Independentemente disso, conseguiu polarizar os políticos e a opinião pública em torno do seu governo e sua figura, mobilizando forças repressoras, apoiadas por um forte aparato estatal.²⁶⁰ Não por acaso, esse período se caracterizou por um considerável movimento migratório, fruto das perseguições e do conseqüente exílio.²⁶¹ Podem-se considerar duas ondas migratórias. A primeira, de caráter voluntário, desenvolveu-se entre 1823 a 1828, por meio da saída de uma parte da elite liberal do país, dentre eles Almeida Garrett. Esses sujeitos se sentiam insatisfeitos com os rumos da política nacional. A segunda fase do exílio, essa, sim, mais compulsória e numerosa, realizou-se a partir da coroação de D. Miguel, em 1828.²⁶² Os principais destinos dos exilados eram Inglaterra e França, principalmente a última, onde os exilados podiam contar com um apoio mais significativo – já que lá se formava um novo movimento liberal –, além do custo de vida menos dispendioso que na Inglaterra.²⁶³

Essa experiência foi muito importante para que uma parcela dos políticos e/ou homens de letras portugueses pudessem observar parlamentos mais consolidados. Foi possível também que se estabelecesse o contato com novas experiências científicas, filosóficas, literárias e artísticas, como a interlocução que muitos dos perseguidos políticos tiveram com o romantismo.²⁶⁴ Intensificou-se, por exemplo, o diálogo de muitos dos exilados com autores como Guizot, que, conforme se destacou, procurou discutir os rumos do liberalismo naquele contexto. Mas uma das conseqüências mais significativas foi a formação de posicionamentos políticos que, anos depois, se consolidaram e marcaram os debates em relação à monarquia constitucional portuguesa.²⁶⁵ Inicialmente, a divisão entre esses políticos girou em torno do foco da resistência, isto é: uma ala apoiava a aliança política internacional em torno do

²⁵⁹ TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. *Da revolução à contrarrevolução*. ..., p. 75-76.

²⁶⁰ HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, Liberais e Democratas na edificação do Portugal Contemporâneo. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2.ed. rev. a ampl. São Paulo: UNESP; Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2001, p.344.

²⁶¹ Algumas estimativas chegam a destacar que foram mais 30.000 presos durante o governo miguelista. Muito embora os documentos oficiais apontem para a existência de 13.000, entre presos e perseguidos, pesquisas mais recentes, que recorreram a outras fontes, afirmam que o número não é inferior a 20.000 encarcerados e fugidos. Essas estimativas apontam para a violência da perseguição, visto que o país contava, à época, com uma população aproximada de três milhões de habitantes. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Vida Política*. ..., p. 69.

²⁶² TENGARRINHA, José. (Primeira) emigração liberal e pré-romantismo. In: BUESCU, Helena Carvalhão (coord.). *Dicionário do Romantismo Português*. Lisboa: Caminho, 1997, p.164.

²⁶³ TENGARRINHA, José. (Primeira) emigração liberal e pré-romantismo. ..., p.164-165.

²⁶⁴ TENGARRINHA, José. (Primeira) emigração liberal e pré-romantismo. ..., p.165-166.

²⁶⁵ MELLO, Janaina Cardoso de. Um Robin Hood português. A guerrilha miguelista no Algarve (1833 e 1837). *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 2, nº8, Outubro de 2013, p.191.

liberalismo e a outra, apostava no papel de D. Maria e de D. Pedro, defendendo que era importante se fixar no acompanhamento da situação portuguesa e no combate a D. Miguel.²⁶⁶

Principalmente depois da outorga da constituição de 1826, do coroamento de D. Miguel e do crescente número de emigrantes, os embates entre aqueles que eram favoráveis ou não à ação do então ex-imperador brasileiro, intensificaram-se. De um lado, estavam os liderados pelo Duque de Palmela (1781-1850), os Palmelistas, que tendiam para uma posição moderada, apropriando-se da referência anglófila e unindo-se em função da violência miguelista e do infortúnio do exílio; e de outro, aqueles liderados pelo Duque de Saldanha (1790-1876), os Saldanhistas, que eram mais “radicais”, dialogavam mais detidamente com as correntes francófilas e resistiam à figura de D. Pedro.²⁶⁷ Além do papel do imperador, eles divergiam em relação aos objetivos da luta em curso, bem como em função do posicionamento de alguns dos exilados, considerados demasiadamente elitistas e pouco combativos. Apesar disso, o movimento se uniu com o intuito de derrotar as forças miguelistas, e D. Pedro conseguiu impor a sua figura, conduzindo o processo de transição para a monarquia liberal. Para Miriam Pereira, todavia, o sucesso do movimento contrário ao despotismo miguelista, insere-se num contexto em que:

As mudanças políticas em França, com a revolução de 30, e em Inglaterra, onde os *whigs* haviam ganhado, proporcionaram o apoio dos governos francês e inglês, decisivo para a vitória liberal na Península. Os meados da década de 30 marcaram a implantação duradoura do Estado liberal nos dois países peninsulares, acompanhada de medidas similares de destruição do aparelho de Estado de Antigo Regime.²⁶⁸

Após as últimas batalhas contra as tropas de D. Miguel e depois da Convenção de Évora Monte (1834), as forças liberais começaram a triunfar de forma mais definitiva sobre os defensores do Antigo Regime. Não é fortuito que, já em 1831, seja possível encontrar uma das primeiras ocorrências dicionarizadas em português, do termo liberal, empregado como um sistema. Nesse registro, liberal seria:

O que é largo no dar, e despender, sem avareza, nem mesquinaria; dadivoso. Livre, franco: “tanto que por nós lhe foi impedida esta liberal navegação (aos Mouros)”. *Princípios, sistema liberal dos governos*, que não limitão, não restringem com miudos regulamentos, com impostos, e meyo opressivos a industria, o commercio, etc. Ingenho -, espirito -, de homem ingenuo, dotado de sentimentos nobres, não plebeus, nem tacanhos. Arte

²⁶⁶ TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. *Da revolução à contrarrevolução*. ..., p. 85.

²⁶⁷ TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. *Da revolução à contrarrevolução*. ..., p. 85-86.

²⁶⁸ PEREIRA, Miriam Halpern. As Revoluções de 30. In: *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*. Bauru: EDUSC, 2012, p.87-88.

liberal; a que não é manual, mecanica. Não servil. Proprio de almas sem preocupações.²⁶⁹

É interessante perceber que a ideia de sistema liberal apresentada estava atrelada às atividades regulatórias da economia. Não se trataria de um sistema propriamente político, ou de uma ordem política diferenciada, mas sim de uma atitude governativa desempenhada por “governos”, no plural. Predominava, na perspectiva citada, uma noção de liberalidade. Esse entendimento pode ser um indicativo de que estava em curso a elaboração social de uma nova realidade política, inclusive nos sentidos que lhe eram conferidos. Outro apontamento dessa possível transição, em termos que ultrapassavam as fronteiras lusas, é o conceito de liberal apresentado no “Dicionário Liberal de Algibeira”, editado em português, em 1839, fruto de uma tradução de um dicionário francês, o *Petit Dictionnaire Liberal*. Apresenta-se um significado ambíguo da noção de liberal. Mais que isso, delinea-se, de forma simplificada e provavelmente voltada para um grande público, a dificuldade de classificação e identificação do sujeito liberal, que seria uma:

Gente mui difficil a deffinir: tem aperecias do Realista Constitucional de França; mas chegando-se de mais perto vê-se, que tem muitas semelhanças com os Radicaes de Londres, Carbonarios de Napoles, e Descamisados de Madrid; o que nos poderia fazer temer, que não descendesse em linha indirecta dos Revolucionarios de Pariz.²⁷⁰

A complexidade dos significados em relação ao termo liberal está diretamente relacionada com as diferenciadas e conflituosas trajetórias políticas em curso. Em Portugal, após a guerra civil, D. Pedro regulamentou a Carta Constitucional de 1826 – que implicava determinados princípios políticos, estruturas de poder e processos eleitorais – e convocou as cortes, colocando duas questões: se ele poderia governar como regente e se D. Maria da Glória poderia se casar com um príncipe estrangeiro. Obteve resposta positiva para as duas questões, mas faleceu no mesmo ano.²⁷¹

O reinado de D. Maria II marcou o fim da guerra civil violenta que estava a dilacerar o país, mas, nem por isso, pode-se dizer que Portugal tenha ficado livre da instabilidade política. Formulou-se um novo embate desferido entre os diferentes grupos liberais que até então se irmanavam contra D. Miguel. Se antes a questão era o estabelecimento da monarquia constitucional, a partir de então, a disputa passou a se centrar em que projeto deveria

²⁶⁹ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*: recopilado de todos os impressos até o presente. 4.ed. [S.I.: s.n.]. 1831, Tomo II, p. 232. (O grifo é nosso).

²⁷⁰ *Diccionario Liberal D'Algibeira*, [S.I.: s.n.]. 1839, p.24.

²⁷¹ SILVA, António Martins. A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 93-94.

prevalecer: o que fora inicialmente desenvolvido pelos Vintistas, ou o que começou a se gestar a partir da carta de 1826, com as ações de D. Pedro e seus aliados.²⁷²

De 1834 a 1842, as agitações sociais, os conflitos parlamentares e os embates políticos concentraram-se nas alternâncias entre os dois modelos constitucionais. Os “ministeriais” eram os antigos apoiadores de D. Pedro, que se identificavam com o regime direcionado por meio da Carta vigente, outorgada em 1826. Já os “antiministeriais”, pró-vintistas, não reconheciam esse texto constitucional, procurando pressionar a rainha para que ela o abolisse.²⁷³ A tendência de D. Maria foi se posicionar favoravelmente ao primeiro grupo, o que causou um grande descontentamento nos representantes do segundo, gerando debates inflamados e impasses permanentes. Só entre 1834 e 1835, foram formados cinco governos, sendo apenas o último da ala mais progressista.²⁷⁴ A crise financeira, proveniente ou aprofundada a partir da Guerra Civil, também colaborou para que a instabilidade política se prolongasse. Juntem-se a esses elementos as intervenções da câmara dos Pares – tendencialmente mais conservadora –, que recorrentemente costumava reformular as medidas aprovadas pelos deputados.

Em função dos grandes impasses, a rainha convocou as cortes extraordinárias e dissolveu o parlamento, com a expectativa de que as eleições apaziguassem os conflitos. Ledo engano. Foi eleita uma oposição composta principalmente pelos deputados do Porto, que foram aclamados quando chegaram a Lisboa, vindos do norte.²⁷⁵ Essa euforia progressista, somada ao reestabelecimento da Constituição de 1812 na Espanha, obrigou D. Maria a nomear um ministério favorável aos revoltosos, além de ter de aceitar a legislação vintista (pelo menos até que as futuras cortes constituintes aprovassem um novo texto constitucional).²⁷⁶ A esse processo, que desembocou no avanço da ala mais progressista, costumou-se intitular “Revolução de Setembro”, ou de “Jornadas de Setembro”, já que o sucesso do levante se deu no dito mês de 1836.²⁷⁷

Formou-se um governo encabeçado por nomes como os de Bernardo de Sá Nogueira (1795-1876) e Manuel da Silva Passos (1801-1862), ou Passos Manuel, como ficou

²⁷² PEREIRA, Miriam Halpern. Da Revolução de 1820 ao Ato Adicional de 1852. In: *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editora Presença, 1993, p.47.

²⁷³ SILVA, António Martins. *A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional...*, p.96-98.

²⁷⁴ SILVA, António Martins. *A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional...*, p.98.

²⁷⁵ SILVA, António Martins. *A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional...*, p. 100.

²⁷⁶ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos. *Análise Social*, v.28, n.71, 1982, p.344-345.

²⁷⁷ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A revolução de 9 de Setembro de 1836..., p.332.

conhecido. Este foi o mais progressista e o principal chefe civil da revolta que levou os “setembristas” ao poder.²⁷⁸ Era um orador romântico, foi ministro do reino, idealizando e realizando importantes reformas no Ensino – como a reestruturação dos estabelecimentos existentes e a criação de outros²⁷⁹ – e na área cultural – com a revitalização dos monumentos, obras de arte e demais elementos do patrimônio material do país.²⁸⁰ Além dessas medidas, os setembristas procuraram garantir o reestabelecimento do texto constitucional de 1822; obrigaram todos os funcionários públicos a jurarem fidelidade a esse texto; impuseram limites à acumulação de empregos públicos; anistiarão os “cartistas” (a ala mais moderada do liberalismo, composta, basicamente, pelos defensores da constituição de 1826); procuraram reduzir o déficit orçamentário; deram preferência aos empréstimos internos; e revisaram a forma de se vender os bens nacionais.²⁸¹

Foi um governo de um ano, que apresentou ações que objetivavam equilibrar os gastos públicos, além de ter desenvolvido importantes reformas nacionais e culturais, como se apontou. Por outro lado, criou-se um excesso de leis, nem sempre aplicáveis à realidade, e enfrentou-se uma série de conspirações, como as desenvolvidas pelos miguelistas, ou aquelas articuladas militarmente pelos cartistas. Trata-se de um período de grande instabilidade, em que os “vencidos nunca aceitavam a derrota nem reconheciam os vencedores”.²⁸² Pelo contrário: cartistas e vintistas se digladiavam pelo poder e, muito embora seja importante considerar esse processo como parte dos debates e conflitos inerentes à constituição de uma nova ordem política – evitando anacronismos e juízos de valor – pode-se dizer que foi um momento de agudo antagonismo, com uma disputa acirrada pela condução dos processos políticos em curso.²⁸³ Em função desses embates, Passos Manuel se demitiu, o que gerou uma nova questão: como deveria ser composto o próximo governo? Os cartistas pressionaram para que fossem eles os novos dirigentes, mas a Revolta do Arsenal (1838) deflagrou-se, tendo como principal objetivo a nomeação de um ministério essencialmente setembrista. Criou-se um impasse.

²⁷⁸ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A revolução de 9 de Setembro de 1836..., p. 337.

²⁷⁹ Sobre as reformas educacionais e a criação dos Liceus, ver: CORREIA, Luís Grosso. Dilemas do Ensino Secundário Liceal em Portugal nos alvares do Liberalismo segundo a visão situada do Liceu Nacional do Porto. *Educação, Sociedade & Culturas*, v.1, n.42, p.43-65, 2014.

²⁸⁰ SILVA, António Martins. *A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional...*, p. 102.

²⁸¹ SILVA, António Martins. *A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional...*, p. 102-103.

²⁸² BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A Guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração). *Análise Social*, v.27, n°115, 1992, p.92.

²⁸³ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. A Guerra de todos contra todos. ..., p.94-95.

A solução temporária foi a elaboração de uma nova constituição, ainda em 1838, que buscava conciliar elementos e prerrogativas das duas anteriores.²⁸⁴ O texto previa três poderes, com a exclusão do moderador, o que atendia às demandas dos setembristas; entretanto, estabelecia o regime bicameral, com a câmara dos deputados – integralmente eleita – e câmara dos Senadores – renovada parcialmente quando houvesse eleição para os deputados –, uma divisão que ia de encontro aos anseios dos cartistas. A constituição previa, ainda, que as Cortes deveriam deliberar obrigatoriamente por pelo menos três meses durante o ano e que o voto deveria ser masculino, censitário e direto. Estabelecia 27 círculos eleitorais, incluindo os domínios de além-mar.²⁸⁵ Foi a tentativa de atender os dois principais grupos políticos que se constituíam naquele contexto, por meio do apoio de um terceiro, chamado “ordeiro”, composto por aqueles que não se alinhavam diretamente nem aos setembristas e nem aos cartistas.²⁸⁶ Mas a tentativa conciliatória não logrou êxito e pouco tempo depois se desenrolaria a queda definitiva dos setembristas, com a sucessão de um governo moderado, seguido por outro cartista. Depois disso, articulou-se o golpe militar de 1842, dirigido, do Porto, por Antônio Bernardo da Costa Cabral (1803-1889).

1.5. A Regeneração Nacional e a consolidação da monarquia liberal

A forte polarização e disputa pelo poder que marcaram Portugal de 1826 até pelo menos 1851, não foi essencialmente produto da formação de grupos políticos coesos. Tratava-se, de outro modo, da delimitação de duas correntes políticas ligadas ao pensamento liberal oitocentista. Para Pedro Mesquita, as catalogações “vintismo”, “cartismo” e “Setembrismo”, seriam interessantes para destacar os períodos de estabilização do liberalismo em Portugal, assim como as principais lideranças dos movimentos políticos correlatos. Entretanto, não seriam adequadas para se caracterizar as posições teóricas e políticas no interior da matriz do liberalismo.²⁸⁷ Garrett, por exemplo, se sentava à esquerda do parlamento, apresentando discursos e ideias, inicialmente progressistas, mas se demonstrou um legislador conservador.

²⁸⁴ VIEIRA, Benedicta Duque. *A Revolução de Setembro e a Discussão Constitucional de 1837*. Lisboa: Salamandra, 1987, p.133.

²⁸⁵ Constituição Portuguesa de 1838, disponível em: www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf. Acesso em: 07/06/2016.

²⁸⁶ SILVA, António Martins. *A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional...*, p. 105.

²⁸⁷ MESQUITA, António Pedro. Liberais e Contrarrevolucionários. Matrizes Gerais do Pensamento Político Português na Primeira Metade do Século XIX. In: *Liberalismo, Democracia e o Contrário – Um Século de Pensamento Político em Portugal (1820-1930)*. Lisboa: Edições Sílabo, 2006, p.17.

Ao passo que Mouzinho da Silveira, um notável cartista e apoiador de D. Pedro e D. Maria, foi um dos mais avançados reformadores de todo o período liberal.²⁸⁸

As diferentes referências do pensamento liberal foram apropriadas de acordo com o jogo político da monarquia constitucional que se consolidava ao longo do século XIX, uma tendência verificada principalmente a partir dos anos 1830, após a guerra civil.²⁸⁹ O jacobinismo, por exemplo, cada vez mais figurava como um adjetivo e não como um substantivo. Foi recorrentemente empregado com um tom pejorativo, sobretudo pelos políticos conservadores, quando procuravam detratar seus adversários.²⁹⁰ Não seria seguro afirmar que, no decorrer do século XIX, a influência jacobina era estruturadora de um projeto político, ou que fosse sequer uma ameaça efetiva para o *status quo* português. Trata-se muito mais de um emprego, com significados bem delimitados. Pode-se pensar o mesmo em relação a outros modelos e/ou correntes políticas preexistentes. Por essa razão, de acordo com Mesquita, valeria a pena considerar as propostas, os debates e as tendências dos grupos políticos e não apenas as suas transitórias denominações.²⁹¹

Nos oitocentos, seria possível identificar duas matrizes políticas concatenadas a partir da gestação da monarquia liberal. A primeira, denominada “democratismo”, grafada pela noção de que a soberania estava na nação, com ênfase na soberania popular. Considerava-se a legitimidade das mudanças revolucionárias, mesmo desconfiando de alguns dos procedimentos para a sua realização. Medidas extraordinárias de segurança do Estado e defesa da revolução eram apoiadas, bem como o sufrágio universal-direto e o unicameralismo. Além disso, essa corrente foi marcada pela rejeição aos vetos feitos pelo legislativo, pela defesa do centralismo administrativo e do protecionismo estatal.²⁹² Tal proposição edificou-se a partir da ação e dos debates dos políticos e homens de letras, que muitas vezes foram chamados ou se auto intitularam de: vintistas, republicanos e/ou jacobinos e setembristas.²⁹³

A segunda tendência, denominada “reformismo”, primava por dar preeminência aos direitos individuais em relação às formas do Estado, advogando-se a favor da expansão cautelosa da cidadania política. A tolerância, mas também a soberania nacional – que não era encarada como a soberania popular, um atentado à própria essência do governo representativo

²⁸⁸ MESQUITA, António Pedro. *Liberais e Contrarrevolucionários*. ..., p.17-18.

²⁸⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Liberalismo*. ..., p.832.

²⁹⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Liberalismo*. ..., p. 831.

²⁹¹ MESQUITA, António Pedro. *Liberais e Contrarrevolucionários*. ..., p.18.

²⁹² MESQUITA, António Pedro. *Liberais e Contrarrevolucionários*. ..., p.22-23.

²⁹³ MESQUITA, António Pedro. *Liberais e Contrarrevolucionários*. ..., p.23-24.

–, seriam valores para essa perspectiva. Não eram reconhecidos quaisquer expedientes revolucionários e considerava-se a igualdade social uma perigosa ilusão, que poderia abrir as portas para o despotismo. Defendia-se, também, o poder moderador, o sufrágio restrito e indireto, o bicameralismo, o municipalismo e o livre-cambismo.²⁹⁴ Essa corrente angariou o apoio dos mais diversos grupos políticos, desde os cartistas, os monarquistas mais tradicionais resignados, até ex-setembristas, ou, ainda, outros grupos que se mantiveram ligados ao liberalismo, mas que procuraram repensar seus posicionamentos e ideias, conforme determinados interesses e conjunturas.²⁹⁵ No último caso, vale mencionar os “Vencidos da Vida” (1887-1894), grupo de que Eça de Queiroz fazia parte, que será tratado com mais cuidado segundo capítulo.

Quando se afirma que essas são duas matrizes, construídas ao longo do século XIX e que perpassam os diferentes grupos políticos, é significativo considerar que não se trata de dois modelos engessados. O caráter tendencial é fundamental. Existem, entre elas, pontos de divergência, mas também de convergência. Questões como o sufrágio ou a divisão das Cortes eram debatidas no interior de cada uma dessas correntes, que

[...] não se distinguem ao nível dos grandes princípios que identificam genericamente o ideário liberal. Em todos eles, encontramos o mesmo reconhecimento do primado dos direitos naturais, da liberdade, da segurança, da propriedade; em todos eles, uma semelhante reivindicação da tolerância e do livre-pensamento; em todos eles uma comum partilha dos princípios da soberania nacional, da representação, da separação dos poderes e da consagração dos direitos civis como caráter distintivo do sistema representativo.²⁹⁶

Acima dos princípios mais generalizantes ligados ao ideário liberal, outra questão aproximava “democratistas” e “reformistas”: o objetivo de regenerar Portugal. Era preciso fazer com o que o país superasse a crise econômica, conquistasse a estabilidade política, garantisse a paz social e o progresso. O que estava em disputa era que projeto poderia buscar a efetivação dessas pretensões.

Os “democratistas” tenderam a defender reformas econômicas e políticas mais estruturais, além da ampliação do sufrágio; ao passo que os reformistas acreditavam que as mudanças precisavam ser mais graduais, incluindo aí a extensão do direito ao voto, submetida à criação das condições de maturidade intelectual, independência financeira e capacidade de

²⁹⁴ MESQUITA, António Pedro. *Liberals e Contrarrevolucionários*. ..., p. 24-25.

²⁹⁵ MESQUITA, António Pedro. *Liberals e Contrarrevolucionários*. ..., p.25.

²⁹⁶ MESQUITA, António Pedro. *Liberals e Contrarrevolucionários*. ..., p.22.

discernimento. Os liberais, principalmente os que estavam ligados a essa corrente reformista, aspiravam construir em Portugal o que poderia se chamar de um “estado cívico”.

Queriam que o governo pertencesse a um corpo de cidadãos, autônomos e iguais entre si, para quem a atividade política constituísse a mais alta forma de realização pessoal. Obviamente, sabiam que nem toda a população estava preparada para aceder a esse tipo de vida: uns porque não tinham educação, outros porque eram pobres, outros ainda porque as naturezas os excluía da comunidade política: era o caso, segundo os liberais, das mulheres e dos jovens. O estado cívico pertencia aos homens adultos, educados e com meios de vida.²⁹⁷

Os defensores da perspectiva reformista almejavam formar um cidadão “qualificado”, que pudesse fazer parte de uma “comunidade cívica”, com a efetiva capacidade de participação e atuação política. Para tanto, seria importante uma vanguarda política e intelectual, que preparasse os novos cidadãos.²⁹⁸ Os membros da matriz do democratismo tinham outra perspectiva: a própria experiência eleitoral e a participação na vida pública conformariam a cidadania. A expansão do direito ao sufrágio seria, em si, um processo de “educação cívica”.²⁹⁹ Essa concepção chegou a se desenvolver mais acentuadamente a partir do ano de 1878, quando todos os homens adultos e casados foram considerados aptos para votar e integrar o corpo de cidadãos, já que a capacidade de gerir uma família foi levada em conta, na ausência de renda e escolaridade, como garantia da independência política necessária para o exercício da cidadania. Portugal chegou a ter um dos maiores corpos eleitorais da Europa, contando com 72% dos homens adultos.³⁰⁰

Para os reformistas, essa expansão representava a diluição do poder de decisão de quem realmente poderia exercer a função cívica da cidadania. Já os democratistas defendiam que somente com a ampliação da participação se garantiria a cidadania e se qualificaria a política. A contração participativa figurava como um problema para a linha mais progressista e como uma solução para os mais moderados. No tocante a questão do sufrágio e da participação política, considera-se que:

Preconizando a igualdade, a burguesia optava por um regime eleitoral de predomínio censitário cuja evolução, com avanços e recuos, espelha o jogo de forças que se defrontavam e que se dividiam entre o reforço do sufrágio universal masculino e a opção pela capacidade material ou intelectual como garantia do direito a cidadania. A concepção, dominante, de que a carência

²⁹⁷ RAMOS, Rui. *A Cultura do Patriotismo Cívico*. ..., p.47.

²⁹⁸ RAMOS, Rui. *A Cultura do Patriotismo Cívico*. ..., p.48-49.

²⁹⁹ RAMOS, Rui. *Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900)*. ..., p. 54.

³⁰⁰ RAMOS, Rui. *Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900)*. ..., p.54-55.

entupia a razão e dificultava a honra condicionou, neste âmbito, a realização da obra liberal.³⁰¹

Considerando a predominância paulatina da restrição do direito ao voto, mas também a complexidade crescente das linhas de força que acabaram por formatar a vida política em Portugal destaca-se que a divisão entre “democratistas” e “reformistas” é pertinente principalmente até os anos 1850. A partir de então, começaram a se estruturar os partidos políticos, que se cristalizaram nos anos 1870, e as forças conservadoras ganharam mais espaço no espectro político-social em questão. Essa formulação fez com que, ao longo da segunda metade do século XIX, as tendências mais democráticas ou reformistas se dividissem menos linearmente, integrando-se, isto sim, à diversidade de proposições e posicionamentos que surgiram a partir do protagonismo dos partidos.³⁰²

Pode-se dizer que a primeira metade do século XIX foi marcada pelo impulso democratizante e progressista, ainda que com percalços; ao passo que, principalmente a partir dos anos 1850, assiste-se ao declínio gradual dessa tendência. Não por acaso a constituição que vigorou, a partir da estabilização da monarquia liberal, foi a Carta de 1826. Aliás, a fixação desse texto constitucional faz parte da estabilidade adquirida. Ainda que seja relevante levar em conta algumas nuances e relativos avanços dos grupos mais progressistas, principalmente no final dos anos 1860, verificou-se o paulatino predomínio da tendência reformista – a partir de então, não mais representada por um grande bloco mais ou menos coeso, mas por diferentes grupos do espectro político e partidário que veio a se constituir. Essa tendência está relacionada com a consolidação do regime, por sua vez, ligado ao projeto de regeneração que se efetivou. Relaciona-se também com a dinâmica eleitoral que se verificou.³⁰³

Assistiram-se a conturbados pleitos realizados ao longo do século XIX. Isso principalmente no que se refere ao chamado “caciquismo”. Esse fenômeno foi marcado pela atuação dos chefes políticos regionais, que controlavam os votos e a participação política dos que, em tese, não tinham formação e preparo. Tal controle seria a base para os comportamentos eleitorais, as influências políticas, a corrupção e o compadrio.³⁰⁴ Com o

³⁰¹ CRUZ, Maria Antonieta. *Burguesia em Portugal na segunda metade do século XIX*. In: *Olhares sobre o Portugal do Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p. 71.

³⁰² RAVARA, António Pinto. Os partidos políticos liberais na primeira fase do rotativismo parlamentar. *Análise Social*, v.1, n.46, Lisboa, 1976, p.364.

³⁰³ RAVARA, António Pinto. Os partidos políticos liberais na primeira fase do rotativismo parlamentar. ..., p.365-366.

³⁰⁴ Sobre o caciquismo, sua persistência na política portuguesa até o início do século XX e as tentativas de reforma levadas a cabo para combater esse fenômeno, ver: SOBRAL, José Manuel; ALMEIDA, Pedro Ginestal

discurso de combate dessas práticas,³⁰⁵ articulou-se, principalmente a partir dos anos 1880, a revisão da ampliação do direito ao voto, que, como se viu, havia se desenvolvido no final dos anos 1870. Considerou-se, crescentemente, que a expansão não qualificada dos direitos políticos era um risco para a cidadania e a segurança do sistema.

Mas antes das reformas eleitorais, seus desdobramentos, e da estabilidade política, observaram-se anos agitados em Portugal. Na década de 1840, especialmente, a formação do “cabralismo” marcou o último período de instabilidade e forte polarização política, antes da tendência à estabilidade e ao relativo consenso, que predominaram durante a segunda metade do século XIX. António da Costa Cabral tinha se alinhado ao “setembrismo”, mas acabou convertendo-se ao “cartismo”, tornando-se um radical defensor da carta constitucional de 1826 e do projeto político a ela associado.³⁰⁶ Embora não tenha sido oficialmente o principal chefe do governo, liderou o movimento golpista que marcou uma tendência de radicalização, assim como a consolidação do modelo político que iria estruturar a monarquia constitucional.

Após o golpe militar, instaurou-se um governo considerado oligárquico, pautado pela realização de alguns melhoramentos materiais e pela ampliação das relações econômicas externas de Portugal; mas que, por outro lado, foi acusado de praticar nepotismo e de agir com virulência contra qualquer tipo de manifestação de oposição e/ou de defesa das liberdades individuais.³⁰⁷ Chancelado pelo exército e pela maçonaria, Costa Cabral iniciou o processo de consolidação do Estado Liberal, por meio de uma forte centralização e por uma complexa burocratização.³⁰⁸ Eliminaram-se as estruturas populares do exército e da administração pública, realizando destituições e transferências, além de se ter reforçado o sistema eleitoral com o voto indireto e censitário.³⁰⁹

Em função das ações pouco dialogadas, bem como do próprio contexto de debates inflamados, esse governo teve uma oposição arregimentada por diferentes grupos, com

Tavares. Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901. *Análise Social*, v. XVIII, n.72-73-75, 1982, p.649-671.

³⁰⁵ A decepção de alguns dos liberais ligados à corrente do “democratismo” com o fracasso da democracia eleitoral fez com que muitos deles se concentrassem no papel do Estado na criação das condições sociais de uma democracia. RAMOS, Rui. *Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900)*. ..., p.55.

³⁰⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 107.

³⁰⁷ BRANCO, Rui. A Vida Política. In: PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*. Volume 2: *A Construção Nacional 1834-1890*. Madrid: Fundación Mapfre & Objectiva, 2013, p.38.

³⁰⁸ CATROGA, Fernando. A Maçonaria e a restauração da Carta Constitucional em 1842. O Golpe de estado de Costa Cabral. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v.7, n.1, 1985, p.160.

³⁰⁹ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *A restauração da Carta Constitucional*. ..., p.112.

interesses e objetivos igualmente variados. Eram “anti-cabralistas” muitos dos “setembristas”, além dos “miguelistas” persistentes e de alguns “cartistas” dissidentes. Irmanavam-se, portanto, contra a nova proposta de governo, grupos políticos de tendência progressista, extremados à esquerda e à direita. Os “setembristas” mais radicais exigiam a restauração da constituição de 1838, os mais moderados defendiam a necessidade de reformas constitucionais, que também integravam os anseios dos cartistas dissidentes. Já os miguelistas tinham esperanças de reaver os direitos dinásticos de D. Miguel, acreditando que, para isso, era preciso derrubar aquele Estado forte que se delineava.³¹⁰ O grupo de apoiadores, por seu turno, era formado por fiéis defensores do “cabralismo” e suas medidas enérgicas, sendo grande parte deles cartistas convictos. Essa divisão explícita o quanto o debate político passou a gravitar em torno do projeto “cabralista” que estava em curso.

Era um governo pautado por ações repressoras e perpassado por conflitos. Essa tendência estava relacionada com a dinâmica interna do país, mas também com o contexto europeu mais geral dos anos 1840, principalmente no final dessa década. As revoltas nacionalistas e populares que se deflagravam em grande parte do continente, a deposição do rei Luís Felipe na França – com a instauração da Segunda República –, a formação das doutrinas e dos projetos socialistas e os conflitos desencadeados entre os espanhóis, impactaram no cenário político português. Como nos lembra Hobsbawm, a década de 1840 marcou uma época de incertezas e receios, iniciada no final do século XVIII. As elites e as classes médias estavam assustadas e permaneceram preocupadas com o povo: a democracia nos moldes liberais ainda não se tinha consolidado e havia a preocupação de barrar a participação popular, tida como uma ameaça. Ainda segundo o autor, articulava-se a criação de um novo tipo de progresso, com pretensões mais delimitadas e com promessas mais pragmáticas.³¹¹

Costa Cabral, em sintonia com essa tendência revisionista, procurou garantir a ordem, por intermédio de um rigoroso controle social, mas enfrentou uma enérgica resistência, que acabou por comprometer os seus propósitos, pelo menos parcialmente. As ações opressoras tomadas pelo seu governo, juntamente com os problemas sociais crescentes (especialmente o desemprego e a fome) e o processo de laicização desenvolvido, explicam a eclosão das contestações que se desenrolaram, especialmente a Revolta da Maria da Fonte (1846).³¹²

³¹⁰ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *A restauração da Carta Constitucional*. ..., p.110.

³¹¹ HOBBSAWM, Eric. J. *A Era das Revoluções*. ..., p.21.

³¹² BRANCO, Rui. *A Vida Política*. ..., p.38-39.

Esse movimento de caráter popular, com a participação de uma considerável parcela da população campesina, representou bem o descontentamento crescente com o governo. Os gritos de socorro dirigidos à rainha, os vivas dados à carta e à religião, demonstram a

[...] espontaneidade da reação popular contra uma política econômico-financeira que não contemplava os seus interesses mais elementares e uma política legislativa que não respeitava profundas crenças religiosas e práticas de séculos, colhia o apoio de outros estratos sociais das burguesias rural, comercial e industrial, bem como de membros da oposição, cujos objetivos políticos – fundamentalmente o derrube do ministério da Costa Cabral – controlaram e enquadraram a espontânea mobilização do povo.³¹³

Depois dessa revolta Costa Cabral foi deposto, teve que exilar-se na Espanha, onde articulou um novo golpe, ainda em 1846. A ideia era que o governante fosse D. João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun (1825-1880), que ficou conhecido como o Duque de Saldanha. Apoiava-se um novo governante, contudo, a lógica governativa se mantinha a mesma. Essa manobra política foi abortada pela Guerra da Patuléia (1846-1847), um novo conflito entre os “cabralistas” – em grande parte, defensores do “cartismo” – e os grupos de oposição ao projeto “cabralista”, isto é: os setembristas (radicais e moderados) e alguns setores mais conservadores. O conflito terminou com a interferência da França, da Inglaterra e também da Espanha, que, com interesses distintos, não viam com bons olhos o prolongamento da guerra e seus possíveis desdobramentos.³¹⁴

Como resultado do acordo de paz, que contou com as interferências espanhola e inglesa, formou-se um governo “moderado”, pretensamente apertidário e marcado pela fusão conciliatória de grupos e interesses políticos distintos. No entanto, surgia uma disputa entre Saldanha, que tentava se colocar como chefe do acordo estabelecido, e Costa Cabral, que não admitia perder o protagonismo da política nacional.³¹⁵ Num primeiro momento, Saldanha acabou conseguindo a dianteira do processo, mas em 1849, a convite da rainha, Costa Cabral voltou ao poder. Seu retorno, porém, não se deu nas mesmas condições de outrora: ele não tinha mais tanto prestígio no exército e enfrentava uma crescente dissidência entre os “cartistas” (havia alguns que apoiavam o seu governo, outros que não o aceitavam).³¹⁶ Essa situação abriu caminho para que, em abril de 1851, a partir do Porto, Saldanha liderasse um golpe que afastou Costa Cabral do poder e inaugurou o período conhecido como Regeneração (1851-1890).

³¹³ RIBEIRO, Manuela Tavares. *A restauração da Carta Constitucional*. ..., p.113.

³¹⁴ BRANCO, Rui. *A Vida Política*. ..., p.41.

³¹⁵ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851). *Análise Social*, v. 32, n.142, 1997, p. 540-541.

³¹⁶ BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851)*. ..., p.543.

Paralelamente a esse processo, desenvolveram-se movimentos políticos e intelectuais que se irmanavam com a agitação própria do final dos anos 1840. Foram iniciativas impactadas pela série de acontecimentos da “Primavera dos Povos”.³¹⁷ Mas, igualmente, motivaram-se pelos diálogos estabelecidos com as teorias sociais em voga (como o socialismo utópico), além da situação econômica do país – que já não era nada positiva desde as primeiras décadas do século XIX –, mantendo-se complicada em função da incontornável instabilidade política.³¹⁸

Desenvolveram-se, com efeito, movimentos de exaltação à república e de defesa da fraternidade dos povos ibéricos. Formou-se a “Comissão Revolucionária de Lisboa”, e, em 1848, foi articulada a “Conspiração das Hidras”. Esse movimento se deu a partir dos encontros de alguns homens de letras, como Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo (1810-1877), Almeida Garret, Bulhão Pato (1828-1912) e Antônio Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865), que se reuniam em locais como o Café Marrare, em Lisboa.³¹⁹ Eles discutiam um plano de intervenção e transformação da política nacional, no entanto, não conseguiram êxito, sendo alguns dos representantes presos e o movimento sufocado sem maiores dificuldades.

A despeito da parca ameaça que os movimentos de contestação representaram para a manutenção da ordem em Portugal, no final dos anos 1840, as jornadas de 1848 haviam deixado uma lição que não passou despercebida pelas elites dirigentes lusitanas. Em grande parte do “Velho Continente”, nesse contexto, percebeu-se que não era mais possível ignorar os anseios do homem comum pelo direito à participação na vida pública. Sendo assim, urgia pensar nas bases dessa possível atuação, criando mecanismos de controle e fazendo com que os setores progressistas e as esquerdas se sentissem atraídos pela ordem social. Logo no início dos anos 1850, outro incentivo foi tendencialmente constituído: a realização de algumas benesses materiais, que justificariam a formação dos pactos políticos considerados a partir de então necessários.³²⁰

³¹⁷ “Os ecos, em Portugal, das revoluções europeias de 1848, em particular da revolução em França, vão manifestar-se na publicação de numerosos folhetos, em geral clandestinos, de caráter republicano em que o termo revolução será de uso frequente”. FERREIRA, Fátima Sá de Melo. O Conceito de Revolução no Portugal de Oitocentos. In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.94.

³¹⁸ RIBEIRO, Manuela Tavares. *A restauração da Carta Constitucional*. ..., p. 117.

³¹⁹ RIBEIRO, Manuela Tavares. *A restauração da Carta Constitucional*. ..., p. 119.

³²⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital 1848-1875*. 10. Ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p.417-418.

Além do contexto europeu de maior latitude, as décadas de conflito e a persistente crise econômica em Portugal ajudam a explicar o advento do novo cenário político que se formatou a partir dos anos 1850. Inaugurou-se uma época de relativa estabilidade, com a resolução parcial de alguns dos mais graves problemas vividos pela sociedade portuguesa. Além do golpe desferido com a liderança do Duque de Saldanha, foi importante a ação econômica de António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887).³²¹ Estruturaram-se processos de modernização pautados em cinco eixos de ações: os melhoramentos materiais (sendo as ferrovias os grandes símbolos); a propagação e extensão do ensino; a melhoria do sistema de crédito; a tentativa de realizar uma distribuição de impostos mais equitativa; e o fomento à riqueza, por meio da aplicação das chamadas reformas úteis (inclusive algumas das proposições dos “setembristas”).³²²

A meta era clara: fazer com que Portugal, enfim, pudesse trilhar os rumos da “civilização”. Para tanto, acreditava-se que era necessário tornar as terras férteis e efetivamente produtivas, construir ferrovias, montar fábricas, educar a população, dentre outras medidas.³²³ A educação garantiria a progressiva inclusão do cidadão devidamente qualificado. As reestruturações econômicas e a gradual formação política se articulavam a outra questão: seria importante criar um pacto nacional pautado pelo abrandamento dos debates e das disputas políticas, em prol do desenvolvimento do país. Acreditava-se que era preciso ter tranquilidade e paz social, para que se pudesse alcançar as metas modernizantes e suas promessas de prosperidade. A Carta de 1826 tornava-se, assim, condição governativa e não mais ponto de grandes debates e controvérsias, focando-se nas discussões de temas como a centralização ou descentralização administrativa, alargamento ou não do sufrágio e protecionismo versus livre-cambismo.³²⁴ O que estava em pauta não eram mais dois destacados modelos de Estado, nem mesmo inconciliáveis disparidades governativas, mas a tentativa de construção da conciliação basilar para a estabilização da monarquia liberal, com o propósito de superação dos conflitos para a transformação da pátria.

Essa tendência, que tem como um dos marcos inaugural o ano de 1851, representou a ratificação do projeto político que nortearia a monarquia constitucional. Mais do que isso: era

³²¹ MÓNICA, Maria Filomena Mónica. Introdução. In: *A queda monarquia: Portugal na viragem do século*. 4.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2010, p.9.

³²² RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A Regeneração e o seu significado. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.122.

³²³ MÓNICA, Maria Filomena Mónica. *Introdução*. ..., p.9-10.

³²⁴ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *A Regeneração e o seu significado*. ..., p.126.

a consolidação do modelo de modernização liberal que seria implementado como forma de tentar retirar Portugal do atraso em que *a priori* o país se encontrava. Não por acaso a tendência regeneracional passou a nomear o período, tão pouco é fortuita a progressiva afirmação das tendências reformistas, em detrimento das proposições mais claramente democratizantes, pautadas por propostas de transformação mais estruturais. Articulavam-se as linhas mestras do projeto liberal de regeneração nacional que seria desenvolvido em Portugal: constitucionalização do Estado (a partir dos anos 1840 e 1850, efetivamente, a carta de 1826); reforma da administração; e mobilização cívica (conforme explicitado anteriormente).³²⁵ A consolidação do entendimento em torno do que seria esse projeto político, pode ser verificada nos significados acrescentados ao conceito liberal, principalmente a partir dos anos 1840. Nessa década, diferentemente dos anos 1830, não se compreendia mais liberal apenas a partir da ênfase em políticas econômicas, ou de menções a tipos de governo, no plural, sem maiores especificações. Essa mudança pode ser percebida, por exemplo, na edição de 1844 do dicionário de Antônio Moraes e Silva, em que liberal é:

O que é largo no dar, e despender, sem avareza, nem mesquinaria; dadivoso. Livre, franco: “tanto que por nós lhe foi impedida esta liberal navegação (aos Mouros). Princípios liberais, sistema liberal dos governos, que não limitão, não restringem com miúdos regulamentos, com impostos, e meyo oppressivos a industria, o commercio, etc. *Usa-se tambem para se designar os governos representativos.* Ingenho -, espirito -, de homem ingenuo, dotado de sentimentos nobres, não plebeus, nem tacanhos. Arte liberal; a que não é manual, mecanica. Liberal; proprio de almas sem preocupações Não servil, independente, partidista do *systema liberal*. n’este ultimo sent. Usa-se como subst. v. g. os liberaes dizem, etc.³²⁶

Nessa edição, contrariamente a de 1831, apresentada anteriormente, pode-se observar que liberal ultrapassa a noção de um “sistema de governo”, abarcando, adicionalmente, a ideia de um governo “representativo”. No *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Eduardo Faria, afirma-se que a ideia de liberal era também a constituição de “Governos Liberais” fundados em “instituições livres”.³²⁷ Explicita-se a especificidade do tipo de governo liberal, diferentemente das noções generalizadas de práticas, atitudes ou arranjos governativos, que predominavam até a década de 1840. Como destacou Nuno Monteiro, é no dicionário de Moraes e Silva, nos anos 1840, que se verifica a primeira sistematização da concepção

³²⁵ RAMOS, Rui. *Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900)*. ..., p. 52.

³²⁶ SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*: recopilado de todos os impressos até o presente. 5.ed. Lisboa: Tipografia de Antonio José da Rocha, 1844, Tomo II, p. 248. (Os grifos são nossos).

³²⁷ FARIA, Eduardo de. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, seguido de um diccionario de sinonimos. Lisboa: Tip. Lisboaense, 1849, p.188.

articulada desde 1834, qual seja: os liberais seriam os defensores da liberdade e do sistema representativo, em oposição ao absolutismo.³²⁸

Mas mesmo que se considerem essas mudanças, vale evidenciar que só nos anos 1850 foi possível encontrar o conceito de “liberalismo”. No *Diccionario da Lingua Portuguesa, e Diccionario de Synonymos*, editado em Paris, em 1852 – portanto, no ano seguinte ao golpe liderado pelo Duque de Saldanha e no início da política “fontista” –, liberalismo significava: “o sistema das ideias liberais; modo de proceder político segundo essas ideias”.³²⁹ No período anterior à década de 1850, especialmente entre a Convenção de Évora Monte de 1834 e o golpe do Duque de Saldanha, em 1851, é possível afirmar que houve “uma institucionalização da ordem liberal”, pois só depois de derrotado militarmente o “miguelismo”, é que “a alternativa liberal se tornou hegemônica, mas não consensual”.³³⁰ Anteriormente, realizaram-se, como destacado, vários golpes ou tentativas de golpes, revoltas, confrontos e guerras civis. Por conseguinte, por isso, só é possível encontrar o conceito de liberalismo a partir dos anos 1850. A sistematização linguística do conceito faz parte da construção social, cultural e política do liberalismo como uma alternativa efetiva de governança, como sistema e cultura política.

Ainda no último dicionário citado, juntamente com a formulação da noção de liberalismo, encontra-se uma classificação do sujeito liberal, que seria um “amigo das ideias liberais, de uma liberdade *prudente*”.³³¹ Essa classificação não deixa de ser intrigante, sobretudo porque a noção de prudência não consta nas edições anteriores do dicionário e não é comum depois do período dessa última edição; o que, somando-se aos outros indícios apresentados, ajuda a pensar em duas questões de relevo: a partir dos anos 1850, articulava-se o reconhecimento da existência de um novo sistema político, representado pela adoção do sufixo “ismo” à palavra liberal; além disso, a essa nova forma política, eram creditadas noções variáveis de liberdade, conforme o contexto de significação. No dicionário de Antônio Moraes, diferentemente da edição de Roquete, somente a partir de 1877/1878, é que se encontra uma descrição de liberalismo, que seria o “novo; Ideias generosas; tendência para a felicidade de todas as classes da sociedade. Profissão de doutrinas liberais. Sistema, adoção

³²⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Liberalismo*. ..., p.832.

³²⁹ ROQUETE, J.I; FONSECA, José da. *Diccionario da Lingua Portuguesa; e Diccionario de Synnymos*; seguido do Diccionario Poetico e de Epíthetos. Paris: Em casa de J. P. Aillaud, 1852, Vo. 2, p.641.

³³⁰ SARDICA, José Miguel. A política e os partidos entre 1851 e 1861. *Análise Social*, v.32, n. 141, 1997, p.280.

³³¹ ROQUETE, J.I; FONSECA, José da. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. ..., p.640.

das ideias liberais. Procedimento político regulado por essas ideias; o contrário de servilismo”.³³²

Se o dicionário de Roquete procurava explicitar uma noção de liberdade atrelada à prudência, o de Antônio Moraes e Silva, mais de duas décadas depois, apresenta uma concepção mais ampliada de liberdade, incluindo a felicidade de “todas as classes”. São variações que podem apontar para os entendimentos, por vezes conflitantes, em torno das transformações que se desenvolveram durante o século XIX, especialmente no que se refere à consolidação da monarquia constitucional. Não se trata, com efeito, de mudanças lineares, pois é possível, por exemplo, que a associação entre liberdade e prudência nos anos 1850, que não se verifica facilmente uma década antes, não signifique necessariamente uma regressão, mas, pelo contrário, a noção de que havia mudanças em curso. Do mesmo modo, uma concepção mais abrangente de liberdade não deve ser encarada como indicativo de uma acertada progressão. Num contexto em que os regimes liberais se consolidavam, evitando-se as supostas ameaças de desordem social, seria possível conceber o que outrora era uma ameaça: o reconhecimento da liberdade em matiz mais “generosa”, não sendo mais necessária certa “prudência” (valendo-se, aqui, das denominações dos próprios dicionários citados da anteriormente). A concepção de que os deslizamentos semânticos em torno do liberalismo variaram conforme a conjuntura política pode ser verificada já em 1900, na *Enciclopédia Ilustrada: dicionário universal*, editada na cidade do Porto. Nessa obra, destaca-se que:

[...] O sentido da palavra liberalismo foi primeiro, muito preciso. Liberal era aquele que reclamava o progresso pela liberdade e se opunha à autoridade mais ou menos absoluta da realeza e da Igreja. Depois da Restauração, o partido liberal constitui-se para assegurar o respeito pelas liberdades essenciais adquiridas pela Revolução. Depois da sua vitória de 1830, o liberalismo fez-se conservador para lutar, em 1848, contra o governo democrático. A substituição das questões sociais aos problemas políticos, e os progressos do socialismo parecem ter também contribuído poderosamente para esta evolução do liberalismo. Hoje, em nome da liberdade, ele opõe-se ao radicalismo anticlerical como ao socialismo de Estado e ao coletivismo se bem que estes partidos, por sua vez, pretendam desenvolver somente as consequências do liberalismo primitivo.³³³

Evidencia-se, acima, certa variação nos sentidos atribuídos ao liberalismo ao longo do século XIX. As questões sociais são identificadas como as causadoras das mudanças nos

³³² SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*: Melhorada, e muito accrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da India. 7.ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves – Editor, 1877/78, Tomo II, p. 234.

³³³ LEMOS, Maximiano (dir.). *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*: dicionário universal. Porto: Lemos & Cia, Sucessor, 1900, Vol. 6, p. 467.

significados do conceito, podendo-se considerar que a ênfase dada ao contributo “poderoso” do socialismo está ligada a uma compreensão retrospectiva inerente ao contexto finissecular. Contudo, é explicitada a relação entre as tensões sociais próprias das transformações levadas a cabo nos oitocentos – especialmente no que tange ao receio de uma possível ampliação das liberdades, participação e direitos – e a consolidação do liberalismo. Essa noção liga-se à constatação de que era necessário formular governos moderados, que evitassem os grandes conflitos e garantissem a prosperidade econômica. Uma parte das elites da Europa Ocidental, incluindo as ibéricas, passou a se preocupar crescentemente com essa questão durante o século XIX. Conforme lembra Rui Ramos, as monarquias do sul do continente, principalmente a partir da segunda metade do século, tentaram reproduzir o que foi entendido como o equilíbrio inglês. A essa adaptação chamou-se “transformismo”.³³⁴

Para conquistar a paz social e o progresso material, abria-se mão de grandiloquentes debates ideológicos, apresentando-se a disponibilidade de “entrar hoje no governo com o inimigo de ontem”.³³⁵ Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) – mais conhecido como Oliveira Martins – denominou esse “transformismo” português de “Fontismo” (em razão da atuação decisiva de Fontes Pereira de Melo), ou mesmo de “Regeneração”.³³⁶ Para conseguir a concretização desses intentos reformuladores, foi articulada uma estrutura política centrada no “rotativismo”, isto é, na alternância mais ou menos programada dos dois principais partidos da monarquia constitucional, inicialmente: o Partido Regenerador – com políticos de tendência mais moderada – e o Partido Histórico – a esquerda monárquica.³³⁷ O “rotativismo” seria a consolidação do sistema regenerador (como período de relativa paz, organização e realização dos processos de modernização econômica). Tratar-se-ia de um arranjo político que previa a superação da fase anterior, pautada por uma estrutura partidária muito fluida, com alternância imperfeita no poder, além de grandes conflitos.³³⁸

Não cabe aqui detalhar o desenvolvimento dos quadros partidários portugueses. Não é esse o objetivo. Mas vale considerar a formação de um terceiro partido, o Reformista, que, nos anos 1870, se juntou a uma ala do Partido Histórico, formando o Partido Progressista, em 1876. Ainda nesse contexto, constituíram-se os partidos Socialista (1875) e Republicano

³³⁴ RAMOS, Rui. A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). *Análise Social*, v. 27, n.116-117, p.483.

³³⁵ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p.484.

³³⁶ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p.484-485.

³³⁷ RAVARA, António Pinto. *Os partidos políticos liberais na primeira fase do rotativismo parlamentar*. ..., p. 367.

³³⁸ SARDICA, José Miguel. *A política e os partidos entre 1851 e 1861*. ..., p.283-284.

(1876).³³⁹ Essa transformação dos partidos do campo progressista – em contraste com a manutenção da sigla mais conservadora – demonstra, por um lado, o sucesso do projeto reformista de uma parte das elites liberais que ascenderam ao poder a partir de 1851; e por outro, aponta para o fato de que a dinâmica rotativista bipartidária e conciliatória não se realizou com tranquilidade e sem qualquer esforço de oposição. Houve dissidência e conflito, principalmente até os anos 1860. José Sardica lembra que, no século XIX, as elites liberais não conviviam bem com a ideia de partidos políticos, considerados, muitas vezes, como facções capazes de corromper a ordem. O autor salienta que, na “realidade, fosse a fundamentação filosófica iluminista unitária do primeiro liberalismo, fossem os traumas da pulverização sócio-política vividos na era das revoluções, o fato é que o imaginário liberal só a custo se libertou de uma difusa repulsa pela ideia de partido”.³⁴⁰

Considerando essa desconfiança, ou mesmo a dinâmica política portuguesa oitocentista, Sardica procura desconstruir a divisão que uma parte da historiografia portuguesa teceu sobre a monarquia constitucional. Para ele, não seria possível considerar de forma estanque a segmentação entre: luta civil (1834-1851), rotativismo (1851-1890) e desagregação (1890-1910).³⁴¹ A ideia conciliatória da alternância organizada e pacificadora do poder, não se deu tão facilmente como se imaginou, pois as tensões sociais não desapareceram a partir das intenções regeneradoras das elites. Do mesmo jeito, o fim da monarquia não é algo tão perfeitamente identificável. Considera-se que o processo de desenvolvimento da monarquia constitucional (incluindo a sua crise) está relacionado com as expectativas e frustrações em relação ao processo de modernização daquela sociedade.

No que se refere especificamente ao processo de crise da monarquia constitucional, vale considerar um evento diplomático. No dia 11 de janeiro de 1890, o embaixador inglês em Lisboa entregou ao ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, uma nota em que se exigia a imediata retirada das tropas portuguesas de um território lusitano da África Oriental, no Chifre (atual Malawi). O ultimato foi dado em função de um ataque desferido por uma expedição militar portuguesa a um grupo de “indígenas” protegidos pelos ingleses. O governo português protestou, mas acabou cedendo. O acontecimento criou uma grande comoção nacional. Grande parte da população saiu às ruas de Lisboa no mesmo dia, ao passo que no

³³⁹ SARDICA, José Miguel. Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas). *Análise Social*. v.32, n. 142, 1997, p.565.

³⁴⁰ SARDICA, Miguel José. *Os partidos políticos no Portugal oitocentista ...*, p.558.

³⁴¹ SARDICA, Miguel José. *Os partidos políticos no Portugal oitocentista ...*, p. 567-568.

Porto, pouco tempo depois, formou-se a liga patriótica do norte, além de outros movimentos.³⁴² Os manifestantes se diziam indignados com a posição tomada pelo governo, considerando-a humilhante.

Os levantes seguiram durante algum tempo, propagando um repúdio violento à Inglaterra e aos ingleses, além dos gritos de “vivas à integridade da pátria, ao exército, à marinha, a Luciano Cordeiro (1844-1900) e a Antero de Quental (1842-1891) – líder da liga patriótica do norte, à Espanha, à Itália e à França”.³⁴³ Só não deram vivas ao rei. Esse evento tem sido interpretado como um marco para a crise que levou ao fim da monarquia liberal e a formação da república. Pode ser considerado um agente catalizador do inconformismo em relação ao lugar de Portugal na Europa oitocentista. A já então antiga discussão sobre as causas da decadência da pátria, que tinha sido parcialmente relativizada em função do desenvolvimento das décadas precedentes, chegava às ruas de forma mais sistematizada e com um novo componente: o descrédito na monarquia, instituição que até então concentrava certa devoção cívica.³⁴⁴

A crise desferida a partir do Ultimato colocou em xeque os princípios que consolidaram a monarquia liberal, quais sejam: a promoção da paz social e da prosperidade. A percepção socializada era de que a monarquia e seu projeto de regeneração nacional haviam falhado. É preciso considerar que esse entendimento é parte de uma realidade verificada a partir dos limites das ações modernizantes que vinham sendo colocadas em prática desde os anos 1850, mas, também, é fruto de uma elaboração cultural e imagética.

Conforme lembra Maria Filomena Mónica, o projeto da Regeneração atingia principalmente as zonas urbanas do país, quando oito em cada dez portugueses viviam no campo. Muitas dessas pessoas tinham dificuldade de se alimentar. Como era possível modernizar o meio rural com uma abundante mão de obra disponível?³⁴⁵ A autora afirma que, à época, havia uma economia muito diversificada, em que pesava a produção de subsistência, principalmente nas vilas, onde os camponeses tendiam a comer o que produzissem e manufaturarem suas vestimentas. A industrialização desenvolvida teria imprimido uma inegável transformação, concentrada principalmente nos centros urbanos. Enquanto em

³⁴² MÓNICA, Maria Filomena. *A queda monarquia*: Portugal na viragem do século. ..., p.15.

³⁴³ RAMOS, Rui. *Introdução*. ..., p.40.

³⁴⁴ RAMOS, Rui. *Introdução*. ..., p. 41.

³⁴⁵ MÓNICA, Maria Filomena. *A queda monarquia*. ..., p.9.

Lisboa continuou a imperar uma grande variedade de atividades comerciais e burocráticas, no Porto, destacavam-se os trabalhos informais nos domicílios.³⁴⁶

A autora lembra ainda que a crise de 1890 precisa ser pensada a médio e longo prazo. A venda dos produtos agrícolas portugueses, à época, enfrentava impasses no exterior desde a década de 1880, a dívida pública vinha aumentando e os investimentos, aos poucos, rareavam.³⁴⁷ É destacado também o grande fluxo de emigração nesse período. Cerca de 20 mil portugueses emigravam por ano ao longo do século XIX, sendo a população do país aproximadamente de 5,5 milhões de habitantes, em 1900. Em 1895 o número de emigrantes teria chegado a 45 mil,³⁴⁸ um dado nada desprezível, quando se pensa não apenas na população total do país, mas no perfil desses emigrados: principalmente homens adultos, muitos partindo com as suas famílias.³⁴⁹ Considerando que grande parte desses sujeitos tinha como destino o Brasil, Filomena Mónica salienta o impacto da crise econômica brasileira do século XIX, principalmente após a Guerra do Paraguai (1865-1870), quando essa parcela da população lusitana deixou de enviar suas remessas de dinheiro ao país de origem, um capital importante naquele contexto segundo a autora.

Mas não apenas a interrupção desse fluxo monetário e os limites das ações modernizadoras seriam relevantes. Destaca-se a falta de empreendedorismo dos grupos sociais enriquecidos ou que se enriqueciam, dentro ou fora de Portugal. Grande parte desses sujeitos, sobretudo os “novos ricos”, estariam mais preocupados em ostentar suas riquezas por meio das roupas, das modas e das propriedades, do que, efetivamente, em promover processos de fixação de capitais via investimentos. Além do mais, uma burguesia mais antiga, enriquecida e culta, dedicava-se à sociabilidade, às alianças, às intrigas dos salões e aos arranjos matrimoniais, principalmente com uma aristocracia tradicional, que guardava um cotidiano de maior recato, vivendo das suas rendas e dos seus morgadios.³⁵⁰

Como lembra Maria Antonieta Cruz, os burgueses participavam da vida pública, cultural e econômica, mas, para isso, necessitavam de esforços continuados para obterem sucesso e perdurarem nos lugares sociais conquistados.³⁵¹ Os grandes proprietários e

³⁴⁶ MÓNICA, Maria Filomena. *A queda monarquia*. ..., p.9-10.

³⁴⁷ MÓNICA, Maria Filomena. *A queda monarquia*. ..., p.10.

³⁴⁸ MÓNICA, Maria Filomena. *A queda monarquia*. ..., p.10.

³⁴⁹ Sobre a emigração portuguesa, especialmente para o Brasil, ver: CRUZ, Maria Antonieta. *Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil – Contribuição para a emigração portuguesa na segunda metade do século XIX*. In: *Olhares sobre o Portugal do Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p.251-379.

³⁵⁰ MÓNICA, Maria Filomena. *A queda monarquia*. ..., p.11-12.

³⁵¹ CRUZ, Maria Antonieta. *Burguesia em Portugal na segunda metade do século XIX*. ..., p. 67.

comerciantes, principalmente em sociedades urbanizadas e complexas como as de Lisboa e do Porto, tinham o poder econômico, mas não necessariamente o poder político e o prestígio social. Pesava o papel do funcionalismo público e de algumas profissões liberais. Isso ajuda a entender, como se verá no próximo capítulo, a importância da universidade nesse contexto, como a garantidora de uma formação (e, sobretudo, de um diploma), que poderia manter ou dar acesso a determinadas posições sociais. Na base da pirâmide, encontravam-se os operários, os camponeses, os pescadores e os agricultores, entre outros grupos.

É claro que essa configuração e a importância de um ou de outro grupo social variavam entre o campo e a cidade e entre as diferentes regiões em Portugal. No Alentejo, por exemplo, as elites econômicas, que muitas vezes tinham um relativo poder político e prestígio social regionais, compunham-se de lavradores, negociantes, proprietários e profissionais liberais. Metade desses sujeitos acumulava o exercício de mais de uma atividade laboral.³⁵² Já em Viana do Castelo, destacava-se uma nova aristocracia, predominantemente agrária e pouco sequiosa em investir nos processos de modernização verificados em outras regiões do país. Ainda nessa cidade, poderia se considerar a existência de uma burguesia que vivia da renda proveniente do trabalho dos camponeses. Com efeito, a burguesia portuguesa seria um grupo social complexo, diversificado nas suas rendas e fortunas, na sua cultura, nas atividades que ocupa, mas que, de acordo com Maria Antonieta Cruz, poderia ser pensada por meio de alguns pontos de convergência.

É consensual a afirmação de que o burguês é aquele que vive com conforto e que, ainda que receba uma remuneração, exerce uma função respeitada pela sociedade. Isto é, a burguesia inclui, em simultâneo, patrões e assalariados. Ser burguês é estar acima do mundo popular, do qual o separa não só certo nível de bem-estar material, mas também acesso à cultura e à fruição dum certo estilo de vida que o distingue cada vez mais dos que lhes são inferiores e cada vez menos da nobreza antiga.³⁵³

A ação (ou inação) ds elites econômicas lusitanas podem ser pensadas como fator relevante para a compreensão do desenvolvimento português oitocentista? Rui Ramos procura relativizar ou recolocar a relevância da questão sociológica, salientando que Portugal passou por importantes transformações ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade do século. Ao analisar, por exemplo, o crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto) *per capita* de Portugal, ao longo do período assinalado, afirma-se que o país manteve os mesmos índices de crescimento que grande parte da Europa. Esse crescimento era tímido quando comparado

³⁵² CRUZ, Maria Antonieta. *Burguesia em Portugal na segunda metade do século XIX. ...*, p. 69.

³⁵³ CRUZ, Maria Antonieta. *Burguesia em Portugal na segunda metade do século XIX. ...*, p. 20.

ao das principais potências econômicas do continente, o que não o tornaria simplesmente desprezível.³⁵⁴ Trabalhando também com dados demográficos, Ramos destaca que, em geral, se vivia melhor em Portugal em 1911 do que em 1850, mas o crescimento da expectativa e da qualidade de vida era diretamente proporcional à ampliação do sentimento de atraso em relação a uma Europa idealizada.³⁵⁵ Trata-se de uma tendência que se intensificou principalmente no final do século XIX e início do século XX, quando, em função da crise econômica que solapou os investimentos da Regeneração, Portugal teria se afastado ainda mais da realidade dos países ricos da Europa.

Principalmente as classes médias e as elites (políticas, econômicas e intelectuais) almejavam viver na Europa “rica” do noroeste, portadora de um modelo de mundo do qual julgavam pertencer.³⁵⁶ Essa pretensão teria se formado não porque as distâncias entre Portugal e a Europa de além-Pirineus aumentaram, mas justamente porque elas haviam se estreitado. A partir dos anos 1840, nasceu uma geração que se tornou adulta em um país que não vivia mais em guerra, que tinha minimamente garantido as liberdades individuais e que passou a experimentar uma situação de relativo crescimento econômico. Especialmente para as classes médias cidadinas, foi possível ter acesso a um “mundo novo”, que entrava em Portugal por meio dos caminhos de ferro que tinham sido construídos. Formavam-se novas sensibilidades, produtos e produtoras desse novo Portugal que se erigia. Nesse limiar, destaca-se uma geração de escritores que marcou o século XIX português, a “geração de 1870”. Um dos mais destacados integrantes dessa geração foi Eça de Queiroz. O escritor, principalmente por meio da sua produção literária, contribuiu de forma indelével para a edificação de uma nova forma de pensar a realidade portuguesa, conferindo sentidos e significados para a sociedade liberal de que era refratário.

³⁵⁴ RAMOS, Rui. *Introdução*. ..., p. 37-38.

³⁵⁵ RAMOS, Rui. *Introdução*. ..., p. 38-39.

³⁵⁶ RAMOS, Rui. *Introdução*. ..., p. 38.

2. TRAJETÓRIAS E SENSIBILIDADES: EÇA DE QUEIROZ E A “GERAÇÃO DE 1870”

Se for possível afirmar, como se apontou, que a decadência portuguesa oitocentista é também consequência de uma construção cultural, não há dúvida de que os homens que formaram o grupo de intelectuais,³⁵⁷ mais tarde denominado a “geração de 1870”, tiveram um papel crucial nessa elaboração. Por meio de seus textos, artigos, livros, debates e polêmicas, ajudaram a (re) criar a sociedade lusitana contemporânea. Suas produções estéticas, bem como suas trajetórias (políticas e intelectuais), são importantes para a compreensão dessa sociedade.

Não existe um consenso em relação aos membros que compõem o grupo em questão, muito menos sobre o processo de sua constituição. Nesse sentido, para abordá-lo, é mais interessante trabalhar com uma perspectiva “genealógica”, isto é, considerando as várias origens que marcam a sua formação.³⁵⁸ Para alguns analistas, a geração foi composta, principalmente, por Antero de Quental, Eça de Queiroz e Oliveira Martins; e, secundariamente, por Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923), Alberto da Cunha Sampaio (1841-1908), Antônio Gomes Leal (1848-1921), Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), Guilherme de Azevedo (1839-1882), Jaime Batalha Reis (1847-1935), Joaquim Fernandes Teófilo Braga (1843-1924) e Ramalho Ortigão.³⁵⁹ Mas alguns estudiosos têm considerado nomes “mais expressivos e reconhecidos” na articulação de uma crítica estética, social e política à sociedade oitocentista, destacando-se, de acordo com esse critério, Antero de Quental, Batalha Reis, Francisco Manuel de Melo Breyner (1837-1903) – o Conde de Ficalho –, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro e Ramalho Ortigão.³⁶⁰

A variação dos membros desse grupo relaciona-se com os critérios de classificação, com o conceito de geração empregado e com os eventos/processos históricos analisados. Como bem destacou Sirinelli, uma geração pode até ser pensada por meio da faixa etária dos

³⁵⁷ Mais adiante será discutido o conceito de intelectual, justificando-se o seu emprego para o grupo em questão.

³⁵⁸ Foucault procurou realizar uma relevante crítica ao “essencialismo”. Não seria factível buscar a essência das coisas, eventos ou processos históricos. Critica-se uma história contínua, linear e teleológica, alicerçada pela busca de origens e semelhanças, além da tentativa de se estabelecer relações causais entre os acontecimentos. “A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstina em dissipá-la; (...) ela pretende fazer todas as descontinuidades que nos atravessam”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.34-35.

³⁵⁹ MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70: uma revolução cultural e literária*. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981, p.15.

³⁶⁰ BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: A Geração de 70*. Porto: Campo das Letras Editores, 2003, p.16-17.

seus membros, embora esse não seja necessariamente o critério mais relevante. Para o autor, outros elementos se destacam, tais como o teor dos debates desenvolvidos, certa herança proveniente da memória coletiva, o movimento das ideias, das filiações, além das origens sociais, das redes de sociabilidade, das interações, dos interesses convergentes ou divergentes, dos “climas” ou dos “microclimas” instaurados entre os membros de um determinado grupo. Pensa-se também uma geração a partir de alguns eventos que podem ter impactado os sujeitos que a compõe.³⁶¹

Com efeito, a partir dessa concepção, uma primeira questão se coloca: seria a idade um critério determinante para se compreender a “geração de 1870”? Quando observamos a variação etária entre os possíveis membros do grupo, a resposta para essa questão poderá ser negativa. Muitos deles nasceram nos anos 1840, mas Ramalho Ortigão, por exemplo, é de 1836; outros, diferentemente, só vieram a termo nos anos 1850, como é o caso de Guerra Junqueiro. Eça de Queiroz, nascido em 1845, foi aluno de Ramalho no Liceu. Nada disso impediu que esses homens construíssem afinidades, desavenças, e, sobretudo, compartilhassem certa visão de mundo.

Por outro lado, Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), que está muito mais próximo da faixa etária de Eça e dos outros membros prováveis da geração, nunca se identificou ou foi identificado com o grupo. Muito pelo contrário. Ele é reconhecido como um grande desafeto e adversário das proposições de Eça e de praticamente todos aqueles que são considerados integrantes da “geração de 1870”, independentemente da composição que se empregue para caracterizá-la. Mas se o fator etário pode ser relativizado, quais seriam as questões de maior relevo? Para tentar responder a essa pergunta, é preciso tratar das denominações que o grupo recebeu, assim como das suas possíveis composições, vivências e experiências históricas.

O termo “geração de 1870” foi cunhado, inicialmente, nos anos 1920, mas sua canonização só se realizou nos anos de 1940.³⁶² Antes disso, o grupo recebeu outras denominações, quais sejam: “escola de Coimbra”, “geração nova”, “geração de Coimbra”, “dissidentes” etc. Em 1912, Fernando Pessoa (1888-1935) foi um dos primeiros a chamar o grupo de “escola de Coimbra”, considerando o processo de ruptura estética em um

³⁶¹ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996, p.254-256.

³⁶² MOREIRA, Filipe Alves. *A geração de 70: notas para a história de um conceito*. Disponível em: www.up-pt.academia.edu/FilipeAlvesMoreira, Acesso em: 20/12/2015, p.11.12.

movimento literário de maior complexidade e amplitude.³⁶³ A partir dessa classificação, uma questão se anuncia: seriam os debates tecidos na Universidade de Coimbra os principais motivadores dessa geração? Se considerarmos a “questão coimbrã” como o marco para essa classificação, além de deixarmos de lado outros processos de grande importância, excluimos, antecipadamente, nomes como os de Eça de Queiroz e Oliveira Martins. Este não obteve formação na Universidade e aquele não se envolveu, à época, diretamente no movimento estudantil ou no debate literário.

A primeira classificação empregada para o grupo foi cunhada por um dos seus principais opositores, o já mencionado Pinheiro Chagas, que, em 1865, os teria chamado de “geração”, “intelectuais”, ou, ainda, de “escola literária”. É preciso não ignorar o fato de que a classificação desferida por um adversário precisa ser no mínimo interrogada, já que pode implicar uma carga valorativa. Nesse ponto não só Pinheiro Chagas salientava a ideia de uma “escola”, mas também Camilo Castelo Branco (1825-1890), escritor que era crítico das propostas do grupo. No caso dessa denominação, havia uma rejeição expressa por alguns dos escritores que sob ela foram colocados. Antero de Quental considerava, nesse sentido, que seu objetivo não era a formação de uma “escola literária”, mas sim repensar a realidade portuguesa por meio da literatura, que teria uma função política e humanitária. Por conseguinte, para Antero:

A palavra poética não é, pois, opaca, no sentido de que se não encerra na finalidade que lhe seja exclusiva, autotélica e fechada sobre si mesma. Instrumento de ação, ela protagoniza, por isso, uma função eminentemente perlocutiva e finalística, que de certa forma faz do poeta uma entidade subordinada a uma espécie de missão redentora, estreitamente articulada com a missão revolucionária da poesia patente nas *Odes Modernas* e fator de condicionamento de sua imagística.³⁶⁴

O termo “escola de Coimbra” foi também relativizado por Teófilo Braga, para quem “Eça de Queiroz pertence a essa camada de escritores que os foliculários de 1865 chamaram de escola de Coimbra e que Ramalho Ortigão com mais propriedade denominou dissidentes”.³⁶⁵ Sampaio Bruno sintetiza o incômodo dos designados com a designação:

[...] dos que surgiram, em letras e em política, à vida pública, a partir d’esse movimento de 1865, reivindicando-se dele, concorrendo para o seu objetivo, criticando-o ou alargando-lhe os horizontes. O conservadorismo, desde o começo, compreendeu bem que entrava em cena uma entidade nova;

³⁶³ PESSOA, Fernando. *Páginas sobre literatura e estética*. 2.ed. Mem Martins: Europa-América, 1994, p.128.

³⁶⁴ REIS, Carlos. Antero de Quental e a consciência da poesia. In: *Colóquio: Letras*, Lisboa, vol. 1, n.123/124, jan./jun, 1992, p.83.

³⁶⁵ BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa*. Vol. VII: As modernas ideias na Literatura Portuguesa – A Geração de 70. Mem Martins: Europa-América, 1986, p.202.

denominando-a imbecilmente *Escola Coimbrã*. Depois, Ramalho Ortigão deu o nome que quadra a esses trabalhadores, chamou-lhes *Os dissidentes*. Teófilo Braga aplaudiu a escolha do termo e caracterizou o movimento. No fim, esses dissidentes são a *geração nova*.³⁶⁶

Mas as outras identificações não deixam de ser igualmente problemáticas. Afirmar que esses escritores eram “dissidentes”, ou que representavam uma “geração nova”, é colocar em relevo o caráter de ruptura dos seus debates, propostas e escritos. Mas até que ponto eles propunham uma transgressão estética, política ou social? O que pretendiam transgredir? Dito de outro modo, quais os contornos dessa possível ruptura? Afirmar que eles eram revolucionários não seria reproduzir, sem a devida depuração, as suas estratégias de autopromoção? A designação “geração de 1870”, por seu turno, também não está imune de possíveis críticas, mas como se destacará, ela apresenta um ponto relevante: foi entre o final dos anos 1860 e início dos anos 1870, que se formou ou se consolidou um grupo relativamente articulado em torno do objetivo de repensar os rumos da Regeneração, ou mesmo da monarquia constitucional. Na ocasião, inclusive, esses sujeitos se posicionaram publicamente a respeito, o que não deixa de ser um ato relevante para a reafirmação da coesão de um grupo e para o (auto) reconhecimento de seus membros como intelectuais – na acepção moderna do termo.

2.1. A questão coimbrã: entre a transgressão e a afirmação

As mudanças decorridas dos processos políticos, articuladas durante a primeira metade do século XIX, colocaram dois desafios para a Universidade de Coimbra: era preciso consolidar as reformas que foram elaboradas entre o final do século XVIII³⁶⁷ e as primeiras décadas do século XIX,³⁶⁸ e, ao mesmo tempo, (re) pensar o processo de formação ofertado

³⁶⁶ SAMPAIO, Bruno. *A geração nova – os novelistas*. Porto: Tipografia de Antônio José da Silva Teixeira, 1886, p.V-VI. (os grifos são nossos).

³⁶⁷ Virgínia Valadares, valendo-se da análise dos estatutos da Universidade de Coimbra (1559, 1653 e 1772) e do arcabouço teórico weberiano, afirma que a referida instituição se estruturou, historicamente, como instrumento de “dominação tradicional, caracteristicamente patrimonial, estatal e burocrática”. Nesse sentido, as reformas pombalinas estariam ligadas a uma dinâmica de poder centralista e regalista. A autora lembra ainda que essas reformas introduziram “mudanças periféricas no curso de Teologia; uma roupagem diferente, mas com o mesmo tecido, nos cursos de Leis e Cânones; uma criação adaptativa no curso de Medicina. Filosofia e Matemática foram cursos novos, mas, praticamente, sem a presença de alunos ordinários, até ao final do século XVIII”. VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri; Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004, p.49;136.

³⁶⁸ De acordo com Rui Marcos, as reformas desenvolvidas na Universidade nas primeiras décadas do século XIX não foram consolidadas. O autor lembra que, em função do contexto político de enorme intranquilidade, o ensino

pela instituição, em meio às demandas que se colocavam após a consolidação da monarquia constitucional. Especialmente em relação a essa última questão, enfatizou-se o entendimento de que a formação coimbrã era essencial para a constituição dos quadros administrativos e políticos, além das elites letradas do país. Por essa razão – mas não só por ela –, a Universidade foi *locus* de discussões e disputas acaloradas. Afinal, em função das relações umbilicais entre a instituição de ensino e as estruturas de poder, era preciso cuidar da educação daqueles que poderiam compor tais engrenagens – mantendo ou alterando o *status quo*. Essa preocupação se renovou em função das promessas de liberdade inerentes ao novo ordenamento político que se consolidava. Não por acaso as tensões entre as inovações e as permanências, tão significativas na sociedade lusitana oitocentista, encontraram abrigo fértil na Universidade.

Ao longo do século XIX, desenvolveu-se um conjunto importante de transformações na educação portuguesa. Concomitantemente ao processo de consolidação dos liceus, criados em 1836 pelo governo setembrista, articulou-se a expansão da rede escolar de educação pública. Além disso, o monopólio coimbrão passou a ser questionado.³⁶⁹ Essa pressão se deu pela reivindicação de acesso ao ensino superior, por uma parcela da sociedade, bem como por causa da demanda por uma diversificação na oferta educativa. Ambas as pautas relacionam-se à gestação de uma nova sociedade e ajudam a explicar algumas mudanças levadas a cabo na Universidade coimbrã.

Em primeiro lugar, pode-se citar a criação da Faculdade de Direito, em 05 de dezembro de 1836, em substituição à faculdade de leis e cânones.³⁷⁰ Essa unificação, no seio da política liberal, representava a relativização da importância do ensino de direito canônico e eclesiástico.³⁷¹ A reforma pombalina, de 1772, já havia esboçado a junção dos cursos, com a criação de um conjunto de cadeiras comuns, entretanto, foi a partir dos oitocentos que a união se concretizou.³⁷² Realizaram-se, adicionalmente, algumas mudanças curriculares nas

universitário chegou a ser suspenso. MARCOS, Rui de Figueiredo. *Eça de Queirós, a Europa e a Faculdade de Direito de Coimbra no século XIX*. Lisboa: Almedina, 2005, p.30-32.

³⁶⁹ NOVA, Antônio. A Sociedade do Raio na Coimbra Acadêmica de 1861-1863. In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol.3, p.283.

³⁷⁰ MERÊA, Paulo. Como nasceu a Faculdade de Direito. In: *Boletim da Faculdade de Direito, suplemento XV – Homenagem ao Doutor José Alberto dos Reis*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1961, vol. 1, p.151.

³⁷¹ MARCOS, Rui de Figueiredo. *Eça de Queirós, a Europa e a Faculdade de Direito de Coimbra no século XIX*. ..., p. 32.

³⁷² MARCOS, Rui de Figueiredo. *Eça de Queirós, a Europa e a Faculdade de Direito de Coimbra no século XIX*. ..., p.32.

faculdades que compunham a Universidade: Direito, Medicina, Matemática e Filosofia. Em 1859 foi criada ainda a Faculdade de Letras.³⁷³ Mas vale considerar também as mudanças ocorridas na cidade de Coimbra (que, como se pode entrever, não ficou incólume às transformações realizadas na Universidade). A iluminação pública a gás (1856), o telégrafo elétrico (1856), os caminhos de ferro (1864), a ponte da Portela (1873) a nova ponte de Santa Clara (1875), os carros americanos (substituídos em 1911 pelos elétricos),³⁷⁴ são alguns exemplos de obras que se efetivaram no período. Contudo, é possível relativizar os impactos desse processo de modernização – dentro ou fora da Universidade – no cotidiano de Coimbra.

A cidade, com cerca de 13.000 habitantes em 1864,³⁷⁵ seguiu relativamente pacata: cercada por uma “ruralidade física e mental” e estratificada horizontalmente (com uma vida predominantemente estudantil no Bairro Alto e outra artesanal e mercantil no Bairro Baixo).³⁷⁶ Havia uma importante pluralidade social e profissional, demarcada por eclesiásticos (influentes dentro e fora da Universidade), proprietários, negociantes, profissionais liberais, criados, aguadeiras, lavadeiras, engomadeiras, mendigos etc. Embora houvesse momentos de confraternização entre estudantes e futricas,³⁷⁷ como nas ocasiões das festas e eventos religiosos, predominava uma grande hierarquização: explicitada pelo contraste entre as pompas acadêmicas e o cotidiano da maior parte da população coimbrense, que levava uma vida simples, mas também em função das interações sociais tecidas entre acadêmicos e não acadêmicos, como as relações, muitas vezes física e simbolicamente violentas, entre os estudantes e as tricanas.³⁷⁸ A Universidade teria ganhado um papel ainda mais proeminente na *urbes* a partir do século XIX. A “cidade distinguir-se-ia pela sua

³⁷³ ROQUE, João Lourenço. Coimbra na segunda metade do século XIX: estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos). In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol.3, p.259-260.

³⁷⁴ ROQUE, João Lourenço. *Coimbra na segunda metade do século XIX*. ..., p.258-259.

³⁷⁵ Segundo João Lourenço Roque, não foram contabilizados os habitantes das áreas periféricas, como Santa Clara e Santo Antônio dos Olivais. Em 1900, a população teria atingido 18.000 habitantes e, em 1911, 20.000. ROQUE, João Lourenço. *Coimbra na segunda metade do século XIX*. ..., p.259.

³⁷⁶ ROQUE, João Lourenço. *Coimbra na segunda metade do século XIX*. ..., p.260.

³⁷⁷ De caráter pejorativo, esse era o nome dado pelos estudantes universitários aos naturais da cidade de Coimbra. Foi também empregado, talvez até pela própria designação coimbrã, como forma de nomear os sujeitos que só tinham a formação mais elementar da educação. Sobre os casos de violência entre estudantes e futricas, ver: COIMBRA, Margarida R. Custódio Mota. Subsídios para o estudo da delinquência estudantil em Coimbra, 1871-1886. In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol.3, p.321-330.

³⁷⁸ Tricanas eram as mulheres de Coimbra, que geralmente tinham uma origem humilde. No que se refere à violência praticada contra as mulheres da cidade, Margarida Coimbra analisa, por exemplo, o processo de um estudante do preparatório, que teria estuprado uma menor de idade em 1871. COIMBRA, Margarida Rosa Custódio Mota. Subsídios para o estudo da delinquência estudantil em Coimbra, 1871-1886 ..., p.323-324; 325-326.

dimensão universitária, tanto mais que o liberalismo reduziu ou eliminou outras influentes áreas de expressão social e de poder – casos das corporações de artes e ofícios e, mais ainda, das comunidades religiosas”.³⁷⁹

No que tange às hierarquizações no interior da instituição de ensino, vale considerar alguns dos seus significados. Ao se debruçar sobre as dinâmicas de poder na Universidade de Coimbra no século XVIII, Virgínia Valadares, valendo-se do referencial teórico de Pierre Bourdieu, destacou a relevância de se pensar em dois espaços: o geográfico e o social. Explicita-se, por conseguinte, a pertinência da análise das aproximações e distanciamentos (físicos e sociais), considerando que uma dimensão não coincide com a outra, isto é: a proximidade física não implica necessariamente proximidade social, sendo esta alicerçada por um espaço com caracteres próprios. Indivíduos socialmente apartados podem até se aproximar em um determinado espaço geograficamente localizável, pertencendo, por exemplo, a uma mesma instituição (em si, agente de distinção), mas, nem por isso, as distâncias sociais serão vencidas. Muito pelo contrário.³⁸⁰ Segundo a autora, no que tange à Universidade de Coimbra setecentista:

As distâncias existentes no espaço social global eram provocadas pelo volume de capital que se possuía, fosse ele econômico, cultural, ou simbólico. O aluno que possuía capital simbólico (título de família) distanciava-se do aluno que possuía capital econômico (bens materiais); este, por sua vez, distanciava-se do aluno que possuía capital cultural (conhecimento). Enfim, apesar da partilha do espaço geográfico, ocorria o distanciamento no espaço social [...] ³⁸¹

Os processos de demarcação ou ratificação dos diferentes espaços sociais na Universidade de Coimbra são significativos para se pensar a instituição no século XVIII, e relevantes igualmente para a análise do contexto acadêmico oitocentista. Entretanto, a conformação dos distanciamentos sociais, dentro e fora da instituição de ensino, ganhou um novo sentido a partir da estruturação da sociedade liberal. Esse ordenamento político tendia a possibilitar maior mobilidade, com a aproximação “objetiva” de sujeitos *a priori* socialmente

³⁷⁹ ROQUE, João Lourenço. *Coimbra na segunda metade do século XIX*. ..., p. 259.

³⁸⁰ Manuel Henriques, por meio de um texto memorialístico sobre a Universidade de Coimbra do século XIX, afirma que a praxe (conjunto de rituais e tradições a que os estudantes se submetiam na universidade e que em alguns casos ainda se submetem na atualidade) teria como referência um livro publicado no final do século XVIII, *O Palito Métrico*. Entretanto, no século XIX, muitos elementos foram acrescentados à praxe, que se tornou, em tese, mais hierarquizante, com alguns casos de franca violência e segregação. Para o autor citado, muito do que se afirmou ser parte de uma tradição secular dos processos de iniciação foram, na verdade, criações contemporâneas. Trata-se de um tema que seguramente merece maior atenção dos historiadores. HENRIQUES, Manuel Louzã. Considerações sobre a boêmia estudantil no séc. XIX. In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol.3, p.345-354.

³⁸¹ VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas* ..., p.63-64.

estratificados. Essa dinâmica, em si, demandava a reformulação dos processos de distinção, em alguns casos, intensificando-os. Além do mais, é preciso levar em conta o papel que a formação universitária passou a ter em uma sociedade em que as origens e nascimentos mantinham sua relevância, mas eram progressivamente relativizados.

Conforme lembra Pedro Almeida, o século XIX marcou um processo de “racionalização e burocratização” do aparato administrativo do Estado. Essa tendência pode ser considerada produto, mas também produtora dos regimes liberais em gestação. Com efeito, para o autor, no que tange a Portugal, evidenciam-se três fases importantes para a referida transformação:

[...] a revolução vintista, que proclamou a divisão dos poderes do Estado e o fim da patrimonialização dos cargos públicos, as reformas decretadas entre 1832 e 1834, sob a égide de Mouzinho da Silveira, que desmantelaram definitivamente a rede institucional herdada do Antigo Regime [...] e estabeleceram o duplo princípio da diferenciação e centralização funcionais (dissociando as funções administrativas e judiciais, por um lado, hierarquizando competências e pondo cobro aos particularismos corporativos, por outro); o advento da Regeneração, que criou as condições de estabilidade política propícias à consolidação e expansão das capacidades administrativas do estado [...] ³⁸²

Pedro Almeida explica que a lei de 12 de Junho de 1822 estabelecia a reorganização das secretarias de Estado.³⁸³ Mas o autor destaca que a sistematização dos concursos públicos só se efetivou nos anos 1830, após a guerra civil entre liberais e absolutistas. A partir de então, o acesso aos empregos públicos se tornou um dos principais componentes do debate político. Nessa época, articulavam-se algumas tentativas de regularização dos certames, sendo os critérios de seleção mais claramente definidos a partir de 1852, já no início da Regeneração. Consideraram-se, com efeito, principalmente a idade e a instrução. Essa regra foi aplicada primeiramente para algumas categorias administrativas, consulares e diplomáticas. No entanto, a partir das reformas administrativas de 1859, ela foi estendida a todas as repartições centrais dos Ministérios, que também passaram a se organizar por concurso público. Com o tempo, esse processo de ingresso chegou também a outros serviços da administração central.³⁸⁴

Embora seja necessário considerar que esses concursos poderiam ser crivados por fraudes, vale destacar que o acesso à burocracia estatal estava mudando. Aos poucos, as

³⁸² ALMEIDA, Pedro Tavares de. *A construção do estado liberal*. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1890). 1995. Dissertação (Doutoramento) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, p.251.

³⁸³ ALMEIDA, Pedro Tavares de. *A construção do estado liberal* ..., p. 263.

³⁸⁴ ALMEIDA, Pedro Tavares de. *A construção do estado liberal* ..., p. 264-265.

origens e nascimentos deixavam de ser, em si, determinantes. Essa nova realidade fez com que a obtenção do diploma coimbrão não fosse apenas mais um emblema dos privilégios de estamento, em alguns casos até dispensável. As “boas famílias”, sobretudo as das províncias, dependiam dos empregos do Estado para seus descendentes.³⁸⁵ Por outro lado, a influência dessas famílias foi definitiva para a implantação e consolidação do regime. Não é fortuito que alguns dos nomes mais tradicionais da sociedade portuguesa tenham sido os primeiros a apoiar o sistema liberal:³⁸⁶ teceram-se rearranjos para que se pudesse evitar uma ruptura mais efetiva e, ao mesmo tempo, para que fosse factível garantir a estruturação da monarquia liberal.

Seja como for, o acesso a muitas das atividades públicas se dava por meio de concorrência, que muitas vezes exigia a realização de provas.³⁸⁷ Em muitos casos, os sujeitos, igualmente formados, tiveram que demonstrar suas aptidões, já que nem tudo mais se resolvia com as influências, as redes de sociabilidade, os nomes e as indicações, pelo menos não como outrora. Para além dessa dinâmica que se estabelecia, é importante não ignorar o fato de que desde a Independência do Brasil, em 1822, as classes dirigentes portuguesas haviam perdido uma relevante demanda por quadros políticos e administrativos. Por isso a tendência era de que, na universidade, se intensificasse um clima de grande competição – inclusive entre corpo docente e discente –, com o acirramento de conflitos. Essa disputa, em si, não era necessariamente uma novidade, mas, ao que tudo indica, ganhou outras motivações a partir das novas formas de ingresso na administração pública. O diploma de bacharel, embora não deixasse de ser um importante símbolo de distinção, não era mais salvaguarda ou confirmação, mas a condição para o acesso a determinadas ocupações e escalas sociais. O estudante que tivesse capital social, mas não o econômico, continuava tendo possibilidades interessantes e até certas facilidades, mas necessitava da formação coimbrã e, dependendo do caso, teria de demonstrar seus conhecimentos e suas habilidades. Estudar em Coimbra, principalmente a partir do final dos anos 1850, poderia significar a perpetuação de certo *ethos* de classe, mas também a manutenção de uma posição social ou mesmo a busca por ascensão.

Isso explica, em parte, porque se acreditava ser necessário, mais do nunca, manter o rigor da disciplina acadêmica, pois, afinal, a formação ofertada poderia representar o acesso a

³⁸⁵ RAMOS, Rui. Os últimos anos do Estado Liberal (1890-1908). In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 6: A Segunda Fundação (1890-1926). Ed. rev. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 323

³⁸⁶ RAMOS, Rui. *Os últimos anos do Estado Liberal (1890-1908)*. ..., p.

³⁸⁷ O próprio Eça de Queiroz se submeteu a um concurso para o cargo de cônsul, em 24 de Setembro de 1870, competindo, por exemplo, com Jaime Batalha Reis, seu amigo de boemia.

determinadas posições, até então destinadas quase que exclusivamente para alguns sujeitos. Nesse sentido, as liberdades e os direitos que vinham se estruturando, aos poucos, desde o vintismo, contrastavam com um cotidiano acadêmico marcado pelos cerceamentos, controles, punições e vigilâncias.³⁸⁸ Essa contradição colaborou para o desenvolvimento de várias revoltas e contestações dos estudantes, que passaram a considerar a instituição coimbrã uma portadora de arcaísmos intoleráveis e irreconciliáveis “com os tempos de liberdade”. Não obstante, os universitários detratores afirmavam que o zelo com as questões disciplinares não era acompanhado pela observância da qualidade do ensino.

O rigor na regulação dos comportamentos se explicaria, nesse sentido, em função de uma questão pragmática: a preocupação com a formação dos quadros administrativos, intelectuais e políticos do país. Não era possível ignorar “as liberdades do século”, já, àquela altura, avaliadas como sinônimos de uma sociedade que se pretendia “moderna e civilizada”. Entretanto, exatamente em função do potencial libertador desses novos tempos, urgia formar sujeitos que não fossem “insurretos”, isto é, indivíduos que pudessem colocar em risco a ordem alcançada (principalmente a partir da Regeneração), em nome de algum “excesso revolucionário”. Virgínia Valadares, dessa vez dialogando com Foucault, afirmou que:

A disciplina exercida pela Universidade de Coimbra inseria-se numa nova microfísica do poder, no adestramento, na pedagogia do treinamento em que a “minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão no quadro da escola o conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito”.³⁸⁹

Mantiveram-se, no século XIX, a polícia universitária e os bedeus. A *Cabra*, um sino localizado na torre da Universidade, demarcava os horários das aulas, do descanso, ritmando o cotidiano. Conforme destacou Vianna Moog, os estudantes, ainda na segunda metade do século XIX,

[...] deveriam entrar em aula com o cabeção eclesiástico, batina abotoada, meia preta e sapatos pretos. A loba desabotoada ou a bota de elástico constituíam transgressões puníveis. Da mesma sorte as troças aos calouros. Tinham sido também proibidas as manifestações estrondosas de alegria, em véspera de feriado. Qualquer contravenção aos estatutos, por menor que fosse, dava lugar à prisão na cadeia universitária.³⁹⁰

Secularmente, a instituição coimbrã formava sujeitos para que estivessem aptos a exercer o controle sobre os seus atos e, conseqüentemente, sobre o corpo social que ajudariam a

³⁸⁸ ROQUE, João Lourenço. *Coimbra na segunda metade do século XIX. ...*, p.264.

³⁸⁹ VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas ...*, p.78.

³⁹⁰ MOOG, Vianna. A Sociedade do Raio. In: *Eça de Queiroz e o século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1938, p.33-34.

governar.³⁹¹ Se até o século XVIII essa condição deveria ser conjugada com as premissas do humanismo,³⁹² em tese, inerentes ao homem moderno, no contexto do liberalismo, era necessário que se levassem em conta as liberdades essenciais, garantidoras do bem estar – individual e coletivo – inexistentes, por sua vez, sem ordem. A instituição, que se forjou tendo como bases de poder “o trono, o altar e o saber”,³⁹³ manteve relações estreitas com o Estado, tanto no contexto do Antigo Regime, quanto na época do regalismo ilustrado pombalino. De acordo com Antônio Ferrer Correia, ademais, essa ligação não chegou ao fim com as reformas liberais. O antigo reitor da Universidade de Coimbra, na ocasião das comemorações do sétimo centenário da instituição, destacou:

Poderia esperar-se da Revolução Liberal que restituísse à universidade as prerrogativas perdidas. Mas não é o que acontece [...] em Coimbra, a universidade portuguesa do constitucionalismo, tanto na vertente do setembrismo, com Passos Manuel, como na reforma cartista, com Costa Cabral, é uma instituição claramente vazada nos moldes pedagógicos e organizacionais daquela que, nos princípios do século, Napoleão concebeu e impôs à França. É, pois, uma universidade inteiramente subordinada ao poder central – no caso, o ministro do reino –, sem autonomia e liberdade de governo, e por outra via apenas destinada ao ensino profissional.³⁹⁴

O regime liberal não garantiu, portanto, uma maior autonomia da universidade em relação ao aparato estatal. A manutenção do controle sobre o estabelecimento de ensino se deu, como destacado, exatamente devido às liberdades potencialmente inerentes ao sistema erigido. Temia-se a possível autonomia da universidade, considerada tão estratégica para a formação daqueles que poderiam governar a sociedade lusitana ou influir sobre o seu destino.³⁹⁵ Por outro lado, a instituição procurava garantir o seu prestígio, monopólio e poder,

³⁹¹ VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas ...*, p.78.

³⁹² VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas ...*, p.78-79.

³⁹³ A tríade elencada por Virgínia Valadares, aliás, como título do primeiro capítulo, sintetiza as relações clientelares, próprias do Antigo Regime, que a Universidade Coimbra cultivava. Destaca-se, assim, a construção de um saber diretivo, legitimador e repressivo.

³⁹⁴ CORREIA, Antônio Ferrer. Introdução (solenidade de abertura). In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol. 1, p.28.

³⁹⁵ Desde o reformismo setecentista, a relevância da Universidade para a formação dos quadros administrativos e políticos pode ser verificada. Observa-se igualmente a relação entre o Estado e a Universidade, encarada como salutar e necessária. “A ebulição intelectual favorecida pelo reformismo, iniciado no reinado de D. José I e continuado por D. Maria I e pelo príncipe regente D. João, teve limites. Se com Pombal a Universidade de Coimbra, livrou-se da tutela dos jesuítas, permaneceu sob o jugo eclesiástico e religioso. O reitor das reformas, D. Francisco de Lemos (1735- 1822), que era clérigo, sintetizou com perfeição as diretrizes e limites da reforma da Universidade, que se fariam presentes de Pombal até a regência joanina: ‘as Ciências não podem crescer na Universidade sem que o Estado cresça, se melhore e se aperfeiçoe, assim como não podem decair e arruinarem-se sem que o Estado igualmente decaia e se arruine’. Mais do que se embasar numa visão segundo a qual o progresso das ciências na Universidade e o crescimento do Estado estariam interligados e, da mesma forma, a ruína de ambos, a reforma educacional pombalina, como assinala Kenneth Maxwell, ‘teve um objetivo altamente utilitário: produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à

mantendo-se atrelada ao Estado, mesmo que, internamente e na prática, negasse grande parte dos preceitos da ordem a que se associava. Muitos estudantes percebiam o que estava em jogo e procuravam reagir, principalmente ao que consideravam como uma postura despótica da instituição. Essas possíveis arbitrariedades não estariam de acordo com o “progresso” da época. Em nome da liberdade, vários deles, agremiados ou não, rebelaram-se contra os processos de formação a que estavam submetidos e os seus agentes reguladores.

Esse tipo de movimentação estudantil, todavia, nem sempre se conformou como uma resposta a alguma arbitrariedade inequivocamente cometida pela instituição e seus membros. Ou, pelo menos, essa nem sempre foi a questão central dos conflitos (embora assim fosse alegado). Principalmente nos casos mais expressivos de contestação, o que estava em jogo era a própria condução do processo de formação intelectual, moral e política. Batalhar pela definição de um modelo formativo seria garantir “um lugar ao sol”. Um bom exemplo para a compreensão dessas possíveis pretensões é a agremiação que se intitulou: *Sociedade do Raio*. O movimento foi liderado por Antero de Quental e teve as suas bases amalgamadas entre os anos de 1858 e 1861.³⁹⁶ Mas foi entre 1861 e 1863 que a dita sociedade se consolidou. Tratava-se de uma organização que inicialmente agia sob sigilo,³⁹⁷ recrutando estudantes (aprioristicamente do ensino superior, muito embora fossem aceitos membros dos liceus), organizando reuniões, impedindo a realização de alguns eventos da universidade³⁹⁸ e promovendo manifestações públicas.

A *Sociedade do Raio* chegou a contar com cerca de 200 membros em seu período de apogeu (Dezembro de 1862), frente a uma população estudantil de 725 indivíduos (contando com 345 estudantes liceais).³⁹⁹ A maioria dos componentes da organização não era oriunda de Coimbra, sendo a menor adesão, entre os cursos da Universidade, a da Faculdade de Teologia. O feito mais expressivo do movimento se deu em 08 de Dezembro de 1862, quando, em meio a uma solenidade na *Sala dos Capelos*, grande parte dos estudantes presentes abandonou o

hierarquia da Igreja reformadas’: VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do Livro no Mundo Luso-Brasileiro sob as Luzes: Reformas, Censura e Contestações*. 2a ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p.146-147

³⁹⁶ NOVA, Antônio. *A Sociedade do Raio na Coimbra Acadêmica de 1861-1863*. ..., p.282.

³⁹⁷ Antônio Nova relativiza a possibilidade de uma ligação direta entre o movimento e a maçonaria. Para o autor, a ideia de uma “carbonária estudantil” é uma elaboração *a posteriori*, já que uma parte do movimento, quando do seu desfecho, acabou se associando à maçonaria. O sigilo, que não era tão bem articulado, tratar-se-ia de uma estratégia de organização. Além do mais, o movimento recrutava o máximo de estudantes possível, sendo difícil identificar um perfil ou critério para o ingresso na organização. A maçonaria poderia ser, no máximo, uma inspiração. NOVA, Antônio. *A Sociedade do Raio na Coimbra Acadêmica de 1861-1863*. ..., p. 288.

³⁹⁸ Quanto à interdição de determinadas atividades acadêmicas, pode-se dar como exemplo a desarticulação de uma récita organizada por grupos antiliberais, em 1861.

³⁹⁹ NOVA, Antônio. *A Sociedade do Raio na Coimbra Acadêmica de 1861-1863*. ..., p. 286.

recinto, exatamente no momento em que o reitor, Basílio Alberto de Sousa Pinto (1793-1881) – Visconde de São Jerônimo –, tomou a palavra. O reitor continuou o seu discurso para os “lentes e doutores indignados [...] enquanto do lado do pátio chegavam os gritos e urros dos estudantes em revolta”.⁴⁰⁰ O ato foi o estopim de uma crise acadêmica que se prolongava desde 1861, quando a *Sociedade do Raio* passou a canalizar o descontentamento de muitos estudantes com a instituição, suas hierarquias e ditames. Além disso, vale salientar que o acontecimento desencadeou a substituição do reitor e do vice-reitor, ainda em Dezembro de 1862, e, finalmente, a exoneração de ambos em 22 de Julho de 1863. As ações levadas a termo antes desse desfecho foram articuladas em reuniões em que eram firmados os compromissos. Cada novo membro deveria fazer um juramento, como o seguinte:

Convencido da necessidade de elevar pela educação liberal a mocidade portuguesa à altura da missão regeneradora do nosso século. Convencido ainda mais de que não podemos preparar-nos para as grandes lutas da liberdade sob o jugo aviltante das leis opressivas e bárbaros preconceitos da Universidade. Convencido de que isto só por um pacto secreto de aliança se alcançará. [...] Juro por Deus, pela minha honra, pelo que tenho de mais sagrado, combater todo o despotismo universitário [...].⁴⁰¹

Os objetivos explicitamente assumidos pela referida organização estudantil tratam do combate ao autoritarismo universitário e da atualização do ensino. Mas almeja-se também “elevar pela educação liberal a mocidade portuguesa”, ou seja, não estava em jogo somente uma reforma intramuros. Os estudantes envolvidos na questão, principalmente as suas lideranças, tinham propósitos mais alargados: criticar o projeto político regenerador e articular uma possível alternativa que colocasse Portugal à “altura do século”. Trata-se de uma ambição que não era necessariamente estranha à proposta coimbrã de formar os homens que dirigiriam os rumos do país, ainda que essa possível elite não compactuasse com a agenda política ordeira daqueles que estavam no poder, dentro e fora da universidade. A *Sociedade do Raio* acabou ficando conhecida após os acontecimentos de 1862, extinguindo-se, portanto, o seu caráter secreto e suas ações sigilosas. Foi articulada uma campanha para a persuasão da opinião pública em relação às causas do movimento e houve também a busca por apoio de

⁴⁰⁰ MOOG, Vianna. *A Sociedade do Raio*. ..., p.38.

⁴⁰¹ Antônio Nova descobriu, nos anos 1990, junto ao Espólio de Alberto e José da Cunha Sampaio, alguns documentos até então inéditos, que apresentam características importantes da organização do Raio, bem como da vida acadêmica coimbrã entre 1861 e 1863. Dentre esses achados, estão alguns juramentos e um balanço das atividades da Sociedade do Raio, redigido por Antero de Quental. NOVA, Antônio. *A Sociedade do Raio na Coimbra Acadêmica de 1861-1863*. ..., p. 278-279.

políticos e partidos, mas não se conseguiu nem uma coisa, nem outra.⁴⁰² A *Sociedade do Raio* não garantiu a sua perenidade, mas foi um importante marco.

As reivindicações estudantis e os conflitos delas decorrentes, por conseguinte, podem ser pensados como parte da gestação de uma nova sensibilidade política, grafada por um inconformismo não apenas com a universidade e seu ensino, mas com os próprios caminhos da monarquia liberal e seu projeto regenerador. Colocar em xeque os lentes e as demais autoridades de Coimbra foi importante para a formação de uma atitude de contestação que acabou por se desdobrar em outros movimentos. No que tange a essas primeiras iniciativas de oposição realizadas em Coimbra, além da *Sociedade do Raio* e como certo desdobramento dos seus objetivos, destacam-se os debates literários que eclodiram em 1865.

Tais discussões ficaram conhecidas como a “questão Coimbrã” e representam uma das origens para a formação da “geração de 1870”. A pugna literária foi deflagrada a partir dos embates travados entre dois grupos acadêmicos. O primeiro, liderado por Antero de Quental, o segundo, apadrinhado por António Feliciano de Castilho (1800-1875). Este, na ocasião, era um importante lente da Universidade de Coimbra. O grupo de Castilho, que foi considerado pejorativamente como uma “teocracia literária”, contou com a participação de Pinheiro Chagas, António Teixeira de Vasconcelos (1816-1878), Pedro de Brito Aranha (1833-1914), entre outros.

Castilho dispunha dos capitais simbólicos e sociais relevantes para o reconhecimento de um escritor iniciante junto ao “campo literário”⁴⁰³ da época. Essa possibilidade de iniciação fez com fosse criado em torno do professor um grupo de escritores, que, de acordo com a concepção de Antero e seus companheiros, formava a “escola do elogio mútuo”, pautada pelas bajulações literárias, mas também pelas produções vazias, esterilmente ornamentadas e humanamente indiferentes. Em 1865, Castilho foi convidado para escrever um posfácio para o *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas. O lente aproveitou a oportunidade e teceu uma contundente crítica ao grupo dos jovens de Coimbra, que ele acusava de exibicionismo, inconsistência propositiva, desconhecimento das regras básicas da

⁴⁰² NOVA, António. *A Sociedade do Raio na Coimbra Acadêmica de 1861-1863*. ..., p.301.

⁴⁰³ O conceito de campo empregado é de Pierre Bourdieu. O campo seria um “espaço social”, resultado das relações, das interações e das ações dos sujeitos. Ao tratar desse conceito, Bourdieu realizou uma análise das disputas simbólicas entre dominantes e vanguardas pelo exercício da hegemonia, como, por exemplo, no campo literário. BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed., Porto Alegre: Zouk, 2008, p.98.

escrita poética, além da falta de “bom senso e de bom gosto”.⁴⁰⁴ O escritor fez uma consideração mais obsequiosa em relação às publicações de José Cardoso Vieira de Castro (1837-1872), mas não poupou Teófilo Braga – que tinha publicado os poemas *Visão dos Tempos e Tempestades Sonoras* – e Antero de Quental, na ocasião, autor de *Odes Modernas*.

Antero respondeu a essas apreciações por meio de uma carta aberta, publicada em folheto pela Imprensa da Universidade. O documento, intitulado *Bom senso e bom gosto*,⁴⁰⁵ apresenta-se tão acidamente quanto a crítica que o originou. Nele, o autor afirmou que os românticos estavam realizando um contrassenso ao reproduzirem uma literatura marcadamente ultrapassada e fútil. Uma produção que se privava de tratar dos problemas da sociedade. Solidarizando-se com Antero, Teófilo publicou o folheto *Theocracias Litterarias*,⁴⁰⁶ no qual tecia um argumento *ad hominem*: Castilho só recebia alguma atenção pelo fato de ser cego e sua produção, com efeito, não se destacava pela qualidade. Em *A Dignidade das Letras e Litteraturas Officiaes*,⁴⁰⁷ Antero reafirmou a importância de se elaborar uma nova literatura, mais atenta para as demandas do mundo moderno, ou seja, que não se limitasse ao culto à forma.

Nesse mesmo texto, o escritor se referiu jocosamente aos cabelos brancos de Castilho, o que gerou certa repercussão. Ramalho Ortigão, no opúsculo *A Litteratura de Hoje*,⁴⁰⁸ posicionou-se contra a maneira como Castilho estava sendo tratado pelos jovens detratores. Além disso, colocou em xeque a validade daquele debate. Em função dessa polêmica, Ramalho Ortigão e Antero de Quental acabaram duelando. Camilo Castelo Branco, em *Vaidades Irritadas e Irritantes*,⁴⁰⁹ também se posicionou favoravelmente a Castilho, mas seu texto, diferentemente do escrito do Ramalho, não gerou maiores polêmicas.

As críticas tecidas a Castilho e seus seguidores, confundiam-se com as apreciações negativas direcionadas ao romantismo. É importante mencionar, entretanto, que essas avaliações endereçavam-se à segunda fase do romantismo português, que ficou conhecida

⁴⁰⁴ CASTILHO, António Feliciano de. Carta ao Editor António Maria Pereira. In: CHAGAS, Pinheiro. *Poema da Mocidade*: Anjo do Lar. Lisboa: A. M. Pereira, 1865, p.23.

⁴⁰⁵ QUENTAL, Antero de. *Bom-Senso e Bom-Gosto*: carta ao excelentíssimo senhor Antonio Feliciano de Castilho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865.

⁴⁰⁶ BRAGA, Teófilo. *Theocracias litterarias*: relance sobre o estado actual da litteratura portugueza. Lisboa: Typografia Universal, 1865.

⁴⁰⁷ QUENTAL, Antero de. *A Dignidade das letras e as litteraturas officiaes*. Lisboa: Typografia Universal, 1865.

⁴⁰⁸ ORTIGÃO, Ramalho. *Figuras e questões literárias*. Lisboa: Clássica, 1945.

⁴⁰⁹ BRANCO, Camilo Castelo. *Vaidades irritadas e irritantes*: opusculo acerca d'uns que se dizem ofendidos em sua liberdade de consciencia litteraria. Porto: Em Casa de Viuva Moré, imp, 1866.

como “ultrarromantismo”. Muitos dos estudantes que se diziam favoráveis à criação de uma literatura nova – a exemplo de Antero e, depois, Eça –, tinham sido fortemente impactados pela produção de autores como Almeida Garret e Alexandre Herculano. Esses escritores representavam uma fase “heroica” do romantismo (a primeira fase). Eles escreveram num momento em que a corrente literária guardava maiores afinidades com o processo revolucionário burguês e com as ideias liberais.⁴¹⁰

Em Portugal, alguns desses primeiros representantes da corrente literária, como os dois citados, envolveram-se diretamente com as causas oriundas da Revolução de 1820. Garret e Herculano, por exemplo, mobilizaram-se, além do mais, em torno da ideia de que era necessário pensar culturalmente a sociedade portuguesa; mas foram criticados, posteriormente, por terem se limitado demasiadamente aos problemas tidos como nacionais, produzindo mais estereótipos e idealizações, do que propriamente reflexões. Buscando romper com a tendência aristocrática de valorização da história e da cultura clássica, os primeiros autores do romantismo português acreditavam que

[...] os cânones e os gêneros estéticos evoluíam de acordo com as condições sociais. Assim, se a poesia, nomeadamente em Bocage, passou – dos corrilhos e salões aristocráticos para a praça pública –, o romance e principalmente o teatro (esse espetáculo das multidões) seriam gêneros apropriados à concretização de um projeto cultural que se pretendia mais democratizado.⁴¹¹

Com o passar do tempo, sobretudo a partir do desenvolvimento do romantismo, muitos dos escritores românticos que se seguiram, deixaram de se envolver de forma mais direta com as questões de cunho político ou social, articulando uma nova escrita poética.⁴¹² Essa segunda fase do romantismo foi eclipsada por certo sentimentalismo bucólico, com manifestações estéticas que:

[...] limitar-se-iam a repetir modelos e lugares comuns, numa sociedade liberal em que, passada a fase revolucionária, ser literato acrescentava prestígio, sem se achar incompatível poetar ultra românticamente à noite e de dia ser-se um prosaico funcionário público. De certo modo, o progressismo esteve na moda na década de 1860, só que desta atitude não se pretendia tirar qualquer lição que apontasse para a necessidade de articular os conteúdos humanistas da arte com um projeto global de transformação revolucionária. Pelo contrário, aqueles desempenhavam um imaginário social que só dentro da ordem monárquico-constitucional poderia ir sendo concretizado.⁴¹³

⁴¹⁰ CATROGA, Fernando. Romantismo, literatura e história. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: Volume 5: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, p.546.

⁴¹¹ CATROGA, Fernando. *Romantismo, literatura e história*. ..., p.547.

⁴¹² MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70* ..., p.22.

⁴¹³ CATROGA, Fernando. *Romantismo, literatura e história*. ..., p. 560.

Castilho, um dos principais representantes da segunda fase do romantismo, era amigo do Duque de Saldanha desde 1849 e procurava amalgamar grupos políticos distintos, como “Setembristas” e “Cabralistas”. Ele defendia o ensino pragmático do alfabeto, opondo-se ao que chamava de elucubrações metafísicas, personalizando, assim, o utilitarismo que os regeneradores vislumbravam. O literato preteria os princípios ideológicos em favor de realizações práticas, acreditando que em literatura tudo era moda. Isso explicaria o fato de que ele tenha se predisposto a trabalhar com os mais diferentes estilos, talvez com a pretensão de sobreviver a todos eles. Nesse sentido, vale ressaltar que:

Nas décadas de 40 e 50 muitos dos jovens escritores tinham acreditado na decadência da literatura. Rebelo da Silva achava que nas letras a ‘revolução estava feita’, por Garret e Herculano, e que o que restava às gerações modernas era cuidar da língua de ‘Filinto e de Bocage’. Era o equivalente literário do ordeirismo regenerador, que achava que a revolução estava feita com a igualdade política e que agora se tratava apenas de construir estradas e caminhos de ferro.⁴¹⁴

Com efeito, o grupo de literatos que se rebelou contra Castilho destacou a necessidade de se formular outro tipo de produção literária, menos sensível à questão formal (no seu sentido mais estrito) e mais dedicada a uma formação reflexiva. Era preciso, de acordo com esses escritores, romper com a literatura ultrarromântica, que seria limitada, conformada e conformista.

Inicialmente, esses jovens, que propunham uma nova forma de pensar e criar artística e literariamente, procuravam reabilitar a tendência do chamado primeiro romantismo português. Foram claramente influenciados principalmente por Alexandre Herculano. No entanto, com o passar do tempo, eles iriam se associar, pelo menos parcialmente, a uma nova referência literária e estética: o realismo. Repensar a sociedade portuguesa, discutindo o seu lugar junto a Europa “moderna”, seria um esforço que deveria se fazer também por meio de uma atualização cultural, que só se realizaria através da problematização da literatura nacional frente ao debate que ultrapassava as fronteiras ibéricas. O romantismo em suas diferentes modalidades, aos poucos, figurava como ultrapassado.⁴¹⁵

Embora considere a tendência fusionista de Castilho e seus apadrinhados, Rui Ramos evidencia que o escritor nem sempre esteve em conflito com os propositores de uma “literatura nova”. Ele era amigo da família do Antero e, até então, mantinha boas relações com alguns dos estudantes que o criticaram. Além disso, seria possível discutir a noção de

⁴¹⁴ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p.488.

⁴¹⁵ MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70* ..., p.27-28.

literatura de “elogio mútuo”. Para Ramos, os textos de Antero e seus companheiros eram tão herméticos e autorreferentes como os dos ultrarromânticos.⁴¹⁶ Os que se arvoravam como formuladores de uma nova literatura endereçavam suas produções literárias aos seus pares, buscando, muitas vezes, mais a legitimação do que propriamente a ruptura com uma proposta socialmente elitizada e esteticamente limitada. Nesse sentido, pode-se dizer que havia uma ligação entre a “geração nova”, defensora de uma literatura de ideias, e a “teocracia do fontismo literário”, que advogava a favor de uma literatura de estilo, a saber: a incomunicabilidade de ambas as propostas. Em função de uma literatura pouco prestigiada, ou pelo menos que não era necessariamente lida por um grande público, o elogio mútuo era uma prática comum e essencial para o reconhecimento dos escritores e sobrevivência do mundo das letras. Não se limitava aos românticos, naquele contexto, dominantes no “campo literário”.⁴¹⁷

É preciso lembrar, ainda, que os estudantes que se indispuseram com Castilho pertenciam aos mesmos estratos e círculos sociais que o professor. Eles eram filhos de proprietários rurais, altos funcionários públicos, integrando famílias que tinham um lugar de distinção naquela sociedade. Seus pais já tinham frequentado a Universidade e seus avós tinham provado a limpeza de sangue e a vida honrada na leitura de bacharéis.⁴¹⁸ Por esse motivo, vale questionar: até que ponto eles estavam fundamentalmente preocupados em construir uma literatura que representasse uma transgressão cultural e social? A mobilização desses estudantes não estaria relacionada também com as suas aspirações? Quais as relações entre tais pretensões e os horizontes vislumbrados após o advento do liberalismo? Não há dúvida de que a proposta estética-intelectual levada a cabo por Antero e seus seguidores marcou uma distinção importante para a história das letras e mesmo para as formas de se pensar a sociedade portuguesa, entretanto, é preciso não reproduzir o discurso de autolegitimação que esses escritores elaboraram. Mais do isso: é interessante problematizar os conflitos entre os dois grupos, pensando nos seus possíveis significados frente às transformações sociais imprimidas a partir da consolidação do estado liberal.

Contestar um “pontífice das letras” como Castilho, ou mesmo a instituição coimbrã por ele representada, era uma forma de buscar se firmar junto ao “campo literário”, galgando os capitais simbólicos e sociais importantes para fazer parte do *staff* político e intelectual da

⁴¹⁶ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p.487.

⁴¹⁷ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p.489-490.

⁴¹⁸ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p. 491.

época. Como bem destacou Rui Ramos, o liberalismo foi entendido como a “cultura política do século”, o destino em que “fatalmente deveriam chegar todas as sociedades modernas e civilizadas”.⁴¹⁹ Principalmente na segunda metade dos oitocentos, essa noção havia se tornado razoavelmente consensual. Bastava definir, entretanto, qual seria o caminho para se atingir esse fim necessário. Conforme discutido no primeiro capítulo, a monarquia constitucional se estruturou por meio da premissa de que era necessário criar uma “comunidade cívica”, composta por homens letrados, proprietários e com a capacidade de atuar politicamente. Para a formação dessa comunidade, o escritor (ou o intelectual) teria um papel fundamental. Caberia a ele representar e dar voz aos interesses públicos, ocupando um lugar especial junto ao corpo do estado cívico almejado.⁴²⁰

Por essa razão, o processo de contestação à ordem vigente, iniciado na Universidade de Coimbra e, depois, em parte, reiterado por meio de outros eventos (que serão discutidos mais à frente), pode ser relacionado com as disputas pela condução de uma atividade crucial para o liberalismo: a formação daqueles que poderiam ser incluídos nessa nova sociedade. Na ausência de uma preparação adequada para transformação social em curso, era preciso providenciar uma “autêntica” educação liberal. Os debates estético-literários que estão na base da “geração de 1870”, nesse sentido, não podem ser desvinculados dos projetos políticos em gestação. Isso significa reconhecer que a contraposição ao ultrarromantismo, encarnado por Castilho e seus seguidores, era, a um só tempo, a construção de uma nova sensibilidade estética, a busca pela afirmação junto à cena literária da época e a disputa pela condução dos processos de mediação e formação cultural, indispensáveis para a estruturação/manutenção do regime. Conforme afirmou Fernando Catroga, a “geração nova” reconhecia nas artes e nas letras um caráter explicitamente militante.

Cabera ao intelectual e particularmente ao poeta – pensavam nesta altura –, a missão profética de tornar visível a opacidade, para os não eleitos, do sentido da história, a fim de lhes anunciar a proximidade da realização da ‘ideia nova’, isto é, a eminente entrada na libertação no reino de todas as opressões (políticas, econômicas, religiosas). A degenerância romântica, ao contrário, [...], ter-se ia transformado num fontismo literário. Como se vê, prosseguiam com um objetivo mais radical e totalizante: o escritor tinha por missão semear a ‘seara nova’, a fim de educar os educadores, de elevar a cultura a instrumento reformador da sociedade.⁴²¹

⁴¹⁹ RAMOS, Rui. *Os últimos anos do Estado Liberal (1890-1908)*. ..., p.102.

⁴²⁰ RAMOS, Rui. *Os últimos anos do Estado Liberal (1890-1908)*. ..., p.102.

⁴²¹ CATROGA, Fernando. Os caminhos polémicos da geração nova. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, p.569.

Alcançar o propósito de conquistar um lugar de destaque nas letras e no cenário político implicava a busca pelo reconhecimento, por seu turno, construído, dentre outras maneiras, por uma autopromoção. Nesse sentido, a “questão coimbrã”, bem como a própria experiência da “geração nova”, na universidade e para além dela, foi alvo de um processo de mitificação iniciado pelos próprios integrantes da geração, depois desdobrado por amigos, simpatizantes e seguidores (estes, atestando a importância do grupo e o sucesso de sua estratégia). No que tange ao contexto oitocentista, Eça de Queiroz foi um dos mais destacados agentes de tal operação. Coimbra foi um dos cenários mais importantes de sua obra ficcional, sendo alvo de suas críticas e *odes* também em textos de cunho memorialístico.

Em *O Francesismo*, artigo provavelmente escrito no final dos anos 1880⁴²² e publicado postumamente em 1912, Eça tratou do seu ingresso na Universidade e do seu cotidiano na instituição. Como o próprio título enuncia, o objetivo principal era discutir a influência francesa na sociedade portuguesa. O autor explicita que, desde os primeiros anos de sua educação, as referências francesas e o idioma francês estavam presentes, e, sendo assim, era de se esperar que os exames para o ingresso na Universidade tivessem como uma das principais exigências o domínio do referido idioma. Aprovado na seleção e já em Coimbra, Eça se recorda:

[...] apenas entrei na Universidade, fui abrindo o meu rego de bacharel através de livros franceses. Direito natural, Direito público, Direito internacional, todos os Direitos, ou em compêndios, ou em expositores, eram franceses, ou compilados abertamente do francês, ou secretamente surrupiados do francês. [...] Algumas lições eram dadas em francês, por lentes preclaros, carregados de condecorações, que pronunciavam *il faut – ile faúte*. Aquele corpo docente nunca tivera bastante atividade intelectual para fazer os seus compêndios. E todavia Coimbra fervilhava de lentes, que decerto tinham ócios.⁴²³

De acordo com a tessitura acima, a Universidade contava com professores copistas e tudo que se fazia era a memorização de conteúdos importados. Não havia produção original. Uma realidade que, segundo Eça, não se circunscrevia ao corpo docente, mas também aos “sebenteiros”, isto é, aqueles universitários que se limitavam a estudar pelos papéis,

⁴²² Não se sabe exatamente qual era a finalidade editorial do texto, contudo, conforme destacou Irene Fialho, as características do escrito atestam que ele se destinava à publicação em algum periódico. Guerra da Cal analisou e descreveu o autógrafo, de 35 folhas, com marca d’água de 1886. Sobre essas e outras informações sobre o texto, ver: FIALHO, Irene. Introdução. In: *Almanaques e outros dispersos*. Edição: Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Vária), p. 47-50.

⁴²³ O texto *O Francesismo* foi publicado pela primeira vez no livro *Ultimas páginas*, de 1912, e posteriormente tornou-se público novamente por meio de uma nova edição: *Obras de Eça de Queiroz – cartas e outros escritos*, Livros do Brasil, de 2001. A versão citada nesta tese é proveniente da edição crítica coordenada pelo Dr. Carlos Reis. QUEIROZ, Eça de. *O Francesismo*. In: *Almanaques e outros dispersos*. Edição: Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Vária), p.151.

originalmente manuscritos, produzidos pelos próprios alunos, que continham um resumo das lições proferidas nas aulas e que passavam entre gerações, as chamadas sebatas. O autor afirma que ao perceber que “aquele método de decorar todas as noites, à luz do azeite, um papel litografado que se chama seбата”, não poderia lhe ajudar a “distinguir, juridicamente, o justo ou injusto”, decidiu aproveitar “os anos moços para se relacionar com o mundo”.⁴²⁴ Em outro texto, esse publicado em 1896, como uma homenagem ao amigo falecido, Antero de Quental, Eça afirmou que a Universidade, que deveria ser para os estudantes uma mãe criadora, era para ele e seus companheiros uma “madrasta amarga, carrancuda, rabugenta”, de quem qualquer “espírito digno desejava se libertar”.⁴²⁵ Assim, para o escritor,

No meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude – a de permanente rebelião. Com efeito, em quatro anos, fizemos se bem me recordo, três revoluções, com todos os seus lances clássicos, Manifestos ao País, pedradas e vozearias, uma pistola ferrugenta debaixo de cada capa, e as imagens dos reitores queimadas entre danças selváticas. A Universidade era com efeito uma grande escola de revolução: – e pela experiência da sua tirania aprendíamos a detestar todos os tiranos, a irmanar com todos os escravos.⁴²⁶

Se a universidade, na avaliação do arguto crítico, não fornecia uma formação científica adequada, era ao menos *lócus* para o desenvolvimento de uma atitude de transgressão. Essa postura, por sua vez, seria um impulso para que fosse formulado exatamente aquilo que, em tese, a instituição de ensino lhes teria negado: a articulação de uma formação intelectual/moral, necessária para uma ação de crítica e intervenção na realidade. Seria uma aprendizagem negativa forjada pela própria experiência vivida. É claro que não se pode levar ao pé da letra a visão por vezes estereotipada que Eça construiu sobre os seus professores e, além disso, vale reforçar que a Universidade de Coimbra não se limita ao que os professores e as instâncias oficiais de formação ofereciam na ocasião. Considere-se, de outra maneira, o complexo processo de aprendizagem que envolve: a sociabilidade estudantil, os ensinamentos intramuros (que não eram inexistentes e tampouco tão desprezíveis conforme a caricaturização eciana) e extramuros, além da própria reivindicação por autonomia intelectual e política. Coimbra representa de uma maneira ou de outra, uma etapa importante na formação de Eça de Queiroz e sua geração.

⁴²⁴ QUEIROZ, Eça de *O Francesismo*. ..., p.152.

⁴²⁵ A primeira publicação do texto foi em *Anthero de Quental – In Memoriam*, editado por Mathieu Lugan, em 1896. Foi publicado novamente por meio da edição: *Notas Contemporâneas*, de Lello & Irmão, em 1909, livro reeditado em 1970 na coleção *Livros do Brasil*. A versão citada nesta tese refere-se: QUEIROZ, Eça de. Um gênio que era um santo. In: *Almanaques e outros dispersos*. Edição: Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Vária), p. 293.

⁴²⁶ QUEIROZ, Eça de. *Um gênio que era um santo*. ..., p.293.

Não por acaso, os efeitos retóricos da enunciação eciana acabam por enaltecer as ações rememoradas, criando um sentido valorativo para o grupo que, seccionalmente, deu origem à “geração de 1870”. Além disso, Eça reivindica a sua participação nos feitos ditos “revolucionários”. Mas é importante salientar que o romancista não se envolveu diretamente nos principais debates e movimentos da Universidade de Coimbra de seu tempo. Eça chegou a assinar o *Manifesto dos Estudantes*, organizado pela *Sociedade do Raio*, mas não participou efetivamente da agremiação.⁴²⁷ Aliás, ele não atuou de forma significativa nas movimentações acadêmicas entre os anos de 1861 e 1863 e também não participou dos debates relacionados à “questão coimbrã”.

José Maria Eça de Queiroz foi admitido na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no dia 14 de Outubro de 1861, apresentando a certidão de idade e dos exames de: “Instrução Primária, Traducção de Francez, Latinidade, Filosofia Racional e Moral, Oratoria, Historia, Geometria, e Introducção á Historia Natural dos Tres Reinos”.⁴²⁸ Nos primeiros anos, fez poucos amigos na Universidade. Durante esse período, ele morou com um lente, íntimo de sua família, o que, provavelmente, dificultava a participação em alguns eventos da vida acadêmica, principalmente aqueles ligados à boêmia.⁴²⁹

Enquanto os estudantes que seguiam Antero alarmavam Coimbra, Eça recolhia à casa, ao toque da cabra, para tomar as refeições junto da família Dória. Passava os dias a ler. Tal como Arthur Corvelo, de *A Capital*, devorou, numa sofreguidão confusa, Balzac, Nerval, Hugo, Proudhon e Heine. Depois das aulas, as margens de Coimbra eram substituídas pelo Reno, com os seus castelos heroicos, pelo Oriente, com as suas cidades eriçadas de minaretes, e pela Índia, com as suas neblinas sagradas. Durante os primeiros anos, Eça não fez um único amigo.⁴³⁰

Basicamente, Eça socializava-se com alguns poucos rapazes que havia conhecido no Porto, sobretudo os descendentes da família Resende.⁴³¹ Foi também nessa época que o jovem aspirante a bacharel se dedicou às artes cênicas. Ele ingressou no *Teatro Acadêmico*, talvez como uma forma de ampliar o seu círculo de convivência. Sobre sua atuação no teatro, o autor salientou.

Durante três anos, como pai nobre, ora grave, opulento, de suíças grisalhas, ora aldeão trêmulo, apoiado ao meu cajado, eu representei entre as palmas ardentes dos Acadêmicos, toda a sorte de papeis de comédias, de dramas –

⁴²⁷ NOVA, Antônio. *A Sociedade do Raio na Coimbra Acadêmica de 1861-1863*. ..., p. 299.

⁴²⁸ AU – *Livro de Actos e Graus*: IV-1ºD-2-5-24.

⁴²⁹ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. 5.ed. Lisboa: QUETZAL, 2009, p.35.

⁴³⁰ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. ...,p. 34-35.

⁴³¹ Trata-se de uma das mais tradicionais famílias da aristocracia, residente, à época, no Porto. Eça estreitou relações especialmente com Luís de Resende (1844-1876) e Manuel de Resende (1845-1907). Este se tornou o 6º Conde de Resende e foi cunhado de Eça de Queiroz; aquele, faleceu antes do enlace matrimonial.

tudo traduzido do francês. Um dia porém Teófilo Braga, farto da França, escreveu um drama, conciso e violento, que se chamava *Garção*. [...] Eu representei o Garção, com calções e cabeleira, e fui sublime; mas o Garção foi acolhido com indiferença e segura.⁴³²

Ao que tudo indica, Eça foi um estudante que obteve resultados satisfatórios, segundo os critérios da instituição. Cumpriu o curso no tempo regular e, embora tenha afirmado, que não valeria a pena se dedicar ao curso de direito, foi aprovado no exame final, no dia 22 de Junho de 1866, com *nemine discrepante* e não apenas *simpliciter*, conforme consta no registro do *Livro de Exames*.⁴³³ A faculdade cursada por Eça é basicamente aquela que surgiu a partir da unificação (das antigas Faculdades de Leis e Cânones, como se viu) desenvolvida nos anos 1830, durante o governo Setembrista. Em termos curriculares, a Faculdade de Direito, seguindo diretrizes oriundas das “Luzes”, passou a dar maior ênfase ao direito Pátrio, em detrimento do direito canônico e do direito romano.⁴³⁴

Os três últimos anos do curso passaram a ser dedicados ao direito pátrio, com disciplinas de *Direito Público*, *Direito Civil* (com duas cadeiras), bem como *Direito Comercial e Direito Criminal*. Além disso, vale ressaltar a inclusão dos estudos de *Economia Política* e da obrigatoriedade da cadeira de *Medicina Legal*. Fora essa formação, articulada principalmente nos anos 1830, houve a introdução da cadeira de *Enciclopédia Jurídica*, em 1855, ministrada no primeiro ano, com um caráter introdutório, seguindo certa tendência europeia de dar aos bacharéis uma orientação preliminar sobre os estudos do direito.⁴³⁵ Outras reformas mais significativas da faculdade só se desenvolveram em 1865 e não foram vivenciadas por Eça.

O escritor nos deixou poucas pistas sobre o seu cotidiano acadêmico formal. Ele preferiu, isto sim, tratar da boêmia que viveu principalmente nos dois últimos anos de curso, bem como do aprendizado intelectual que obteve junto aos companheiros de Universidade, em sua maioria, dissidentes e descontentes com a educação que recebiam na instituição. Sujeitos que se preocupavam também com o que chamavam, sem grande precisão naquele momento, de a degeneração da pátria. Se a Universidade não lhes ensinava (avaliação controversa, como se destacou), a ambiência de Coimbra, sim. Essa compreensão pode ter se

⁴³² QUEIROZ, Eça de. *O Francesismo*. ...,p.152.

⁴³³ AU – *Livro de Exames*: IV-1ºD-3-4-38.

⁴³⁴ MARCOS, Rui de Figueiredo. *Eça de Queirós, a Europa e a Faculdade de Direito de Coimbra no século XIX*. ..., p. 34.

⁴³⁵ Sobre as transformações operadas no currículo da Faculdade de Direito, especialmente no período em que Eça frequentou a instituição: RODRIGUES, Manuel (dir.). *Memoria Professorvm Vniversitatis Conimbrigensis 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, vol. II, p. 138.

constituído porque efetivamente a formação coimbrã tinha as suas falhas. Por outro lado, está relacionada com a desqualificação do processo educativo. Se ele era ruim, seria preciso construir outro, como se afirmou anteriormente. A tendência em detratar a Universidade está conectada à sensibilidade política em gestação: pautada pela busca de uma alternativa ao modelo regeneracional da monarquia liberal. As vivências estudantis, à margem das salas de aula e dos estudos colocados pela instituição, conformariam o verdadeiro aprendizado. Conforme destacou o escritor:

Coimbra vivia então numa grande atividade, ou antes num grande tumulto mental. Pelos caminhos de ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França) torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários... Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo tornado profeta e justiceiro dos reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como o universo; e Poe, e Heine, e creio já que Darwin, e quantos outros! Naquela geração nervosa, sensível e pálida como a de Musset (por ter sido talvez como essa concebida durante as guerras civis) todas estas maravilhas caíam à maneira de achas numa fogueira, fazendo uma vasta crepitação e uma vasta fumaraça! E ao mesmo tempo nos chegavam, por cima dos Pirinéus moralmente arrasados, largos entusiasmos europeus que logo adoptávamos como nossos e próprios: o culto a Garibaldi e da Itália redimida, a violenta paixão da Polónia retalhada, o amor à Irlanda, a verde Erin, a esmeralda céltica, mãe dos santos e dos bárbaros, pisada pelo Saxónio!⁴³⁶

Eça destacou que em função desse diálogo intenso travado com as mais diversas referências, havia entre os estudantes “todas as teorias e todas as seitas: havia republicanos bárbaros e republicanos poéticos; havia místicos que praticavam as églogas de Virgílio, havia materialistas sentimentais e melancólicos”.⁴³⁷ Essa profusão de debates conformava um impreciso desejo de mudança e de contestação. Um posicionamento crítico em relação à realidade em que viviam, clarificado anos depois, em Lisboa, como será discutido.

Antes disso, vale considerar que a avaliação negativa em relação à Universidade, seu ensino e a estrutura de poder a que a instituição se ligava, era edificada a partir do contato e da grande importância conferida a autores e obras estrangeiras. Formatava-se uma comparação que se colocava como inevitável, ou melhor, necessária. Essa avaliação só era possível exatamente porque Portugal se aproximava das ideias e debates da Europa de além-

⁴³⁶ QUEIROZ, Eça de. *Um Gênio que era um Santo*. ..., p.289.

⁴³⁷ Carta publicada pela primeira vez na *Gazeta de Portugal*, em 03 de Novembro de 1867. O documento compôs a edição de *Prosas Bárbaras*, de 1903. A versão citada provém da coletânea: QUEIROZ, Eça de. Uma carta a Carlos Mayer. In: *Eça de Queirós correspondência: Organização e Notas*: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, vol.1, p. 34.

Pirineus, e não porque seguisse isolado. Tal aproximação, com efeito, só foi possível em função do desenvolvimento material e do projeto político da Regeneração, que Eça e seu grupo se empenhavam em detratar. Afinal, foi por meio dos “caminhos de ferro”, como reconheceu o próprio Eça, que esse mundo de novidades chegou até os então jovens estudantes das terras banhadas pelo Mondego.

Mas para Eça e boa parte daquela juventude, a conexão com essas novas ideias representava inequivocamente o atraso inerente à sociedade de que faziam parte. E a Universidade de Coimbra seria uma espécie de responsável ou corresponsável por essa condição. Seja como for, Eça de Queiroz reconhecia que os tempos da Universidade, a despeito da instituição, tinham sido momentos de grande relevância, quer pela experiência crítica adquirida, quer pela “serena amizade incorruptível, o fecundo amor do dever, e a ingenuidade risonha de tudo o que desperta”.⁴³⁸

O contraste entre a formação oficial e os belos anos de chalaça estudantil consolidou-se na construção das narrativas sobre os tempos de Coimbra. Na verdade, com o passar do tempo, esse esforço de (re) construção tendeu a intensificar a idealização dos feitos juvenis, na mesma proporção que se ampliaram as críticas direcionadas à caduquice da Universidade. Mesmo que fossem reconhecidos certa imaturidade e diletantismo desses tempos – como, de fato, Eça procurou depois fazer –, predomina a posituação da experiência e a negatuação do ensino. Em 1867, um ano após sua formatura, Eça escreveu uma carta ao amigo Carlos Mayer (1846-1910), de que já se citaram dois trechos, destacando “aqueles tempos” de Coimbra, quando, “segundo a fórmula do evangelho”, o romantismo teria composto “as almas” daqueles estudantes que faziam orações “diante do busto de Shakespeare”.⁴³⁹ Esse saudosismo retrospectivo e flagrantemente idealizador se manifestou de forma mais depurada, naquele que foi possivelmente o escrito mais significativo de Eça de Queiroz sobre Coimbra. Trata-se da já citada homenagem que o escritor dedicou a Antero de Quental, em 1896. O autor inicia o texto narrando o seu encontro com Antero:

Em Coimbra, uma noite, noite macia de Abril ou Maio, atravessando lentamente com as minhas sebatas na algibeira o Largo da Freira, avistei sobre as escadarias da Sé Nova, romanticamente batidas pela lua, que nesses tempos ainda era romântica, um homem, de pé, que improvisava. A sua face, a grenha densa e loira com lampejos fulvos, a barba dum ruivo mais escuro, frisada e aguda à maneira siríaca, reluziam, aureoladas. O braço inspirado mergulhava nas alturas como para as revolver. A capa, apenas presa por uma

⁴³⁸ QUEIROZ, Eça de. *Uma carta a Carlos Mayer*. ..., p.34-35.

⁴³⁹ QUEIROZ, Eça de. *Uma carta a Carlos Mayer*. ..., p.31.

ponta, rojava por trás, largamente, negra nas lajes brancas, em pregas de imagem. E, sentados nos degraus da Igreja, outros homens, embuçados, sombras imóveis sobre as cantarias claras, escutavam, em silêncio e enlevo, como discípulos.⁴⁴⁰

O trecho da narrativa apresenta, por um lado, uma descrição romantizada sobre a figura de Antero de Quental e sobre a situação do encontro; por outro, salienta uma dicotomia: a passividade dos ouvintes e o protagonismo do orador. A hierarquia construída procura destacar a figura do Antero, mas também exaltar uma das origens da “geração de 1870”. Enaltece-se, por meio do homenageado, certa postura formativa que se acreditava ter sido exercida pela própria experiência estudantil em Coimbra. A narrativa procura conferir um sentido para essa vivência com o intuito de se colocar em destaque as possíveis origens da ação intelectual e política que a “geração de 1870” procurou gestar. Refere-se a uma operação de construção de significado para a trajetória do grupo, com o intuito de promover os seus objetivos. Esse último ponto fica mais evidente na continuidade da narração, em que é possível perceber outra camada, para além da homenagem afetiva dedicada ao amigo, isto é: a entronização da ciência, da razão e da atividade intelectual do grupo coimbrão, pensadas a partir de Antero. Eça afirma que, na ocasião do encontro com este, junto à Sé Nova, parou

[...] seduzido, com a impressão que não era aquele um repentista picaresco ou amavioso, como os vates do antiquíssimo século XVIII – mas um Bardo, um Bardo dos tempos novos, despertando almas, anunciando verdades. O homem com efeito cantava o Céu, o Infinito, os mundos que rolam carregados de humanidades, a luz suprema habitada pela ideia pura [...] Deslumbrado, toquei o cotovelo dum camarada, que murmurou por entre os lábios abertos de gosto e pasmo: – É o Antero! ... Deus conversava com Garrett. Depois, se bem me lembro, conversava com Platão e com Marco Aurélio. Todo o céu era uma radiante Academia. Os Santos mais ilustres, os Agostinhos, os Ambrósios, os Jerónimos, permaneciam fora, pelos pátios divinos, sumidos numa névoa subalterna, como plebe imprópria a penetrar no concílio dos Filósofos e dos Poetas. Mas o escravo Epicteto aparecia, ainda coberto das cicatrizes do látigo e dos ferros – e Deus estendia ao escravo Epicteto a sua vasta mão direita, donde se esfarelada o barro com que ele fabrica os astros...⁴⁴¹

A contemplação dirigida a Antero é, antes de tudo, um culto à atitude que ele representava ou que lhe era imputada. Trata-se de uma *ode* a um processo de formação que a própria “geração de 1870”, na hipotética ausência de um ensino com o mínimo de qualidade, teria se oportunizado. E ao atribuir a Antero esse penhor educativo, delinea-se a ambição de formar os novos formadores, na sociedade lusitana oitocentista. A idealização das experiências coimbrãs caminha com a construção de um sentido para a trajetória da “geração

⁴⁴⁰ QUEIROZ, Eça de. *Um gênio que era um santo*. ..., p.285.

⁴⁴¹ QUEIROZ, Eça de. *Um gênio que era um santo*..., p. 285-286.

de 1870”, assim como para a realidade em que se pretendia atuar, intelectualmente e politicamente falando. E se o céu era uma grande Academia, filósofos e poetas eram santos de primeira grandeza. Esses “santos”, representados por Antero, estariam então prontos para conversarem com Deus, num processo divino e extasiante de criação. Para encerrar a citação parcialmente apresentada acima, Eça coloca a si próprio como discípulo de Antero, ou melhor, do *ethos* materializado nesse sujeito.

Então, perante este céu onde os escravos eram mais gloriosamente acolhidos que os doutores, destracei a capa, também me sentei num degrau, quase aos pés de Antero que improvisava, a escutar, num enlevo, como um discípulo. E para sempre assim me conservei pela vida.⁴⁴²

Essa homenagem eciana feita para Antero de Quental pode ser, portanto, interpretada como uma forma de (re) construir a origem, ou uma origem possível para a “geração de 1870”. Adicionalmente: a efeméride foi a maneira que o escritor encontrou de se incluir no movimento intelectual, literário e estudantil de que não havia participado tão intensamente. Nesse sentido, Eça de Queiroz procurou, por meio da figura emblemática do poeta homenageado, criar uma Coimbra encantada: aquela em que viveu, mas também a que desejou ter vivido. Além do mais, o autor buscou consagrar o movimento desferido em Coimbra. Essa elaboração retrospectiva começou a se dar principalmente quando parte dos contemporâneos dos tempos de Universidade se reencontrou em um contexto em que se fixaram algumas das pretensões em relação a uma possível atuação junto à sociedade portuguesa. A “questão coimbrã”, e mesmo a experiência mais alargada da Universidade conformavam-se como um importante marco simbólico de rebeldia, recorrentemente apropriado como uma forma de orientação para a geração de escritores que passou a traçar uma meta – a construção de uma alternativa à alegada letargia derivada da monarquia constitucional e do seu projeto regenerador. Essa elaboração se clarificará no início dos anos 1870. Mas, antes disso, Eça e seus amigos ainda viveram algumas descobertas, dessa vez em Lisboa.

2.2. “A alma encantadora das ruas”: o *Cenáculo Literário* e a boemia dos anos 1860

Principalmente no final dos anos 1860, os envolvidos na questão coimbrã juntaram-se a outros sujeitos, ex-estudantes de Coimbra ou não. Reuniam-se, inicialmente, Eça de

⁴⁴² QUEIROZ, Eça de. *Um gênio que era um santo...*, p. 286-287.

Queiroz, Salomão Saragga (1842-1900) e Batalha Reis, na casa deste, que se localizava no primeiro andar do número nº19, da então travessa do Guarda-Mor, no Bairro Alto. Os três criaram o *Cenáculo Literário de Lisboa*, que, algum tempo depois, contou com a participação de outros membros. Era um grupo que transitava entre a boemia de estudante e as responsabilidades/compromissos da vida adulta. Nesse meio tempo, muitos – como o próprio Eça de Queiroz – estavam descobrindo os prazeres e as agruras da vida na capital.

O grupo se reunia não apenas na casa de Batalha Reis, mas também em alguns restaurantes e tascas da cidade, onde se procurava discutir sobre a necessidade de se superar ou reformar o romantismo, além de se debater sobre temas diversos, tais como a metafísica, o positivismo, a situação política do país e os caminhos para a revolução. Batalha Reis, ao recordar esse momento, afirmou que a juventude naquele contexto se dividia em duas tendências: uma, mais “pragmática”, formada por estudantes que desde os dezoito anos queriam ser políticos, ter um partido, almejando se tornarem oradores; e outra, “idealista”, composta por jovens mais claramente influenciados pelo legado das revoluções de 1789 e 1848, que promoviam discussões visando a uma transformação social, ainda que limitada ao plano retórico.⁴⁴³ Todavia, as discussões tecidas eram muitas vezes secundarizadas pelas farras e bebedeiras.

Batalha Reis recordou-se, num texto em que trata da sua convivência com Eça de Queiroz, sobre duas ocasiões em que boemia, literatura e lirismo se imiscuíram. Primeiramente, lembra-se de uma noite de verão, em 1867 ou 1868, quando, depois de cear, Eça de Queiroz, Salomão Saragga e ele próprio, Batalha Reis, foram passeando e conversando, até Belém. Teriam chegado à “Praia da Torre” às duas da madrugada, quando entraram em um barco, onde permaneceram a debater até o raiar do dia. Segundo o relato, eles teriam desembarcado e seguido para Belém com muita fome. Já em terra constataram, porém, que não tinham dinheiro suficiente para pagar um almoço. Nesse momento Batalha Reis relembra que Eça de Queiroz teve a ideia de ir até a casa de Lourenço Malheiro, a fim de pedir-lhe o dinheiro que pudesse garantir a refeição. Tal solicitação teria se realizado com os seguintes dizeres:

– Menino – contou o Eça de Queiroz – estamos esfomeados após muitas horas de incalculável criação romântica. Juramos não morrer antes de produzir três obras de gênio. Dá-nos entretanto dinheiro para almoçar. Mas olha lá... Comunicamos toda a noite, espectralmente, no Restelo, com as

⁴⁴³ REIS, Jayme Batalha. Anos de Lisboa (algumas lembranças). In: *Antero de Quental In Memoriam*. Porto: Mathieu Lukan, 1896, p.452.

armadas portuguesas que dali foram ao descobrimento da Índia e do Brasil: dá-nos pois dinheiros antigos e sugestivos – sequins, dobrões, florins, ducados, escudos, peças, ou, quando menos, pintos...⁴⁴⁴

Depois de conseguir o dinheiro, os três amigos foram almoçar e em meio aos novos debates, produziram os seguintes versos:

Declamador tremebundo
Tirano atroz, por bondade,
Deu-nos, matando meio mundo,
Robespierre, a liberdade.

Maior que a lenda e a retórica,
– Ao ver-nos, aos três, famintos –
Com mão magnífica, e histórica,
Malheiro deu-nos três pintos.⁴⁴⁵

O autor das memórias recorda-se de outra ocasião, em sua casa – onde Eça de Queiroz estava dormindo –, quando apareceram Luís e Manuel de Resende. Os quatro foram jantar no *José Manuel*, um restaurante localizado no Cais do Sodré, famoso à época e com preço fixo, onde, depois de se fartarem de comer, procurou-se demonstrar o:

[...] vasto ridículo do *Romantismo*; descreveu-se, discutiu-se e aprovou-se o Realismo na arte; fez-se a apologia, violenta e clamorosa, da frieza, da impossibilidade, da serenidade crítica, da correção nas ideias, nas maneiras, no estilo, na *toilette* – a apoteose de todas as correções. Terminamos, depois da meia noite, abraçando efusivamente o velho Andrews – o inglês que tinha uma lenda misteriosa, e ali jantou, durante anos, despejando por noite, em silêncio, com método, lentidão e continuidade, três garrafas de vinho do Porto.⁴⁴⁶

Essa primeira fase de boemia, chalaça e lirismo, correspondeu à elaboração de uma crítica superficial e de uma ideia de romantismo não menos ligeira. Além disso, vale salientar que o *Cenáculo* foi sendo composto por aristocratas que não tinham muito que fazer e por outros sujeitos que guardavam vagas ambições artísticas. Entregavam-se às andanças por Lisboa, às farras, às jantaradas e às noitadas. Nesse processo intenso de sociabilidade, o grupo foi se alargando, aos poucos, com a participação do já citado Luís de Resende, mas, também, de Antero de Quental, Augusto de Oliveira Machado (1845-1924), Carlos Mayer, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins e, mais esporadicamente, Ramalho Ortigão. Como salientou Filomena Mônica:

A literatura só ocasionalmente os ocupava. Por um dia lindíssimo, de céu azul, Antero e Machado arrancaram Batalha Reis da cama, dizendo-lhe ser

⁴⁴⁴ REIS, Jayme Batalha. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *Prosas Bárbaras*. Porto: Livraria Chardron Lello & Irmão, 1905, p. XLIV.

⁴⁴⁵ REIS, Jayme Batalha. *Introdução*. ..., p. XLV.

⁴⁴⁶ REIS, Jayme Batalha. *Introdução*. ..., p. XLVIII.

urgente darem um grande passeio, a fim de discutirem a revolução ibérica. Batalha Reis aceitou, de pronto, à primeira solicitação, declarando que, quanto à segunda, talvez fosse melhor pensarem. Entre sorrisos, Antero respondeu ser sempre bom pensar. Após o que partiram, descontraídos e felizes, para o Jardim da Estrela, onde se puseram a conspirar. Antero e Machado envolveram-se numa polémica sobre a metafísica e o positivismo, o que os afastou das preocupações ibéricas. Dentro em pouco, já ninguém se lembrava do que ali os trouxera.⁴⁴⁷

Embora Antero tenha participado das já rotineiras farras do *Cenáculo*, é importante evidenciar que sua chegada representou uma relativa mudança nas reuniões do grupo. Sendo uma importante referência para muitos dos estudantes ou ex-estudantes ali agremiados, o poeta procurou imprimir um ritmo de discussão. Não bastavam as improvisações frutos dos devaneios boêmios. A partir de então, o grupo passou a ler, com maior disciplina, autores como Émile Littré (1801-1881), Georg Hegel (1770-1831), Joseph Ernest Renan (1823-1892) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).⁴⁴⁸ Os estudos desses e outros autores geraram debates e, por vezes, divergências. Enquanto Antero defendia a necessidade de se pensar numa nova filosofia, numa renovada forma de governo e na transformação da sociedade, Eça começou a desdenhar a forma romântica, afirmando ser Gustave Flaubert (1821-1880) o primeiro grande escritor e *Madame Bovary*, o primeiro livro.⁴⁴⁹ Eça flertava com o realismo e se afirmava positivista; Antero, por sua vez, defendia a importância da metafísica.⁴⁵⁰

Os companheiros de cenáculo, porém, só articularam uma crítica mais sistematizada em relação à situação do país a partir das *Conferências do Casino*. Até esse evento, embora a boemia e o lirismo, sem grandes propósitos, começassem a minguar, predominou um misto de inquietação e diletantismo. Frente ao ritmo intenso de transformações e mesmo já constatando que a realidade portuguesa não ia bem, os membros do *Cenáculo Literário* não conseguiam, pelo menos num primeiro momento, formular propostas (estéticas e/ou políticas) de maior clareza. Andavam pelas ruas, pelas tascas, se indagando e se indignando sobre uma miríade de questões. A certa feita, caminhando pela calçada da Glória, Antero de Quental, Eça de Queiroz e Guerra Junqueiro se perguntavam:

– Que fazer... que fazer?! ... – O resto do mundo não vale mais que este paiz... sendo ao mesmo tempo certo que este paiz vale menos que o resto do mundo ... – Porque não poder entrever, ao menos, a Theoria do Universo ... – Entremos contentes na realidade burgueza ... – Corramos a Cenóbios ... – Corramos ao Chiado... Tra la rá la ri [...] Tra la ra la rá... Oh! Prazeres da

⁴⁴⁷ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós...*, p.77.

⁴⁴⁸ CATROGA, Fernando. *Os caminhos polémicos da geração nova.* ..., p.571-672.

⁴⁴⁹ Batalha Reis recorda-se que, nessa época, Eça afirmava desejar escrever um romance intitulado: “História d’um lindo corpo”. REIS, Jayme Batalha. *Annos de Lisboa (algumas lembranças).* ..., p.444-445.

⁴⁵⁰ REIS, Jayme Batalha. *Annos de Lisboa (algumas lembranças).* ..., p.444.

Baixa, Quem vos dera cá! ... – Ensimismemo-nos na contemplação do Ser. – Vejamos idiotamente passar Deputados ... – ... ou sejamos, nós mesmos, Deputados idiotas que passam ... – Admiremos os Poetas lyricos gratos ás Damas de Lisboa ... – ou ... retiremos, nós mesmos, versos sancionados no Martinho ... – Que fazer... que fazer?! [...] E todos os tres, tristíssimos, desesperados, n’um mesmo movimento nos voltamos ... Exactamente por detraz de nós, na quinta do alegrete, erguia-se um busto de Homero que vagamente conhecia-mos, mas que nunca havíamos reparado. Fitamol-o sombrios. Mas para logo ... n’um espasmo ... todos três, apertando as ilhargas, cahimos a rir ... a rir ... n’um banco próximo e no chão do Jardim.

⁴⁵¹

É nessa época de uma crítica com contornos pouco definidos, que foi criado um personagem emblemático por esse grupo. Trata-se de Carlos Fradique Mendes. Antero de Quental, Batalha Reis e Eça de Queiroz ⁴⁵² criaram um “poeta satânico”: boêmio, *bon vivant*, diletante, homem viajado e versado nas mais modernas discussões filosóficas, políticas e estéticas. Conforme destacou Joel Serrão, o “satanismo” foi a maneira encontrada por esses jovens para criticar o catolicismo, o romantismo e a situação política do país.⁴⁵³ Eça, muitos anos depois, recordou a criação do primeiro Fradique, ou da primeira versão do personagem.

Era o tempo em que eu e meus camaradas do Cenaculo, deslumbrados pelo lyrismo Epico da *Légende des Siècles*, “o livro que um grande vento nos trouxera de Guernsey”, decidimos abominar e combater a rijos brados o Lyrismo Intimo, que, enclausurado nas duas polegadas do coração, não compreendendo d’entre todos os rumores do Universo senão o rumor das saias d’Elvira, tornava a poesia, sobretudo em Portugal, uma monotona e interminavel confidencia de glorias e martyrios de amor.⁴⁵⁴

Eça, ao elaborar uma segunda versão do personagem, por meio do romance *A Correspondência de Fradique Mendes: memórias e notas* (1900), publicado postumamente, procurou dar ênfase ao combate desferido contra o lirismo, numa recordação que faz parte da própria tessitura finissecular. Mas Fradique não se limita aos objetivos de chocar os contemporâneos e de criticar os lirismos enfadonhos de origem romântica. Mais do que isso, o personagem alegoriza dois pontos importantes: as críticas tecidas à sociedade portuguesa que, em tese, não conseguia se modernizar; e uma autocrítica em relação ao papel dos próprios idealizadores do personagem, que pouco teriam contribuído para a superação dessa situação de atraso.

⁴⁵¹ REIS, Jayme Batalha. *Annos de Lisboa (Algumas Lembranças)*. ..., p.447-448.

⁴⁵² A autoria do personagem tem sido tema de debate entre alguns especialistas. Para uns a ideia original do personagem é de Eça de Queiroz, mas, para outros, o crédito pela invenção caberia a Antero e a Batalha Reis. Em relação à primeira posição, cabe destacar o trabalho de João Gaspar Simões; já quanto à segunda hipótese, são relevantes as discussões de Joel Serrão. SERRÃO, Joel. *O Primeiro Fradique Mendes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985, p.207; SIMÕES, João Gaspar. *Vida e Obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Bertrand, 1980, p.187.

⁴⁵³ SERRÃO, Joel. *O Primeiro Fradique Mendes*. ..., p.237.

⁴⁵⁴ QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes: memórias e notas*. Porto: Livraria Chardron, 1900, p.1-2.

A primeira questão predominou na versão inicial do personagem – criado pelos três amigos –, enquanto a segunda, que será discutida no quarto capítulo desta tese, esteve mais claramente presente quando Fradique se tornou um personagem central de um romance de Eça de Queiroz. Fradique Mendes integrou o romance *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870), e, anos depois, tornou-se o protagonista e tema central da obra referida anteriormente. Além dessas apropriações explícitas do Fradique, é importante destacar que Carlos da Maia e João da Ega, os dois personagens de *Os Maias*, podem ser considerados versões desdobradas de Carlos Fradique Mendes; ou, porque não dizer, uma fase derradeira do “fradiquismo”. Em relação ao primeiro momento de criação do personagem, Batalha Reis se recorda que:

Um dia, pensando na riqueza imensa do moderno movimento de ideias, cuja existencia parecia tão absolutamente desconhecida em Portugal, pensando na apatia chinesa dos lisboetas, immobilizados, durante tantos anos, na contemplação e no cinzelar de meia ideia, velha, indecisa, em segunda mão, e em mau uso – pensámos em suprir uma das muitas lacunas lamentáveis criando, ao menos, um poeta satânico. Foi assim que apareceu Carlos Fradique Mendes.⁴⁵⁵

Fradique Mendes, com sua ânsia por tudo conhecer, por tudo saber, com sua vida de boêmio incorrigível, com seu desdém pela tacanhice lusitana, com seus gostos requintados e apresentando variados e vagos projetos de vida, representava, até certo ponto, os anseios, desejos e visões de mundo dos integrantes do *Cenáculo Literário* e da “geração de 1870”.

No final dos anos 1860, porém, arrolaram-se algumas mudanças e as “fradiquices” estavam com os dias contados, ou, pelo menos, elas passaram por uma transformação. Tornava-se cada vez mais difícil prolongar a “adolescência” e, além disso, a situação do país mudava, em consonância com o contexto europeu mais generalizado. Internamente, vivia-se a primeira crise econômica mais aguda desde o início da Regeneração. Como destaca Maria Filomena Mônica:

Iniciava-se um período de excepcional instabilidade política. A cotação dos fundos públicos descia, os empréstimos externos falhavam, a dívida flutuante aumentava, a Guerra do Paraguai [que limitava o envio de dividendos por parte dos emigrantes portugueses que estavam no Brasil] eternizava-se.⁴⁵⁶

Externamente, entre o final dos anos 1860 e início dos anos 1870, deflagrou-se uma série de transformações. A queda de Isabel II na Espanha (1868), a derrota de Napoleão III na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), a Comuna de Paris (1871) e a consolidação da Terceira República na França (1870-1875), impactaram.

⁴⁵⁵ REIS, Jayme Batalha. *Annos de Lisboa (algumas lembranças)*. ..., p.460-461.

⁴⁵⁶ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*...., p.79.

No que tange à Terceira República Francesa, é interessante um pouco mais de atenção, devido à sua importância naquele contexto. Após a derrota acachapante na guerra contra a Prússia, o Segundo Império francês veio a baixo. Depois dessa queda formatou-se um impasse político: qual deveria ser o regime implementado? Somada a essa questão, interrogava-se: era possível manter o império? Seria factível, diferentemente, investir na edificação de um regime republicano, sem, com isso, aprofundar a instabilidade política? Se a manutenção do regime imperial parecia inviável, delineavam-se os projetos dos republicanos e dos legitimistas.⁴⁵⁷

Com a elaboração de um novo projeto político, a república passou a ser considerada, enfim, realizável, já que não se tratava do modelo republicano revolucionário do século XVIII, tampouco aquele levado a cabo após as revoluções de 1848. Essa nova república nascia dos escombros da Comuna de Paris (1871), tendo de resistir às tendências reacionárias, mas também ao radicalismo federalista de cunho socializante. Escapando a essas duas perspectivas, nos anos 1870, surgiram na França atores políticos como: Léon Gambetta (1838-1882) e Louis Adolphe Thiers (1797-1877). Este, portador de um republicanismo conservador, aquele, discípulo de Littré (um autor desconfiado das revoluções “precipitadas”), considerado “símbolo da sensatez”, frente às propostas mais radicalizadas.⁴⁵⁸

Surgia, portanto, uma opção republicana pragmática e racionalista, que não seria, necessariamente, considerada um risco para a ordem. Mas isso não quer dizer que os republicanos ascenderam com facilidade.⁴⁵⁹ É preciso lembrar que houve um período de instabilidade de quatro anos, em que o regime não estava claramente consolidado. E, além do mais, a opção legitimista não era descartada, isto é, havia um grupo politicamente articulado que defendia o retorno da monarquia nos formatos do Antigo Regime (uma defesa que não tinha desaparecido, nem mesmo durante o império, já que muitos monarquistas não aderiram a essa forma de governo).

A partir da superação da instabilidade política e social, formou-se um regime republicano com caracteres muito particulares. A derrota na Guerra Franco-Prussiana foi creditada muito mais a uma fragilidade moral, do que propriamente a uma insuficiência

⁴⁵⁷ VARES, Sidnei Ferreira de. Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa. *Contemporânea*, v.4, n. 2, Jul./Dez. 2014, p.484-485.

⁴⁵⁸ HOMEM, Amadeu Carvalho. *O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional*. p.133-134.

⁴⁵⁹ De acordo com Hobsbawm, quando os republicanos franceses, durante a Guerra Franco-Prussiana, perceberam os possíveis desdobramentos da mobilização dos revolucionários, principalmente em relação aos trabalhadores parisienses, acabaram recuando e optando pelo armistício. HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital 1848-1875*. ..., p.91.

militar – pouco defensável em relação ao exército francês da época. Nesse sentido, um dos fortes traços da Terceira República foi o destaque conferido à educação. Ensino, ciência e política entrelaçavam-se na cultura política republicana francesa do período. Era preciso reconstruir a nação, fabricando um novo futuro e, para tanto, alguns valores e algumas categorias mentais que vinham se gestando desde o século XVIII, com a revolução, transmutaram-se em dogmas do Estado e em “verdades sociais”, especialmente o otimismo quanto a um futuro que poderia ser alcançado por meio do progresso.⁴⁶⁰

Se no entorno do cientista foi construída a imagem de um herói nacional – a exemplo de Louis Pasteur (1822-1895) –, considerou-se a educação elemento fundamental para a edificação de uma nação moderna.⁴⁶¹ Mas não só a educação formal seria importante, destacava-se também o papel da imprensa, em especial, da literatura romanesca, publicada em folhetim. Por meio dela, chegava-se até a um crescente número de leitores – fossem aqueles que estavam sendo diretamente alfabetizados, fossem os que acessavam esse “mundo novo” por meio das leituras em voz alta, feitas por terceiros. De uma maneira ou de outra, a produção intelectual ganhou, na França, talvez de forma inédita, uma função explicitamente cívica: direcionada pelo próprio Estado e com uma centralidade para a organização política que se desenvolvia. Salientava-se a importância dos homens de letras e, pouco depois, dos intelectuais, nesse processo.

Durante o Segundo Império, a educação tinha sido atrelada à Igreja Católica, na contramão de certa tendência progressista que se desenvolvia desde o século XVIII. As ações arroladas para a formação mais elementar, assim como aquelas direcionadas à academia, fizeram com que vários homens de letras se mobilizassem e protestassem, a exemplo de Victor Hugo (1802-1885).⁴⁶² A promiscuidade entre Igreja e Estado suscitou a formação de um considerável anticlericalismo, que marcou de forma indelével a Terceira República. Essa realidade ajuda a compreender porque a ciência se transformou em uma “religião”, tal como afirmou Ernest Renan.⁴⁶³ Mas, por outro lado, os anticlericais, principalmente os

⁴⁶⁰ FIALA, Pierre. Les termes de la laïcité; différenciation morphologique et conflits sémantiques. *Mots*, [s.1], n.27, Junho 1991. Disponível em: www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1991_num_27_1_1606. Acesso em: 28/11/2016, p.49.

⁴⁶¹ Sobre os significados da educação durante a Terceira República, ver: THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa. *Educação*. Revista do Centro de Educação, vol. 34, n.1, p.13-27, Janeiro./Abril, 2009.

⁴⁶² KINTZLER, Catherine. *Qu'est-ce que la laïcité?* Paris: Librairie Philosophine J. Vrin, 2007, p.34-35.

⁴⁶³ Para Baubérot e Mathieu, a secularização do estado francês envolve dois momentos: o primeiro, entre a Revolução até a Terceira República (1789-1871), caracterizado pelo reconhecimento do pluralismo religioso; o segundo, desenvolvido a partir das reformas do ensino, que culminaram com a lei de separação entre religião e

republicanos, com o objetivo de transferir para o Estado algumas das prerrogativas creditadas à Igreja, acabaram por construir um projeto moralista. Isso se deveu a uma laicização da fé, redirecionada para a noção de progresso. Acreditava-se que o Estado deveria cumprir a função formadora outrora destinada à religião. Outra causa importante foi a preocupação com a regulação dos comportamentos.⁴⁶⁴ Se a ideia básica era a moralização, era preciso garantir uma ação conformadora direcionada pelos agentes estatais, dispensando-se, assim, o freio conformador da religião. Isso explica o fato de que o projeto republicano francês da segunda metade do século XIX tenha assumido um cunho moralizador, sobretudo em termos sociais.⁴⁶⁵

As transformações ocorridas na França no início dos anos 1870, embora inicialmente tenham assustado, apontavam para a formação de um regime republicano marcado pela meta regenerativa da pátria, pelo culto ao progresso, pelo anticlericalismo e pelos mecanismos de garantia da ordem, sem deixar de envolver o foco na educação e no papel creditado aos homens de letras/intelectuais. Esses elementos passaram a chamar a atenção de uma parte substancial das elites políticas e letradas.⁴⁶⁶

Em Portugal, a promessa republicana, reformista, ordeira e com o protagonismo da *intelligentsia*, conquistou a simpatia de uma parte das classes dirigentes, mas principalmente dos grupos sociais aspirantes, incluindo-se aí a juventude. Embora muitos dos portugueses persistissem associando república à violência ou à anarquia, em função da experiência jacobina e dos eventos de 1848, conforme a Terceira República francesa consolidava-se, essa noção passou a ser problematizada. Com o tempo, o caso francês, somado à experiência espanhola e ao progressivo desgaste da monarquia liberal portuguesa, contribuiu para que se criasse a percepção – inicialmente difundida entre a intelectualidade – de que o regime republicano não era um obstáculo à regeneração nacional.⁴⁶⁷ Mas antes que isso ocorresse, foi necessário um longo processo de proposições, debates e disputas.

No que tange ao grupo do *Cenáculo literário*, a partir dos anos 1870, vale considerar que esses homens começaram a superar, pelo menos naquele momento, a sua tendência

Estado (1881-1905). BAUBÉROT, Jean; MATHIEU, Séverine. *Religion, modernité et culture au Royaume-Uni et en France*. Paris: Seuil, 2002, p. 122.

⁴⁶⁴ VARES, Sidnei Ferreira de. *Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa*. ..., p.486-487.

⁴⁶⁵ BAUBÉROT, Jean; MATHIEU, Séverine. *Religion, modernité et culture au Royaume-Uni et en France*. ..., p.120-121.

⁴⁶⁶ HOMEM, Amadeu Carvalho. *O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional*. ..., p. 133.

⁴⁶⁷ HOMEM, Amadeu Carvalho. *O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional*. ..., p. 134.

“fradiquista”, discutindo com mais afinco os dilemas então colocados. Passaram a se dividir mais claramente entre o progressismo e o conservadorismo, entre a monarquia e a república, entre a transgressão e a moderação. Os homens que tenderam a protagonizar o debate político e intelectual português transitaram entre, de um lado, o ativismo da crítica mordaz e justiceira, e, de outro, uma aparente desilusão resignada. É um pouco desse percurso que se tratará nas próximas páginas deste capítulo, começando pelas *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense*.

2.3. As Conferências do Casino e a “partilha do sensível”

Entre maio e junho de 1871, reuniu-se um grupo muito diverso de escritores, jornalistas, políticos, literatos e demais interessados em discutir os rumos da sociedade portuguesa. Encontraram-se no *Casino Lisboense*, localizado, à época, no número 10 do Largo da Abegoaria (atualmente, Largo Rafael Bordalo Pinheiro), nos limites do Chiado. Frente toda a agitação que se verificava no continente europeu, a disposição elementar dos conferencistas e de sua audiência era preparar Portugal para o inevitável: a revolução. Essa era entendida por muitos como a adoção do regime republicano e a consequente superação da monarquia constitucional e liberal, que estaria fadada ao fracasso. De outra maneira, destacavam-se aqueles que acreditavam ser necessário um minucioso estudo para que se pudesse conduzir, cientificamente, uma revolução gradual, segura e eficaz.⁴⁶⁸

É importante lembrar, tal como apontado anteriormente, que o conceito de república, nesse contexto, passava por importantes inflexões. Essas mudanças criavam uma polifonia que não pode ser desconsiderada. Por essa razão, entre os defensores de uma revolução gradual e controlada, coexistiam monarquistas constitucionalistas e republicanos. Estes últimos tinham uma noção de república muito mais próxima do modelo moralista e burguês que se erigia na França após a queda do Segundo Império, do que aqueles que associavam o regime republicano ao jacobinismo ou ao socialismo. Ruptura ou transição? Ampliação da participação social ou constituição de vanguardas? Monarquia ou república? Hegel, Proudhon ou Marx? Como salientou Rui Ramos, as Conferências do Casino configuraram-se por meio

⁴⁶⁸ MÔNICA, Maria Filomena. O senhor Ávila e os conferencistas do Casino. *Análise Social*, vol. 35, n.157, 2001, p.1013-14.

de objetivos deliberadamente ambíguos.⁴⁶⁹ Mas havia um ponto de conexão entre as conflitantes posições: a pretensão de se repensar a realidade lusitana, colocando em xeque o arranjo liberal conciliatório que se afirmava então.

A primeira conferência, *O Espírito das Conferências*, realizou-se no dia 22 de maio e foi proferida por Antero de Quental. O poeta iniciou sua apresentação afirmando que Portugal encontrava-se “sequestrado” dos grandes movimentos europeus. Era preciso, por isso, libertar o país desse jugo, por meio da ação de homens preparados pela ciência. Somente esses “grandes espíritos do século” poderiam realizar tal feito; e as conferências democráticas seriam ocasiões fundantes do movimento de salvação.⁴⁷⁰ Em sua segunda conferência, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, apresentada no dia 27 de maio, Antero destacou três elementos que explicariam a degenerescência do mundo de Aquém-Pirenéus: o Concílio de Trento, o absolutismo e a expansão marítima. Para ele, esses processos históricos, até então recorrentemente apontados como parte das origens gloriosas dos ibéricos, eram, isto sim, as causas do retrocesso. O autor afirmava: “Assim, enquanto outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao último grau de desenvolvimento e aplicação”.⁴⁷¹

Inicialmente, o público – composto por deputados, escritores e funcionários públicos – apreciou a intervenção de Antero de Quental, sobretudo a primeira fala.⁴⁷² Entretanto, a crítica também não tardou. No dia 24 de maio, no periódico *A Nação*, sentenciava-se:

Ontem, no salão do casino começaram as célebres Conferências Democráticas. Qual é o seu fim? Espalhar as doutrinas que têm produzido em França as desgraças que têm horrorizado o mundo. Uma dúzia de indivíduos desvairados pelas teorias do filosofismo liberal ou possuídos desta ambição insofrida que só nas perturbações sociais vê ensejo para sair da obscuridade são os pregadores desta missão desorganizadora que, há muito, outros iguais, por diversos modos, têm empreendido com um tal ou qual sucesso, desmoralizando e insubordinando uma pequena parte da população das nossas cidades.⁴⁷³

⁴⁶⁹ Conformou-se um embate entre duas tendências, em meio às discussões do Casino: de um lado, um grupo proudhoniano, e, de outro, os críticos desta perspectiva, considerada elitista e idealista. Em sintonia com essa tendência crítica, foi publicado em Portugal, em 1872, no periódico *Pensamento Social*, o texto *Teoria da Luta de Classes*, do Marx. Sobre essas questões, ver: RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p.503-509.

⁴⁷⁰ SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930, p.26-28. Salgado Júnior descreveu as conferências, valendo-se das versões publicadas pelos autores, mas, igualmente, por meio do que foi publicado na imprensa da época a respeito das explanações.

⁴⁷¹ SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino*. ... p.28-37.

⁴⁷² MÔNICA, Maria Filomena. *O senhor Ávila e os conferencistas do Casino*. ..., p.1014.

⁴⁷³ SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino*. ... p.71.

Como bem salientou Maria Filomena Mônica, esse periódico ligava-se a uma tendência católica, conservadora e miguelista e, sendo assim, não é de se estranhar sua reação tão extremada. Mas a imprensa liberal, por seu turno, não fez grandes alardes; e a conferência empolgou muitos ouvintes, tal como confessou Batalha Reis à sua noiva:

Minha Celeste, venho de ouvir o Antero. Foi magnífico. É um discurso que é um verdadeiro acontecimento: marca uma época em Portugal. Pode-se dizer que é a primeira vez que, em Portugal, entra o espírito moderno e a primeira vez que se expõe, se fundamenta, se prova à evidência que o catolicismo foi uma das causas, a mais terrível causa, da decadência de Portugal e da Espanha. Foi um discurso esplêndido de erudição, de originalidade, de profundidade, de crítica admirável.⁴⁷⁴

A ideia de que a conferência proferida por Antero havia sido “incendiária” foi defendida pelos dois polos do espectro político da época, isto é: conservadores e católicos numa extremidade, e os republicanos mais radicalizados (como o próprio Batalha Reis), em outra. No caso dos conservadores, vale destacar a repercussão da fala do morgado açoriano não só no jornal *A Nação*, mas também no periódico *O Bem Público*. Os dois jornais veiculavam a afirmação de que Antero teria uma filiação comunista. Enquanto no primeiro afirmava-se que o escritor tinha ligações com a Internacional, o segundo procurou associar a fala do conferencista aos ecos da Comuna de Paris. Segundo Filomena Mônica, Antero respondeu com tranquilidade a essas duas afirmações, por meio das publicações veiculadas no *Jornal do Comércio* de 22 de junho.⁴⁷⁵

A terceira apresentação, *A Literatura Portuguesa*, foi realizada por Augusto Soromenho (1833-1878), em 06 de junho. Ele afirmava que pretendia discutir a decadência da literatura portuguesa, apontando as bases para a sua reestruturação. O expositor entendia que Portugal nunca tinha produzido uma verdadeira literatura, por causa da falta de originalidade, de invenção e de inspiração própria. Portugal teria vários clássicos e, ao mesmo tempo, nenhum, visto que um clássico deveria conformar um modelo literário, o que seria inviável a partir das elaborações lusitanas. A apresentação seguiu o raciocínio da decadência, chegando até o século XIX. Destacou-se, em seguida, que não haveria entre os portugueses, boa poesia, prosa ou teatro. A fonte originária de tamanha decadência seria a imprensa. Ela teria “concorrido para este desbragamento literário pela sua ignorância, pela sua incompetência, pelo desvario em que lançam as paixões que alimenta”.⁴⁷⁶

⁴⁷⁴ ESPÓLIO DE JAIME BATALHA REIS, Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, BN, carta XV, de 1871.

⁴⁷⁵ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós...*, p.134.

⁴⁷⁶ SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino...* p. 44-45.

A quarta conferência ficou a cargo de Eça de Queiroz,⁴⁷⁷ que a proferiu no dia 12 de junho daquele ano. A palestra foi intitulada pelos periódicos de *Moderna Literatura* ou *Literatura Nova*, contudo, o próprio Eça refere-se a ela como *A afirmação do realismo como nova expressão da Arte*.⁴⁷⁸ Eça era um escritor praticamente anônimo nessa época e por essa razão poucos imaginavam sobre o que ele poderia tratar naquele dia.⁴⁷⁹ Mas não só o conteúdo da sua intervenção chamou a atenção, pois, de acordo com o *Diário Popular* de 15 de Junho:

O representante do realismo na sala das conferências democráticas trajava diplomaticamente uma irrepreensível sobrecasaca abotoada, colete branco, *plastron* de cetim, sapatos envernizados, luvas cor de chumbo e colleirinho alto.⁴⁸⁰

O periódico salientou que o traje de Eça apontava para a sua “isenção revolucionária”, pois sua indumentária “distinta” se diferenciava muito das longas cabeleiras dos revolucionários que construíram o romantismo. Quanto o jovem escritor subiu para expor suas ideias:

[...] houve um murmúrio de surpresa. Em vez do indivíduo mal amanhado, reclamando os direitos do povo, eis que surgia um rapaz de sobrecasaca abotoada, colete branco e sapatos de verniz. Habituada aos fatos amarrotados de Antero – até nisto o aristocrata – e às gravatas vermelhas dos democratas, a audiência seguiu a palestra com redobrada atenção.⁴⁸¹

Eça procurou defender o realismo como a forma moderna da literatura, por meio de dois pontos importantes: o destaque conferido à alienação gerada pelas artes até então – principalmente o romantismo – e a vinculação do realismo ao movimento de contraposição a essa arte convencional, tida por ele como ultrapassada. Para o autor, o grande desafio naquele momento era reconectar o artista com a sociedade, pois esse hiato conformaria uma criação menor, vazia e sem sentido. Ele tratou do período posterior à Revolução Francesa, quando, em tese, se verificou uma tentativa de imitação da arte antiga, pouco profícua para uma criação efetiva. Essa desconexão teria continuado a partir do romantismo, que, com suas idealizações e amesquinhas, só aprofundou a miopia do artista em relação à realidade. O

⁴⁷⁷ Eça foi o único entre os palestrantes que não publicou ou editou sua conferência. Por isso só sabemos dela o que foi noticiado na imprensa. Sobre uma síntese da explanação, ver: SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino*. ... p.49-59.

⁴⁷⁸ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes*. Lisboa: Typographia Universal, Junho de 1871, p.59. Embora o periódico *As Farpas* tenha sido publicado em coautoria com Ramalho Ortigão, é possível identificar quais foram os textos produzidos por Eça de Queiroz, porque o autor os publicou, anos mais tarde, estando esses textos disponíveis em várias edições, dentre elas: QUEIROZ, Eça de. *Uma Campanha Alegre: das Farpas*. Porto: Lello & Irmão, 1946.

⁴⁷⁹ SIMÕES, João Gaspar. *Vida e Obra de Eça de Queirós*. ..., p.295.

⁴⁸⁰ SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino*. ... p. 48.

⁴⁸¹ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós...*, p. 134.

realismo, de acordo com a exposição, era a expressão da arte moderna, por ser constituído através da fisiologia e da ciência dos temperamentos e caracteres.⁴⁸²

Para tratar dessa forma artística “revolucionária”, o autor procurou analisar três quadros de Gustave Courbet (1819-1877): *Le retour de la conférence*, *Un enterrement à Ornans* e *Les Casseurs de pierres*. Como até aquele ano Eça só tinha viajado para o Egito, é de se supor que ele tenha descrito e tratado dos quadros sem os ter visto pessoalmente. Ao que tudo indica, sua observação baseou-se na interpretação de Proudhon⁴⁸³ sobre os quadros, o que não deixa de ser emblemático para alguém que estava a defender uma atitude de observação mais direta e objetiva da realidade analisada.

A Conferência de Eça de Queiroz não chamou tanta atenção como a de Antero, mas não quer dizer que tenha passado despercebida. Isso não só pelo comentário interessado do irmão do escritor, Alberto de Queiroz (1831-1886), no jornal *A Revolução de Setembro*, mas também pelas críticas de Luciano Cordeiro de Souza (1844-1900) e Pinheiro Chagas. Luciano Cordeiro procurou destacar que ele era o verdadeiro precursor do realismo em Portugal e que Eça havia se valido da obra de Proudhon, sem fazer a devida citação. Pinheiro Chagas, por sua vez, afirmou no *Diário de Notícias* do dia 19 de junho daquele ano, que o realismo era problemático, pois “O amor é para ele simplesmente a expressão dos sentidos, todos esses afetos violentos que devastam a alma humana não os aceita senão como umas enfermidades”⁴⁸⁴. Além de atacar Flaubert, que reduziria a mulher à condição de um animal, Chagas afirmou que: “Sim, eu também creio que a arte pela arte é um princípio funesto; a arte deve ter por fim a investigação constante da verdade; ah!, mas estejam certos de que as verdades morais não é o socialismo que as ensina nem o realismo que as descobre”.⁴⁸⁵

Depois da apresentação feita por Eça, foi a vez de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) proferir a sua palestra, intitulada *O Ensino*. Essa conferência realizou-se no dia 19 de junho daquele ano, uma semana após a discussão sobre o realismo. Adolfo Coelho articulou uma contundente crítica ao ensino em Portugal, evidenciando a impropriedade dos processos de formação, mas também a parca qualidade dos docentes, incluindo aí os lentes da Universidade de Coimbra. Tratar-se-ia, segundo o palestrante, de um ensino tacanho, muito em função de sua estreita relação com o catolicismo. Na verdade, ao tecer sérias críticas à

⁴⁸² SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino*. ... p. 57.

⁴⁸³ PROUDHON, Pierre-Joseph. *Du Principe de l'Art et de as Destination Sociale*. Paris: Garner Frères, 1865.

⁴⁸⁴ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós...*, p. 135.

⁴⁸⁵ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós...*, p. 135.

educação do seu país, Adolfo Coelho colocava em questão as relações entre o Estado e a Igreja, um dos pilares do regime liberal monárquico português. O severo crítico acentuava que:

[...] num país em que o catolicismo é a religião do Estado imposta materialmente à consciência de todos os portugueses, [...] o espírito científico é pois aqui repellido de tudo o que estiver sob a ação imediata do Estado [...] Numa palavra, a investigação livre da verdade é impossível em Portugal. [...] Uma reforma radical não é talvez possível. Toda reforma não radical é inútil.⁴⁸⁶

Mesmo que sejam consideradas as críticas agudas tecidas por Antero em sua conferência, as apreciações de Adolfo Coelho parecem ter incomodado muito mais. Uma coisa é buscar as causas do atraso português em erros de um passado quase épico, outra coisa, bem diferente, é imputar esse retrocesso a agentes contemporâneos, ligados, além do mais, às hierarquias sociais e às estruturas de poder vigentes. O “pecado” de Adolfo Coelho foi, possivelmente, ter atacado de forma frontal os lentes da Universidade de Coimbra, bem como ter questionado a relação entre a Igreja Católica e o Estado. Não é por acaso que as *Conferências do Casino* foram proibidas após a contribuição deste último explanador. Mas, além disso, vale considerar as apresentações que estavam previstas: *Os Historiadores Críticos de Jesus*,⁴⁸⁷ de Salomão Sáragga; *O Socialismo*, de Batalha Reis; *A República*, de Antero de Quental e *A Dedução Positiva da Ideia Democrática*, de Augusto Fuschini (1843-1911). Essas possíveis apresentações teriam assustado as autoridades, contribuindo também para o encerramento das conferências. Nesse sentido, a interdição foi causada por vários elementos:

[...] os ataques à Igreja Católica, a ênfase na revolução, o louvor da reforma protestante, a discussão sobre a divindade de Cristo e a denúncia da ignorância dos lentes. Antes de Adolfo Coelho, já se tinham ouvido críticas aos lentes, mas estas eram feitas intramuros. Agora, era um jovem, e de fora da instituição, que tentava destruir um dos pilares do regime.⁴⁸⁸

No dia 20 de junho de 1871, um dia após a conferência de Augusto Soromenho, o comissário de polícia, que segundo a legislação da época, deveria assistir o desenrolar de uma reunião pública, informou ao governo civil de Lisboa sobre a palestra. Em 21 de junho, o ocorrido foi comunicado ao ministro do Reino, António José de Ávila (1806-1881) – na época, Marquês de Ávila. Este, no dia seguinte, solicitou um parecer ao procurador geral da coroa, João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens (1824-1895), sobre o procedimento

⁴⁸⁶ SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino*. ... p. 64-66.

⁴⁸⁷ Existem registros que destacam outro título para a conferência, a saber: *A Divindade de Jesus*.

⁴⁸⁸ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós...*, p.136.

que deveria ser adotado. No parecer, o procurador começou destacando que a conferência de Adolfo Coelho tratava,

[...] além de outras doutrinas expendidas, que reputo erradas e filhas de grande superficialidade nos assuntos sobre que a lição versou, foi combatido o ensino católico, que é o da religião do Estado, insistindo o homem, que repetiu a lição, na necessidade de se apartar a religião do ensino para que este pudesse conseguir o seu fim. Que deplorara o catolicismo louvando a reforma; e atacara a lei fundamental por declarar a religião católica religião do Estado.⁴⁸⁹

O autor do parecer afirmava que as outras conferências não fugiam dessa lógica perniciosa de disseminação das doutrinas. Afirmava isso, mesmo reconhecendo que seu juízo sobre parte das apresentações baseava-se nas informações de terceiros, já que ele mesmo não havia assistido a todas as exposições. Em seguida, Martens Ferrão citou a lei de 15 de junho de 1870, que previa o direito de reunião, desde que não se desvirtuassem as razões de sua convocação e nem se comprometesse a ordem pública. Nesse ponto, o procurador considerava que aquele era um contexto conturbado, em que era preciso não se descuidar das manifestações públicas. Para ele, as doutrinas propagadas, contrárias à religião, colocando em xeque o Estado, a Carta Constitucional e todo o corpo docente do país, eram um grande risco. Deveriam ser cerceadas, pois propunham a “destruição do Estado existente para ser substituído por uma ordem de coisas que não se define”, representando um risco frente à “época difícil” que se estava atravessando.⁴⁹⁰ Para reforçar seus argumentos, procurava tratar do exemplo da Comuna:

Esta é a questão francamente posta à sociedade atual, que tem de ser aceite como em si é: guerra social em que não pode haver neutros. Às vozes de extermínio contra a sociedade constituída e contra a Religião, viu Paris derrocados os seus momentos, arrancados os seus edifícios públicos, violada a propriedade particular e a da nação [...], viu os ataques ao laço indissolúvel da família, aceite o direito do roubo, os reféns massacrados ou queimados nas prisões, e a liberdade substituída pelo terror em nome da Humanidade que assim se dizia regenerada.⁴⁹¹

Depois dessa visão catastrófica em relação à propagação do exemplo de Paris em Portugal, o autor cita Guizot para afirmar que a religião seria o brado da humanidade nas mais diferentes épocas, vinculando a tradição portuguesa e sua trajetória de glórias à importância da religião. O autor citado, conforme explícito no primeiro capítulo, representa uma avaliação negativa dos “excessos revolucionários” e uma revisão do próprio percurso conformador da

⁴⁸⁹ MARTENS, João B. S. Ferrão de Carvalho. Parecer do Procurador Geral da Coroa e Portaria do Ministério do Reino. In: FRANÇA, José Augusto. *As Conferências do Casino no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p.27-28.

⁴⁹⁰ MARTENS, João B. S. Ferrão de Carvalho. *Parecer do Procurador Geral da Coroa*. ..., p.30.

⁴⁹¹ MARTENS, João B. S. Ferrão de Carvalho. *Parecer do Procurador Geral da Coroa*. ..., p.32.

ordem liberal, considerando o papel da religião. A verdadeira liberdade, nesse registro, não existe sem o combate às potenciais tiranias, tanto aquelas originárias do Antigo Regime, como as que se ligavam às revoluções desregradas. Portanto, é dialogando com as premissas do liberalismo que o procurador solicita a interdição do evento, encarado como uma ameaça à ordem e à liberdade.

De posse do parecer, o ministro do reino ordenou que, no dia 26 de Junho de 1871, data marcada para a realização da próxima palestra, fosse fechado o Casino e afixado em sua porta um documento que proibia a realização das conferências, que ali costumavam ocorrer às segundas feiras.⁴⁹² Depois de pelo menos duas décadas de amplas liberdades de expressão, a monarquia liberal interditava o grupo do Casino. Essa proibição ganhou uma grande repercussão, tanto por parte dos conferencistas, quanto pela imprensa da época. Logo que foi constatado o encerramento das conferências, Antero organizou um manifesto assinado por Adolfo Coelho, Jaime Batalha Reis, Salomão Saragga, Eça de Queiroz e outros tantos. Dentre os apoiadores do movimento reivindicatório, estava Alexandre Herculano, à época, um escritor consagrado. No manifesto, afirmava-se:

Em nome da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, bases de todo o direito público, únicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados que indignados, contra a portaria que manda arbitrariamente fechar a sala das Conferências democráticas. Apelamos para a opinião pública, para a consciência liberal do país, reservando a plena liberdade de respondermos a este ato de brutal violência como nos mandar a nossa consciência de homens e de cidadãos.⁴⁹³

O manifesto chama atenção, primeiramente, por causa do apelo feito à “opinião pública” e à “consciência liberal da nação”. Além disso, destaca-se o emprego da noção de cidadania, como adjetivação garantidora dos direitos que estariam sendo violados pelo Estado. Essa acentuação é relevante, pois denota que as reivindicações se pautaram nas garantias inerentes ao ordenamento liberal, de que muitos dos conferencistas se diziam críticos. Mas não só a apropriação dos valores liberais pode ser colocada em relevo. A própria articulação de um ato público de repúdio a possíveis arbitrariedades do Estado, representa um elemento de peso, uma vez que sinaliza para uma atitude inédita até então em Portugal. Com as *Conferências do Casino*, pela primeira vez, letrados procuravam interferir diretamente e explicitamente nos rumos políticos do país, posicionando-se, além do mais, publicamente

⁴⁹² MÔNICA, Maria Filomena. *O senhor Ávila e os conferencistas do Casino.*, p.1013.

⁴⁹³ Manifesto (C-Protestos). In: FRANÇA, José Augusto. *As Conferências do Casino no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p.37.

contra um ato de opressão ou injustiça. Essas são atitudes características do intelectual moderno.

Precisamente na segunda metade do século XIX, formatavam-se as bases do conceito de intelectual, tal como as compreendemos atualmente. Como intelectual, pode-se considerar o indivíduo que não se limita à compreensão erudita da humanidade de uma forma mais genérica. Trata-se, de outra maneira, de um sujeito social com uma atividade específica e autonomizada, que se posiciona – por vezes criticamente – em relação à dinâmica social e política em que está inserido.⁴⁹⁴ Esse sujeito guarda uma “relação complexa com o poder”,⁴⁹⁵ podendo integrar as elites dirigentes em prol do *status quo*; ou, pelo contrário, tornando-se um *outsider*.⁴⁹⁶ Nesse sentido, os intelectuais apresentam uma dupla inserção social: são profissionais, criadores e/ou mediadores culturais, mas também agentes políticos, engajados em causas públicas, ou mesmo nos processos de governança e de debate em prol do bem comum.⁴⁹⁷

Os intelectuais seriam os responsáveis pela sistematização ou construção de processos de percepção da realidade, orientando posturas, visões de mundo, práticas e representações sociais. Não sendo, necessariamente, detentores do poder político ou econômico, esses agentes teriam como traço característico a negociação, tendo como “moeda de troca” o seu capital simbólico, colocado a serviço dos dominantes, como especialistas, ou dos dominados, como críticos.⁴⁹⁸ A constituição de um grupo de intelectuais, por conseguinte, é motivada por três processos básicos: a autonomização de suas atividades (no sentido profissional), o reconhecimento de um papel social e político específico do grupo e o posicionamento público frente a uma questão que ultrapassa o “mundo das letras e das ciências”.

No caso português, a realização e depois a interdição das *Conferencias do Casino* são emblemáticos.⁴⁹⁹ Primeiramente, porque os conferencistas ali reunidos não pretendiam apenas tecer análises bem articuladas sobre questões humanas mais alargadas. Estavam ali com o

⁴⁹⁴ SILVA, Helenice Rodrigues da. O Intelectual no campo cultural francês: Do “caso Dreyfus” aos tempos atuais. *Vária História*, Belo Horizonte, vol.21, n.34, Julho de 2005, p. 398-399.

⁴⁹⁵ BEIRED, José Luis Bendicho. Vertentes da História Intelectual. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia Costa (org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultura e Política nas Américas*. Vol.1. 1.ed. Assis –SP: Unesp, 2009, p.95.

⁴⁹⁶ SAID, Edward W. Representações do Intelectual. In: *Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.23.

⁴⁹⁷ SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. ..., p.242-243.

⁴⁹⁸ BEIRED, José Luis Bendicho. *Vertentes da História Intelectual*. ..., p.93-94.

⁴⁹⁹ A interdição das conferências, especialmente, deu a oportunidade para que aquele grupo pouco conhecido de escritores ganhasse uma grande notoriedade. A repercussão em torno do cerceamento amplificou os debates até então limitados à sala do *Casino lisbonense*.

intuito claro de promover o debate sobre a realidade social, política e cultural de Portugal (alguns chegando a pensar na articulação de ações efetivas para intervenção no cenário político). Não é gratuito, nesse sentido, que a conferência de Adolfo Coelho tenha detonado a proibição estatal. Diferentemente da apresentação de Eça de Queiroz, que tratava de arte e de literatura, e das outras conferências – apresentadas ou previstas – pautadas pela discussão dos conceitos de república, liberdade e democracia, a questão do ensino configurou-se como um posicionamento mais direto em relação à sociedade contemporânea ao evento.

Nesse ponto as conferências, incluindo a sua proibição, podem ajudar a compreender a gestação de uma percepção crítica em relação aos rumos que a sociedade portuguesa vinha trilhando. Se o ano de 1851 pode ser entendido como um marco econômico e político, 1871 pode representar uma inflexão “moral”.⁵⁰⁰ Na primeira data, jovens republicanos se juntavam ao Duque de Saldanha, reconhecendo a necessidade de se paralisarem as disputas entre os partidos, em prol dos investimentos na economia e na educação. Já o segundo marco temporal, teria colocado em evidência a farsa desse projeto, intitulado, como se viu, de Regeneração. Muitos dos jovens de 1870 eram republicanos e procuraram por meio das leituras de autores como Proudhon e Comte, romper com o que consideravam a postura liberdade e a falsa paz, destacando, ainda, que aquele provisório progresso material tinha um preço. Como destacou Amadeu Carvalho Homem, tratava-se de um republicanismo reativo, pensado mais como uma forma de oposição à Regeneração, do que propriamente uma frente à monarquia. Para o autor, esses jovens de 1870 acreditavam ser necessário, além de:

[...] postular aleatórios sonhos de soberania fraccionada ou do que acalentar a miragem Ibérica resgatada pela fraternização das suas etnias, urgia refletir sobre os desvios e as perversões do liberalismo nacional. Mais do que cultivar a épica do embate social definitivo e justiceiro, havia que encontrar o seguro trilho da evolução, de uma evolução decerto transformadora e superadora do *status quo*, mas insusceptível de se transviar por mal calculadas aventuras românticas ou por grandiloquências demagógicas.⁵⁰¹

Por conseguinte, as *Conferências do Casino* catalisaram a construção de uma postura de questionamento em relação aos desdobramentos da monarquia liberal, pois a proibição intensificou entre os seus participantes e apoiadores uma desconfiança quanto às prerrogativas do regime. Mas o estranhamento do grupo não se limitou à liberdade proporcionada ou tolhida. Articulava-se a pergunta: passada a consolidação da monarquia constitucional e observando-se um maior crescimento econômico, o que, de fato, tinha-se transformado em

⁵⁰⁰ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p.483.

⁵⁰¹ HOMEM, Amadeu Carvalho. *O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional*. ..., p.135.

Portugal? Tal interrogação, mais do que as possíveis respostas dadas a ela, explica a formação da “geração de 1870”.

Essa geração delimita-se a partir da tentativa de se explicar o “mal estar do século”, que teria conquistado a liberdade e os caminhos de ferro, símbolos da concepção de progresso que se erigia. Tal pretensão questionadora havia estado ausente da agenda pouco desnaturalizante dos ultrarromânticos. Os críticos da realidade portuguesa podem ser chamados, assim, de “geração de 1870”, não porque tenham criado um agrupamento definitivo ou uma discussão acabada, a partir dessa década;⁵⁰² mas por causa do que aquele momento significou para a constituição de novas sensibilidades e afinidades, que não eram homogêneas nem definitivas, porém, capazes de criar um sentimento de partilha em relação a uma mesma inquietação.⁵⁰³ A partir da década de 1870, com efeito, formou-se um grupo que não se limitava às disputas literárias – conforme a questão Coimbrã dos anos 1860 –, tampouco se circunscrevia a um clube de análises eruditas. Tratava-se, na verdade, da formação de intelectuais (mais tarde parte da elite política do país), que se consideravam portadores de uma missão específica: criticar e transformar a sociedade portuguesa erigida pela monarquia constitucional. Inicialmente, para realizar esse intento, esses jovens acreditavam que era preciso ser dissidente. Alguns anos depois, todavia, essa noção se dissipou.

A constituição da “geração de 1870” está atrelada, portanto, a uma “partilha do sensível”,⁵⁰⁴ que implica conexões, aproximações e entendimentos; contudo, envolve

⁵⁰² Nesse sentido, o termo “geração de 1870” aplica-se muito mais a uma disposição de se repensar a situação do país, após a consolidação do liberalismo, do que propriamente a um conjunto engessado de indivíduos e propostas. A partir dessa acepção mais flexível, é possível compreender os diferentes momentos, atuações, composições e projetos que envolvem essa geração.

⁵⁰³ Como já foi destacado, o surgimento de uma geração se explica pelo fator etário, mas também: pela noção de temporalidade e experiência de vida; por uma relação entre as aspirações e visões de mundo; pela noção de contemporaneidade do grupo; por fatores sociológicos, políticos e ideológicos; e por um conjunto de sensibilidades/ afinidades, herdadas ou vivenciadas: capazes de condicionar a noção de partilha de um mesmo destino, missão ou meta. Para além da já citada referência de Jean-François Sirinelli, pode-se destacar as contribuições de: SILVA, Helenice Rodrigues da. *A História Intelectual em questão*. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p.25.

⁵⁰⁴ A noção de sensibilidade empregada tem como referência Jacques Rancière. O autor discute o conceito de “partilha do sensível”, pensando no papel da dimensão estética para a conformação dos debates políticos. Para Rancière, essa dimensão está na possibilidade de uma constante “reconfiguração das relações entre fazer, dizer e ver que circunscrevem o ser comum”. Não se trata apenas da formulação de uma visão consensual sobre o mundo, mas, de outra maneira, das “lutas para transpor a barreira entre linguagens e mundos, na reivindicação de acesso à linguagem comum e ao discurso na comunidade, provocando uma ruptura das leis naturais de gravitação dos corpos sociais”. Os dissensos são fundamentais nessa “partilha do sensível”, já que por meio deles se opera uma transformação em que os “sem parte” – aqueles que, pelo menos inicialmente, não contam em uma comunidade – tornam-se sujeitos capazes de se pronunciar a respeito de “questões comuns”. RANCIÈRE, Jacques. *Le Portage du Sensible: esthétique et politique*. Paris: La Fabrique, 2000, p.19-20.

igualmente as disjunções, divergências e disputas. Refere-se à construção de horizontes de equivalência e da reivindicação de um “espaço” junto a uma “comunidade de sentidos”. Por isso, é importante considerar as diferentes formas de acesso a essa sensibilidade em constituição (as partilhas). No caso da referida geração, a questão girou em torno das maneiras como o contexto português poderia ser pensado, criticado, e, eventualmente, transformado, um ponto que se verificava já nos primeiros debates sobre a interdição das *Conferências do Casino*.

Como resposta ao manifesto dos conferencistas e seus apoiadores, Pinheiro Chagas publicou, no dia 01 de julho de 1871, no *Jornal da Noite*, um texto intitulado: *A Propósito das Conferências Democráticas*. Na publicação, o autor começava por citar um artigo que teria sido favorável aos conferencistas. Essa defesa pautava-se pela afirmação de que a proibição só se justificaria em caso de desacato à religião ou às leis fundamentais do Estado. Chagas parte dessa consideração para destacar que, se esse era o ponto fulcral, as conferências tinham sido convenientemente encerradas. E questionava: não sabiam eles da existência de uma religião de Estado? O crítico afirmou que, em Portugal, diferentemente da Alemanha, não se podiam ensinar todas as opiniões e doutrinas, pois a carta colocava limites. Destacou ainda que os conferencistas queriam a liberdade sem quaisquer limites, para que pudessem impor as suas opiniões e convicções, já que: “A reacção ultramontana e o progressismo desordenado encontram-se, olhando-se de revez, n’esse terreno, e envidam os seus esforços para conquistarem a liberdade com o intuito secreto de a transformarem em monopólio, por todos os meios, assim que a obtenham”⁵⁰⁵.

Pinheiro Chagas trabalha com a ideia apontada anteriormente, de que a luta pela liberdade sem limites seria a promoção da tirania, uma ameaça à ordem liberal. Em outro artigo, publicado no *Diário de Notícias* de 05 de julho, ao invés de discutir diretamente as conferências, o detrator procurou alertar os leitores para os perigos inerentes às doutrinas discutidas nos encontros. Iniciou a argumentação evidenciando que estava se difundindo naqueles anos a noção de que depois das revoluções burguesas, era hora da revolução do proletariado, para que todas as injustiças fossem eliminadas. Sobre a necessidade de acabar com os privilégios, que supostamente teriam sido transpostos da nobreza para a burguesia, o autor se interrogava:

⁵⁰⁵ CHAGAS, Pinheiro. Folhetim: A propósito das Conferências Democráticas. In: *Jornal da Noite*, 30 de Junho/01 de Julho de 1871, ano1, n.154, p.1.

O que! Pois não abriu a revolução o campo liberrimo a todos sem distincção de classe? Negou por acaso ao proletariado algum direito, que ao burguez fosse conceder? Estabeleceu uma separação qualquer entre um e outro? [...] Não tiveram todos os cidadãos as mesmas garantias? Não concederam a todos os mesmos direitos, e não lhes impozeram a todos os mesmos deveres?
506

O articulista reconhecia que, após as primeiras revoluções burguesas, havia faltado corrigir uma desigualdade: o direito ao voto. Entretanto, para ele, esse equívoco havia sido solucionado após os eventos de 1848. Depois da reparação, a única diferença entre os cidadãos seria a inteligência e as habilidades para prosperar. Uma discrepância salutar e dinamizadora, que só seria possível a partir da consciência de que todos – inclusive os operários – tinham “direito ao capital como todos têm direito ao ar e á luz”. O capital era encarado como uma maneira de garantir que todos tivessem acesso à riqueza, possibilitando-se, assim, uma consequente ascensão, ainda que geracional. Essa era, para o escritor, a única condição de se realizar uma verdadeira civilização – inseparável de um senso moral. Pinheiro Chagas terminou o texto chamando a atenção dos leitores para que não se deixassem levar pelas funestas utopias que colocavam em risco duas ideias “santas: deus e família”.⁵⁰⁷

As considerações desse crítico demonstram como toda a agitação europeia e as *Conferências do Casino* foram recebidas por uma parte da sociedade lusitana, especialmente por uma ala mais conservadora. Por outro lado, enquanto Antero e Batalha Reis procuravam desancar os argumentos contrários aos encontros do Casino, destacando, por vezes, a legitimidade do seu caráter libertário, Eça tratou de justificar o evento, atribuindo-lhe uma perspectiva moderada. Nas duas edições de *As Farpas*, publicadas em junho de 1871,⁵⁰⁸ o autor procurou argumentar que as conferências eram ocasiões em que se objetivava formular propostas políticas democráticas, pautadas pelo cientificismo ordeiro.

Na primeira publicação, Eça salientou que as conferências eram do interesse de todos, visto que conformariam uma maneira serena de repensar e discutir a situação do país. Para o autor, era a primeira vez que a revolução sob a forma “científica tem em Portugal a

⁵⁰⁶ CHAGAS, Pinheiro. Folhetim do Diário de Notícias: O Momento da Luta. In: *Diário de Notícias*, 05 de Julho de 1871, n.1971, ano 7, p.1.

⁵⁰⁷ CHAGAS, Pinheiro. Folhetim do Diário de Notícias: O Momento da Luta. In: *Diário de Notícias*, 05 de Julho de 1871, n.1971, ano 7, p.1.

⁵⁰⁸ O primeiro fascículo do periódico, embora tenha saído com a data de maio, só foi colocado à venda em junho, conforme explicou Guerra da Cal, em seu livro: *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz*. No *Diário de Notícias* de 18 de junho de 1871, afirmava-se: “Apareceram ontem *As Farpas*”. No dia 27 do mesmo mês, divulgou-se a informação de que o primeiro número da revista estava esgotado e que no dia 29 “estava na imprensa o 2º número das *Farpas*”. QUEIROZ, Eça de. *As Farpas: As Farpas originais de Eça de Queiroz*. 4.ed. Coordenação de Maria Filomena Mônia. Paredes – Portugal: Principia, 2013, p.15.

palavra”.⁵⁰⁹ A revolução, sob a sua forma política e partidária, “o mundo republicano”, teria aparecido até então muito indistintamente, por meio de agressões aos monarcas, insultos à ordem estabelecida e uma grande indefinição que geraria insegurança e desconfiança.⁵¹⁰ Por essa razão, as conferências do Casino causariam espanto, ao apresentarem a revolução, “serenamente – como uma sciencia a estudar. Não o fariam mais tranquillamente se se tratasse de anatomia”.⁵¹¹ Se o sistema constitucional estava sendo desautorizado todos os dias, por todos os jornais, qual a razão de se condenar as conferências, perguntava-se o escritor. Levando em conta o clima de insurreição oriundo de Paris, Eça alertava:

É muito mais commodo encontrarmo-nos com quem represente o proletariado, sossegadamente, na sala do Casino, do que encontrarmos o proprio proletariado mudo, taciturno, pallido de ambição ou de fome, armado de um chuço á embocadura de uma rua. Fazer conferencias – se bem attentamos n’esse acto – reconhece-se que é uma coisa differente de fazer barricadas.⁵¹²

Contrariamente ao argumento do Pinheiro Chagas, Eça de Queiroz afirmava serem as conferências a solução contra a radicalização e não a sua causa. No segundo artigo que escreveu sobre elas, reafirmou esse ponto de vista, tratando ainda de outras questões correlatas. O Sr. Marques de Ávila, ao dar “um golpe de estado contra alguns escriptores que no Casino faziam critica de historia e de litteratura – foi crear uma attitude politica onde só havia uma intenção scientifica”.⁵¹³ Para sustentar a tese do golpe ele citou algumas leis, dentre elas, a lei de 15 de junho de 1870, destacando que essa legislação previa uma advertência antes da atitude enérgica de se encerrar um encontro público. Como essa advertência não veio, para Eça, a ação era ilegal, além de um cerceamento das liberdades básicas garantidas pelo estado liberal.⁵¹⁴

Ele chegou a discutir também a legalidade de se proibir conferências que nem chegaram a se realizar, já que a medida de interdição, obviamente, não recaía sobre as palestras que já tinham ocorrido. Absurdo maior seria a proibição do debate sobre autores como Victor Hugo, Proudhon, Quinet e Littré, pois, se era permitido ler esses escritores, comprar os seus livros, por que então não se poderiam discutir as suas ideias? Por meio desse

⁵⁰⁹ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*: chronica mensal da politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typ. Universal, Maio de 1871, p. 64.

⁵¹⁰ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*: chronica mensal da politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typ. Universal, Maio de 1871, p. 64-65.

⁵¹¹ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas...*, p.65.

⁵¹² QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas...*, p. 67.

⁵¹³ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas...*, p. 56.

⁵¹⁴ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas...*, p. 56.

questionamento, Eça procurava questionar um dos princípios básicos do regime: a livre circulação das ideias. Mas a sua avaliação centrou-se mais na improcedência do arbítrio, frente ao caráter científico e pacífico do movimento. Ele ratificava a tese de que as conferências não tinham qualquer relação com as ideias republicanas mais radicalizadas ou com o socialismo. Dizia-se, por essa razão, um defensor da ordem e afirmava não desejar o grito da revolta – que seria perigoso num país “ignorante, desorganizado, apaixonado”.⁵¹⁵

Destacava, por fim:

Nós queremos a revolução feita serenamente no domínio das idéas e da sciencia, primeiro, – depois pela influencia pacifica d’uma opinião esclarecida e inteligente, e pelas concessões successivas dos pobres conservadores; – enfim *uma revolução pelo governo*, tal qual ella se faz lentamente e fecundamente na sociedade ingleza.⁵¹⁶

De acordo com a narrativa eciana, as conferências não representavam qualquer risco para a ordem estabelecida. O autor procura (re) significar os encontros do casino, considerando-os parte de um movimento que desejava a revolução de acordo com o “modelo” inglês. Como se evidenciou, a matriz liberal inglesa foi construída como uma opção moderada, também a partir de um processo de apropriação, principalmente no contexto de agitação política e social do século XIX. Para Eça, o modelo inglês seria o mais coerente para qualquer proposta de transformação, pois, de acordo com sua avaliação, não havia em Portugal, à época, partidos e clubes, republicanos ou socialistas. Em resumo, não havia conspiração. E para evita-la, nada mais apropriado, segundo o escritor, do que o modelo liberal inglês: entendido como ordeiro, conduzido por agentes apropriados e não por uma multidão faminta e raivosa.

É defensável afirmar que não existia em Portugal um proletariado organizado a ponto de deflagrar uma revolução, com o apoio de uma elite socialista igualmente articulada. As conferências, por seu turno, não eram a hecatombe que Pinheiro Chagas e os outros conservadores procuraram fazer crer. Contudo, a análise de Eça parece subestimar as intenções e ações conspiratórias que se desenvolviam em Portugal e, em particular, nas *Conferências do Casino*. Mais do que isso: o escritor construiu um sentido para o evento, posicionando-se no processo de sensibilização que se formatava. Um indício que ajuda a problematizar a narrativa queiroziana são as ações e os posicionamentos confessos de alguns dos integrantes dos encontros do Casino, nomeadamente Antero de Quental e Batalha Reis.

⁵¹⁵ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas ...*, p. 62.

⁵¹⁶ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas ...*, p. 62-63. (O grifo é da própria fonte)

Os dois amigos, na ocasião das conferências, mantinham contato com alguns membros da *Internacional*, por intermédio de Giuseppe Silo Domenico Fontana (1840-1876) – José Fontana, um suíço que havia emigrado para Portugal. Batalha Reis, ao homenagear Antero na ocasião da morte deste, recorda-se dos encontros que ambos tinham com José Fontana. Reuniam-se secretamente, inclusive em um barco no Tejo, para tratarem da revolução operária e das teorias de Marx. Além da narrativa memorialística, Batalha Reis justifica para sua noiva as possíveis ações de violência, dizendo-se favorável à *Comuna de Paris*. Assim, ele afirmava serem as guerras inevitáveis por causa do estado em que se encontrava a humanidade.

Resta, pois, saber quando dois grupos de homens fazem guerra, qual a faz em nome de melhores ideias. Aqui tens porque atualmente, em França, eu sou pela Comuna. A Comuna, minha Celeste, representa a miséria dos operários sem trabalho, dos operários que não chegavam a ganhar para as suas famílias, enquanto os donos das fábricas juntam em poucos anos milhões, dos pobres, dos desgraçados, que eram já filhos de filhos de operários miseráveis. Ora, é razoável, é digno defender das calúnias com que os atacam, estes desgraçados, que nunca tiveram uma recompensa para o seu trabalho. Aqui tens porque sou pela Comuna.⁵¹⁷

Conforme salientou Maria Filomena Mônica, é possível afirmar com certa segurança que o risco de uma grande insurreição proletária em Portugal era quase inexistente, mas isso não significa que não houvesse qualquer tipo de conspiração, nem que inexistissem clubes republicanos e/ou socialistas.⁵¹⁸ Da mesma maneira, é pertinente não considerar que as *Conferências do Casino* eram desprovidas de qualquer pretensão mais radicalizada, nem que o governo não tinha nenhum motivo para temê-las. De acordo com Filomena Mônica:

Seja qual for o ponto de vista que se adote, o início da década de 1870 foi terrível para Portugal. Houve governos de semanas, coligações, ditaduras militares. As classes trabalhadoras, que tinham visto os seus salários descer, agitaram-se. As greves em fábricas importantes multiplicaram-se. Em 1871, olhando o que se passava em Espanha e em França, era natural que um governante estivesse nervoso. Hoje sabemos que a Comuna foi vencida, que a monarquia espanhola foi restaurada e que, em Portugal, tudo desembocou nas plácidas águas do fontismo. Os contemporâneos não tinham esse conhecimento.⁵¹⁹

A contraposição entre a versão tecida por Eça sobre as conferências e as aspirações de Antero e Batalha Reis não objetiva apontar qual das narrativas é mais ou menos condizente com o que se passou. Não é essa a questão. A discussão, isto sim, recai sobre as diferentes

⁵¹⁷ ESPÓLIO DE JAIME BATALHA REIS, Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, BN, carta XIV, de 1871.

⁵¹⁸ MÔNICA, Maria Filomena. *O Movimento Socialista em Portugal, (1875-1934)*. ..., p.35-41.

⁵¹⁹ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós...*, p. 145.

formas de inserção num processo sensibilização política. Essa “partilha do sensível” aponta para variantes formas de pensar a sociedade portuguesa, destacando-se os singulares posicionamentos e expectativas que conformavam a comunidade de sentidos inerente à “geração de 1870”. No que tange a Eça de Queiroz, essa interposição é preciosa, pois, durante muito tempo, creditou-se à sua participação nas *Conferências do Casino* um teor revolucionário que não pode ser facilmente verificado. Com efeito, os significados muitas vezes atribuídos à sua conferência – e mesmo à sua obra – estão muito mais ligados a certa disposição transgressora do grupo do qual ele fazia parte, como se os horizontes emancipatórios da “geração de 1870” conformassem um bloco monolítico, cujos diferentes membros representassem apenas variações de uma tendência mais geral.

Essa perspectiva engendrou e foi engendrada por uma interpretação sobre Eça de Queiroz e sua obra, marcada por um etapismo simplificador. Considerava-se, nesse sentido, a progressão de uma tendência conservadora do autor, como se existisse um Eça revolucionário dos anos 1860 e 1870, e outro *chauvinista*, dos anos 1880 e 1890. Essa perspectiva dicotômica foi defendida por uma parte importante dos estudiosos da vida e da obra do escritor, especialmente os biógrafos. Para Ascher Lima, Eça exerceu sua orientação socialista a partir da atuação consular em Cuba, onde teria tomado o partido dos trabalhadores chineses submetidos ao trabalho forçado.⁵²⁰ Adicionalmente, para José Gaspar Simões, o romancista teria sido um discípulo de Proudhon, pelo menos em sua primeira fase criativa. Segundo Vianna Moog, o jovem Eça era um socialista incontestado. Por outro lado, Joaquim Palminha Silva reconhecia, na atuação consular de Eça de Queiroz, um momento de traição dos ideais socialistas de outrora.⁵²¹ De acordo com essas perspectivas, Eça, aos poucos, revelava-se elitista e demagogo. Em relação à produção literária, destacam-se interpretações como a de Antônio Candido, que, ao tratar das diferenças entre as obras da juventude e as da maturidade do autor, afirmou:

O jovem Eça, socialista, nutrido de cultura francesa, concebia a sociedade como organismo em progresso constante, impelido pela técnica industrial sob o signo da concorrência econômica. O que via na pátria, todavia, era uma civilização pachorrenta, baseada na agricultura e no comércio, quase inteiramente à margem da vida febril do Ocidente.⁵²²

⁵²⁰ Um breve exame das cartas consulares de Eça de Queiroz, hoje disponíveis para consulta, ajuda a questionar essa interpretação.

⁵²¹ Para um balanço sobre essas interpretações, vale citar a análise de: FREELAND, Alan. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *Correspondência Consular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. XIX-XX.

⁵²² CANDIDO, Antônio. *Entre Campo e Cidade*. In: *Tese e Antítese*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p.31.

A construção de uma narrativa sobre uma vivência, com um sentido linear, teleológico e com nexos causais, faz parte do que Bourdieu chamou de “a ilusão biográfica”, isto é, a tendência anacrônica de se criar uma organização inteligível, de acordo com uma visão *a posteriori*, sobre a trajetória de um indivíduo.⁵²³ As vivências não são necessariamente coerentes, ou, pelo menos, não têm a coerência que algumas narrativas biográficas costumam conformar. Nem tudo num percurso de vida é progressivamente encadeado e cartesianamente compreensível: por trás de supostas permanências, podem ser reveladas significativas mudanças e as aparentes transformações podem escamotear relevantes continuidades. Nesse sentido, afirmar que existe um jovem Eça socialista, por um lado, e um maduro escritor conservador, por outro, é reproduzir uma miopia analítica.

A discussão mais cuidadosa sobre a vida e a obra do autor, procurando pensar de acordo com o contexto em que ambos se fizeram, coloca em questão a divisão explicitada. Dificilmente pode-se afirmar que Eça foi um socialista. Tampouco, como será explorado ao longo da tese, existem indícios que sinalizem uma grande guinada conservadora do autor. Ao contrário, o que se sustentará é que Eça, dialogando com os preceitos do próprio liberalismo, acreditava numa transformação paulatina da realidade portuguesa, por meio do processo de formação daqueles que, em tese, não estavam prontos para se governar e para assumir o protagonismo político do país. Num primeiro momento, como se verá, o romancista viu a si mesmo e os seus companheiros de geração, como componentes de uma elite intelectual que poderia conduzir a referida missão instrutiva, sendo a obra literária uma das realizações dessa ambição. Entretanto, com o passar do tempo, essa aposta recaiu sobre a própria monarquia liberal, uma mudança de agência que se concatenava muito bem com as tendências mais moderadas do pensamento liberal oitocentista, conforme trabalhado no primeiro capítulo. Ao longo desta tese, demonstrar-se-á que tal transformação nas apostas do autor, faz parte de uma sensibilização – que se desenvolve também por meio da obra literária – considerando-se as afirmações, as negações, as contradições e os dilemas. Interessa discutir a forma como Eça de Queiroz construiu um sentido para o passado e para a realidade portuguesa, bem como para a sua trajetória e a da “geração de 1870”. Uma elaboração que encontra na dimensão estética um elemento crucial (especialmente por meio da obra *Os Maias*, como se destacará).⁵²⁴

⁵²³ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.184-185.

⁵²⁴ Bourdieu cita Allain Rode-Grillet, para afirmar que o romance moderno tem uma importância singular para a descoberta de que o real é descontínuo, “formado por elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto

A elaboração da narrativa eciana está ligada, conforme apresentado, a uma pergunta geracional: o que de fato havia se transformado em Portugal após os desenvolvimentos materiais e o advento da monarquia liberal? Mas existe outra questão: as gerações precedentes, em tese, haviam falhado; a “geração de 1870”, também? O segundo questionamento não é totalmente estranho ao primeiro e é com algumas palavras sobre ele que este capítulo será encerrado.

2.4. O projeto de moralização da nação: o grupo dos “vencidos da vida”

Conforme discutido, “a geração de 1870” pode ser pensada como um grupo de intelectuais que procurou repensar o estado das letras e, concomitantemente, de Portugal. A maioria desses homens se formou na Universidade de Coimbra, mas há também os que estudaram no Porto e em Lisboa. Como se viu, eram muito críticos em relação às gerações anteriores e consideravam que a arte deveria ter um papel fundamentalmente social e político. Em sua maioria, esses homens cresceram após a guerra civil de 1846-1847, vivendo em um país que tinha conquistado certa estabilidade política e crescimento econômico. Além do mais, muitos deles atuaram na imprensa liberal progressista no final dos anos 1860, período em que ganharam certa notoriedade. Segundo Rui Ramos:

Não só não havia censura, como a estrutura da imprensa permitia a convivência nas mesmas páginas de vários gostos e opiniões. [...] É assim que nenhum dos jovens escritores poderia se queixar de boicote. Teófilo escrevera seus “contos fantásticos” no *Jornal do Comércio*, revezando Chagas e Camilo Castelo Branco. Antero publicara prosas nublosas na *Revista do Século*, cujos redatores eram nada mais nada menos que Chagas e Osório de Vasconcelos. Durante a polêmica de 1865-1866, o desconhecidíssimo Eça de Queiroz colocaria as suas produções na fusionista *Gazeta de Portugal*. Era motivo de galhofa a toda redação, mas eram publicadas à mesma.⁵²⁵

A atuação junto à imprensa ou aos órgãos públicos e administrativos, bem como a própria titulação de bacharel, eram formas de se garantir, na sociedade liberal consolidada, a posição que a família de alguns desses escritores já possuía. Mas eram também maneiras de evitar ter que recorrer aos “indignos” trabalhos manuais, principalmente para aqueles que

mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório”. BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão biográfica*. ..., p.185.

⁵²⁵ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. ..., p.491.

tinham algum antepassado nobre, mas não contavam com renda ou posses.⁵²⁶ Por essas razões, a maioria dos membros da “geração de 1870” se instalou na imprensa, nas escolas e repartições públicas que compunham o ordenamento liberal, – por eles tão criticado.⁵²⁷ Por seu turno, o regime precisava ceder, sobremaneira a partir da Regeneração, permitindo a atuação desses críticos, como forma de evitar uma oposição mais frontal. Era relevante criar a impressão de que a partir da estabilidade política conquistada, não eram necessários grandes confrontos, isto é: seria possível conviver bem e democraticamente dentro do próprio sistema, que, *a priori*, poderia abarcar a todos conciliatoriamente. Entretanto, para uma parte dessa elite letrada e/ou político-administrativa:

O constitucionalismo servia interesses privados e aproveitava-se da alienação das massas, a quem nenhuma formação espiritual tocara desde a fanatização católica. O projeto intelectual passou então pela produção da nova moral que deveria reorganizar a sociedade como um todo “orgânico”, integrado, crente. Não era um estado burguês próspero – Portugal “holandês” – aquilo com que sonhavam os intelectuais, mas com o que podemos chamar a nação cultural, deduzida pela ciência positiva.⁵²⁸

Para esses intelectuais, era preciso uma reorganização social após as transformações levadas a cabo por meio do liberalismo em Portugal. Com essas mudanças, as tradições católicas e monárquicas, que tinham dado sentido àquela sociedade, foram desarticuladas, e, por isso, seria necessário um projeto político e cultural que reconstruísse o país, eliminando as incertezas que pairavam. Imbuídos desse espírito, os integrantes da “geração de 1870” não só procuraram criar uma nova produção literária e intelectual, como chegaram a atuar diretamente na política nacional. No último caso, destaca-se o projeto “Vida Nova”.

Esse projeto foi idealizado por Oliveira Martins, com a entrada deste no Partido Progressista, a convite de Anselmo José Braamcamp (1817-1885). A expectativa de Martins era reeducar os progressistas para que eles, no governo, pudessem realizar as transformações necessárias em Portugal. Acreditava-se que era preciso reformar o sistema, por meio do combate aos demagogos e às práticas políticas qualitativamente discutíveis. Seria importante, nesse sentido, superar a tendência “democratista”, pautada, de acordo com a perspectiva de Oliveira Martins e muitos de seus companheiros, por uma superficial modernização, responsável por um falso desenvolvimento e por uma grande decadência moral.⁵²⁹ Todavia,

⁵²⁶ RAMOS, Rui. João Franco: uma educação liberal (1884-1897). *Análise Social*, vol. 36, m.160, 2001, p. 740-741.

⁵²⁷ MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70 ...*, p.64.

⁵²⁸ RAMOS, Rui. *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). ...*, p. 527.

⁵²⁹ O movimento “Vida Nova” foi considerado por alguns analistas o precursor do salazarismo, muito em função das críticas contundentes direcionadas aos partidos políticos e ao liberalismo. Maria Filomena Mônica relativiza

com a morte de José Braamcamp, assumiu a liderança do partido e depois o governo, José Luciano de Castro (1834-1914), que abriu espaço para os adversários políticos de Martins, colocando-se por terra o projeto “Vida Nova”. Os intelectuais, que até a década de 1870, tinham sido dissidentes, a partir daí, tiveram a oportunidade, por meio do projeto de Oliveira Martins, de conformar ou de influenciar ações governativas por meio de suas ideias, interpretações e projetos. Mas essa pretensão foi frustrada.

Principalmente depois do insucesso dessa iniciativa reformista, constituem-se *Os Vencidos da Vida*. Esse grupo começou a ser formado a partir dos cinco que foram fotografados no verão de 1884, no Palácio de Cristal, no Porto: Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro.⁵³⁰ Anos depois, em 1889, os *vencidos* teriam se completado, com Antônio Cândido Ribeiro da Costa (1850-1922), Antônio Maria Vasco de Mello Silva César e Menezes (1851-1923) – o Conde de Sabugosa, Bernardo Pinheiro Correia de Melo (1855-1911) – Conde de Arnoso, Carlos Lobo D’ávila (1860-1895), Carlos Mayer, Conde de Ficalho, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Luís Pinto de Soveral (1851-1922), Oliveira Martins e Ramalho Ortigão, os onze que aparecem na fotografia tirada na casa do Conde Arnoso.⁵³¹ Havia ainda os vencidos honorários, Antero de Quental, Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), José Maria do Casal Ribeiro (1825-1896) – o Conde de Casal Ribeiro e o próprio príncipe e depois rei, D. Carlos.⁵³²

O grupo composto por aristocratas tradicionais, membros da nobreza constitucional, intelectuais e políticos, articulou-se a partir de jantares luxuosos. Seus componentes chamavam atenção pelas extravagâncias, mas também pelos seus propósitos. Não eram quaisquer homens que estavam se reunindo com o intuito de pensar na realidade do país. Trata-se, de outro jeito, de um agrupamento composto por sujeitos com posições de destaque naquela sociedade, manifestando, nesses encontros, um grande descontentamento com a política então vigente, com os partidos políticos e com a própria monarquia constitucional.

essa relação, afirmando que Oliveira Martins não teria abandonado uma postura liberal. As reformas pretendidas deveriam acontecer dentro e por meio do sistema. Não se tratava de uma ditadura conduzida pelo rei, mas, ao contrário, que houvesse a formação de quadros qualificados para governar. A busca pela centralização do poder e as críticas ao liberalismo, tecidas na segunda metade do século XIX, não podem ser equiparadas àquelas que se desenvolveram nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de outro contexto. MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós...*, p. 348.

⁵³⁰ MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70 ...*, p.78.

⁵³¹ MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70 ...*, p.78-79.

⁵³² Os “vencidos da vida” “exerciam certa influência sobre D. Carlos – que se considerava membro ‘suplente’ do grupo –, junto do qual defendiam o antiparlamentarismo e a necessidade de maior engrandecimento do poder real”. CATROGA, Fernando. *Cientismo, política e anticlericalismo*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, p.585.

Numa das ocasiões em que o grupo se encontrou, Pinheiro Chagas fez questão de escrever um texto em que procurava ironizar a alcunha de *vencidos*. Na publicação, datada de 28 de março de 1889, Chagas afirmava, primeiramente: “O que nos custa compreender é que um excesso de modestia eleve alguns d’estes vencedores a chamarem-se vencidos”.⁵³³ Em seguida o escritor procurou descrever o perfil de cada um dos participantes do referido jantar, afirmando, por exemplo, que Bernardo Pindela, o Conde Arnoso, era simplesmente o sinônimo de um vencedor. Chama atenção ainda para figuras como Carlos Lobo D’ávila e Eça de Queiroz. O primeiro, seria marcado por uma felicidade exibicionista e muito pouco usual para um vencido; ao passo que o segundo, já naquele momento cônsul em Paris, era sucesso literário com a publicação dos seus romances. Os *vencidos* seriam na verdade vencedores. Eça respondeu a essa provocação, começando por dizer que:

O amavel *Correio da Manhã* fazendo hoje o retrato social dos Vencidos da Vida, um por um, para lhes contestar este titulo acabrunhante, continua e engrossa o ruido de publicidade que a imprensa tem erguido ultimamente em torno d’este grupo jantante, com considerável desgosto dos homens simples que o compõem.⁵³⁴

Para contrapor a visão de Pinheiro Chagas, Eça procurou explicitar o significado do nome do grupo: “[...] para um homem o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente, a que chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava [...]”.⁵³⁵ Ele destacou, portanto, que os membros daquele “grupo jantante” sentiam-se derrotados por causa dos seus objetivos não realizados e por isso não poderiam ser julgados vencedores apenas por terem conquistado uma carreira promissora, ou por sustentarem uma posição supostamente privilegiada. Os objetivos é que deveriam ser levados em conta e não as conquistas materiais e/ou superficiais. Em seguida, procurou negar o caráter político daqueles encontros, ironizando a repercussão que as jantaras de onze homens estavam causando. Era extraordinário que eles conseguissem continuar se encontrando, “sem se dividirem em pequenos grupos de direita e de esquerda; sem terem durante todo esse tempo nomeado entre si um presidente e um secretario perpetuo; [...] sem possuírem hynno nem bandeira bordada [...] sem serem elogiados no Diario de Noticias”.⁵³⁶ Eram hereges num país de letargia.

Eça argumentou bem, defendendo uma compreensão mais problematizada sobre o que seria um vencedor. Mas não se pode perder de vista qual é o lugar de enunciação desses

⁵³³ CHAGAS, Manuel Pinheiro. Os vencidos da vida. In: *Correio da Manhã*. Ano VI, n. 1:331, p.1.

⁵³⁴ QUEIROZ, Eça de. Os vencidos da Vida. In: *O Tempo*, 29 de Março 1889, anno I, n.84, p.1.

⁵³⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os vencidos da Vida*. ..., p.1.

⁵³⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os vencidos da Vida*. ..., p.1.

sujeitos. Eram eles escritores de sucesso, ocupavam cargos de prestígio e eram reconhecidos por uma parcela considerável daquela sociedade. Frequentando os salões onde circulava a mais importante aristocracia – a exemplo das *soirées* de Dona Maria Amélia Vaz de Carvalho – e com o acesso às principais instituições oficiais de ensino, de diplomacia e política, esses sujeitos não eram objetivamente fracassados. Olhando por esse ângulo, eram realmente vencedores. Eça tornou-se rapidamente um dos romancistas mais lidos de Portugal e um dos mais conhecidos escritores da língua portuguesa no período, como será destacado. Mas não estava sozinho quando o assunto era reconhecimento: Guerra Junqueiro tinha um grande prestígio entre os jovens da época (especialmente os do Porto); Oliveira Martins foi ministro e um nome influente na monarquia liberal; e sujeitos como Teófilo Braga, receberam recorrentes honrarias, como a que lhe foi conferida pela *Academia Real das Ciências*.

Nesse sentido, mais do que buscar definir se esses homens falharam ou não em seus propósitos, é preciso procurar entender a elaboração social e cultural dessa noção de derrota. A “geração de 1870” procurou poetizar a decadência, tanto no que se refere à trajetória dos próprios membros do grupo, quanto à realidade país. Como se explicitou na primeira parte deste capítulo, a noção de atraso, a qual esses intelectuais são refratários e ideia que, ao mesmo tempo, ajudaram a construir, não está ligada a um maior distanciamento entre Portugal e o restante da Europa, muito pelo contrário. A concepção de que havia um grande hiato entre o mundo de aquém e de além Pirineus intensificou-se exatamente porque o contato com a realidade dita “moderna e civilizada” havia aumentado.

Por essa razão, esse discurso de cunho *niilista* deve ser encarado como uma pergunta, um problema, e não apenas como uma afirmação. Portugal poderia efetivamente se regenerar? Quais os significados das mudanças operadas até então? Se elas não surtiram efeito, seria possível almejar outras? Qual o papel das elites intelectuais e políticas para essa possível transformação? Elas estavam fracassando em seus intentos?

Se algumas das pretensões políticas da “geração de 1870” não se realizaram (a exemplo do projeto desenvolvido por Oliveira Martins – “Vida Nova”), isso não significa que eles tenham simplesmente falhado ou que efetivamente se consideraram “vencidos”, desistindo de qualquer proposição. Nesse sentido, é preciso considerar que esses homens articulavam seus projetos e pretensões fundamentalmente por meio de produções culturais, desenvolvendo uma relação ambígua e conflituosa entre certa “poetização da decadência”, a noção de fracasso (pessoal e coletiva) e o projeto intelectual que se pretendia conformativo e

moralizante. É nesse sentido que será analisada a seguir o processo de construção eciana dos questionamentos direcionados à sociedade portuguesa, tomando a urdira, estética e social do romance *Os Maias*, como metonímia dessa elaboração.

3. ENTRE O ESCRITOR E O ESCREVINHADOR, ENTRE O PÚBLICO E O LEITOR: A “ESCRITA EDITORIAL” ECIANA E SUA CULMINÂNCIA NO ROMANCE *OS MAIAS*

3.1. Tempos de aprendizado: as primeiras incursões literárias do jovem escritor

Com o diploma debaixo do braço e sem saber muito que fazer com ele, Eça de Queiroz mudou-se para Lisboa logo após a sua formatura, que se realizou em junho de 1866. Na capital, ele passou a viver pela primeira vez com a sua família nuclear.⁵³⁷ Entretanto, em grande parte do tempo, o jovem bacharel permanecia na casa de Batalha Reis, no Bairro Alto. Nessa época, Eça arriscou suas primeiras experiências como escritor junto à *Gazeta de Portugal*, onde publicou uma literatura folhetinesca.

Conforme lembrou Batalha Reis, o referido periódico tinha sido muito importante desde a sua fundação, em novembro 1862, contando com a colaboração de: Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), Mendes Leal (1820-1886), Luís Augusto Rabelo da Silva (1822-1871), Camilo Castelo Branco (1825-1890), Júlio Cesar Machado (1835-1890), dentre outros escritores destacados naquela altura.⁵³⁸ Ainda segundo o autor, a *Gazeta* tinha muito prestígio, sendo o veículo adequado para o reconhecimento de autores iniciantes. A partir do periódico, foram consagrados escritores como Pinheiro Chagas ou Alberto Osório de Vasconcelos (1840-1920), por exemplo, e a fórmula para o sucesso seria o exercício do elogio mútuo e a reprodução de fórmulas aceitas por literatos e leitores adaptados ao romantismo. O periódico, todavia, entrava em decadência quando Eça começou a publicar nele seus primeiros textos. Batalha Reis era estudante em 1867, época em que frequentava a redação do referido jornal, localizado junto ao número 26 da Travessa da Parreirinha, perto do *Teatro de São Carlos*. Recordando-se de uma das ocasiões em que esteve na *Gazeta*, Batalha Reis afirmou ter avistado uma figura “muito magra, muito esguia, de pescoço muito alto”. Era Eça de Queiroz, que, segundo o memorialista, mostrava-se como uma imagem inteiramente desenhada a:

⁵³⁷ Eça de Queiroz nasceu quando seus pais ainda não eram casados. Isso pode explicar o fato de o escritor ter passado a sua infância, basicamente, com o seu avô paterno e alguns criados de confiança da família. Todavia, as circunstâncias do nascimento são causa de muita controvérsia, sobretudo porque o autor só teve a maternidade reconhecida na época do seu casamento. Antes disso, em seus documentos apareciam apenas: “mãe incógnita”. A certidão de idade foi consultada em: AU – *Livro de Actos e Graus*: IV-1ºD-5-2-68 (folha 112).

⁵³⁸ REIS, Jaime Batalha. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *Prosas Bárbaras*. 1.ed. Porto: Lelo: Artes Gráficas, 1905, p.V-VI.

[...] preto intenso e a amarelo desmaiado: Cobria-a uma gravata alta e preta, umas calças pretas. Tinha as faces lívidas e magríssimas, o cabelo corrido e muito preto, do qual se destacava uma madeixa triangular, ondulante, na testa pálida que parecia estreita, sobre os olhos cobertos por lunetas fumadas, de aros muito grossos e muito negros. Um bigode farto, e também muito preto, caía ao lado de uma boca grande e entreaberta. As mãos longas, dedos muito finos côm de marfim velho, na extremidade de dois magros e longuíssimos braços, faziam gestos desusados com uma badine muito delgada e um chapéu de copa conica, mas de feltro baço, como os chapéus do século XVI que se veem nos retratos do Duque d'Alba, do Philippe II de Espanha, ou de Henrique III de França.⁵³⁹

A citação, além de ser uma das poucas caracterizações da imagem de Eça de Queiroz, demonstra, pela sua descrição detalhada, a importância desse encontro para o narrador e amigo do romancista. Este, na ocasião da cena apresentada, começava suas atividades literárias. Tal caracterização faz parte, ainda, de um intuito claramente destacado por Batalha Reis no desfecho do texto em questão: apresentar, para as gerações de escritores do início do século XX, quem tinha sido Eça de Queiroz, um escritor que estava relativamente esquecido naquele período.

Seja como for, foi na casa de Batalha Reis que Eça começou a se arriscar com os primeiros trabalhos literários que tornou públicos. Trata-se de um conjunto de elaborações marcadas pelo diálogo com o romantismo, muito embora já com uma roupagem diferenciada. Entre uma chávena de café e outra, entre um cigarro e outro, Eça escrevia seus contos, nessa época, com certa facilidade, passando para o papel, sem muito se preocupar com emendas e correções, imagens que lhe iam surgindo. Uma leveza e despreensão que desapareceriam anos mais tarde. O escritor só entrava no quarto do amigo pisando com o pé direito e demonstrava, de acordo com o relato, muita preocupação em se constipar. Nessas ocasiões, Eça escrevia andando de um lado para o outro, gesticulando, falando consigo mesmo. Isso por horas a fio, segundo Batalha Reis.

Por meio desses espasmos criativos, o escritor produzia uma prosa de contornos ainda pouco definidos. Essas primeiras experiências literárias foram recebidas, de acordo com as memórias de Batalha: “como uma novidade extravagante e burlesca”.⁵⁴⁰ Escritores como Teixeira de Vasconcelos, por exemplo, teriam afirmado que o jovem escritor tinha talento, mas era pena que “residisse em Coimbra, que seja inteiramente doido, que haja nos contos, sempre dois cadáveres amando-se n’um banco do Rocio, e que escreva ... va... va... va em

⁵³⁹ REIS, Jaime Batalha. *Introdução*. ..., p.IX-X.

⁵⁴⁰ REIS, Jaime Batalha. *Introdução*. ..., p.VII.

francez”.⁵⁴¹ Embora os contos tenham chamado atenção, recebendo críticas negativas, pouco tempo depois do último desses escritos (que saiu em 1867), já ninguém no *Café Martinho* ou no *Grêmio Literário* comentava alguma coisa sobre o autor deles. Eça só veio realmente a fazer sucesso e ganhar certo espaço no mundo das letras quase uma década depois, com a publicação de *O Crime do Padre Amaro*.

Antes disso, porém, o escritor passou por outras experiências que, muito embora não fossem detidamente literárias, foram fundamentais para o desenvolvimento posterior de sua prosa. A primeira delas se deu em Évora, onde Eça fundou um jornal, do qual era ele próprio o principal escritor. Mudou-se para a cidade no final de dezembro de 1866, com a missão de criar um periódico que defendesse os interesses do *Partido Histórico*, contrapondo-se ao único jornal que havia na cidade naquela ocasião, a *Folha do Sul*.⁵⁴² Montou a redação e escreveu durante sete meses um novo periódico, o *Distrito de Évora*, que teve o seu primeiro número publicado em 06 de janeiro de 1867. O jornal tinha geralmente três folhas de texto e uma dedicada aos anunciantes. Os artigos eram assinados por A. Z, A.M e A.M.G, mas, ao que tudo indica, eram todos escritos por Eça de Queiroz, que simulava, por exemplo, ser um correspondente de Lisboa, informante das novidades da capital. Escrevia sobre todo tipo de assunto: política, economia, cultura, artes, etc. Com um tom progressista, afirmava que o sistema representativo era uma fraude, que os deputados eram um bando de escravos e os ministros incompetentes. E apontava as soluções para o país: “Economizar, dar instrução, reformar a lei fundamental, codificar a legislação, extinguir os privilégios, animar a agricultura, velar pelo povo, dar a todos o voto espontâneo”.⁵⁴³

Essa experiência jornalística, como também aquela que o autor exerceu anos depois em *As Farpas*, é considerada por muitos especialistas como um importante exercício narrativo para a elaboração da obra eciana.⁵⁴⁴ Isso tanto em função do tom descritivo que as narrativas

⁵⁴¹ REIS, Jaime Batalha. *Introdução*. ..., p. VII. (O memorialista procurou validar suas recordações, dando-lhes certo “frescor”, por meio dos detalhes empregados, mas também utilizando recursos da oralidade, como se pode perceber nessa citação).

⁵⁴² DAVID, Celestino. *Eça de Queiroz em Évora*. Évora: A Céltica, 1945, p.18.

⁵⁴³ QUEIROZ, Eça de. Distrito de Évora, 22 de Fevereiro de 1867. In: MÔNIA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. ..., p.62.

⁵⁴⁴ O romance moderno, que começou a se formar principalmente a partir do século XVIII, foi pautado por uma noção de verossimilhança refratária ao fantástico e ao fabuloso, características típicas da tradição romanesca secular. Diferentemente do emprego de uma linguagem rebuscada, sublime e elevada, o romance caracteriza-se por uma narrativa mais acessível, com temas que se aproximam da realidade social do próprio autor. Muito em função dessas características, a escrita romanesca, na modernidade, passou a ser relacionada com o fazer jornalístico. Este também se estruturou e se ampliou por meio das interfaces estabelecidas com a literatura. Sobre

literárias ganharam posteriormente, quanto por causa de uma preocupação que também se avolumou aos poucos: a obra literária deveria manter certos nexos com a realidade social. Mas não só de jornalismo Eça viveu antes de se tornar cônsul. Ainda em Évora, o autor atuou, por uma única vez, como advogado, defendendo um ex-fogueiro da marinha, José Pereira, que tinha assassinado a mulher e a enterrado a pretexto de suas traições.⁵⁴⁵ Não ganhou a causa e nem se empolgou com a profissão. Regressou à capital, onde retomou a boemia do *Cenáculo Literário*.

Em 1869, Eça foi convidado por Luís de Resende para uma viagem ao Oriente Próximo, incluindo-se o Egito, onde ambos assistiriam à inauguração do Canal de Suez. A viagem foi relevante para a trajetória do escritor, primeiramente por ser a sua primeira experiência internacional, mas também porque, a partir da observação de realidades muito distintas de tudo o que havia vivido até então, Eça se viu tentado a abandonar certas idealizações que tinham marcado a sua produção literária, em favor da descrição do real observado de forma meticulosa. Tal tendência pode ser verificada nos seus escritos sobre o *tour*, bem como em suas análises sobre a criação do canal.⁵⁴⁶ A partir dessa experiência o autor apaixonou-se pela literatura de Flaubert e, além das narrativas sobre a viagem e as análises jornalísticas, a escrita romanesca também foi impactada pelas vivências experimentadas no Oriente. O caso mais expressivo foi *A Relíquia*. Durante essa estadia no Oriente Próximo, muito provavelmente, o escritor adquiriu a doença que, segundo alguns dos biógrafos, acabou o vitimando anos mais tarde: a amebíase.⁵⁴⁷ De acordo com Maria Filomena Mônica,

A viagem para o Oriente foi importante para Eça não só do ponto de vista literário, mas existencial. Foi então que ele se percebeu não estar disposto a deixar-se encarcerar em um país periférico. Queria partir, ver exposições, países, Madrid, Paris, Berlim, Sampetersburgo, o mundo!⁵⁴⁸

Chegando a Lisboa, além de se aborrecer com a velha rotina, Eça sofreu pressões para a definição de uma carreira, pois, afinal, a família tinha suas posses, o pai uma boa posição, mas não o suficiente para manter uma vida de viagens, bebedeiras e boemia. Foi então que o

essas questões, ver: CHILLÓN, Albert. *Literatura y periodismo*. Una tradición de relaciones promíscuas. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona Servei de Publicacions, 1999.

⁵⁴⁵ MÔNIA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. ..., p.70.

⁵⁴⁶ Nomeadamente: QUEIROZ, Eça de. De Porto Said a Suez In: *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello, s.d, vol.3; _____. A Palestina; Alta Síria. In: *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello, s.d, vol.4; _____. O Egito. In: *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello, s.d, vol.3.

⁵⁴⁷ Dentre os autores que consideram essa possível causa da morte do romancista, destaca-se: MATOS, Alfredo Campos. Morte. In: *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. il. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.885- 892.

⁵⁴⁸ MÔNIA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. ..., p.99.

escritor acabou atuando como administrador do município de Leiria. De sua experiência na pequena cidade sabemos muito pouco, mas certamente não pretendia prolongar a estadia, já que pouco tempo depois de assumir o cargo, inscreveu-se no concurso para a vaga de cônsul. O certame exigia algo que Leiria poderia lhe oferecer: pelo menos seis meses de experiência como funcionário público.⁵⁴⁹ Ausentou-se do cargo de administrador para fazer o concurso, não conseguindo a colocação, entretanto. Eça ficou em primeiro lugar na prova escrita, mas em função da sua parca experiência nos negócios públicos, acabou na segunda posição, seguido de Batalha Reis.⁵⁵⁰

Em função disso, o escritor teve de regressar para administração de Leiria. Lá, porém, ele não se adaptou, encontrando dificuldades em se integrar à “boa sociedade” da cidade. Chegou mesmo a ter sérios problemas a partir do seu primeiro caso com uma mulher casada, a baronesa de Salgueiros. O jovem administrador foi expulso, aos pontapés, de um de um baile de máscaras oferecido pelo barão, por ter sido surpreendido aos abraços com a baronesa.⁵⁵¹ Estava vestido de cupido e acabou voltando para a casa depois de uma situação no mínimo embaraçosa. Talvez em função desses desgastes sociais, ele não tenha se incomodado – pelo menos não existe nenhum registro em que se manifestou nesse sentido – com a sua exoneração do cargo de administrador, a 06 de junho de 1871.⁵⁵²

O período compreendido entre 1866, ano em que Eça se formou e chegou a Lisboa, e 1872, quando ele obteve sua nomeação como cônsul em Havana, foi marcado pela constituição de um dilema que o acompanhou (aliás, como acompanhava todo escritor) durante toda sua vida: como garantir os meios para se viver e, ao mesmo tempo, exercer as atividades literárias? Eça foi bem remunerado pelo seu trabalho como escritor e se não fossem seus gostos pelo luxo, poderia ter até vivido apenas dos rendimentos de suas publicações. Mas

⁵⁴⁹ MARQUES, Gentil. *Eça de Queiroz*. Lisboa: Romano Torres, 1946, p.137.

⁵⁵⁰ Além da prova escrita, foi estipulado que o mérito relativo dos candidatos deveria ser avaliado, considerando-se, principalmente, a experiência em cargos públicos de cada um dos concorrentes. Por essa razão, a classificação do concurso ficou: 1º lugar: Manuel Saldanha da Gama (1820-1875); 2º lugar: José Maria Eça de Queiroz; 3º lugar: Jaime Batalha Reis. Eça teve a melhor nota nas provas, mas como Manuel Saldanha tinha sido governador em Diu, Solor (cidades da Índia), Timor e São Tomé e Príncipe, acabou ficando com a primeira colocação e com um dos cargos consulares mais cobiçados na ocasião, na então província da Bahia, no Brasil. O destaque conferido ao mérito relativo dos candidatos pode ser verificado em: AHD, caixa 1155, Concursos, *Acta da Reunião do Júri* de 01 de Outubro de 1870. Sobre o concurso, suas repercussões e seus significados, ver: MÔNICA, Maria Filomena; MARINHO, Maria José; SOARES, Maria Isabel. O Concurso público que Eça de Queirós não ganhou. In: CABRAL, Manuel Villaverde; WALL, Karin; ABOIM, Sofia; SILVA, Filipe Carreira da (org.). *Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p.89-98.

⁵⁵¹ SIMÕES, João Gaspar. *Vida e obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Bertrand, 1980, p.272.

⁵⁵² SIMÕES, João Gaspar. *Vida e obra de Eça de Queirós*. ..., p.281.

como não era esse o caso e como o reconhecimento financeiro da profissão era incerto e demorado, foi preciso garantir outros proventos. E isso se deu com a atividade consular, que era também uma oportunidade para sair de Portugal.

Para tanto, o autor precisava garantir a sua nomeação, valendo-se da influência do pai, um importante magistrado, mas também denunciando o que chamou de perseguição política, que teria sofrido durante o concurso e na ocasião da interdição das *Conferências do Casino Lisbonense*. Seja para criticar uma coisa ou outra, ou mesmo para ter mais uma oportunidade de malhar o país, Eça se associou a Ramalho Ortigão na publicação d' *As Farpas*. No periódico de cunho marcadamente satírico, o autor tratou, entre 1871 e 1872, de vários temas, tais como: as eleições em Portugal, os problemas do sistema político liberal, os impactos das grandes navegações para a história do país e os significados do ritual de abertura do parlamento. Sob o pretexto deste último tema, no número da revista de janeiro de 1872, pintou-se um retrato nada animador sobre Portugal.

O paiz não tem dinheiro; os espíritos não teem instrucção; as estradas derretem; a frequencia das escolas diminue; o movimento da roda dos expostos augmenta; a agricultura paralysa-se; as nossas possessões revoltam-se; na Covilhã fazem-se missões; no Porto celebram-se reuniões catholicas; em Braga prepara-se a canonização de Frei Caetano Brandão; em Lisboa fazem-se leilões e compram-se bilhetes da loteria; os únicos livros que se publicam são almanachs; os jornaes insultam-se; o parlamento boceja; a civilização dorme.⁵⁵³

Essa imagem um tanto quanto catastrófica, embora não seja uma simples inverdade, está informada por uma tendência que, como se viu, principalmente até os anos 1880, pautou-se pela ideia de que Portugal precisava alcançar o desenvolvimento das “verdadeiras civilizações”. Relaciona-se também com os descontentamentos do escritor à época, principalmente sobre o concurso em que fora preterido. Mas a relativização da visão trágica em relação à Lusitânia começou já nas Antilhas espanholas, onde se principiou a carreira consular do escritor.

Eça foi nomeado em 16 de março de 1872. No entanto, só partiu para Havana em 09 de novembro desse ano. Chegou ao destino em 20 de dezembro. Talvez por ser a sua primeira nomeação, possivelmente em função das dificuldades que encontrou, ou, ainda, porque as paisagens americanas não o empolgavam, o período “antilhano” foi o que Eça de Queiroz mais se dedicou às atividades consulares. Num primeiro momento, permaneceu em Havana de dezembro de 1872 a maio de 1873, quando, alegando problemas de saúde, conseguiu uma

⁵⁵³ ORTIGÃO, Ramalho; QUEIROZ, Eça de. *As Farpas*: chronica mensal da politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes Impressor da Casa Real, Janeiro de 1872, p.63-64.

licença para se ausentar do consulado, viajando para os Estados Unidos e para o Canadá. Regressou ao seu posto em 05 de novembro de 1873, lá permanecendo até 22 de maio de 1874, ocasião na qual voltou para Portugal. Foi um período curto, mas de intensa atividade. Eça acompanhou de perto – e relatou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – não apenas a articulação da primeira tentativa de independência cubana, mas igualmente a situação dos chineses oriundos de Macau, os “*coolies*”, que eram mantidos em regime de escravidão pelos fazendeiros da região. Sobre essa exploração, o jovem cônsul se posicionou claramente contra.⁵⁵⁴

Em função desse contexto, Eça praticamente não escreveu em Havana, mas encontrou tempo para se envolver com duas amantes, Anna Conover e Mollie Bidwell. A primeira, era uma mulher casada, que vivia com o marido em Nova Iorque, enquanto a segunda, era filha de um rico industrial de Pittsburgh, exportador de maquinaria agrícola para Cuba. Ao que tudo indica, as duas estiveram em Havana com suas famílias, ocasião em que conheceram o cônsul. Esse duplo *affaire* teria sido a verdadeira motivação para a viagem de Eça de Queiroz à América do Norte, e não a alegada doença. Mas o interesse do escritor parece não ter durado muito, pois ele não tencionou continuar com a relação extraconjugal que mantinha com a senhora Conover e também não levou adiante os planos de casamento com a senhorita Bidwell.⁵⁵⁵

⁵⁵⁴ Alguns trabalhos sobre a atuação consular de Eça de Queiroz foram publicanos. Dentre eles: LIMA, Archer de. *Eça de Queirós diplomata*. Lisboa: Portugalíia, s.d; SILVA, Joaquim Palminha. *O nosso cônsul em Havana: Eça de Queiroz*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981; FREELAND, Alan. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *Correspondência Consular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994; MÔNICA, Maria Filomena. Eça de Queiroz Diplomata. In: CASTRO, Zélia Osório de (org.). *Diplomatas e diplomacia: retratos, cerimônia e práticas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.125-142.

⁵⁵⁵ Um dos primeiros biógrafos de Eça de Queiroz (e talvez por isso um dos mais controversos), José Gaspar Simões afirmou que o escritor: “Apenas cultivava aventureiras. Em Portugal, em Havana, em Espanha, no Oriente, e agora em Inglaterra, quase só privava com uma espécie de fêmeas: as mundanas, as prostitutas”. Com o objetivo de fazer justiça à memória do pai, Antônio Eça de Queiroz tratou de desmentir o biógrafo: “Pouco rastro existe dos amores que meu Pai pôde ter antes do casamento. Mas de dois posso eu dar notícias ao mal informado Sr. Gaspar Simões. [...] O primeiro não o detalharei, pois embora sejam factos que se perdem no tempo no longo decorrer dos anos, eram factos que meu Pai não gostaria decerto, pudessem ser divulgados e discutidos, mas, além de ser formosa, era uma grande senhora pela qualidade e inteligência. [...] Quanto à segunda, bastará dizer que, com o consentimento perfeito dos seus, esteve noiva do meu Pai. Era um encanto, e o sentimento que os prendeu foi tão puro que, toda a vida conheci em nossa casa o lindo e doce retrato dessa rapariga”. Por meio dessa resposta, o filho do escritor fez-se conhecer os casos amorosos do pai quando este era cônsul em Havana. Entretanto, foi apenas em 1995, na ocasião da organização da obra: *Eça de Queiroz – Emília de Castro, Correspondência Epistolar*, que foram encontrados, nos arquivos da FEQ, dois maços de cartas de Anna Conover e Mollie Bidwell. Por mais que a versão de Antônio de Queiroz seja no mínimo interessada, não é possível ignorar o fato de que os documentos foram preservados por mais de 125 anos, sobrevivendo ao casamento do autor e à viuvez de Emília de Castro. Esse fato é ainda mais significativo quando se pensa que Eça não preservou qualquer outro vestígio de seus amores e, no caso de Ana, havia ainda a solicitação de que as cartas por ela enviadas fossem destruídas, tal como ela mesma fazia com as correspondências que recebia do

Além do fracasso dessas experiências amorosas, Eça não gostava nada de viver em Havana. Tratou esse desagrado com Ramalho Ortigão, em carta remetida entre janeiro e fevereiro de 1873. Na missiva, afirmou: “Além disso estou longe da Europa e você sabe o quão profundamente somos europeus – você e eu”. Destacou ainda que ao invés de se dedicar às letras, tinha que passar os seus dias convencendo o capitão general de que “os chinas não são inteiramente inferiores aos cães”.⁵⁵⁶ Em outra carta, também destinada ao amigo, em 1873, afirmava que Havana era uma cidade “feia, suja, odiosa e ignóbil”, com uma gente “grosseira” e com um ar de “suor em tudo”. Por isso se dizia exilado, chegando a reconhecer que sentia falta de Portugal. Confessou a Ramalho:

[...] não creia que eu deva julgar-me feliz por me achar longe da infecção do Chiado. Ah, como Madame de Staël, eu tenho saudades – do enxurro do Rossio. – Você não compreende decerto este sentimento – porque nunca esteve exilado. O exílio importa a glorificação da pátria. E estar longe é um grande telescópio – para as virtudes da terra, onde se vestiu a primeira camisa. Assim eu de Portugal esqueci o mau – e constantemente penso nas belas estradas do Minho, nas aldeolas brancas e frias – e frias! – no bom vinho verde que eleva a alma, nos castanheiros, cheios de pássaros, que se curvam e rosnam por cima do alpendre do ferrador... etc. etc.⁵⁵⁷

De Havana Eça levou um desejo renovado de viver a Europa e de escrever sobre ela. Talvez por isso não tenha cumprido a promessa de criar um romance sobre a sua experiência nas Américas, cujo título seria *Uma conspiração em Havana*. A obra versaria sobre a organização dos rebeldes que lutavam pela independência e os contornos da sociedade colonial sob o jugo espanhol. O possível romance não chegou a ser escrito⁵⁵⁸ e, ao que tudo indica, em Havana, a única criação literária do autor foi finalizar o seu primeiro texto mais claramente realista: *Singularidades de uma rapariga loira*. Já em Lisboa, preferiu retomar os

amante. Eça não atendeu ao pedido, e as cartas chegaram até nós. Isso quer dizer que possivelmente não foram relações fortuitas apenas. As missivas publicaram-se, em: MATOS, Alfredo Campos (org.). *Cartas de Amor de Anna Conover e Mollie Bidwell para José Maria Eça de Queiroz cônsul em Havana (1873-1874)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998. Sobre o debate explicitado: SIMÕES, José Gaspar. *Vida e obra de Eça de Queirós*. ..., p.515; QUEIROZ, Antônio Eça de Queiroz. *Desafronta à memória de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão, 1950, p.72.

⁵⁵⁶ Publicada pela primeira vez por José Maria Eça de Queiroz, em *Eça de Queiroz, Correspondência*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1925. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*: Organização e Notas: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, vol.1, p. 60.

⁵⁵⁷ Publicada pela primeira vez por José Maria Eça de Queiroz, em *Eça de Queiroz, Correspondência*. ..., 1925. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*..., vol.1, p. 82.

⁵⁵⁸ Guerra da Cal supôs que os manuscritos desse romance existiram. Entretanto, como lembram Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, nem sempre é possível levar ao pé da letra as afirmações do romancista. Os autores lembram, por exemplo, que por diversas vezes Eça apresentava uma visão deturpada ou supervalorizada do estado dos textos em que estava trabalhando. Respectivamente: GUERRA DA CAL, Ernesto. *Lengua y estilo de Eça de Queiroz*. Apêndice: Bibliografia querociana sistemática y anotada e iconografia artística del hombre y la obra. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1975, tomo 1º, p.422; REIS, Carlos; CUNHA, Maria do Rosário. Prefácio. In: QUEIROZ, Eça de. *O Crime do Padre Amaro*. Edição: Carlos Reis; Maria do Rosário Cunha. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p.21.

planos de criar um romance que tratasse de todo “lodaçal” que havia vivido e presenciado em Leiria. Não se sabe ao certo se essa obra – *O Crime do Padre Amaro* – foi esboçada primeiramente na própria Leiria, em Lisboa, antes da ida do escritor para Havana, ou mesmo nesta cidade.⁵⁵⁹ O que a análise das correspondências permite afirmar com alguma precisão é que o romance foi finalizado quando do retorno de Eça à capital portuguesa, em 1874, publicando-se já quando o autor havia se mudado para Newcastle, cidade onde exerceu o seu segundo posto consular.

Em Lisboa, enquanto aguardava a nova nomeação, o escritor entregou-se novamente às farras. Ele foi também ao Porto, onde visitou os Resende. Nessa ocasião, Antero e Batalha Reis estavam fundando a *Revista Ocidental*, periódico em que contavam com a colaboração literária de Eça. Os planos para a formatação da revista iniciaram-se em 1872, mas foi apenas em 1874 que o periódico começou efetivamente a se estruturar. O combinado era que fosse publicado o romance sobre Havana, mas Eça desistiu dessa obra e ofertou em seu lugar *O Crime do Padre Amaro*. Antes de sair para Newcastle, os originais da obra foram entregues aos cuidados de Batalha Reis e, até então, parecia tudo resolvido. Contudo, já em Newcastle, em 08 de Fevereiro de 1875, Eça enviou a seguinte carta ao amigo:

Meu querido Batalha

Remeto-te as provas.

É indispensável, é absolutamente necessário – que eu reveja umas segundas provas – ou as provas de páginas. As emendas que fiz são consideráveis e complicadas: e se a um trabalho – onde o estilo já de si é afectado e amaneirado, todo cheio de pequenas intenções e todo dependente da pontuação – ajuntamos os erros tipográficos – temos um fiasco deplorável. É portanto indispensável que me remetas imediatamente as provas de página – ou segundas provas. E vai mandando provas, sem descanso.

Agora uma importante observação: se os compositores tiverem achado uma dificuldade insuperável em compor os capítulos que estão em borrão, – os capítulos suplementares que eu introduzi posteriormente – põe corajosamente de parte todos os capítulos: e faz compor só com o que era primitivamente o romance: os capítulos suplementares são fáceis de conhecer porque estão numa letra confusa, não tem numeração e estão – pelo seu aspecto, evidentemente, intercalados no original que está todo escrito numa letra mais regular e com tiras numeradas.

⁵⁵⁹ Beatriz Berrini afirmou que Eça de Queiroz não teria deixado nenhuma das páginas dos manuscritos de *O Crime do Padre Amaro* em Portugal, quando de sua partida para a Inglaterra em dezembro de 1874. Para a autora, os manuscritos foram enviados já de Newcastle. Segundo Archer Lima e Luiz Viana Filho, Eça chegou à referida cidade em 30 de dezembro de 1874. Ao considerar essa data, não é possível crer que já em 05 de janeiro de 1875 ele poderia estar à espera de provas enviadas da própria Inglaterra. Sendo assim, a hipótese de Berrini não parece verificável. Por ordem: BERRINI, Beatriz. Antero de Quental – nostálgico e profético. In: *Antero de Quental et l'Europe*. Paris: F.C. Gulbenkain, 1993, p.118; LIMA, Archer de. *Eça de Queirós diplomata*. ..., p.83; FILHO, Luiz Viana. *A vida de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1963, p.73.

Põe todavia um certo cuidado em fazer esta eliminação.
Os meus maiores respeitos à Sr.^a D. Celeste – e chuva de beijos à tua pequerruchinha.

Teu do C.
Queiroz ⁵⁶⁰

A carta foi citada na íntegra, dada a sua relevância para a compreensão do processo de construção da narrativa queiroziana. Ela atesta alguns elementos de um difícil aprendizado vivenciado pelo escritor. Nesse sentido, salienta-se que Eça deu duas opções a Batalha Reis: ele deveria, *a priori*, remeter segundas provas para uma “indispensável” revisão; ou poderia retirar os capítulos suplementares, caso fosse difícil decodificá-los. A ênfase conferida à necessidade de fazer uma segunda revisão está carregada de certo espanto, isto é, provavelmente Eça de Queiroz não tinha consciência de que a primeira versão entregue precisaria de tantos e tão profundos reparos. Nesse sentido, ao que tudo indica o envio de segundas provas não havia sido acordado entre o escritor e os editores da revista. Isso demonstra um fato relevante: Eça estava aprendendo como lidar com um processo editorial, e, mais do que isso, estava desenvolvendo procedimentos de trabalho que o acompanhariam por toda a vida. Como bem lembraram Carlos Reis e Maria Cunha, por meio da experiência com *O Crime Padre Amaro*, o romancista criou uma sistemática de trabalho:

[...] a partir do manuscrito enviado para a tipografia, manuscrito em estado muito imperfeito, em diversos aspectos, o escritor procederia quase sempre a uma autêntica reescrita, de alcance frequentemente considerável; essa reescrita, muitas vezes necessária até para incutir ao texto a coesão morfossintática que não raro faltava ao borrão inicial, exercia-se sobre provas tipográficas sujeitas a modificações substanciais, se é que não, por vezes, substituídas por todo um novo texto, com as demoras e custos que um tal comportamento naturalmente ocasionava. ⁵⁶¹

Mesmo que esse processo de revisão pormenorizado não tenha sido inicialmente acordado entre as partes, foi explicitamente solicitado pelo escritor. Mas o pedido não foi aceito e o romance começou a se publicar em folhetim, sem as modificações almejadas. A publicação da obra nesse estado gerou um grande conflito entre os amigos. Eça, ao tomar ciência do ocorrido, enviou um telegrama a Batalha Reis, a 26 de fevereiro de 1875, em que afirmava: “Suspende imediatamente publicação do romance manda provas o publicado

⁵⁶⁰ Carta publicada pela primeira vez por Beatriz Cinatti Batalha Reis, em: *Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis: Cartas e Recordações de seu convívio*. Porto: Lello&Irmão, 1966. A versão citada foi retirada de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência...*, vol.1, p.108-109. (Os grifos são do original).

⁵⁶¹ REIS, Carlos; CUNHA, Maria do Rosário. *Prefácio*. ..., p. 23.

absurdo não autorizo publicação resto sem rever provas”.⁵⁶² Não satisfeito com a brevidade da mensagem telegráfica, mandou uma carta no mesmo dia:

Acabo de receber a tua carta e estou verdadeiramente indignado. Pois quê! Eu dou-vos um borrão de romance – e vocês em lugar de publicar o romance publicam o borrão!

Nós ficamos em que eu corrigiria as provas – sem o que vos dei não era mais que um trabalho informe e absurdo. E vocês não esperam as provas – e publicam o informe e o absurdo. É verdadeiramente insensato! Vocês sacrificaram o meu trabalho ao desejo de encher a revista de matéria – sem atenção a que a matéria fosse boa ou má: há decerto algumas desculpas do vosso lado, reconheço-o, mas é incontestável que eu tenho montes de razão. Se vocês publicaram a primeira parte – tal qual eu a li – nas provas que me mandaram – podem-se gabar de que publicaram a maior borracheira de que a estupidez lusitana se pode glorificar.

É indispensável que V.V. façam uma declaração – dizendo – que estando eu em Newcastle – e não tendo podido corrigir as provas, o romance sai tal qual está no borrão. [...] ⁵⁶³

A declaração que isentava o escritor de eventuais responsabilidades pela publicação não revisada só foi publicada quando o romance já tinha saído quase integralmente, em abril de 1875. Mas além de não poder fazer as revisões que desejava, Eça assistiu à publicação da obra sem boa parte dos capítulos suplementares que havia elaborado. Que se pese o fato de que o próprio escritor tinha cogitado essa exclusão, o que os especialistas têm chamado atenção é que os cortes podem ter sido realizados em função de censuras morais. Para entender esse processo – revelador de questões propriamente literárias, mas também de cunho político-ideológicos –, é importante considerar as ações dos envolvidos: Antero de Quental, Batalha Reis e Ramalho Ortigão.

Antero tinha sido imbuído da tarefa de orientar diretamente a publicação do romance e, segundo carta de Batalha Reis, ditava o texto a um “copista”, antes do trabalho de impressão. O missivista afirma ainda que as provas não eram revistas por um corretor, mas por ele mesmo e por Antero, “com o maior cuidado”.⁵⁶⁴ Depois, o trabalho de revisão foi entregue a Ramalho Ortigão, que tratou com Batalha Reis, sem consultar o Eça, o que deveria ou não ser publicado e, conseqüentemente, o que precisava ser cortado. Enquanto Batalha Reis argumentou que as supressões tinham se dado em função da dificuldade de leitura dos manuscritos, Ramalho afirmou que foi preciso cuidar da articulação e coerência interna do

⁵⁶² O telegrama foi endereçado para a Rua do Andaluz, em Lisboa. Publicado pela primeira vez por Beatriz Cinatti Batalha Reis, em: *Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis...* A versão citada é de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência...*, vol.1, p. 113.

⁵⁶³ Carta publicada pela primeira vez por Beatriz Cinatti Batalha Reis, em: *Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis...* A versão citada foi retirada de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência: ...*, vol.1, p.114.

⁵⁶⁴ REIS, Jaime Batalha. In: REIS, Carlos; CUNHA, Maria do Rosário. *Prefácio*. ..., p.24.

texto. Além disso, defendeu a necessidade de evitar as ousadias de certos episódios, “eventualmente chocantes e prejudiciais para a causa do Realismo”.⁵⁶⁵

Se Ramalho preocupava-se em conformar o texto de acordo com a referida corrente literária, as questões que envolvem Antero de Quental e Batalha Reis nesse processo ligam-se aos debates travados nos eventos fundantes da “geração de 1870”, isto é, às discussões tecidas durante a criação coletiva de Fradique Mendes nos tempos do *Cenáculo*. Relacionam-se também a questões pertinentes às *Conferências do Casino*. Antero confessou seus incômodos em relação ao romance, em carta enviada a Oliveira Martins: “Eu receio muito mais do P. Amaro (que é Pigault-Lebrun forrado de Flaubert como V. irá vendo e pasmado) do que socialismo, mas o Batalha tem ideias fixas e algumas bem singulares: diz que P. Amaro é uma revolução e não sai daqui”.⁵⁶⁶

Antero era uma referência (intelectual e moral) importante para aquela geração. E ele não se furtava em exercer sua autoridade por meio de cobranças e avaliações. No caso do romance em questão, a exigência é clara: para que fosse uma boa obra, deveria apresentar uma crítica política acentuada. Mas não só. O severo crítico, além de questionar a originalidade do romance – “forrado de Flaubert” – o comparou à obra de um escritor, na época, considerada uma espécie de pornografia. O incômodo de Antero com o *Padre Amaro* cessou, anos depois, precisamente a partir das modificações desenvolvidas por Eça nas edições publicadas em livro. Depois que houve essas alterações ou mesmo a retirada das passagens consideradas “inadequadas” (como a o assassinato do bebê, que deixou de ser desferido diretamente pelo próprio pai, o Padre Amaro), Antero, em 1880, afirmou que as mudanças foram “uma excelente, sete vezes excelente ideia [...] Está já acima das escolas [...] aquilo não é realismo, nem naturalismo, nem Balzac, nem Zola: aquilo é a verdade, a natureza humana [...]”.⁵⁶⁷

Reside nessa questão moral um ponto de forte divergência entre Antero e Eça. Aliás, uma diferença estabelecida desde os tempos de criação do emblemático Fradique Mendes. É claro que os conflitantes posicionamentos se harmonizam relativamente bem em um

⁵⁶⁵ ORTIGÃO, Ramalho. Duas cartas de Ramalho Ortigão In: BERRINI, Beatriz (org.). *Cartas inéditas de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e outros*. Lisboa: O Jornal, 1987, p.53-55.

⁵⁶⁶ QUENTAL, Antero de. *Cartas*, I; organização, introdução e notas de Ana Maria de Almeida Martins. Lisboa: Universidade dos Açores/Ed. Comunicação, 1989, p.270.

⁵⁶⁷ QUENTAL, Antero de. Carta. In: BEIRRINI, Beatriz (org.). *Antero de Quental e Eça de Queirós: correspondência inédita* In: *Revista Colóquio/Letras*. Documentos, n. 123/124, Jan. 1992, p. 206-207.

personagem marcadamente “pluridiscursivo”,⁵⁶⁸ no entanto, Antero sempre se demonstrou incomodado com o satanismo do jovem Eça, bem como com aquilo que ele considerou excessivo e despropositado. Sobre essa questão, se indagava:

Ora, francamente, será esta a missão da Poesia?

O seu ideal, isto é, a sua lei suprema, não será, pelo contrário, consolar, moralizar, apontar o belo espiritual, a esperança e a crença? Que quer dizer a fria contração da ironia, nos lábios da virgem feita para sorrir e cantar? A poesia não pode ser o grito da agonia: é a voz mais pura e mais íntima do coração: é mesmo nas vascas da morte, é sobretudo nas horas da provação, um hino, *carmen*.⁵⁶⁹

Eça não se calou diante da avaliação feita por Antero da primeira versão de *O Crime do Padre Amaro*. Na já citada carta de 26 de fevereiro de 1875, mandou Antero e Batalha Reis aos “diabos”, chamou-os de “facínoras, malvados e carrascos”. Disse-se indignado, pois nas provas que corrigira tinha esculpido uma “nítida estatueta”, mas, para ele, os descuidados editores preferiram o “barro informe”. Sobre a posição de Antero, foi direto ao ponto:

[...] eu não sou moralista: sou um artista; o artista é um ser nefasto – que não é responsável pelas suas fantasias, nem pelas suas vinganças. Sou ofendido na minha estética – vingo-me. Se introduzo uma certa porção de pilhéria na minha indignação – ela não é por isso menos sincera. Estou doente de indignação. Se aqui estivesse Antero estrangulava-o.

O Antero é o maior crítico da Península mas entende tanto de arte – como eu de mecânica. O Antero dirigindo a publicação do Amaro é simplesmente sórdido [...].⁵⁷⁰

As tensões entre os amigos acirraram-se a tal ponto que o pai do escritor, o juiz Teixeira de Queiroz, interveio no caso. Ele procurou acalmar o filho, garantindo-lhe que a declaração de desagravo sairia, mas disse-lhe também que era preciso não se indispor com a Revista, aceitando a publicação do romance daquela maneira.⁵⁷¹ Eça se resignou e investiu o pai da missão de dirigir a publicação de uma nova versão do romance, em livro, que seria uma “resposta por si”. Além disso, o Sr. Queiroz deu as garantias econômicas do empreendimento: caso o romance não tivesse êxito, ele arcaria com os eventuais prejuízos causados pela “aventura literária” do filho. Eça pediu também a ajuda de Ramalho Ortigão, para que este cuidasse da parte “material e técnica” da publicação e garantisse que a revisão seria feita, dessa vez sem maiores transtornos. O autor procurou responsabilizar Batalha Reis pelo o que classificou como um “desastre literário”. Entretanto, mesmo levando em conta a

⁵⁶⁸ REIS, Carlos; CUNHA, Maria do Rosário. *Prefácio*. ..., p. 27.

⁵⁶⁹ QUENTAL, Antero. Carta. In: SILVEIRA, Pedro da (org.). *Carlos Fradique Mendes, versos*. Lisboa: Edições 70, 1973, p.55.56.

⁵⁷⁰ QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*: ..., vol.1, p. 115.

⁵⁷¹ QUEIROZ, José Maria de Almeida Teixeira de. Algumas Notas a O Crime do Padre Amaro. In: *Obras de Eça de Queiroz*, I (Edição do Centenário). Porto: Lello & Irmão, 1946, 582-583.

inobservância em relação aos pedidos de Eça, vale considerar a carta endereçada a este por Batalha Reis em 01 de dezembro de 1874. Nela, o remetente tratava da publicação do primeiro romance que lhe fora prometido.

Há muito e muito tempo que te comprometeste a escrever o romance. Sinto em primeiro lugar que tua seriedade não estivesse à altura de compreender que o devias ter feito tirando durante esse tempo todo, um bocado, aos teus passeios, às tuas *toilettes*, às tuas ceias, ou às tuas amantes. [...]

É-nos absolutamente necessário que escrevas 30 páginas como as da Rev. dos 2 Mundos dum conto passado na Havana de costumes urbanos que comece e acabe nessas 30 páginas – isto até o próximo sábado. O não o fazeres seria para nós e para a empresa um comprometimento mesmo mais grave do que eu posso dizer nesta carta pelos compromissos que já temos.⁵⁷²

Pelo o que é possível perceber, a partir do cotejamento das versões, nessa história, não existem “vilões” e “mocinhos”. Se, por um lado, Batalha Reis errou ao desconsiderar a demanda legítima de Eça de Queiroz, este, por outro lado, não cumpriu com o prometido, atrasando muito a publicação, e mais: oferecendo uma obra que tinha sido rascunhada anteriormente, para não ter o trabalho de escrever outra, pois, como se destacou, possivelmente os manuscritos de *O Crime do Padre Amaro* já estavam praticamente prontos quando Eça os mandou para publicação. Com efeito, o romance em questão não era uma obra que o autor tinha se dedicado com o rigor compatível com as exigências que se salientaram a partir do processo de revisão. Aliás, como pertinentemente lembraram Carlos Reis e Maria Cunha, no que dependesse de Eça de Queiroz, *O Crime do Padre Amaro* poderia ter sido engavetado, como aconteceu com alguns outros romances. Antero de Quental e Batalha Reis estavam se aventurando na atividade editorial com uma revista, mas Eça, por seu turno, dava os primeiros passos como escritor, ensaiando aquilo que chamarei aqui de “uma escrita editorial”.⁵⁷³ A publicação de *O Crime do Padre Amaro* apresenta-se, portanto, como um aprendizado.

A partir dessa primeira experiência, Eça percebeu que, caso quisesse galgar algum sucesso como escritor, era preciso se associar a uma casa editorial. Existiam nessa época duas formas de se publicar um livro: 1. contratando um editor ou designando a alguém a

⁵⁷² REIS, Jaime Batalha. Cartas. In: BERRINI, Beatriz (org.). *Cartas inéditas de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e outros*. ..., p. 50-51.

⁵⁷³ A edição não é entendida como simples inscrição gráfica, impressão ou reprodução. Seria, antes de tudo, uma etapa do processo criativo, uma forma de escrita. Integrando a elaboração de uma obra, o “gesto editorial” pode ser considerado a materialização do diálogo entre os anseios criativos do autor, os critérios da crítica em voga e as expectativas do público leitor. Fusão mediada por um importante agente da cultura escrita e livresca moderna: o editor. OUVRY-VIAL, B. L’acte editorial: vers une théorie du geste. *Communication et langues*, n.154, 2007, p.67-82.

incumbência de coordenar o processo de publicação; 2. vendendo os manuscritos para um editor que, após a negociação, passa a ser o responsável pela realização do empreendimento literário. Depois dos seus primeiros processos de publicação, o romancista tendeu a optar pela segunda alternativa. Além disso, começou a ficar claro que não era possível desconsiderar potenciais críticos e leitores. Parecia premente a necessidade não apenas de burilar os processos editoriais, mas também e concomitantemente a isso, desenvolver os conteúdos da interpretação levada a cabo a partir das narrativas. Qual a função da obra literária? Ela deveria ser uma forma de crítica e transformação da sociedade? Em caso afirmativo, como se deveria estruturar essa crítica? Que sujeito social deveria ser o foco da narrativa? Qual o público alvo dos romances? Era possível deixar de ser escrevinhador e tornar-se escritor?

3.2. O escrevinhador assalariado: os contornos da “escrita editorial” eciana

Nos idos dos anos 1870, Eça de Queiroz já havia publicado duas obras: *O Crime do Padre Amaro* e *O Mistério da estrada de Sintra*. Esta, em 1870, no *Diário Oficial*, em coautoria com Ramalho Ortigão, aquela, como se viu, na *Revista Ocidental*, em 1875, e, como livro, em 1876. Em função de uma primeira experiência editorial complicada e provavelmente imbuído de uma expectativa quanto à sua carreira em construção, Eça, em 21 de fevereiro de 1877, enviou uma missiva ao editor Ernesto Chardron (1840-1885), falando-lhe que estava terminando:

[...] os últimos retoques dum novo romance – e antes mesmo que os jornais falem e o anunciem -, como já tivemos uma *negociação literária* – desejo dar-lhe algumas informações sobre este novo livro, para o caso de ser possível algum acordo a este respeito.

O romance – no tipo do *Padre Amaro* e com o *mesmo papel* – deve dar talvez 200 páginas, digamos 250. Com o papel mais encorpado, deve ter aspecto e a forma do *Padre Amaro*. Este cálculo porém pode não ser exato – porque ao emendá-lo tenho-lhe feito tais alterações e intercalado e cortado – que é possível que ele seja mais para as trezentas que para as duzentas e cinquenta *páginas*. [...]

O assunto do romance são costumes contemporâneos – [...] um pouco violento e cru, mas não é para fazer dele *leitura de serão nos colégios que o escrevi*. A minha opinião é que é interessante e que há-de chamar atenção. Não tem ainda título – que além de seu vigor literário, seja *bom na venda*. No título deve haver sempre um bocadinho de *charlatanismo* – talvez lhe ponha – *O Primo João Carlos* – ou *O Primo Basílio*. Melhor este último. [...]

Eu não desejo seguir com esse livro o que segui com o *Padre Amaro*: o que eu desejo é que ele seja editado e editá-lo eu mesmo dá-me muitos embaraços – e suceder o que sucedeu com o *Padre Amaro* que levou um ano a imprimir, porque eu estava em Inglaterra e os Castros, sem terem quem os

estimulasse iam deixando ficar de lado o meu romance e assim o protelaram por um ano. O que eu desejo é vender o manuscrito – e é neste sentido que desejo saber se V. S.^a me quer fazer alguma proposta. Eu tenho muita vontade de ter editor certo e estou convencido de que dando Deus vida e saúde havíamos de lucrar ambos: e muito. Eu tenho mais trabalhos em preparação: o romance realista em Portugal tem *consumo* em toda parte [...] O editor que se entenda comigo não faz *negócio* sobre uma obra isolada, mas explora uma série toda, um gênero de literatura – e da que tem hoje consumo e diz a orelha do *público*.⁵⁷⁴

A carta chama atenção, primeiramente, pelo seu tom de negociação, pois Eça prometia um romance de sucesso. Mais do que isso, ofertava um acordo que poderia render lucros, por meio de uma produção literária que atrairia o grande público. O romance realista para o autor, nesse registro, significa uma boa audiência e, conseqüentemente, um negócio rentável: para ele e para o editor. Além disso, deve-se considerar que essa fala está ligada a um lugar de enunciação – um escritor ainda não reconhecido – e a um destinatário – um editor promissor, que, pelo menos inicialmente, poderia se sensibilizar mais por promessas de lucro, do que por reconhecimento da crítica literária. Vale, ainda, destacar a relação estabelecida entre o possível potencial mercadológico do livro e os elementos que o caracterizariam.

Considerando que os significados de uma obra literária são construídos e reconstruídos em diversas etapas e esferas, pode-se dizer que alguns dos critérios que a estruturam em termos de forma, conteúdos e materialidade, estão relacionados ao “processo” e à “escrita” editoriais almejados. Esses nexos são construídos, no caso apontado acima, pelo próprio autor, que descreveu o romance e seu processo criativo, citando o número de páginas e o seu tema chamativo. O projeto de se alcançar um grande número de leitores está explícito no próprio título elaborado, que deveria ter um “bocadinho de charlatanismo”. A partir do *Primo Basílio*, Eça fez a opção de ter um editor único, um parceiro no empreendimento literário. Essa escolha relaciona-se ao processo de profissionalização que o escritor buscava naquele momento.

O viés mercadológico pode ser verificado ainda na apresentação dos romances, comumente realizada em “obras do mesmo auctor”. Na terceira edição de *O Crime do Padre Amaro*, por exemplo, lê-se:

Os Maias. 2 grossos volumes ... 2\$000; *O Crime do Padre Amaro*. Terceira edição inteiramente refundida, recomposta, e diferente na forma e na acção da edição primitiva. 1 grosso volume ... 1\$200; *O Primo Bazílio*. Segunda

⁵⁷⁴ Publicada pela primeira vez um fragmento desta carta em *Obras de Eça de Queiroz*, Edição do Centenário. Porto: Lello & Irmão, vol. II, 1946. Publicada integralmente por Aníbal Pinto de Castro, em *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão, vol.IV, 1986. A versão citada neste trabalho foi consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência...*, vol.1, p.137. (Os grifos são nossos).

edição. 1 grosso volume ... 1\$000; *A Relíquia* 1 grosso volume... 1\$000; *O Mandarin*. Segunda edição. 1 volume ... 500. No prelo: *Correspondência de Fradique Mendes*.⁵⁷⁵

Nessa apresentação, destaca-se a valorização da novidade – principalmente no caso de *O Crime do Padre Amaro* – mas, também, a constante afirmação do grande número de páginas. Essa tendência quantitativa pode representar uma resposta a um público leitor crescente, ou a tentativa de constituí-lo. Nesse sentido, até que ponto pode-se dizer que se trata mais de uma tendência afirmativa e não propriamente do efetivo dinamismo de um mercado editorial em formação? Havia um grande público leitor que demandava avidamente novidades e lançamentos? Por outro lado, é possível desconsiderar certas demandas por leitura que se formavam então? Essas questões, inerentes ao próprio fazer literário oitocentista, ajudam a problematizar os processos editoriais ecianos.

O século XIX europeu foi marcado por um grande crescimento no número de leitores e, correlativamente, por uma considerável expansão da quantidade de obras que passaram a circular. O desenvolvimento tecnológico, o processo crescente de alfabetização e os interesses econômicos de uma burguesia em relação a um promissor mercado livreiro explicam, em grande parte, esse salto quantitativo de livros e leitores à época. A sociedade portuguesa também foi afetada por essas transformações, muito embora o país tenha passado por problemas econômicos e sociais, mantendo elevados índices de analfabetismo.⁵⁷⁶

Os recenseamentos de 1878, 1890 e 1900 mostram, de acordo com Maria Manuela Tavares Ribeiro, que o índice de analfabetismo em Portugal era, respectivamente, de 82,4%, 79,2% e 78,6%. Entre as mulheres era ainda maior. Em 1878, estima-se que a taxa de homens analfabetos era de 75%, enquanto a de mulheres seria de 89,3%. Já em 1890, o percentual registrado é de 72,5% entre os homens e 85,4% entre as mulheres; e, em 1900, 71,6% da população masculina foi considerada analfabeta, contra 85% da população feminina.⁵⁷⁷ Ainda sobre esse último ano, 74% das crianças, entre sete e nove anos, não sabia ler, nem escrever, embora a legislação da época previsse que elas deveriam frequentar as escolas.⁵⁷⁸ No distrito

⁵⁷⁵ QUEIROZ, Eça de. *O Crime do Padre Amaro*: scenas da vida devota. 3.ed. inteiramente refundida, recomposta, e diferente na forma e na ação da ed. primitiva. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Chardron, Lugan & Genelioux, Sucessores, 1889.

⁵⁷⁶ CUNHA, Maria do Rosário. Apresentação. In: *O livro e a leitura em Eça de Queirós*. Florianópolis: Escritório do Livro, 2007, p.26.

⁵⁷⁷ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e Leituras no Século XIX. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 20, 1999, p.189.

⁵⁷⁸ RAMOS, Rui. *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal*: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, vol. 24 (103-104), 1998, p.1067.

de Coimbra, 92 em cada 100 mulheres com mais sete anos eram analfabetas; já no distrito de Faro, oitenta em cada cem homens não sabiam ler e escrever.⁵⁷⁹

A despeito disso, com o desenrolar da monarquia constitucional, houve entre os lusitanos uma relativa preocupação com ampliação do acesso ao ensino para algumas das parcelas da população, que até então não eram minimamente assistidas. No que se refere ao letramento, por meio, principalmente, de um ensino obrigatório e gratuito, há que se considerar que se tratava de uma tendência mais generalizada no “Velho Continente”, frente à consolidação das sociedades liberais.⁵⁸⁰ Nesse sentido,

Portugal não ficou imune à crescente massificação da leitura, segundo um processo lento, com avanços e recuos, mas, em todo caso, irreversível. Para isso concorreu o gradual aumento das taxas de alfabetização ao longo de todo o século XIX, graças às preocupações com a educação que desde sempre marcaram os políticos liberais, e apesar da distância entre os projetos de reforma do sistema educativo português e a respectiva concretização no terreno.⁵⁸¹

Como bem lembra Maria Manuela Ribeiro, o número de analfabetos em Portugal, no século XIX, era realmente significativo. Entretanto, é preciso considerar certa imprecisão dos critérios de analfabetismo da época. Em primeiro lugar, cabe indagar quais seriam as maneiras de se alfabetizar naquela sociedade. Isso porque se trata de um contexto em que a oralidade era crucial para a alfabetização de alguns segmentos sociais, bem como as leituras coletivas e outros processos de educação e/ou formação, que não se realizam por meio da escolaridade formal. Além disso, é relevante destacar que a modernização técnica e o desenvolvimento econômico da Regeneração implicavam o investimento em educação. Após as lutas pela liberdade, em 1820, era preciso dar continuidade à “marcha civilizacional”, garantindo que os cidadãos alcançassem o “caminho do progresso e da felicidade”.⁵⁸² Ainda de acordo com a autora, em 1862, havia 153 escolas voltadas para o público feminino, ao passo que, em 1900, existiam 1345. Em termos de escolas públicas, em 1823, existiam 931, em 1854, 1199, e, em 1900, 4495.⁵⁸³ Muito embora se possa problematizar o alcance dessa ampliação da oferta de ensino e do próprio acesso à leitura, são flagrantes, de uma forma geral, as transformações que se desenvolviam nesse sentido.

⁵⁷⁹ RAMOS, Rui. Introdução. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*: volume 6: A Segunda Fundação (1890-1926). Lisboa: Estampa, 2001, p.33.

⁵⁸⁰ CUNHA, Maria do Rosário. *Apresentação ...*, p.24.

⁵⁸¹ CUNHA, Maria do Rosário. *Apresentação ...*, p. 24-25.

⁵⁸² RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Livros e Leituras no Século XIX.*, p.191.

⁵⁸³ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Livros e Leituras no Século XIX.*, p.189.

A progressiva ampliação do número de leitores estava associada ao projeto liberal, pautado pela constituição de uma “comunidade cívica”. Pertenciam a essa comunidade, os homens adultos, educados e com determinados meios de vida (esse critério foi flexibilizado nos anos 1870, mas nunca deixou de ter a sua importância), sujeitos que representavam aqueles que não podiam ou que ainda não estavam preparados, de acordo com a opinião de uma boa parte das elites da época, para a política, essa “elevada função”. Um dos principais critérios para o reconhecimento da cidadania era justamente o letramento. Ler significava bem mais do que ter uma habilidade e uma formação educacional distinta; era parte de uma condição civil. Mas, de qualquer forma, é relevante considerar que o acesso aos textos jornalísticos e literários, por exemplo, não se limitava ao sujeito formalmente instruído.⁵⁸⁴

Além do crescente letramento, é relevante levar em conta as transformações dos meios de comunicação e dos transportes, mudanças que eliminaram determinados isolamentos, além de terem encurtado certas distâncias e facilitado a circulação de bens materiais e culturais. A ampliação da malha ferroviária de Portugal pode ser relacionada a esses estreitamentos. Um marco foi a criação da ferrovia portuguesa, em 1863, que atingia a fronteira espanhola, facilitando a ligação com uma Europa até então “distante”. O próprio Eça, em 1896, conforme citado no segundo capítulo, reconheceu a grande transformação que a chegada dos caminhos de ferro causou em Portugal, tratando, no documento mencionado, do “tumulto mental” causado em Coimbra.

A modernização dos transportes contribuiu para a maior difusão de obras e autores, bem como para a constituição de novos hábitos de leitura. Ampliava-se, paulatinamente, a circulação de livros, lidos por meio da aquisição feita em livrarias e no mercado livreiro que se constituía. Destacam-se igualmente o empréstimo e o aluguel realizados nas bibliotecas e nos Gabinetes de leitura, ou, ainda, os fascículos adquiridos mediante assinaturas.⁵⁸⁵ Crescentemente, ficava mais fácil e corriqueira a entrada de livros estrangeiros – dos mais diversos tipos –, além do desenvolvimento da produção nacional. Esse processo fomentou o letramento, a constituição de um novo público leitor, proporcionando a formação de novos hábitos de leitura. Foi em meio a essa dinâmica que o mundo das letras se incrementou.

Tais transformações se devem ainda à constituição do romance como um gênero literário. Esse processo se consolidou em Portugal durante a primeira metade do século XIX,

⁵⁸⁴ RAMOS, Rui. *Introdução*. ..., p.35-38.

⁵⁸⁵ ESTEVES, Rosa. Gabinetes de Leitura em Portugal nos Séculos XIX e XX. *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, vol.1, n.1, 1984, p.43-44.

mas, alhures, remonta aos setecentos. Foi a partir desse contexto que a prosa romanesca começou a ser formatada conforme a conhecemos atualmente, passando a ser encarada como um gênero digno de atenção dos homens de letras, de ciência e de “bom gosto”.⁵⁸⁶ Essa realização desenvolveu-se por meio de uma ruptura com as formas literárias canônicas então correntes e se interligava a alguns dos anseios transformadores da época.

Embora o discurso romanesco remonte à epopeia antiga e aos textos épicos medievais, foi no contexto setecentista e oitocentista que esse gênero ganhou sua feição moderna.⁵⁸⁷ O romance gerou, a partir do século XVIII, debates inflamados, recebeu críticas variadas e conquistou um número crescente de leitores.⁵⁸⁸ Multiplicavam-se os autores, as edições, as editoras, as bibliotecas, os gabinetes e “as práticas de leitura” dos romances. Se até o início século XIX, o gênero era sinônimo de “perigo moral”, “corrupção”, “degeneração do processo de formação” e “prejuízo às leituras verdadeiramente sérias”,⁵⁸⁹ no decorrer desse século, começou a se reconhecer a sua legitimidade e o seu potencial. A partir de então, desenvolveu-se a percepção de que a prosa romanesca era um importante veículo de sistematização e de divulgação de ideias, projetos e visões de mundo.

O romance passou a ser considerado um gênero literário, deixando de ser encarado como um tipo textual inferior. Essa “nova” modalidade não foi mais preterida em função de outras formas literárias. Discerniu-se como uma de suas características o que antes era visto como a principal razão de sua “impureza”: a combinação, hostil e pacífica ao mesmo tempo, de unidades estilísticas heterogêneas e relativamente independentes.⁵⁹⁰ Essas diferentes vozes, dizeres e linguagens compõem o próprio formato do gênero. Pode-se afirmar que o romance, por meio dessa capacidade de dialogar e de incorporar diferentes contextos linguístico-sociais, é uma importante fonte para se analisar as transformações, as transgressões ou as instabilidades do mundo moderno.

⁵⁸⁶ O romance se tornou o gênero literário da modernidade a partir do século XVIII. Até então existiam controles da imaginação, sobretudo os impostos pelo cristianismo, que limitavam o desenvolvimento do gênero. A teorização do romance e o reconhecimento de sua legitimidade, no entanto, ocorreram tardiamente, quando cessaram as desconfianças quanto ao seu caráter ficcional - no sentido de falsa e perigosa imaginação. LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flandres, Tristram Shandy*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.28.

⁵⁸⁷ BAKHTIN, Mikail. *Questões de Literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: UNESP, 1993, p.83.

⁵⁸⁸ ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: FAPESP, 2003, p.297.

⁵⁸⁹ ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros...*, p.278.

⁵⁹⁰ O romance seria marcado, diferentemente dos gêneros poéticos, por uma maior “porosidade” em relação ao contexto social em que está inserido. BAKHTIN, Mikail. *Questões de Literatura e estética...*, p.167. O prosador “luta contra a sedução do ritmo”, numa estrutura textual ambígua, marcada, por um lado, pela poetização e, por outro, pela descrição e análise. PAZ, Octávio. *Ambiguidade do romance*. In: *O arco e a lira*. 2ª.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p.275.

O crescente interesse pela prosa romanesca estaria relacionado a uma nova forma de pensar o real: não mais visto como um prolongamento das tradições do passado, mas como uma experiência e um tempo de constantes transformações. A prosa romanesca, alimentada e constituída pelas instabilidades da realidade social, não representou somente um novo tipo literário reconhecido, mas uma nova forma de perceber, ver e tornar visível o mundo. Isso implicou em novas formas de criação, assim como novos hábitos e práticas de leitura.⁵⁹¹

No século XIX, o romance havia alcançado a sua conformação moderna, conquistando um vastíssimo público. Já eram lidos e reconhecidos grandes autores do gênero, tais como: Walter Scott (1771-1832), Charles Dickens (1812-1870), Fiódor Dostoiévski (1821-1881), Honoré Balzac (1799-1850), Henri-Marie Beyle – Stendhal – (1783-1842). O gênero tornou-se um tipo de criação literária digna de atenção e, ao mesmo tempo, um grande fenômeno comercial. Nesse último aspecto, vale considerar o processo de letramento já referido, a porosidade linguístico-social da composição do romance, mas também a difusão da imprensa periódica e os processos de vulgarização da Bíblia, desenvolvidos, sobretudo na Inglaterra e na Alemanha. Tais modificações propiciaram uma simplificação das narrativas, das descrições e digressões desenvolvidas. Essas novas formas de escrita, com assuntos mais cotidianos e domésticos, passaram a ser comercializadas por meio de fascículos vendidos a preços relativamente módicos, ou alugadas em bibliotecas circulantes.⁵⁹²

Juntamente com a democratização da leitura, iniciada principalmente na Inglaterra (inicialmente por motivos religiosos), articulou-se uma importantíssima invenção: o folhetim francês. Os jornais modernos, criados principalmente a partir dos anos 1830, passaram a se estruturar por meio de tiragens diárias, vendas avulsas e anúncios. Nesse novo tipo de publicação, desenvolveram-se produções ficcionais na coluna “folhetim”, outrora dedicada a variedades.⁵⁹³ Toda essa transformação implicou uma mudança quantitativa e, de alguma forma, qualitativa, dos processos de leitura; mas também significou uma nova forma de criação, na qual o escritor passou a se submeter aos designios do mercado em gestação. Esse sujeito, o escritor, não mais era protegido por um mecenas ou pelo patronato coletivo de outros escritores. Doravante passou a manter ou intensificou as relações nem sempre amistosas com os outros responsáveis pela criação do artefato literário: editores, livreiros,

⁵⁹¹ WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.33.

⁵⁹² WATT, Ian. *A ascensão do romance*. ..., p.34-55.

⁵⁹³ HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. 4. Tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.552-556.

impressores etc. Passou também a se preocupar, por meio da própria escrita, com um público mais amplo, já que seu sucesso estava, a partir de então, relacionado com as questões mercadológicas.

Em Portugal, grande parte dos editores e/ou livreiros vinha de outros países. Se principalmente na primeira metade do século XIX, as obras estrangeiras tinham grande prestígio entre os leitores portugueses, os editores oriundos de outros países, principalmente da França, eram comumente aceitos como importantes agentes para a concepção e promoção da produção livresca, inclusive da nacional.⁵⁹⁴ Todavia, conforme os escritores portugueses profissionalizavam-se e o número de leitores ampliava-se, foram surgindo – ou começaram a ser reconhecidos – os editores, as livrarias e os livreiros lusitanos.

Eça pôde viver tal transição, já que seus primeiros editores eram franceses, ou de origem francesa, e só no final de sua vida é que ele trabalhou com um editor português. Na década de 1870, quando o escritor começou a tornar públicas as suas primeiras obras, a cena literária de Portugal já não era essencialmente marcada pela tradução de autores estrangeiros. Já havia surgido uma geração de escritores que, a exemplo de Garret e Herculano, buscava realizar uma produção própria, de “cores nacionais”, ainda que fortemente em diálogo com as referências estrangeiras, sobremaneira no que toca ao romantismo. De qualquer forma, a importância dos agentes e das referências internacionais ainda era muito forte. Talvez por isso Eça tenha procurado Ernesto Chardron para editar sua obra a partir de *O Primo Basílio*. O autor havia percebido que, para além de um trabalho de maior qualidade, era preciso contar com um sujeito que tivesse o reconhecimento necessário para a realização do empreendimento literário que se pretendia desenvolver.

Chardron fez parte dos grupos de franceses que migraram para Portugal com o intuito de se dedicar ao comércio e à edição livresca. Ele nasceu em 1840, na França, e foi para Portugal em 1858. Na cidade do Porto, começou como funcionário numa das mais importantes livrarias da época, a *Moré*, fundada também por um francês, Nicolau Moré. Esse livreiro, inicialmente estabelecido em Paris, na Rue de Arcole, abriu e geriu duas filiais em Portugal – no Porto e em Coimbra.⁵⁹⁵ Com a morte de Nicolau Moré, a livraria foi herdada por sua viúva, passando a ser conhecida, literalmente, como livraria *Viúva Moré*. O

⁵⁹⁴ CUNHA, Maria do Rosário. *Apresentação...*, p.27.

⁵⁹⁵ GUEDES, Fernando. Ernesto Chardron. In: *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987, p.61.

estabelecimento depois foi gerido por José Gomes Monteiro, um bibliófilo conhecido entre os escritores da época.⁵⁹⁶

Ernesto Chardron permaneceu na livraria até 1869, depois de ter investido, ele próprio, na edição de duas obras prefaciadas por Camilo Castelo Branco: *Prosas e Poesias Inéditas de Fernão Roiz Lobo Soropita* e as *Memórias de Fr. João de S. José Queirós*. A partir daí, instalou-se na Rua dos Clérigos, nos números 96/98, onde começou a atuar como editor. Em pouco mais de 15 anos publicou “não só cerca de 30 volumes de Camilo, mas também obras de vultoso custo como o *Tesouro da Língua Portuguesa* do Frei Domingos Vieira (1775-1857), um importante *Dicionário de Conversação*, além de algumas centenas de outras de menor vulto e menores autores”.⁵⁹⁷ O editor foi responsável pela publicação de mais de 1500 títulos, dentre os quais, pode-se ainda citar os que foram concebidos pelos seguintes autores: Alberto Augusto de Almeida Pimentel (1849-1925), Almeida Garret, Augusto Luso da Silva (1827-1902), Faustino Xavier de Novaes (1820-1869), Francisco Gomes d’Amorim (1827-1891), Thomás Ribeiro (1831-1901), entre outros.⁵⁹⁸

O francês passou a ser rapidamente reconhecido como um editor promissor, de visão. Isso pode explicar o interesse de Eça de Queiroz pelo seu trabalho. Das obras do romancista que foram publicadas em vida, a maioria foi editada pelo livreiro francês, que morreu aos 45 anos, em 1885. Sua Livraria Internacional passou para dois outros franceses, Jules Genelioux e Mathieu Lugan. Os novos proprietários, embora não tenham obliterado o ritmo de produção da editora, basicamente, deram continuidade aos trabalhos e parcerias que foram estabelecidos por Chardron.⁵⁹⁹ Em 1894, a editora e livraria acabou sendo vendida para José Pinto de Souza Lello (1861-1925), que manteve o empreendimento até 1919 e foi o responsável pelo crescimento na venda de livros portugueses no Brasil, incluindo os de Eça de Queiroz. A Lello chegou a ter, no início do século XX, as melhores oficinas gráficas europeias.⁶⁰⁰

⁵⁹⁶ GUEDES, Fernando. *Ernesto Chardron...*, p.62.

⁵⁹⁷ GUEDES, Fernando. *Ernesto Chardron...*, p.63.

⁵⁹⁸ GUEDES, Fernando. *Ernesto Chardron...*, p.63.

⁵⁹⁹ A partir da análise de todas as correspondências de Eça aos seus editores, foi possível perceber que não houve uma ruptura dos negócios literários do romancista com a editora, quando faleceu o seu fundador. Entretanto, pode-se dizer que os sucessores imediatos de Chardron não tinham as suas habilidades e a sua visão comercial. Isso se verifica por meio da preocupação crescente do autor com questões que inicialmente ficariam a cargo do editor. Eça, recorrentemente, chamava a atenção de Genelioux e Lugan para processos de divulgação dos livros, por exemplo. Além disso, os diálogos iniciais com José Lello, que sucedeu aos dois franceses, apontam para uma nova fase de negociação e profissionalização da edição das obras queirozianas.

⁶⁰⁰ RAMOS, Rui. A Cultura do Patriotismo Cívico. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*: volume 6: A Segunda Fundação (1890-1926). Lisboa: Estampa, 2001, p.50.

Talvez em função do empreendedorismo que marcou a constituição da referida casa editorial, os diálogos de Eça de Queiroz com os seus editores nem sempre foram marcados pelo entendimento e pela cordialidade. Nesses casos, tal como na primeira missiva citada, a dimensão quantitativa funcionava como uma espécie de lastro valorativo para chamar atenção em relação à obra, mas também, como no exemplo que segue, para valorizar o trabalho do escritor. Nessas conversações, é possível perceber a elaboração de uma concepção de processo criativo e de obra literária. Na carta enviada a Ernesto Chardron, em 05 de fevereiro de 1879,⁶⁰¹ o romancista chamou o editor de “déspota”, afirmou que não era “nenhum escravo negro para produzir literatura como se corta cana” e disse, ainda, que não havia como escrever tantas folhas ao dia, independentemente da falta de inspiração, ou de doenças e indisposições. Em outra correspondência, de 20 de outubro do mesmo ano, destacou:

Acabo de receber a sua carta. Devo dizer-lhe primeiro de tudo, que escrevendo-lhe eu sempre, de uma maneira delicada e cortês tenho o direito a estranhar e lamentar que V. Ex.^a não use da mesma cortesia para comigo.

O nosso último acordo era que eu publicaria *Amaro* em fins de Outubro ou começos de Novembro, e a *Capital* no princípio do ano. É a este acordo que eu me cinjo e trabalho noite e dia! Como vem agora V. Ex.^a, esquecendo-o inteiramente, ameaçar-me inesperadamente com uma publicação truncada e irregular do meu livro? (...)

Em lugar de me limitar a corrigir por alto o *Amaro*, estou-lhe a fazer um *livro novo*, de que V. Ex.^a pode tirar lucros iguais aos do *Basílio*. V. Ex.^a comprou-me uma segunda edição e estou-lhe preparando um romance inédito! Da *Capital* não falemos; vendi-lhe um volume de 200 páginas por 20 libras, e estou-lhe a fazer um volume de 600 páginas! E quando aceitei o seu preço tinham-me oferecido do Brasil 150 libras por um romance meu! Mas para não ser infiel ao editor que me tinha ligado não concluí a transação! E como me trata V. Ex.^a? Tratando-me como se eu fosse um *escrevinhador assalariado*, que deve produzir tantas páginas por dia, sob pena de ser repreendido!⁶⁰²

Enquanto na primeira carta citada nesta seção, o número de páginas era barganha para convencer o editor a apostar nas publicações de um relativamente desconhecido escritor, nessa última correspondência, percebe-se que as páginas escritas são mote para o romancista se queixar sobre as exigências consideradas por ele como abusivas. A quantidade de laudas, dessa vez, está relacionada à contraposição que Eça fazia às cobranças do editor. Trata-se de uma situação bem diferente do discurso de parceria de outrora. O uso do possessivo “meu”, ao mencionar os romances, sinaliza para esse outro posicionamento do autor, que, nesse

⁶⁰¹ Publicada pela primeira vez por Aníbal Pinto de Castro, *Obras de Eça de Queiroz...*, vol. IV, 1986. A versão citada neste trabalho foi consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.222. (Parte do original da missiva se perdeu).

⁶⁰² Carta consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.247. (Os grifos são nossos).

momento, já havia conquistado um considerável sucesso com duas de suas obras, *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*. Note-se que o tom da carta é muito parecido com aquele em que Eça chamava Antero e Batalha Reis de “facínoras”. Essas reações podem estar ligadas mais aos conflitos do próprio autor consigo, do que efetivamente aos possíveis abusos cometidos pelos interlocutores, muito embora estes não estejam simplesmente isentos de cobranças e pressões.

Mas além de se queixar, Eça destacava a fidelidade que dedicava ao seu editor, recusando uma proposta brasileira e reconhecendo, assim, a importância da casa editorial em questão. A informação, dada ao interlocutor, de que a nova edição de *O Crime do Padre Amaro* não era um romance modificado, mas, sim, um novo, justifica a sua descrição em “as obras do mesmo auctor”, apontada anteriormente. Nesse caso, Eça classificou a edição como um novo romance, e o editor “comprou” a ideia. O autor afirmava que estava escrevendo um romance inédito, respondendo assim às cobranças de seu editor.

No trecho da carta explicitada, o romancista advogava a favor de um tempo mais favorável à produção e menos alinhado ao produtivismo. Em várias das correspondências, notam-se momentos de tensão entre os interesses editoriais, de um lado, e a verdadeira fixação que o escritor tinha pelo aperfeiçoamento dos seus livros, de outro. Essa tensão estava presente na concepção que o romancista construiu e reconstruiu sobre uma obra literária, bem como nas contradições entre o seu *modus operandi* e alguns dos seus anseios e metas. Para a publicação de praticamente todos os romances, conforme abordado anteriormente, Eça enviava os originais, corrigia as primeiras e as segundas provas, ambas remetidas ao editor e depois à tipografia. Depois revisava ainda as últimas provas, que poderiam sofrer alterações, conforme a sua avaliação.

Esse processo nem sempre era compatível com os interesses de uma das maiores editoras portuguesas da segunda metade do século XIX. Muitas vezes nem mesmo era coerente com as metas do próprio escritor, reveladas por meio dos compromissos que ele firmava, em muitos casos, em função de interesses econômicos. O romancista não se colocava simplesmente contra os seus editores e isso pode ser percebido por meio do embate apresentado, em que Eça acabava valendo-se, nesses momentos de conflito, dos mesmos valores e ideias que o fizeram se associar à casa editorial. Além disso, ele percebia a

importância de ter um bom editor para ser reconhecido como autor. Por outro lado, identificava-se a relevância da “função autor”⁶⁰³ para o sucesso de uma obra.

A maioria dos romances apresentava-se com uma foto do autor, seguida de sua assinatura. Essas inscrições funcionavam como autenticadoras do artefato literário e eram recorrentemente solicitadas ao romancista por seus diferentes editores, que também lhe costumavam pedir a sua biografia. Eça não só enviava as fotos, como opinava sobre a qualidade e a necessidade de alterá-las de uma edição para outra. Em carta enviada a Ernesto Chardron em 12 de agosto de 1878,⁶⁰⁴ o escritor afirmava que enviaria o retrato em breve, mas que não compreendia como uma biografia ou assinaturas poderiam ajudar a vender mais livros. Mesmo assim ele se comprometia em remeter o que lhe fora solicitado e indicava Ramalho Ortigão, que na época estava em Paris, como um possível redator de uma biografia sobre si. Note-se que quem, *a priori*, admite a importância da “função autor” junto ao empreendimento literário é o editor, e não o romancista. Segundo Brigitte Vial- Ouvry,⁶⁰⁵ enquanto o século XVIII fora marcado pela proeminência dos editores, o século XIX salientaria o primado dos escritores. Se o autor e sua obra eram construídos e classificados por meio do “gesto editorial”, pode-se dizer que esse sujeito apresentava-se como um autenticador, um verdadeiro lastro para a credibilidade, que poderia ou não ser imputada a uma determinada produção literária.

No entanto, isso não significa afirmar uma univocidade ou superioridade do escritor, esse primeiro dos criadores de uma obra.⁶⁰⁶ Essa afirmação não seria possível pela própria complexidade do campo literário oitocentista e seria impensável para um romancista como Eça, que concebia suas produções literárias em português, língua já naquela época contra hegemônica. Ele escrevia e buscava se consolidar como autor, dialogando com um público leitor acostumado a ler e a admirar textos e escritores dos então considerados centros de civilização da época, isto é, França e Inglaterra. Por isso, de alguma forma, notava-se a

⁶⁰³ Para Foucault, o autor não pode ser encarado como uma individualidade independente, ou como um “soberano”, criador distanciado do processo de elaboração cultural e social de uma obra. Reconhece-se que o autor, ou como prefere Foucault, a “função autor”, também faz parte de uma construção discursiva, isto é, não só a obra e os leitores são construídos por meio dos significados que lhes são imputados. O autor também se constrói e é edificado através do discurso relacionado a si. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Editora Passagens, 1992.

⁶⁰⁴ Publicada pela primeira vez em: Aníbal Pinto de Castro, *Obras de Eça de Queiroz...*, vol. IV, 1986. Carta consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.204.

⁶⁰⁵ OUVRY-VIAL, B. *L'acte editorial...*, p.79.

⁶⁰⁶ Sobre os diferentes sujeitos e etapas que produzem e legitimam uma obra de arte e/ ou literária, ver: BOURDIEU, Pierre. *A Produção da Crença: contribuição para a economia dos bens simbólicos*. 3.ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

importância de uma boa edição para o sucesso de sua obra. Eça foi um dos poucos escritores da língua portuguesa, que, no século XIX, obteve reconhecimento do público e da crítica ainda em vida. Parte desse sucesso relaciona-se à preocupação que ele sempre teve com a edição de suas obras, bem como com os processos de divulgação.

Além de afirmar que não poderia editar um livro sozinho, como evidenciado na primeira carta citada nesta parte do capítulo, Eça sinalizava para a importância da edição na maneira que trabalhava. Em missiva destinada a Chardron, em 23 de dezembro de 1878,⁶⁰⁷ por exemplo, o romancista destacava a relevância de se publicarem alguns excertos de *O Padre Amaro* no jornal, perguntava sobre as vendas do *Primo Basílio* e solicitava o envio das folhas de *A Capital*, pois, sem elas, não seria possível realizar a revisão. Essa tendência também se verificou na preocupação frequentemente explicitada em relação à ampla e eficiente divulgação de *Os Maias*, para que a obra fosse efetivamente um sucesso literário. Esses cuidados demonstram que a “escrita editorial” ultrapassava a questão formal, integrando-se aos processos criativos do romancista. Ele muitas vezes se envolvia diretamente com atividades que, inicialmente, seriam da responsabilidade do editor.⁶⁰⁸

Um dos exemplos dessa atuação é o projeto de publicação apresentado a Ernesto Chardron, por meio de uma carta enviada em 05 de outubro de 1877. Na correspondência, Eça propôs a publicação de uma série de pequenos contos e novelas, “não excedendo 180, 200 páginas, que fosse a pintura da vida contemporânea de Portugal: Lisboa, Porto, as províncias, políticos, negociantes, fidalgos, jogadores, advogados, médicos, todas as classes e todos os costumes estariam nessa galeria”.⁶⁰⁹ Inicialmente, esse projeto foi intitulado pelo autor como *Cenas da Vida Real*, contando com 12 novelas, comercializáveis, de fácil leitura e embaladas por temas impactantes. Seriam obras condensadas, publicadas de dois em dois meses, ou, ainda, como o próprio romancista definiu, trabalhos “com tanta pimenta, que fariam sensação, mesmo em Portugal”. Assim, afirmou a Chardron:

⁶⁰⁷ Publicada pela primeira vez por Aníbal Pinto de Castro, *Obras de Eça de Queiroz...*, vol. IV, 1986. A versão citada nesta tese foi consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.221.

⁶⁰⁸ Em 08 de maio de 1887, Eça envia uma carta ao editor Jules Genelioux, queixando-se da má divulgação do romance *A Relíquia*. O escritor afirmava que, em função desse trabalho mal feito, com certeza a obra não seria um sucesso literário e nem teria êxito nas vendas. Ele ainda indicava os jornais e os críticos que poderiam efetivamente contribuir. Carta publicada pela primeira vez em fac-símile, em *Obras de Eça de Queiroz*, de 1947. A versão consultada encontra-se em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 2, p.489.

⁶⁰⁹ A missiva foi publicada, inicialmente, por Aníbal Pinto de Castro, *Obras de Eça de Queiroz...*, vol. IV, 1986. A versão citada neste trabalho foi consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 149.

O encanto dessas novelas – que são mais difíceis de fazer que um romance – é que não há digressão, nem declamação, nem filosofia: tudo é interesse e drama – e rapidamente contado; lê-se numa noite e fica-se com a impressão para uma semana. Eis a ideia em geral. Preciso saber rapidamente se lhe convém – e as vantagens que me oferece – porque estou agora desocupado, e como de Lisboa me tentam muito para um drama, preciso saber o que hei-de fazer. A mim esta ideia das novelas encanta-me. Há uma quantidade de assuntos escabrosos, que se não podem tratar num longo romance, e que se dão perfeitamente na novela. No caso que V. Ex.^a queira vamos à obra!⁶¹⁰

É preciso perceber desde logo que a cobrança manifesta por Chardron, anos depois, não é de todo infundada, tampouco fruto de ambições unilaterais. Na realidade, a proposta de publicação de várias pequenas novelas, como se vê, foi feita pelo autor e não pelo editor. Eça se colocava nesse momento como um “escrevinhador” – conforme ele mesmo definiu –, dedicando-se à publicação de obras voltadas para o grande público. Esse projeto nunca se concretizou e, antes disso, mudou de nome e composição por algumas vezes. Chamou-se também: *Crônicas do Vício*, *Crônicas da Vida Sentimental* e, finalmente, *Cenas da Vida Portuguesa*. Num primeiro momento, o autor falava nas possíveis publicações com os títulos: *O Desastre da Travessa dos Caldas* e *O Caso Atroz de Genoveva*.

A empolgação inicial em levar adiante esse projeto, foi, aos poucos, extinguindo-se. Já em abril de 1878, Eça afirmou a Ramalho Ortigão que estava desalentado com o seu trabalho referente às *Cenas Portuguesas*, confessando que acreditava ser impossível que um artista pudesse trabalhar “longe do meio em que está a sua matéria artística: Balzac (*si licius est...* etc.) não poderia escrever a *Comédia Humana* em Manchester, e Zola não lograria fazer uma linha dos Rougon em Cardiff: eu não posso pintar Portugal em Newcastle”.⁶¹¹

Comparando-se com Flaubert e Zola, Eça se dizia impossibilitado de criar o prometido painel, pois, diferentemente dos autores franceses, ele estava distante da realidade social dramatizada. Esse paralelo, especialmente quando se pensa na *Comédia Humana*, revela ainda outra ambição do escritor: criticar de forma ampla e severa a sociedade portuguesa. No entanto, esse objetivo avaliativo não necessariamente harmonizava-se com a promessa de se criar novelas que, como o próprio Eça definiu, não deveriam ter “digressão, declamação e nem filosofia”. O mesmo autor que buscava “assuntos escabrosos” para a criação de pequenas produções literárias, que fariam sucesso junto ao grande público, afirmava, em carta enviada a Rodrigues de Freitas (1840-1896), em 30 de março de 1878:

⁶¹⁰QUEIROZ, Eça de. QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 150.

⁶¹¹ Publicada pela primeira vez por José Maria Eça de Queiroz, em: *Eça de Queiroz, Correspondência...*, 1925. A versão citada neste trabalho provém: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 190.

O que queremos nós com o Realismo? Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau, por persistir em educar segundo o passado; queremos fazer a fotografia, ia quase a dizer a caricatura do velho mundo burguês, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc. E apontando-o ao escárnio, à gargalhada, ao desprezo moderno e democrático – preparar a sua ruína. Uma arte que tem esse fim – não é uma arte à Feuilleton ou Sandeau. É um auxiliar poderoso da ciência revolucionária.⁶¹²

Num primeiro momento, o realismo e o naturalismo representavam para Eça de Queiroz, como será discutido nos dois próximos capítulos, um alinhamento necessário ao mundo moderno. Mas de acordo com as suas correspondências, essas correntes de pensamento eram também o tipo de narrativa literária que poderia agradar o grande público. Conforme o escritor confessou em carta citada, para ele, o romance realista seria aquele que tinha “consumo” certo e que chegava à “orelha do público”. Ao mesmo tempo em que se empenhava em criar produções de sucesso comercial, Eça pretendia elaborar essa crítica demolidora ao que chamava de mundo burguês. Ironicamente, eram inequivocamente burgueses o seu próprio *modus operandi* e a motivação para a elaboração desse painel, ou seja, a própria ideia de criar um conjunto de obras em que se dissecassem as podridões da sociedade portuguesa – por meio da chave realista – motivava-se por interesses industriais e econômicos, indissociáveis dessa realidade que genericamente o autor intitulava de “burguesa”.

As origens do escritor apontam para essa condição e esse antagonismo. Como destacou Filomena Mônica, quer no lado paterno, quer no materno, os familiares de Eça de Queiroz tinham uma longa trajetória nos serviços públicos. No primeiro caso, destaca-se a atuação no Direito, enquanto no segundo, a tradição era militar.⁶¹³ O bisavô paterno de Eça de Queiroz fora escrivão e o avô, depois de formado, foi nomeado juiz no Brasil, na época uma colônia portuguesa. Levou consigo uma camponesa de origem humilde, com quem já tinha vários filhos, mas com quem só veio a contrair matrimônio na outra margem do Atlântico. O pai de Eça de Queiroz nasceu no Brasil, e o avô do romancista, um maçom confesso e notório, regressou a Portugal em 1820, atuando na Revolução do Porto.⁶¹⁴ A filiação liberal mais radicalizada passou do avô para o pai do escritor. José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz

⁶¹² A missiva foi publicada pela primeira vez em Dom Casmurro, Grande Hebdomadário Brasileiro, Rio de Janeiro, 08/10/1938. Foi reproduzida por José Maria Eça de Queiroz (neto do escritor) em Cartas de Eça de Queiroz. Lisboa: Editorial Aviz, 1945. Segundo Alfredo Campos Matos, essa última publicação contém grave erro de leitura, no primeiro parágrafo, em Maria Eduarda substitui equivocadamente Meline-Edwards, eminente naturalista francês. Cita-se a versão de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 188.

⁶¹³ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. 5.ed. rev. Lisboa: Quetzal, 2009, p. 26.

⁶¹⁴ MARTINS, Rocha. *Os Românticos Antepassados de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1945, p.13.

herdou também a associação à maçonaria e o interesse pela magistratura. Começou sua carreira como juiz no Porto, escreveu algumas obras românticas, influenciadas principalmente por Walter Scott, e dirigiu ainda um importante periódico de Aveiro – *O Campeão do Vouga*. Foi nomeado juiz de primeira instância em Lisboa no ano de 1868. Foi ainda presidente do Tribunal do Comércio, conselheiro do Supremo Tribunal, deputado por várias legislaturas e par do reino.⁶¹⁵

Como os Queiroz, a família materna do romancista, os Pereira d’Eça, filiou-se também ao liberalismo. O avô materno de Eça, o coronel José Antônio Pereira d’Eça, era um liberal convicto e apoiador de D. Pedro IV. A família materna do autor se distinguia pelas armas e tinha o hábito de buscar antepassados nobres. Como salientou Filomena Mônica:

Os Pereira d’Eça gostavam de se gabar dos seus pergaminhos. Segundo uma versão, popular na família, os Eças descendiam do infante D. João, um dos filhos do rei D. Pedro e de Inês de Castro, que casara com Maria Teles, irmã da rainha Leonor. Deste casamento, nascera um filho, D. Fernando, o qual, tendo passado à Galiza, ali teria obtido o senhorio das terras de Eça, concedidas por um primo, o duque de Argona. Este teria gerado inúmeros filhos, deles procedendo vários ramos, uns legítimos, outros bastardos, usando todos o apelido de Eça.⁶¹⁶

Essa origem não tem grandes lastros e comprovações. O que se sabe mais seguramente é que “a família Pereira d’Eça, de Viana do Castelo, fora fundada no século XVIII, por um padre, de seu nome Martinho Pereira d’Eça, e por Isabel Pereira”.⁶¹⁷ De um lado e de outro, Eça descende de gente com alguma importância, sendo a família de sua mãe, especialmente, marcada pela busca de antepassados nobres e vínculos com a realeza. Ambos os ramos familiares não eram abastados, mas gozavam de prestígio e de uma boa posição social em função de suas atuações junto à burocracia estatal. Essa ascendência não determina o sujeito Eça de Queiroz, no entanto, ajuda a compreender alguns dos traços de sua persona. Apaixonado pelo luxo e vestido sempre como um dândi, Eça viveu às voltas com problemas financeiros. O escritor estava bem distante de ter sido mal remunerado, mas o seu estilo de vida era incompatível com os recursos de que dispunha.

Fernando Guedes relativizou a ideia de que os escritores do século XIX eram mal pagos. Ao discutir o que chamou de a “lenda negra do escritor explorado”, atualizou os ganhos de Eça de Queiroz, considerando o ano de 1986. Por meio dessa correção monetária, afirmou que o romancista fora o escritor português mais bem pago do contexto oitocentista.

⁶¹⁵ LEAL, Thomaz d’Eça. *Eça de Queiroz, menino e moço*. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1954, p.50-67.

⁶¹⁶ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. ..., p. 27.

⁶¹⁷ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. ..., p.27-28.

De acordo com Guedes, Eça não teria recebido proventos referentes à primeira edição em livro de *O Crime do Padre Amaro*, que inicialmente vendeu aproximadamente 755 exemplares.⁶¹⁸ O pai do escritor propôs a Ernesto Chardron que ele se encarregasse de vender o restante da tiragem. A segunda edição em livro do romance, publicada em 1880, rendeu, ainda em 1878, 40 francos, o equivalente a 180\$000 reis da época,⁶¹⁹ um valor já bem expressivo quando comparado ao que vinha sendo pago para escritores como Alexandre Herculano. Se considerarmos que Eça era um estreante que tinha vendido apenas 750 livros até então, a cifra é ainda mais chamativa. Já com o *Primo Basílio*, o autor teve um aumento de seus ganhos de propriedade, recebendo 44 e não mais 40 francos. Vendeu uma pequena novela, *O Mandarim*, por 30 francos, mas foi com *Os Maias* que ele obteve uma ampliação de receita significativa. Ainda em 1883, portanto cinco anos antes da publicação do romance, Eça recebeu 1000\$000, valor expressivo e pouco usual, de acordo com Guedes.⁶²⁰ Aliás, tratava-se um montante muito maior do que a quantia paga pelos romances anteriores.

Igual valor foi pago pelos direitos de *A Relíquia*, chegando o autor ainda a receber como adiantamento, 400 e 300 mil réis, respectivamente, em 1889, pela publicação de *A Correspondência de Fradique Mendes*, e em 1895, pelos trabalhos referentes ao romance *A Ilustre Casa de Ramires*. Este último romance ainda rendeu outro adiantamento de 300 mil réis e ambas as obras, é preciso lembrar, só foram publicadas anos depois, após a morte do escritor. Além dos valores recebidos pela cessão de propriedade intelectual, Eça tinha também direito a 25% do valor de capa das primeiras edições e mais 20%, referente a possíveis edições que pudessem ser publicadas em momentos posteriores. Geralmente esses acordos eram feitos com a garantia de tiragens de 2.000 ou de 3.000 exemplares.⁶²¹ A última quantidade foi colocada para romances como *A cidade e as Serras*, *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Correspondência de Fradique Mendes*. Esse padrão de negociação pode ser verificado nas correspondências do escritor, bem como em um recibo por ele assinado em 15 de abril de 1895, conforme segue abaixo:

Recebi dos Srs. José Pinto de Sousa Lello & Irmão, do Porto, a quantia de trezentos mil réis por conta dos direitos d'Author da primeira edição do meu livro 'Cidades e Serras' que os mesmos estão editando, por venda que lhes fiz, sendo o preço de venda 25% para mim sobre o preço de Capa. Nas

⁶¹⁸ GUEDES, Fernando. *A Lenda Negra do Escritor Explorado*. In: *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987, p.226.

⁶¹⁹ GUEDES, Fernando. *A Lenda Negra do Escritor Explorado*. ..., p.226.

⁶²⁰ GUEDES, Fernando. *A Lenda Negra do Escritor Explorado*. ..., p.227.

⁶²¹ GUEDES, Fernando. *A Lenda Negra do Escritor Explorado*. ..., p.228-229.

edições que porventura de futuro se façam desta obra a minha percentagem será de 20% e não de 25% como n' esta primeira.⁶²²

Se os ganhos com a literatura não eram nada desprezíveis, também não o eram os proventos oriundos da atividade consular – possivelmente aumentados ao longo do tempo – nem mesmo as quantias que o autor ganhava em troca das suas contribuições em diferentes periódicos. Em carta datada de 17 de janeiro de 1878, enviada a Ramalho Ortigão, o escritor assim resumiu os seus rendimentos:

Os meus vencimentos e recursos são – os meus ordenados: 37 libras mensais; mais 10 a 15 libras mensais de representação, a minha correspondência da *Actualidade* (que se tornou um rendimento desde que o Anselmo se resolveu a pagar em dia) 7 [libras] mensais; o meu contrato com Chardon para a novelazinha mensal – 22 libras mensais. Soma 80 libras mensais. – As minhas dívidas são um pouco mais de metade desta soma (na totalidade do ano). Parece pois que a minha situação é simples: é só não gastar os meus rendimentos e pagar as minhas dívidas. – Pois bem, a minha situação é desgraçada.⁶²³

A soma descrita pelo autor representava, à época, 575.000\$00 réis por mês.⁶²⁴ Para que se possa ter uma ideia desse valor, uma família operária, em Lisboa, não ganhava mais que 14. 400 réis ao mês, em 1862.⁶²⁵ O escritor recebia mais ou menos 40 vezes esse valor. É claro que o estilo de vida de um sujeito como Eça não pode ser comparado linearmente ao cotidiano de um operário, mas de qualquer forma, a renda do romancista não era baixa, especialmente se considerarmos que seus ganhos tenderam a aumentar ao longo dos anos: quer em relação ao soldo recebido pelas atividades consulares, quer levemos em conta os dividendos provenientes de seus trabalhos literários.

Os rendimentos não eram mesmo desprezíveis, mas foram insuficientes. Nesse ponto, vale considerar o momento que Eça viveu, nos anos 1870. Ao analisar com atenção as suas correspondências, inclusive aquelas em que fica clara a sua ânsia (e angústia) pela necessidade de publicação do conjunto de pequenas novelas proposto a Chardon, é possível perceber que, durante esse período, o escritor passou, muito provavelmente, pela maior crise financeira de sua vida. Tal situação foi motivada, conforme o trecho da carta citada, pela falta de economia.

Newcastle, cidade em que Eça residiu e trabalhou a partir de 1874, tinha como principal atividade econômica a extração de carvão, destinado à produção industrial da

⁶²² Recibo à José de Souza Lello. In: GUEDES, Fernando. *A Lenda Negra do Escritor Explorado*. ..., p.229.

⁶²³ Publicada pela primeira vez por Álvaro Moreira e Brício de Abreu, em *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Alba Editora, 1940. Consultou-se a missiva em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 157.

⁶²⁴ GUEDES, Fernando. *A Lenda Negra do Escritor Explorado*. ..., p. 230.

⁶²⁵ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Livros e Leituras no Século XIX*. ..., p.195.

Inglaterra e de uma boa parte da Europa (incluindo Portugal, daí a necessidade de um posto consular).

Trata-se de uma cidade operária, em que dificilmente se vivenciava um dia ensolarado. Além disso, segundo o relato do escritor, a maioria das pessoas deitava-se muito cedo, havia poucos atrativos e uma vida cultural praticamente nula. Essa realidade fez com que Eça reclamasse muito de sua estadia na cidade inglesa, onde, além do mais, ele praticamente não tinha amigos. Vivia desregradamente, sem disciplina para o trabalho e divertindo-se com encontros fortuitos. Talvez resida aí a explicação para as agruras econômicas vivenciadas, relativamente comuns em toda a sua trajetória, mas efetivamente mais acentuadas naquele período. Sobre essas questões, é relevante o desabafo feito ao amigo Ramalho Ortigão, em 08 de abril de 1878:

[...] nesse degredo faltam-me todas condições da excitação intelectual. Há um ano que não converso! Isto, aí, lido, na calçada dos Caetanos pode lhe parecer pueril – mas digo-lhe que é apenas dilacerante. As minhas relações são pessoas perfeitamente idiotas, que nunca leram um livro, que não suspeitam sequer o que eu faço, e que pensam que o único produto da inteligência humana é o Times. Dos estrangeiros meus colegas, são desta ordem quase todos: – vivendo em Inglaterra a anos ignoram absolutamente Dickens e Byron.⁶²⁶

O autor ainda disse que, além das dívidas, estava só e que ficava às vezes na sala por horas a “ruminar coisas tristes”. As únicas distrações seriam as suas relações amorosas e, mesmo nesses casos, narram-se dois desastres: um, com uma “desavergonhada”, em relação a qual, apesar da “sinceridade animal do seu instinto”, o autor sentia-se na obrigação, por dever de crítica, de chamar de “desavergonhada”; o outro, teria se dado com uma “devota”, que, ao invés de lhe ajudar a alcançar a “felicidade”, queria apenas leva-lo à “missa”.⁶²⁷ Nada parecia bom, e o diagnóstico era o seguinte: era preciso disciplina para trabalhar e organização da vida financeira. Para tanto, urgia se casar. Sobre essa relação afirmava-se:

De modo que minha vida – é comer e fazer prosa. Mas uma prosa forçada, arrancada das névoas da reminiscência [...]

Uma tal crise – tão complexa – não pode durar. Preciso dar-me uma disciplina intelectual, econômica, moral e doméstica. Como? É aqui que está o busílis. Não há senão um meio; esse meio seria casar-me. [...] Eu precisava de mulher serena, inteligente, com uma certa fortuna (não muita), de caráter

⁶²⁶ Publicada pela primeira vez por José Maria Eça de Queiroz, em: *Eça de Queiroz, Correspondência...*, 1925. A versão citada neste trabalho provém: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 190-191.

⁶²⁷ Destaca-se aqui que tais revelações, únicas em todo o acervo epistolar, demonstram um ponto fora da reta, quer dizer, representam uma grande exceção, já que Eça não fazia esse tipo de confidência nas suas cartas. A “representação de si”, que geralmente o autor procurava construir em suas cartas, passou por certo abalo nessa missiva. Esse fato reforça a tese da crise, angústia e desalento vividos naquele momento.

firme disfarçado sob um caráter meigo, – que me adotasse como se adota uma criança: que pagasse o grosso das minhas dívidas, me obrigasse a levantar a certas horas, me obrigasse a ir para a cama a horas cristãs, e não quando os outros almoçam, que me alimentasse com simplicidade e higiene, que me impusesse trabalho diurno e salutar, que quando eu começasse a chorar pela lua, ma promettesse – até eu a esquecer, etc., etc.⁶²⁸

Mas enquanto essa “salvadora” não aparecia, proporcionando-lhe a disciplina desejada e pagando-lhe as dívidas por meio do dote, o escritor precisava resolver os seus problemas. Se um lar organizado e cristão não era possível naquele momento, que se saneasse pelo menos a questão econômica. Para tanto, Eça começou a articular a sua contribuição no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, veículo para o qual escreveu entre os anos de 1880 e 1897 (colaboração centrada nos períodos de 1880 a 1882 e de 1892 a 1897). Dentre outras coisas, o escritor informava aos trópicos sobre as civilizações europeias, nomeadamente França e Inglaterra. Foi um exercício riquíssimo de imaginação, configurando-se como a principal fonte jornalística para a compreensão de aspectos muito importantes sobre como o escritor pensava a Europa, que deveria ser apresentada didaticamente para aqueles que nunca tinham pisado no “Velho Continente”, mas que estavam ansiosos por fazê-lo.

Apenas essa renda extra, proveniente da colaboração periodista, não foi suficiente para sanar as dificuldades financeiras do escritor e cônsul. Como forma de resolver esses problemas, buscou-se ainda uma alternativa pouco louvável. Eça planejava chantagear alguns membros do governo português, por meio da publicação de um romance que iria escancarar a podridão dos bastidores políticos da monarquia constitucional. Para que a obra *A Batalha do Caia* não se concretizasse, o escritor afirmou a Ramalho que solicitaria uma indenização, pelas perdas que teria com a interdição do trabalho. Pediu ao amigo para ajudá-lo nessa questão, mas Ramalho se negou veementemente.⁶²⁹

Depois desses anos de aperto, que incluíram chantagem, Eça casou-se com uma mulher que atendia a boa parte dos pré-requisitos por ele elencados para uma esposa. Emília de Castro tinha certo dote, herdou propriedades que renderam ao casal algum pecúlio. Além disso, a descendente de uma das mais tradicionais nobrezas de Portugal, ao que tudo indica,

⁶²⁸ QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 192.

⁶²⁹ Os dois amigos brigaram seriamente por causa da questão. Ramalho acusou Eça de chantagem e este respondeu estar indignado com a acusação, afirmando ser o pedido de indenização mais do que justo. Elementos dessa conversa podem ser verificados na carta datada de 28 de novembro de 1878, em que Eça respondeu às críticas recebidas. O documento foi publicado, inicialmente, por Álvaro Moreira e Brício de Abreu em *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz*. ... Consultou-se a missiva em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 216-220. Vale ressaltar que esse tipo de prática era uma estratégia utilizada por alguns escritores desde o século XVIII. Robert Darnton trata dessa realidade, em: PELLEPORT, Marquês de. *Os boêmios, romance*. Trad. Rosa Freire Aguiar. Introd. Robert Darnton. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

foi uma companheira amorosa, zelando pela manutenção de um lar organizado e com certo requinte. Mas a esposa, em grande parte idealizada, não colocou fim às dificuldades financeiras do escritor, pois, na realidade, Eça seguia com muitas dívidas e continuou perseguindo uma nova forma de aumentar seus rendimentos. Como viajava muito, ele enviava para a sua esposa remessas de dinheiro a conta gotas, queixando-se muitas vezes dos gastos dela, muito embora também não colaborasse para a redução das despesas. Um exemplo desse tipo de situação pode ser verificado na carta que Emília enviou ao esposo em 27 de julho de 1893. Ela estava em viagem com os filhos do casal, e Eça procurava por uma nova residência. Vejamos o que dizia a missivista:

Meu querido José

Recebi esta manhã a tua carta, o que como sempre, me deu uma grande satisfação; fiquei jubilante com a notícia da tua próxima chegada, que espero não se fará agora esperar m.to, não imaginas quantas saudades tenho tuas, a falta que me fazes, e as vezes que penso em ti. Os pequenos ficaram encantados com a boa notícia da tua vinda para <sábado ou domingo>, disse eu. Reprovo imenso as *late hours* a que tens entregado, e recomendo-te m.to que deixes o Caparica ao seu *brandy and soda*, e que vás para a cama; há quantos anos eu não levo uma vida como agora – às 10 horas estou sempre na cama e às 7 e meia sempre a pé! O caso é que me habituei e até gosto. Fazes bem de ver casas, mas pela descrição da que te serve, estou convencida que é m.to além dos nossos preços – com aprovação minha não tomas nenhuma acima de 2.500 f. por ano – não quero de modo nenhum ter criado, e com uma casa grande é indispensável; eu sei que a vida apoquentada e irritada que passei, e absolutamente entendo que devemos em tudo modificar as nossas despesas para viver com o que temos e sem corda na garganta; eu recomendo-te que vás outra vez ao 16 rue de Chésy e ao Bd. d’Argenson aquelas casas que creio chamam Villa St. Toy, sabes? aonde há proprietário alemão.⁶³⁰

A carta de Emília para Eça revela um cotidiano de carinho e atenção. Pode-se também perceber que os anseios do escritor, em relação ao controle disciplinar que uma esposa lhe poderia proporcionar, havia se concretizado, já que Emília lhe recomendava menos chalaça. Por outro lado, esses cuidados não garantiram uma vida financeira mais salutar. A missivista revela no documento citado uma apreensão em relação à possível escolha perdulária do marido, que implicaria a manutenção de um cotidiano de arrocho, de que ela dizia-se muito desgostosa. Eça de Queiroz, no entanto, seguindo seus gostos luxuosos, não ouviu a esposa nessa e em outras ocasiões, razão pela qual a família viveu a apagar incêndios, ou como expressou a própria Emília, com a “corda na garganta”.

⁶³⁰ MATOS, Alfredo Campos (org.). *Eça de Queiroz, Emília de Castro: correspondência epistolar*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1995, p.405. (Os grifos são do original).

Esse padrão de vida explica, em grande medida, a busca incessante por novas fontes de rendimento. Uma das maneiras encontradas pelo escritor para aumentar seus proventos, foi publicar vários pequenos romances que, com o esperado sucesso, poderiam resolver os seus problemas (ou parte deles). Almejava-se investir nesse projeto, não apenas por ambições literárias, mas igualmente por questões pragmáticas, mesmo que isso implicasse atuar como um “escrevinhador assalariado”, conforme a classificação do romancista.

Não é fortuito que Eça, além de ganhar dinheiro, procurasse elaborar severas críticas ao mundo burguês por meio dessas novelas. Ele mesmo fazia parte da realidade detratada e não gostava nada disso. É preciso ter em mente que o escritor tendia a usar o termo “burguês”, não apenas num sentido sociológico, mas também do ponto de vista intelectual e existencial. Ele procurava se referir aos ricos gordos das caricaturas, mas tratava também, como Flaubert, dos “boçais de qualquer classe, regendo-se por valores convencionais”. Quer considere-se o ponto de vista econômico e social, quer se leve em conta a concepção de vida, os costumes e os valores, a condição burguesa seria degenerativa.⁶³¹ Os seus ímpetos contra essa realidade burguesa não se ligavam ao socialismo ou ao republicanismo radical, mas, isto sim, a certos desejos aristocráticos, fomentados por um horror em ter de se preocupar com a garantia do seu sustento e com os limites que essa vida colocaria para as realizações de um artista. Ele ostentava um *ethos* incompatível com a realidade material e com os dilemas artístico-existenciais vivenciados. Por meio das críticas direcionadas à burguesia, o autor buscava jogar ao escárnio determinadas características das sociedades oitocentistas e, ao mesmo tempo, tratava das frustrações de seu cotidiano. Estava também falando de si. Ao fim e ao cabo, era ele mesmo um burguês com desejos aristocráticos, que encontrava dificuldades em se realizar como escritor por meio de obras densas, edificadas com a qualidade almejada. Essa condição compunha as tensões inerentes à configuração de suas obras: ser um escritor ou um escrevinhador? Criar uma obra de arte ou produções voltadas para um grande público?

Seria possível articular a proposição de análise e de crítica, com um projeto que se pretendia francamente comercial? Essa conciliação era viável? Com o tempo o escritor chegaria à conclusão de que a resposta para essas perguntas era negativa e, também por isso, acabou abandonando o conjunto de pequenas novelas (o referido painel) em favor de uma grande obra, *Os Maias*. Com esse romance, Eça procurou ser mais “escritor e menos escrevinhador”, tomando como personagem central de sua narrativa a fidalguia. Antes disso,

⁶³¹ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós.*, p. 54.

porém, mesmo percebendo as dificuldades da criação em série – inapropriada à sua dinâmica de trabalho e ao seu *modus de vida* –, continuava apostando nessa empreitada. Em carta direcionada a Chardron, em 28 de junho de 1878, o autor enumerava as possíveis publicações:

- I – A Capital
- II – O milagre do vale do Roriz
- III – A linda Augusta
- IV – O Rabecaz
- V – O bom Salomão
- VI – A casa n.º16
- VII – O Gorjão, primeira dama
- VIII – A Ilustre família Estarreja
- IX – A Assembleia da Foz
- X – O conspirador Matias
- XI – História de um grande homem
- XII – Os Maias⁶³²

A maioria dessas novelas não chegou sequer a ser rascunhada. Ou pelo menos não existem quaisquer vestígios sobre elas. Entretanto, é possível crer que alguns desses planos de publicação acabaram tornando-se ensaios de obras mais complexas, que foram publicadas postumamente. Não há como estabelecer uma relação direta entre essas proposições e as obras que foram publicadas, anos ou até décadas depois, contudo, é interessante perceber as similitudes de alguns os títulos, como entre *A Ilustre família Estarreja* e *A Ilustre Casa de Ramires*, por exemplo. Mesmo que não seja lícito considerar uma simples continuidade entre um plano editorial e outro, é válido afirmar que a preocupação em tratar de famílias “ilustres” – como os Ramires e os Maias – já era uma das intenções de Eça de Queiroz no final dos anos 1870. Mas não era a sua única e nem a sua principal pretensão.

Se considerarmos que a ordem apresentada ao editor correspondia ao planejamento de execução das novelas, pode-se afirmar que tratar das aristocracias e de temas mais graves não era o objetivo mais saliente do projeto, que se caracterizava, naquele momento, muito mais pela construção de narrativas sobre a vida escandalosa e burlesca da pequena e média burguesia. Assim, além de ser possível concretizar a ambição de se tornar um autor lido por um grande público (com um sucesso editorial que culminaria com os rendimentos que esse feito potencialmente renderia), Eça poderia criar a fotografia destrutiva do “velho mundo burguês”. Mas não foi exatamente isso que aconteceu.

⁶³² Publicada pela primeira vez, parcialmente, na Introdução de *A Capital*, em 1925. Consultou-se a missiva em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 201-202.

O romance *A Tragédia da Rua das Flores*, possivelmente o primeiro pensado nesse formato compacto, comercial e com um tema impactante, foi deixado de lado em função de *A Capital*, que teve as suas primeiras páginas elaboradas quando *O Primo Basílio* ainda estava sendo finalizado. *A Capital*, todavia, acabou tendo o mesmo destino de *A Tragédia da Rua das Flores*, isto é, ficou inconclusa para que se pudesse publicar a obra *Os Maias*. Este título foi o único que, pensado para o projeto *Cenas da Vida Portuguesa*, se concretizou como publicação pelo próprio escritor, ainda que num formato muito diferente do inicialmente planejado.⁶³³

Em 1878, repito, foi a primeira vez que Eça citou o título *Os Maias*. Mas, seguramente, ele se dedicou ao romance a partir de 1880. Foram no mínimo oito anos de criação, com algumas alterações durante o percurso, sendo a obra publicada apenas pelos sucessores de Chardron, Genelioux e Lugan, em junho de 1888.⁶³⁴ Esse processo criativo, mais do que uma dedicação empregada àquela que o próprio Eça considerou como a sua obra principal, representa uma significativa transformação na trajetória do escritor. Essa configuração sinaliza, ao mesmo tempo, algumas mudanças (ou antes, ratificações) na forma como era concebida a própria literatura, sua função social e seu público leitor. *Os Maias* é uma narrativa inicialmente articulada para ser um pequeno romance de costumes, mas que, provavelmente em 1883, tornou-se uma tragédia, ganhando os contornos básicos da obra que foi publicada cinco anos depois.

⁶³³ Maria Filomena Mônica afirmou que Eça teria engavetado o romance *A Capital!* em função de uma espécie de autocensura. A autora destaca que, em janeiro de 1880, o romancista tirou umas férias em Portugal, onde pôde verificar toda a fama que tinha obtido com *O Primo Basílio*. Na companhia de Ramalho, num sarau de caridade no Teatro da Trindade, notou o quão conhecido era. Já tinha alguma fama em função de *As Farpas*, mas foi a partir do referido romance que ele ganhara notoriedade. Essa constatação explicaria o receio em publicar *A Capital!* A obra tem como tema central as podridões e patifarias da vida intelectual de Lisboa e, por isso, ao observar o relativo sucesso que tinha galgado, Eça teria receado gerar grandes animosidades com a sua criação. Não compactuo com essa tese. Primeiramente, porque não existe qualquer vestígio de que Eça tenha realmente tido algum receio em publicar esse ou qualquer outro romance em função de possíveis represálias. Muito pelo contrário, o autor nunca demonstrou grandes escrúpulos e preocupações com temas que poderiam eventualmente chocar ou gerar polêmicas. Basta pensar nas repercussões em torno do personagem Tomás de Alencar, da obra *Os Maias*, que fomentou uma grande polêmica com o poeta Bulhão de Pato (que se sentiu caricaturado por meio da persona). Além disso, os possíveis indícios de preocupação do escritor e as suas declarações em relação aos conteúdos bombásticos dos romances compõem mais uma de suas estratégias editoriais. O que o autor afirma não deve ser levado ao pé da letra. Prefiro considerar que a desistência em torno da referida obra, bem como de outras que também não foram publicadas, esteve relacionada com um processo de sensibilização estético-social que marcou a construção das narrativas ecianas. Considero também os interesses econômicos e editoriais do autor. A discussão levada a termo por Filomena Mônica pode ser apreciada, em: MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. ..., p.219-220.

⁶³⁴ Considera-se longo esse período, quando comparado com o tempo que o autor demandou para finalizar os seus outros romances. Geralmente as obras a que ele se dedicava e em cuja concretização tinha efetivamente empenhado um acordo financeiro não ficavam mais que um ano no prelo.

O escritor seria um escrevinhador assalariado? Sua obra deveria ser lida por um grande público, ou apreciada por um tipo específico de leitor? A pequena burguesia e as classes médias deveriam ser representadas e almeçadas como público leitor? Era preciso publicar obras com presumida facilidade de leitura, em pequenos volumes, ou livros densos, direcionados a um leitor mais “requintado” e “preparado”? O romance poderia ser considerado um entretenimento? Deveria ser encarado como um negócio em ascensão, ou como uma obra de arte com o potencial de dramatizar os impasses da realidade? Essas são perguntas que transpassam a trajetória de Eça de Queiroz e fazem parte da urdira do romance *Os Maias*.

As produções planejadas como pequenas novelas foram crescendo em densidade, em número de páginas e, em sua maioria, só foram publicadas postumamente, contrariando o ritmo de produção e o *modus operandi* nelas materializado. A obra *Os Maias*, por sua vez, de pequena produção no fim de uma lista de tantas outras, foi ganhando destaque e mudando de formato. Esse ordenamento e o desenvolvimento das publicações, não são sinônimos de escolhas fortuitas, nem se limitam às relações conturbadas com o editor, ou aos dilemas pessoais do escritor. A “escrita editorial” delineada relaciona-se à edificação da narrativa eciana: uma forma de sensibilização estética e social.

3.3. Enfim o escritor? livros, leituras e público leitor, à luz da urdidura do romance *Os Maias*

Foi na Rua Ladbroke Gardens, nº 23, em Nottinghill, que Eça finalizou a revisão do romance *Os Maias*. O logradouro hoje faz parte de uma área muito valorizada em Londres, uma situação bem diferente daquele ano de 1887. O escritor mudava-se de Bristol – cidade em que exerceu o seu terceiro posto consular – para Londres – onde ficou por pouco tempo, visto que surgiu a oportunidade de se estabelecer em Paris. Casado há dois anos e após o nascimento de sua primeira filha, Maria de Castro d’Eça de Queiroz (1887-1970), Eça organizava a mudança. Enquanto isso, Emília de Castro, sua esposa, aguardava a finalização do traslado em Torquay, o balneário mais *chic* do sul da Inglaterra. A família instalou-se em Ladbroke Gardens no final de dezembro. Poucos dias antes, Eça escreveu ao seu editor solicitando as últimas páginas do referido romance para que as pudesse revisar novamente. Em meio à organização do novo lar e do nascimento de seu segundo filho, José Maria d’Eça

de Queiroz (1888-1928), o romancista trabalhava arduamente na revisão final de *Os Maias*. Em junho de 1888, enfim, a obra começava a ser vendida nas livrarias, mas o processo criativo inerente a ela é bem anterior.⁶³⁵

A elaboração d'*Os Maias* é exemplar para a compreensão dos nexos entre a edição, os processos criativos do autor e a sua concepção de literatura, leitura e leitor. Inicialmente, conforme destacado, pensou-se em uma obra de título homônimo: uma pequena novela publicada dentro das *Cenas da Vida Portuguesa*. Em 1881, todavia, Lourenço Antônio Pereira Malheiro (1844-1890) convidou Eça para escrever 25 folhetins para o *Diário de Portugal*. O autor destacou ter abandonado os seus trabalhos com *A Capital!*, faltando aos seus compromissos com Ernesto Chardron, para atender à demanda do Malheiro.

Em meio ao trabalho com o então folhetim *Os Maias*, o autor afirmou ter percebido que tinha um assunto “rico em caracteres indecentes e que necessitava um desenvolvimento mais largo de romance”.⁶³⁶ Depois dessa constatação, Eça entregou ao referido jornal, gratuitamente, *O Mandarin*, para que pudesse ter mais tempo de elaborar a nova obra. Note-se que, novamente, o romancista não conseguiu cumprir os acordos (mas também as metas que ele mesmo estipulava) para a publicação de uma obra curta, destinada ao grande público, nesse caso, os leitores do *Diário de Portugal*. No entanto, houve a preocupação não apenas em remediar o atraso, mas também em dar continuidade a um novo projeto.

O Mandarin efetivamente sairia em folhetim, enquanto isso outra produção literária delineava-se. A ideia era que essa nova obra fosse publicada primeiramente no Brasil, e que, em Portugal, saísse em folhetim, sendo editada em livro posteriormente. Isso porque Eça pretendia vender o romance duplamente: para Antônio Malheiro e para o seu editor, Ernesto Chardron. Mas essa operação só seria possível se, em Portugal, fosse respeitada rigorosamente a ordem de publicação explicitada, pois caso o romance saísse primeiro em livro, o jornal poderia correr o risco de ter prejuízos, dado que a obra publicada pela editora era considerada uma versão mais definitiva – relativamente mais atraente –, além de impossibilitar a expectativa em relação aos capítulos, que, na publicação jornalística, sairiam parceladamente. O autor explicou a questão para Ramalho Ortigão, em carta datada de 20 de fevereiro de 1881:

⁶³⁵ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. ..., p.293-296.

⁶³⁶ A carta em que essa questão se tratou foi enviada para Ramalho Ortigão em 20 de fevereiro de 1881. Foi publicada pela primeira vez por Álvaro Moreira e Brício de Abreu, em *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz*..., 1940. A versão citada foi retirada de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência*..., vol 1, p. 300.

Mal vira porém *que eu ia fazer um romance* tratei de lhe assegurar uma existência mais longa que as folhas volantes de um jornal: ocupei-me de sua aparição em livro. O Chardron aceitava as minhas propostas (se bem me lembro uns quatrocentos mil réis em dinheiro e mais uns livros, etc.) mas com a razoável condição de que o romance (a esse tempo já com o título decidido: *Os Maias*) seria primeiro impresso e remetido para o Brasil, e depois publicado em Lisboa no folhetim do Diário: isto era justo para evitar a contrafacção sobre os folhetins remetidos daí para o Rio. O Malheiro porém recusou esta combinação: isto é, ele não tinha o direito de recusá-la; suplicou-me que a não efetuasse, com receio de que Chardron, apenas publicado o romance, o pusesse traiçoeiramente à venda em Portugal. O receio era pueril, mas eu cedi ao Malheiro – perdendo desde logo as excelentes ofertas do Chardron! Propus então ao Malheiro que editássemos nós ambos o livro.⁶³⁷

O romancista, para não contrariar Lourenço Malheiro, abdicou da oferta de Chardron, apostando no projeto que se insinuava. Ele demonstrava-se interessado em participar de um novo processo editorial, preservando, ainda, certo gosto na condução de um empreendimento literário. Isso fica expresso não apenas na sua adesão à proposta do Malheiro (em detrimento “das excelentes ofertas do Chardron”), mas também na empolgação que demonstrou em relação a essa nova negociação, conforme é possível verificar no segundo trecho, destacado a seguir, da carta que foi enviada a Ramalho Ortigão. Nela, o remetente revelava ao destinatário que os detalhes da nova proposta eram belos, pois:

[...] a edição seria rica, seis mil exemplares para começar, etc., etc. [...] escrevi a Malheiro uma carta de agradecimento comovido: e como via nessa proposta uma pequena fortuna (o Malheiro afiançava-mo) decidi logo fazer não só um romance, mas *um romance em que pusesse tudo que tenho no saco*. A ocasião, confesse, era sublime para jogar uma enorme cartada.⁶³⁸

A proposição feita por Lourenço Malheiro apresentava-se para o escritor como uma ideia de vulto, principalmente por causa da promessa de uma tiragem inicial de 6.000 exemplares, quando o comum era que os títulos queirozianos não ultrapassassem 3.000 impressões. Atente-se para o fato de que, mais uma vez o romancista, inicialmente, movia-se por interesses econômicos. Ele se mobilizava em transformar a pequena novela em um grande sucesso literário, entendido, nesse momento, como sinônimo de uma obra com uma grande tiragem, uma bela edição e que comportasse tudo que ele tinha “no saco”. As ambições editoriais não concretizadas com as *Cenas da Vida Portuguesa* se rearticulavam, centrando-se a partir de então na obra *Os Maias*.

⁶³⁷ Publicada pela primeira vez por Álvaro Moreira e Brício de Abreu em *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz...*, 1940. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 300-301. (Os grifos são nossos).

⁶³⁸ QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 300 (Os grifos são nossos).

Mas o caráter mimético do romance não se limita às ambições explicitadas acima. Relaciona-se igualmente a um fator qualitativo: a crítica, que seria construída sobre a sociedade portuguesa em várias pequenas novelas, parece ter sido canalizada – de forma mais premeditada do que se poderia imaginar – para uma única obra. O romance *Os Maias* torna-se a metassíntese das narrativas de Eça de Queiroz também porque representa a realização de uma ambição analítica, outrora pensada por meio de um grande painel com várias publicações.

Nesse ponto, muito embora o autor continuasse animado, no início dos anos 1880, com a possibilidade de ganhar dinheiro e conquistar mais fama por meio de um sucesso de vendas, o que se verificou, anos depois, foi a realização de um romance denso, extenso, de uma verticalidade analítica até então inédita, não necessariamente compatível com as ambições mercadológicas expressas. Em suma, a crítica à sociedade lusitana não ganharia acabamento por intermédio de obras ligeiras, que apresentariam parceladamente as questões avaliadas, mas, sim, através de uma síntese elaborada em um romance. O grande sucesso de vendas inicialmente planejado não veio – e não foi necessariamente com o grande público com que Eça se comunicou a partir desse seu derradeiro projeto literário.

Mas antes que a publicação pudesse ganhar a sua forma final, Eça acabou enfrentando vários desafios, principalmente no que tange à parceria com Antônio Malheiro. O romancista não tinha contato direto com os editores, as provas eram enviadas com recorrente atraso e, segundo suas queixas, chegavam num péssimo estado de revisão. A tipografia *Lallemant*, responsável pela impressão do romance, também apresentou muitos problemas. Em 18 meses, só foram impressos quatro capítulos de 30 páginas cada, mesmo assim, sem a revisão das segundas provas, costumeiramente feita pelo autor, mas de que ele acabou abrindo mão para que o processo se desenvolvesse. Por várias vezes, o escritor solicitou a Ramalho de Ortigão que procurasse os editores e a gráfica exigindo que o trabalho com o romance fosse feito com correção. Em 10 de agosto de 1882, pouco mais de um ano após o início dos trabalhos, Eça se dizia exaurido com a situação.

Meu querido Ramalho

Recebo a sua carta em Londres onde vim abraçar Chavarro em viagem para as ilhas Sandwich; – e agradeço-lhe o ter ido de novo afrontar o cinismo do Lallemant e o subcinismo do inferior Silva. Mas pelo tom de resignação, e mesmo de melancolia de sua carta, vejo que não há nada a esperar. Isto é, há a esperar isto: que se Deus nos der a todos vida e saúde, cada dois meses eu lhe escreverei uma página de queixumes, V. irá à rua do Tesouro Velho, o Lallemant chamará o abjeto Silva, tratá-lo-á como o último dos últimos, e

far-se-me-á de novo a promessa solene que *daí por diante dois tipógrafos serão exclusivamente empregados etc., etc.* É o que sucedeu há dois meses, é o que sucedeu agora – porque a sua carta é, nem podia deixar de ser, a repetição da última que recebi, descrevendo uma cena igual, – o Silva interpelado, de olhos no chão, etc. ...⁶³⁹

Não bastassem os problemas persistentes, a tipografia perdeu momentaneamente os originais do romance (o autor não possuía cópias). Depois disso, a obra acabou sendo vendida para Ernesto Chardron, que se comprometeu nessa negociação a pagar à tipografia e aos editores pelo trabalho que já tinha sido feito, além de ressarcir Ramalho Ortigão, que até então era sócio de Eça no empreendimento, pelos valores que ele teria adiantado ao romancista. Feito o novo acordo, os originais e as folhas que já tinham sido impressas foram entregues para Chardron, com o intuito de que o trabalho fosse finalizado o mais rapidamente possível e com qualidade. Mas o editor não chegou a ver a obra publicada.⁶⁴⁰

Eça aprendeu, na prática, que precisava realmente manter-se fiel a um editor confiável, que trabalhasse com disciplina. Saiu endividado dessa primeira tentativa de publicação d’*Os Maias*, uma vez que, a rigor, já tinha usufruído parte do valor referente à obra. Ainda havia a quantia desembolsada por Chardron para pagar a tipografia e a editora, que seria debitada do valor de compra. Esse relativo fracasso empreendedor (mais um, se considerarmos *O Crime do Padre Amaro*) assinala para uma questão de relevo: a inadequação do projeto literário em gestação, com a ambição de se criar obras destinadas ao grande público e editadas rapidamente. Muito além de publicar a sua criação às pressas, garantindo uma grande tiragem, Eça priorizou, uma vez mais, a qualidade da edição, articulando uma criação que se delongaria por mais seis anos após a primeira tentativa.

O escritor, que crescentemente deixava de lado a pretensão de criar pequenas novelas, produzidas em série e voltadas para o grande público, é o mesmo que não se interessava mais essencialmente em narrar, por meio dessa escrita leve e breve, o cotidiano burguês e suas contradições. Para além de criar um retrato – ou, como assumiu o próprio escritor, “a

⁶³⁹ Publicada pela primeira vez por Álvaro Moreira e Brício de Abreu, em *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz...*, 1940. A versão citada encontra-se em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 311-312. (Os grifos são do original)

⁶⁴⁰ Essas dificuldades vividas em relação à gráfica *Lallemant* podem ser verificadas nos diálogos travados entre Eça e Ramalho Ortigão, em que, este, recebia várias reclamações do romancista. Nas cartas de 18 de maio e 10 de agosto de 1882, Eça queixava-se com o amigo sobre a demora do envio das provas e da falta de cuidado da gráfica; já em 12 de julho de 1883, o escritor destacava o seu interesse em vender a obra para Chardron e recomeçar o processo editorial. Essa ambição foi concretizada em dezembro de 1883, ocasião na qual Eça contou para Jaime Batalha Reis as mudanças na direção do processo editorial do romance. As cartas podem ser verificadas em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.304-306; 311-313;321-322; 325.

caricatura” de uma burguesia inerte, parasitária e pouco sequiosa por verdadeiras transformações –, a questão que se colocava era mais ambiciosa, a saber: consolidar uma narrativa de viés avaliativo sobre a sociedade portuguesa. Não lhe interessavam mais apenas a burguesia do Chiado, os padres de uma Sé do interior e um “brasileiro” endinheirado. Insinuava-se um novo e macro personagem, Portugal. E para tratar dele, era importante continuar a narrar a decrepitude burguesa, bem como as contradições de uma aristocracia ilustrada. Esta, na realidade, passava a ser a classe por meio da qual os destinos do país seriam problematizados pelo autor.

O entendimento mais eficaz dessa mudança pode ser obtido, pela análise dos romances que foram estruturados tendo a burguesia como principal agente – *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e *Alves & C.*⁶⁴¹ – e, por meio da discussão da obra o *Conde d’Abrahos*. Esse romance é a primeira criação ficcional de que se tem notícia, em que a nobreza estava no centro da narrativa. Trata-se de uma publicação póstuma, muito embora tenha sido escrita pelo autor, ao que tudo indica, entre 1878 e 1879. O pequeno romance foi pensado como a biografia do sujeito cujo nome dá título ao livro. A narrativa é conduzida por um personagem, o Zagalo, no tempo inicial da trama, ex-secretário do conde. Sobre essas características da obra Eça afirmou a Ernesto Chardon, em 23 de junho de 1878, que gostaria de dar-lhe as informações sobre um livro, que seria a

[...] biografia de um indivíduo imaginário, escrita por um sujeito imaginário.

O Conde d’Abrahos – é um estadista, orador, ministro, presidente do Concelho, etc., etc. – que sob esta aparência grandiosa é um patife, um pedante e um burro. O fim do livro pois é – além duma crítica dos nossos costumes políticos – a exposição das pequenezes, estupidezes, maroteirinhas, e pequices que se ocultam sob um homem que o país inteiro proclama grande. O Zagalo, secretário, é tão tolo como o ministro: e o *piquant* do livro é, que querendo fazer a apologia do seu amo e protetor, o idiota Zagalo, apresenta-nos, na sua crua realidade, a nulidade do personagem. Mas para avaliar este elemento cômico – é necessário ler a coisa⁶⁴²

O personagem Alípio de Abranhos era um representante dos Noronha, ascendência que remontava às “glórias” da monarquia portuguesa, uma família que teria convivido de

⁶⁴¹ Durante muito tempo se acreditou que *Alves & C.* compunha o projeto *Cenas da Vida Portuguesa*, entretanto, Guerra da Cal, por meio da análise da marca d’água do papel dos originais, demonstrou que o romance não pode ter sido esboçado antes de 1883. Seja como for, é sobre a pequena burguesia que o romance trata, tal como *O Primo Basílio*, por exemplo. Sobre esses outros aspectos sobre a obra, ver a edição crítica: QUEIROZ, Eça de. *Alves & C.*. Organização: Luiz Fagundes Duarte e Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

⁶⁴² Publicada por José Maria Eça de Queiroz, em *Eça de Queiroz, Correspondência*. ..., 1925. Versão consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.200.

perto com os mais importantes reis de Portugal – como D. Afonso V –, além de ter combatido as revoltas liberais. Alípio, em um contexto de culto às tradições portuguesas, foi criado como um cristão de fachada e, quando ingressou em Coimbra, foi considerado um excelente estudante, a despeito da incompetência explicitada por meio de suas ações mais corriqueiras. Diferentemente da maioria dos coimbrãos representados por Eça, Abranhos não se envolvia com a boemia, era um aluno subserviente e bajulador. Acrescente-se o fato de que ele não almejava qualquer conspiração ou transgressão. Contrariamente, o personagem defendia a “admirável e a melhor garantia da Idéa Conservadora”.⁶⁴³ Propunha uma reforma para a Universidade de Coimbra nos seguintes termos:

O livre-exame é o principio da revolução. A ordem o que é? – A acceitação das idéas adoptadas. Se se acostuma a mocidade a não receber nenhuma idéa dos seus mestres sem verificar se é exacta, corre-se o perigo de a vêr, mais tarde, não aceitar nenhuma instituição do seu paiz sem se certificar se é justa. Teriamos então o espirito da revolução que termina pelas catastrophes sociaes.⁶⁴⁴

O personagem casou-se por meio de um arranjo por interesses e conseguiu, apesar de ou justamente por ser um parvo, ingressar na carreira política. O mais interessante é que o narrador é tão ou mais desprovido de intelecto e de valores que o próprio “biografado”, como, aliás, assinalou o romancista ao seu editor na carta citada anteriormente. Também conforme destacado pelo próprio Eça, existe um descompasso entre a narração elogiosa de Zagalo – o narrador personagem – e as ações de seu senhor – o biografado. É feita uma tentativa de se contar a história de um grande homem público português, mas o que se revela, na verdade, é a trajetória de um verdadeiro pulha, representante de uma classe política arruinada e arruinadora do país.

Nesse ponto, é importante ressaltar que a estrutura do romance é tão desconexa (desprovida de raciocínio lógico) quanto os personagens. Apresentam-se recuos temporais injustificados, contextualizações infundadas, como, por exemplo, num trecho em que o narrador fornece-nos um verdadeiro panorama da situação política, econômica e social da Europa do século XIX, tratando também dos EUA. Esse *tour* inicia-se tão artificialmente como termina e, ao fazê-lo, Zagalo simplesmente se desloca entre a caracterização mais geral e o eixo do enredo, sem qualquer transição ou ligação. O processo em questão parece convergir com a crítica de que a realidade portuguesa estava à parte do mundo civilizado. Não havia conexão possível. Além disso, o conde e seu biógrafo materializavam uma questão

⁶⁴³ QUEIROZ, Eça de. *O Conde D'Abranhos*. Porto: Livraria Lello, 1925, p.40.

⁶⁴⁴ QUEIROZ, Eça de. *O Conde D'Abranhos*. ..., p. 41.

fortemente criticada pelo romance: o sofismo. Seus discursos caminhavam à parte da ação do romance, não apenas porque eram incoerentes, mas, sobretudo, por serem construções retóricas vazias.

O final do romance, em que Zagalo descreve a movimentação dos lisboetas após a invasão do território português por forças militares estrangeiras, apresenta-se desconectado de todo o desenrolar da trama. Nesse momento, o narrador não mais divide a cena com ações do personagem que o contradiziam, mas passa a apresentar um desfecho integralmente postiço em relação ao restante do romance. Essa falta de tensionamento entre a ação e a narração torna a ironia mais dúbia. A univocidade acaba por transformar o ritmo do próprio romance, conferindo ao narrador um discurso moralizador até então inexistente, ou, pelo menos, contradito pelas ações do personagem central. Assume-se um tom grave e ufanista. Nesse encerramento, especialmente intitulado de “a catástrofe”, se afirmava:

Estamos cacheticos! O Governo, a Constituição, a propria Carta tão escarneada, dera-nos tudo o que nos podia dar: uma liberdade ampla. Era o abrigo d’essa liberdade que a Patria, a massa dos portuguezes tinha o dever de tornar o seu Paiz prospero, vivo, forte, digno de independencia. [...] Queria que o Governo lhe arroteasse as terras, que o Governo creasse a sua industria, que o Governo escrevesse os seus livros, [...]

Sempre o Governo! [...] E como o Governo lá está para fazer tudo – o Paiz estira-se ao sol e accomoda-se para dormir. Mas, quando acorda – é como nós acordámos – com uma sentinella estrangeira á porta do Arsenal!

Ah! Se nós tivéssemos sabido!

Mas sabemos agora! Essa cidade, hoje, parece outra. Já não é aquella multidão abatida e funebre, apinhada no Rocio, nas vespersas da catastrophe. Hoje, vê-se nas atitudes, nos modos, uma decisão. Cada olhar brilha d’um fogo contido, mas valente; e os peitos levantam-se como se verdadeiramente contivessem um coração!⁶⁴⁵

O final do romance é postiço e desconexo com o restante da obra. Talvez seja possível considerar que essa disjunção tenha sido proposital, isto é, um desfecho em que os lisboetas acordassem e se dispusessem a ter outra atitude em relação à pátria, não mais creditando todo o protagonismo ao governo, só poderia ser uma elaboração de um sujeito limitado como o narrador-personagem. Só a miopia de um biltre, que durante todo o percurso narrativo enxergava qualidades inexistentes num patife, seria capaz de vislumbrar uma reação positiva como aquela após a “catástrofe”. Trata-se de um narrador-biógrafo que não consegue discernir um palmo diante de si; e de um biografado tão pequeno quanto o país e a política que se pretendiam detratar.

⁶⁴⁵ QUEIROZ, Eça de. *O Conde D’Abranhos*. Porto: Livraria Lello, 1925, p.286-287.

A aristocracia narrada nesse romance é, portanto, colocada como uma das causas da decadência portuguesa, já que, conservadora, mal preparada, portadora de tradições e vícios, não tinha condições de liderar a transformação que se urgia. Muito pelo contrário: Abranhos representa uma fidalguia tacanha, que vive de títulos, de pompa e da relação simbiótica com o Estado. Ele é um sujeito que, ao invés de se abrir para os progressos da época, buscava combatê-los, perpetuando assim arcaísmos de uma sociedade que se deteriorava acreditando ser grandiosa (como o próprio Zagalo, que não percebia as inconsistências do que estava a narrar). Recorde-se que a família Noronha é descrita como inimiga do liberalismo em Portugal e aliada a reis que representam a monarquia de tipo “antigo”.

No entanto, é importante considerar que essa narrativa não se concretizou. Primeiramente, porque não chegou a se configurar como artefato literário, isto é, não foi finalizada como romance e nem foi publicada. O autor escolheu engavetar a obra, a primeira que colocava a nobreza no centro do debate. Isso não é um dado desprezível. O arquivamento pode ter sido motivado pela acidez da crítica tecida, ou porque esta não tinha ainda os seus contornos definidos. Não só o escritor, mas a sua própria família relutou em publicar a obra. Especialmente um dos filhos do romancista, José Maria, um monarquista declarado, teria tido dificuldade em aceitar a socialização do romance. Para ele, o Conde criado pelo pai poderia ser assemelhado a alguma figura da classe política pertencente ao regime derrubado em 1910.⁶⁴⁶ É evidente que as motivações do filho não são a simples reprodução das do pai, entretanto, a apreciação levada a termo sinaliza para o fato de que a obra poderia ser, realmente, interpretada como uma crítica desproporcional à nobreza e à própria monarquia constitucional.

Por outro lado, a falta de conexão, embora possa ser atribuída, como se disse, aos efeitos da crítica que se construía, apresenta certo inacabamento incomum às obras de Eça de Queiroz, mesmo em relação às outras que também não foram publicadas. Havia algo inconcluso. E o desfecho é novamente revelador nesse sentido, já que sua aparente resolução aponta, na realidade, para a falta dela. Um final afirmativo era pouco comum entre as obras ecianias, que, na maioria das vezes, tendiam a contar com encerramentos sublinhados por uma perplexidade ou uma indagação, quase nunca por uma resposta. Ainda que, em tese, irônica.

⁶⁴⁶ Os filhos de Eça de Queiroz, José Maria e Antônio, apoiaram abertamente a monarquia, sendo o último deles, um entusiasta do Estado Novo. MAGALHÃES, José Calvet de. *José Maria, a Vida Provada de Um Grande Escritor*. Lisboa: Bertrand, 1994, p.230.

A crítica desenvolvida no romance estava por se fazer e a aparente contradição da resposta assinala para a falta de uma pergunta. Como destacado, durante toda a obra, o narrador tenta construir a história de um grande homem, mas a cada descrição arrolada, as ações do personagem – o biografado – desmentem as idealizações formuladas pelo biógrafo. No final do romance, porém, essa dinâmica foi quebrada, pois o narrador-personagem tomou a condução da história com um tom grave, ufanista e unilateral. O efeito irônico não permanece tão claramente colocado como no decorrer da obra. As elites dirigentes eram efetivamente um conjunto de boçais? A nobreza secular era responsável por parte dos problemas enfrentados em Portugal? As tradições, em grande medida encarnadas por esse grupo social, deveriam ser definitivamente superadas em favor dos preceitos do ordenamento liberal?

Essas perguntas relacionam-se com a hipótese central levantada aqui de que o romance em questão ajuda a revelar o processo de construção da narrativa eciana. Por isso, a desconexão do final com as ações desenvolvidas durante a trama não estava relacionada apenas com uma perspectiva satírica, mas com o fato de que a crítica que se pretendia desenvolver em relação à sociedade portuguesa estava por se elaborar, esteticamente inclusive. Portanto, a falta de nexos do texto relaciona-se também à articulação dos processos de construção da prosa queiroziana - indissociáveis das formas de dar sentido ao contexto social narrado. A avaliação desenvolvida se reapresentaria por meio de uma narrativa romanesca mais acabada, que efetivamente viria a ser publicada e cuja crítica direcionada à aristocracia ganharia um novo formato: escolhe-se, em *Os Maias*, não mais uma nobreza decadente e arcaica, mas os representantes de uma fidalguia que alinhava as tradições seculares com os preceitos do liberalismo e da modernidade.

No romance publicado em 1888, a questão colocada não é mais em relação a uma classe dirigente que não se moderniza. Narram-se, de outra maneira, os dilemas de uma aristocracia ilustrada que, mesmo ou exatamente porque se abriu ao progresso do seu tempo, acabou falhando. E ao final, como apontado na introdução, não havia uma resposta irônica, mas sim uma grande dúvida, um impasse. Se no *Conde d'Abranhos*, aponta-se como causa para o fracasso da sociedade portuguesa, os arcaísmos de certa nobreza; em *Os Maias*, interroga-se, diferentemente, sobre a possibilidade de que mesmo uma fidalguia ilustrada pudesse conduzir uma efetiva transformação. A certeza inacabada dá espaço para a dúvida mais bem articulada.

Mas a construção dessa problemática não se limitou à mudança no protagonismo da narrativa. Para a efetivação de um grande painel analítico/crítico sobre a sociedade lusitana, considerou-se a necessidade de um tema grave, optando-se, no caso d'*Os Maias*, pela elaboração de um texto trágico. Os significados da escolha da tragédia serão discutidos no último capítulo. Por hora, bastará destacar que alguns dos elementos do trágico já tinham sido apropriados por Eça de Queiroz, sendo o romance *A Tragédia da Rua das Flores* o caso mais claro e anterior a *Os Maias*. Convém sempre lembrar que essa é uma obra póstuma que, tal como *O Conde d'Abranhos*, foi deixada por Eça apenas numa primeira versão. Entretanto, para alguns críticos, esse póstumo poderia ser considerado uma espécie de ensaio do que veio a ser o romance *Os Maias*.⁶⁴⁷ Trata-se de uma ligação arriscada, que pode imputar a uma obra – apenas rascunhada pelo autor – questões pertinentes a outro contexto narrativo. Ao reconhecer as aproximações entre os dois romances, é grande a tentação de considerá-los partes de um mesmo processo criativo, ainda que interrompido. Meu intuito não é criar essa equiparação direta e simplificadora, mas discutir alguns paralelos, que apontam para transformações relevantes na prosa eciana. Trata-se, enfim, de uma comparação que pode ajudar a pensar na concepção literária subjacente a *Os Maias*.

É importante iniciar, nesse caso, pelo título das obras e a questão central que perpassa os seus enredos. Se todas as duas são tragédias, contudo, na *Tragédia da Rua das Flores*, explicita-se no título, como logo se nota, o acontecimento grave. O endereço destacado possivelmente está ligado a um assassinato que lá ocorreu e que, na época, ganhou muita visibilidade. Um descendente de Almeida Garret deu cabo da vida de uma brasileira que o traiu, e a repercussão do crime fez com que a rua ficasse famosa.⁶⁴⁸ Pela análise das correspondências de Eça de Queiroz, o romance teria recebido anteriormente os seguintes títulos: *O desastre da Travessa dos Caldas*, *Os amores de um lindo moço*, *O caso atroz de Genoveva*, ou, ainda, *Genoveva*. Se essas designações parecem chamativas, a opção pela Rua das Flores naquele contexto ratifica possíveis interesses comerciais que podem ter estruturado a obra, pois, afinal, o logradouro tinha ganhado notoriedade depois do crime, fornecendo elementos para certa publicidade. Como destacado, esse tipo de atenção tendia a acometer o escritor no início da sua carreira. A configuração do título, nesse sentido, aponta para uma diferença crucial entre as duas obras: o apelo comercial.

⁶⁴⁷ Dentre os que tecem tal relação, destaca-se: MEDINA, João; MATOS, Alfredo Campos. Prefácio. In: QUEIROZ, Eça de. *A Tragédia da Rua das Flores*. Lisboa: Moraes- Editores, 1980, p.9-41.

⁶⁴⁸ MEDINA, João; MATOS, Alfredo Campos. *Prefácio...*, p.10.

Tal como *Os Maias*, *A Tragédia da Rua das Flores* tem o incesto no centro da trama. No entanto, enquanto no primeiro romance trata-se da relação entre irmãos, no segundo, aborda-se o caso amoroso entre mãe e filho. Mas não só o laço parental diferencia os incestos narrados. Genoveva, que se apaixona pelo filho Vitor, desconhecendo os laços que os uniam, é apresentada como uma mulher calculista, vaidosa e angustiada pelo começo do envelhecimento. Diferentemente da altivez e da superioridade de Maria Eduarda, Genoveva apresenta-se sem modos e disposta a tudo para alcançar seus objetivos materialistas. As duas são cortejadas por Dâmaso, personagem presente em ambas às obras. Mas enquanto Maria Eduarda recusa-se a aceitar as investidas de um homem inconveniente, Genoveva o ilude e o explora enquanto pode.

A personagem, inicialmente, se aproxima do jovem Vitor por uma atração e capricho, diferentemente da paixão fulminante que fez com que Maria Eduarda se interessasse por Carlos Eduardo, em *Os Maias*. Nesse caso, mais uma vez o título de um dos romances é revelador, pois, no subtítulo, *episódios da vida romântica*, de *Os Maias*, encontram-se grafadas a diferença entre as duas obras e a explicação para a paixão polida de Maria Eduarda, contrária à atração interesseira de Genoveva. Eça, a partir do romance de 1888, passou a problematizar, como será tratado com mais cuidado no quarto e no quinto capítulos, a discussão do romantismo, antes em grande medida rechaçada. Isso explicaria os contornos mais naturalistas de Genoveva e certa idealização de Maria Eduarda.

É preciso levar em conta também uma relativa incorporação das críticas recebidas. Alguns contemporâneos ao autor, como Machado de Assis (1839-1908), haviam considerado que a atração física entre personagens como Luísa e Basílio tornava a relação amorosa narrada inverossímil.⁶⁴⁹ Não seria possível, de acordo com o escritor brasileiro, que duas pessoas se aproximassem apenas por interesses e certas propensões “naturais”. Embora Eça tenha relativizado essa tendência a partir de *Os Maias*, permanecia a crítica direcionada à paixão, além da continuidade da imputação do elemento trágico às ações femininas. Maria Eduarda e Genoveva se entregam à caprichosa paixão, rompendo com as convenções sociais,

⁶⁴⁹ Recentemente, João Cezar Rocha revisitou a crítica machadiana aos romances *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*. Por meio de análise muito convincente, Rocha relativizou a interpretação que havia colaborado para certa canonização da crítica que Machado de Assis direcionou às obras queirozianas. Além de demonstrar que a apreciação do escritor brasileiro era também uma autocrítica – visto que a prosa deste se transformou a partir do debate –, o autor salientou os pudores e certo conservadorismo da avaliação de Machado sobre a atração física que marcou as relações de personagens como Luíza, de *O Primo Basílio*. Essa discussão foi sistematizada em: ROCHA, João Cezar de Castro. No meio do caminho tinha um autor. In: *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.91-150.

e, em função disso, articulam-se os fatos nefastos de *A Tragédia da Rua das Flores* e de *Os Maias*. Com uma diferença: Genoveva, a burguesa de baixa estirpe, acaba morrendo no final; diferentemente de Maria Eduarda, de ascendência nobre e de grande porte, que tem um desfecho melancólico, mas não fatal.

O personagem Vitor é tão diletante, indeciso e improdutivo quanto Carlos Eduardo da Maia, mas não tem a mesma sofisticação e nem a ascendência deste. Para além das comparações entre os personagens centrais, destacam-se os que estão presentes nos dois romances, alguns, inclusive, com o mesmo nome. Miss Sarah e Melanie, por exemplo, são duas das personagens que já faziam parte de *A Tragédia da Rua das Flores* e que depois compuseram o enredo de *Os Maias*. A inglesa Miss Sarah apresenta o mesmo comportamento lascivo e o mesmo preconceito em relação a Portugal, que viriam a caracterizá-la no romance posterior. Já Melanie é tecida como uma criada insolente e tão sem escrúpulos como Genoveva, sua “senhora”, uma conformação distinta da que se verifica na Melanie que passou a compor *Os Maias*. Destacam-se ainda outros nomes, como o patriarca da família Maia, Castro Gomes, Cruges, Dâmaso, Ega, Steinbroken, entre outros.

A (re) existência desses sujeitos estava ligada aos planos literários que Eça de Queiroz tinha no início de sua carreira, isto é, ele pretendia criar personagens que “transitassem” entre um romance e outro, como tipos que efetivamente compunham a cena social lisboeta. Justamente por serem típicos, poderiam estar em mais de um romance, já que simbolizariam comportamentos característicos e repetitivos. Essa lógica estava atrelada ao projeto das *Cenas da vida portuguesa*. No entanto, como tal painel não se concretizou, alguns personagens foram redefinidos conforme se consolidava a nova pretensão literária do autor: a criação de romances que impactassem não por fazerem parte de um grande conjunto, mas por se configurarem como grandes obras, a maior delas e que acabou se concretizando, *Os Maias*.

Dois personagens, em especial, marcam as transformações desenvolvidas entre a configuração dos dois romances. Refiro-me a Dâmaso e ao patriarca dos Maias. O primeiro, burguês lisboeta, era um dos protagonistas de *A Tragédia da Rua das Flores*. O personagem, obstinado por uma mulher que só se interessava por seu dinheiro, assim foi descrito em *A Tragédia da Rua das Flores*:

Era rico, muito estimado. Seu pai fora agiota, mas Mavião usava no dedo um anel de armas; eram, quase sem modificação, as armas do conde de Malgueiro, jogador decrépito e borrachão embrutecido, a quem Dâmaso, por chic, dava placas de cinco tostões. Tinha uma calça cor de avelã – e o colete,

aberto, deixava ver um peitilho reluzente cujos botões eram mãozinhas de coral, sustentando lapiseiras de ouro.⁶⁵⁰

Em *Os Maias*, não obstante, além de ganhar um papel secundário, o personagem recebeu contornos caricaturais acentuados. Passou a representar um afrancesado, que não fazia outra coisa senão menosprezar Portugal e supervalorizar as sociedades por ele consideradas como *chics*. Intensificou-se então a imagem de uma burguesia afetada, que se mobilizaria muito mais pela reprodução da superficialidade das aparências, do que por exercer um papel histórico de edificação social. Além disso, o personagem narrado em *Os Maias* apresenta trejeitos de efeminação.⁶⁵¹ No encontro com Carlos Eduardo, por quem Dâmaso nutria uma verdadeira adoração, observa-se:

O Sr. Damaso Salcede, que não despregava os olhos de Carlos, acudiu logo:

– Bem sei! Os Castro Gomes... Conheço-os muito... Vim com elles de Bourdeus... Uma gente muito chic que vive em Paris.

Carlos voltou-se, reparou mais n'elle, perguntando-lhe, affavel e interessando-se:

– O senhor Salcêde chegou agora de Bourdeus?

Estas palavras pareceram deleitar Damaso como um favor celeste: ergueu-se immediatamente, aproximou-se do Maia, banhado n'um sorriso:

– Vim aqui há quinze dias, no *Orenoque*. Vim de Paris... Que eu em podendo é lá que me pilham! Esta gente conheci-a em Bourdeus. Isto é, verdadeiramente conheci-a a bordo. Mas estávamos todos no *Hotel de Nantes*... Gente muito chic: creado de quarto, governanta ingleza para a filhita, femme de chambre, mais de vinte malas ... Chic a valer! Parece incrível, uns brasileiros... Que ella na voz não tem *sutaque* nenhum, falla como nós. Elle sim, elle [tem] muito *sutaque* ... Mas elegante também, v. ex.^a não lhe pareceu?⁶⁵²

Já o personagem com o sobrenome Maia passou por um processo inverso. Era coadjuvante no primeiro romance, apresentando-se como parte de uma nobreza decadente e arruinada. Chamava-se D. João da Maia, ao passo que, no romance homônimo, tornou-se um dos sujeitos ficcionais de maior importância, representando um dos raros membros de uma nobreza que conciliava os valores oriundos das “Luzes” com algumas das tradições que teriam composto a história e a sociedade portuguesas. O novo Maia passou a se chamar D. Afonso, troca simbólica, principalmente se pensarmos no que os dois nomes representam. Eles remetem a monarcas importantes para história de Portugal: os Afonsinos, que

⁶⁵⁰ QUEIROZ, Eça de. *A Tragédia da Rua das Flores*. ..., p. 46.

⁶⁵¹ Sobre a questão da homossexualidade no personagem em questão e em outros, destaca-se como um dos trabalhos pioneiros: BARCELLOS, José Carlos. Homossociabilidade masculina e homoerotismo na ficção de Eça de Queirós. In: OLIVEIRA, Paulo Motta; SCARPELLI, Marli Fantini. (orgs.). *Os Centenários Eça, Freyre, Nobre*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001, p.127-150.

⁶⁵² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 210. (Os grifos são do original).

simbolizam a constituição da monarquia e do próprio Estado português, e os Joaninos, que de alguma forma relacionam-se a algumas das crises vivenciadas na história do país.

Essas conexões e disjunções entre os dois romances dão a ver as transformações no projeto literário eiciano. São mudanças que apontam também para uma nova forma de dar significado ao contexto político-social português oitocentista. Um desses pontos de inflexão refere-se ao protagonismo na produção literária. Toda narrativa sobre o real (ficcional ou não) pauta-se pela focalização em alguns personagens, por meio dos quais se enseja estruturar a intriga. Isso vale para as histórias transmitidas pela tradição oral, para as produções historiográficas e sociológicas, além de algumas das principais articulações acadêmicas do mundo contemporâneo. É pertinente também para o discurso literário. Em *Os Maias*, Eça delimitou esse agente, e mais: definiu novos cenários, contextos sociais, motivações e perspectivas de análise. Enquanto em *A Tragédia da Rua das Flores*, o autor procurou narrar os dilemas da burguesia lisboeta, em *Os Maias*, dedicou-se, principalmente, aos dramas protagonizados pela nobreza: mas não aquela decadente, representada no primeiro texto trágico e na obra *O Conde d'Abranhos*. E mesmo a burguesia, que figura no romance de 1888, não é a pequena ou média que vive de alugueis, empregos públicos e miúdas rendas (as burguesias do Chiado ou do Rossio, representadas em *O Primo Basílio* e na própria *Tragédia da Rua das Flores*). Trata-se da alta burguesia, aquela que verdadeiramente detinha grande parte do capital econômico do país e que frequentava os salões mais badalados.⁶⁵³

Nesse sentido, se os sujeitos sociais não são os mesmos de outrora, a *urbes* (Lisboa), passou a ser representada, considerando-se outros ângulos e cenários. Alguns personagens se repetem, mas as intenções são outras e os papéis igualmente variantes. A narrativa desenvolvida no romance engavetado foi deixada de lado em prol de outra perspectiva analítica, mas também de outro formato editorial. A produção que procurou criticar o mundo burguês lusitano, por meio de pequenas novelas, com temas escandalosos, voltados para um público mais amplo, cedeu lugar para romances mais graves, cuja busca por maior refinamento e densidade da prosa, caminhava paralelamente com a definição de um novo grupo social protagonista. Essa reconfiguração narrativa passou a contar com um tipo de leitor presumido, representando, além do mais, alguns dos desejos do autor e do sujeito Eça de Queiroz.

⁶⁵³ A análise dos espaços sociais em *Os Maias* pode ser verificada em: REIS, Carlos. *Introdução à leitura d'Os Maias*. 7.ed. Coimbra: Almedina, 2006, p.47-80.

A noção de que uma boa obra era aquela concebida por um “escritor” – e não por um “escrevinhador” –, alinhava-se à concepção de que existiria um leitor diferenciado. Este, como os protagonistas almeçados por Eça a partir de *Os Maias*, não era membro da malta que frequentava o Rossio. Juntamente com esse leitor presumido, considere-se também um tipo de leitura e de *modus operandi*. Tal perspectiva pode ser apreendida no prefácio que Eça escreveu, em 1886, para o livro *Azulejos*, de seu amigo Bernardo Pinheiro de Melo (1855-1911), mais conhecido como o Conde de Arnoso. Nesse texto Eça afirmava que:

Nos tempos de Voltaire, já depois de *Candide*, mesmo já depois da *Pucelle*, se contentava com cem leitores – tempos que nos devem parecer bem incultos, n’este anno da Graça e de voraz leitura em que o *Petit Journal* tira oitocentos mil numeros, e *Germinal* é traduzido em sete línguas para que o bendigam sete povos – esses cem homens que liam e que satisfaziam Voltaire eram tratados pelos escriptores com um ceremonial e uma adulação, que se usavam sómente para com os Principes de sangue e as Favoritas. Em verdade o Leitor d’então, <o amigo leitor>, pertencia sempre aos altos corpos do Estado: o alfabeto ainda não se tinha democratizado: quasi apenas sabiam lêr as Academias, alguns da Nobreza, os Parlamantos, e Frederico, rei da Prússia: e naturalmente o homem de lettras, mesmo quando não fosse um poeta parasita do melancólico typo de Nicolau, ao entrar em relação com esse leitor de grandes maneiras, emplumado, vestido talvez d’arminho, empregava todas as fórmãs e todas as graças do respeito, e punha sempre, genuinos ou fingidos, os punhos de rendas de mr. Buffon.⁶⁵⁴

Eça remonta ao século XVIII para tratar de um tempo em que o alfabeto não tinha sido socializado e o diálogo que o escritor estabelecia com o leitor, por meio da obra, era pautado pelo respeito daquele que escreve para um igual, alguém a quem era necessário bajular e conquistar, um leitor aristocraticamente preparado para receber a obra, que era cortês em sua própria forma. O autor chegava a imaginar as vestimentas e os modos de leitura encontrados nessa época. A cortesia descrita como necessária provinha:

[...] sobretudo de que o escriptor, ha cem annos, dirigia-se particularmente a uma pessoa de saber e de gosto, amiga da Eloquencia e da Tragedia, que occupava os seus ocios luxuosos a lêr, e que se chamava <o Leitor>: e hoje dirige-se esparsamente a uma multidão azafamada e tosca que se chama o <Publico>. Esta expressão, <a Leitura>, ha cem annos, sugeria logo a imagem d’uma livraria silenciosa, com bustos de Platão e de Seneca, uma ampla poltrona almofadada, uma janela aberta sobre os aromas d’um jardim: e n’este retiro austero de paz estudiosa, um homem fino, erudito, saboreando linha a linha o seu livro, num recolhimento amoroso. A idéa de leitura, hoje, lembra apenas uma turba folheando paginas á pressa, no rumor d’uma praça.⁶⁵⁵

⁶⁵⁴ QUEIROZ, Eça de. Prefácio. In: PINDELA, Bernardo Pinheiro. *Azulejos*. Porto: Livraria Central de Campos & Godinho – Editores, 1896, p. V-VI.

⁶⁵⁵ QUEIROZ, Eça de. *Prefácio*, p. VI-VII.

A concepção de leitura e de leitor apresentada acima, entrava em conflito com a própria rotina de trabalho e com os projetos editoriais em que muitas vezes Eça se envolveu. Os conflitos e contradições presentes no caso da publicação de *O Primo Basílio* são exemplares. Como se viu, a obra foi pensada com propósitos claramente comerciais, direcionando-se para um amplo público leitor: seu sucesso estaria no potencial de alcance e venda, representado, inclusive no título “charlatão” escolhido. No entanto, quando foi veiculada a notícia de que o romance sairia em folhetim, Eça registrou outras ambições, conferindo à obra novos significados.

Em outubro de 1877, o escritor e jornalista Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) noticiou, no jornal *Diário da Manhã*, de que era redator chefe, que *O Primo Basílio* seria publicado em folhetim. Ele fez essa dedução porque o editor Ernesto Chardron havia divulgado um trecho da obra como uma espécie de estratégia de lançamento. Eça de Queiroz afirmou ao seu editor, em carta enviada em 26 de outubro de 1877,⁶⁵⁶ que a ideia da divulgação não era má, entretanto, destacou que uma “obra de arte” não poderia ser publicada “às folhas, retalhada como uma novela de cozinheiras”. Essa colocação foi reafirmada em tom mais enfático na missiva que Eça enviou ao próprio jornalista, no mesmo dia em que havia escrito sobre o assunto para Chardron.

Meu caro Pinheiro Chagas.

Se possível fosse meter dentro deste envelope uma punhalada com todos os efeitos trespassantes e homicidas – Você, ao receber esta carta, era um homem morto. Por quê? Para que você não me tivesse causado um susto – e feito um cabelo branco (o que faz seis com cinco que tinha). Para que disse você no seu jornal que o *Primo Basílio* era publicado às folhas? Pode imaginar daí a minha petrificação, ao ler que um livro, *cheio das loucas ambições de um trabalho de arte* – estava sendo servido, a pequenas doses, a 10 réis por garfada, *ao público gorduroso de cozinheiras sentimentais!* Obrigou-me você a crivar de telegramas o meu editor estremunhado, e a enriquecer de mais libra e meia a companhia do Cabo Submarino! E não era verdade, o *Primo Basílio* aparecera inteiro, de uma só peça – um verdadeiro patife em oitavo. Seria muito exigente, pedindo-lhe uma linha de rectificação neste sentido?⁶⁵⁷

Num primeiro momento, Eça procurou convencer seu editor de que *O Primo Basílio* encabeçava um projeto promissor, acentuando o seu potencial “mercadológico”. Na última carta, ao contrário, ele ressaltou outra dimensão: a obra foi (re) significada como “arte”. É

⁶⁵⁶ Publicada pela primeira vez por Aníbal Pinto de Castro, em 1986. A versão citada neste trabalho foi consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.151.

⁶⁵⁷ A carta de retificação mencionada foi publicada em 01 de Novembro de 1877, no próprio *Diário da Manhã*. Nesse mesmo número, o jornal esclareceu o engano, buscando se retratar. A missiva foi consultada para este trabalho em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.152. (Os grifos são nossos).

importante destacar, de antemão, que a situação discursiva da segunda missiva é outra, e que o destinatário é igualmente diferente. Primeiramente, foi preciso defender o projeto do romance para o editor, destacando sua viabilidade e lucratividade, depois, tornou-se importante garantir os “capitais simbólicos” que legitimam ou deslegitimam uma obra e um autor, pesando-se a importância desse “mercado de bens simbólicos”. Vale ressaltar, nesse sentido, a concepção de leitura que está implícita na indignação do romancista com a notícia publicada.

O suporte de publicação, bem como o público leitor presumido a partir dessa formatação, são elementos valorizados pelo escritor ao tratar da socialização de sua obra. Nesse ponto, as cartas são reveladoras: o romance que saísse em folhetim seria menor, em função dos seus leitores presumidos, da forma como seria disposto, apresentado, comercializado e lido. De outra maneira, a obra publicada como um livro teria a inscrição gráfico-simbólica de um editor, seria disposta como uma unidade articulada, apresentada materialmente por meio de um suporte mais elaborado. Seria, ainda, comercializada com um valor legitimador e lida “adequadamente” por um “leitor” iniciado nas letras e não por um público recém-familiarizado com o alfabeto, que folhearia o livro no tumulto do dia-a-dia. Essa lógica de valorização do livro está associada ao conceito de leitura e leitor explicitado por Eça no trecho do prefácio citado, em que se delinearam valores próprios do enciclopedismo do século XVIII. Os livros seriam artefatos iluminadores, verdadeiros emblemas de um tipo de leitura, leitor e escritor “especiais”: estes, capazes de se transformar e de modificar a realidade a partir da experiência de elaboração e de divulgação do conhecimento.

Na missiva que segue, de 15 de julho de 1880, Eça negociava com Ernesto Chardron a publicação de outro romance, *O Mandarin*. Também nessa ocasião ele procurou classificar leitores, práticas de leitura e a obra, tratando de elementos de sua composição.

Ex. amigo e Sr.

Recebi sua carta e folhetins. Consinto na publicação. Eu reservava *O Mandarin* para com dois ou três contos fazer um volume de fantasia contrastando com a obra de realismo: mas isto seria para mais tarde, e nada impede que se imprima em livro o *Mandarin*. Como Vossa Excelência verá pela leitura do conto, parte do sucesso de um tal volume depende da maneira de o apresentar; é uma história de fantasia e de invenção, boa para senhoras, que necessita que o volume seja num tipo bonito, e em papel magnífico, e com uma capa rica – um volumezinho de luxo. Creio que é nestas condições que Vossa Excelência o quereria apresentar. O conto dá, segundo calculei, 70 páginas do formato e tipo do *Basílio*; mas em tipo maior, pode dar 100. (...)

O tipo deve ser maior que o do *Basílio*, mas o formato estimaria que fosse o mesmo.⁶⁵⁸

O Mandarin seria um romance de fantasias, dedicado a senhoras, e, por essa razão, deveria ser apresentado com um tipo específico de papel e formato. Dessa apresentação dependeria o sucesso do romance. Tal como no caso anterior, o leitor presumido e as práticas de leitura a ele associadas não seriam externos ou estranhos ao artefato literário. Pelo contrário, já fariam parte da sua criação. Uma obra de imaginação, sem pretensões maiores, deveria ser publicada como pequenos contos. Entretanto, se saísse em livro, o mais interessante é que fosse formatado como um “volumezinho de luxo”, adequado ao perfil de leitura e leitoras, além de ser coerente com o conteúdo difundido. No trecho da carta que segue, quando o romancista tratava da publicação de diferentes obras, estabelece-se uma comparação relevante.

Tem V. Ex.^a razão, mil vezes razão, a respeito da *Capital!* Mas que quer? Meti-me nesta empresa dos *Maias*, que deviam apenas ser uma novela, e que se tornaram um verdadeiro romance! E tenho gasto todo este tempo a trabalhar neles! Felizmente vejo para breve o fim desta obra – e então em pouco tempo, querendo Deus, a *Capital* estará pronta. Porque não creia que eu não tenha também trabalhado nela, aqui e além; mas trabalho casual, que pouco adianta: os *Maias* absorviam-me. Findo eles porém, umas poucas de semanas bem aproveitadas bastam para pôr a *Capital* em termos de impressão.

Estimo que o *Mandarin* não tivesse grande sucesso; se o público fosse fazer espalhafato para essa pequena fantasia – então que reservaria para as obras sérias? É necessário em tudo proporção.⁶⁵⁹

A discussão que Eça levou a cabo com seus editores revela que ele estava cada vez mais envolvido com a publicação de um tipo de romance, considerado como “sério”, a despeito do que se publicava em folhetim e/ou como obras “fantasiosas”. Um “verdadeiro romance” seria aquele publicado como livro, com uma narrativa densa, direcionado a um público leitor minimamente douto. Essa noção foi construída por meio dos e nos processos criativos a que o romancista se dedicou, consolidando-se a partir da criação de *Os Maias*. Progressivamente, o escritor ia abandonando – ou pelo menos questionando – a validade das produções de tipo folhetinescas, elaboradas num ritmo produtivista. Ao longo de seu percurso criativo, como evidenciado, poucas foram as vezes em que Eça conseguiu cumprir os prazos acordados, ou que concretizou a publicação de mais de uma obra num curto espaço de tempo.

⁶⁵⁸ Essa carta foi publicada na íntegra por Aníbal Pinto de Castro, em 1986. A versão citada neste trabalho foi consultada em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p.264-265.

⁶⁵⁹ Fragmentos dessa carta foram publicados em 1925, na primeira edição de *A Capital!* A versão aqui trabalhada encontra-se em: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência...*, vol 1, p. 287. (Os grifos são nossos).

A exceção foi o ano de 1878, quando ele trabalhava, a um só tempo, com *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio* e ainda planejava outras publicações. No que concerne à missiva citada, diferentemente do que foi prometido, *Os Maias* não saíram em 1881, e *A Capital!*, como se sabe, só se publicou postumamente, sem a revisão final costumeiramente realizada. As demandas editoriais e as necessidades financeiras geralmente imprimiam um ritmo mais acelerado de criação. Mas o tipo de obra valorizada e a dilatação do tempo de trabalho são preciosos indicadores sobre a concepção eciana de obra literária. O autor tinha a crescente convicção de que as necessidades financeiras e a vida pequeno-burguesa, incluindo a sua própria, eram um empecilho para o que se considerava como uma criação artístico-literária de qualidade, que pudesse cumprir uma função edificante.

O debate sobre a realidade do escritor, que muitas vezes se reconhecia como um “escrevinhador assalariado”, a condição da obra literária, que precisava ser lucrativa e abrangente, sem deixar de lado alguns critérios de qualidade e crítica, ou, ainda, o diálogo que se deveria travar com o público que passava a ter acesso à leitura, apresentam-se não apenas como questões de um indivíduo que almejava ser um autor reconhecido. Estão ligadas ao próprio contexto oitocentista. São, de fato, indissociáveis das contradições das sociedades liberais em formação ou em consolidação à época. Os leitores iniciados frente à constituição dessas sociedades poderiam fruir de obras pretensamente críticas, densas e edificantes? Os escritores teriam como escrevê-las, construindo uma carreira de sucesso? Seriam os “novos” leitores parte das promessas realizadas e das que estavam por se realizar de acordo com o projeto liberal em curso?

Parte-se do pressuposto de que os processos criativos de uma obra literária, bem como os seus possíveis leitores e leituras, fazem parte da construção de sentidos inerentes à edificação da realidade social narrada. Com efeito, a obra *Os Maias* foi elaborada a partir de duas questões basilares: a ambição de se construir uma grande crítica à sociedade portuguesa (como se viu, pretensão outrora planejada por meio de uma série de pequenas obras), e o papel do artefato literário para a discussão sobre essa realidade. Se a partir do romance em questão, o protagonista da narrativa eciana passou a ser a aristocracia, ratificou-se igualmente o leitor presumido e o tipo de leitura almejada. A obra *Os Maias* colocava em cena um novo agente social, coerente com o pacto de leitura subjacente à obra. Definitivamente, não era um romance voltado para o “público gorduroso de cozinheiras sentimentais”.

Essa constatação verifica-se também pelo preço a que o romance foi vendido à época: 2\$000 réis. Conforme destacado, a renda mensal da família de um operário, em 1862, era em torno de 14\$400 réis por mês. Em 1863, a média do salário de um operário era de 275 a 300 réis por dia. O quilo da carne de vaca chegava a 260 réis em Lisboa e 140 réis no Porto, ao passo que um bilhete de transporte urbano girava em torno de 120 réis, considerando-se o mesmo período. O pão, alimento essencial para a população mais pauperizada, subiu de 90 para 125 réis o quilo, em 1883. Esses dados demonstram que o poder de compra do trabalhador era reduzidíssimo, sendo muito difícil a aquisição de livros, quanto mais um que custasse 2\$000 réis.⁶⁶⁰ O mais corriqueiro era o aluguel feito junto aos gabinetes de leitura, pois a assinatura mensal variava entre 200 e 600 réis na década de 1840, e entre 200 e 400 réis nos anos 1880. Mais popular ainda eram os jornais, vendidos por uma faixa de 20 a 40 réis.⁶⁶¹ Considerando-se essa acessibilidade mais ampliada aos periódicos, não é de se estranhar que Eça de Queiroz tenha feito a avaliação destacada anteriormente sobre os leitores de folhetim.

Encontravam-se romances com preços relativamente baixos, como é o caso dos livros de Júlio Verne, que podiam custar 200 réis. Existiam também edições com certo grau de elaboração, vendidas a preços módicos. Era o caso da obra *A História de Portugal*, de Manuel Pinheiro Chagas, que foi publicada em fascículos semanais de 16 páginas, a 60 réis cada.⁶⁶² Mas na maioria dos casos, os preços eram mais elevados, o que dificultava o acesso de uma grande parte da população.

Em suma, um público restrito, mas com posses suficientes para pagar a assinatura mensal, ainda que não tantas para comprar o livro; ávido da novidade literária vinda, sobretudo, de França, tinha alguns anseios de instrução e de ocupação dos tempos de ócio com uma “literatura de evasão” proporcionada pelas novelas líricas ou pelos romances de Balzac, Dumas, Paul de Kock, Ponson du Terrail, Júlio Verne e de escritores portugueses, como Garret, Herculano e Camilo, então mais lidos.⁶⁶³

Se a maioria das publicações restringia-se a um número reduzido de leitores, os romances de Eça de Queiroz eram ainda mais inacessíveis. Um livro tido como popular na segunda metade do século XIX, geralmente, era um volume brochado com cerca de 200 páginas, vendido a 200 réis.⁶⁶⁴ Ora, a maioria dos títulos ecianos não tinha esse perfil, ultrapassando em muito a dimensão e os valores mencionados. Essas obras foram vendidas por 1\$000 ou 1\$200 réis, sendo a exceção, *O Mandarin*, que mesmo assim foi

⁶⁶⁰ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Livros e Leituras no Século XIX*., p. 195.

⁶⁶¹ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Livros e Leituras no Século XIX*., p. 194-195.

⁶⁶² RAMOS, Rui. *A Cultura do Patriotismo Cívico*., p.51.

⁶⁶³ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *Livros e Leituras no Século XIX*., p. 195.

⁶⁶⁴ RAMOS, Rui. *A Cultura do Patriotismo Cívico*., p.51.

comercializado a 500 réis. O romance *Os Maias* foi disponibilizado por um valor próximo ao que era praticado em relação aos livros de autores como Balzac e Alexandre Dumas, vendidos, em média, por 2\$500 réis. Esse valor também foi imputado a obras vultosas, como uma edição de *Os Lusíadas*, revista por Francisco Viterbo (1845-1910) e ilustrada por um importante nome do ramo, Manuel de Macedo (1839-1915), publicação realizada com papel *couché*, comercializada em Portugal, no Japão e na Holanda.⁶⁶⁵

O preço das publicações queirozianas, relativamente alto de uma forma geral, e especialmente inacessível quando se pensa na obra *Os Maias*, chama atenção para duas questões. Primeiramente, Eça realmente foi um autor prestigiado, pois, caso contrário, não teria seus livros vendidos com esses valores, aliás, numa escala ascendente. Por outro lado, o público que possivelmente tinha maior acesso a sua obra tendia a ter algum poder aquisitivo. Eça não era um autor essencialmente popular, no sentido de ter sido necessariamente lido pelas classes mais pauperizadas. Pelo menos não por meio de aquisição direta. Durante sua trajetória, o escritor se viu às voltas com projetos direcionados para o “público”, mas grande parte de sua produção efetivada parece realmente ter sido destinada para aqueles que mereceriam o *status* de “leitores”, uma tendência afirmada por meio da interdição de algumas criações, bem como através da recepção das obras do autor em sua época.

Em 1884, *O Imparcial*, um jornal de Coimbra, organizou uma lista com os 25 escritores portugueses mais “notáveis”, recorrendo aos seus leitores e não às autoridades acadêmicas. Na seleção, destacaram-se principalmente os autores mais progressistas, alguns – como Ramalho Ortigão e Teófilo Braga – do partido republicano. Dezesesseis dos nomes elencados pelos leitores eram homens com cerca de 40 anos, 11 pertenciam à “geração de 1870”, ou “geração nova”, para usar o termo do periódico.⁶⁶⁶ Eça de Queiroz ficou em quarto lugar, à frente de companheiros como Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, respectivamente em sétimo e oitavo lugares. A posição do romancista demonstra sua relevância junto aos leitores consultados, mas, quando se verificam os dois primeiros lugares, ocupados por Camilo Castelo Branco (1825-1890) e Manuel Pinheiro Chagas, nessa ordem, é preciso considerar alguns apontamentos. Os dois escritores mais bem avaliados nem sempre foram considerados relevantes naquele contexto. Ambos, embora tivessem tido os seus momentos de glória, tinham caído em certo ostracismo, recebendo um reconhecimento da crítica e da

⁶⁶⁵ RAMOS, Rui. *A Cultura do Patriotismo Cívico*. ..., p.51.

⁶⁶⁶ RAMOS, Rui. *A Cultura do Patriotismo Cívico*. ..., p. 58-59.

intelligentsia, muito aquém do que gozava Eça de Queiroz. No entanto, Camilo e Pinheiro Chagas foram mais reconhecidos na pesquisa apresentada, o que reforça o argumento de que a obra eciana não teve necessariamente uma grande penetração junto às camadas mais populares. Possivelmente essa obra foi mais prestigiada por sujeitos com algum capital econômico e cultural.

Essa tendência está fortemente materializada no romance *Os Maias*. Isso em função do seu valor de comercialização, mas igualmente por causa do seu formato. Trata-se de uma obra de dois volumes, que, portanto, não era uma “leitura de alpendre”. Os dois calhamaços foram criados e editados para um tipo de leitura idealizada por Eça, explícita no prefácio citado anteriormente: dificilmente poderiam ser folheados às pressas pela “multidão azafamada” na confusão corriqueira e ordinária. O romance apresenta-se por meio da sua própria configuração, como uma obra voltada para um leitor que poderia saboreá-lo numa “poltrona confortável”. Ainda que seja impossível determinar qual era de fato o receptor final da obra, essas pretensões são relevantes para se pensar a construção da narrativa analisada. Sobre a dimensão da publicação, Eça tratou com amigo Oliveira Martins, em carta datada de 12 de junho de 1888.

Os *Maias* saíram uma coisa extensa e sobrecarregada, em dois grossos volumes! Mas há episódios bastante toleráveis. Folheia-os, porque os dois tomos são volumosos demais pra ler. Recomendo-te o começo, as primeiras 100 páginas; certa ida a Sintra; as corridas; o desafio; a cena no jornal *A Tarde*; e sobretudo o sarau literário. Basta ler isso, e já não é pouco. Indico-to para não andares a procurar através daquela imensa massa de prosa.⁶⁶⁷

O escritor tinha o costume de desmerecer o seu trabalho, por meio de um discurso que abria brecha para que o interlocutor o desmentisse com algum elogio. Ao que tudo indica, ele não tinha uma visão tão severa sobre a sua obra. De qualquer maneira, no trecho reproduzido acima, reconheceu-se que o romance *Os Maias* era extenso, exigindo um trabalho árduo de leitura. Essa afirmação teria sido feita também para Antônio Nobre (1867-1900). Em carta endereçada a Alberto de Oliveira, o poeta nos informa sobre o diálogo que teve com Eça de Queiroz a respeito da obra assinalada.

Disse-lhe que o *Janeiro* noticiara a aparição da Vida de S. Cristóvão em que ele trabalhava; que não, agora andava com o <Fradique>. E depois ia fazer uma série de livros como O Mandarim: o público já não suporta os grossos volumes, como outrora, como nos tempos do amigo <Vitor>, em que se passava uma existência dentro da biblioteca a ler, a ler... Mas hoje...

⁶⁶⁷ Publicada pela primeira vez em 1925, por José Maria Eça de Queiroz, em *Eça de Queiroz, Correspondência...* A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz Correspondência. ...*, vol1, p.546-547.

Eu lamentei que *Os Maias* ainda fossem tão curtos. Afirmou-me que esses se haviam vendido muito, – a edição, imensa, estava quase ida certamente. Notei-lhe que ele era o mais trabalhador dos contemporâneos. <Sim>, que era; o Oliveira Martins, também. Todos os dias trabalhava e que o indignava, agora, aquela ferida do dedo que não o deixava escrever, em ampla vontade. Ah, o dói-dói... Mas que nunca mais se preocuparia com a forma: se não fosse isso, estava hoje com o dobro da obra.⁶⁶⁸

O diálogo apresentado soma-se à colocação feita anteriormente de que Eça tendia a criticar a sua produção, talvez esperando uma oposição que viesse acompanhada do almejado reconhecimento. No caso apresentado, o romancista teria destacado a impertinência do formato da obra *Os Maias*, frente a um contexto em que os leitores não tinham mais paciência para textos longos. Após essa constatação, o interlocutor e narrador do acontecido, afirmou lamentar que a obra não fosse ainda maior. Provavelmente, a lamúria eciana surtiu efeito. Por outro lado, o escritor teria declarado que os possíveis leitores contemporâneos a si, não ficavam mais horas na biblioteca. Por meio dessa informação, imputa-se aos *Maias* um tipo de leitura ligada à outra temporalidade e a outros hábitos. Note-se que essa atribuição coincide com a explanação, feita no prefácio ao livro *Azulejos*, no qual foi traçada a diferença entre os leitores de outrora e o público do contexto finessicular oitocentista. É interessante reforçar que esse prefácio foi concebido em 1886, quando o autor estava envolvido na criação d’*Os Maias*.

Em tese, o romancista afirmou a Antônio Nobre que gostaria de criar uma série de pequenos romances, abdicando dos cuidados com a forma, um impeditivo para uma produção mais volumosa. Se Eça de Queiroz pronunciou efetivamente essas palavras, não é possível saber, pois, como já diria o ditado, “quem conta um conto aumenta um ponto”. Por se tratar de uma descrição feita por um terceiro, não podemos ter a mesma segurança que se dispuséssemos de uma carta escrita pelos punhos do romancista. O relato, porém, parece coerente com as outras fontes analisadas até então e, partindo desse nexos, é válido levar em conta a possibilidade de um novo planejamento editorial. Mas mesmo que esses planos não tenham efetivamente existido, é possível afirmar, com relativa segurança, considerando os que seguramente se aventaram, que houve o invariável cuidado com a forma, associado à crescente desaceleração do ritmo de criação. Como já foi enfatizado em outros momentos, depois de *Os Maias*, Eça não publicou outro livro. Além do mais, associado ao processo de criação dessa obra, é possível verificar o descortinar de uma concepção de leitor e de leitura;

⁶⁶⁸ NOBRE, Antônio. *Correspondência*. 2.ed. Organização: Guilherme de Castilho Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p.131. (O grifo é do original).

condizente à edificação de uma sensibilidade literária. Mesmo que surgissem alguns momentos de dúvida em relação às escolhas tomadas, o objetivo de Eça de Queiroz, representado inclusive pelo legado literário que nos chegou, era se tornar um escritor e não viver como um “escrevinhador assalariado”, ainda que, muitas vezes, por questões pragmáticas, predominasse a segunda classificação.

Durante todo o seu percurso criativo, Eça almejou um leitor e um tipo de leitura que não se confundia com os sujeitos recém-incluídos pelo sistema liberal. Ostentando uma concepção política e intelectual platônica, o romancista procurou elaborar *Os Maias*, um “verdadeiro romance” e metassíntese da análise direcionada à sociedade portuguesa, partindo do pressuposto da existência de um tipo de leitura formativa, que deveria ser direcionada a um grupo mais “seleto”. Está implícita nessa predileção a ideia de que a literatura faz parte de uma condição civilizacional, na medida em que, como ato político de escrita e civil de leitura, deveria se destinar à formação de uma nova geração, mais preparada e educada. Esta só poderia se gestar por meio de uma prosa que não fosse ligeira e que se destinasse ao “amigo leitor”, aquele que, com seu gosto elevado e condição de discernimento, poderia, quem sabe, delimitar uma transformação efetiva e não uma modernização de superfície: standardizada pela vulgarização de uma leitura vil, conivente, por seu turno, com a (de) formação de cidadãos de segunda classe, uma gente pretensamente incluída e atuante, que estaria levando o país para um buraco sem saída.

Considerando-se o que foi analisado até o momento, é válido sintetizar algumas ideias. Uma narrativa conforma-se a partir de pelo menos três elementos: a definição da mensagem (ou história) que se pretende comunicar, a escolha dos protagonistas que irradiarão a ação e a delimitação do formato do texto que possibilitará a materialização desse processo comunicativo. Essa trama é fruto de um conjunto de significados, elaborados por meio de uma sensibilização, oriunda da ação criativa dos indivíduos que, por sua vez, estão imersos no contexto social a que pretendem dar sentido. Trata-se de uma maneira de (re) elaborar a própria existência. Com efeito, a narrativa eciana articulou-se por intermédio de uma trajetória intelectual, estética e sociocultural, que desaguou na obra *Os Maias*. Por meio dela foi delineada uma forma de compreensão, inseparável de um diagnóstico e de uma proposição sobre a realidade lusitana. Com a criação desse romance, Eça burilou a sua meta avaliativa, ratificou os conceitos de literatura, leitura e leitor por ele fomentados, mas, também, encontrou-se consigo mesmo: encarando alguns dos seus principais anseios, desejos,

frustrações e realizações. A obra é a consolidação de uma questão que, no entanto, permaneceria sem uma resposta possível. Depois desse romance abandona-se efetivamente um ritmo de criação que, na verdade, nunca tinha passado de uma intenção.

A finalização desse processo de sensibilização é também a construção de uma grande dúvida: seria possível narrar? Essa hesitação caminha com a incerteza sobre a possibilidade de uma realização pessoal e de uma regeneração coletiva, pois, a prosa eiciana está perpassada por pretensões individuais e por metas geracionais. Com a criação do romance *Os Maias*, define-se um protagonista, a aristocracia, e delimita-se um leitor almejado, um sujeito minimamente versado, capaz de ler e apreciar uma obra com a tranquilidade e as habilidades encaradas como essenciais. Perfazem-se três objetivos. O primeiro seria a conquista da posição de escritor, abandonando-se o lugar de “escrevinhador”; o segundo, a construção de um sentido para a realidade lusitana – por meio da ação de uma elite de tradição e formação satisfatória –, fruto de idealizações e desejos, além de fonte de uma derradeira esperança; e o terceiro, a aposta na formação de uma nova geração que, mais preparada, poderia educar os educadores, formar os novos formadores.

Os três propósitos não foram alcançados ou, na melhor das hipóteses, estariam seriamente comprometidos. Para se realizar como escritor, Eça fez um percurso de negação do modelo de publicação industrialista, seriado, optando pelo aperfeiçoamento de uma grande obra, em detrimento de um conjunto de pequenas publicações. Essa escolha não trouxe maiores frutos e reconhecimentos para o autor, que seguiu sendo o famoso romancista que, outrora, havia publicado dois sucessos: *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*. Só posteriormente Eça de Queiroz foi reconhecido como um grande escritor, autor de uma obra maior.

Até o momento, foi possível destacar que a criação do romance *Os Maias* se confunde com a elaboração de um projeto editorial, marcado por anseios, experiências, metas, valores e visão de mundo do escritor. O que se procurará discutir no próximo capítulo é a relação entre esse projeto e uma questão perturbadora para a época: Portugal poderia, enfim, trilhar os caminhos rumo ao progresso? A narrativa queiroziana procurou elaborar e dar conta dessa questão, num primeiro momento, apostando numa regeneração dos costumes, que se daria por meio de uma crítica aguda direcionada à burguesia (agente das primeiras publicações do autor) e da criação de uma abordagem satírica. Com o tempo e com o desenvolvimento da sensibilidade literária, que culminou com a elaboração de *Os Maias*, ratificou-se o papel

educativo que uma obra literária deveria ter, consolidou-se a concepção de que o educando deveria ser o “leitor” – e não o “público” – e definiu-se como o sujeito educador, inspirador e protagonista da trama, o representante da mais alta aristocracia. Contudo, o que se segue após *Os Maias* é um silêncio editorial. Com efeito, quais os significados desse silenciamento? Reconhecendo que o referido romance está no centro da escrita editorial eciana, qual seria o papel dessa obra para a compreensão da construção da crítica direcionada à sociedade portuguesa? Essas são questões que serão discutidas no próximo capítulo.

4. ASSIM SE CONSTRÓI A CIVILIZAÇÃO? O TRABALHO DE CITAÇÃO E A ELABORAÇÃO DA NARRATIVA ECIANA

4.1. Trabalho de citação, processos criativos e sociabilidade intelectual

[...] Eusebiosinho, uma maravilha muito falada n'aquelles sitios. [...] Já estava essa noite, vestido como sempre de escossez, com o *plaid* de flamejante xadrez vermelho e negro posto a tiracollo e preso ao hombro por uma dragona; para que conservasse o ar nobre d'um Stuart, d'um valoroso cavalheiro de Walter Scott, nunca lhe tiravam o bonet onde se arqueava com heroismo uma rutilante penna de gallo; e nada havia de mais melancolico que sua facesinha trombuda, a que excesso de lombrigas dava uma molleza e um amarellidão de manteiga [...] ⁶⁶⁹

O personagem descrito pelo narrador na citação acima, o Eusebiosinho, é uma criança que, em *Os Maias*, recebeu uma educação que lhe tornou um pulha. Beato, com uma fragilidade física e moral, ele é o oposto de Carlos Eduardo da Maia: rijo e são, formado para ser um cavalheiro, de acordo com os preceitos da educação moderna (embalada pelas “Luzes” e pelo cientificismo). A pieguice do Eusebiosinho, em parte, reside no fato dele se imaginar e ser imaginado – como a nobreza medieval mitificada por Walter Scott (1771-1832). Esses delírios informados por tipos idealizados, geralmente oriundos da leitura de determinados autores, são recorrentes nos personagens que apresentam certas “deformações” ou desvios de conduta. Maria Monforte, por exemplo, é apresentada como uma senhorita caprichosa, que vivia “n'um ninho de sedas azul-ferrête, e passava o seu dia a ler novelas”.⁶⁷⁰ Aliás, a personagem transgressora escolheu o nome do seu filho, Carlos Eduardo, depois de ler um romance que tratava precisamente dos Stuart. Outra personagem, que tem seu comportamento desviante relacionado às leituras que faz, é a protagonista do romance *O Primo Basílio*.

Luisa espreguiçou-se. [...] Tornou a espreguiçar-se. E saltando na ponta do pé descalço, foi buscar ao aparador por detrás de uma composta um livro enxovalhado, veio estender-se na Voltaire, quase deitada, e, com o gesto acariciador e amoroso dos dedos sobre a orelha, começou a ler, toda interessada. Era a “Dama das Camélias”. Lia muitos romances; tinha uma assinatura, na baixa, ao mês. Em solteira, aos 18 anos, entusiasmara-se por Walter Scott e pela Escócia, desejara então viver num daqueles castelos escoceses, que tem sobre as ogivas os brasões da “clan”. [...] Mas agora era o moderno que a cativava, Paris, as suas mobílias, as suas sentimentalidades. Ria-se dos trovadores, exaltara-se por Mr. De Camors; e os homens ideais

⁶⁶⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episodios da vida romantica. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Casa Editora LUGAN & GENELIOUX, Sucessores, 1888, vol.1, p.91.

⁶⁷⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias ...*, vol.1, p.27.

apareciam-lhe de gravata branca, nas ombreiras da sala de baile, com um magnetismo no olhar, devorados de paixão, tendo palavras sublimes.⁶⁷¹

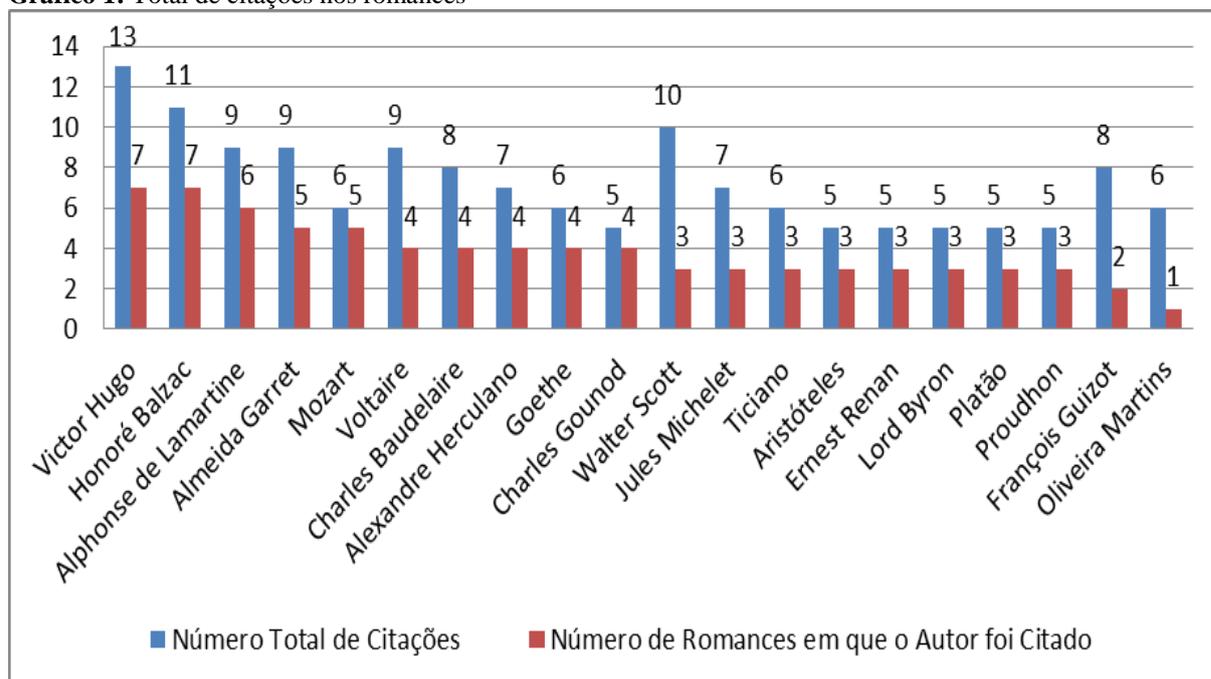
Diferentemente de Maria Monforte e de Luisa, D. Afonso da Maia realizava suas leituras metodicamente, priorizando os filósofos, como François Guizot (1787-1874) e Voltaire (1694-1778), além das obras literárias que representam a sociedade liberal em seu nascedouro. Enquanto D. Afonso se apresenta como porta voz de um elevado código moral, figurando-se, assim, como o representante da mais alta aristocracia portuguesa, Maria e Luisa perfazem uma burguesia parasitária e crivada por conflitos de valores. Essa contraposição será tecida com mais cuidado a partir do próximo capítulo, mas nesse momento, no entanto, é relevante destacar que, em ambos os casos, a apropriação de autores ou obras faz parte do processo de caracterização dos personagens e da trama. Na realidade, articula-se uma dupla operação: conhece-se o significado que é dado à citação pelo contexto narrativo em que ela está inserida, e, ao mesmo tempo, essa menção é relevante para a construção dos sentidos que estruturam as narrativas. Nesse entremeio, é também reveladora a forma como as próprias personagens leem. De uma forma ou de outra, as referências citadas nos romances dizem não só das obras em si, mas também do trabalho intelectual de Eça de Queiroz, sua própria vivência e os possíveis sentidos que ele atribuía à realidade social por meio da sua obra literária.

“A citação trabalha o texto, o texto trabalha a citação”.⁶⁷² E isso significa não considerar apenas o sentido (o enunciado), mas igualmente o trabalho, o ato de citar (a enunciação). A citação será entendida, aqui, como parte da conformação das narrativas ecianas. Nesse sentido, num primeiro momento, convém identificar algumas recorrências. Procurou-se considerar a quantidade de autores apropriados, bem como um fator de dispersão, qual seja: o número de obras em que essas referências aparecem. Conforme essa linha de raciocínio, segue, no Gráfico 1, a sistematização:

⁶⁷¹ QUEIROZ, Eça de. *O Primo Bazílio: episodio domestico*. 2.ed. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1878, p. 14-15.

⁶⁷² COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.46.

Gráfico 1: Total de citações nos romances



Fonte: Romances de Eça de Queiroz: OMES, OCPA, OPB, MAN, AR, OM, ACFM, AICR, ACS, OCD, AC, ATRF.

O Gráfico 1 foi elaborado em ordem decrescente: da esquerda para a direita, encontram-se, respectivamente, os autores mais citados e mais representativos na obra queiroziana como um todo. Levando-se em conta a média geral de citações, foram destacados aqueles autores mencionados pelo menos cinco vezes, articulando-se a esse critério o fator de dispersão, conforme apontado anteriormente. Essa articulação foi importante porque algumas referências, embora citadas mais vezes do que outras, são representativas apenas para uma obra. É o caso, por exemplo, de Oliveira Martins, representante da “geração de 1870”, citado em *A Correspondência de Fradique Mendes*, com um objetivo muito preciso: possibilitar o desenvolvimento de uma espécie de autocrítica. Contrariamente a esse caso, existem autores como Victor Hugo (1802-1885), Honoré Balzac (1799-1850) e Alphonse de Lamartine (1790-1869), citados, respectivamente, por treze, onze e nove vezes, que estão presentes em sete ou seis dos treze romances analisados.

Existem ainda alguns casos intermediários, como Voltaire, com nove menções, mas que se concentram em dois romances: *Os Maias* e a *As Correspondências de Fradique Mendes*. Não se trata, portanto, de uma referência tão bem distribuída como Lamartine, que tem o mesmo número total de citações e apresenta-se em seis obras. Entretanto, dada a importância de Voltaire na escrita epistolar do romancista, como se verá, o filósofo acaba

ganhando um destaque especial. Mas mesmo os casos aparentemente menos significativos guardam importantes elementos, tais como Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), Platão (427 a.C.-347 a. C.) e Ticiano (1490-1576), que representam uma fase da produção literária queiroziana em que o romancista passou a relativizar de forma mais sistemática as referências do mundo moderno, abrigando-se em tradições ocidentais como a greco-romana ou a renascentista. Evidenciam-se, ainda, autores como Walter Scott, citado em diferentes contextos narrativos e com uma importância destacada para a caracterização de personagens centrais para a prosa eciana, conforme explicitado. Por último, evidencio Jhoann Goethe (1749-1832), autor que não figura inicialmente entre os mais expressivos, mas que tem sua relevância reavaliada em função da obra, o *Fausto*, a mais citada em toda a produção romanesca analisada.

Enfim, sumaria-se a importância desses casos intermediários para relativizar e problematizar a sistematização levada a cabo: que potencializa (torna visível) algumas coisas, mas esconde outras. Seja como for, considere-se por ora aquilo que o Gráfico 1 deixa mais proeminente e depois, conforme a pertinência, os outros casos serão tratados. Nesse sentido, o que chama atenção inicialmente é preponderância dos autores ligados ao romantismo. Se considerarmos os quatro mais destacados nas narrativas literárias, Victor Hugo, Balzac, Lamartine e Garret, de antemão, temos um destaque conferido à referida corrente literária. Essa verificação, porém, não pode se limitar à ligeira constatação de que Eça teria sido mais ou menos influenciado por esta referência, do que pelo realismo ou pelo naturalismo.

Como se destacou em outro momento, valendo-se do texto de Ângela de Castro Gomes, não existem sujeitos passivos nos processos de apropriação intelectual, recorde-se: “nem leitores, nem ouvintes, nem ninguém”. Seria possível enfatizar: “nem autores”. Eu ainda ousaria: muito menos um autor da envergadura de Eça de Queiroz. Por essa razão, mais do que cair na querela de escolas literárias – que o próprio Eça aprendeu a repudiar ao longo de sua existência –, vale tentar pensar nos significados de tais apropriações. Até porque, o fato de o escritor citar em excesso autores do romantismo, não significa que ele aderiu positivamente ao legado dessa linha de pensamento. É preciso recordar que, por trás desses diálogos, existem formas de pensar e dar sentido ao mundo, construídas e reconstruídas na própria tessitura das narrativas. Como lembrou Deleuze: “uma palavra quer dizer alguma coisa na medida em que aquele que a diz quer alguma coisa dizendo-a”.⁶⁷³ Completando esse raciocínio, Compagnon afirma que:

⁶⁷³ DELEUZE, Gilles. Différence et répétition. *apud* COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação.*, p.48.

O mesmo objeto, a mesma palavra muda de sentido segundo a força que se apropria dela: ela tem tanto sentido quanto são as forças suscetíveis de se apoderar dela. O sentido da citação seria, pois, e relação instantânea da coisa com a força real que a impulsiona.⁶⁷⁴

Para desconstruir o significado dessa relativa predominância do romantismo, um caminho possível é tratar um pouco sobre a forma como Eça pensou Victor Hugo e seu legado, escolha que se justifica em função da representatividade do autor, mas também porque Eça de Queiroz explicitou suas impressões sobre ele em várias ocasiões. Primeiramente, vale considerar que Victor Hugo tinha presença certa na biblioteca do romancista português. Mesmo após as perdas do acervo pessoal, encontramos preservados exemplares de boa parte das obras de Hugo, invariavelmente em francês, sendo a maioria delas primeiras edições. Estas, publicadas principalmente entre os anos 1850 e 1870, por *J. Hetzel editeur* e *Hachette*. Dentre as obras, encontramos no acervo: *Les misérables*, *L'Homme qui rit*, *La pitié suprême*, *Avant l'exil – 1841-1851*, *Oeuvres complètes*, *Quatre vingt treize*, etc. Existe ainda uma edição que Victor Hugo prefaciou da obra de William Shakespeare (1564-1616), em quatro volumes, que saiu pela *Librairie Internationale*, em 1864.

A presença de um livro ou autor numa biblioteca não é sinal de que tais referências são lidas, ou, mais ainda, não é índice seguro do papel de um conjunto de ideias e orientações intelectuais. É já uma história antiga: nem tudo que temos, lemos, e nem tudo que lemos, temos. O trocadilho ajuda a não superestimar os indícios encontrados. Entretanto, alguns sinais apontados são significativos. Primeiramente, o fato de que Victor Hugo não é apenas o autor com o maior número de obras entre as remanescentes da biblioteca de Eça de Queiroz, mas também o fato de que essas obras datam, em sua maioria, da época em que Eça era estudante. Mas ainda se poderá questionar: isso significa que esses livros foram adquiridos quando do seu lançamento? Não, não necessariamente. Mas caberia reconhecer que uma amostra expressiva com essa marca temporal não é desprezível e, na pior das hipóteses, Eça preocupou-se em ter, no seu acervo, as edições mais antigas. Um cuidado, em si, significativo. Isso sem mencionar o fato de que o autor tinha uma coleção das obras de Shakespeare que contou com a participação do romancista francês no processo editorial. Ou seja: existe ainda a possibilidade de que Eça tenha se munido de outras referências por meio de certo verniz intelectual de Victor Hugo, além do romantismo e da própria França.

Essa hipótese ganha força por meio da análise de uma carta que o romancista escreveu na ocasião da morte do ilustre escritor francês, publicada na revista *Ilustração*, editada por

⁶⁷⁴ COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. ..., p.48.

Mariano de Pina (1840-1895), em Paris. A missiva foi escrita em 20 de julho de 1885, mas só se tornou pública em 28 de Agosto daquele ano. Nela, Eça procurou fazer uma homenagem a Vitor Hugo e um balanço sobre o debate literário da época, assim como, sobre o papel da “geração de 1870”. O texto começa com uma crítica a alguns membros da referida geração, nomeadamente, Antero de Quental e Oliveira Martins, que teriam feito duras avaliações ao idealismo e à retórica de Hugo. Criticaram também os seguidores do escritor romântico. Nesse ponto, existe uma interessante argumentação de Eça de Queiroz: a forma e o estilo do texto de Victor Hugo estariam relacionados com os seus propósitos político-sociais. Seria coerente com a sua maneira de pensar a realidade, isto é, a idealização do autor relacionar-se-ia a um processo de imaginação e projeção de um mundo melhor, uma sociedade irmanada por valores como igualdade e fraternidade. Logo em seguida, Eça assumia que:

Decerto, educado por Hugo, eu creio piedosamente no messianismo da França. Ninguém mais do que a França tem contribuído para fazer do rude bárbaro do século VI o homem culto do século XIX. Ela possui no mais puro grau essas divinas qualidades espirituais de doçura e luz, que são os mais penetrantes agentes da educação humana. Ninguém como ela deu ao mundo a grande lição da igualdade; e a igualdade é decerto a maior evidência de civilização.⁶⁷⁵

Destaca-se, portanto, que o reconhecimento de Eça de Queiroz em relação a Victor Hugo relaciona-se a um processo civilizacional, protagonizado pela França e de que o referido romancista teria como referência fundamental. Pelo menos num primeiro momento. O autor chega a considerar que o escritor por ele homenageado tinha alguns maneirismos, realmente carregava a tinta nas idealizações e, além do mais, não analisava com rigor as causas das desigualdades entre os homens (nesse ponto parece que Eça estava dialogando diretamente com Antero, o socialista moralista). O romancista destaca, então, que as revoluções, pelo menos as que ele considerava como mais pertinentes, não seriam feitas por meio de boas análises e estratégias, mas com bons discursos que pudessem mobilizar e formar. Existe, aqui, um ponto importante: qualquer revolução só poderia se dar por meio das ideias, elaboradas por uma obra adequadamente estruturada. A referência a Victor Hugo vai ficando então mais clara: trata-se de um escritor que se propôs a conformar um mundo melhor por intermédio de

⁶⁷⁵ Publicada pela primeira vez em a *Ilustração*, nº16 de 20/08/1885. Foi recolhida postumamente em *Notas Contemporâneas*, em 1909. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*. Organização e Notas: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, vol.1, p.382.

certa militância literária. Depois de lembrar que Hugo representava a compaixão, a bondade e a filantropia, a “aurora confusa do socialismo”, Eça ainda destacou em relação ao escritor:

O seu nobre clamor pelos fracos, penetrando as almas, terá uma ação nos códigos: – e, porque um poeta cantou, o mundo torna-se melhor. Por uma razão paralela eu considero como eminentemente fecunda a ação política de Hugo. No seu tempo, Hugo não era um homem de Estado como Turgot: Hugo é o bardo da democracia. A ele não compete organizá-la: compete anunciá-la. Ele prega, num radiante lirismo, o advento do Reino do Homem; e a sua voz ritmada chama a ele as multidões. As instintivas massas humanas não se movem senão pela imaginação e pelo sentimento: a lógica persuade o homem culto, mas não concertem o simples. Um apelo à Liberdade e à Justiça, feito em estrofes que seduzem como as antigas “vozes do céu”, arrebatava turbas que longos volumes de Filosofia deixariam indiferentes.⁶⁷⁶

Para Eça, o que importa em Victor Hugo não é uma fórmula estética, nem mesmo a adesão ou não ao romantismo, mas a sua contribuição para a formação de uma verdadeira civilização. A obra chama atenção pela sua ambição formativa, pois, ainda segundo o romancista, seria muito mais eficiente uma idealização que pudesse mobilizar as pessoas em torno de ideias – como as de justiça e liberdade –, do que textos filosóficos analíticos e críticos, causadores de indiferença. Essa visão, por conseguinte, não está ligada a uma adesão ao romantismo (escola literária a que, *a priori*, Victor Hugo se vinculava), mas ao papel que a própria produção intelectual/literária poderia (ou deveria ter). Portanto, a citação de Hugo não necessariamente se relaciona a uma tendência romântica de Eça de Queiroz. No máximo, tal perspectiva pode ser verificada nos primeiros textos do autor. Nos anos 1860, com efeito, encontramos na prosa eciana certa defesa das idealizações próprias de um *ethos* romântico. No texto *Mefistófoles*, publicado em Dezembro de 1867, ao tratar de personagem homônimo da obra de Goethe, ele concluía que:

[...] por desgraça as criações do canto e do teatro morrem e esquecem, tão depressa como os diabos das religiões. É a condenação de tudo o que é forma – desaparecer. Só ficam as puras idealizações da alma e da Natureza. Quem se lembra hoje de Malibran, da Sontag, de Talma, de Frederick Lemaitre e da Dorval? E todavia ainda Shakespeare dá a sua alma, como eucaristia da arte, a todas as gerações moças, primaveras sagradas e fecundas. [...] E todavia um ficou, o elemento espiritual e ideal, aquele que preside sereno – à trágica comédia da alma!⁶⁷⁷

Note-se que, por meio do trecho apresentado, o jovem Eça, antes da criação dos seus textos mais afirmativamente realistas, conferia ênfase aos elementos “espirituais” e “ideais”, postura que seria revista poucos anos depois, conforme explicitado na carta em homenagem a

⁶⁷⁶ QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência ...*, vol.1, p.383.

⁶⁷⁷ QUEIROZ, Eça de. *Mefistófeles*. In: *Textos de Imprensa I* (da Gazeta de Portugal). Coordenação: Carlos Reis; Edição: Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004 (Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós), p.161.

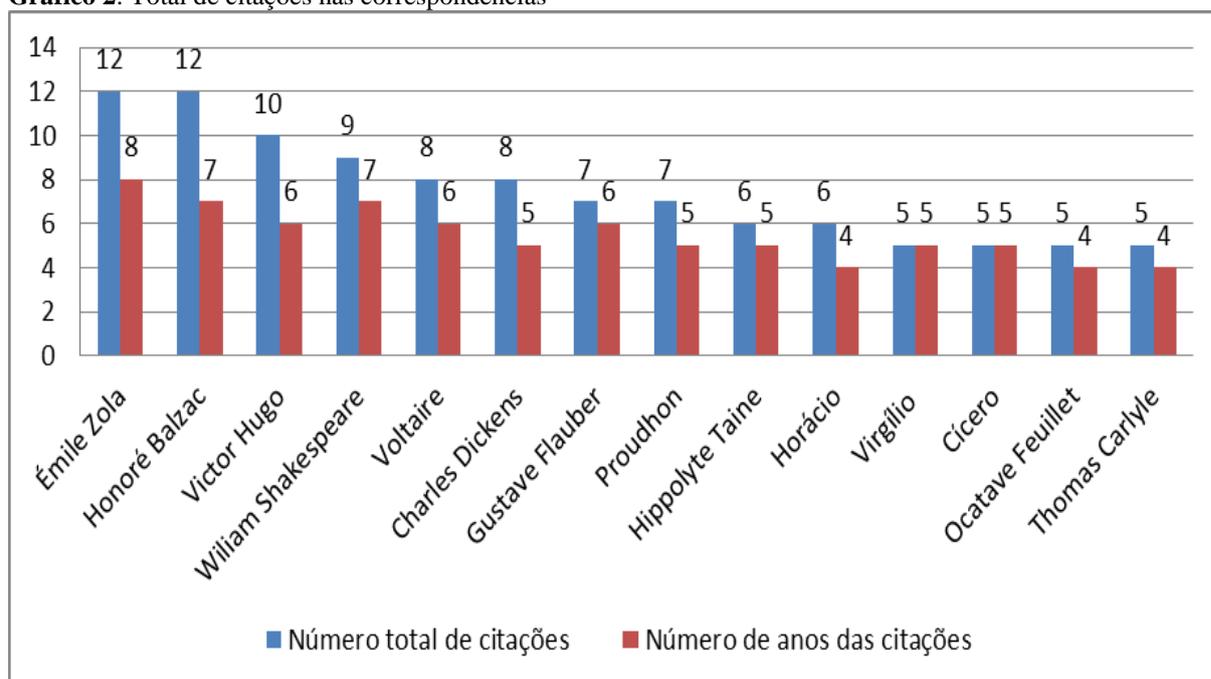
Victor Hugo, proveniente de um texto de 1885. Neste documento, está em jogo não a defesa da idealização em si, mas dos objetivos formativos que a ela estariam ligados. Nesse sentido, vale considerar, conforme destacou Carlos Reis, que:

[...] colocando-se [...] nos antípodos do idealismo, o realismo privilegia uma visão materialista da coisa e dos fenômenos: desse ponto de vista, confere-se proeminência à realidade material e empiricamente verificável, como elemento que deve colher primordial e constante ação de um observador que se pretende neutro, desapaixonado e tanto quanto possível objetivo.⁶⁷⁸

Encontramos, então, na contraposição entre as citações apresentadas, duas perspectivas diferentes: no texto de juventude, é possível observar um autor que procurava dialogar positivamente com alguns dos pressupostos do romantismo; enquanto na homenagem feita a Victor Hugo, a questão é reconhecer o papel que este autor, o romantismo e a própria França representavam. Entre um posicionamento e outro, existe ainda uma fase em que Eça flertou mais detidamente com o realismo e com o naturalismo. Mas quais os significados dessas possíveis apropriações? Se a referência de Victor Hugo ajuda a pensar em algumas questões, não menos reveladoras são as citações que o autor procurou se valer em suas correspondências. No Gráfico 2, que segue, encontram-se sistematizadas as principais referências epistolares, considerando-se, tal como no caso dos romances, um fator de dispersão, isto é, não só o número total de ocorrências, mas também os anos em que elas se concretizaram.

⁶⁷⁸ REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1998, p.437.

Gráfico 2: Total de citações nas correspondências



Fonte: Correspondências: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência: Organização e Notas*. A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

Inicialmente, a primeira questão que chama a atenção é a importância de Émile Zola (1840-1902), que concentra doze citações, realizadas durante oito anos. O escritor, que sequer figura entre os mais mencionados nos romances, ganha a dianteira no caso do trabalho com as cartas. Victor Hugo, por sua vez, deixa a primeira para a terceira posição, e Balzac mantém-se na segunda. Este, com doze citações, distribuídas por sete anos, aquele, com dez menções, realizadas em seis anos. Gustave Flaubert (1821-1880), que também não é expressivo entre as apropriações romanescas, passa a ter certa relevância entre os autores da segunda mensuração, sendo citado por sete vezes em seis anos. Vale ainda destacar nomes como os de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Hippolyte Taine (1828-1893), também pouco relevantes no que toca às obras literárias, mas que ganharam destaque no universo epistolar analisado, com sete e seis citações, respectivamente. Ainda referente às discrepâncias, considera-se o caso de Voltaire, que, embora seja citado nos dois espectros, recebe maior destaque nas correspondências, considerando-se o fator de dispersão (de acordo com o acervo analisado, foi citado oito vezes em seis anos). Mas antes de avançar nessas variações, é lícito explicitar que também existem aproximações entre os dois conjuntos, como a presença de nomes da cultura greco-romana, no caso das cartas: Horácio (65 a.C-8 a.C), Virgílio (70 a.C-19 a.C) e Cícero (106 a.C-43 a. C).

Quando se pensa nos autores mais relevantes para os diálogos epistolares de Eça de Queiroz, comparando-se com as principais apropriações do autor nos romances, evidencia-se uma questão: enquanto o romantismo aparece como o foco das narrativas literárias, o realismo, o naturalismo e o cientificismo, de uma forma mais geral, são destaques nas cartas. E levando-se em conta quais são os autores relevantes simultaneamente para os dois conjuntos de citações, destacam-se: Victor Hugo, Honoré Balzac e Voltaire. Nessa confluência, salientam-se: as “Luzes”, o romantismo e o realismo, movimentos relevantes para a constituição do pensamento político e cultural moderno.

Mas ainda em relação às diferenças entre as apropriações, é interessante considerar que a diversidade nos romances é maior, o que significa, por desdobramento, que existe um perfil de citação mais circunscrito no caso da escrita missivista. Uma primeira explicação para essas diferenças poderia estar nas singularidades dos próprios gêneros textuais, ou seja, é relativamente esperado que as narrativas literárias, voltadas para um público mais amplo, sejam mais plurais em suas referências (o que poderia potencializar essas obras em termos de alcance), enquanto as cartas, direcionadas para leitores mais específicos, comportariam naturalmente um número menor de menções. Poderia se aventar ainda, seguindo essa linha de raciocínio, que as citações feitas nas obras propriamente literárias fazem parte de uma estratégia do autor para angariar o maior número possível de leitores. Assim, as correspondências seriam fontes mais seguras sobre o seu pensamento. Mas essa contraposição simplista está longe de encerrar a questão, que é, como se pode imaginar, muito mais complexa.

Para compreender os possíveis significados das citações nas diferentes fases de elaboração das narrativas ecianas, é preciso considerar, juntamente com a configuração dessas narrativas, a maneira como Eça de Queiroz lidava com a apropriação das referências apresentadas. Um dos vestígios sobre essa questão é a carta que o poeta Antônio Nobre (1867-1900) escreveu para Alberto de Oliveira (1873-1940), datada de 15 de novembro de 1890. O escritor revela ao interlocutor, dois encontros que teve com Eça de Queiroz. Na ocasião, Antônio Nobre tinha 23 anos e foi procurar Eça no consulado em Paris, com o intuito de resolver alguns trâmites referentes à documentação que precisava entregar para matricular-se na Sorbonne. Na carta em que trata dos encontros, o poeta decadentista começou descrevendo o consulado de Portugal, e, em seguida, afirmou que Eça lhe teria surgido “com

a careta arrepiada de engelhas,⁶⁷⁹ muito pálido, de olhos pisados”, parecendo ao observador “assustado, como receando banquos”.⁶⁸⁰

Ainda sobre a figura de Eça, afirmou: “é a criatura mais céptica que tenho encontrado”. Essa impressão teria começado a se formar quando o visitante perguntou ao romancista sobre o livro do “Junqueiro” (Guerra Junqueiro), e a resposta teria sido: “impossível, aquilo não era poesia, era o reclame do presunto do Lamego. Eu nem o li... felizmente”.⁶⁸¹ Nobre concluiu que a primeira impressão que teve de Eça foi de um “grande artista, de uma descrença de bronze inteiriça, sério, frio, triste”, bem diferente do “João da Ega airado, do ‘Átomo’ e da peliça”.⁶⁸² Num segundo encontro, pintou outro quadro:

José Maria ficou de pé. Pegou na correspondência [...] leu aqui, leu acolá, nos intervalos murmurava coisas e, depois, extinta a leitura postal, pôs-se a andar de um lado para o outro, parando diante do fogão, ou virando-lhe as costas a aquecer aquele grande ‘cuzinho’ por onde diariamente saem ‘colunas Vendômes’ de gênio. Eça, nesse dia, sem reverência e pondo-me à vontade, estava encantador de humanidade e simplicidade. Conversávamos muito. Zola: que era um grande. Mas que não tinha lido todo o Zola: nesta época há muito que ler, que ‘saber’, não se pode ler uma obra inteira. E confessou-me que de Zola só lera completo o *Germinal* e duas vezes. Que era uma obra de gênio.⁶⁸³

Antônio Nobre, portanto, destacou que, em meio a uma conversa, o romancista teria revelado que não leu toda a obra de Émile Zola, uma das principais referências citadas em suas missivas. Como apontado, ele confessou, em tese, ter lido apenas o *Germinal*. É interessante constatar, logo de início, que este é o único livro de Zola presente no que restou da biblioteca de Eça de Queiroz. Mas como foi mencionado anteriormente, isso não pode ser entendido como um sinal definidor. Além do mais, Eça pode ter dito (se é que realmente o fez) que não tinha lido toda a obra de Zola, para impressionar o jovem escritor que o procurava em Paris. Convém não esquecer o contexto de enunciação do documento citado: um poeta então estreante, que buscava conhecer um romancista experiente e já com certa fama em Portugal. Não é por acaso que Antônio Nobre assim iniciou a correspondência: “Vamos ao Eça, como me pedes, em detalhes”.⁶⁸⁴ O interlocutor, Alberto de Oliveira, tinha também curiosidade em conhecer o romancista residente em Paris. Deixaremos as conjecturas de lado e trabalharemos com mais algumas evidências que têm a sua importância.

⁶⁷⁹ Que significa enrugadas, murchas, secas.

⁶⁸⁰ NOBRE, Antônio. *Correspondência*. 2.ed. Organização: Guilherme de Castilho Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p.128.

⁶⁸¹ NOBRE, Antônio. *Correspondência*. ..., p. 129.

⁶⁸² NOBRE, Antônio. *Correspondência*. ..., p. 129-130.

⁶⁸³ NOBRE, Antônio. *Correspondência*. ..., p. 130-131.

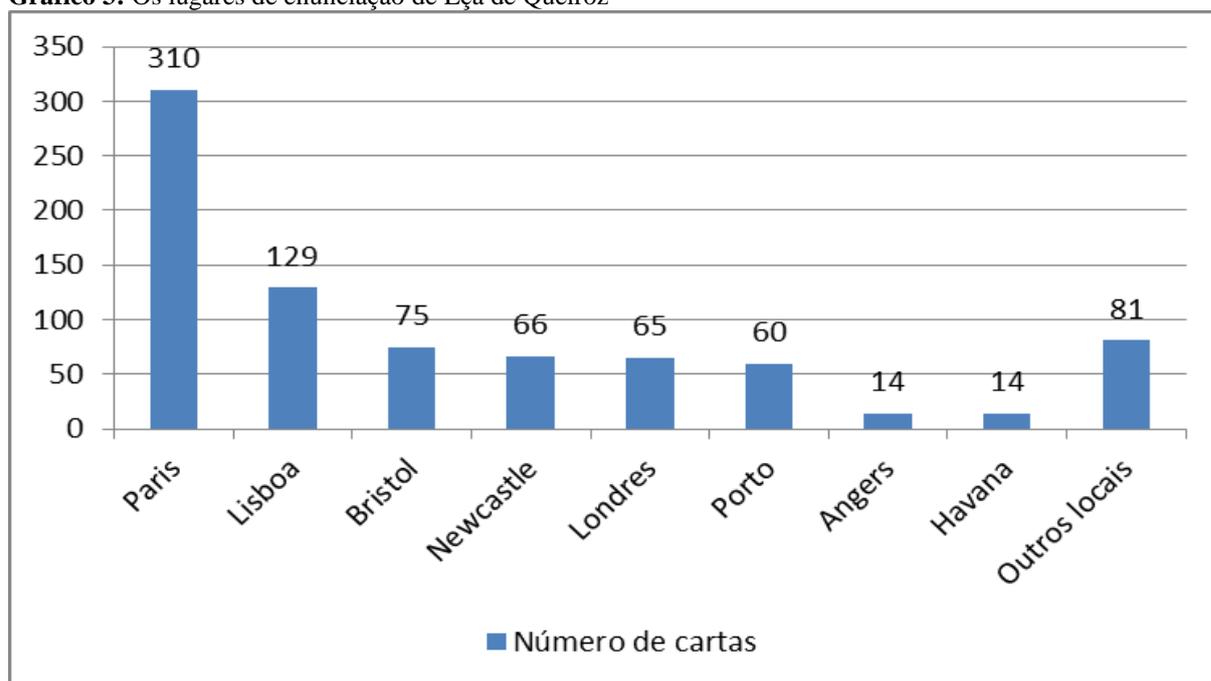
⁶⁸⁴ NOBRE, Antônio. *Correspondência*. ..., p. 125.

A começar pelo fato de que Eça conheceu Zola em Paris. Esse encontro só teria ocorrido por insistência de Mariano de Pina, um dramaturgo e poeta espanhol, amigo de Eça, que o levou até o romancista francês. Mas o contato aparentemente não rendeu outras trocas entre os dois escritores. Contudo, um jornalista residente em Paris, Xavier de Carvalho, afirmou, em suas memórias, que Zola teria lhe confessado que considerava Eça superior a Flaubert.⁶⁸⁵ Mesmo com a existência desse tipo de reconhecimento e considerando certas oportunidades que um cônsul poderia ter, é relevante enfatizar que o romancista português parece não ter se preocupado em estreitar relações com Zola ou com outros escritores de vulto do seu tempo (franceses ou não).

Esses elementos nos levam a considerar um ponto marcante das redes de sociabilidade queirozianas: elas são hegemonicamente lusitanas. É residual o número de interlocutores de outros países, considerando que o ponto de partida para tal constatação é uma amostra bastante representativa, isto é, um grande acervo de cartas, bem distribuído por toda a vida adulta do escritor, entre 1867 – ano em que Eça começou a atuar como escritor – a 1900 – ocasião de sua morte. Mas, nesse ponto, poderia se questionar: sabendo-se que Eça de Queiroz viveu grande parte de sua existência fora de Portugal, não era de se esperar que seus contatos por meio das missivas se dessem exatamente com aqueles de quem estava apartado? É justo crer que sim, mas, por outro lado, é relevante não nos descuidarmos dos lugares de enunciação do escritor, que podem ser identificados no Gráfico 3, que se segue:

⁶⁸⁵ CARVALHO, Xavier de. Memórias. *Apud* MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. 5.ed. Lisboa: Quetzal, 2009, p.489.

Gráfico 3: Os lugares de enunciação de Eça de Queiroz



Fonte: Correspondências: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência: Organização e Notas*. A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

Como se pode perceber Paris é, sem sombra de dúvidas, o principal lugar de fala do autor, com 310 correspondências, seguido de Lisboa, de onde foram postadas 129 cartas. Essa segunda colocação abre margem para o questionamento: se a capital portuguesa foi um local de onde Eça escreveu uma parte importante de suas correspondências, por que, nessas ocasiões, continuava a se comunicar basicamente com portugueses e em português? E mesmo se considerarmos Paris, vale perguntar por que, após ter vivido em Bristol, em Newcastle, além de várias passagens que fez por Londres, não mantinha qualquer correspondência com um inglês ou com outro europeu dos países que conheceu? No caso de Lisboa, Eça se comunicava com muita frequência com a sua família, o que pode explicar, dada a constante necessidade de diálogo e certa atenção que o escritor sempre devotou aos seus – a vantagem da capital portuguesa sobre Bristol ou Newcastle, cidades em que Eça residiu por muito mais tempo do que na referida capital, mas que apresentam, respectivamente, 75 e 66 missivas preservadas. De uma forma ou de outra, porém, as trocas de correspondências de Eça de Queiroz são basicamente com os seus patrícios, estando ou não em Portugal.

Essa característica da sociabilidade epistolar revela uma faceta a priori contraditória do escritor. Muito embora ele apregoasse a necessidade de abertura para o mundo dito civilizado, mantinha, mesmo estando no centro dessa civilização, relações que se circunscreviam basicamente a Portugal. Ou seja: se procurava denunciar uma alegada tacanhice portuguesa,

conservando-se o próprio denunciante, nos seus diálogos, isolado em relação aos escritores de sua época, nomeadamente aqueles de Além Pirineus. Pode-se considerar como hipótese, para além de uma possível contradição, que Eça de Queiroz considerava ser necessário o diálogo sistemático com os seus patrícios, para assim sensibilizá-los sobre a relevância de se superar a alegada tacanhice lusitana. Nesse caso, seria ele mesmo um agente atualizador. Na realidade, Eça guardava uma relação ambivalente com os chamados centros de civilização da época: considerava-os essenciais e modelos de um destino inexorável, mas, se a aproximação dessas civilizações, sobretudo a francesa, era fundamental, ao mesmo tempo, identificavam-se nelas várias questões problemáticas. O escritor sabia que essas sociedades não eram paraísos na Terra, conforme será discutido mais adiante.

Essa relação pode ser verificada na própria configuração das narrativas do escritor, principalmente no que tange às suas apropriações intelectuais. Eça possivelmente tinha ciência de que, para galgar algum reconhecimento precisava dialogar e se apropriar de certos nomes. Por essa razão, talvez, buscasse citar algumas referências em seus diálogos epistolares, muito embora, não necessariamente as considerasse uma leitura indispensável ou edificante. Tratava-se de um interesse referencial que vinha exatamente preencher a sociabilidade intelectual lacunar do escritor e/ou o colocar no lugar de um atualizador cultural, conforme apontado anteriormente. O romancista acreditava que o contexto em que ele estava inserido exigia o conhecimento de uma verdadeira profusão de informações e conhecimentos, ainda que sumariamente. Por isso, afirmou, por meio do jornal que dirigiu – *Distrito de Évora* – que:

Hoje, que tudo é imenso, e exagerado, nesta vida moderna cujo verdadeiro nome é paroxismo, pouco se pode ler: os livros sucedem: poemas, histórias, romances, poesias, críticas, ciências, dicionários, tudo nasce, passa, voa, é lido, estudado, esquecido e lançado ao monturo: para colher uma ideia, para saber um fato, para esclarecer uma opinião é necessário ir de uns a outros, sem cessar, correndo, ler uma pequena página, relancear a vista por um índice, colher na passagem o título de um capítulo; hoje há mais coisas a saber: o mais pequeno sábio não pode ter a sua pequena consciência satisfeita, sem ter lido mil livros, consultado mil escritores, emprestado mil sistemas.⁶⁸⁶

Note-se que essa análise feita por Eça, em 1867, coincide com a fala que lhe foi atribuída por Antônio Nobre em 1890. Desde o início de sua carreira, o escritor entendia (ou fazia entender) que era preciso, na “vida moderna”, ter ciência de um pouco de tudo, ainda que folheando apressadamente uma “pequena página” ou “um índice”. Essa confissão acaba

⁶⁸⁶ QUEIROZ, Eça de. Nosso Correspondente Literário. *Distrito de Évora*, Évora, 29 de Jan. 1867, p.2.

por lastrear a afirmação de Antônio Nobre sobre o seu encontro com Eça. O romancista, possivelmente, acreditava ser necessário deter uma miríade de informações, embora tivesse a noção de que era impossível ler boa parte das obras para tal aquisição. Por essa razão, é relativamente coerente que ele tenha dito ao jovem escritor que não leu a obra de Zola na íntegra. Pode ser que realmente a não tenha lido. Mas a questão aqui não é essa, pois, como se destacou anteriormente, busca-se interpretar quais os sentidos dessas apropriações para o autor.

Nesse ponto o relato de Antônio Nobre e a afirmação do próprio Eça são reveladores: o romancista compreendia que era preciso conhecer minimamente e mencionar algumas referências. Uma busca coerente com a ideia – partilhada entre Eça e seus companheiros de geração – de que o esforço de se aproximar das “grandes civilizações” não se limitava a um projeto econômico e político (tal como proposto durante a Regeneração), era também uma empreitada cultural. E, para tanto, urgia situar-se em relação aos principais debates da época, o que poderia inclusive causar certa ansiedade. Destaca-se, nesse sentido, outra questão importante: a constatação da necessidade de citar mil autores e de saber outras mil coisas relaciona-se a certa inquietação do próprio autor. Isso se insinua, para além da confissão expressa, através da forma como Eça foi descrito em seu cotidiano. Tal como informado por Antônio Nobre, o romancista lia suas correspondências andando de um lado para o outro, em meio a murmúrios. Também em pé e andando, mas ainda gesticulando, ele costumava escrever. Nesse último caso, quem nos dá o testemunho é Batalha Reis, que assistiu, em sua própria casa, alguns momentos de criação de Eça de Queiroz. Batalha lembra que Eça escrevia sempre em papel almaço, que ele mesmo ia comprar em uma “pequena loja de chá e papel selado, no nº41 da rua larga de S. Roque”.⁶⁸⁷ Criava incessantemente sobre uma mesa feita para se escrever em pé, inspirada em outra de mesmo estilo de propriedade de Almeida Garret.⁶⁸⁸ Ainda de acordo com o relato, o romancista,

[...] uma vez embebido nas suas criações, não fallava, não escutava, não atendia a cousa alguma, – embrulhando o cigarro, indo lavar as mãos ou fechar a porta, passeando pela casa, sempre muito curvo, com passadas altas e largas, fazendo gestos de dialogar, com alguém, resfolegando ruidosamente, abrindo muito os olhos, elevando e baixando nervosamente as

⁶⁸⁷ REIS, Jayme Batalha. Introdução. Na primeira fase da vida litteraria de Eça de Queiroz. In: QUEIROZ, Eça de. *Prosas Bárbaras*. Porto: Livr. Chardron, 1903, p.XIII.

⁶⁸⁸ A mesa em que Eça escreveu suas obras foi realmente pensada conforme o modelo de Almeida Garret, voltada para um trabalho realizado em pé. A mobília encontra-se preservada na FEQ, onde pode ser apreciada juntamente com outros artefatos que pertenceram ao escritor e sua família.

sobrancelhas, e as rugas horizontaes da testa, onde ondulava, a sua madeixa corredia, negra e triangular.⁶⁸⁹

O escritor que se dizia preocupado em ir buscar “uns a outros” livros, “sem cessar, correndo, ler uma pequena página, relancear a vista por um índice”, manifestava tal procura na sua própria ação criativa. Essa inquietude ajuda a compreender algumas características da urdidura das narrativas, incluindo aí a citação. A produção intelectual é uma atividade de sensibilidade, marcada por um processo de percepção do mundo, por meio de diferentes vivências, dentre elas, a do texto em si. É também uma forma de autoconhecimento. Por essa razão, considera-se que as menções levadas a termo na tessitura são grafadas por um fazer, por uma enunciação: motivada por questões sociológicas, por orientações políticas e intelectuais mais generalizadas, mas também por uma prática, um *modus operandi* que diz do sujeito em ação. Leva-se em conta que ao trabalhar a

[...] citação como uma matéria que existe dentro de mim; e, ocupando-me, ela me trabalha; não que eu esteja cheio de citações ou seja atormentado por elas, mas elas me perturbam, deslocam uma força, pelo menos a do meu punho, colocam em jogo uma energia – são as definições do trabalho em física ou do trabalho físico. [...] É toda a ambivalência da citação, mascarada por uma canonização metonímica, que está carregada essa noção de trabalho: a ambivalência do genitivo, em que a citação é matéria e sujeito, em que sou ativo e passivo, ocupado com e pela citação como uma mulher pronta para dar à luz. [...] O *working paper* é o trabalho em processo, o texto se construindo (uma duração que o livro gostaria de ignorar). É o papel em trabalho; é preciso imaginá-lo crescendo como uma massa.⁶⁹⁰

O trabalho de citação de Eça de Queiroz guarda traços importantes da construção de suas narrativas. Dentre eles, um perfeccionismo próprio do seu *métier*, mas, também, um desejo de reconhecimento, por sua vez, crivado por horizontes de expectativas que não se limitam à esfera individual. Para Eça e seus companheiros, como se viu, fosse por ambições pessoais, fosse em função de idealizações mais ou menos geracionais, o sucesso intelectual passava pelo diálogo – nem sempre propositivo – com os modelos políticos, sociais e culturais oriundos da Europa “desenvolvida”. Mas essas referências “modernas”, *a priori* indispensáveis, realmente guardavam os caminhos para se alcançar o *status* individual e o desenvolvimento sociocultural, almejados? Essa é uma questão central na obra eciana.

O romancista citou com profusão esses autores da “vanguarda” científica e intelectual da segunda metade do século XIX, principalmente em suas cartas. Mas por que ele não os incorporou da mesma maneira e com a mesma intensidade na prosa romanesca, foco da sua

⁶⁸⁹ REIS, Jayme Batalha. *Introdução*. ..., p. XIII-XIV

⁶⁹⁰ COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. ..., p. 45.

narrativa? Como apontando, a explicação baseada na estratégia literária para angariar maior público pode ser um ponto a se considerar, mas não resolve o problema. O contrário também não é necessariamente frutífero: isto é, considerar que o autor acionava determinadas referências como forma de conquistar o reconhecimento de seus pares tem a sua relevância para a análise, no entanto, como no caso anterior, esse raciocínio apresenta seus limites. Alguns vestígios auxiliam nessa interpretação, mas também apontam para outras questões.

Para além do campo de forças sociais que rege e atua sobre as apropriações intelectuais, é válido não se descuidar dos diferentes sujeitos que perfazem a construção da narrativa: “o sujeito do prefácio (o que diz: ‘Eis o que eu quis dizer’), o sujeito da publicação (aquele que assina o texto e que se expõe na vitrine), e o sujeito da citação, irreduzível, inqualificável; ele se anuncia em voz alta: ‘Cito’ e ‘Fim da citação’”.⁶⁹¹ Esses sujeitos não estão apartados. Eles relacionam-se entre si, e as diferenças nos repertórios das citações não representam fundamentalmente uma descontinuidade, no caso analisado, entre as cartas e a produção literária. Vale pensar nas relações entre as citações tecidas nesses dois conjuntos, considerando-se o processo maior de elaboração da narrativa.

Nesse sentido, explicita-se a relevância de se pensar nas razões do emprego de algumas citações. Um exemplo é Proudhon, autor que podemos encontrar na antiga biblioteca do escritor, que é citado com certa recorrência nas cartas, mas que não é significativo nos romances, inclusive por representar uma corrente do socialismo, de que Eça nunca se aproximou sem reservas e de que, com o tempo, foi se afastando a largos passos. A referência em questão, todavia, era importante para muitos dos membros da “geração de 1870”, a exemplo de Antero de Quental e Oliveira Martins (este, um significativo remetente do autor). Do que temos acesso da biblioteca queiroziana, existem dois títulos de Proudhon: *Correspondance*, de 1875, e *De la Justice dans la Révolution et dans l'Église*, sem data. Este último, em dois volumes, pertenceu a Antero de Quental; e sabe-se dessa origem por causa da assinatura do poeta registrada no próprio artefato. Provavelmente foi um livro emprestado ou até um presente dado a Eça.

Nesse ponto é relevante recordar, conforme destacado no segundo e no terceiro capítulos, que Antero era uma referência para os membros da geração de Eça de Queiroz. Ele procurou, principalmente no final dos anos 1860, na época do *Cenáculo Literário*, imprimir um ritmo e um perfil de leitura aos seus companheiros, sendo precisamente um dos autores

⁶⁹¹ COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. ..., p. 50.

recomendados, Proudhon. Recorde-se também, principalmente em função da ocasião das *Conferências do Casino*, que Eça não se vinculava aos membros da “geração de 1870” que defendiam o socialismo ou certo republicanismo radical. Muito pelo contrário, para ele, qualquer transformação social e política só poderia se fazer por meio da ação de uma elite ilustrada: preparada para representar a turba de trabalhadores, evitando-se, assim, processos mais violentos de ruptura.

Esse posicionamento é coerente com a relevância de Voltaire para a narrativa queiroziana. Esse autor está entre os três mais significativos para os dois conjuntos de citações analisados (das cartas e dos romances). Ora, o pensamento político oriundo da produção de Voltaire configurou e foi configurado como parte de uma tendência mais moderada da cultura política liberal. Trata-se de uma corrente pautada pelo foco nos direitos individuais, na liberdade de expressão e, também, pela defesa do papel de uma elite letrada capaz de conduzir e educar aqueles que não estariam preparados para participarem da vida política. Tal posicionamento está materializado nos processos criativos queirozianos que, pelo menos num primeiro momento, foram marcados por uma aposta civilizatória e formativa. Mas antes de tratar dessa questão, considerem-se os possíveis significados, confluências e discrepâncias entre o trabalho de citação desenvolvido nas cartas e na prosa literária.

Enquanto Voltaire destaca-se claramente como referência, Rousseau foi muito pouco contemplado pelo autor.⁶⁹² Não existe nenhuma citação deste filósofo ou de suas obras nas cartas de Eça, ao passo que, nos romances, é possível encontrar quatro ocorrências, três em *Os Maias* e uma n’*O Mandarim*. A parca relevância assumida de Rousseau converge ainda mais com o destaque conferido a Voltaire, pois, considerando a leitura tecida por alguns liberais do século XIX, tal como Benjamin Constant, as ideias do autor de *O contrato social* poderiam representar um risco para as liberdades, porque, para esses avaliadores, dentre outras coisas, existiria nos escritos do pensador a proposta de transferência da soberania do tirano para as multidões, o que se julgava uma grande temeridade.⁶⁹³ Mas se essa tendência é verificável, o que explicaria a apropriação de um autor que representa o socialismo utópico?

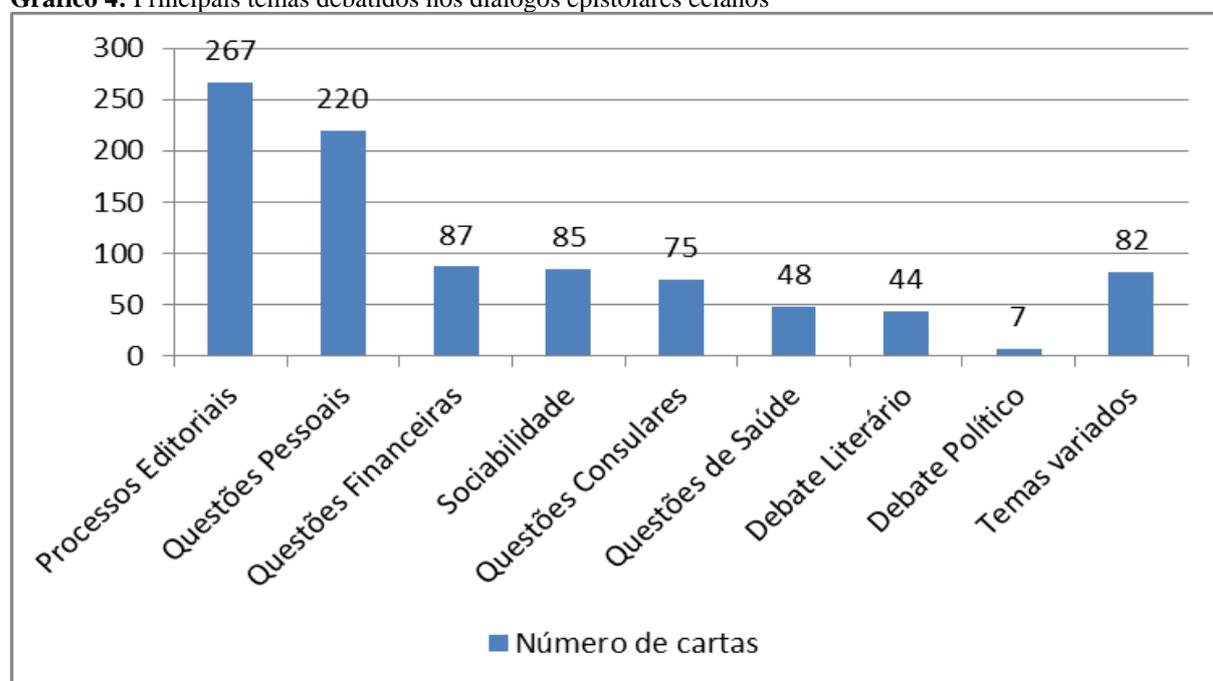
⁶⁹² As únicas obras dos autores das “Luzes” setecentistas que podem ser encontradas no remanescente da biblioteca do escritor são: *Oeuvres complètes* e *Esprit des lois*, de Montesquieu, editado em Paris pela *Chez Lefèvre* em 1820, além de *Histoire d’un enfant* e *Le neveu de Rameau. Entretien d’un père avec ses enfants*, ambas de Diderot, editadas em Paris, sem data.

⁶⁹³ GHELERE, Gabriela Doll. *A liberdade individual para Benjamin Constant*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, p. 49-50.

Poderia se afirmar que a citação de Proudhon, bem como de outros autores, pode estar relacionada com o processo de sociabilidade intelectual de Eça de Queiroz, entendendo-o como o produto de horizontes partilhados e de posicionamentos individuais. Sendo assim, seria pertinente dizer que o autor simplesmente mudava o tônus de sua interpretação estético-social para poder dialogar com os seus remetentes? Uma ligação tão automática assim limita a discussão. Poderia ainda se questionar: os romances apresentam um debate adverso aos das correspondências? O risco de simplificação também aqui se aplica. Ainda que se levem em conta as diferenças entre as duas situações discursivas, é lícito destacar que existem confluências importantes entre elas no processo de configuração da narrativa, e no que tange ao papel dos remetentes para as formulações missivistas de Eça de Queiroz, é válido não superestimar esses diálogos e nem tomar as citações como simples incorporações. É crucial considerar os significados dessas apropriações, isto sim.

Para pensar nessas questões, procurei compreender, inicialmente, quais eram as principais temáticas debatidas por Eça por meio de suas cartas. Criei algumas categorias para tentar entender as questões mais recorrentes nos diálogos, atentando-me para pertinência de cada uma delas, por meio do processo de análise das fontes. Com efeito, o acervo pode ser sistematizado conforme o Gráfico 4, que se segue:

Gráfico 4: Principais temas debatidos nos diálogos epistolares ecianos



Fonte: Correspondências: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência*: Organização e Notas: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

Como é possível observar, as questões mais discutidas pelo autor, considerando-se todo o acervo epistolar preservado, relacionam-se aos seus processos editoriais, com 267 cartas, quase 30% das missivas analisadas. Essa constatação implica reconhecer que Eça tratava da edição de suas obras com a grande maioria dos correspondentes, pois, como se destacará, os editores não figuram – pelo menos não na maior parte do percurso de vida do escritor – como os seus principais destinatários. A mais significativa motivação do autor em sua escrita missivista era efetivamente tratar de questões literárias, que, considerando-se apenas os processos editoriais, ultrapassam as questões pessoais: segundo lugar da mensuração apresentada, com 220 correspondências. Existem ainda as cartas classificadas em função da centralidade do debate literário que nelas se podem verificar. Por debates literários estou compreendendo as discussões sobre o mundo das letras que não se circunscrevem às obras do autor, tratando, dessa maneira, de temas mais gerais sobre literatura. Somando-se essas duas categorias, pode-se afirmar com segurança, que a escrita missivista de Eça de Queiroz tinha uma ligação muito forte com o seu fazer literário.

Isso sem deixar de lado o fato de que as questões pessoais não estão apartadas dos processos de criação, sendo a sociabilidade do autor, por exemplo, realizada também em função de propósitos intelectuais e literários. Convém mencionar que compreendi como processo de sociabilidade as ocasiões em que o escritor procurava promover encontros, festas, jantares, saraus, ou, também, quando respondia a convites que girassem em torno desse tipo de realização. É, portanto, a socialização no sentido mais estrito do termo. Também literal é a classificação referente aos assuntos consulares, entendidos como os contatos do autor com as autoridades do governo ligadas à diplomacia em Portugal (como o ministro dos negócios estrangeiros, por exemplo). Por questões detidamente pessoais, consideraram-se os diálogos, travados principalmente com os familiares, pautados por questões sobre as viagens feitas pelo escritor, suas angústias e desabafos, a organização dos afazeres e compromissos familiares, as conversas relativamente mais íntimas e despretensiosas que eram estabelecidas com os seus amigos etc.

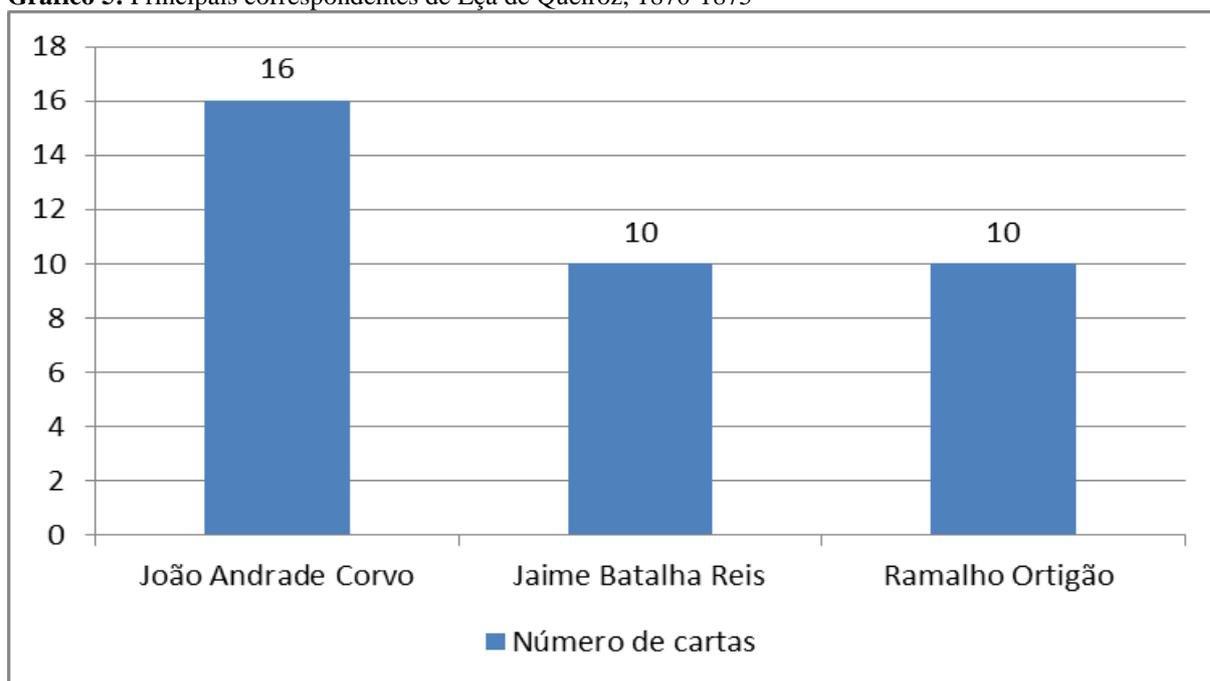
As questões financeiras e de saúde foram destacadas em função de suas especificidades. A primeira refere-se às recorrentes preocupações que Eça expressava, com os mais diferentes remetentes, sobre as suas dificuldades financeiras, incluindo aí a solicitação de empréstimos, recomendações de economia à sua esposa, pedidos de adiantamento por trabalhos literários prestados, solicitação de aumento de soldo, ou simplesmente reclamações,

muitas reclamações. E a questão da saúde foi eclipsada porque Eça conviveu durante grande parte de sua vida com sérios problemas digestivos e, nas ocasiões em que escrevia sobre eles, não tratava de outra coisa. Talvez porque realmente passava muito mal nessas ocasiões.

Saliente-se ainda a questão propriamente política. Pouquíssimas foram as vezes em que o escritor tratou diretamente do cenário político português ou internacional (apenas sete cartas, num universo de 915, apresentam claramente essa perspectiva). Isso muito provavelmente por estar ligado à hierarquia do Estado, mas também porque durante sua trajetória, crescentemente, ele passou a lidar com gente muito importante na estrutura de poder da monarquia constitucional. Por isso, suas interpretações e debates políticos podem ser mais claramente percebidos nas elaborações literárias e/ou jornalísticas. Tal constatação explicita a necessidade de analisar os textos mais claramente ficcionais para se tratar de um Eça político, por assim dizer. Por último, saliente-se que muitas cartas não podem ser classificadas apenas ou predominantemente por um tema e, para esses casos, criei a categoria “temas variados”. Essa segmentação não foi empregada para as missivas que apresentam uma tendência predominante de discussão, mesmo sendo permeadas por mais de uma questão.

Antes de avançar um pouco mais sobre os temas discutidos pelo autor por meio das cartas, convém apontar alguns de seus principais correspondentes. Pode-se afirmar que existem três fases dos diálogos epistolares de Eça de Queiroz: a primeira, nos anos 1870, em que ele era um iniciante no mundo das letras e também começava a sua carreira consular; a segunda, principalmente nos anos 1880, marcada pelo auge de suas atividades literárias e intelectuais, quando foi alcançado certo reconhecimento; e a terceira, a partir do final dos anos 1880, pautada por diálogos mais familiares e por uma significativa redução das discussões literárias. Considerando o primeiro caso, veja-se, a seguir, o Gráfico 5:

Gráfico 5: Principais correspondentes de Eça de Queiroz, 1870-1875

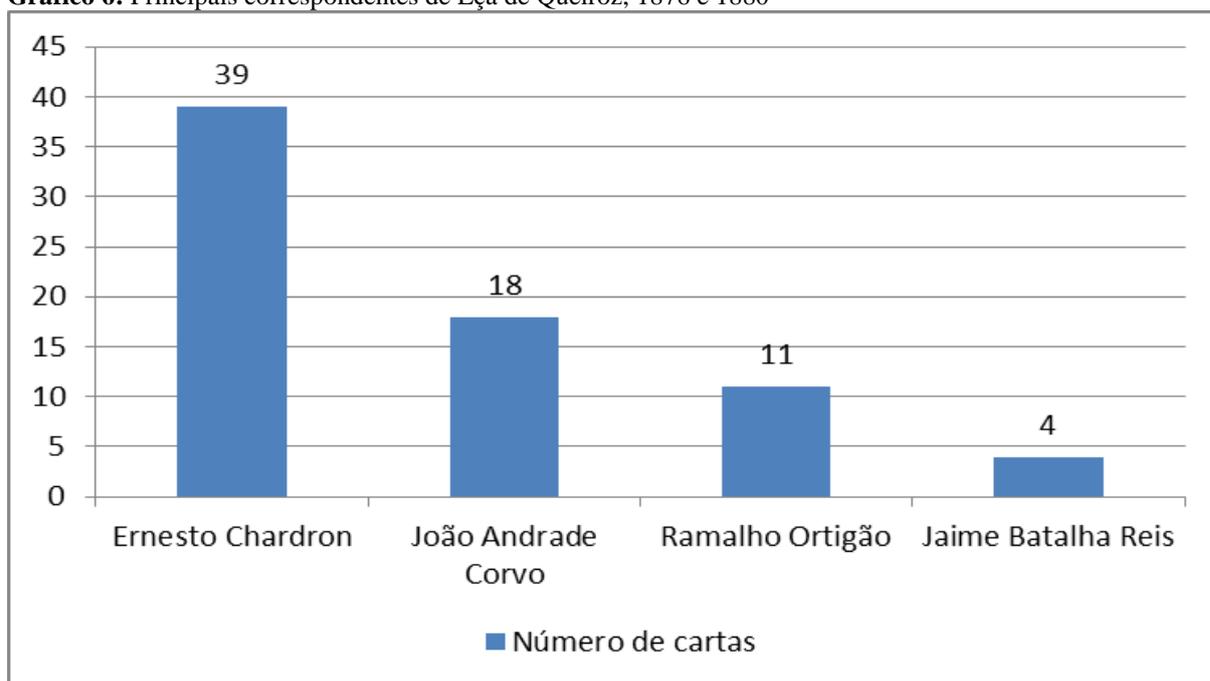


Fonte: Correspondências: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência: Organização e Notas*: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

Nessa primeira fase, Eça se correspondia com João Andrade Corvo (1824-1890) – à época, ministro e secretário de Estado dos negócios estrangeiros – e com dois dos seus principais amigos. Essa predominância revela uma preocupação maior com a carreira consular, iniciada oficialmente em 1872. Mas aponta também para o fato destacado anteriormente: trata-se de um momento em que a carreira de escritor ainda está em formação. O número de correspondentes era muito baixo quando comparamos com os períodos posteriores, o que aponta para poucos processos de sociabilidade e solidariedade traçados por meio das cartas. É preciso considerar que essa realidade se explica, parcialmente, pelo fato de que entre 1870 a 1872 – portanto, metade do recorte destacado –, Eça ainda se encontrava em Portugal, dispensando-se *a priori* as mediações missivistas.

Por outro lado, o escritor passou a escrever com profusão por causa das atividades literárias, principalmente para os destinatários portugueses, estando dentro ou fora de Portugal. A ampliação do número de cartas está diretamente relacionada com a progressiva atuação como escritor, portanto, a sociabilidade epistolar do romancista estruturou-se não apenas por causa das relações pessoais ou para estreitar distâncias. Entre o final dos anos 1870 e início dos anos 1880, encontramos uma mensuração que chama atenção para a superação das atividades consulares em favor das literárias, além de uma ampliação do número de correspondências em geral. Observe-se, a seguir, o Gráfico 6:

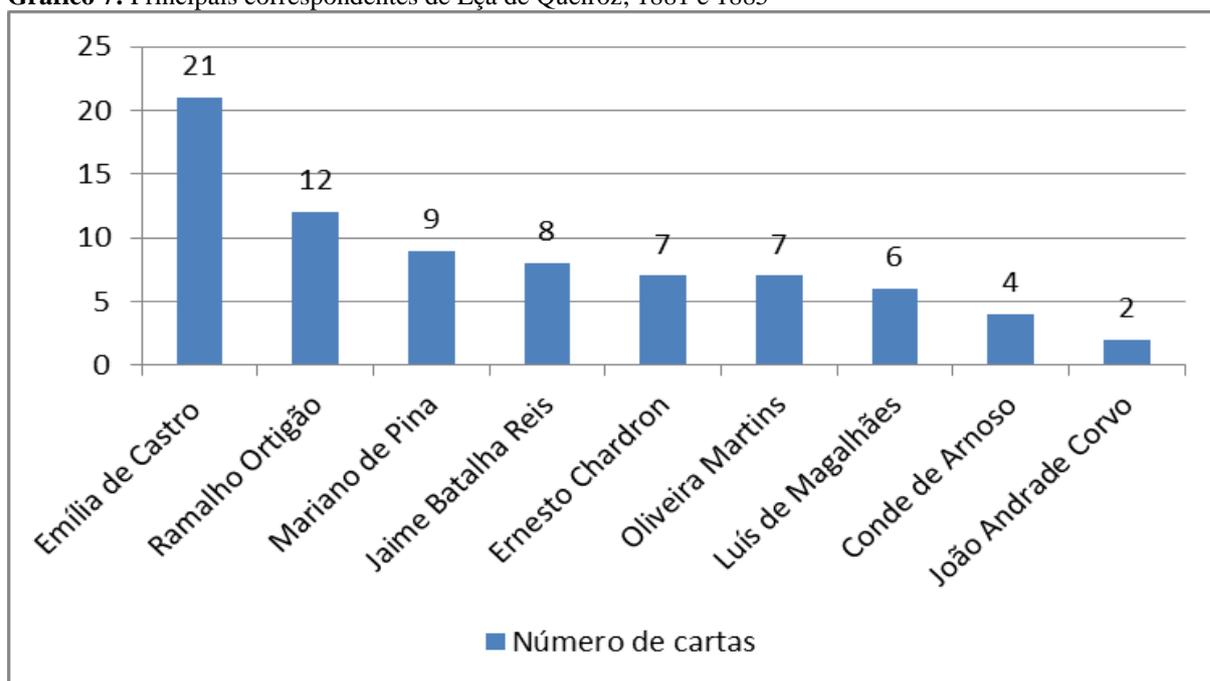
Gráfico 6: Principais correspondentes de Eça de Queiroz, 1876 e 1880



Fonte: Correspondências: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência: Organização e Notas*. A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

Note-se que o mais destacado correspondente no final dos anos 1870, com 39 cartas preservadas, é Ernesto Chardron (1840-1885), primeiro e principal editor das obras de Eça de Queiroz. Tal constatação coincide com o contexto mais produtivo do escritor, bem como com o seu empenho em atuar e ser reconhecido como romancista. As atividades consulares ficariam permanentemente em segundo plano a partir de então, como atesta claramente a mensuração referente aos anos 1880. No Gráfico 7, que segue, é possível perceber o franco declínio das cartas enviadas ao ministro dos negócios estrangeiros, bem como a relativa manutenção da relevância dos contatos com editor, além de uma maior diversificação dos correspondentes. Dentre esses novos sujeitos, salientam-se dois: Emília de Castro Pamplona Resende (1857-1934), com quem Eça veio a se casar, e Bernardo Correia de Melo (1855-1911), o Conde de Arnoso. A primeira passou a ser a principal remetente do autor, com 21 cartas remetidas na primeira metade dos anos 1880, e o segundo, no contexto em questão, ainda com uma importância reduzida – recebendo apenas quatro cartas –, ganhou significativa relevância posteriormente.

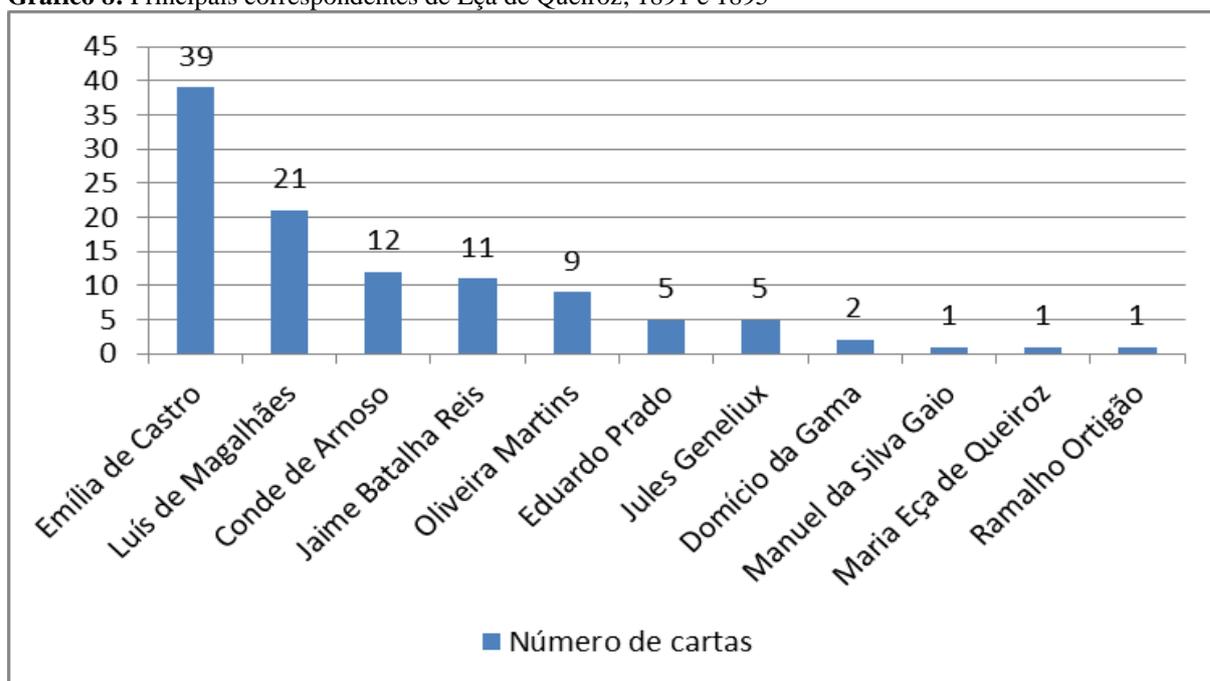
Gráfico 7: Principais correspondentes de Eça de Queiroz, 1881 e 1885



Fonte: Correspondências: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência: Organização e Notas*. A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

Ramalho Ortigão, sujeito com quem Eça efetivamente manteve ligações por toda a sua vida, ratifica-se como um interlocutor importante na sistematização perceptível no Gráfico 7, bem como Jaime Batalha Reis. Entretanto, no caso de Ramalho, é significativo considerar que o destaque em questão explica-se pela atuação que o destinatário teve em relação aos processos editoriais desenvolvidos pelo remetente. Mas outros sujeitos também foram significativos para a atuação literária e jornalística de Eça de Queiroz, nomeadamente, Mariano de Pina e Luís de Magalhães (1859-1935), com os quais houve não apenas trocas sobre questões pertinentes às publicações romanescas, mas igualmente em relação a diferentes projetos de publicação em destacados periódicos. Essa situação de enunciação sinaliza para uma mudança na carreira do escritor, que passava a atuar mais sistematicamente em diferentes frentes. Na realidade, o romancista atuava cada vez mais também como jornalista, o que fica claro com a ajuda do Gráfico 8, referente ao final de vida do Eça. No Gráfico 8, confirma-se a tendência de redução dos diálogos com os editores; nos anos subsequentes, ademais, nota-se a ausência de conversação com esses interlocutores.

Gráfico 8: Principais correspondentes de Eça de Queiroz, 1891 e 1895



Fonte: Correspondências de Eça de Queiroz: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência*: Organização e Notas: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

Como se pode perceber, entre 1891 e 1895, Eça de Queiroz trocou apenas cinco cartas com o seu editor, à época, Jules Geneliux. Trata-se, em média, de uma carta por ano. Essa baixa interlocução não significou ausência de atividade editorial, muito menos a inexistência de criações literárias. Representa uma redução e uma mudança de perfil, mas não ausência. Isso porque Eça continuava a escrever em periódicos, publicando, por exemplo, os textos: *A Civilização, Positivismo e Idealismo*, além de algumas cartas de *Fradique Mendes*. Ambas as contribuições foram veiculadas na *Gazeta de Notícias* do Rio Janeiro. O que se observa, portanto, é certa paralisia quanto à publicação de novos romances em livros, fato inversamente proporcional à colaboração periodista.

Chama atenção, porém, outro elemento, referente ao perfil social e à orientação política de alguns dos principais correspondentes do autor. Luís de Magalhães, por exemplo, era poeta, escritor e político de filiação monárquica e nacionalista. Era filho do tribuno liberal, José Estevão de Magalhães (1809-1862) e escreveu textos como o romance *O Brasileiro Soares* e o poema *D. Sebastião*.⁶⁹⁴ Já o Conde de Arnosso foi secretário particular do rei D. Carlos (1863-1908). Eça prefaciou o livro *Azulejo*, escrito pelo conde e este, por sua vez, foi o responsável, em 1903, pela inauguração em Lisboa de uma estátua em homenagem ao

⁶⁹⁴ MATOS, Alfredo Campos. Índice dos destinatários da correspondência. In: QUEIROZ, Eça de. *Correspondência de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 2008, vol. 2, p.610.

romancista. Foi também o secretário real que se empenhou para que Emília de Castro pudesse receber uma pensão paga pelo Estado português após a morte do marido.⁶⁹⁵ Essas realizações sinalizam para os fortes laços de amizade entre Eça e o conde.

Oliveira Martins, outro correspondente de destaque, foi um dos membros da “geração de 1870”, além de ser um dos fundadores da *Revista Ocidental*, onde Eça publicou a primeira versão do romance *O Crime do Padre Amaro*, em 1875. O historiador foi uma referência importante para Eça de Queiroz, nomeadamente quando se pensa nas publicações *História de Portugal* (1879) e o *Portugal Contemporâneo* (1881). Não é por acaso que, tal como explicitado no Gráfico 1, sobre as citações nos romances, Martins foi citado seis vezes na obra *A Correspondência de Fradique Mendes*. Oliveira Martins, além do mais, foi também ministro da fazenda em 1892 e defendia o fortalecimento do poder real como forma de desenvolvimento das forças sociais e políticas capazes de efetivamente transformarem a realidade do país.⁶⁹⁶

Um último caso que merece atenção é Eduardo Prado (1860-1901). Brasileiro, bacharel em direito, apaixonado por viagens e detentor de uma grande fortuna, ele foi um dos grandes amigos de Eça de Queiroz. Nesse ponto, o baixo número de cartas destinadas a Prado (cinco missivas entre 1891 e 1895, conforme apresentado no Gráfico 8), deve-se ao fato de que ele era um assíduo frequentador da residência do romancista, acudindo Emília de Castro e seus filhos quando Eça faleceu em 1900. Eduardo Prado era um monarquista convicto, contribuiu para a *Revista de Portugal* – dirigida por Eça – e foi um grande crítico da então nascente república brasileira. Era um apaixonado por tecnologia, tendo, por isso, segundo alguns críticos, inspirado Eça no processo de criação do romance *A Cidade e as Serras*, em que o contraste entre o mundo urbano e rural se dá, dentre outros elementos, por meio do apego inicial do personagem Jacinto a tudo que havia de mais moderno em termos de invenções.⁶⁹⁷

Ao se levar em conta o perfil desses correspondentes, podem ser destacadas algumas características da sociabilidade missivista do escritor. Primeiramente, como apontado, é lícito dizer que Eça se dedicou às atividades editoriais com os seus editores e com outros sujeitos,

⁶⁹⁵ MÔNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós. ...*, p.478.

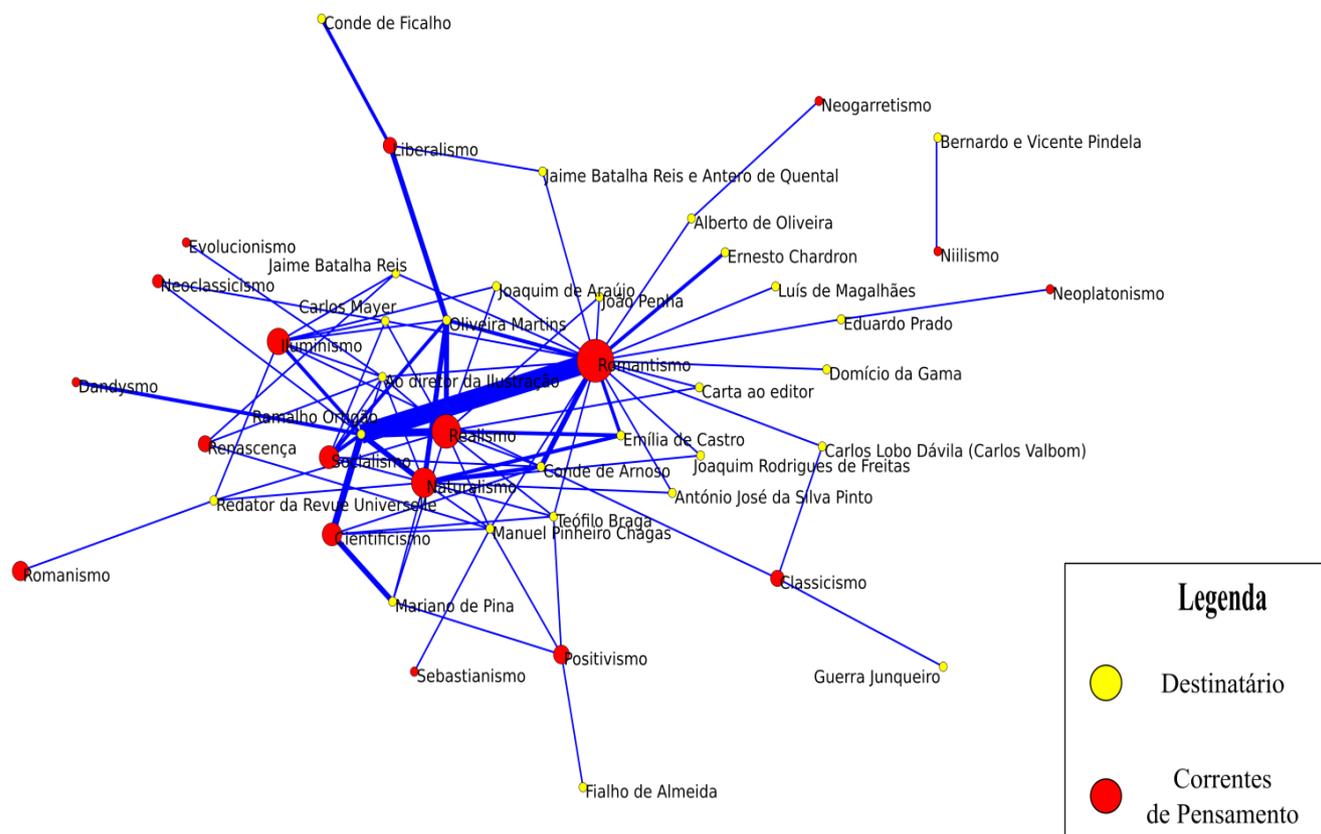
⁶⁹⁶ Para Rui Ramos, essa defesa estaria relacionada à monarquia liberal. Tratar-se-ia de uma tendência reformista prevista por algumas das correntes políticas do regime, sendo, por isso, necessário ter cuidado com certas projeções de tendência socialista ou fascista projetadas para o século XIX e que ofuscam a compreensão das dinâmicas do período. RAMOS, Rui. Oliveira Martins e a Ética Republicana. *Penélope*, vol.1, n. 18, 1998, p.167.

⁶⁹⁷ MATOS, Alfredo Campos. *Índice dos destinatários da correspondência. ...*, p.613.

como Luís de Magalhães. Por outro lado, fica claro que o romancista manteve contatos estreitos com defensores da monarquia e críticos das propostas políticas tidas como mais transgressoras. Tendência verificada principalmente no contexto finissecular. Esses sujeitos se posicionavam contra o republicanismo de uma forma geral (entendido como sinônimo de um regime mais popular e potencialmente promotor da desordem pública) e contra o socialismo (tido, muitas vezes, como o pior dos males). A constatação de que essa era a orientação política dos correspondentes mais expressivos ajuda a clarificar os posicionamentos de Eça de Queiroz, pois, embora tais ligações não sejam determinantes, elas apontam algumas coordenadas de orientação político-social. Não se trata aqui de considerar que essas ou aquelas relações influenciaram a formação ou a transformação do olhar queiroziano. Trata-se de um processo de sensibilização em que as “afinidades eletivas” entre as discussões desenvolvidas por Eça e seus interlocutores vão ganhando forma concomitantemente à constituição da crítica do autor ao contexto social, político e cultural oitocentista.

Eça, principalmente no final de sua vida, correspondia-se com sujeitos ligados à monarquia liberal, sendo alguns importantes nomes da aristocracia. Nesse último caso, considere-se o próprio casamento do escritor com uma descendente da mais alta fidalguia portuguesa. A família de Emília de Castro não tinha grande fortuna, mas preservava algumas propriedades, e, mais do que isso, era portadora de prestígio. De uma forma mais genérica, pode-se considerar certo percurso na sociabilidade eciana: do jovem cônsul e aspirante escritor, a autor reconhecido que frequentava os principais salões e dialogava com gente importante no Estado, na política e nos círculos sociais mais prestigiados. Não obstante, mantinha-se o contato com interlocutores de longa data, como Jaime Batalha Reis, que, aliás, destoava do perfil político mais conservador que foi ganhando força ao longo da trajetória do escritor. Quanto a esse último ponto, é pertinente considerar que, mesmo sendo flagrantes algumas tendências na sociabilidade missivista em questão, observa-se uma pluralidade de ideias, debates e referências, realidade que pode ser observada por meio das principais correntes de pensamento expressas pelo autor nos diálogos travados por meio das cartas. Chamo, aqui, genericamente de “correntes de pensamento”, nomenclatura mais sintética e abrangente, às tradições, culturas políticas e expressões, aos movimentos artístico-literários e filosóficos. Na sistematização feita na Figura 1, que se segue, procurarei alinhar essas correntes com os diferentes correspondentes de Eça ao longo dos anos.

Figura 1: Correntes de pensamento e debate epistolar eciano



Fonte: Correspondências: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência: Organização e Notas*. A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

As correntes de pensamento destacadas, em sua franca maioria, foram mencionadas pelo autor tal como estão citadas. Em alguns poucos casos atribuí o sufixo *ismo* a uma terminação empregada, como, por exemplo, ao considerar liberalismo, quando Eça valia-se da expressão *liberal*. Realizou-se essa operação para que uma parcela das correspondências, ainda que pequena, não ficasse de fora da análise. A sistematização foi feita por meio do *Pajek*, programa voltado para a formulação de redes sociais, tal como apontado na introdução desta tese. Para a compreensão dos conteúdos expostos, considera-se que as espessuras das linhas estão relacionadas com o número de vezes que cada corrente de pensamento foi citada pelo autor em relação aos diferentes destinatários. As dimensões das circunferências vermelhas, por sua vez, representam o total global de citações, levando-se em conta todos os remetentes relacionados.

A relação entre os conteúdos intelectuais e os destinatários ajuda a analisar o debate levado a cabo por meio das cartas. Um primeiro dado que se pode inferir é a quantidade de correntes de pensamento. Seja considerando a questão estético-literária, seja colocando em

destaque as possíveis orientações político-filosóficas, nota-se que os diálogos travados por Eça são marcados por uma grande diversidade. Esta constatação é coerente com a preocupação identificada da parte do autor em citar com profusão as diferentes referências. Todavia, ela se relaciona também à pluralidade de interlocutores e seus variantes posicionamentos, interesses e orientações. Sobre o socialismo, Eça discutiu principalmente com Oliveira Martins, um leitor de Proudhon. Com Teófilo Braga e Fialho de Almeida, tratou do positivismo. Se o primeiro interlocutor era um dos principais representantes do positivismo em Portugal, o segundo, graduado em Medicina, possivelmente recebeu uma formação que não passou incólume aos diferentes ditames do pensamento cientificista da época. Ramalho Ortigão mais uma vez aparece como figura de destaque na configuração dos debates. Com ele o romancista tratou de grande parte das orientações filosóficas, políticas e literárias anteriores ou coevas, tais como: as “Luzes”, o socialismo, o naturalismo, o realismo e, principalmente, o romantismo. Aliás, se Ramalho foi sujeito central dessa rede de debates, o romantismo destaca-se como a principal questão dessas discussões.

Antes de entrar nessa predominância, convém considerar mais algumas características da sistematização das análises de rede feita na Figura 1. Primeiramente, o fato de que quanto mais próximo do emaranhado de ligações (a confluência maior de conexões), mais expressivo é o elemento analisado. De outra maneira, quanto mais disperso e isolado um componente, menos significativo ele é para o conjunto apreciado. Nesse sentido, o núcleo de maior relevância nos debates do autor, por meio das cartas, compõe-se do romantismo, seguido do naturalismo e do realismo. Nos limites dessas ligações mais expressivas, podem ser citados ainda o cientificismo, o socialismo, o renascimento, as “Luzes” e o liberalismo. Com importância já mais reduzida, consideram-se o classicismo, o positivismo, o neoclassicismo e o evolucionismo. É possível também destacar algumas correntes de baixíssima importância, como o niilismo, e expressões (algumas cunhadas pelo próprio autor), dentre elas: neogarretismo e neoplatomismo. A inexpressividade de algumas referências está interligada também à pequena relevância de um remetente ou outro para os diálogos epistolares.

Os elementos mais destacados da sistematização corroboram a afirmação anterior de que Eça demonstrou, na própria urdira da sua narrativa, uma grande preocupação em se apropriar de um verdadeiro arsenal de referências. Inclusive, destaque-se a composição dessas menções. Elas resumem boa parte das importantes tradições político-intelectuais do Ocidente: renascimento, iluminismo, liberalismo, socialismo, romantismo etc. O autor parece realmente

ter levado a sério a preocupação de conhecer um pouco de tudo, ainda que folheando brevemente vários “índices e livros”. Pode-se afirmar que a escrita eciana, em si, representa um esforço civilizacional, pois as suas referências coincidem com os movimentos e debates que estruturaram o Ocidente moderno. E nesse empenho civilizacional, destaca-se o romantismo, uma preponderância que pode ser percebida em função do número global de citações, mas, igualmente, por causa da centralidade da corrente literária nas ligações entre os diferentes correspondentes e as outras referências. Nesse ponto, a ferramenta de análise de redes é de grande valia.

O romantismo desataca-se nas correspondências. Essa constatação é relevante para se problematizarem as incongruências, apontadas no início da análise, entre o conjunto de citações dos romances (com a predominância e a importância relativa dos autores do romantismo) e as menções feitas nas cartas (com destaque quantitativo para os autores ligados às vertentes do cientificismo, principalmente, o realismo e o naturalismo). A contraposição entre os autores e os conteúdos das discussões ajuda a balizar melhor a questão. Especialmente no debate intelectual travado nas missivas, Eça mobilizava mais as referências das matrizes científicas. No entanto, ao se considerar o teor das discussões – sistematizadas por meio das correntes explicitadas pelo autor –, observa-se uma convergência com a escrita dos romances.

De uma forma ou de outra, o romantismo tem um papel central na forma como Eça de Queiroz procurou pensar e dar sentido à realidade, ainda que (ou exatamente porque) ele tenha sido um crítico severo em relação a essa referência, mas também por causa da relativização que fez a essa crítica. A escrita literária, nesse sentido, não é uma contraposição, modificação ou desdobramento estratégico de uma elaboração intelectual anterior. Antes disso, os romances representam o próprio arremate da narrativa eciana, dando-lhe o acabamento, clarificando as problemáticas e finalizando os nexos inicialmente construídos por meio da sociabilidade intelectual epistolar.

Dentre os romances de Eça de Queiroz, aquele que apresenta a questão do romantismo como temática, é *Os Maias*. Ao que tudo indica esse não era o foco da obra, mas, em meio ao processo criativo, decidiu-se pela centralidade explícita.⁶⁹⁸ Antes de explicitá-lo, em carta

⁶⁹⁸ Como não conhecemos os manuscritos da obra *Os Maias*, fica difícil afirmar com precisão como se deram as etapas de sua criação. No entanto, muitos críticos dedicaram-se a identificar algumas características desse percurso. Alan Freeland, por exemplo, afirmou que os capítulos I a VI, bem como parte do VII, teriam sido criados entre 1880 e 1883. Quanto aos outros, não seria possível precisar, mas, segundo o autor, uma definição

datada de 02 de outubro de 1887, Eça escreveu ao seu editor sobre *Os Maias*: “Não tive tempo de vos escrever e espero que não tenhas ainda começado a fazer brochar o primeiro volume. Primeiramente, gostaria de ver uma prova da *capa* – sobretudo porque o romance tem um subtítulo que deve aparecer na capa”.⁶⁹⁹ Em 19 de abril de 1888, poucos meses antes da publicação do romance, voltou a alertar Jules Genelioux e valeu-se do adjetivo “romântico”, escrito em português: “Peço-vos fazer-me enviar as provas da capa. Gostaria do título em letras grossas e fortes. Não se pode esquecer que o romance tem um subtítulo – *episódios da vida romântica*”.⁷⁰⁰ A finalização da obra coincide com a delimitação do debate sobre o romantismo, que, como se nota, o escritor fazia questão que estivesse explícito. Pela insistência, trata-se de algo relevante. Mas qual seria o sentido desse destaque? Os possíveis significados das citações, somados a alguns elementos do romance *Os Maias*, ajudam a entender o papel que o romantismo e o próprio debate intelectual tiveram para a narrativa queiroziana.

Para tanto, pode-se tratar de uma das passagens da obra em que a discussão sobre as correntes literárias em voga se imiscuía com diferentes formas de se pensar a realidade lusitana. A passagem refere-se ao jantar oferecido ao personagem Jacob Choen, um rico banqueiro. João da Ega tinha interesse em homenagear Choen porque se interessava pela esposa deste, a bela Raquel. Aprontou-se então o jantar no “Hotel Central”, com a presença de Carlos da Maia, Dâmaso Salcedo, Craft, além do homenageado. Mas entre os sujeitos que integram a noite, foi colocado em relevo o poeta Tomás de Alencar, descrito como:

[...] um individuo muito alto, todo abotoado n’uma sobrecasaca preta, com uma face escaveirada, olhos encovados, e sob o nariz aquilino, longos, espessos, românticos bigodes grisalhos: já todo calvo na frente, os anneis fôfos d’uma grenha muito secca cahiam-lhe inspiradamente sobre a golla: e em toda a sua pessoa havia alguma cousa de antiquado, de artificial e de lugubre.⁷⁰¹

mais clara dos contornos da obra só se desenvolveu a partir de 1883. FREELAND, Alan. *O Leitor e a Verdade Oculta*: Ensaio sobre Os Maias. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

⁶⁹⁹ “Je n’ai pas eu le temps de vous l’écrire et j’espère que vous n’avez pas encore commencé à faire brocher le 1. Volume. D’abord je voudrai voir une épreuve de la *capa* – surtout parce que le roman a un sous-titre qui doit paraître dans la couverture”. A carta foi publicada pela primeira vez na revista *Panorama* (nº18, de Junho 1960) por Marcello Caetano. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência ...*, vol.1, p. 509. Todas as cartas que estão em francês, citadas nesta tese, foram traduzidas por Pedro Gomes Dias Brito, mestrando em estudos literários pela UFMG, onde se graduou como bacharel em francês. A ele, agradeço pela importante colaboração.

⁷⁰⁰ “Je vous prie de me faire envoyer des épreuves de couverture. Je voudrais le litre en très grosses et fortes lettres. Il ne faut pas oublier que le roman a un sous-titre – *episódios da vida romântica*”. Publicada pela primeira vez por Marcello Caetano, na revista *Panorama*. No quarto parágrafo da carta interrompe-se o autógrafa. A versão citada refere-se a: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência ...*, vol.1, p. 539.

⁷⁰¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.211-212.

Atente-se para o fato de que Alencar, o principal representante do romantismo na obra, é descrito como uma figura decadente. Em meio ao jantar, o poeta foi apresentado a Carlos da Maia e ao cumprimentá-lo disse, com grande emoção, que havia sido amigo de Pedro da Maia, pai do interlocutor. Destacou que, entre eles, não deveria haver cerimônias, uma vez que Carlos já lhe tinha sujado muito as calças quando pequeno. Deram, então, um entusiasmado abraço e depois o poeta contou algumas anedotas sobre Pedro da Maia e Maria Monforte, recordando-se:

– Teu pae – dizia elle – o meu Pedro, queria-te pôr o nome d’ Affonso, d’ esse santo, d’ esse varão d’ outras edades, Affonso da Maia! Mas a tua mãe, que tinha lá as suas idéas, teimou em que havia de ser Carlos. E justamente por causa d’ um romance que lhe emprestara; n’ esses tempos podiam-se emprestar romances a senhoras, ainda não havia a pustula e o puz... Era um romance sobre o ultimo Stuart, aquelle bello typo do príncipe Carlos Eduardo, que vocês, filhos, conhecem todos bem, e que na Escossia, no tempo de Luiz XIV... Emfim, adiante! Tua mãe, devo dizel-o, tinha litteratura e da melhor. Consultou-me, consultava-me sempre, n’ esse tempo eu era *alguem*, e lembro-me de lhe ter respondido... (Lembro-me apesar de já lá irem vinte e cinco annos... Que digo eu? Vinte e sete! Vejam vocês isto, filhos, vinte e sete annos!) Emfim, voltei-me para a sua mãe e disse-lhe, palavras textuaes: “Ponha-lhe o nome de Carlos Eduardo, minha rica senhora, Carlos Eduardo, que é o verdadeiro nome para o frontespicio d’ um poema, para a fama d’ um heroísmo ou para o lábio d’ uma mulher!”⁷⁰²

A recordação do personagem aponta para a origem romântica do nome Carlos Eduardo. Ao fazê-lo, Alencar fala mais de si do que da ocasião do batismo, apresentando-se como um saudosista e um prolixo. Note-se que a rememoração procura dar um tom grandioso para o nascimento do protagonista da trama que, no entanto, mostra-se alheio a essa condição idealizada como heroica. Depois desse encontro cheio de abraços e revelações, dá-se sequência à narração sobre o jantar. Inicialmente, fala-se de um caso de assassinato na Mouraria e do cotidiano do Bairro Alto.

Esse mundo de fadistas, de faias, parecia a Carlos merecer um estudo, um romance... Isto levou a fallar-se do *Assommoir*, de Zola e do realismo: – e o Alencar, immediatamente, limpando os bigodes dos pingos de sôpa, supplicou que não se discutisse, á hora asseada do jantar, essa litteratura *latrinaria*. Alli todos eram homens d’ aceio, de sala, hein? Então, que se não mencionasse o *excremento!*⁷⁰³

Os novos estilos literários, que Alencar, na sua “confusão mental, chamava a *Ideia nova*”, vinham, de acordo com o próprio poeta, caindo de “chofre e escangalhando a cathedral romantica, sob a qual tantos annos elle tivera altar e celebrara missa”.⁷⁰⁴ Com o advento do

⁷⁰² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.214.

⁷⁰³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 216.

⁷⁰⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 217.

realismo e do naturalismo, o poeta teria sido colocado no ostracismo. Inicialmente, tentou resistir, publicou textos em que fazia duras críticas a essa literatura que lhe parecia uma “maré torpe”, mas essas apreciações não foram lidas pela academia e sua produção foi esquecida, engolida pela dita “maré”. Como havia perdido a batalha no campo literário propriamente dito, o personagem procurava refugiar-se na moralidade. “O naturalismo, com as suas alluviões de obscenidade, ameaçava corromper o pudor social? Pois bem. Elle, o Alencar, seria o paladino da moral, o gendarme dos bons costumes”.⁷⁰⁵ E por isso, muitas vezes, se limitava a dizer como naquela noite: “– Rapazes, não se mencione o *excremento!*”⁷⁰⁶

Mas Craft, um colecionador de objetos antigos, amigo de Carlos Eduardo, rendeu o assunto: “não admittia tambem o naturalismo, a realidade feia das cousas e da sociedade estatelada nua n’um livro. A arte era uma idealisação! Bem: então que mostrasse os typos superiores d’uma humanidade aperfeiçoada, as formas mais bellas do viver e do sentir”.⁷⁰⁷ João da Ega incomodou-se com aquela explanação; Carlos Eduardo, por seu turno, declarou que:

[...] o mais intoleravel no realismo eram os seus grandes ares scientificos, a sua pretenciosa esthetica deduzida d’uma filosofia alheia, e a invocação de Claude Bernard, do experimentalismo, do positivismo, de Stuart Mill e de Darwin, a proposito d’uma lavadeira que dorme com um carpinteiro!⁷⁰⁸

Ega, sentindo-se atacado por todos os lados, afirmou que o mal do realismo era ser “ainda pouco scientifico”. Para ele, o problema residia na criação de dramas e na persistência da “phantasia litteraria”, quando a verdadeira arte naturalista se manifestaria por meio da “monographia, o estudo secco d’um typo, d’um vicio, d’uma paixão, tal qual como se se tratasse d’um caso pathologico, sem pitoresco e sem estylo!” Carlos achava aquela afirmação absurda, visto que os caracteres só poderiam se manifestar “pela acção”; e Craft completava que a arte “vive apenas pela fôrma”.⁷⁰⁹

Percebendo animosidade que ia se formando, o banqueiro, homenageado na ocasião, procurou intervir mudando de assunto. Foi, então, interpelado por Ega, que o questionou se o empréstimo ao Estado sairia ou não. O interrogado respondeu: “Os empréstimos em Portugal constituíam hoje uma das fontes de receita, tão regular, tão indispensavel, tão sabida como o imposto. A única occupação mesmo dos ministerios era esta – *cobrar o imposto e fazer o*

⁷⁰⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 217.

⁷⁰⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 218.

⁷⁰⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.218.

⁷⁰⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 218.

⁷⁰⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 219.

emprestimo”. Carlos, embora não entendesse de finanças, acreditava que o país, se continuasse daquela maneira, iria “alegremente e lindamente para a *banca-rota*”.⁷¹⁰ Choen respondeu que sim, que a bancarrota era certa e que as coisas estavam todas dispostas para ela. Ao ouvir aquelas colocações, Ega começou a gritar pela receita.

Simplesmente isto: manter uma agitação revolucionaria constante; nas vespersas de se lançarem os empréstimos haver duzentos maganões decididos que cahissem á pancada na municipal e quebrassem os candieiros com vivas á República; telegraphar isto em letras bem gordas para os jornaes de Paris, Londres e do Rio de Janeiro; assustar os mercados, assustar o brasileiro, e a *banca-rota* estalava. Sómente, como elle disse, isto não convinha a ninguem.⁷¹¹

O personagem traçou o seguinte plano: gerava-se a bancarrota e, quando a situação do país estivesse inquestionavelmente desoladora, poderia se instaurar a revolução. Era preciso “varrer a monarchia” e, com ela, “o crasso pessoal do constitucionalismo”, para que as verdadeiras mudanças viessem. Só com o caos, seguido de revolução, Portugal poderia se ver livre, da “colleção grotesca de bestas” que governava o país. Choen interveio criticando aquelas afirmações do Ega, pois, para o banqueiro, era uma temeridade afirmar que no governo só havia bestas: também existiam “homens de grande valor!”⁷¹² João da Ega, nesse momento, colocou de lado as suas alegadas convicções políticas, pensando nos seus interesses, nomeadamente na mulher do banqueiro, a “divina Raquel”. Abrandou o discurso, dando espaço para que o homenageado fizesse a seguinte afirmação: o país necessitava de reformas. O Alencar, porém:

[...] confiava sombriamente o bigode. Ultimamente pendia para idéas radicaes, para a democracia humanitaria de 1848: por instincto, vendo o romantismo desacreditado nas letras, refugiava-se no romantismo politico, como n’um asylo paralelo: queria uma republica governada por genios, a fraternisação dos povos, os Estados Unidos da Europa... Além d’isso, tinha longas queixas d’esses politiquotes, agora gente de Poder, outr’ora seus camaradas de redação, de café e de *batota*...⁷¹³

Enquanto Ega abdicava facilmente de seus ideais para agradar ao marido de sua amante, Alencar entrava no debate político pela impossibilidade de discutir por meio das letras e em função de certo despeito em relação aos políticos que estavam no poder. O primeiro propunha uma revolução que colocasse tudo abaixo, enquanto o segundo, informado por certa concepção platônica de poder, defendia o surgimento de uma república de gênios. Certamente esse novo regime não poderia ser governado pelas “bestas” que lá estavam e,

⁷¹⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 220.

⁷¹¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 220-221.

⁷¹² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.221.

⁷¹³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ...,vol.1, p.221-222.

portanto, fica fácil imaginar quem estaria apto a se candidatar. Após as duas propostas, começou-se a se especular, em tom de galhofa, sobre a possibilidade de se organizar uma revolução. Choen garantia o dinheiro, as armas seriam compradas na América, Craft oferecera sua coleção de espadas do século XVI. Um general poderia ser alugado, cintando-se como exemplo Patrice de Mac-Mahon (1808-1893). Mas Ega completou as atividades necessárias, com um tom de deboche, afirmando que o Alencar seria: “encarregado de ir despertar pela provincia o patriotismo, com cantos e com odes!”⁷¹⁴ Além disso, defendeu que o melhor, talvez, era que a Espanha invadisse Portugal. Sobre os planos revolucionários dos demais convivas, interpelou:

Para quem estavam elles fazendo essa *pose* heroica? Então ignoravam que esta raça [a portuguesa], depois de cincoenta anos de constitucionalismo, creada por esses saguões da Baixa, educada na piolhice dos lyceus, roída de syphlis, apodrecida no bolôr das secretarias, arejada apenas ao domingo pela poeira do Passeio, perdera o musculo como perdera o character, e era a mais fraca, a mais covarde raça da Europa? ...⁷¹⁵

Assistindo àquelas afirmações, Alencar respondeu duplamente, tratando, a um só tempo, do lugar do romantismo no concerto literário oitocentista e da questão da possível degeneração da pátria.

– Isto é uma velha carcassa, meu rapaz, mas não está só para odes! Ainda se agarra uma espingarda, e como a pontaria é boa, ainda vão a terra um par de gallegos... Caramba, rapazes, só a idéa d’essas cousas me põe o coração negro! E como vocês podem falar n’isso, a rir, quando se trata do paiz, d’esta terra onde nascemos, que diabo! Talvez seja má, de accordo, mas, caramba! é a unica que temos, não temos outra! É aqui que vivemos, é aqui que rebentamos... Irra, fallemos d’outra cousa, fallemos de mulheres!⁷¹⁶

Mas a conversa não mudou de tema, muito pelo contrário. Os personagens continuaram a palrar sobre literatura e o destino de Portugal e, em meio a essa conversação, João da Ega debochou uma vez mais de Tomás de Alencar, criticando o lirismo que este representa. O poeta romântico respondeu com a mesma violência de que foi alvo.

– Olha, João da Ega, deixa-me dizer-te uma cousa, meu rapaz... Todos esses epigrammas, esses dichotes lorpas do rachitico e dos que o admiram, passam-me pelos pés como um enxurro de cloaca... O que faço é arregaçar as calças! Arregaço as calças... Mais nada, meu Ega. Arregaço as calças!

E arregaçou-as realmente, mostrando a ceroula, n’um gesto brusco e de delirio.

– Pois quando encontrares enchurros d’esses – gritou-lhe o Ega – agacha-te e bebe-os! Dão-te sangue e força ao lyrismo!⁷¹⁷

⁷¹⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 224.

⁷¹⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.226.

⁷¹⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 225.

⁷¹⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 230-231.

Depois dessa discussão, nada ponderada, os dois personagens ficam à beira de se agredirem fisicamente, sendo, no entanto, detidos pelos demais. A briga dantesca e grotesca foi finalizada com um aperto de mão, mediado pelo banqueiro, e acabou, na verdade, em abraços fraternais. Alencar declarou que, ainda na véspera do jantar, “dissera que não conhecia ninguém mais scintillante que o Ega!” Este, por seu turno, afirmou que em nenhum poema corria uma tão “bella veia lyrica” como nos do Alencar. “Trataram-se de *irmãos na arte*, trataram-se de *genios!*”⁷¹⁸ A grande discussão, ao fim e ao cabo, apresenta-se apenas como um espetáculo de passionalidade em que ambos, o poeta romântico e o escritor naturalista, revelam-se rebeldes sem causa, detratores sem denúncia, literatos sem convicção. Não obstante, a narrativa sobre a violência entre os dois personagens acaba por ratificar a imagem de certa indigência dos debates lusitanos.

Apresentam-se dois posicionamentos: de um lado, o cientificismo (representado, em arte, pelo realismo e pelo naturalismo), e, de outro, a defesa da idealização e da forma (ligada ao romantismo). Essa contraposição é inerente ao próprio fazer literário de Eça, sendo incorporada como matéria ficcional. Tomás Alencar figura como um personagem patético, falastrão e decrépito, mas João da Ega, voz das tendências mais modernas, não deixa de tornar visíveis os seus defeitos: demagogo, diletante e incoerente. Se o romantismo era, pelo menos em parte, retrógrado, o realismo não seria menos problemático. A questão eciana cristalizada em *Os Maias*, por conseguinte, não é discutir qual corrente literária seria mais ou menos acertada. Por trás desse debate, formulam-se outras questões: seria possível apostar no progresso advindo da ciência e do pensamento racional? Qual o papel do cientificismo para o fazer literário e o trabalho intelectual? Seria realmente a utopia política romântica, especialmente em relação à sociedade lusitana, ultrapassada? Qual o lugar de Portugal no concerto da civilização oitocentista?

4.2. Escrita literária, civilização e progresso: caminhos entrecruzados

O conceito de civilização foi construído e reconstruído pelo menos desde o século XVI. Inicialmente, conforme destacou Nbert Elias, o “processo civilizador” se desenvolveu no seio da sociedade de corte, fruto da constituição de uma nova sensibilidade político-social, estruturada, aprioristicamente, por meio da domesticação da nobreza. A pacificação dos

⁷¹⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol. 1, p. 234.

espaços sociais, somada ao monopólio do exercício da força – doravante centralizado no Estado –, teria gestado uma atitude de autocontrole. Juntamente a essa nova “economia psíquica”, destaca-se a maior proximidade física entre os sujeitos (integrantes da corte e dos centros urbanos) e a concomitante distância social, marcada, fundamentalmente, pela intensificação dos códigos de distinção, pela etiqueta e pelos demais marcadores sociais que passaram a reger uma forma diferenciada de ser e estar.⁷¹⁹ Essa atitude polida e marcada pelo controle das pulsões, embora originária numa formação social específica, teria se propagado alhures conforme as estruturas do Antigo Regime se solidificaram e se expandiram.

Para Elias, as origens desse “processo civilizatório” remontariam à criação do próprio Estado, agente de combate à irracionalidade e a violência. De tendência universalista e processual, a expansão civilizacional iniciou-se a partir da Inglaterra e principalmente da França, articulando-se à celebração de uma alegada hegemonia, elaborada e reafirmada em ciclos de dominação.⁷²⁰ Já a concepção de cultura, no singular, muito embora pudesse também abrigar a ideia de progressão e evolução, não teria necessariamente o mesmo sentido do conceito de civilização. Representaria, ainda de acordo com Elias, as singularidades nacionais. Especialmente em relação ao caso alemão, que abriga uma complexa elaboração identitária, desenvolveu-se uma recusa à noção de civilização, exatamente em função dos preceitos expansionistas e universalistas inerentes a essa concepção.⁷²¹

Mas se até o século XVIII o conceito de civilização pode ser relacionado a processos políticos elaborados a partir de uma configuração social específica – a sociedade de corte –, posteriormente, elaborou-se um alargamento desse entendimento, compreendendo a consciência do Ocidente de si mesmo, por meio de um conjunto de valores, normas, padrões de comportamento, modelos estéticos, culturais, filosóficos e epistemológicos, encarados como referência de desenvolvimento. O Ocidente – nomeadamente o Atlântico Norte – passou a se julgar superior às sociedades “antigas” ou a outras sociedades contemporâneas, tidas como primitivas (inferiores). O critério deixou de ser essencialmente o aparato político, levando-se em conta também o nível técnico, os costumes religiosos, os hábitos cotidianos, as ideias científicas, o desenvolvimento da escrita, etc. Nobert Elias alerta sobre amplitude do conceito de civilização, cunhado ao longo da história do Ocidente moderno:

⁷¹⁹ ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.53-57.

⁷²⁰ ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador 1 uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p.24-25.

⁷²¹ ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador 1 ...*, p.26-43.

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”.⁷²²

No século XIX, falou-se em civilizações, no plural, no entanto, não deixaram de ser elaboradas hierarquias, de acordo com os diferentes graus de desenvolvimento material, intelectual, político e cultural. Na verdade, esses escalonamentos se ampliaram. Friedrich Hegel (1770-1831), por exemplo, ao afirmar que a história humana é um processo racional e pré-determinado, procurou pensar em um sentido histórico universal apreendido pelo pensamento. Parte-se de uma postura otimista quanto ao desenvolvimento de uma razão universal, distinguindo-se “povos principais” de “povos secundários”, na marcha rumo à liberdade.⁷²³ O protagonismo ou não desses povos seria definido por meio das diferentes fases de desenvolvimento. Para Hegel, existe um sentido histórico universal apreendido pelo pensamento; e a superioridade de alguns povos sobre outros estaria relacionada com o grau de aperfeiçoamento do direito, da justiça e da razão. Assim, explica-nos José Carlos Reis:

O povo dominante não domina porque é mais forte, mas porque é mais livre. O tribunal da história não legitima a vitória pela força, mas a vitória da Razão. Somente os povos que avançaram em constituições que ampliaram a liberdade podem pretender ser vitoriosos. A ideia de liberdade é o princípio que permite julgar o direito de um povo de pretender ser a liderança da história universal. [...] A história mundial como dialética infinita do encadeamento do destino dos povos particulares é trágica: as grandes civilizações desaparecem, os heróis se arruinam, o povo dominante sede lugar ao princípio superior que chega a outro povo.⁷²⁴

Existe no pensamento hegeliano um princípio dialético segundo o qual civilizações vão se sucedendo na condição de superioridade, sendo um dos principais elementos, para essa possível e desejável ascensão, o domínio da razão. Por esse motivo, na filosofia hegeliana da história, existem etapas de desenvolvimento dimensionadas pelo grau de abstração e pelas maneiras como a razão poderia ser cultivada por uma determinada sociedade. De uma experiência mais descritiva e imediata com o meio, passando pelo processo de elaboração

⁷²² ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador 1 ...*, p.23.

⁷²³ REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p.90.

⁷²⁴ REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ...*, p.91-92.

poética, até chegar à capacidade de criação filosófica, Hegel procurou compreender a teodiceia da humanidade, considerando os estágios progressivos de transformação.⁷²⁵

Como leitor e crítico do pensamento hegeliano, Marx também construiu certa escala de evolução das sociedades, destacando, diferentemente daquele, os aspectos produtivos, econômicos e materiais, ligados, muito embora, às múltiplas determinações sociais.⁷²⁶ O grau de desenvolvimento de uma sociedade relacionar-se-ia ao modo de produção dominante inerente à sua formulação, por meio de processos historicamente determinados. Salientam-se os fatores técnicos, as forças produtivas, as relações sociais de produção e os processos de acumulação, tendo como principal parâmetro a gestação do capitalismo. Quanto mais próximo de se construir a hegemonia deste modo de produção, mais rente à civilização e às suas contradições. No século XIX, com efeito, civilização e progresso (material, econômico, intelectual ou cultural) se confundem. Não por acaso, podemos encontrar, num almanaque muito difundido em Portugal, editado em 1900, a seguinte definição:

O que distingue dos povos barbaros as nações civilizadas? São instituições políticas, administrativas, uma fortuna publica, *alguma cultura litteraria*, artistica, uma independencia relativa da sociedade para com a natureza, dos individuos uns para com os outros, enfim, um desenvolvimento continuo, *uma marcha para frente na ordem economica, intellectual e moral*. A ideia de progresso é inseparavel da de civilização. O homem civilizado é effectivamente o que olha para o futuro [...] Com a previdencia aparece a civilização; [...] Qual é a causa da sua apparição e do seu desenvolvimento differente segundo os povos e as epochas? Para uns, está na raça, para outros, na religião. Segundo Karl Marx, toda a civilização (direito, familia, arte, sciencia, moral, etc.), é apenas o produto, o reflexo das condições economicas. A doutrina de Marx tem a vantagem de pôr em evidencia o fator material, e o defeito de só o vêr a elle.⁷²⁷

Durante à *Belle Époque*, em meio a certa paz, com o desenvolvimento material e a pujança cultural, boa parte das elites econômicas, políticas e intelectuais europeias supunha que o “projeto civilizador ou civilizatório” havia efetivamente se realizado. A mudança nos costumes, a resolução cada vez mais civil e menos “bárbara” dos conflitos, o progresso pela arte e pela ciência, a ampliação progressiva da produção, a melhoria relativa das condições de vida e a paulatina democratização da cultura afiançavam a crença no sucesso desse projeto. Para a mentalidade do mundo burguês triunfante,

⁷²⁵ HEGEL, Georg W Friedrich. *A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história*. 4.ed. rev. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2012, p. 45-53.

⁷²⁶ LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 65-66.

⁷²⁷ LEMOS, Maximiano (dir.). *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada: dicionário universal*. Porto: Lemos & Cia, Sucessor, 1900, Vol. 6, p. 69. (Os grifos são nossos)

[...] o gigantesco mecanismo estático do universo, herdado do século XVII e, desde então, ampliado por extensão a novos campos, produzia não apenas permanência e previsibilidade, mas também transformação. Produziu a evolução (que podia facilmente ser identificada como o “progresso” secular, ao menos nos assuntos humanos).⁷²⁸

Entretanto, com a crise econômica do fim do século – nomeadamente a partir de 1873 – e com o acirramento dos conflitos, oriundos de disputas e nacionalismos, essa certeza começou a cair por terra, uma percepção que se cristalizou após a primeira década do século XX, principalmente com a eclosão da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Crescentemente, a Europa branca, que até então se via como esclarecida e portadora da mais alta cultura, começava a ter de lidar com a violência extremada entre os povos, a intolerância radicalizada, a carência material e as incertezas filosóficas.

No cume dessas transformações, o otimismo de outrora dava lugar a dúvidas e a angústias, que Sigmund Freud (1856-1939) tão bem expressou com o título de uma de suas obras: *O Mal-estar na Civilização* (1930). As promessas de redenção das “Luzes”, articuladas principalmente a partir do século XVIII, começaram a ser colocadas em xeque, bem como os receituários para a conquista de um futuro melhor, elaborados ao longo do século XIX, por meio das filosofias da história (o liberalismo, o romantismo, o socialismo e o comunismo), que também foram questionadas. Essas transformações, do ponto de vista intelectual, engendraram:

[...] o fim da compreensão do universo na imagem do arquiteto ou do engenheiro: um edifício ainda inacabado, mas cujo término não tardaria muito; um edifício alicerçado “nos fatos”, ligados entre si pelos firmes andaimes de causas determinando efeitos e pelas “leis da natureza”, e construído com ferramentas confiáveis da razão e do método científico; uma construção do intelecto, mas que também expressava, quando vista de forma mais acurada, as realidades objetivas do cosmos.⁷²⁹

Enfim, a civilização havia realmente galgado êxito? Eça de Queiroz viveu no período em que essa questão estava sendo formulada, (re) elaborando-a por meio de um complexo lugar de enunciação. Como português, falava de um ângulo que muitos (inclusive os próprios lusitanos) consideravam periférico. Mas, por outro lado, como cônsul que residiu em Inglaterra e França, escrevia a partir das centralidades da época. Talvez em função dessa ambiguidade no lugar de fala, Eça tenha articulado em suas narrativas a “fricção”⁷³⁰ entre o

⁷²⁸ HOBBSBAWM, Eric. J. *A era dos impérios*, 1875-1914. 13.ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Stidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p.379.

⁷²⁹ HOBBSBAWM, Eric. J. *A era dos impérios*. ..., p. 378.

⁷³⁰ Oscar Terán, em livro de prazerosa leitura e densidade analítica, cunhou a noção de uma “fricção” entre civilização e barbárie na obra: *Facundo ou civilização e barbárie*, de Domingo Sarmiento. Para Terán, não haveria uma contraposição ou sobreposição entre civilidade e barbaridade, mas, de outro modo, uma fricção, isto

destino inevitável (e até desejável) do progresso oriundo de Além Pirineus, de um lado, e as particularidades, o atraso, os dramas e também certas belezas da terra natal, de outro.

Essa ambivalência ajuda a entender por que o trabalho intelectual do romancista foi marcado por tantas referências. Como se antecipou, a escrita eciana, em si, articula-se como um exercício de aproximação das questões inerentes “ao mundo civilizado”. Não é fortuito que seja possível encontrar aquela pluralidade de correntes de pensamento junto às citações do autor. Suas discussões tangenciaram algumas das principais origens do pensamento ocidental, centrando-se, todavia, na questão do romantismo. Quais os sentidos possíveis para o lugar periférico que as correntes das “Luzes” ou do Cientificismo foram ganhando junto às citações do autor?

Eça citava muitos dos movimentos e das tendências intelectuais do pensamento ocidental, fundamentais para a construção da própria concepção de civilização, muito embora essas menções nem sempre tenham passado por um processo de efetiva apropriação. Muitas vezes mantinha-se um posicionamento de crítica e desconfiança. Isso não significou um simples afastamento do autor em relação ao debate mais contemporâneo a si. Na realidade, pode-se alegar que Eça, pelo contrário, se cercou das tendências de sua época, que tendiam exatamente a colocar em questão muitos dos pressupostos do mundo moderno, civilizado, pautado pela aposta num futuro redentor. Por conseguinte, as reticências do escritor com essas promessas não representam um divórcio com o pensamento dos principais centros intelectuais da época. A desconfiança quanto às promessas de novos horizontes, em si, é moderna, ou melhor: faz parte de um processo de sensibilidade próprio da modernidade.⁷³¹ Não obstante, durante a sua primeira fase literária, Eça tendeu a advogar a favor do realismo como forma de expressão e arte moderna e procurou apresentar-se afirmativamente ligado às principais referências do século. Entretanto, num segundo momento, reviu a miríade de citações inerentes ao seu trabalho intelectual, valorizando alguns elementos do romantismo, uma das tendências filosóficas, estéticas e políticas que não deixava de ter o progresso como horizonte.

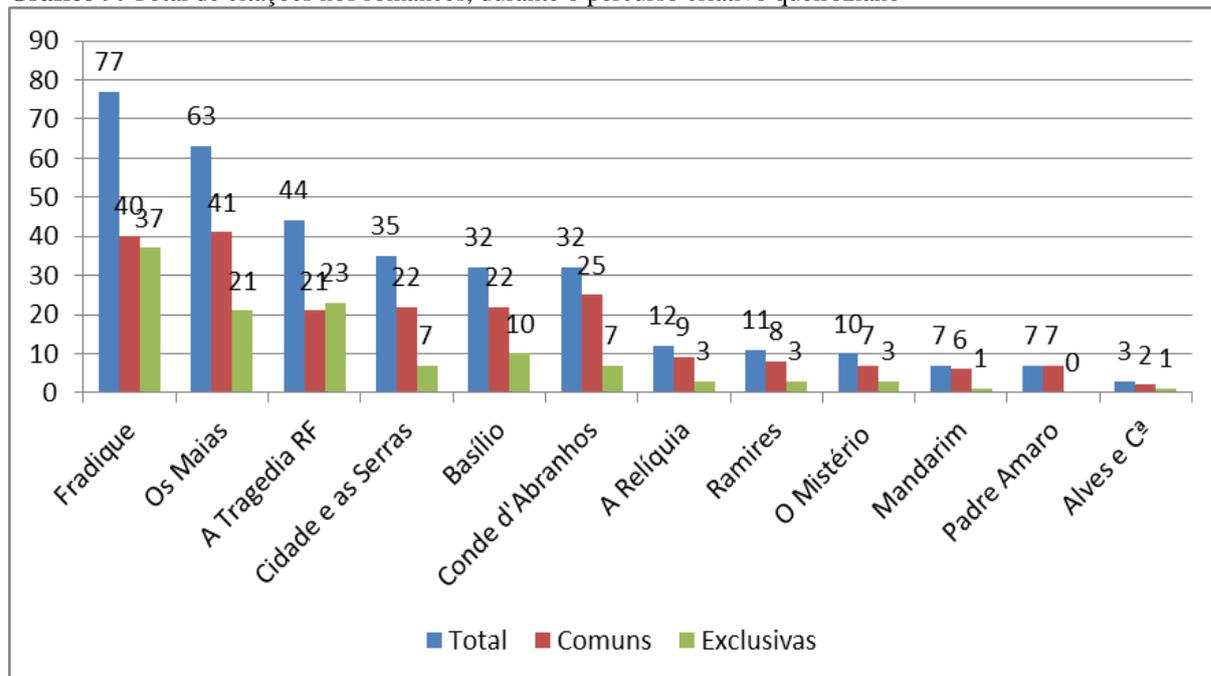
é, um atrito ou contato: marcado pela atração e repulsão inevitáveis, conformativas e dialéticas. TERÁN, Oscar. *Para leer el Facundo: civilización y barbárie: cultura de fricción*. 1ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

⁷³¹ Como destacou Boaventura de Souza Santos, a modernidade pode ser compreendida como um projeto social, político, econômico e cultural. Uma elaboração secular, marcada por dois pilares: a regulação e a emancipação. Em alguns contextos predominaria o primeiro, em outros, o segundo. Por essa razão, o sociólogo afirmou que a modernidade apresentou promessas muito ousadas, algumas inconclusas e outras cumpridas em demasia. Durante determinados contextos acreditou-se que essas pretensões não poderiam se realizar, pois o *déficit* era já muito grande; sendo um desses momentos de descrédito exatamente o contexto finissicular oitocentista. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p.73.

Problematizar a adesão às referências de cunho cientificista não significa necessariamente abandonar a aposta na construção de um futuro positivamente melhor, mais desenvolvido.

Essa questão pode ser pensada por meio da análise do trabalho de citação do autor ao longo de sua trajetória. A seguir, no Gráfico 9, pode-se observar o número total de citações em cada romance, sucedido pelo número de autores mencionados e pela quantidade de citações específicas de cada obra.

Gráfico 9: Total de citações nos romances, durante o percurso criativo queiroziano



Fonte: Romances de Eça de Queiroz: OMES, OCPA, OPB, MAN, AR, OM, ACFM, AICR, ACS, OCD, AC, ATRF.

A primeira questão que se coloca é o destaque conferido a dois romances: *A correspondências de Fradique Mendes* (1900) e *Os Maias* (1888). Essas obras apresentam, respectivamente, a maior quantidade de citações a autores (77; 63) e a mais significativa cifra de menções exclusivas, isto é, que se inserem apenas nessas obras (37; 21). Pode-se afirmar que o trabalho de citação mais considerável de Eça de Queiroz se deu a partir dessas duas obras, ambas elaboradas nos anos 1880. O trabalho de citação começa relativamente pequeno, principalmente quando pensamos em romances como *O Crime do Padre Amaro* (1875,1876). Logo após o processo criativo relacionado a *Os Maias* e *A Correspondência de Fradique*, Eça se dedicou aos romances *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) e *A Cidade e as Serras* (1901), que representam uma queda significativa no número de menções realizadas. No caso de *A Ilustre Casa de Ramires*, atinge-se o mesmo patamar de citações das obras mais antigas.

Existe, portanto, uma ascensão e queda no número de referências durante os anos 1880, contexto de elaboração da obra *Os Maias*.

A questão temporal, todavia, não pode ser tomada como a única baliza, pois, verifica-se que obras como o *Mandarin* (1880), também formulada nos anos 1880, já apresentavam um número reduzido de ocorrências, quando comparada ao romance *O Primo Basílio* (1878), por exemplo. Essa relativização, embora não descaracterize qualquer relevância dos anos 1880 como marco para uma inflexão, ajuda a problematizar a questão, apontando para um exercício salutar: a discussão dos diferentes projetos intelectuais do autor. Nesse ponto é importante destacar o que as obras condensam como proposta, pois existe um esforço referencial mais expressivo desenvolvido em alguns romances e esse fato não é fortuito.

Essa constatação ajudou a pensar a importância d'*Os Maias* para obra eciana, uma vez que, por mais que *Fradique* inicialmente se encontre em primeiro lugar em termos quantitativos, existe uma questão que não pode ser descartada: trata-se de uma criação publicada apenas parcialmente pelo autor e que não foi pensada como uma obra articulada. Boa parte do texto que conhecemos atualmente foi editada por meio de um mosaico de publicações: muitas delas preteridas ou guardadas pelo romancista. No dia 26 de agosto de 1888, começavam a ser veiculados, na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, os primeiros folhetins de *A Correspondência de Fradique Mendes*, com o subtítulo: *Notas e Recordações*. Na ocasião, a publicação apresentava-se como um desprezioso relato memorial do personagem central. Na *Gazeta* manteve-se certa regularidade das contribuições, o que não se verificou no periódico *O Repórter*, dirigido por Oliveira Martins, em 1888, onde também se publicou alguns folhetins. Ainda no jornal carioca, foram vulgarizadas, em 1892, depois de um período de interrupção, quatro cartas de amor (a Clara).⁷³² Contudo, *A Correspondência de Fradique* teve sua versão oitocentista mais extensa, socializada por meio da *Revista de Portugal*, entre 1889 a 1892. Publicou-se, ainda em 1890, na revista *Ilustração*, uma carta de Fradique Mendes a Ramalho Ortigão.⁷³³

Esses escritos parcelares foram reunidos e publicados como livro em 1900, semanas após o falecimento de Eça de Queiroz. Mas as memórias e peripécias de Fradique não

⁷³² Apenas a primeira dessas cartas tem a epígrafe *A Clara* e o título *Quatro Cartas de Amor*; as demais têm outro título: *Cartas de Amor*.

⁷³³ REIS, Carlos; FIALHO, Irene; SIMÕES, Maria João. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *A Correspondência de Fradique Mendes* (Memórias e Notas). Coordenação: Carlos Reis; Edição: Carlos Reis, Irene Fialho e Maria João Simões. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014 (Edição Crítica das obras de Eça de Queirós), p. 15-17.

pararam de aparecer. Em 1912, Luís de Magalhães publicou uma carta inédita, destinada a Eduardo Prado, no volume *Últimas Páginas*; em 1929, tornaram-se conhecidas mais seis correspondências, por meio da publicação: *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas*. Por fim, uma última carta à Clara foi publicada por Jaime Cortesão, sendo incluída pela *Lello* na edição do centenário, em 1945.⁷³⁴

O chamado último Eça, depois dos *Maias*, não publicou nenhum livro novo de ficção narrativa. O romancista morreu sendo autor de cinco livros. Publicou, mesmo a contragosto ou em função de projetos editoriais considerados “menores”, muitos escritos em folhetins e engavetou outros romances, nomeadamente: *A Tragédia da Rua das Flores* (1980), *A Capital!* (1925), *O Conde D’Abranhos* (1925) e *Alves & C.^a* (1925). Dessas obras interditas, vale explicitar que não se trata de rascunhos, mas de romances em fase final de acabamento, deixados de lado por opção do autor, como se neles não contivesse, ainda, a crítica a ser elaborada ou a forma pretendida. *Os Maias* representam, nesse sentido, o maior esforço intelectual do autor, bem como a sua realização final de ficção. A partir desse romance, configura-se a narrativa interrompida anteriormente e, ao mesmo tempo, apresenta-se uma dúvida final, que não poderia e que efetivamente não pôde ser resolvida depois.

Nesse último ponto, Fradique nos ajuda a pensar um pouco. Mas não o primeiro Fradique, criado em 1869, por meio da colaboração entre Eça, Antero de Quental e Jaime Batalha Reis. Não se trata desse poeta satânico, que apareceu brevemente também n’*O Mistério da Estrada de Sintra*, fruto de um gesto de provocação antiburguesa. Refere-se ao sujeito ficcional, que reapareceu no final dos anos 1880, dessa vez (re) elaborado apenas pela pena de Eça de Queiroz. Como salientaram Carlos Reis, Irene Fialho e Maria João Simões:

O Carlos Fradique Mendes que, a partir de 1888, conhecemos como epistológrafo é também o poeta de escassa produção e pensador atípico, corporizando uma invenção que vai além do estatuto de mera personagem ficcional (como o são, em Eça, o conselheiro Acácio, o padre Amaro ou Teodorico Raposo) e fica aquém do estatuto do heterônimo acabado, como virão a sê-lo os heterônimos pessoais.⁷³⁵

O Fradique Mendes em questão é aquele que “conheceu Baudelaire, foi companheiro de Garibaldi, amigo de Victor Hugo”. Um sujeito que, não obstante, era íntimo de figuras importantes “da vida pública e cultural portuguesa da segunda metade do século XIX: Antero

⁷³⁴ Respectivamente: QUEIROZ, Eça de. *Últimas Páginas*: (manuscritos inéditos): S. Christovan, Sto Onofre, S. Frei Gill, artigos diversos. Porto: Livr. Chardron, 1912; QUEIROZ, Eça de. *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*. Porto: Livr. Chardron, 1929; PEREIRA, Lúcia Miguel; REYS, Câmara. Lisboa: Dois Mundos, 1945.

⁷³⁵ REIS, Carlos; FIALHO, Irene; SIMÕES, Maria João. *Introdução*. ..., p.25.

de Quental, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, etc”.⁷³⁶ Trata-se de um personagem que procurava a formulação de um realismo crítico, angustiando-se em prol de uma intervenção que ultrapassasse a denúncia satírica das mazelas sociais: seria preciso reformar os costumes, levando-se em conta o papel da produção intelectual para tal feito.

Fradique recusava o francesismo dos seus tempos, alegando ser necessário buscar o genuíno em e sobre Portugal. Entretanto, não conseguia publicar, por acreditar que não seria possível criar nada de novo. Teceu críticas ao culto à forma, especialmente relacionado a autores como Charles Baudelaire (1821-1867) e Théophile Gautier (1811-1872), mas não conseguiu elaborar alguma coisa diferente. Chegou a assumir, ao justificar a sua incapacidade de escrever um livro sobre a África, que não era possível conceber “uma prosa como ainda não há”. E arrematou: – “E como ainda a não há, é uma inutilidade escrever. Só se podem produzir formas sem beleza: e dentro dessas mesmas só cabe metade do que se queria exprimir, porque a outra metade não é redutível ao verbo”.⁷³⁷

Fradique nos revela, portanto, uma constatação elaborada por si e pelo próprio Eça: o verbo humano tornara-se impotente para representar a realidade, uma descoberta articulada na própria tessitura do trabalho intelectual e literário, considerando-se que, peremptoriamente, não seria possível dizer nada mais do que já se havia dito. Essa questão, metalinguística e metafórica, deixa entrever o destino da narrativa eciana, pautada pela busca incansável por uma forma: indissociável da elaboração crítica direcionada à realidade social. A impossibilidade de publicar novos livros, reconhecida por Fradique, marca o destino do texto que lhe deu vida – fragmentado como as questões que lhe afligiam, – assim como da produção literária de Eça de Queiroz após *Os Maias* – incompleta em sua realização editorial, inconstante em sua pretensão crítica e cética sobre uma inovação possível. Como Fradique, que não conseguia mais publicar, trancafiando suas memórias em um cofre espanhol, Eça não publicou nenhum livro após 1888, deixando, além disso, vários títulos adormecidos numa arca por longo tempo esquecida, até que a família a recuperou. Partindo da premissa de que a escrita literária, no século XIX, confunde-se com a (re) construção da noção de civilização, será possível afirmar que, a partir de *Os Maias*, Eça passou a problematizar a possibilidade de se construir uma sociedade mais desenvolvida.

⁷³⁶ REIS, Carlos; FIALHO, Irene; SIMÕES, Maria João. *Introdução*. ..., p.25.

⁷³⁷ QUEIROZ, Eça de. *A Correspondência de Fradique Mendes*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1900, p.111.

5. ENTRE A PEDAGOGIA DO PROGRESSO E O OCASO DA NARRATIVA: A CISÃO FÁUSTICA NA OBRA *OS MAIAS*

5.1. Um silêncio revelador: o trabalho intelectual de Eça de Queiroz e as inquietudes do contexto finissecular

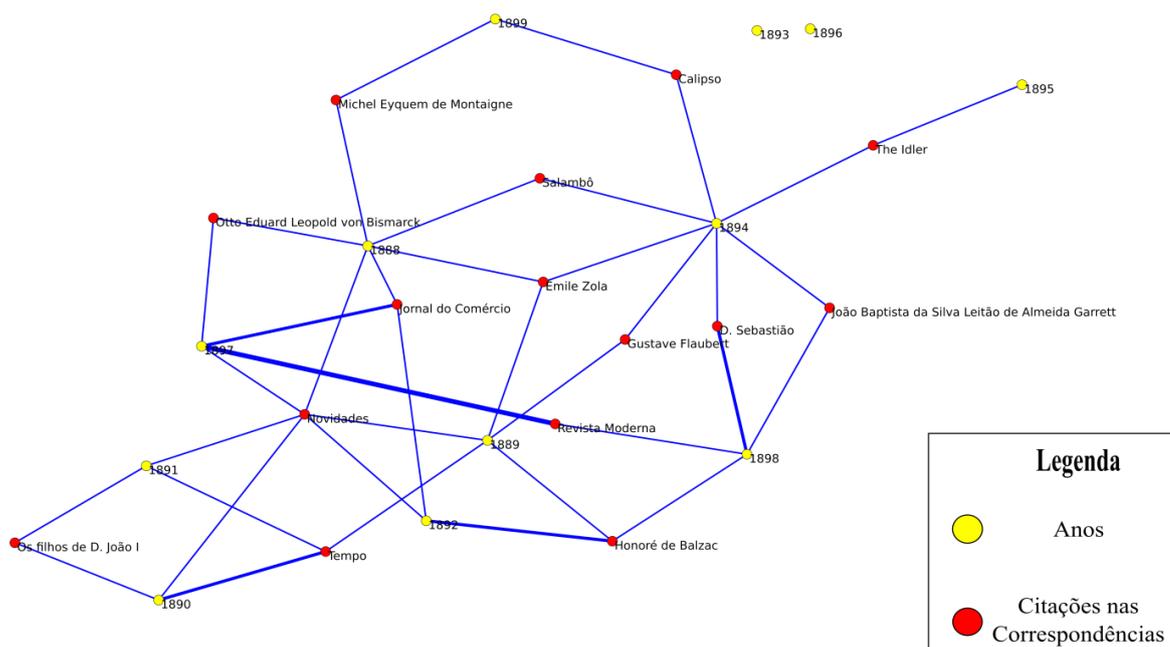
As discussões desenvolvidas nos dois capítulos anteriores sinalizam para o papel da obra *Os Maias*. Neste capítulo, essa centralidade, até então indiciada, será discutida mais detidamente, buscando-se demonstrar que a obra em questão apresenta-se como a materialização de um processo de inflexão definidor para a compreensão da narrativa eciana. A criação desse romance coincide com a elaboração de questões muito caras a Eça de Queiroz. O trabalho de citação, analisado no capítulo anterior, apontou para o fato de que o romancista, crescentemente, desconfiava de algumas das principais promessas progressistas que haviam sido entronizadas por parte da *intelligentsia* da Europa da *Belle Époque*. Essa desconfiança, como se viu, foi edificada por meio da própria atividade criativa. Eça procurava relativizar os pressupostos progressistas de seu tempo, nomeadamente os de origem científicista, interrogando-se sobre a pertinência ou não – principalmente considerando a realidade portuguesa – de trabalhar com outra corrente de pensamento, o romantismo. Essa possível aposta derradeira está no centro do debate do escritor e impressa no subtítulo do romance *Os Maias*, que, aliás, carrega em si expectativas editoriais (conforme discutido no capítulo 3), bem como o auge e o declínio do trabalho intelectual queiroziano (de acordo com as discussões do capítulo 4). Por essas razões, a questão delineada para este capítulo, é descortinar o projeto intelectual que está incrustado no referido romance, pensando-o, também, como o centro de um processo de sensibilização política.

O trabalho de citação acentuado no romance *Os Maias* aponta para o fato de que é nesse romance que se articula a derradeira e mais elaborada questão queiroziana. Trata-se não apenas da publicação de uma grande obra, mas da configuração de uma *metassíntese*. Após a finalização desse romance verifica-se, a um só tempo, um relutante processo de criação e um parco esforço intelectual, cujas citações são indícios valiosos.

Ainda no que tange ao trabalho intelectual do autor, procurou-se tecer outras análises, para além das que já foram apresentadas no capítulo anterior. Foram cruzadas todas as citações feitas nas cartas (de autores, obras, personalidades políticas etc.) com os diferentes

dessas e outras questões pessoais, seja por causa de uma nova fase criativa como escritor, o final dos anos 1880 marca uma drástica transformação na atividade intelectual do romancista. Essa constatação pode ser verificada na sistematização que segue na Figura 3, em que se elencou o período entre 1888, ano de publicação dos *Maias*, a 1900, quando da morte do escritor.

Figura 3: Citações nas correspondências de Eça de Queiroz, 1888 - 1900



Fonte: Correspondências: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queirós correspondência*: Organização e Notas: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

Quando se consideram as duas sistematizações, fica explícita a flagrante redução do número de citações. Eça, depois de 1888, praticamente não citava mais em suas cartas, situação bem distinta da grande quantidade de autores, obras e demais referências mencionadas outrora. Mesmo que se leve em conta que o segundo período, de 12 anos, é menor que o primeiro, com 17, a comparação chama atenção. Além do mais, o primeiro recorte mais longo é compensado por outro fator, qual seja: no início dos anos 1870, o número de cartas e de remetentes era muito baixo, ao contrário do período final de vida do autor, em que as missivas abundavam. O fato é que os traços da sociabilidade do autor revelada pelas correspondências sinaliza para o franco declínio do debate intelectual, processo visível pelo parco trabalho de citação.

Dentre as razões para essa transformação, pode-se se considerar o perfil das missivas no segundo período destacado: voltadas cada vez mais para familiares e amigos mais íntimos. Mas esse predomínio paulatino não esgota a questão, além de reforçar que o escritor passou a se furtar dos diálogos travados com os destinatários que faziam parte das discussões intelectuais inerentes à sua criação. Essa realidade liga-se diretamente à elaboração de outro ritmo de trabalho. Eça não era mais o escritor iniciante que procurava se firmar como romancista, almejando vários planos de publicação, mas, sim, um autor experiente e com algum reconhecimento, que, ao que tudo indica, passou a se recusar de forma mais clara a aderir aos processos fabris de produção livresca da época. Também a partir de 1888, o romancista conquistou o posto consular tão almejado em Paris, passando a viver naquela que ele mesmo considerava a capital de todas as civilizações. Quer se considere a carreira consular, quer se destaque o trabalho intelectual, o escritor havia alcançado algumas de suas metas, nomeadamente, a publicação de uma “grande obra” e a conquista da posição almejada na carreira diplomática. Esses lugares galgados também ajudam a compreender o novo tônus do trabalho intelectual do autor, menos afirmativo e propositivo. Os horizontes elaborados em outros tempos se aproximaram e, juntamente com eles, vieram realizações, frustrações, inquietações e novas metas. O trabalho intelectual desenvolvido está eivado por essas transformações.

Conforme destacado no capítulo anterior, Eça demonstrava ter consciência que, na “vida moderna”, em que tudo é “imenso e exagerado”, era necessário saber e referenciar o máximo possível. Nessa economia inflacionada de citações, o mais “pequeno sábio” deveria ler “mil livros”, consultar “mil escritores”, tomar emprestados “mil sistemas”.⁷³⁸ Seria inerente à condição do escritor moderno essa busca incessante, sobretudo para aquele que escrevia com um pé no centro e o outro na periferia da civilização. Tal situação era agravada, ainda, pela ambição do escritor: que tinha o intuito de pensar o destino da realidade social narrada, por meio de uma escrita que deveria ser ela mesma, um exercício civilizatório. A necessidade de ser um autor moderno confundia-se com a meta analítica sobre a situação de Portugal frente à Europa ocidental da *Belle Époque*. Essa constatação não deixou de ser perpassada por várias tensões: era possível criar uma prosa que contribuísse para a elevação da cultura lusitana? Essa criação deveria seguir os ditames do mundo do Além Pirineus? Tais referências, nomeadamente as de cunho científico, guardavam a fórmula de caminhos

⁷³⁸ QUEIROZ, Eça de. Nosso Correspondente Literário. *Distrito de Évora*, Évora, 29 de Jan. 1867, p.2.

promissores? Elas poderiam se aclimatar à realidade social portuguesa? Se o processo de modernização levado a cabo a partir da monarquia liberal parecia ter falhado, outro poderia se realizar? Não seriam as tentativas modernizantes, em si, as causas da decadência daquela sociedade? Algumas dessas questões começaram a ser discutidas no capítulo anterior, outras, serão debatidas neste capítulo.

A transformação no trabalho intelectual eciano conforma-se como um conjunto de vestígios relevantes para a compreensão se não das respostas, pelo menos de como se deu a elaboração dessas perguntas. O escritor que reconhecia a necessidade de citar com profusão, atualizando-se e reciclando a própria construção de sentidos sobre Portugal, deu lugar, por meio do processo de criação d'*Os Maias*, ao autor que passou a duvidar da possibilidade de se regenerar a pátria (ou que confirmou as suas expectativas em relação a esse horizonte). Ao mesmo tempo, esse trabalho intelectual e o sujeito que por meio dele emergiu colocaram em dúvida a própria condição transformadora da narrativa, como forma de construção sensível e sensibilizadora da existência. A atividade criativa e reflexiva materializa a edificação das questões que norteiam a narrativa queiroziana, por sua vez, meta-sintetizadas no romance *Os Maias*, uma questão verificada não somente na configuração das citações, mas também e concomitantemente, com a análise dos possíveis significados inerentes ao enredo da obra. Tal caminho será trilhado com o auxílio de dois importantes personagens da prosa eciana: Carlos Eduardo da Maia e João da Ega.

Ega foi incumbido pelo destino de transmitir ao seu amigo, Carlos Eduardo, a revelação do incesto que este cometera. O portador da “terrível notícia” angustiou-se, pensando em como havia de revelar os fatos que trazia consigo. Nesse momento, interrogou:

Era acaso verosímil que tal se passasse, com um amigo seu, n'uma rua de Lisboa, n'uma casa alugada á mãe [do] Cruges? ... Não podia ser! Esses horrores só se reproduziam na confusão social, no tumulto da Meia-Idade! Mas n'uma sociedade burguesa, bem policiada, bem escripturada, garantida por tantas leis, documentada por tantos papeis, com tanto registro de baptismo, com tanta certidão de casamento, não podia ser! Não! Não estava no feitio da vida contemporanea que duas crianças separadas por uma loucura da mãe, depois de dormirem um instante no mesmo berço, cresçam em terras distantes, se eduquem, descrevam as parabolias remotas dos seus destinos – para quê? Para virem tornar a dormir juntas no mesmo ponto, n'um leito de concubinação! Não era possível. Taes coisas pertencem só aos livros, onde vêm, como invenções subtis da arte, para dar á alma humana um terror novo...⁷³⁹

⁷³⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol. 2, p. 395.

O personagem é preciso em sua indignação: como era possível, que numa sociedade moderna, inteligível a partir do positivismo, “hegelianamente e darwinisticamente bem organizada”,⁷⁴⁰ acontecesse um absurdo daqueles? Se ainda fosse na “confusão social da Meia-Idade”, mas numa realidade tão documentada? Como pôde ter-se dado tal horror? Parte da perplexidade em relação ao ocorrido relaciona-se exatamente às garantias que marcariam a civilização. A tragédia acontecida não era apenas uma falha de dois indivíduos, mas de toda uma forma de organização social, pois os elementos que conformam uma sociedade moderna, bem estruturada e regulamentada, não garantiam a superação de um estágio de “barbaridade” e “terror”. Essa avaliação foi feita no calor da revelação, quando, em meio a uma grande sofreguidão, o mundo parecia não ter sentido.

Como forma de superar o trauma, os dois amigos fizeram uma grande viagem. Ao final desse *tour*, Ega regressou para Lisboa, mais “forte e trigueiro”, enquanto Carlos se estabeleceu confortavelmente em Paris, só regressando a Portugal em 1887, dez anos após os acontecimentos trágicos. Nesse ponto, voltamos à cena com a qual se iniciaram as discussões desta tese, na introdução. Retomemo-la. Os dois personagens citados reencontraram-se depois de anos, fazendo um balanço sobre suas vidas e sobre a sociedade de que eram originários. Ega estava adoentado com uma “angina” quando Carlos chegou a Portugal e por isso não pôde ter com ele nos “penhascos do Douro”. Mas em Lisboa, já curado, reencontrou-se com o amigo, notando a sua imutabilidade.

– Nem uma branca, nem uma ruga, nem sombra de fadiga! ... Tudo isso é Paris, menino! ... Lisboa arraza. Olha pra mim, olha pra isto!

Com o dedo magro apontava os dois vincos fundos ao lado do nariz, na face chupada. E o que o aterrava sobretudo era a calva, uma calva que começara havia dois annos, alastrára, já reluzia no alto.

– Olha que horror! A sciencia para tudo acha remedio, menos para a calva! Transformam-se as civilizações, a calva fica! ... Já tem tons de bolas de bilhar, não é verdade? ... De que será?

– A ociosidade, lembrou Carlos rindo.

– A ociosidade! ... E tu, então?⁷⁴¹

Lisboa, diferentemente de Paris, envelhecia, fatigava. Mas se a atmosfera da antiga *Olisipo* não era salutar, também não o era a pasmaceira, a ociosidade de seus cidadãos, – incluindo-se nessa fatura, João da Ega. Mas para isso ele também tinha uma resposta: o que se podia fazer naquele país? Havia pensado em entrar para a diplomacia, mas acabou concluindo que essa seria outra forma de ociosidade, embora no exterior. Nem mesmo uma atividade

⁷⁴⁰ LISBOA, Maria Manuel Lisboa. *Teu amor fez de mim um lago triste*: ensaio sobre “Os Maias”. Porto: Campo das Letras, 2000, p.85.

⁷⁴¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol. 2, p. 495.

como essa merecia algum crédito. Nesse momento, passou a fazer parte do diálogo, Tomás de Alencar, que, como Ega, surpreendeu-se com a vivacidade de Carlos, em contraste com a sua decrepitude, ampliada com o passar dos anos. Os três concluíram: Lisboa arrasa! E assim era porque, enquanto o mundo estava em movimento, a capital portuguesa parecia não mudar nada. Depois dessa constatação, Carlos e Ega despediram-se do Alencar, convidando-o para um jantar que se realizaria após uma visita que ambos fariam ao Ramalhete. Foram para o casarão caminhando. Eles passaram pelo Rossio e pela Avenida (o antigo passeio público), observando que, muito embora fosse possível verificar algumas mudanças na *urbes*, as gentes, os comportamentos e as paisagens sociais não haviam se alterado. É como se aquela sociedade tivesse parada no tempo.

Estavam no Loreto; e Carlos parára, olhando, reentrando na intimidade d'aquelle velho coração da capital. Nada mudára. A mesma sentinella sonolenta rondava em torno á estatua triste de Camões. Os mesmos reposteiros vermelhos, com brasões eclesiasticos, pendiam nas portas das duas igrejas. [...] Um lindo sol dourava o legedo; batedores de chapéo á faia fustigavam as pilecas; tres varinas, de canastra á cabeça, meneavam os quadris, fortes e ageis na plena luz. A uma esquina, vadios em farrapos fumavam; e na esquina defronte, na Havaneza, fumavam tambem outros vadios, de sobrecasaca, politicando.⁷⁴²

Entre uma constatação estarrecedora e outra, os observadores ponderavam que a “vidinha” simples, pacata e corredia de Lisboa tinha os seus encantos. Palravam sobre uma senhora, D. Adosinha, que certa feita participou de uma conversa em que se discutia a situação do *déficit* português. A mulher, descrita como uma figura dantesca, afirmou que conhecia muito o *déficit*, um belo rapaz. Ao narrar essas pilhérias a Carlos, João da Ega concluía que não existia em outro canto situação tão divertida como aquela.

Onde havia melhor, na Europa, em qualquer civilização? Sempre queria vér que se passasse uma noite mais alegre em Paris, na desoladora banalidade do *Grand-Treize*, ou em Londres, n'aquelle correcta e massuda semsaboria do Bristol! O que ainda tornava a vida toleravel era de vez em quando uma boa risada. Ora na Europa o homem requintado já não ri, – sorri regeladamente, lividamente. Só nós aqui, n'este canto do mundo barbaro, conservamos ainda esse dom supremo, essa coisa bemdita e consoladora – a barrigada de riso! ...⁷⁴³

O mundo “bárbaro” poderia ter lá os seus dilemas, mas nele ainda se podia contar com alguns divertimentos. Já no mundo “civilizado”, onde tudo funciona com correção, não se ria mais. Ou seja: se, por um lado, a situação portuguesa – avessa ao desenvolvimento efetivo – demandava cuidados, por outro, constata-se que a civilização fazia os homens mais tristes.

⁷⁴² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol. 2, p. 504.

⁷⁴³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol. 2, p. 509.

Seja como for, mesmo nos momentos em que o pretense atraso português era relativizado, predominava na narrativa um tom de desqualificação, pois o que se reconhecia como positivo no país era o pitoresco, aquilo que foge do racionalmente instituído e do modernamente articulado.

Para os argutos críticos, a realidade portuguesa não combinava com a civilização. Esse entendimento evidenciou-se mais claramente quando os personagens chegaram à Avenida. Ega procurou demonstrar que ali, sim, era possível verificar algumas mudanças interessantes: gente animada a andar, algumas novas construções, belas *toilettes*, enfim, um recanto aprazível. Mas logo se constatou algo de artificial. O narrador tomou a palavra demonstrando algumas características do cenário.

Pela sombra passeavam rapazes, aos pares, devagar, com flores na lapella, a calça apurada, luvas claras fortemente pespontadas de negro. Era toda uma geração nova e miuda que Carlos não conhecia. Por vezes Ega murmurava um *ólá!*, acenava com a bengala. E elles iam, repassavam, com um arzinho tímido e contrafeito, como mal acostumados áquelle vasto espaço, a tanta luz, ao seu proprio *chic*. Carlos pasmava. Que faziam alli, ás horas de trabalho, aqueles moços tristes, de calça esguia? Não havia mulheres. Apenas n'um banco adiante uma criatura adoentada, de lenço e chale, tomava o sol; e duas matronas, com vidrilhos no mantelete, donas de casa de hospedes, arejavam um cãosinho felpudo. O que attrahia pois alli aquella mocidade pallida? E o que sobretudo o espantava eram as botas d'esses cavalheiros, botas despropositadamente compridas, rompendo para fora da calça collante com pontas aguçadas e reviradas como pròas de barcos varinos ...⁷⁴⁴

Essa passagem, que já foi brevemente apresentada na introdução da tese, merece novamente nossa atenção dada a sua carga simbólica. Nela, aqueles rapazes pálidos pareciam tão artificiais como as novidades verificadas. Ao observar os caminhantes, chegava-se à conclusão de que havia uma contradição, manifesta nas suas vestimentas.

Porque essa simples fôrma de botas explicava todo o Portugal contemporâneo. Via-se por alli como a coisa era. Tendo abandonado seu feitiço antigo, á D. João VI, que tão bem lhe ficava, este desgraçado Portugal decidira arranjar-se á moderna: mas sem originalidade, sem força, sem caracter para crear um feitiço seu, um feitiço próprio, manda vir modelos do estrangeiro – modelos d'idéias, de calças, de costumes, de leis, d'arte, de cozinha ... Sómente, como lhe falta sentimento de proporção, e ao mesmo tempo o domina a impaciencia de parecer muito moderno e muito civilisado – exagera o modelo, deforma-o, estraga-o até á caricatura.⁷⁴⁵

⁷⁴⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p.512.

⁷⁴⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p.512-513.

A apreciação das indumentárias dos rapazes foi mote para que Ega e Carlos diagnosticassem que Portugal passava por determinados dilemas exatamente porque o país “se arranjou à moderna”. O liberalismo e o constitucionalismo não lhe caíram bem e, pior, perdeu-se, por meio das modernizações de superfície, aquilo que de mais genuíno possuía a pátria, que tão bem ficava com o seu “antigo feitio à D. João VI”. João da Ega, ainda mais enfático que seu comparsa, justifica a condição de atraso dos portugueses, comparando-os aos negros das colônias africanas. Assim, exemplifica-se:

É o que succede com os pretos já corrompidos de S. Thomé, que vêem os europeus de lunetas – e imaginam que n’isso consiste ser civilizado e branco. Que fazem então? Na sua sofreguidão de progresso e de brancura acavallam no nariz tres ou quatro lunetas, claras, defumadas, até de cõr. E assim andam pela cidade, de tanga, de nariz no ar, aos tropeções, no desesperado e angustioso esforço de equilibrarem todos estes vidros – para serem immensamente civilizados e immensamente brancos...⁷⁴⁶

Carlos não apenas concordava como também concluía: “– De modo que isto está cada vez peor... – Medonho! É d’um reles, d’um postiço! Sobretudo postiço!” O personagem, nesse momento, lançou seu olhar para os velhos “outeiros da Graça e da Penha”, que no cimo apresentavam “pesadamente os conventos, as igrejas, as atarracadas vivendas eclesiásticas”. Aquilo, sim, era genuíno. Observou ainda a “fava-rica apregoada às esquinas, os foguetes no ar em louvor a Jesus, os brazões nas paredes rachadas”, enfim, “a cachetica e caturra, a velha Lisboa fidalga!”⁷⁴⁷ Assim foi pintada a capital pelos dois protagonistas: a cidade que, como metonímia de Portugal, apresenta-se postiça, procurando reprimir, por meio de um desejo cego pelo progresso, o que havia de mais autêntico. Em meio a toda essa situação, Alencar, o velho e romântico Alencar, parecia para Ega o que havia de mais original. Interpelado sobre a recente amizade com o poeta, o Mefistófeles de Celourico explicou-se:

Em primeiro lugar no meio d’esta Lisboa toda postiça, Alencar permanecia o unico portuguez genuino. Depois, através da contagiosa intrujice, conservava uma honestidade resistente. Além d’isso havia nele lealdade, bondade, generosidade. [...] Tinha mais cortezia, melhores maneiras que os novos. Um bocado de piteirice não lhe ia mal ao seu feitio lyrico. E por fim, no estado a que descambára a litteratura, a versalhada do Alencar tomava relevo pela correcção, pela simplicidade, por um resto de sincera emoção.⁷⁴⁸

Por meio do reconhecimento da autenticidade rara de Alencar frente aquele mar de artificialidades, chegava-se ao entendimento de que, para se pensar a realidade portuguesa,

⁷⁴⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p.514.

⁷⁴⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p.514-515.

⁷⁴⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p.517.

mais valia uma sinceridade arregimentada pelas tradições e pela emotividade, do que os improvisos modernos pautados por um culto à razão, – inadequado e desproporcional. Mais: os versos românticos do poeta eram pertinentes àquela realidade, e não a literatura contemporânea, principalmente a que surgia em meados século XIX. Mas toda essa consideração fez com que os personagens começassem a se repensar, pois, afinal, não eram eles também marcados pelas contradições que se dedicavam a apontar? Carlos apresenta-se como o próprio estrangeirado, que constantemente procurava tomar verdadeiros banhos de civilização. Aliás, não conseguia nem pensar na hipótese de voltar a viver em Portugal, por considerar o país uma sensaboria, um atraso, muito embora, quando lá estava, pretendia que sua antiga morada se preservasse sem maiores modificações, tidas como inoportunas. Era o lusitano embebecido por Paris, que esperava encontrar o país de origem como uma espécie de grande museu (no sentido de um gabinete de curiosidades, típico dos oitocentos). Ega, embora vivesse em Lisboa, não se distinguia muito desse perfil. Por conseguinte, vale voltar também a certa autocrítica das personas ficcionais:

– Falhámos a vida, menino!

– Creio que sim... Mas todo mundo mais ou menos a falha. Isto é, falha-se sempre na realidade aquella vida que se planeou com imaginação. Dize-se: <vou ser assim, porque a beleza está em ser assim>. E Nunca se é assim, é-se invariavelmente *assado*, como dizia o pobre marquez. Às vezes melhor, mas sempre diferente. [...]

Uma commoção passou-lhe n'alma, murmurou, travando do braço do Ega:

– É curioso! Só vivi dois annos n'esta casa, e é n'ella que me parece estar mettida a minha vida inteira!

Ega não se admirava. Só alli no Ramalhete elle vivera realmente d'aquillo que dá sabór e relevo a vida – a paixão.

– Muitas outras coisas dão valor á vida... Isso é uma velha idéa de romântico, meu Ega!

– E que somos nós? exclamou Ega. Que temos nós sido desde o collegio, desde o exame de latim? Românticos: isto é, indivíduos inferiores que se governam na vida pelo sentimento e não pela razão...

Mas Carlos queria realmente saber se, no fundo, eram mais felizes esses que se dirigiam só pela razão, não se desviando nunca d'ella, torturando-se para se manter na sua linha inflexivel, sêccos, hirtos, logicos, sem emoção até o fim ...⁷⁴⁹

João da Ega tratou da instigante questão de Carlos afirmando que provavelmente a resposta era negativa, isto é, que aqueles que se guiam pela razão não eram mais felizes. Não haveria muita saída: era ser insensato, norteando-se pela emoção, ou sem sabor, pautando-se pela razão. Os dois sujeitos ficcionais optaram pela primeira alternativa. João da Ega, outrora

⁷⁴⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p.528-529.

defensor do massacre das classes médias, do culto a Satanás, do enforcamento dos padres e do fim de todas as instituições opressoras, dizia-se discípulo de Balzac e defensor da racionalidade contra as emoções piegas. No entanto, demagogo e *bon vivant*, dedicava-se muito mais à sua paixão por uma mulher casada, Raquel Cohen, por quem sofreu como um legítimo herói romântico. Carlos Eduardo, além de algumas das características elencadas, era a prova cabal de que um português, mesmo sendo da melhor estirpe e educando-se conforme as luzes do século, não conseguia governar os seus sentimentos. Estava longe de ser um homem racional, entregando-se a uma paixão devastadora por sua irmã. Entrevê-se, por meio da narrativa, que os lusitanos seriam caracteristicamente românticos. Por essa razão a obra *Os Maias*, que tinha como principal personagem Portugal, estava perpassada por essa referência. Afinal, o que tinham sido Carlos e Ega desde o exame de latim? A conclusão dos dois personagens poderia ter sido, até certo ponto, cunhada pelo próprio Eça.⁷⁵⁰

O escritor reconheceu a importância do romantismo por meio das homenagens que prestou a Victor Hugo, conforme explicitado no capítulo anterior. Além disso, na própria tessitura da narrativa eciana – considerando-se os romances e as cartas –, é possível verificar a relevância da corrente literária. Mas se a configuração da narrativa nos fornece componentes importantes para essa discussão, não é menos relevante o conteúdo dos romances e algumas das discussões desenvolvidas por Eça. Em carta direcionada ao editor da *Revue Universelle*, datada de 02 de agosto de 1884, o romancista tratava da publicação de *O Mandarin*, especificando a importância de escritos de “fantasia” para a compreensão do “movimento literário contemporâneo em Portugal”. Ao tratar da obra em questão, alertou:

⁷⁵⁰ Conforme demonstrado exaustivamente pela crítica literária, a coincidência entre as ideias do autor e aquelas manifestadas pelos personagens está longe de ser automática ou necessária. Ultrapassando-se as abordagens excessivamente biográficas, que procuravam explicar a obra literária simplesmente em função da vida do autor, mas também criticando certa tradição estruturalista, que partia do texto para a compreensão de uma lógica sistêmica *a priori* imperceptível, os estudos literários e a crítica têm problematizado os papéis e as relações entre o autor, os personagens e o narrador, no concerto da obra. Uma das referências para essa discussão é Mikhail Bakhtin (1895-1975), que, por meio da análise dos romances de Dostoiévski, destacou que a voz do herói possui uma autonomia relativa na obra, tendo uma importância destacada, tal como a do autor. Bakhtin salientou que, nos romances do escritor russo, existem verdadeiros coros de vozes simultâneas e entrecruzadas, com personagens assumindo pontos de vista muitas vezes opostos ao do narrador e/ou do autor. A esse fenômeno, chamou-se “polifonia”, isto é, uma das tendências do discurso romanesco moderno que, dentre outras características, seria marcado pela fagocitação de diferentes falas, pontos de vista, formas de escrita e gêneros textuais. Na realidade, o romance seria um macrogênero, na medida em que comporta uma grande diversidade social de vozes e linguagens – o plurilinguismo. BAKHTIN, Mikhail. M. *Questões de literatura e de estética: (a teoria do romance)*. 3. ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini. São Paulo: Ed. UNESP: Hucitec, 1993. Sobre a polifonia nas obras de Eça de Queiroz, ver: DUARTE, Isabel Margarida. O discurso das personagens em *Os Maias*: polifonia, modernidade. *Revista da Faculdade de Letras: línguas e literaturas*. Porto, vol.2, n.20, p.539-549, 2003.

Vós tendes aí, senhor, uma obra bem modesta e que se afasta consideravelmente da corrente moderna de nossa literatura, que se tornou, nesses últimos anos, analista e experimental; e, entretanto, por isso mesmo essa obra pertence ao sonho e não à realidade, por ser inventada e não observada, ela caracteriza fielmente, parece-me, a tendência mais natural, mais espontânea do espírito português.⁷⁵¹

O autor afirmou a seu interlocutor, que, em Portugal, alguns escritores tinham escapado do romantismo, aplicando-se pacientemente a estudar a natureza das coisas e a colocar nos livros a maior soma de realidade vivente. Mas, mesmo considerando tais ações, o fato era que os lusitanos seguiam, naquele canto “ensolarado do mundo, muito idealistas, no fundo muito líricos”. Destacou ainda que:

Se, por acaso, fosse lido em Portugal Stendhal, não se poderia jamais degustá-lo: o que nele é exatidão, nós consideraríamos esterilidade. Ideias justas, expressas em uma forma sóbria, não nos interessam: o que nos encanta são as emoções excessivas traduzidas com um grande fasto plástico de linguagem.

Espíritos assim formados devem sentir necessariamente um distanciamento por tudo que é realidade, análise, experimentação, certeza objetiva. O que os atrai é a fantasia, sob todas suas formas, desde a canção até a caricatura; também, em arte, produzimos sobretudo líricos e satiristas. Ou ficamos com os olhos levantados para as estrelas, deixando subir vagamente o murmúrio de nossos corações; ou, se deixamos cair um olhar sobre o mundo circundante, é para rir com amargor. Somos homens de emoção, não de raciocínio.⁷⁵²

Na missiva citada, Eça afirma que a importância do romantismo residia na sua pertinência para a compreensão da sociedade portuguesa, avessa, segundo ele, às experimentações, observações e análises objetivas. Imputam-se aos lusitanos a passionalidade e o lirismo, incompatíveis com os movimentos literários e científicos mais arrojados. Importante salientar que essa carta foi escrita no contexto em que, muito provavelmente, a obra *Os Maias* ganhou seus contornos básicos. Portanto, a opção pelo foco nos *episódios da vida romântica*, mote da referida narrativa, está relacionada a essa constatação: para tratar de Portugal, o mais adequado seria tomar o romantismo como problemática central, como, aliás,

⁷⁵¹ “Vous prendrez là, Monsieur, une oeuvre bien modeste de notre littérature devenue, dans ces dernières années, analyse et non observée, elle caractérise fidèlement, ce me semble, la tendance la plus naturelle, la plus spontanée de l’esprit portugais”. QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência. Organização e Notas*: A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, vol.1, p.338.

⁷⁵² “Si par hasard on lisait en Portugal Stendhal, on ne pourrait jamais le goûter: ce qui chez lui est exactitude, nous le considérerions stérilité. Des idées justes, exprimés dans une forme sobre, ne nous intéressent guère: ce qui nous charme, ce sont des émotions excessives traduites avec un grand faste plastique de langage. Des esprits ainsi formés doivent ressentir nécessairement de l’éloignement pour tout ce qui est réalité, analyse, expérimentation, certitude objective. Ce qui les attire, c’est la fantaisie, sous toutes ses formes, depuis la chanson jusqu’à la caricature; aussi, en art, nous avons surtout produit des lyriques et des satiristes. Ou nous restons les yeux levés vers les étoiles, laissant monter vaguement le murmure de nos coeurs; ou, si nous laissons tomber un regard sur le monde environnant, c’est pour en rire avec amertume. Nous sommes des hommes d’émotion, pas de raisonnement”. QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência ...*, vol.1, p.339.

o era em relação ao próprio debate do autor. A dúvida de João da Ega e de Carlos da Maia sobre a pertinência dos arranjos modernizadores articulados em Portugal estende-se ao texto literário em si, que deveria, seguindo essa lógica, se pautar pela relativização – por meio de sua forma e conteúdo – dos pressupostos da civilização oitocentista finissecular. Se os processos de modernização (política, social e econômica) pareciam postivos, seria igualmente inautêntica uma prosa que pretendesse construir um sentido e traçar críticas pertinentes à realidade portuguesa, apropriando-se de um receituário requintado, não restava dúvida, mas incompatível com o que havia de mais genuíno naquela sociedade.

Por essa razão, no universo ficcional de *Os Maias*, Alencar figura como o representante das energias sociais mais autênticas, tal como foi sentenciado pelo personagem João da Ega. No sarau literário, narrado na última parte da obra, essa questão fica translúcida. Ega definiu o evento como algo “pitoresco”. Para ele, uma vez estando em Portugal, não era lícito perder uma “procissão do Senhor dos Passos e um sarau poético!” No último caso, seria possível ver todo “Portugal romantico e liberal, *à la besogne*, engravatado de branco, dando tudo que tem n’alma!”⁷⁵³ Nessa passagem, são contrastados dois oradores: Rufino, político e par do reino, e Alencar, poeta romântico. O primeiro fez um discurso sobre a caridade, com grandes efeitos retóricos. Seu pronunciamento proporcionou uma flagrante sonolência no ambiente, até que João da Ega resolveu interpelar: “Sobre o que está elle a falar?” A resposta veio de um padre “muito gordo que pingava suor: Tudo sobre caridade, sobre progresso! Tem estado sublime... Infelizmente está a acabar!”⁷⁵⁴ O clérigo era o único apreciador daquela peroração apoteótica. O orador começou por tratar de um “Anjo da Esmola”, que ele entrevira batendo asas de cetim: uma visão que surgia a partir do olhar lançado ao trono de Portugal. Assim, indagava-se:

E d’onde vinha? d’onde recebera a inspiração da caridade? d’onde sahia assim, com os seus cabellos d’ouro? Dos livros da sciencia? dos laboratorios chimicos? d’esses amphitheatros d’anatomia onde se nega covardemente a alma? Das séccas escólas de filosofia que fazem de Jesus um precursor de Robespierre? Não! Elle ousára interrogar o anjo, submisso, com o joelho em terra. E o anjo da esmola, apontando o espaço divino, murmurára: venho d’além!⁷⁵⁵

Questiona-se a possibilidade de a ciência gerar alguma virtude, como a caridade, por exemplo; destaca-se, ainda, a existência de um mundo divino, a despeito das verdades

⁷⁵³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p.276.

⁷⁵⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 348.

⁷⁵⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 353.

racionais do século. O personagem profere sentenças que o colocam como um falastrão, tolo e enfatuado. No arremate do discurso, essas questões são sintetizadas:

E Rufino findava, com uma altiva certeza na alma! Sim, meus senhores! Desde esse momento, a dúvida fora n'ele como a nevoa que o sol, este radiante sol portuguez, desfaz nos ares... E agora, apesar de todas as ironias da sciencia, apesar dos escarneos orgulhosos d'um Renan, d'um Littré e d'um Spencer, elle, que recebera a confiança divina, podia alli, com a mão sobre o coração, afirmar a todos bem alto – havia um céu!⁷⁵⁶

A enunciação ficcional, que relativizava a relevância de alguns dos principais pensadores da época, não obstante era entediante, tendo poucos entusiasmados. Valendo-se de uma expressão muito comum nas narrativas ecianias, é pertinente afirmar: era uma “sensaboria”. Situação adversa foi o poema recitado pelo personagem Alencar, intitulado *A Democracia*. Por meio dessa elaboração, a principal voz romântica da obra procurou articular a forma com os conteúdos críticos, o sentimento, a retórica e a política. A empreitada começou com os seguintes versos:

Os raios de sol se somem,
O vento triste se cala...
E as aguias revoltando
D'entre as nuvens estão olhando
Morrer o filho do homem!⁷⁵⁷

Os elementos da natureza são apresentados no trecho do poema como componentes de uma paisagem que não é apenas idealização, tratando-se também de uma denúncia: a desigualdade, a injustiça. Depois de mencionar as lágrimas de um pai que não consegue dar ao filho o pão, o poeta prosseguiu com a mesma lógica:

Martyrio do coração!
Espanto da consciencia!
Que toda humana ciencia
Náo solva a negra questão!⁷⁵⁸

Note-se que o segundo orador do sarau é tão cético em relação à ciência quanto o primeiro, mas com uma diferença: enquanto Rufino defendia certo misticismo e providência divina, Alencar se valia do lirismo para tratar de uma questão política. A retórica é colocada a serviço de uma causa que ultrapassa tendências metafísicas e essencialmente estéticas. Inicialmente, esse “realismo sujo” arrancava alguns sorrisos debochados e críticas: “Um jocosos lembrou que para indigestões já havia o bi-cabornato de potassa”. O poeta, no entanto, afirmou que queria a República, não a do “Terror e a do odio, mas a da mansidão e do Amor”.

⁷⁵⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 353.

⁷⁵⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 377.

⁷⁵⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 377.

Queria a república em que o milionário, sorrindo, “abre os braços ao Operario!”.⁷⁵⁹ Nesse momento, a plateia começou a se empolgar com o discurso. Era melhor uma república mais generosa, que educasse evitando as barricadas, do que assistir à plebe com o sangue nos olhos. Uma nova ordem, feita “só de pureza e de fé”, onde “ao mundo do conflito substitui-se o mundo do Amor”. E assim finalizava essa idealização de uma nova sociedade:

Á espada sucede o arado,
A Justiça ri da Morte,
A escóla está livre e forte,
E a Bastilha derrocada.
Róla a tiára no lodo,
Brotá o lírio da Igualdade,
E uma nova Humanidade
Planta a cruz na barricada!⁷⁶⁰

Ao fim da fala, uma “acclamação rompeu, imensa e rouca, abalando os muros de côr de canario”.⁷⁶¹ Alguns afirmavam que “aquella democracia”, a jacobina, era absurda, mas que “os burguezes se déem ares intolerantes, isso não”: era preciso parcimônia.⁷⁶² Outros, como o Conde de Gouvarinho, par do reino e ministro, achou os versos “admiráveis”, mas “indecentes”. Como falar de barricadas e prometer “mundos e fundos ás classes proletarias n’uma festa de sociedade, sob a proteção da rainha, diante d’um ministro da corôa”?⁷⁶³ A despeito desses desconfortos, a declamação do Alencar foi um “triunfo democrático”, pois, afinal, a apresentação ia ao encontro da “paixão meridional pelo verso”. Nada mais cativante para o lusitano do que a sonoridade do:

[...] liberalismo romântico, da imagem que esfuzia no ar com um brilho crepitante de foguete, conquistando enfim tudo, pondo uma palpitação em cada peito, levando chefes de repartição a berrarem, estirados por cima das damas, no entusiasmo d’aquella republica onde havia rouxinoes!⁷⁶⁴

As duas apresentações do sarau valeram-se da retórica e relativizavam o papel da ciência, – com a sua verdade e lógica cartesiana. Predomina na narrativa o romantismo e as exibições retóricas, quer seja pelo conservadorismo revisionista do Rufino, quer seja em função do liberalismo militante do Alencar. Este fora ovacionado exatamente por apresentar a conciliação entre versos pomposos, o otimismo dos primeiros tempos do liberalismo e alguns preceitos do cristianismo. Tudo isso crivado por certa moderação política. Os ímpetos românticos, com as suas idealizações, suas belas e sonoras promessas de liberdade e seus

⁷⁵⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 378.

⁷⁶⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 381.

⁷⁶¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 382.

⁷⁶² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 379.

⁷⁶³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 383-384.

⁷⁶⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: vol.2, p. 381.

sentimentalismos, guardariam a receita para que fosse possível mobilizar os portugueses: sujeitos, em tese, guiados pela emoção e admiradores da bela frase e não da análise racional, fria e seca. Eis, portanto, nos elementos ficcionais e configuracionais d'*Os Maias*, uma das principais razões pelas quais o romantismo ganhou a crescente atenção da imaginação político-literária de Eça de Queiroz. Muito embora não se limite a isso.

Além da apreciação direcionada aos portugueses, existem outras camadas. Uma delas refere-se ao debate que começava a se gestar na França, exatamente no contexto de publicação da obra em questão. É de lá a origem de boa parte da problematização/relativização sobre o realismo e o naturalismo como formas de expressão artístico-literária. E Eça de Queiroz sabia bem dessa realidade, discutindo-a por meio de pelo menos três textos, dois deles publicados na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. São eles: *Positivismo e Idealismo*, *Um book ideal* e *O Francesismo*.

Especialmente em relação ao primeiro escrito, publicado em julho de 1893, Eça teceu uma análise importante sobre a crítica crescente às correntes do cientificismo em Paris. O autor iniciou a sua argumentação descrevendo alguns casos de violência e intolerância praticados por um grupo de estudantes “idealistas”, que não aceitavam o jacobinismo no plano político e o positivismo, do ponto de vista intelectual. Com uma ironia que lhe é peculiar, Eça de Queiroz afirmou que não via problema algum no consumo de cerveja, que, ademais, teria inspirado vários filósofos – como Descartes e Espinosa –, entretanto, interrogava-se sobre os motivos que teriam levado jovens estudantes, moradores do Bairro Latino, a se sentirem tão à vontade nos bancos das cervejarias e tão desconfortáveis nas salas de aula da *Sorbonne*.

Esses jovens, insatisfeitos com o ensino que recebiam, estariam atacando de forma violenta todos os que pensassem diferente deles. Para discutir esse tipo de agressão, o articulista tratou especialmente da invasão feita por esses “idealistas” à sala de aula do professor Alphonse Aulard (1849-1928). Aulard teria começado a lecionar na Sorbonne em 1885 e, na ocasião tratada por Eça, estava ministrando um curso sobre a *História da Revolução Francesa*. Segundo o relato, ele era um professor jacobino e ministrava aulas não apenas sobre essa referência política, mas também sobre o positivismo. Os estudantes invadiram a conferência que estava sendo ofertada e espancaram muitos dos alunos que ali a estavam.

O ato extremo ligar-se-ia ao descrédito crescente em relação às teorias revolucionárias, o naturalismo, bem como ao romance experimental e à observação positiva. Além do mais, seria um atentado aos “imortais princípios de 89”. Eça constata que a Terceira República francesa estava se consolidando como um período de intolerância tão ou mais acentuado que a época de Voltaire. Para tentar compreender as razões dessas ocorrências, procurou explicar as expectativas que existiam em relação aos jovens.

Todos pensavam que ela [a geração nova] continuaria a revolução, só acreditaria na ciência e nos laboratórios, e seria jacobina, positivista e naturalista. Mas eis que de repente ela se revela, e, por meio de bengaladas enérgicas, manifesta que a sua tendência é espiritualista, simbolista, neocristã e místico-socialista. É uma surpresa enorme; – e desagradável para o positivismo científico, que se considerava o incontestado senhor das inteligências e das vontades, universalmente reconhecido como único capaz, pela verdade e utilidade das suas fórmulas, de dar estabilidade às sociedades [...] ⁷⁶⁵

Essa surpresa em relação à postura dos jovens estaria relacionada, ainda segundo o romancista, às “angustiosas contradições do século”.⁷⁶⁶ E é num segundo texto, em que também se trata da intolerância estudantil, que essa articulação foi explicitada. Afirma-se que a liberdade, a igualdade e a busca por explicações racionais haviam se tornado valores e direitos. No entanto, a fraternidade tornara-se um “mito”, a guilhotina tinha se convertido em “um fator de civilização” e a promessa de “fusão das raças em uma concórdia universal” dera lugar a antagonismos nacionais e a violências. Não obstante, o espaço de poder, anteriormente ocupado pela “aristocracia territorial e senhorial”, tinha sido substituído pela dominação de uma nova aristocracia, “argentária e industrial”, surgida como cabeça número dois da hidra. O romancista avalia que, nesse cenário, não havia mais os revoltosos dos tempos das *jacqueries*, mas, sim, os revolucionários que, “implacáveis e dolorosos”, agrupavam-se “sob o nome comunismo e de niilismo”.⁷⁶⁷

Se as democracias tinham prometido a igualdade, a ciência, sobretudo a partir dos pressupostos do evolucionismo, demonstrava exatamente o contrário: a desigualdade entre os homens.⁷⁶⁸ Na perspectiva do autor, esse tipo de conhecimento, além de ser incompatível com a emancipação, individual ou coletiva, teria criado uma grande angústia e ânsia. A

⁷⁶⁵ QUEIROZ, Eça de. Positivismo e Idealismo. In: *Textos de Imprensa IV* (da Gazeta de Notícias). Edição: Elza Miné e Neuma Cavalcante. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002 (Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós), p.354.

⁷⁶⁶ QUEIROZ, Eça de. O Bock Ideal. In: *Textos de Imprensa IV* (da Gazeta de Notícias). Edição: Elza Miné e Neuma Cavalcante. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. (Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós), p.403.

⁷⁶⁷ QUEIROZ, Eça de. *O Bock Ideal*. ..., p.403-404.

⁷⁶⁸ QUEIROZ, Eça de. *O Bock Ideal*. ..., p.404.

desigualdade incomodava exatamente porque um dia a igualdade havia sido colocada como promessa no horizonte dos homens, assim como o desejo de saber mais tinha surgido por causa do desenvolvimento das ciências. Mas a arrogante “ciência”, no seu afã explicativo e com sua ambição de substituir as verdades religiosas de outrora, teria criado dois problemas correlatos: descrença em relação à democracia e insatisfação crescente com as explicações em voga. Questionava-se, em suma, “a vitória da Verdade pela ciência, e a vitória da Igualdade pela Democracia”.⁷⁶⁹

Eça observa um crescimento de críticas a autores como Voltaire, Rousseau, Diderot e d’Alembert, mas, também, à geração do Segundo Império, isto é, Taine, Renan e Flaubert. Estes, especialmente, tinham considerado a sociedade contemporânea avessa aos “ideais de beleza e nobreza que tinham na alma, a repudiavam como forma feia e baixa, e se refugiaram num ceticismo superfino”.⁷⁷⁰ Na avaliação do romancista, esses homens de ciência, céticos, tinham deixado de lado, ou assim objetivaram fazer, a imaginação, em favor da razão. Com o relativo fracasso das explicações científicas, aumentava, paulatinamente, a crença de que a imaginação seria fundamental, e também por isso, muitos jovens se abrigariam nas explicações de cunho “espiritualista”, “religiosa”, “metafísica” ou “simbolista”,⁷⁷¹ valorizando, em termos de literatura, autores outrora rechaçados: Alphonse de Lamartine (1790-1869), Alfred de Musset (1810-1857), Leconte de Lisle (1818-1894) e Melchior de Vogüé (1848-1910). Eça de Queiroz sintetizou essa nova filiação da juventude no trecho que segue:

Esta é realmente a grande ansiedade, porque quanto mais a vida para cá do túmulo se alarga em atividade, e se múltipla em força, mais profundamente se infiltra na alma ânsia do “não cessar”... Em suma, esta geração nova sente a necessidade do divino. A ciência não falhou, é certo, às promessas que lhe fez: mas é certo também que o telefone, e o fonógrafo, e os motores explosivos, e a série dos éteres não bastam a calmar e dar felicidade a estes corações moços.⁷⁷²

Note-se que Eça defendia a infalibilidade da ciência, mas afirmava que talvez as pretensões dessa forma de conhecimento não fossem mais suficientes nos tempos que corriam. O autor valeu-se da alegoria platônica sobre a caverna para afirmar que o homem teria duas “esposas, a razão e a imaginação”. Somente a partir da “coabitação bigâmica” entre

⁷⁶⁹ QUEIROZ, Eça de. *O Bock Ideal*. ..., p. 402.

⁷⁷⁰ QUEIROZ, Eça de. *O Bock Ideal*. ..., p. 402.

⁷⁷¹ QUEIROZ, Eça de. *Positivismo e Idealismo*. ..., p.352.

⁷⁷² QUEIROZ, Eça de. *Positivismo e Idealismo*. ..., p. 353.

elas, é que seria possível alcançar algum grau de felicidade e paz.⁷⁷³ Nesse sentido, por meio dos textos citados, desenvolveu-se um duplo movimento de análise: a identificação das razões para a crescente crítica às referências intelectuais mais contemporâneas ao autor, e a relativização dessa apreciação, considerando que, se realmente o culto exacerbado à razão poderia cegar, não seria viável pensar a realidade sem alguns processos racionais de compreensão. Reconheceu-se e procurou-se incorporar parte das questões levantadas pelos movimentos literários que surgiam, mas não sem desconfiar deles, considerando-os “extravagantes”, já que, por meio de “estrofes com bulhas e gritos intoleráveis, chamavam a si mesmos, com uma sublime sinceridade, os *Decadentes*, os *Incoerentes* e os *Alucinados*”.⁷⁷⁴ O romancista reafirmava que fora educado por Victor Hugo e também por Musset, reconhecia cada vez mais a importância do cuidado estético e considerava que as questões ligadas à emotividade/subjetividade tinham o seu papel. Contudo, não se identificava com o puro culto à forma, muito menos com o *niilismo* que aos poucos se gestava, seja em relação à questão política, seja em função do cientificismo. Assim resumiu a questão:

Muitas almas, ternas, apaixonadas, feridas pelo materialismo do século, se refugiarão no deserto. O estridente tumulto das cidades, a exageração da vida cerebral, a imensidade do esforço industrial, a brutalidade das democracias, hão-de necessariamente levar muitos homens, os mais sensíveis, os mais imaginativos, a procurar o refúgio do quietismo religioso – ou pelo menos procurar no sonho um alívio à opressão da realidade. Mas esses mesmos não podem, nem destruir, nem sequer desertar do trabalho acumulado da civilização. Estão dentro dela, encarcerados nela – e o mais que podem é reagir, com o seu idealismo exacerbado, sobre o materialismo ambiente.⁷⁷⁵

O progresso inerente à civilização era para Eça um destino inexorável. O romancista português levou em conta várias contradições inerentes aos modelos de desenvolvimento em voga, porém, valendo-se, por exemplo, da imagem da prisão apresentada acima (muito similar à metáfora da jaula de ferro que Max Weber cunhou para tratar da modernidade), não desacreditou simplesmente nesse processo. Por conseguinte, pode-se afirmar que o escritor relativizou a relevância dos marcos cientificistas da sua época, não por desconsiderar a importância deles, nem mesmo por aderir a alguma corrente decadentista que começava a se gestar.⁷⁷⁶ A problematização do realismo e do naturalismo foi informada por uma tendência,

⁷⁷³ QUEIROZ, Eça de. *Positivismo e Idealismo*. ..., p. 354.

⁷⁷⁴ QUEIROZ, Eça de. O Francesismo. In: *Almanaques e outros dispersos*. Edição: Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011, p.170.

⁷⁷⁵ QUEIROZ, Eça de. *Positivismo e Idealismo*. ..., p. 356.

⁷⁷⁶ É importante chamar atenção para a confusão que, por vezes, se fez entre certo sentimento de desolação, segundo alguns autores, presente na narrativa eciana a partir d’*Os Maias*, e o decadentismo, “enquanto expressão artística de uma sensibilidade finissecular, específica, decorrente da descrença na civilização e nos valores por

principalmente francesa, que colocou em questão o primado de algumas referências destacadas até então.

Atentando a esse debate, Eça procurou também rever suas críticas sobre o romantismo, chegando mesmo, conforme temos desenvolvido desde o capítulo anterior, a reconhecer – fato verificado por meio da configuração da sua narrativa – a importância da corrente literária, pois nem tudo poderia ser explicado por meio da descrição analítica do meio. Com efeito, a centralidade que o romantismo ganhou, especialmente em relação a *Os Maias*, liga-se à ideia de que essa corrente seria adequada para se representar a realidade portuguesa, constituída, *a priori*, por sujeitos de emoção e não de razão. A adesão ao romantismo apresenta, considerando-se esse ponto, uma motivação militante: como o próprio autor sinalizou ao homenagear Victor Hugo e como o personagem Alencar demonstrou em sua atuação no sarau destacado, a corrente literária tinha um potencial mobilizador que poderia ser mais válido do que uma análise detalhada e desinteressante. No caso de Portugal, uma abordagem esquemática como essa seria flagrantemente inapropriada. Mas a questão não para por aí. Vale considerar igualmente, que a adesão do autor a uma abordagem menos centrada no realismo estava relacionada aos debates de sua época: trata-se de uma sensibilização pertinente às discussões sobre o progresso no final do século.

Essa discussão ajuda a pensar as transformações no trabalho intelectual e conseqüentemente na narrativa eciana. Conforme apontado, principalmente após o final dos anos 1880, quando escritor publicou *Os Maias* e passou a trabalhar esparsamente com outras obras, houve um declínio na quantidade de citações, bem como uma mudança no perfil dessas referências, colocando-se de lado alguns autores até então mais claramente prestigiados. Valorizaram-se algumas obras ou escritores do romantismo, ou mesmo algumas referências até então inexpressivas, como as oriundas das culturas greco-romana e renascentista. Problematiza-se o papel de autores de grande relevância para o contexto oitocentista, como Proudhon e Taine, ao mesmo tempo, faz-se a apropriação de outras referências, como, por exemplo: Homero, Virgílio, Horácio e Cícero. Essa combinação poderia levar a duas apressadas afirmações: 1) Eça adotara uma perspectiva antimoderna; 2) O autor abdicou de qualquer pretensão de transformação, especialmente em relação a Portugal.

ela apregoados”. LIMA, Isabel Pires de. *As máscaras do desengano: para uma abordagem sociológica de “Os Maias”*, de Eça de Queiroz. Porto: Caminho, 1987, p.45-46.

Pode-se dizer, por meio da discussão levada a termo até aqui, que a perplexidade presente na narrativa queiroziana não está marcada por uma recusa (estratégica ou relativista) aos debates inerentes à modernidade ocidental. Verifica-se, pelo contrário, a adesão a algumas das tendências mais significativas dessas discussões. As transformações que se desenvolveram na prosa eciana podem ser eventualmente associadas a certo conservadorismo ou a um percurso de desistência em relação a um tipo de proposta regenerativa, mas não a uma improvável recusa ao mundo moderno, tampouco a simples descrença em qualquer tipo mudança. As reticências aventadas são produtos e produtoras das inquietações intelectuais que se articulavam (em relação a Portugal, mas também em conformidade com o restante da Europa). Portanto, o reposicionamento da narrativa a partir d'*Os Maias* não é fruto da certeza em relação à impossibilidade de regeneração da pátria, mas, sim, da dúvida sobre essa possibilidade, motivada, inclusive, pelo debate ocidental finissecular. Como apontado em outro momento, Eça sabia bem que àquela altura a realidade do Além Pirineus estava bem distante de ser um paraíso, mas nunca deixou de tê-la como horizonte. Era ele mesmo um crítico encarcerado na civilização.

Muito se tem dito sobre essa “prisão”. Especialmente em relação a *Os Maias*, durante o século XX, constituiu-se uma tradição de análise que procurou destacar o percurso de desistência inscrito na obra. Valendo-se principalmente do último capítulo do romance, em que, conforme apresentado, Eça e Carlos afirmaram ter falhado, muitos críticos salientaram a desolação inerente à narrativa. Alguns autores falaram em “decomposição da vontade”, “putrefação na inércia”,⁷⁷⁷ “ótica decadentista”,⁷⁷⁸ “pessimismo vencidista”.⁷⁷⁹ Outros trabalhos procuraram ultrapassar esse tipo de classificação, destacando as múltiplas faces desse possível trajeto de desistência. É o caso de João Medina que, embora não tenha trabalhado especificamente com *Os Maias*, buscou refletir com mais cuidado sobre as questões culturais e políticas que estruturam a obra queiroziana, tratando de um “travejamento cultural e político” da referida obra.⁷⁸⁰

Isabel Pires de Lima, por seu turno, procurou descortinar o que chamou de um “jogo de máscaras” presente no romance. De forma relativamente inédita, demonstrou a

⁷⁷⁷ SÉRGIO, Antônio. Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico moral na obra novelística de Queirós. In: *Ensaio*. 2.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Tomo VI, 1976, p.55-120.

⁷⁷⁸ MARTINS, Antônio Coimbra. O incesto d'*Os Maias*. In: *Ensaio Queiroziano*. Lisboa: Europa-América, 1967, p.284.

⁷⁷⁹ PIRES, Antônio Manuel B. Machado. *A ideia de decadência na geração de 1870*. Lisboa: Vega, 1992, p.260.

⁷⁸⁰ MEDINA, João. *Eça Político*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

ambiguidade do “itinerário do desengano” – discutindo-o do ponto de vista sociológico. Essa desilusão seria fruto da própria da formação – social e cultural – da “geração de 1870”. A autora desnaturalizou a ideia de decadência, endossando o coro de Jacinto do Prado Coelho, para quem, no romance *Os Maias*, havia uma “personagem encoberta: Portugal – a grande personagem latente na obra de Eça, sua obsidente preocupação”.⁷⁸¹ Nas palavras de Isabel de Lima o romance foi “o meio encontrado por Eça de Queiroz para se pensar, geracionalmente falando, e para pensar Portugal num momento de impasse”.⁷⁸²

Trabalhando com as ambivalências da obra em questão, algumas discutidas por Pires Lima, Carlos Reis destacou a sua grande complexidade simbólica, compositiva e estética. Por meio de uma análise mais detida ao texto, em detrimento dos fatores culturais ou sociais, realizou uma discussão clarificadora sobre as principais características d’*Os Maias* e elaborou trabalhos de grande relevância para o entendimento de problemáticas até então só parcialmente apreciadas. Por exemplo: a questão do narrador que, no referido romance, abandona a objetividade e as descrições niveladoras, em prol da explicitação da subjetividade, das dúvidas e das angústias. Além disso, o professor procurou demonstrar que o incesto presente na obra representa o nascente ceticismo eciano em relação às certezas de um positivismo e de um século até aí “cientificamente eufórico”.⁷⁸³ Abre-se um flanco muito importante: pensar o romance mais como parte de uma inquietação, de uma dúvida, do que propriamente uma resposta desistente. É preciso compreender melhor em que consiste essa possível abdicação. Para tanto, considera-se a relevância das perguntas elaboradas por meio da narrativa. É nessa perspectiva que se insere esta tese.

As análises de autores como Carlos Reis se confundem com a própria valorização da obra *Os Maias*, possibilitando, ainda, o surgimento de novas abordagens. Trabalhos como os de Ana Piedade, por exemplo, procuraram explicitar a relevância da obra para o refinamento da prosa eciana, por meio, principalmente, da ruptura com a ortodoxia cientificista. Para a autora,

[...] neste “universo plurivocal” que *Os Maias* inauguraram, e que se tornará um elemento-chave da *arquitetura estética* do último Eça, as diversas posições equivalem sobretudo a contributos diversos, de cuja “soma e

⁷⁸¹ COELHO, Jacinto do Prado. *Ao contrário de Penélope*. Lisboa: Bertrand, 1967, p.171.

⁷⁸² LIMA, Isabel Pires de. Eça e *Os Maias*: Pensar-se Pensando Portugal. In: REIS, Carlos (org.). *Leituras d’Os Maias*: Semana de Estudos Queirosianos. Coimbra: Livraria Minerva, 1990, p.50.

⁷⁸³ REIS, Carlos. *Introdução à leitura d’Os Maias*. Coimbra: Livraria Almedina, 1984, p.170.

síntese”, resultará uma arte essencialmente dialogante, equilibrada e moderna.⁷⁸⁴

Outros trabalhos destacaram o salto qualitativo demarcado pelo romance, ultrapassando a questão formal e literária no sentido estrito. Trabalhos como os de Maria Helena Santana aprofundaram a reflexão sobre as conexões da obra com as transformações desenvolvidas em relação ao naturalismo. A autora compreende que a emergência do pessimismo em meados dos anos 1880, que muitos encaravam como um fenômeno cultural perturbador, não era apenas uma moda passageira, mas uma inflexão decisiva no paradigma racionalista que vigorara nas décadas precedentes. Sobre *Os Maias*, sentenciou:

De fato, o desencanto niilista das personagens parecia contradizer a pedagogia regeneradora que o próprio autor impusera à leitura do cânone. Além disso, o distanciamento relativamente aos excessos de codificação do naturalismo manifesta-se de forma explícita no próprio texto, através da famosa discussão literária entre Ega e Alencar. Tudo isto causou alguns embaraços à crítica que, através de leituras contraditórias, tentou contornar a heterodoxia do romance.⁷⁸⁵

O caráter inovador da obra foi reconhecido também por meio de abordagens que salientam novos diálogos e perspectivas de análise dos estudos literários. É o caso das contribuições centradas nas relações entre literatura e psicanálise. Por meio desse diálogo, foi possível discutir temáticas inéditas, como a questão do erotismo, sendo Ana Luísa Vilela uma dessas pesquisadoras. Ela tratou da implicação semântica entre corpo, desejo e erotismo na obra *Os Maias*, revelando algumas novas questões, mas também contribuindo para a abordagem de outras já largamente discutidas pela crítica. A autora procurou analisar os processos de corporificação dos personagens e do próprio romance, além de discutir a elaboração de categorias antitéticas, elucidativas sobre a forma como a sociedade lusitana foi pensada. De um lado, as representações solares, encarnadas em personagens como D. Afonso e relacionadas com “a virilidade, a energia, a unicidade e a Ordem”; de outro lado, as representações lunares, desenvolvidas por meio de personas como Maria Monforte ou Dâmaso, ligadas “à efeminação, à materialidade orgânica, à indiferenciação e a desordem”. Na perspectiva da autora, ao final do romance, a energia solar, potencialmente regeneradora,

⁷⁸⁴ PIEDADE, Ana Nascimento. *Fradiquismo e modernidade no último Eça 1888-1900*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p.181.

⁷⁸⁵ SANTANA, Maria Helena. *Literatura e Ciência na Ficção do século XIX*. A narrativa naturalista e pós-naturalista portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p.129.

foi destruída pelo seu antônimo, responsável pelas desventuras dos sujeitos ficcionais. Estes seriam ícones para se pensar a sociedade portuguesa.⁷⁸⁶

Também na linha da psicanálise, destacam-se os trabalhos de Maria Manuel Lisboa. Para a pesquisadora, o incesto na obra poderia ser pensado como uma ferida narcísica, mas, igualmente, como uma questão eminentemente política. Partindo das discussões oriundas do “mito do andrógono”, do Platão, bem como da interpretação nietzschiana da questão narcísica, a autora considera que a relação entre os irmãos nobres (os descendentes da família Maia) seria, antes de qualquer coisa, a incapacidade da melhor nobreza portuguesa de se reconhecer: um segmento superior que não se percebia e, por tabela, não compreendia o seu papel naquela sociedade. A perpetuação do incesto era talvez a única chance de realização dos personagens, portanto, seus desejos não poderiam se concretizar e eles permaneceriam para sempre incompletos. Essa relação interdita seria um triplo pecado: transgredia “contra os desideratos do darwinismo evolucionário”, contra “o patriarcado cristão” e a “sociedade comunitária”. Mas a restauração da moral após a descoberta do desvio não proporcionou a felicidade. Muito pelo contrário. O bem estar, individual ou coletivo, não era possível. Maria Lisboa destaca que a trama incestuosa foi “o auge do sentimento num romance, que, por sua vez, foi o auge da obra literária do seu autor”. Este viveu objetivamente uma década após o remate do romance e os protagonistas, Carlos e Maria Eduarda, morreram “pós-diegeticamente para o amor”.

O incesto belo-horrível tinha sido não o princípio do fim, mas a hipótese de um novo começo que não conseguiu medrar. E para todos três, então, a década letárgica e pundonorosa que se seguiu à restauração da moralidade n’*Os Maias* teria constituído, afinal, um ato suicida recatado, anticlimático, sustido e prolongado.⁷⁸⁷

Esses e outros autores procuraram evidenciar, e em alguns casos discutir, a fatalidade que se desenrola no e por meio d’*Os Maias*. Quer se levem em conta as esperanças em relação a Portugal, quer se considere a função mesma da obra literária, a fortuna crítica sobre o romance tendeu a discutir a incredulidade de Eça de Queiroz. Em síntese: não era mais possível transformar a realidade e por isso mesmo não seria lícito elaborar uma narrativa pautada pela construção de sentidos para a existência. Foram descortinados muitos véus desse processo de desencantamento, mas pouco ainda se trabalhou sobre uma aposta implícita a essa sensibilização “vencidista”. A descrença do autor na possibilidade de uma regeneração de

⁷⁸⁶ VILELA, Ana Luísa. *Poética do Corpo: Imaginário e representação física n’Os Maias*, de Eça de Queirós. Lisboa: Cosmos, 2012, p.85.

⁷⁸⁷ LISBOA, Maria Manuel. *Teu amor fez de mim um lago triste....*, p. 108.

Portugal via um movimento intelectual e literário que poderia formar uma vanguarda – preparada e preparadora, bem formada e boa formadora –; não significou a completa resignação, mas um tipo de renúncia (especialmente em relação à sociedade civil e às reformas socioculturais). Esta abdicação implica, nos seus próprios silêncios, afirmações inconclusas e hesitações, com um redirecionamento de expectativas, mais ligado ao ordenamento político vigente do que se imaginou até então. Acredita-se, nesse sentido, que é relevante encarar a culminância da narrativa eciana em *Os Maias* como uma interrogação e não como um ponto final; como a elaboração de um problema, de uma pergunta, e não de uma resposta.

Para tratar dessa questão, é importante retomar o próprio romance, colocando em evidência uma parte do último capítulo – nem sempre prestigiada ou às vezes subestimada. As abordagens que tratam da questão da desistência, em sua maioria, não ultrapassam a declaração fatalista dos personagens: “falhamos a vida!” Considero importante seguir um pouco mais, indo além do famoso “falhanço”, chegando-se até a exclamação seguinte. Após reconhecerem-se como românticos e questionarem-se sobre o destino dos homens guiados pela razão, Carlos da Maia e João da Ega procuraram arrematar o pessimismo.

Riam ambos. Depois Carlos, outra vez sério, deu a sua theoria da vida, a theoria definitiva que elle deduzira da experiencia e que agora o governava. Era o fatalismo musulmano. Nada desejar e nada recear... Não se abandonar a uma esperança – nem a um desapontamento. Tudo aceitar, o que vem e o que foge, com a tranquillidade com que se acolhem as naturaes mudanças de dias agrestes e de dias suaves. E, n’esta placidez, deixar esse pedaço de matéria organizada, que se chama o Eu, ir-se deteriorando e decompondo até reentrar e se perder no infinito Universo... Sobretudo não ter appetites. E, mais que tudo, não ter contrariedades.⁷⁸⁸

Ega concordava com a teoria, pois havia se convencido, nos seus “estreitos annos de vida”, sobre a inutilidade de qualquer esforço. Não valia a pena dar um passo para alcançar coisa alguma na terra: tudo se resolvia como já tinha ensinado o Eclesiastes. Estavam descendo a rampa de Santos quando Ega afirmou que, mesmo se soubesse haver, à sua espera, embaixo do declive, a fortuna dos Rothschilds, ou da coroa imperial de Carlos V, para ser dele se ele para lá corresse, “não apressava o passo... Não! Não sahia d’este passinho lento, prudente, correcto, seguro, que é o unico que se deve ter na vida”. Carlos respondeu que também não se apressava por nada, com uma convicção decisiva e “ambos retardaram o passo, descendo para a rampa de Santos, como se aquelle fosse em verdade o caminho da vida, onde elles, certos de só encontrar no fim desillusão e poeira, não devessem jamais

⁷⁸⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p.530.

avançar senão com lentidão e desdém”.⁷⁸⁹ Lembraram-se, nesse instante, que estavam atrasados, pois eram já seis e quinze e eles tinham marcado o jantar às seis em ponto, recomendando aos demais convivas que não se atrasassem. Para chegar ao compromisso o mais rápido possível, Ega avistou o “americano” e afirmou: “– Ainda o apanhamos!”.

Os dois amigos lançaram o passo, largamente. E Carlos, que arrojava o charuto, ia dizendo na aragem fina da face:

– Que raiva ter esquecido o paiosinho! Enfim, acabou-se. Ao menos assentamos a theoria definitiva da existencia. Com efeito, não vale a pena fazer um esforço, correr com ancia para coisa alguma...

Ega, ao lado, ajuntava, offegante, atirando as pernas magras:

– Nem para o amor, nem para a gloria, nem para o dinheiro, nem para o poder...

A lanterna vermelha do <americano>, ao longe, no escuro, parára. E foi em Carlos e João da Ega uma esperança, outro esforço:

– Ainda o apanhamos!

– Ainda o apanhamos!

De novo a lanterna deslizou e fugiu. Então, para apanhar o <americano>, os dois amigos romperam a correr desesperadamente pela rampa de Santos e pelo Aterro, sob a primeira claridade do luar que subia.⁷⁹⁰

O ato de correr atrás do “americano” contraria o discurso de inação proferido pelos personagens no final do romance. A inércia dos dois, relacionada à própria crença de que na vida não valia se esforçar por coisa alguma, foi rompida para que fosse possível alcançar o meio de locomoção referido. Precursor do carro elétrico, o “americano”, ou o “carro americano”, era um transporte de carris, movido por tração animal. Criado nos Estados Unidos em 1834 – daí o nome –, esse transporte foi inaugurado no Porto em 1872, em Lisboa no ano de 1873, em Coimbra em 1874 e no Funchal, em 1893.⁷⁹¹ Trata-se de uma criação desenvolvida em Portugal a partir da Regeneração, que, conforme analisado no primeiro capítulo, prometia a construção de um futuro exitoso: alcançado por intermédio do progresso material e da pacificação na política. Ora, não é fortuito e nem irrelevante que os dois personagens, após renunciarem a qualquer esforço, tenham corrido atrás do “americano”, ícone dos processos de modernização articulados em Portugal.

Essa cena final, de grande carga simbólica e beleza poética, mais do que uma simples contradição, marca a ambivalência característica das narrativas ecianas. Muito além, apresenta-se como o desfecho de um romance elaborado em oito anos e como o acabamento de um processo de sensibilidade estética, social e política de toda uma vida. É, ainda, a última

⁷⁸⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p. 531.

⁷⁹⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol.2, p. 531.

⁷⁹¹ CAPITÃO, Maria. *Subsídios para a história dos transportes terrestres em Lisboa no século XIX*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974, p.32-45.

cena de uma obra publicada integralmente pelo escritor, que os leitores oitocentistas puderam apreciar. O romance *Os Maias* termina com a exclamação “Ainda o apanhamos!” – e não apenas com a assertiva “Falhamos a vida!” No entanto, a exclamação derradeira, responsável por um efeito de ambiguidade em relação à esperança, deve ser tomada como uma interrogação. Essa pergunta faz parte do cerne da narrativa de Eça de Queiroz, que foi marcada por um misto de descrença e otimismo, conservadorismo e transgressão, fatalismo sectário e expectativa em uma regeneração (não apenas material, conforme oferta parcial levada a cabo até então pela monarquia liberal lusitana, mas principalmente, a cultural). Em *Os Maias* essa questão ganha a sua entonação mais dramática, a sua envergadura mais elaborada e, ao mesmo tempo, a sua ambivalência mais provocativa. Frente às promessas de progresso do contexto oitocentista, indaga-se: ainda o apanhamos!?

A possibilidade de alcançar um futuro promissor talvez não pudesse mais se desenvolver com o auxílio da atividade intelectual. O autor nos dá uma dica acertada a esse respeito: a partir de 1888, hesita em criar e não publica mais nenhum livro. Aliás, como se viu, também não se discute como outrora – o trabalho de citação tornou-se parco. A possibilidade de efetivamente regenerar a sociedade portuguesa é colocada em questão, por meio, inclusive, da atividade intelectual, esse esforço civilizacional. Questiona-se a escrita como possibilidade, bem como as ambições a ela associadas.

Essa questão pode ser mais aclarada por intermédio da intrincada rede de conexões das narrativas ecianias com outras obras, tradições e processos criativos. A intertextualidade pode ser entendida como a relação que se estabelece entre quaisquer textos, considerando as suas afinidades pontuais; mas é também o diálogo, isto é, a leitura interligada com outras referências, contemporâneas ou não. Conforme informou-nos Bakhtin:

Uma obra não pode viver nos séculos futuros se não se nutriu dos séculos passados. Se ela nascesse por inteiro hoje (em sua contemporaneidade), se não mergulhasse no passado e não fosse substancialmente ligada a ele, não poderia viver no futuro. Tudo quanto pertence somente ao presente morre junto com ele.⁷⁹²

Um dos importantes desenvolvimentos dos estudos literários refere-se à superação do que se convencionou chamar de “crítica das fontes”. Problematizou-se a atenção devotada às obras que ofereceram para o escritor a ideia, a motivação ou até o tema de sua produção. Por meio de levantamento biográfico, discutiam-se as ligações entre as possíveis leituras do autor e a elaboração de um dado trabalho. Esse tipo de análise pode ser interessante, tal como se

⁷⁹² BAKHTIN, MiKhail. *Estética da Criação Verbal*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 364.

tem se procurado demonstrar, mas não é produtivo quando as referências (de obras, autores e movimentos) são consideradas fatores determinantes. Questiona-se a ideia de interferência unilateral do legado de uma obra sobre outra. Pensando numa perspectiva criativa e criadora, a intertextualidade ajuda a ultrapassar a simples catalogação condicionante e fechada, tratando-se da dinâmica intelectual revelada por meio do texto: em seus aspectos formais, suas estruturas significantes e seus processos criativos. A questão não é pensar num texto como devedor de outro, ou na evolução de um escrito (considerando-se o fator cumulativo) em relação a uma elaboração precedente. Trata-se, na realidade, de um legado circulante, vivo e dinâmico, no e do discurso literário.

5.2. A apropriação eciana de Goethe: entre a pedagogia do progresso, dos primeiros romances, à cisão fáustica, da obra *Os Maias*

De acordo com o levantamento realizado, o diálogo intertextual mais expressivo na narrativa queiroziana é com o *Fausto*, de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). São dez citações diretas à obra, bem distribuídas por grande parte dos romances, entre póstumos, não póstumos e semipóstumos. Nesse sentido, passados mais de quatro séculos, vale considerar que a história do Dr. Fausto tem mobilizado a imaginação de diferentes sociedades. Desde *Faustbuch*, de Johann Spiess, de 1587, passando pela *História trágica do Doutor Fausto*, de Christopher Marlowe, de 1588, as aventuras e desventuras do emblemático doutor, têm sido contadas e recontadas por meio de uma miríade de línguas e em épocas muito distintas. No século XIX, destaca-se a criação de Goethe, que começou a ser tecida por volta de 1770, quando o autor tinha 21 anos. A elaboração foi desencadeada por seis anos seguidos, sendo retomada e abandonada em diferentes momentos, finalizando-se uma primeira parte em 1808. Em 1831, Goethe, aos 82 anos e um ano antes de sua morte, não considerava a obra acabada.⁷⁹³ É importante notar, desde já, que esse percurso criativo corresponde ao contexto das grandes revoluções e transformações desenvolvidas na Europa. Refere-se a um esforço interpretativo coevo à conturbada época em que se observam: a ascensão burguesa, a constituição da ordem liberal e o desenvolvimento da primeira fase da revolução industrial.

⁷⁹³ BERMAN, Marshall. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: *Tudo que é sólido desmancha: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.50-52.

Não por acaso, alguns autores afirmam que o *Fausto* de Goethe faz parte de uma sensibilização moderna, ou, como preferem outros, é uma “tragédia do desenvolvimento”.⁷⁹⁴

Nos anos de 1850 o compositor francês Charles François Gounod (1818-1893) criou uma ópera inspirada na obra de Goethe, que conquistou grande sucesso nos palcos europeus. Em 1859, a produção estreou em Paris, marcando o início de uma série de montagens em diferentes países.⁷⁹⁵ Essa adaptação centrou-se na ação do romance entre Fausto e Margarida. O doutor encontra-se insatisfeito com a vida e com a esterilidade do conhecimento adquirido por meio dos livros, invocando o diabo, Mefistófeles, com quem realizou um pacto. O primeiro pedido foi tornar-se um homem jovem, atraente, pronto para o amor. Com a solicitação encorajada, o personagem assina o contrato, entregando-se à futura danação, exatamente por causa de seu deslumbramento por Margarida. A ênfase nas desventuras amorosas de Fausto agradava bem mais à burguesia e aos românticos do que a outra faceta relevante da obra de Goethe: o ceticismo sobre a capacidade de apreender o significado do universo, valendo-se para isso da razão. É precisamente o primeiro destaque, em detrimento do segundo, que pode ser verificado na difusão de *O Fausto* em Portugal. Pelo menos inicialmente.

O pioneiro interesse lusitano em relação à obra de Goethe manifestou-se por meio da pena de Almeida Garret (1799-1854), sobretudo na publicação *Viagens da minha terra* (1846). Mas foi a partir de 1865, com a estreia da ópera de Gounod em Portugal, que Fausto tornou-se “uma mania portuguesa”.⁷⁹⁶ Em 1867, Agostinho D’Ornellas (1836-1901), diplomata português na Alemanha, traduziu a primeira parte do Fausto, fazendo o mesmo, em 1873, com a segunda. O diplomata havia assistido a montagem em Berlim, interessando-se largamente pela sua execução em Portugal. Alguns analistas chegaram a creditar-lhe uma das mais fiéis, competentes e poéticas traduções do texto de Goethe,⁷⁹⁷ um trabalho que inspirou algumas obras em Portugal, tais como: *Tragédia do Mal*, de Antônio Gomes Leal (1848-1921) e *Vertigem do Infinito*, de Teófilo Braga (1843-1924). Em 1872, Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875) publicou uma segunda tradução, recebendo severas críticas dos

⁷⁹⁴ BISWANGER, Hans Christoph. *Uma crítica da economia moderna à luz de “Fausto” de Goethe*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011; BOSI, Alfredo. O modelo fáustico a protossociologia produtiva de Saint-Simon In: GALLE, Helmut; MAZZARI, M. V. *Fausto e a América Latina*. São Paulo: Humanitas, 2010, p.51-71; GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Machado de Assis, leitor de Fausto. In: GALLE, Helmut; MAZZARI, M. V. *Fausto e a América Latina*. São Paulo: Humanitas, 2010, p.339-351.

⁷⁹⁵ ARAÚJO, Roberta Rosa de. *O legado de Fausto na obra de Eça de Queirós*. 2008. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, p.20.

⁷⁹⁶ ARAÚJO, Roberta Rosa de. *O legado de Fausto na obra de Eça de Queirós*. ..., p.21.

⁷⁹⁷ BARRENTO, João. *Fausto na Literatura europeia*. Lisboa: Editora Apáginastantas, 1984, p.148.

estudiosos da obra e/ou conhecedores da língua alemã, que consideravam o trabalho de Castilho muito inferior àquele realizado por Agostinho D'Ornellas.

O contexto em que Eça provavelmente teve acesso ao *Fausto* foi quando o livro começou a tornar-se mais conhecido em Portugal. Ele estudou em Coimbra entre 1861 e 1866, quando a obra ganhava mais notoriedade junto aos lusitanos, e mudou-se para Lisboa no momento em que a montagem de Charles Gounod tinha feito grande sucesso na capital. Não é por acaso que Gounod foi citado por cinco vezes em quatro romances diferentes do Eça. A versão goethiana pertinente ao acervo livresco preservado do romancista é parisiense, *Le Faust*, editada por M. Lévy Frères e publicada em 1873. A data dessa edição indica a possibilidade de que Eça talvez não tenha lido a obra de forma mais detida no contexto em que residiu em Lisboa ou mesmo na época da universidade. Entretanto, o autor pode ter tido contato com outra versão, como a tradução de D'Ornellas, cuja inexistência na biblioteca do romancista poderia ser explicada em função das perdas do acervo, que se concentraram em obras portuguesas ou editadas em português. Conjecturas à parte, ao que tudo indica – inclusive em função das citações romanescas –, Eça não ignorou o sucesso da versão burguesa e romântica tão difundida em Lisboa. Mas também não desconheceu as questões da obra que ultrapassam esse foco, como será observado.

Se em romances como *O Primo Basílio* (1878), pode-se encontrar a menção ao *Fausto* ligada à ópera que tanta repercussão teve na capital portuguesa, em *Os Maias* (1888), o que predomina, sobretudo nos últimos capítulos do livro, é a ênfase na questão existencial. O dilema sobre o papel da razão para a compreensão do mundo ganha espaço. Conforme salientou Marshall Berman, existem três fases do Dr. Fausto na obra de Goethe: na primeira, ele está sozinho, inconformado com as possibilidades ofertadas a partir de todo o conhecimento que tem sobre o mundo; na segunda fase, já depois do pacto, Fausto entrega-se ao luxo de uma vida fácil, sem muitos dos limites anteriores, constatando, todavia, que os seus sonhos e desejos inserir-se-iam em uma sociedade estagnada; e num terceiro momento, depois de grande reflexão e ceticismo, conectam-se as forças pessoais com as energias sociais e econômicas que poderiam levar a uma transformação. Só um grande feito levaria ao desenvolvimento (a um só tempo, individual e coletivo).⁷⁹⁸ Verifica-se parte desse percurso fáustico nas narrativas ecianas.

⁷⁹⁸ BERMAN, Marshall. *O Fausto de Goethe*. ..., p.54.

Conforme já registrado, o *Fausto* de Goethe é a obra mais citada nos romances de Eça de Queiroz. Mas além da versão diretamente goethiana, encontram-se menções à sua adaptação teatral. É o caso do *Primo Basílio*, cujo personagem que dá título ao romance, canta e assobia, em vários momentos (geralmente naqueles de maior diletantismo e transgressão), trechos das músicas encenadas na ópera. Os personagens do romance chegam a assistir a uma apresentação da peça no Teatro de São Carlos, quando, entre “penteados medonhos e enchumaçados de postiços”, narra-se um trecho da encenação:

Mas na orchestra correram fortes estremecimentos methallicos, dando um pavor sobrenatural; Fausto tremia como um arbusto ao vento; um ruido de folhas de lata, fortemente sacudidas, estalou; e Mephistopheles ergueu-se ao fundo, escarlata, lançando a perna com um ar charlatão, as duas sobrancelhas arrebidadas, uma barbilha insolente, *un bel cavalier*; e quanto a voz poderosa saudava o Doutor, as duas plumas vermelhas do gorro oscillavam sem cessar d’um modo fanfarrão.

Luiza chegara-se pra frente; ao ruído da cadeira, cabeças na platéa voltaram-se, languidamente; pareceu de certo bonita, examinaram-na; ella, embaraçada, pôz-se a olhar para o palco muito séria: – por traz de véos sobrepostos que se levantavam, n’uma affectação de visão, Margarida appareceu fiando linho, toda vestida de branco; a luz electrica, envolvendo-a n’um tom cru, fazia-a parecer de gesso caiado; e D. Felicidade achou-a tão linda que comparou-a a uma santa !⁷⁹⁹

Como é possível notar, a menção à adaptação teatral cumpre em *O Primo Basílio* uma dupla e interligada função: dar a ver o cotidiano pequeno burguês dos personagens e narrar o tipo de apresentação que se realizava a partir da referência, que, por sua vez, constitui uma maneira de criticar o romantismo como movimento. O foco, como se entrevê, é o drama romântico de Margarida, aliás, associada à imagem de uma santa. No romance *Os Maias*, publicado dez anos depois, o diálogo travado com a história de Fausto não se limita à crítica social até então imperante. Ao contrário, vigora um claro viés existencial. Essa diferença pode ser verificada por meio da trajetória do personagem Carlos Eduardo ao longo da trama.

Mas antes de tratar propriamente desse percurso, é importante considerar algumas características do texto goethiano. O doutor Fausto, no início da sua ventura, encontra-se enfatado, buscando uma “ligação mais vital, ao mesmo tempo mais erótica e ativa” com o mundo. Ele não consegue realizar-se preso na sua residência, chamada pelo próprio de “jaula”.⁸⁰⁰ E é de dentro dessa “jaula” que o personagem se interroga: “Natureza infinita, como poderei agarrá-la? Onde estão tuas tetas, fonte de toda vida [...] por quem meu coração

⁷⁹⁹ QUEIROZ, Eça de. *O Primo Basílio*: episodio doméstico. 2.ed. rev. Porto; Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Livraria Internacional de Eugenio Chardron, 1878, p.516-517.

⁸⁰⁰ BERMAN, Marshall. *O Fausto de Goethe*. ..., p.55.

vazio anseia”.⁸⁰¹ Fausto se insere numa tradição de heróis modernos que procuram refletir sobre sua existência. Jovens, esses personagens têm uma vida crivada por dificuldades e obstáculos (socioeconômicos ou morais). No entanto, o sujeito ficcional de Goethe, embora compartilhe da angústia existencial, destoa do perfil social desses heróis:

Fausto não é apenas um homem de meia idade (é um dos primeiros heróis de meia idade na literatura moderna; o capitão Ahab talvez seja o seguinte), mas um homem de meia idade tão bem sucedido quanto é possível, no seu mundo. É reconhecido e estimado como médico, advogado, teólogo, filósofo, cientista, professor e administrador de ensino. Surpreendemos Fausto cercado de belos e raros livros e manuscritos, pinturas e diagramas, instrumentos científicos – toda a parafernália de uma vida espiritual bem sucedida. No entanto, tudo quanto ele conseguiu soa vazio, tudo em volta dele parece um monte de sucata. Ele fala a si mesmo, sem cessar, e diz que nem sequer chegou a viver.⁸⁰²

Os problemas do Fausto, seus anseios, não são apenas seus: eles inserem-se em questões de maior amplitude, numa Europa que passava por um conjunto de revoluções. O privilegiado e, ao mesmo tempo, inconformado doutor é um sujeito que sonha e que quer sonhar cada vez mais, numa constante inconformidade. Frente a uma série de possibilidades que se afiguram, Fausto deseja o novo e não se conforma com a realidade que o cerca: ele almeja um grande amor, enormes feitos e realizações. Esses desejos são saciados momentaneamente através do pacto mefistofélico firmado. Fausto, num desses momentos de êxtase e expectativas, exalta:

Observo e sinto minhas forças crescerem,
resplandeço embriagado por um vinho novo.
Sinto coragem de mergulhar no mundo,
de carregar todas as dores e alegrias da terra,
de lutar com a tormenta, de agarrar e torcer,
de apertar a mandíbula dos naufragos e jamais desistir.⁸⁰³

A amplitude e a profundidade dos desejos fáusticos relacionam-se com a sensibilidade ocidental em relação a um mundo que, pelo menos num primeiro momento, é um espetáculo do vir -a- ser. É a tessitura de uma euforia, ao mesmo tempo, realizadora e angustiante. Não é por acaso que o código combinado entre Mefistófeles e Fausto seja a afirmação: “Oh, para! és tão formoso!”. Para Fausto, tal assertiva não significa beleza, felicidade, mas a morte, pois é com ela que o doutor se entrega ao demônio. Assim afirmou o personagem:

Se vier um dia em que ao momento
Disser: Oh, para! és tão formoso!
Então algema-me a contento,

⁸⁰¹ GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Tradução: Luiza Neto Jorge. Lisboa: Estampa, 1984, p.40.

⁸⁰² BERMAN, Marshall. *O Fausto de Goethe*. ..., p. 54-55.

⁸⁰³ GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. ..., p. 82.

Então pereço venturoso!
Repique o sino derradeiro,
A teu serviço ponhas fim,
Pare a hora então, caia o ponteiro,
O tempo acabe para mim!⁸⁰⁴

A sinalização para o fim do pacto, para que o diabo, até então servil e zeloso, se transmutasse em senhor da alma do doutor, é o pedido de paralisação. O mesmo momento em que o contratante se sentisse satisfeito com a realidade presente seria o instante de sua entrega, de sua morte. Está implícita no pacto a busca irrestrita pela realização dos desejos, das expectativas e dos projetos desse sujeito inconformado e idealizador. Somente aquilo que não está dado, que não pode ser alcançado, atrai, promete e garante a vida. Assim:

Torna-se evidente que dessa proibição do deter-se resulta um culto da velocidade, da inovação desenfreada, da tropelia permanente de imagens e sensações. Quem de vós, vivendo nos dias de hoje, poderia furtar-se à consciência de que a fórmula fáustica do pacto e da aposta, introjetada já desde muito tempo, determina o nosso comportamento cotidiano? Abre-se diante de nós a possibilidade de enxergar no progresso de negação permanente de toda reflexão serena e detida, voltada ao existente, a lei estrutural da moderna sensação do tempo.⁸⁰⁵

A angústia fáustica inerente a esse homem sonhador, que inicialmente aposta e espera por transformações constantes, reveste-se de um saciar tão contínuo quanto as referidas mudanças. O personagem de Goethe se embriaga nessa atmosfera, mas, com o passar do tempo, percebe um hiato entre a sua vida interior (com expectativas e projeções) e a existência exterior. A realidade, com suas realizações e impasses, frustra-o. É preciso sempre lembrar que a obra analisada foi criada entre os anos 1770 e os anos 1830, portanto, considera-se que os horizontes de expectativa do autor e mesmo da ambiência cultural em que este se inseria passaram por significativas transformações durante o processo criativo da obra, o que, como se pode imaginar, impactou nos vislumbres. Com o desenrolar do século XIX, o Ocidente não é mais marcado especialmente por promessas, embebe-se também por concretizações e frustrações. A narrativa goethiana, em si, é fruto da “fórmula”, da trajetória e da sensibilidade fáusticas, por meio dela dramatizada. Ao descompasso entre as existências interior e exterior, Marshall Berman chamou de “cisão fáustica”.

A cisão por mim descrita na figura do Fausto goethiano ocorre em toda a sociedade europeia e será uma das fontes básicas do Romantismo internacional. Mas tem uma ressonância especial em países social, econômica e politicamente “subdesenvolvidos”. Os intelectuais alemães no tempo de Goethe foram os primeiros a ver as coisas desse modo,

⁸⁰⁴ GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. ..., p.77.

⁸⁰⁵ JAEGER, Michael. A aposta de Fausto e o processo da Modernidade: figurações da sociedade e da metrópole contemporâneas na tragédia de Goethe. *Estudos Avançados*, vol. 2, n. 59, 2007, p. 310.

comparando a Alemanha com a Inglaterra e a França, e com a América em processo de expansão. Essa identidade “subdesenvolvida” foi às vezes fonte de vergonha; outras vezes (como no conservadorismo romântico alemão), fonte de orgulho; muitas vezes, uma volátil mistura de ambas.⁸⁰⁶

A partir da ideia de “cisão fáustica”, é possível dizer que a apropriação eciana da narrativa de Goethe afigura-se como uma forma de reflexão sobre a questão do progresso, de uma maneira mais ampla, bem como sobre o lugar de Portugal nesse mundo, *a priori*, repleto de promessas, realizações, descrenças e frustrações. Nesse mundo, uma contradição foi exponencialmente ampliada no contexto da segunda metade do século XIX, no qual o romancista português viveu e escreveu, e sobre o qual procurou elaborar sentidos. Misturaram-se na narrativa queiroziana, assim, as tensões desenvolvimentistas do século e certa sensibilidade periférica, que não se limita às sociedades ibéricas, como destacou Berman, mas que se manifestou nelas de forma muito aguçada nos oitocentos.

Ciente dessa cisão é possível compreender algumas questões sobre a intertextualidade com a obra do Goethe. Para tanto, voltemos à questão do herói, mas, dessa vez, o herói eciano, o “príncipe da Renascença”: Carlos Eduardo. O personagem, educado sob a égide das “Luzes” pelo seu avô, decidira estudar medicina em Coimbra, contrariando as expectativas dos amigos da família, que achavam aquela escolha inadequada e absurda para a condição fidalga do rapaz. Conforme será discutido com mais detalhes no próximo capítulo, D. Afonso da Maia apoiou os desejos do neto, afirmando que era preciso que ele se formasse e fosse útil ao seu país. Na Universidade, porém, as grandes pretensões de Carlos Eduardo, ou antes, as expectativas depositadas sobre si, começaram a se dissipar, dando lugar ao gosto pelas aventuras amorosas, pelas farras e pelo diletantismo acadêmico. Depois de formado, fez uma viagem de 14 meses pela Europa, juntando-se novamente ao avô em Lisboa. Na capital, primeiro descansou. Só depois montou um consultório e um laboratório, almejando atender aos pobres gratuitamente, além de pesquisar e escrever. Queria algo de “grandioso”. Mas com o tempo as antigas metas foram convertendo-se num ócio improdutivo e numa paralisia das proposições. Assim foi descrito um dia de trabalho do doutor Maia.

O seu gabinete, no consultório, dormia numa paz tépida entre os espessos veludos escuros, na penumbra que faziam as stores de seda verde corridas. Na sala, porém, as três janelas abertas bebiam à farta luz; tudo ali parecia festivo; as poltronas em torno da jardineira estendiam os seus braços, amáveis e convidativos; o teclado branco do piano ria e esperava, tendo abertas por cima as Canções de Gounod, mas não aparecia jamais um doente. E Carlos, – exatamente como o criado que, na ociosidade da

⁸⁰⁶ BERMAN, Marshall. *O Fausto de Goethe*. ..., p. 57.

antecâmara – dormitava sobre o *Diário de Notícias*, acaçapado na banquetta – acendia um cigarro Laferme – tomava uma revista, estendia-se no divan. A prosa porém dos artigos estava como embebida do tédio moroso do gabinete: bem depressa bocejava, deixava cair o volume.⁸⁰⁷

Nesse ambiente de dissipação, Carlos da Maia, em meio às canções de Gounod, deixava-se levar por uma pasmeira crescente. Seu luxuoso consultório acabou se convertendo em um *rendez-vous*: um espaço para conversas animadas com João da Ega e para encontros amorosos, como aqueles travados com a condessa de Gouvarinho, que, a pretexto de consultar o filho, procurou Carlos Eduardo. Encantou-se pelo ambiente, que lhe parecia muito sofisticado e convidativo. O médico ocioso então lhe afirmou:

– Tem justamente esse defeito, exclamou Carlos rindo. Não inspira nenhum respeito pela minha sciencia... Eu estou com idêas d’alterar tudo, pôr aqui um crocodilho empalhado, corujas, retortas, um esqueleto, pilhas d’in-folios...

– A cella de Fausto.

– Justamente, a cella de Fausto.

– Falta-lhe Mephistopheles, disse ela alegremente, com um olhar que brilhou sobre o véo.

– O que me falta é Margarida!⁸⁰⁸

Tal como Fausto, Carlos Eduardo é um homem que não sofre das intempéries sociais que muitos heróis da tradição literária ocidental costumam padecer. Ele é rico, tem uma posição social privilegiadíssima, isto é, seus dilemas não são como os do jovem Werther, outro personagem de Goethe. Mas como Fausto, Carlos angustia-se: deseja um grande amor e vive um tédio cotidiano. No último caso, Carlos, diversamente de Fausto, não desenvolveu grandes inquietações em função da incapacidade de compreender e viver o mundo à luz da ciência e da razão. O doutor Maia, como se vê, não está cercado de livros e parafernália científica, colocados de lado no momento mesmo em que esboçou sua vida profissional em Lisboa. Os sinais de seu sucesso estão no luxo e no requinte de um *bon-vivant* e não no seu esforço intelectual e reflexivo sobre o mundo. Por outro lado, Carlos tem de partida aquilo que Fausto vai buscar junto ao demônio: beleza e juventude. Ambos sofrem desventuras por um amor, conforme também João Ega, que, vestido de Mefistófeles na festa do banqueiro Choen, foi pego de surpresa com a esposa deste, perdendo assim a amante com grande sofreguidão. Ao conhecer Maria Eduarda, Ega contou-lhe sobre o seu sofrimento na casa que a partir de então ela, Maria, estava residindo.

– Já aqui soffri muito, minha senhora, vestido de Mephistópheles!...

– Por causa de Margarida?

⁸⁰⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol. 1, p. 136-137.

⁸⁰⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol. 1, p. 275.

– Por quem se há de sofrer n'este apaixonado mundo, minha senhora, senão por Margarida ou por Fausto? ⁸⁰⁹

Carlos e Ega abandonam progressivamente qualquer ambição esboçada na juventude, cultivando a atitude romântica, pouco produtiva e reflexiva, que criticaram outrora. O percurso do Fausto de Goethe, diversamente, vai da solidão ao altruísmo: no início da obra, o personagem vivia só e sonhava, num segundo momento, ele aprendeu a amar dedicando-se à outra pessoa. Depois de um período de desolação e numa última encarnação,

[...] ele conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo; aprende a construir e destruir. Expande o horizonte do seu ser, da vida privada para a vida pública, da intimidade para o ativismo, da comunhão para a organização. Lança todos os seus poderes contra a natureza e a sociedade; luta para mudar não só sua vida, mas a vida de todos. Assim encontra meios de agir de maneira efetiva contra o mundo feudal e patriarcal: para construir um ambiente social radicalmente novo, destinado a esvaziar de vez o velho mundo ou destruí-lo. ⁸¹⁰

Enquanto o Dr. Fausto transita de uma inquietação pessoal para uma meta coletiva, Carlos da Maia faz o percurso contrário, ou seja, afasta-se rapidamente de uma preocupação com uma atividade mais descentrada, voltada para o público, dedicando-se à sua realização pessoal, principalmente no que tange à vida amorosa. A ideia de se construir um homem racional, reto, com princípios e devotado à causa pública (esta, vislumbrada por meio da ciência e da medicina) vai desaparecendo em favor dos interesses privados. Essa trajetória é parecida com a de João da Ega, que, como seu amigo Maia, também não desenvolve qualquer ação efetiva que pudesse propiciar a regeneração da pátria, o que ambos tanto reclamavam. E pior: os dois fracassam também no amor, não alcançam sucesso nem mesmo nessa esfera, – a única a que se dedicaram com mais afinco. João da Ega tinha clareza dessa paralisia:

– Sem contar, acrescentava Ega, que o paiz precisa de nós! Como muito bem diz nosso querido e imbecilissimo Gouvarinho, o paiz não tem pessoal... Como ha de te-lo, se nós, que possuímos as aptidões, nos contentamos em governar os nossos dog-carts e escrever a vida intima dos atomos? Sou eu, minha senhora, sou eu que ando a escrever essa biographia d'um atomo!... No fim, esse dilentantismo é absurdo. Clamamos por ahi, em botequins e livros, <que o paiz é uma choldra>. Mas que diabo! Porque é que não trabalhamos para o refundir, o refazer ao nosso gosto e pelo molde perfeito das nossas idéas? ⁸¹¹

O auge da inquietação fáustica em Goethe ocorre a partir de um grande impasse e de uma desoladora paralisia. Fausto e Mefistófeles encontram-se no pico de uma montanha, de onde observam o vazio, os espaços inférteis, as ações humanas em sua improdutividade e,

⁸⁰⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol. 2, p. 251.

⁸¹⁰ BERMAN, Marshall. *O Fausto de Goethe...*, p.77.

⁸¹¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias...*, vol. 2, p. 254.

sobretudo, constata a incerteza do destino. O demônio parece tão ou mais desolado que seu comparsa, esboçando algumas propostas vagas. É nesse momento que Fausto se agita, invocando uma energia irredutível para a transformação do mundo a qualquer custo. Planeja ações e intervenções titânicas, capazes de mudar drasticamente a realidade por meio de empreendimentos que se realizariam mesmo à revelia dos indivíduos. É o uso de toda a energia vital em prol de uma renovação devotada ao bem comum, embora se valendo de ações centralizadas e, por vezes, violentas.

Um processo de desolação e reflexão também acomete Carlos e Ega. Na cena final do romance, analisada anteriormente, os personagens, em situação similar ao detonador da ação fáustica, olham para o vazio da sociedade lusitana, bem como para o deserto de si mesmos. Constatam que haviam falhado, exatamente por terem cultivado uma atitude romântica, guiando-se pela emoção, e não pela razão. Chegam ainda à conclusão de que não havia como fazer esforço algum, até que, contraditoriamente, correm atrás do “americano”. Ali termina o romance. Dessa ação final, emoldurada pela afirmativa “ainda o apanhamos”, não advém mais nada a não ser a dúvida. No caso da obra *Fausto*, após a situação de desolação, elaboram-se vários planos, esboçam-se uma série de possíveis saídas, sendo os sonhos e as fantasias abandonados em prol de programas concretos de transformação. Nesse momento, Fausto afirma: “E isso é possível! [...] Rápidos em minha mente, planos e mais planos se desenvolvem.”⁸¹² Munidos dessa determinação, Fausto e Mefisto apostam na revolução da realidade material, apoiando a concentração do poder na figura de um imperador, para que todas as mudanças pudessem ocorrer: tais transformações não poderiam se dar com uma revolução política e nem com a participação dispersiva das multidões.⁸¹³ Fausto segue com as suas reformas num ritmo intenso, alucinante.

E isso é possível! Ainda o apanhamos! A primeira exclamação aponta para uma ação titânica regeneradora, enquanto a segunda delineia uma grande ambivalência, seguida do silêncio. Se a inquietação fáustica renova a ação desenvolvida na obra de Goethe, em *Os Maias*, não existe um recomeço, mas uma dúvida derradeira. Depois da reflexão de Carlos e Ega o romance chega ao fim e, de alguma maneira, a narrativa eciana também. O diálogo do romancista com Goethe, com efeito, se dá exatamente em função da coabitação do que é similar e do que é singular entre as narrativas. Por um lado, a referência fáustica é relevante

⁸¹² GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. ..., p. 133.

⁸¹³ Georg Lukács (1885-1971) afirmou: “Goethe não poderia percorrer o rumo da revolução democrática”. *Apud* BERMAN, Marshall. *O Fausto de Goethe*. ..., p. 80.

para Eça de Queiroz na medida em que, inspirada nela e se apropriando dela, o autor poderia pensar na “tragédia do desenvolvimento”, levando em conta a beleza de suas promessas, a euforia de suas descobertas, mas, da mesma maneira, as suas decepções e os seus dilemas. Por outro lado, o texto de Goethe apresenta a “crise fáustica”, conforme apontado, a conclusão de que existe uma condição periférica no concerto do mundo moderno, muito em função da discrepância entre as disposições individuais e o meio em que elas se inserem. No caso dos personagens ecianos, a questão é ainda mais desoladora, porque até mesmo as vontades individuais vão se diluindo. Mas é preciso considerar que a obra queiroziana insere-se num contexto muito diferente do que viveu e escreveu Goethe, pois, no final dos oitocentos, as dúvidas e incertezas – algumas delineadas no princípio do século, outras advindas posteriormente – se sobrepunham mais acentuadamente às promessas e expectativas. Sendo assim, em *Os Maias*, a inversão do percurso fáustico e o fim da narrativa após a inquietação existencial estão indissociavelmente ligados a uma construção de sentidos sobre o lugar periférico de Portugal e as dúvidas quanto aos próprios horizontes progressistas, outrora, mais largos e vislumbráveis: uma inquietação fáustica e renovadora é colocada em xeque.

5.3. Para além da inquietação fáustica: outros diálogos intertextuais e a narrativa eciana após *Os Maias*

A incerteza quanto à possibilidade de uma ação transformadora, apresenta-se não apenas na matéria ficcional, ela é elaborada por meio da ação criativa em si, isto é, a narrativa, ela mesma, conforma-se, como a impossibilidade de reflexão sobre uma sociedade hipoteticamente nova. Narrar, como exercício de elaboração de sentidos sobre a existência, é parte da aposta civilizacional em crise.

Não por acaso, após a inquietação fáustica expressa no fim de *Os Maias*, articulam-se a dúvida quanto à construção de um futuro pleno em progresso e a problematização da própria escrita como forma de (re) criação.

A partir dessa desconfiança, outros diálogos intertextuais são edificados na construção narrativa de Eça de Queiroz. Até o final dos anos 1880, predomina, além do *Fausto*, a apropriação de obras como *As Flores do Mal* (1857), de Charles Baudelaire (1821-1867), ou *A Dama das Camélias* (1852), de Alexandre Dumas, Filho (1824-1895). Ambas as obras, como o texto de Goethe, apresentam, ainda que com motivações e formas variadas, reflexões

sobre o mundo e a vida moderna. O texto de Dumas, Filho foi apropriado em parte dos romances de Eça de Queiroz como forma de caracterização do cotidiano burguês, principalmente em relação às mulheres, leitoras de novelas – dentre as quais, *A Dama das Camélias* – e, por isso mesmo, personagens transgressoras, sonhadoras e responsáveis por grande parte das desventuras narradas. Como exemplo dessa construção, pode-se considerar a passagem de *O Primo Basílio* em que Luiza lia, a lacrimejar, a dita novela, conforme citado no capítulo anterior. A julgar pelo número de obras de Dumas, Filho, preservadas na biblioteca que pertenceu ao romancista (cinco, publicadas em Paris nos anos 1870), é preciso considerar que tal referência possivelmente foi uma leitura regular do escritor, além da sua relevância junto às citações nos romances.

Também importante do ponto de vista das citações foi a obra *As Flores do Mal*, de Baudelaire, marcada pela reflexão poética sobre as consequências da vida moderna: seus estímulos, suas dinâmicas, hipocrisias e degradações. Por meio da criação baudelairiana, assiste-se a uma das etapas fundamentais para articulação do conceito de modernidade tal como concebemos atualmente. Nesse entendimento, o moderno refere-se ao que é atual, mas também a uma atitude renovada em relação ao mundo, a uma nova forma de pensar o passado em relação ao presente, por fim, à consciência da excepcionalidade do ritmo das transformações e das perturbações delas advindas.⁸¹⁴ Junto com *O Manifesto Comunista* (1848), de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), talvez a obra de Baudelaire seja um dos textos inaugurais para o entendimento das transformações que se desenvolveram na Europa Ocidental pelo menos desde o século XVIII. Pode ser considerada como um marco, sobretudo, em relação à construção de uma consciência crítica sobre esse processo.

Se os diálogos intertextuais caminham nessa direção até a publicação d'*Os Maias*, após essa obra delinea-se outra tendência. Além da redução do número de citações – nas cartas e nos romances – assiste-se à crescente ênfase dada a referências até então pouco expressivas (algumas inéditas). Destacando-se: *Ilíada* (?), *Odisseia* (?), *As Mil e Uma Noites* (?) e *D. Quixote* (1605). Os personagens queirozianos, percebendo que as explicações do século não eram satisfatórias e que todo arsenal de teorias e análises pouco contribuía para a formação de uma mente sã, voltavam-se para outros tempos, outras temporalidades, com um

⁸¹⁴ MARCO, Valéria de. *O Império da Cortesã: A Dama das Camélias e Lucíola*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1883/4601>, Acessado em: 30/04/2017, p.95.

renovado ritmo de leitura. Jacinto, protagonista de *A Cidade e as Serras* (1901), mudou-se de Paris para Tormes, no norte de Portugal. Nesse traslado, renovou-se, abdicando dos luxos e de todo o aparato moderno de que dispunha na “cidade luz”. Depois dessa transformação, o narrador assim nos informa sobre os hábitos de leitura do “novo” sujeito:

[...] Jacinto com o espirito acordado, – ávido de sempre gosar, agora que reconquistára essa faculdade, – tomava com delicia o *seu livro*. Por que o dono de trinta mil volumes era agora, na sua casa de Tormes, depois de resuscitado, o homem que só tem um livro. [...] E liberado enfim do envolucro suffocante da sua Biblioteca immensa, o meu ditoso amigo comprehendia enfim a incomparavel delicia de *ler um livro*. Quando eu corraera a Tormes, (depois das revelações do Severo na venda do Torto,) elle findava o D. Quichote, e ainda eu lhe escutára as derradeiras risadas com as cousas deliciosas, e de certo profundas que o gordo Sancho lhe murmurava, escarranchado no seu burro. Mas agora o meu Principe mergulhava na *Odyssea*, – e todo ele vivia no espanto e no deslumbramento de assim ter encontrado no meio do caminho da sua vida, o velho errante, o velho Homero!⁸¹⁵

Os personagens das derradeiras e interditas narrativas ecianas, a exemplo de Jacinto, livraram-se de todo o excesso livresco, que, ao invés de lhes bem informar e libertar, aprisionavam-nos na atrofia de quem tudo quer absorver, mas que de fato, acaba por nada conhecer. Nesse novo *modus operandi*, reflexivo sobre o próprio ato de leitura, verifica-se a abdição de autores anteriormente destacados, em favor de um novo catálogo de leituras. Abre-se mão da leitura apressada de várias obras contemporâneas ao século XIX, pautadas pelas explicações de cunho cientificista e por um ritmo de publicação industrioso, em favor de livros que marcam algumas das origens mais longevas da cultura ocidental, acompanhados por outro tipo de pacto de leitura. Nesse sentido, pode-se afirmar que a narrativa queiroziana caminhou para o questionamento de algumas das prerrogativas da modernidade, considerando-se um processo de sensibilização articulado na apreensão e na elaboração intelectual. Essa perspectiva é verificada no ritmo de leitura apresentado na ficção, bem como no destino editorial dos romances que advieram: pela pena do autor, para sempre inacabados.

Personagens como Jacinto liam de uma maneira mais cuidadosa, dedicando-se, conseqüentemente, a um número menor de livros, nomeadamente a obras largamente conhecidas, embora pouco apreciadas. Sendo assim, as referências e os hábitos de leitura do mundo moderno são questionados por meio do conteúdo ficcional de um tipo de publicação que, não obstante, carrega em si, uma incompletude, reveladora da crítica aos imperativos

⁸¹⁵ QUEIROZ, Eça de. *A Cidade e as Serras*. 1.ed. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmãos, editores, 1901, p.271-272. (Os grifos são originais)

efêmeros da época, além da possibilidade mesma de se narrarem as experiências humanas, tendência encarnada inclusive no trabalho intelectual eciano. O preterimento das obras de cunho cientificista ou de tradição iluminista articula-se à desconfiança sobre as “novas ideias” e sobre a eficácia narrativa. Em outros termos: era possível conhecer, narrar e transformar a realidade? Qual o papel do conhecimento acumulado pelas civilizações para essas possíveis realizações?

Eça de Queiroz, como Jacinto, parece ter-se convencido de que o acúmulo de referências e a leitura acelerada conforme os tempos que corriam não necessariamente eram salutares. Aliás, outra vez mais vale lembrar a emblemática citação do jovem Eça que, nos idos dos anos 1860, já reconhecia na época moderna o excesso. Com a sensibilização inerente à criação literária – dinâmica, viva, conformada por e conformadora da realidade sociocultural –, o autor foi problematizando, por meio dessa feitura, a possibilidade de narrar o real. E narrar é criar sentido, é (re) criar a existência. Não seriam as ambições literárias oitocentistas (metonímias das ambições modernas) demasiadamente ousadas em suas pretensões? Não estariam os escritores, cegos, lutando contra os gigantes do tempo, com armas inadequadas? Essa condição quixotesca do trabalho literário parece ter sido bem apreendida por meio da obra eciana. Como D. Quixote, muitos dos personagens queirozianos e o próprio Eça, eram leitores aficionados: o primeiro, pelos romances de cavalaria, os segundos, pelas referências cientificistas do século XIX. Em ambos os casos, a demasiada leitura afigura-se como uma forma de superar os impasses inerentes à sociedade. Mas isso funcionaria? Nessa busca, o excesso pode causar o efeito reverso, isto é, a cegueira quanto às mudanças em curso, a loucura e a paralisia. Esta, oriunda da miopia adquirida. Uma das temáticas que merecem atenção, quando se pensa nos diálogos de Eça de Queiroz em relação à tradição ocidental, refere-se exatamente ao legado de Cervantes na obra do autor, nomeadamente em suas últimas criações. Algo similar tem sido feito com a produção de Machado de Assis (1839-1908).⁸¹⁶

É interessante perceber essa tendência quixotesca da narrativa de Eça de Queiroz, evidenciando que a apropriação da obra de Miguel de Cervantes (1547-1616) se deu em dois momentos: no início do percurso criativo do escritor e no fim dessa trajetória. No último caso, com mais expressividade. É possível encontrar uma citação da obra em *O Primo Basílio* e

⁸¹⁶ Por exemplo: TIMBONI, Kétina da Silva; CASTIGNOLI, Ruben Daniel Méndez. A Loucura da leitura de Dom Quixote no Alienista. *Revista Historiador*, vol. 1., n.5, p.125-134, 2012.

outra, na *Tragédia da Rua das Flores* (livro póstumo, como já se destacou), verificando-se, depois disso, menções nos romances *A Correspondência de Fradique Mendes* e *A Cidade e as Serras*. Predomina a apropriação de *D. Quixote* em obras póstumas ou semipóstumas, uma verificação coerente com a dúvida instaurada por meio da criação romanesca e da própria referência em questão.

Mas se o diálogo com Cervantes sinaliza um processo de crítica e autocrítica narrativa, a apropriação de outra referência, igualmente predominante após *Os Maias*, tensiona essa questão: trata-se de *As Mil e Uma Noites*. A obra foi citada exclusivamente em *A Correspondência de Fradique Mendes* e *A cidade e as Serras*. Portanto, não há qualquer menção a ela em romances publicados por Eça de Queiroz ainda em vida. Para compreender o nexo dessa intertextualidade tardia, é preciso entrar, ainda que muito brevemente, nas nuances da hábil contadora de histórias que secularmente vem mexendo com a imaginação das mais diversas sociedades. Regina Horta Duarte, valendo-se das leituras de Richard Burton e de Antonie Galland, lembra que:

Scheherazade era uma donzela de mil qualidades. Dona de beleza extraordinária, conta-se que colecionou livros de histórias sobre raças e governantes antigos, perscrutou anais e lendas de antigos reis e sabia de cor o trabalho dos poetas. Além de possuir intimidade com a cultura escrita, conhecia as narrativas orais dos contadores de estórias. Estudou filosofia e ciências, artes e técnicas. Era agradável e polida, sábia e espirituosa, instruída e bem criada. Dona de memória prodigiosa, não menos admirável era sua coragem, pois, [...] enfrentou e dominou a fúria do sultão Shahryar.
817

Scheherazade encantou o sultão e milhões de pessoas em todo mundo por meio de suas habilidades como contadora de histórias. É essa qualidade que garantiu a vida longa da personagem e do escrito por meio do qual ela nasceu: *As Mil e Uma Noites*. Esta é uma obra de criação e reprodução coletiva e secular, sendo controversa a origem precisa desse processo de elaboração. Estima-se que os escritos mais antigos teriam surgido na Índia e na Pérsia, sendo posteriormente acrescidos com novas histórias criadas “por sábios árabes do século X, como Al-Massudi (conhecido como o Heródoto árabe) e Ibn al-Nadin”.⁸¹⁸ A descoberta da obra pelo Ocidente teria se dado a partir do século XVIII, quando Antoine Galland selecionou

⁸¹⁷ DUARTE, Regina Horta. Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil. *História* (São Paulo), v.32, n.2, 2013, p.3. Agradeço à professora Dra. Regina Horta Duarte pela verdadeira inspiração que seu texto propiciou para a análise desenvolvida. Mas, além disso, sou grato também por ter tido à oportunidade de aprender com ela a importância do cuidado com a escrita. A vida dos historiadores e a perenidade do nosso ofício dependem da pesquisa arguta, da busca incansável por um exercício de erudição, mas também das estratégias narrativas, para que nossos textos ganhem vida e ultrapassem os portões da academia. Precisamos aprender todos os dias, como Scheherazade, a contar histórias, refletindo sobre a nossa existência.

⁸¹⁸ DUARTE, Regina Horta. *Scheherazade tropical*. ..., p. 4.

e traduziu um conjunto de histórias, em 12 volumes, entre os anos de 1707 e 1717. As traduções não cessaram, destacando-se, por exemplo, a que foi realizada por Richard Burton em 1885, com 17 volumes, incluindo conteúdos eróticos sublimados pela tradução de Galland. A palavra “mil” do título seria quase sinônima de infinito. Para Borges: “dizer mil noites é dizer infinitas noites, as muitas noites, as infundáveis noites. Dizer mil e uma noites é acrescentar uma ao infinito”.⁸¹⁹

Mas se as histórias são variadas e foram acrescentadas com o tempo, existe um cerne estável da narrativa: a obstinação misógina do sultão e a ação altruísta da contadora de histórias. O sultão Shahyar foi traído por sua esposa e por isso passou a desconfiar de todas as mulheres. Para garantir que nunca mais seria enganado, ele decidiu que iria se deitar com uma virgem por noite, matando-as logo ao amanhecer. Assim as suas mulheres não seriam de mais nenhum outro homem. A voracidade do sultão fez com que as mulheres do reino fossem eliminadas uma a uma, o que colocou em jogo a própria sobrevivência daquela sociedade. A filha do vizir real, Scheherazade, *a priori*, pela posição do pai, não corria o risco de ser entregue ao sultão. Entretanto, solicitou-lhe ser oferecida. Ela tinha uma estratégia e acreditava que a sua eficácia era a única chance de sobrevivência (individual e coletiva). O pai relutou, já que aquela atitude significava invariavelmente a morte, mas mesmo a contragosto e em função da insistência da filha, ele acabou cedendo.

Depois de entrar nos aposentos reais, Scheherazade suplicou ao sultão que sua irmã, Dinazard, pudesse entrar também. Ela argumentou que se tratava de uma despedida. O sultão cedeu à solicitação e, depois de realizadas as núpcias que se pretendiam únicas e fatais, adormeceram. Ao amanhecer, Scheherazade teve a oportunidade que esperava: Dinazard tinha acordado para ouvir uma das encantadoras histórias da irmã mais velha. Mais do que nunca, Scheherazade valeu-se de todas as suas habilidades narrativas, contando uma história sem, contudo, chegar ao seu desfecho. O sultão inebriou-se. Scheherazade foi poupada “uma noite, mais uma, duas, cem, mil”.⁸²⁰ Ao garantir a sua sobrevivência, a hábil narradora salvou também toda a coletividade, já que o sultão deixara de matar uma virgem por noite. O futuro estava novamente assegurado.

As Mil e Uma Noites é uma trama de bons narradores. Além de Scheherazade, um monge mendicante maometano escapa da ira de um gênio contando-lhe uma história, um

⁸¹⁹ BORGES, Jorge Luis. *Borges, oral & sete noites*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.127.

⁸²⁰ DUARTE, Regina Horta. *Scheherazade tropical*. ..., p. 5.

escravo consegue se salvar fascinando o seu senhor com uma bela narrativa e quatro acusados de assassinato são perdoados pelo rei, valendo-se da mesma estratégia. Como lembra Todorov, se narrar é viver, a ausência de narrativa é a morte. Ainda em *As Mil e Uma Noites*, um rei recebeu um livro de presente e, ao folheá-lo, umedecendo os dedos com a sua saliva, verificou que o artefato estava em branco. Faleceu pouco tempo depois, pois as páginas continham veneno. Se “todos os personagens incessantemente contam histórias é porque esse ato recebeu uma consagração suprema: narrar equivale a viver”.⁸²¹

A obra em questão, portanto, está embrenhada pela importância da eficácia narrativa, fonte da (re) existência. Nesse sentido, não é irrelevante o fato de que ela tenha sido citada precisamente nos romances queirozianos criados após a questão colocada por meio de *Os Maias*. O diálogo com obras como *As Mil e Uma Noites* pode ser interpretado como parte do esforço reflexivo referente ao papel da escrita. Se até os anos 1880 a narrativa eciana fora marcada pela apropriação de referências ligadas principalmente às “Luzes” e ao cientificismo, apropriando-se das metas modernizantes que lhes eram adjacentes, a partir de então, as conexões estabelecidas passaram a focalizar obras que proporcionam o questionamento sobre a atividade intelectual e literária. Não se tratava mais apenas de elaborar um tipo de narrativa para se pensar a realidade portuguesa frente aos ditames progressistas do século, sendo ato de escrita, em si, uma aposta civilizacional. É a condição da narrativa, como forma de reflexão e construção do real, que foi colocada na berlinda.

A busca por um futuro emanado pelo progresso não foi simplesmente descartada por Eça. Como ele mesmo afirmou: o europeu de seu tempo (e o sujeito ocidental de uma forma mais ampla) estava “encarcerado” na civilização. Principalmente a partir da segunda metade do século XIX, podia-se verificar certa angústia em relação a esse caminho de desenvolvimento inexorável, crescentemente considerado contraditório. Mas isso não necessariamente significava a possibilidade de uma ruptura mais vertical, como a que ocorreu a partir do final do século XX, quando, definitivamente, as promessas do mundo moderno passaram por questionamentos paradigmáticos. O que estava em jogo para Eça de Queiroz era o papel que a atividade intelectual e literária poderia ter para se trilhar esses caminhos.

Se for lícito considerar que a escrita é um ato político, pode-se crer que no século XIX essa ideia é especialmente relevante. Conforme discutido nos dois primeiros capítulos, a concepção de cidadania no contexto oitocentista, a partir da ascensão dos regimes liberais,

⁸²¹ TODOROV, Tzvetan. The poetics of prose. *Apud*: DUARTE, Regina Horta. *Scheherazade tropical ...*, p. 5.

ligava-se fortemente ao domínio da leitura, já que o cidadão era muitas vezes aquele que pelo menos havia sido iniciado no alfabeto. Por conseguinte, ler era eminentemente um ato civil, uma condição do sujeito e da própria civilidade frente ao mundo liberal que se erigia. E se nem todos estavam aptos para adquirir esse *status*, a condição de escritor era fundamentalmente mais restrita, visto que implicava uma atividade estruturante nessa sociedade: formar os futuros leitores (cidadãos) ou mesmo educar os formadores. Se ler é um ato civil, escrever é um ato político. Não por acaso em Portugal, uma das metas da Regeneração era a expansão do ensino e do letramento que lhe é colateral, para que assim, aos poucos, fosse possível formar um corpo cívico efetivamente qualificado para a vida pública. Menos fortuito ainda é o interesse de atuação da “geração de 1870” nessa atividade formativa. Se a monarquia liberal estava falhando ou havia falhado nesses intuitos educativos, centrando-se, de outra maneira, nos melhoramentos materiais (uma modernização de fachada), urgia uma vanguarda, que por meio dos seus debates, dos seus escritos e de sua relevância cultural, buscasse conformar outra sociedade. Era nessa posição que os membros da dita geração se colocavam, incluindo-se aí um de seus integrantes mais destacados – Eça de Queiroz.

Mas essa ambição parecia cada vez menos provável. E um importante vestígio de tal constatação é a construção da narrativa eciana, que apresenta um percurso de desistência: não em relação ao progresso em si, mas da possibilidade de alcançá-lo por vias civis, sendo o texto literário a materialização e o emblema desse esforço. Carlos e Eça, que representam de alguma maneira a geração de que Eça fez parte, haviam falhado. Eles não poderiam conduzir a transformação que precisava ser feita em Portugal, visto que não conseguiam guiar as suas próprias vidas. Falharam, não há dúvida. Mas mesmo assim eles resolvem, no desfecho enigmático, perseguir “o americano”, contrariando a inação sentenciada. Essa metáfora quer dizer uma nova esperança em relação à vanguarda simbolizada nos dois personagens? Por desdobramento: poderia se apostar na ação civil e civilizadora elaborada pela atividade intelectual?

Tanto o destino editorial das narrativas ecianas após *Os Maias*, quanto os componentes ficcionais desses trabalhos posteriores, ou, ainda, o trabalho intelectual e os deslizamentos dos debates do escritor, apontam para uma resposta negativa. Se existe uma esperança, uma luz no fim do túnel – metaforizada pela lanterna do americano – ela não está na ação dessa possível elite letrada formadora e, por conseguinte, não está na produção dela advinda. Mas onde estaria então? Seria o romance *Os Maias* um emblema de um último

empreendimento fáustico possível? Nessa derradeira empreitada, não haveria outra aposta implícita? Outro agente, fora do espectro civil, poderia desenvolver uma ação titânica e regeneradora?

É com o intuito de dar continuidade a essa discussão, que o próximo e último capítulo foi estruturado. A problematização da escrita editorial, desenvolvida no capítulo 3, bem como o trabalho intelectual do autor, analisado no capítulo 4 e neste capítulo 5, apontam para a centralidade do romance *Os Maias*, na articulação do projeto político e intelectual de Eça de Queiroz. Ciente disso será possível analisar com mais cuidado os elementos simbólicos e ficcionais que fazem parte da articulação desse projeto. A aposta na formação de uma nova geração edifica-se a partir da configuração do romance *Os Maias*, em si, um artefato sociocultural. Fazem parte dessa aposta, igualmente, os componentes mais detidamente ficcionais da obra, marcada pelo destino trágico da família Maia: uma alegoria sobre a perspectiva de análise que Eça de Queiroz desenvolveu em relação aos destinos da sociedade lusitana. As ambições formativas, que estruturam os sentidos e as expectativas imputados ao empreendimento literário, articulam-se às trajetórias de Afonso, Pedro e Carlos da Maia.

6. É UMA CASA PORTUGUESA, COM CERTEZA! OS MAIAS COMO ALEGORIA DA (DE) FORMAÇÃO LUSITANA

Na primeira página do romance *Os Maias*, o narrador descreve a residência dos protagonistas:

A casa que os Maias vieram habitar em Lisboa, no outono de 1875, era conhecida na vizinhança da rua de S. Francisco de Paula, e em todo o bairro das Janelas Verdes, pela *casa do Ramalhete* ou simplesmente o *Ramalhete*. Apesar d'este fresco nome de vivenda campestre, o *Ramalhete*, sombrio casarão de paredes severas, com um renque de estreitas varandas de ferro no primeiro andar, e por cima uma tímida fila de janelinhas abrigadas á beira do telhado, tinha o aspecto tristonho de Residencia Ecclesiastica que competia a uma edificação do reinado da Sr.^a D. Maria I: com uma sineta e com uma cruz no topo assimilar-se-hia a um Collegio de Jesuitas.⁸²²

Nessa casa foram morar os então dois últimos descendentes da família Maia: D. Afonso e seu neto, Carlos Eduardo. Este rapaz, de “gosto e de luxo”, tinha tomado capelo em Direito na Universidade de Coimbra e, após viagem de férias para Paris e Londres, dificilmente, regressando a Portugal, “quereria ir sepultar-se nos penhascos do Douro”, onde a família havia se fixado desde a Regeneração.⁸²³

Para atender às demandas do neto recém-formado, D. Afonso decidiu voltar a residir em Lisboa. Os Maias não dispunham mais de sua antiga casa em Benfica, restando apenas a propriedade abandonada no bairro das Janelas Verdes. O administrador da família, Villaça, tentou convencer seu senhor de que se mudar para o *Ramalhete* não era uma boa ideia. Argumentou que eram necessárias várias reformas e lembrou-se de uma lenda “segundo a qual eram sempre fataes aos Maias as paredes do Ramalhete, ainda que (acrescentava elle n'uma frase meditada) até me envergonho de mencionar taes frioleiras n'este século de Voltaire, Guizot e outros philosophos liberais...” O tempo provaria que realmente fatais eram as paredes do casarão para os descendentes daquela linhagem, mas, até que o destino trágico fosse comprovado, D. Afonso se sentia à vontade para rir da lenda, dos agouros e mesmo da frase de ponderação de seu criado, respondendo que: “aquellas razões eram excellentes – mas elle deseja habitar sob tetos tradicionalmente seus; se eram necessárias obras, que se fizessem e largamente; e emquanto a lendas e agoiros, bastaria abrir de par em par as janellas e deixar entrar o sol”.⁸²⁴

⁸²² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódio da vida romântica. 1.ed. Porto: Livr. Chardon, Casa Editora Lugan & Genelioux Successores, 1888, vol.1, p.1.

⁸²³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias ...*, vol.1, p.4.

⁸²⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias ...*, vol.1, p.4.

O casarão, com efeito, ficou por muito tempo inabitado. Em 1858, um membro do bispado, Monsenhor Bucarini, tinha tencionado arrendar a propriedade “seduzido pela gravidade clerical do edifício e pela paz dormente do bairro”. A negociação não logrou êxito porque o “rico prelado romano” achou alto o valor pedido pela casa. Perguntou ao Vilaça se ele acreditava que ainda estava a Igreja “nos tempos de Leão X”, e o interlocutor respondeu que também a “nobreza não estava nos tempos do sr. D. João V”.⁸²⁵ Em síntese: o *Ramalhete* só foi ocupado novamente, décadas depois, em função das demandas de Carlos Eduardo.

Fizeram-se as reformas para a mudança. Inicialmente, Vilaça pensou em contratar um arquiteto português, o seu compadre Esteves, que, além do mais, era político. O procurador dos Maias entusiasmou-se com o projeto do senhor Esteves: planejava-se criar “uma escada apparatusa, flanqueada por duas figuras symbolizando as conquistas da Guiné e da Índia”. Juntamente com esse ornamento, o arquiteto prometia uma cascata de louça na sala de jantar. Mas os planos foram abortados porque Carlos decidira-se por um arquiteto e decorador de Londres, com o intuito de criar um ambiente com “um interior confortavel, de luxo inteligente e sobrio”.⁸²⁶ Vilaça sentiu muito pela escolha do profissional estrangeiro em detrimento do artista nacional, afirmando que, no centro político em que atuava: “Portugal era um país perdido”. D. Afonso também se desgostou com a situação e ofereceu ao senhor Esteves a construção das cocheiras. Mas a benevolência tornou-se desnecessária, porque o arquiteto foi nomeado governador civil.

Além do aparente embate entre o projeto nacional e o estrangeiro de decoração, na passagem supracitada, observa-se a construção de uma alegoria. O *Ramalhete*, “a casa que Os Maias vieram habitar, em Lisboa, em 1875”, reveste-se de duas importantes referências: sua semelhança com um colégio jesuíta e a reforma de inspiração inglesa. Como bem lembrou José Moura, esses dois elementos remetem à interpretação tecida pelos membros da “geração de 1870”, que identificaram a influência secular dos jesuítas e o domínio inglês oitocentista, como algumas das principais causas da decadência portuguesa.⁸²⁷ Este último fator teria ocasionado o abandono da originalidade lusitana em prol de uma cópia mal feita do modelo inglês. Tratava-se, assim, de um processo degenerador.

⁸²⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias ...*, vol.1, p.2.

⁸²⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias ...*, vol.1, p.5.

⁸²⁷ MOURA, José de Almeida. *Os Maias, Ensaio Alegórico sobre a Decadência da Nação*. In: *Metamorfose do Herói nas Viagens e nos Maias*. Lisboa: Lisboa Editora, 200, p.15-16.

Tal perspectiva está claramente delineada na obra *História de Portugal*, de Oliveira Martins. Esse historiador e influente político da época fez a seguinte afirmação sobre a situação do seu país: “a cal estava ardida por dois séculos de jesuitismo, as pedras estavam podres do tempo e da ação corrosiva dos vícios [...] o progresso da decomposição vem até os nossos dias”.⁸²⁸ E sobre a associação entre a dominação dos jesuítas e da Grã-Bretanha, Martins explicitou que o “inglês, com outros intuítos comerciais e utilitários, pode reinar sozinho de mãos dadas com o jesuíta”.⁸²⁹

Conforme foi destacado no capítulo quatro, Eça procurou dialogar com Martins, citando-o com certa frequência nos seus diálogos epistolares e nas suas narrativas literárias. Por essa razão, é possível considerar que o romancista se apropriou da interpretação de seu amigo no processo de criação do *Ramalhete*, que constitui uma síntese alegórica dos principais males que haviam se abatido sobre a sociedade portuguesa. É nesse ambiente, ícone de escolhas e associações predatórias, que se desenrolou o desfecho trágico da família cujo nome dá título ao romance.

O edifício do Ramalhete simboliza a própria decrepitude do país e o destino da família que o habitava passa a assumir as proporções dum símbolo nacional. A “seriedade” da imagem da decadência do país, quer dizer, aquela que não é transitória e que atravessa toda a ação, dá solidez a um certo aspecto da tragédia, que é a preocupação com um mundo em transição e tentativa de relacionar o passado com o presente.⁸³⁰

Portanto, se a “casa portuguesa”, em si, encarna o processo histórico de degenerescência da pátria, não menos decisiva são as características e ações dos personagens que protagonizam a trama. Na obra, os Maias são descritos como integrantes de uma antiga família “da Beira, sempre pouco numerosa, sem linhas collatateraes, sem parentellas”,⁸³¹ uma representante da mais tradicional nobreza da terra. Enquanto a casa das janelas verdes tende a alegorizar as principais razões do destino nefasto do país, os protagonistas representam o que havia de “melhor” naquela sociedade, isto é, uma linhagem secular de nobres, ricos, que tiveram a possibilidade de ter acesso à “boa instrução do século”. Mesmo condensando todas essas características, os Maias perfazem um percurso de decadência. D. Afonso, Pedro e Carlos representam, respectivamente, os liberais do começo do século, os românticos da Regeneração e a “geração de 1870” (conforme foi destacado, a própria geração de Eça de

⁸²⁸ MARTINS, Joaquim P. Oliveira. *História de Portugal*. Vol.2, Lisboa: Viuva Bertrand, 1880, p.488; p.399.

⁸²⁹ MARTINS, Joaquim P. Oliveira. *História de Portugal*. Vol.2, ..., p. 429.

⁸³⁰ PONTE, Carmo Salazar. Os Maias e Oliveira Martins. In: MATOS, Alfredo Campos (org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. il. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.830.

⁸³¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.3.

Queiroz). As trajetórias desses três sujeitos ficcionais se confundem com a imaginação político-literária construída pelo romancista sobre o percurso da sociedade portuguesa, entre o vintismo e os dilemas do fim do século.

6.1. D. Afonso, ou as breves chamadas liberais

Afonso da Maia, no início do romance, é caracterizado como um homem forte, apesar da idade avançada. Ele é descrito sendo “um pouco baixo, macisso, de ombros quadrados e fortes”.⁸³² O personagem, mesmo com a idade ostentada, levantava-se ao romper o sol, “sahindo logo para a quinta, depois de sua oração pela amanhã que era um grande mergulho na água fria”.⁸³³ O neto dizia que ele, o avô, assemelhava-se com “D. Duarte de Menezes ou um Affonso d’Albuquerque”. O patriarca recusava essas comparações, afirmando ser apenas “um antepassado bonacheirão que amava os seus livros, o conchego da sua poltrona e seu *whist* ao canto do fogão”.⁸³⁴ Passava dias tranquilos a ler seu Rabelaire, sempre sorridente e fazendo suas corriqueiras caridades, pois, além de tudo, era um filantropo. Nunca como na velhice, “as generosidades do seu coração tinham sido tão profundas e largas. Parte do seu rendimento ia-se-lhe por entre os dedos, esparsamente, numa caridade enternecida. [...] Tudo o que vive lhe merecia amor”.⁸³⁵ D. Afonso tinha um gato, nascido em Santa Olavia e batizado com o nome de Bonifácio. O animal de estimação havia realizado um percurso muito parecido com o do dono: “ao chegar á idade do amor e da caça, fora-lhe dado o apelido mais cavalheiresco de D. Bonifácio de Calatrava: agora, dorminhoco e obeso, entrava definitivamente no remanso das dignidades ecclesiasticas, e era o Reverendo Bonifacio”.⁸³⁶

Se na maturidade o personagem passou a gozar de uma vida confortável e tranquila, na sua mocidade a realidade não era bem essa. “O antepassado, cujos olhos se enchiam agora d’uma luz de ternura diante das suas rosas, e que ao canto do lume relia com gosto Guisot, fôra, na opinião do seu pae, algum tempo, o mais feroz jacobino de Portugal!”.⁸³⁷ Caetano da Maia era um português antigo e fiel, que se benzia toda vez que ouvia o nome de Robespierre. O personagem tinha horror aos jacobinos, atribuindo-lhes todos os males: “os da pátria e os

⁸³² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.11.

⁸³³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.10.

⁸³⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.11.

⁸³⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.11.

⁸³⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.12.

⁸³⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.12.

seus, desde a perda das colônias até às crises da sua gota”.⁸³⁸ Tem-se, assim, por meio dessa persona ficcional, a elaboração de uma crítica em relação a uma parcela da sociedade lusitana oitocentista: defensora do absolutismo, beata e com poucos conhecimentos sobre o debate político da época. Mesmo desconhecendo o teor dos textos dos filósofos das “Luzes” e do liberalismo, Caetano da Maia os abominava e não admitia que seu filho, Afonso, seguisse aqueles ideais escabrosos. E no que, enfim, consistiam os desvios do rapaz? O narrador explica:

E todavia, o furor revolucionário do pobre moço consistia em lêr Rousseau, Volney, Helvetius, a Encyclopedia; em atirar foguetes de lagrimas á constituição; e ir, de chapéu á liberal e alta gravata azul, recitando pelas lojas maçônicas Odes abomináveis ao Supremo Architecto do Universo.⁸³⁹

As leituras tidas como transgressoras e a simples disposição ao questionamento são suficientes para que Caetano da Maia, “admirador do messias forte e restaurador – o infante D. Miguel”,⁸⁴⁰ classificasse o seu filho como um insurreto. Inicialmente, o simpatizante do absolutismo contentava-se em demonstrar seu desgosto com as possíveis orientações políticas de Afonso, por meio de um “carão severo”, ou, ainda, chamando o rebelde com sarcasmo de “cidadão”. Mas quando soube que seu filho,

[...] seu herdeiro, se misturava á turba que, n’uma noite de festa cívica e de luminarias, tinha apedrejado as vidraças apagadas do sr. Legado d’Áustria, enviado da Santa Aliança – considerou o rapaz um Marat e toda a sua colera rompeu. A gota cruel, cravando-o na poltrona, não lhe deixou espancar o mação, com a sua bengala da Índia, á lei de bom pae portuguez: mas decidiu expulsal-o de sua casa, sem mezada e sem benção, renegado como bastardo!⁸⁴¹

Caetano da Maia não deu uma sova em Afonso com sua “bengala da Índia”, tampouco o expulsou de casa. Convencido pelas lágrimas de sua esposa e pelas razões apresentadas por sua cunhada (uma mulher irlandesa de “alta instrução”), o patriarca se deu por satisfeito em impingir ao filho o desterro para a sua quinta no Douro. Configura-se, assim, uma crítica ao conservadorismo de princípios dúbios e de fraca convicção. Por outro lado, o liberal de bravata, Afonso da Maia, também não é poupado. Se o pai revela-se um retrógrado e intolerante, o filho se tornará cordato: renegando os ideais que levemente tinha professado, aceitando de bom grado as condições que lhes foram impostas para o retorno ao aconchego familiar e as benesses materiais que lhe são correlatas.

⁸³⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.12.

⁸³⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.12.

⁸⁴⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.12-13.

⁸⁴¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.1, p.13.

Logo após meses exiliado no Douro, Afonso resignou-se, regressando a Lisboa, onde, mais conformado e demonstrando arrependimento, pediu a benção a seu pai e também alguns mil cruzados para ir à Inglaterra. O jacobino, o Marat, foi fazer a viagem desejada em paz, abandonando as leituras e os comportamentos desviantes de outrora: já não lhe interessava o seu Mirabeau e nem os planos de fundar uma república. Caetano da Maia via nesse novo comportamento a “gloriosa intervenção de Nossa Senhora da Soledade! E o mesmo Frei Jeronymo da Conceição seu confessor, declarou este milagre – não inferior ao de Carnaxide”.⁸⁴²

Pouco tempo depois Caetano da Maia morreu, e Afonso voltou para Portugal, onde se casou com D. Maria Eduarda Runa, filha do conde de Runa, caracterizada como uma “linda morena, mimosa, um pouco adoentada e beata”. Com ela, Afonso teve um filho, “desejou outros; e começou logo, com bellas idéas de patriarca moço, a fazer obras no palacete de Bemfica, a plantar em redor arvoredos, preparando tectos e sombras á descendencia amada que lhe encantaria a velhice”.⁸⁴³ Mas sentia falta da Inglaterra, principalmente em função do clima que havia se instaurado naquela Lisboa miguelista. A belicosidade que se desenvolvia, em função da “rude conjuração apostólica de frades e bolieiros”, assustava-o. Já não tinha as mesmas expectativas dos tempos da primeira juventude, já não queria a república e o fim da monarquia, já não blasfemava contra o “supremo criador do universo”. Na realidade, admitia mesmo o esforço:

[...] de uma nobreza para manter o seu privilégio historico; mas então queria uma nobreza intelligente e digna, como a Aristocracia Tory (que o seu amor pela Inglaterra lhe fazia idealisar), dando em tudo direção moral, formando os costumes e inspirando litteratura, vivendo com fausto e fallando com gosto, exemplo de idéas altas e espelho de maneiras patricias... O que não tolerava era o mundo de Queluz, bestial e sordido.⁸⁴⁴

Afonso da Maia havia passado por um processo de anglofilização. Abandonara a leitura de autores como Rousseau e, definitivamente, adotara uma postura menos combativa, relativizando os arroubos de outros momentos. É interessante notar que a citação às referências francófilas é relacionada a uma postura afirmativa e de convicção duvidosa do jovem Afonso, que só encontrou seus verdadeiros ideais junto ao modelo inglês – em tese, mais moderado e associado a uma aristocracia bem preparada, isto é, pronta para agir como um agente histórico transformador/inspirador. Mais uma vez é possível perceber que a

⁸⁴² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias ...*, vol.1, p.14.

⁸⁴³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias ...* vol. 1, p.15.

⁸⁴⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias ...* vol. 1, p.15.

narrativa eciana dialoga com a concepção de que a matriz liberal francesa seria mais radical e transgressora, ao contrário da inglesa. Trata-se de uma classificação construída e/ou reforçada ao longo do século XIX que, conforme apontado no primeiro capítulo foi marcado por um processo político conturbado, nomeadamente na França. Frente a esse contexto, a história da monarquia constitucional inglesa passava por uma (re) elaboração, colocando-se em relevo o seu caráter moderado, como se o regime britânico tivesse se constituído sem grandes conflitos, por meio da ação de uma elite qualificada e qualificadora, digna e dignificante. O referencial inglês era encarado como uma opção para aqueles que temiam o descarrilamento dos trilhos rumo ao progresso.

Conforme trabalhado no quarto capítulo, a citação a Jean Jacques Rousseau foi algo raríssimo nas narrativas queirozianas. No caso da produção romanesca, podem-se identificar quatro menções, três delas no romance *Os Maias* e uma apenas em outra obra, no caso, *O Mandarim*. Também como se viu, nas correspondências do autor que chegaram até nós, não há nenhuma citação a Rousseau. A relativização do papel da matriz liberal francesa, representada, nesse caso, pelo autor suíço de *O contrato social*, faz parte de uma sensibilização política do próprio Eça, materializada tanto no silêncio revelador das cartas, quanto nas poucas citações presentes na narrativa literária. Nesse último caso, é em Afonso da Maia e seu destino, que encontramos indicações relevantes. O personagem, mirando-se nos exemplos ingleses, havia se convencido de que era necessário manter os privilégios de uma aristocracia nos moldes da elite *Tory*, para que a sociedade tivesse uma boa condução: a síntese entre a contraposição ao absolutismo retrógrado de seu pai e as breves chamadas mais radicalizadas de sua juventude. Mas seria essa posição intermediária a solução para o impasse? De acordo com a narrativa literária, não.

A trama queiroziana dramatiza ações de uma parcela da sociedade lusitana que abominaria qualquer ponta de jacobinismo, por mais efêmera e superficial que fosse, mas que também não aceitava a orientação inglesa, questão mais claramente tratada por meio do exílio de Afonso da Maia, dessa vez não em função da intolerância familiar, mas das perseguições miguelistas. Voltou para a Inglaterra, depois de assistir à sua casa ser devastada pelas autoridades miguelistas. Aderiu ao exílio voluntário, realizando o desejo de voltar a viver em terras inglesas. Tece-se aí uma crítica relevante. A sociedade portuguesa dos anos 1830 é apresentada como espaço social de intolerância extrema, uma vez que não conseguia aceitar quaisquer ideias liberais, mesmo aquelas oriundas de um jovem patriarca, um convertido ao

bom senso, sujeito que havia chegado à conclusão de que os rasgos da juventude não passavam de excessos. Mas a narrativa eciana não para nessa constatação, avançando para as contradições do próprio personagem, pois se a sua sociedade de origem era fechada, intransigente e, por isso mesmo, arcaica, ele, Afonso, não era menos problemático.

Não obstante a falta de convicção frente aos desmandos do seu pai, Afonso casou-se com uma beata, católica, conservadora, fraca, adoentada, enfim, a própria síntese das debilidades do descendente dos Maias e da intolerância sociorreligiosa de que ele fora vítima (por meio da atitude paterna, mas também através da violência do regime de D. Miguel). Fugia de Portugal a pretexto de escapar dos tentáculos do Estado e da intolerância daquela sociedade, levando consigo uma esposa – livremente escolhida – que simbolizava boa parte de tudo que, em tese, lhe fazia mal. É possível indagar se o personagem não fugia de si mesmo. Na Inglaterra, instalou-se, “com luxo, para uma longa demora, nos arredores de Londres”. Vivía à larga, manifestando, todavia, seu incomodo com a separação de castas,

[...] mantidas ali na terra estranha entre os vencidos da mesma idéa – os fidalgos e os desembargadores vivendo no luxo de Londres á forra, e a plebe, o exercito, depois dos padecimentos da Galliza, sucumbindo agora á fome, á vermina, á febre nos barracões de Plymouth. Teve logo conflictos com os chefes liberaes; foi acusado de vintista e demagogo; descreu por fim do liberalismo.⁸⁴⁵

Se durante os embates com Caetano da Maia, Afonso desistira dos ideais alardeados na sua juventude, no exílio, ele acabou por abdicar do liberalismo de forma definitiva, assim que a primeira objeção se colocou, dessa vez em função das diferenças manifestas entre ele e os demais exilados liberais. Afonso da Maia retirou-se uma vez mais de cena. Isolou-se em Londres, sem, contudo, “fechar sua bolsa, d’onde sahiam ás cincoenta, ás cem moedas”. O auxílio financeiro, destacado pelo narrador como uma espécie de contraponto/atenuante da desistência do personagem, pode ser interpretado como uma compensação, ou mesmo a afirmação de uma postura de filantropo rico e esclarecido, defensor das benfeitorias e responsabilidades de uma aristocracia ilustrada. O principal desejo do personagem era poder gozar da sua Inglaterra em paz, sem maiores conflitos e por isso respirou aliviado quando as primeiras expedições rumo a Portugal partiram: “pouco a pouco, se foram vasando os primeiros depositos de emigrados”. Era possível gozar da Inglaterra idealizada.

Alli estava elle pois no seu sonho, n’uma digna residencia ingleza, entre arvores seculares, vendo em redor nas vastas relvas dormirem ou pastarem os gados de luxo, e sentindo em torno de si tudo são, forte, livre e solido, – como o amava seu coração. Teve relações; estudou a nobre e rica litteratura

⁸⁴⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.17.

ingleza; interessou-se, como convinha a um fidalgo em Inglaterra, pela cultura, pela cria dos cavallos, pela pratica da caridade; – e pensava com prazer em ficar ali para sempre n’aquella paz e n’aquella ordem.⁸⁴⁶

Afonso da Maia, no decorrer da trama, vai deixando claro que seu interesse era garantir uma vida confortável, tranquila, pautada pela valorização de uma aristocracia iluminada e iluminadora, fruto de uma tradição secular e de uma fortuna geradora de boas ações no plano individual e junto à esfera pública. O personagem procura se identificar com uma aristocracia defensora de algumas reformas, nomeadamente no plano das liberdades individuais, entretanto, essa autoassociação está crivada de incoerências. Uma delas materializa-se na recusa do personagem em aceitar a pretendente de Pedro da Maia, seu filho. Este se apaixonou por Maria Monforte, brasileira,⁸⁴⁷ filha de um homem de origem humilde, natural dos Açores e que havia se enriquecido por meio do tráfico de escravos.

É Tomás de Alencar que narra como foi a chegada de Maria a Lisboa junto com o seu pai:

[...] o papá Monforte, uma manhã rompera subitamente pelas ruas e pela cidade de Lisboa n’aquella mesma caleche com essa bela filha ao seu lado. Ninguem os conhecia. Tinham alugado a Arroios um primeiro andar no palacete dos Vargas; e a rapariga principiou a parecer em S. Carlos, fazendo uma impressão – uma impressão de causar aneurismas, dizia o Alencar! Quando ella atravessou o salão os homens vergaram-se no deslumbramento da aurêola que vinha d’aquella magnifica criatura, arrastando com um passo de deusa uma cauda de corte, sempre decotada, e apesar de solteira resplandecente de joias.⁸⁴⁸

Muitos rapazes se encantaram por aquele “ducado de ouro novo entre velhos patacos do tempo do Sr. D. João VI”,⁸⁴⁹ no entanto, quando se soube que o pai da moça fora traficante de escravos e que, com isso, enriquecera, não tardou que toda a Lisboa desdenhasse Maria. A partir de então,

[...] o entusiasmo pela Monforte calinou. Que diabo! Juno tinha sangue de assassino, a *beltà* do Ticiano era filha de negreiro! As senhoras, deliciando-se em vilipendiar uma mulher tão loira, tão linda e com tantas joias, chamaram-lhe logo a negreira! Quando ella aparecia agora no theatro, D. Maria da Gama affectava esconder a face detraz do leque, porque lhe parecia ver na rapariga (sobretudo quando ella usava os seus bellos rubis) o sangue

⁸⁴⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.17.

⁸⁴⁷ É importante considerar que o termo “brasileiro(a)”, no século XIX, não está relacionado apenas a uma identidade nacional, na ocasião em formação/consolidação. Trata-se, isto sim, de uma designação que pode se referir a uma origem estritamente brasileira, mas também para se falar de um sujeito nascido em Portugal e que, após enriquecer no Brasil e regressar à “terrinha”, era chamado de “brasileiro”. Um exemplo é o personagem Basílio, do romance homônimo. No caso de Maria Monforte, a designação “brasileira” é empregada nos dois sentidos, pois a personagem efetivamente nasceu no Brasil, mas seu pai, dos Açores, encarna outros significados.

⁸⁴⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.26.

⁸⁴⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.27.

das facadas que dera o papàzinho! E tinham-n'a calumniado abominavelmente.⁸⁵⁰

Mesmo assim, Pedro da Maia se apaixonou pela rapariga e, depois, de um namoro às antigas, decidiu casar-se com ela. D. Afonso não aceitou a ideia do matrimônio, pois como poderia imaginar seu filho, descendente de uma família daquela posição, unir-se a uma mulher que era filha de um assassino, de um homem que construiu a sua fortuna com a exploração da vida de outros homens? Não era possível manchar a sua linhagem com tal legenda de sangue. Numa noite em que Afonso jogava *whist* com os seus amigos, o coronel Siqueira contou que havia avistado Pedro e Maria Monforte passeando a cavalo, “ambos muito bem e muito *distingués*”. Afonso afirmou com ares de enfatiamento: “– Enfim, todos os rapazes teem as suas amantes... Os costumes são assim, a vida é assim, e seria absurdo querer reprimir taes cousas. Mas essa mulher, com um pae desses, mesmo para amante acho má”.⁸⁵¹

Vilaça estranhou aquela afirmação e exclamou: “– Amante! Mas a rapariga é solteira, meu senhor, é uma menina honesta! ...” Afonso da Maia enchia seu cachimbo, as mãos começaram a tremer-lhe, e voltando-se para seu administrador, retrucou: “– O Vilaça de certo não suppõe que meu filho queira casar com essa creatura...”⁸⁵² Foi preciso que outro personagem, o coronel Siqueira, intervisse afirmando que não, que certamente não era esse o intuito de Pedro. Pouco tempo depois, Pedro da Maia afirmou ao seu pai que realmente almejava casar-se com Maria. Afonso, ao ouvir da boca do filho aquelas pretensões, não tardou em afirmar: “– Não me tinhas fallado d'isso... Creio que é a filha d'um assassino, d'um negreiro, a quem chamam também negreira”. Pedro reafirmou seu intuito e acabou rompendo com Afonso que: “ergueu-se diante d'elle, rigido e inexoravel como a encarnação mesma da honra domestica”.⁸⁵³

A recusa de Afonso da Maia a essa possível união arregimentava-se, inicialmente, pelo fato de que Manuel Monforte, pai da provável noiva, era um traficante, alguém que havia feito mal a muita gente (esse argumento é o mesmo que a “boa sociedade” lisboeta utilizava para rechaçar a “negreira”). Contudo, essa questão – com certos contornos liberais e humanitários – era apenas uma carapaça para outra preocupação mais forte, qual seja, o fato de que o sangue de uma família tão nobre se imiscuisse com o de uma gente sem “berço”. O

⁸⁵⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.29.

⁸⁵¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.32.

⁸⁵² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.32.

⁸⁵³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.35.

que incomodava, de fato, era que os antepassados de Maria Monforte não tivessem lutado na batalha de Aljubarrota (1385) ou de Alcácer-Quibir (1578). Trata-se principalmente de uma questão social.

Mas não só isso. Afonso da Maia recusava-se a aceitar o casamento com a Monforte também em função de alguns presságios em relação à rapariga. O mesmo personagem que anos depois iria rir dos agouros anunciados por Vilaça em relação ao Ramalhete, presentia, em contexto anterior, que a negreira iria desgraçar a vida de Pedro da Maia. O destino provaria que o patriarca estava correto, uma vez que Maria não se demonstrou devotada à sua união com Pedro, traindo-o. A personagem provocou, ainda que indiretamente, o desfecho trágico. O presságio se deu quando Afonso avistou a pretendente do seu filho:

D'ahi a dias, Affonso da Maia viu emfim Maria Monforte. Tinha jantado na quinta do Sequeira ao pé de Queluz, e tomavam ambos o seu café no mirante, quando entrou pelo caminho estreito que seguia o muro a caleche azul com os cavalos cobertos de redes. Maria, abrigada sob uma sombrinha escarlata, trazia um vestido côr de rosa cuja roda, toda em folhos, quasi cobria os joelhos de Pedro sentado ao seu lado [...] O Sequeira ficara com a chávena de café junto aos labios, de olho esgazeado, murmurando:

– Caramba! É bonita!

Afonso não respondeu: olhava cabisbaixo aquella sombrinha escarlata, que agora se inclinava sobre Pedro, quasi o escondia, parecia envolvel-o todo – como uma larga mancha de sangue alastrando a caleche sob o verde triste das ramas.⁸⁵⁴

Fosse em função da sua premonição, fosse por causa do orgulho patricio, Afonso não aceitava Maria Monforte como sua nora. Delineia-se, nesse ponto, um drama típico da prosa romanesca do século XIX, isto é, a discriminação de um sujeito pertencente, mormente, à classe burguesa. O romance, principalmente a partir do início do século XIX,⁸⁵⁵ tomou para si a tarefa de representar um sistema político cada vez mais aberto a novas inclusões.⁸⁵⁶ Nesse contexto, quando se edificava e se afirmava a moral burguesa, a prosa romanesca auxiliou na criação de situações imaginárias em que o protagonista poderia se tornar um bom membro da sociedade, exatamente ao arriscar-se à exclusão. A personagem Pâmela, de Samuel Richardson (1689-1761), por exemplo, destacar-se-ia pelo seu desejo de escolher o próprio marido. Ela teria arriscado sua posição social ao enfrentar seu pai despótico que, ao reprimir a

⁸⁵⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.34-35.

⁸⁵⁵ Nancy Armstrong afirma que os romances ingleses dos séculos XVII e XVIII teriam sido um verdadeiro laboratório para se verificar a resistência individual às determinações de casta. Entretanto, a autora destaca que essa perspectiva teria se desenvolvido ao longo de três séculos, sendo o contexto oitocentista importante para a consolidação da moral burguesa. ARMSTRONG, Nancy. A moral burguesa e o paradoxo do individualismo. In: MORETTI, Franco (org.). *A cultura do romance*. São Paulo: COSACNAIF, 2009. p.338.

⁸⁵⁶ LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p.228.

filha transgressora, criava em torno de si uma imagem negativa, retrógrada. A autorização paterna para que a filha escolhesse seu esposo teria funcionado como uma solução de mediação necessária, num contexto social em que crescentemente se valorizava a liberação individual, mas que era preciso garantir a adesão ao “contrato social”.⁸⁵⁷

Diferentemente dos heróis das epopeias que representavam valores coletivos transmitidos às diferentes gerações como uma perpetuação exemplar do passado, os protagonistas e os antagonistas da prosa romanesca davam a ver contradições de indivíduos inseridos numa sociedade onde a tônica é a incerteza.⁸⁵⁸ Essa perspectiva delineou-se frente a uma realidade em que os horizontes de expectativa se apresentavam como incertos, contraditórios e potencialmente promissores. O herói épico lutaria pela manutenção e/ou reestabelecimento da ordem, representando arquetipicamente toda uma sociedade. Os personagens romanescos, por sua vez, representariam as contradições de indivíduos em uma sociedade em transformação. Envolver-se-iam em uma complexa relação de transgressão e de reafirmação da sociedade em que estão inseridos.

Por conseguinte, pode-se considerar que a noção de realização das individualidades se daria por meio do direito de resistência política, conquistado pela ascensão burguesa. No entanto, essa conquista teria sido articulada à manutenção do *status quo*, pois a burguesia se identificava com a premissa de resistência (uma espécie de mito de origem), mas, ao longo do século XIX, passou a ter interesse em manter a ordem alcançada. Como relacionar a liberação das individualidades com o refreamento das paixões em prol do bem comum?⁸⁵⁹

No caso da narrativa eciana, Maria Monforte foi vítima do preconceito de classe de uma sociedade que a recriminou. Contudo, suas ações não levaram a uma superação desse quadro, mas à afirmação da inevitabilidade do insucesso dos que se rebelam contra os parâmetros estabelecidos socialmente. Com efeito, essa representação desviante na prosa eciana, não conduziria a uma inclusão restauradora da ordem questionada – a exemplo dos romances de Richardson e de Daniel Defoe (1660-1731). Ao contrário, abririam caminho para uma tragédia, um desfecho elaborado por essa sociedade, caracterizada na narrativa como altiva, conservadora e beata, mas também em função das ações de Maria Monforte, que não se apresenta como as heroínas da tradição romanesca comuns à época. Embora a personagem

⁸⁵⁷ ARMSTRONG, Nancy. *A moral burguesa e o paradoxo do individualismo*. ..., p. 336.

⁸⁵⁸ PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.274.

⁸⁵⁹ ARMSTRONG, Nancy. *A moral burguesa e o paradoxo do individualismo*. ..., p.238.

eciana tenha sofrido com as preconceções da sociedade em que estava inserida, ou melhor, que buscava se inserir, é preciso considerar que ela apresenta ações pouco virtuosas e indignas da aceitação almejada. Mais do que isso: delineia-se uma burguesia fútil, superficial e arrivista.

Essa caracterização se dá logo nas primeiras cenas em que a personagem é apresentada. O narrador nos conta que Maria andava sempre na frente do pai, ostentando um luxo demasiado afirmativo. Ela portava vestidos no valor de propriedades e não tinha quaisquer escrúpulos em gastar toda a fortuna do seu pai, como também não veio a ter em relação ao dinheiro do seu esposo. O papa Monforte e Pedro da Maia seriam facilmente levados à falência pelo estilo de vida da “negreira”. Esse foi o destino do Sr. Monforte, enquanto Pedro não teve tempo de perder sua fortuna, pois acabou tirando a própria vida antes disso. Ainda na lua de mel, em viagem pela Europa, Maria começava a revelar suas características. Ela e Pedro viveram na Itália dias de uma “felicidade de novela”, mas logo a “negreira” quis mudar de destino, queria a França.

Paris estava seguro, agora, com o príncipe Luiz Napoleão... Além d’isso, aquella velha Italia classica enfastiava-a já: tantos marmores eternos, tantas madonas começavam (como ella dizia pendurada languidamente do pescoço de Pedro) a dar tonturas á sua pobre cabeça! Suspirava por uma boa loja de modas, sob as chammas do gaz ao rumor do boulevard... Depois tinha medo da Italia onde todo mundo conspirava.⁸⁶⁰

Maria, na Itália, enfastiou-se com os mármores eternos, isto é, ansiava por novidades. Ela preferia a agitação parisiense, com suas lojas de moda, à eternidade das artes da Itália, que lhe davam tonturas. A personagem é caracterizada como uma fútil. Na Cidade Luz, agradavam-lhe o cheiro da pólvora que ainda estava nas ruas e toda atmosfera que desse cenário se apreendia. Por isso, o casal ficou na França durante a primavera, até que a “admiração absurda de Maria pelos uniformes da *garde-mobile* fazia Pedro nervoso”.⁸⁶¹ De volta a Lisboa, o casal passou a levar uma vida de luxo e exibição. Maria começava a oferecer as *soirées* mais animadas da cidade, almejando criar corte e conquistar a reconciliação com aquele:

[...] pae retirado em Bemfica, com o rigido orgulho de outras edades, faria lembrar constantemente, mesmo entre os seus espelhos e os seus estofos, o brigue Nova Linda carregado de negros... E queria mostrar-se a Lisboa pelo braço d’esse sogro tão nobre e tão ornamental, com as suas barbas de visorrei.⁸⁶²

⁸⁶⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.39-40.

⁸⁶¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.40.

⁸⁶² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.41.

Maria Monforte almejava ser aceita pelo sogro aristocrata, exibindo-o como um troféu, um estandarte de sua ascensão. Era, portanto, arrivista. Mas Afonso da Maia se recusava a aceitar a vida que o filho escolhera e, sobretudo, reafirmava sua indisposição em conviver com a “negreira”, que, após o novo desdém do sogro, fez reviver a antiga cólera contra ele. Passou a esbravejar contra Afonso e, tendo como resposta os protestos de Pedro com aquelas maneiras, reafirmou: “Seu pae! E á face de toda a Lisboa tratava-a então como uma concubina! Podia ser um fidalgo, mas as maneiras eram de villão. Um D. Fuas, um Barbatanas, nada mais!...”⁸⁶³

Maria Monforte intensificou suas festas grandiosas, seu cotidiano com certa orgia *distingúee*, atravessado pelo sopro romântico da Regeneração. Mostrava-se muito bela sob as roupagens “clássicas de Helena ou no luxo sombrio do luto oriental de Judith”, numa festança que perdurou até que o momento em que ela teve de se recolher por causa de uma segunda gravidez. Além de Maria Eduarda, o casal tinha gerado outro filho, Carlos Eduardo. Após o nascimento deste, Pedro quis fazer as pazes com Afonso, tendo o consentimento de sua esposa. Ela, porém, aconselhou o marido que essa reconciliação se desse quando o casal tivesse um novo cotidiano: mais calmo, com poucos amigos e certos ares de recato.

Toda a antiga maneira de Maria pareceu com effeito ir mudando. Suspendera as soirées. Começou a passar as noites muito recolhidas, com alguns intimos no seu boudoir azul. Já não fumava; abandora o bilhar; e vestida de preto, com uma flor nos cabellos, fazia crochet ao pé do candeeiro.⁸⁶⁴

Depois de algum tempo, Pedro da Maia voltou a falar na reconciliação com o pai, mas Maria afirmou que se fazia necessário esperar um pouco mais, destacando que Afonso era “uma espécie de santo”.⁸⁶⁵ Mesmo após todas as mudanças no cotidiano do casal, eles ainda não mereciam o patriarca nobre. A personagem fez essa declaração semanas antes de fugir com Tancredo, membro da realeza de Nápoles, que Pedro havia baleado em uma caçada e hospedado em sua casa. A “negreira”, enfim, confirmava por meio de suas ações, as previsões negativas que Afonso da Maia fizera sobre si: fugiu com o napolitano, deixando para trás o filho mais novo casal e o marido que, não suportando o abandono, suicidou-se. Maria levou consigo a filha, condenando-se a uma vida de amantes (Tancredo foi só o primeiro), prostituição e pobreza, pois, não obstante, ela gastou toda a fortuna do Papa Monforte, mantendo depois, por pouco tempo, uma luxuosa casa de jogos, que também acabou perdendo

⁸⁶³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.42.

⁸⁶⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.53-54.

⁸⁶⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* vol. 1, p.55.

em função de suas aventuras e inconseqüências. Por meio de suas ações, irradia-se o cerne da tragicidade da obra, já que a separação dos dois irmãos fez com que eles fossem criados sem se conhecerem, apaixonando-se anos depois.

Afonso da Maia e Maria Monforte representam dois polos opostos, mas complementares em relação ao desfecho trágico da obra, por sua vez, uma metonímia para se pensar o destino de Portugal. O primeiro personagem se apresenta como um aristocrata esclarecido. No entanto, reproduz certas atitudes dos segmentos sociais conservadores contra os quais, em tese, se colocaria. Já Maria Monforte, inicialmente é vítima de uma sociedade retrógada, incluindo aí seu altivo sogro, mas, no decorrer da narrativa, revela-se portadora de ações nefastas. Há entre os dois personagens uma ligação importante: os desvios ou transgressões não levariam a uma saída pacificada e regeneradora, de outro modo, encaminhariam os dramas apresentados. A ambivalente filiação de D. Afonso ao liberalismo e a tentativa de inclusão de Maria Monforte contribuem para a construção de uma narrativa que coloca em xeque os pressupostos de uma modernização política e social. Qualquer tentativa nesse sentido parece sucumbir frente a um futuro que vai se tornando mais estreito e improvável no decorrer da trama, uma tendência que se desenvolve por meio do destino dos personagens e do próprio tempo da narrativa.

Nesse ponto vale a pena salientar a forma como passado e presente foram pensados a partir de alguns romances, destacando-se duas tendências. Uma representada por Walter Scott (1771-1832) buscava analisar o passado como momento crucial para a compreensão do presente e a outra, que tem como um de seus representantes Honoré Balzac (1799- 1850), valorizava a discussão do presente com um breve recuo explicativo ao passado. O primeiro teria tido a tranquilidade épica de olhar para o passado a partir de uma Inglaterra pós-revolucionária. Enquanto o segundo, escrevendo da França onde se desenvolviam conflitos entre as forças de restauração e de combate ao Antigo Regime, procurou discutir o presente, a realidade vulcânica que se configurava à sua volta.⁸⁶⁶ Quando se pensa no século XIX, consideram-se as elaborações romanescas tecidas em torno do romantismo e do realismo/naturalismo. Enquanto as prosas românticas variaram entre as utopias revolucionárias e o ufanismo, os romances realistas transitaram entre uma perspectiva analítica que se pretendia transformadora e, uma espécie de descritivismo descrente.⁸⁶⁷

⁸⁶⁶ LUKÁCS, György. *O romance histórico*. ..., p. 109.

⁸⁶⁷ MORETTI, Franco. O século sério. In: *A cultura do romance*. São Paulo: COSACNAIF, 2009. p. 842.

Algumas narrativas romanescas, sob certa égide hegeliana, pautavam-se pela ideia de que se vivia o início de um futuro; outras, eram caracterizadas pela noção de que o presente seria a última fase atingida pelo passado.⁸⁶⁸ Para essas últimas, os horizontes não eram mais tão largos como outrora. No primeiro caso apresentado, predominou a utilização da narração como forma de desbravar as mudanças em sociedades burguesas em seu nascedouro; no outro, a tendência descritiva desacelerou a narração, numa experiência histórica em que o presente passou a ser sistematizado como um desdobramento do passado. Principalmente depois de 1848, começou a se desenvolver uma produção romanesca caracterizada pelo esfacelamento das conexões entre o presente e o passado, numa narrativa em que predominou um mundo estático, com uma descrição unilateral e niveladora.⁸⁶⁹

O ato de descrever, evidentemente, não foi inaugurado por autores como Gustave Flaubert (1821-1880), Émile Zola (1840-1902) ou Eça de Queiroz. Prosadores de outras épocas já empregavam essa técnica, mas não como uma tendência hegemônica na estruturação dos textos, conforme se deu no contexto oitocentista. Se até então a descrição fazia parte da criação de uma trama, por meio de elementos secundários à narrativa, teria surgido um novo tipo de detalhamento, focado na construção de imagens, antecedendo e até superando em relevância a ação central desenrolada no romance, uma perspectiva que oblitera o processo narrativo. Enquanto a narração tenderia a “distinguir e ordenar”, a descrição “nivelaria todas as coisas”.⁸⁷⁰ Tal homogeneização compromete o discernimento entre a ação humana dramatizada e as paisagens ou os objetos, por exemplo.

Nessa tendência homogeneizante, perder-se-ia a capacidade narrativa e, com ela, o potencial de construção de sentidos para a dinâmica social. A descrição densa poderia, com efeito, desacelerar a narração, em prol de um virtuosismo literário que, ao pretender garantir o “realismo” representacional, acabava por se tornar antinatural.⁸⁷¹ Em função de uma temporalidade demasiadamente dilatada e de um obscurecimento dos sentidos essenciais do

⁸⁶⁸ MORETTI, Franco. *O século sério*. ..., p. 853.

⁸⁶⁹ SILVA, Arlenice Almeida. A história e as formas (Apresentação). In: LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 23.

⁸⁷⁰ LUKÁCS, Georg. *Narrar ou Descrever?* Contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo. In: *Ensaio sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.62.

⁸⁷¹ Como demonstra Auerbach, o fantástico não necessariamente é uma fuga do real, e por isso seria importante pensar nos nexos entre os processos de estilização e a realidade. As formas literárias não existem como uma abstração da realidade ou independente dela. Ao contrário, elas existem também no mundo “concreto”. A complexidade e o formato dos campos estilísticos podem estar relacionados à própria complexidade do contexto social narrado. AUERBACH, Eric. O mundo na boca de Pantagruel. In: *Mimesis: a representação da realidade na literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p.225-244.

texto, em prol do destaque conferido aos detalhes. Tais pormenores ensimesmados poderiam compor belas cenas, com ricas imagens, mas não, necessariamente, contribuir para a construção dos sentidos da prosa. Na composição descritiva poderia se perder

[...] o fundamento da composição épica: o escritor que segue o método descritivo compõe à base do movimento das coisas. [...] Tal método de composição tem como efeito o tornar os diversos e determinados aspectos objetivos do complexo de coisas em partes individualizadas dentro do romance. [...] A vida dos homens, o destino dos protagonistas constituem apenas um tênue fio, necessários para acabar estes quadros, objetivamente acabados em si mesmos.⁸⁷²

A perspectiva de descrição, intensificada em muitos romancistas do século XIX, estaria relacionada, de acordo com Moretti, à valorização do cotidiano, em detrimento dos grandes feitos, do inaudito e das aventuras épicas. O romance moderno teria inaugurado uma nova narrativa sobre o real, compatível com a realidade da vida burguesa, marcada, principalmente na segunda metade do século, por uma paixão calma, com transgressões limitadas. O realismo das grandes descrições do século XIX teria ganhado força exatamente no

[...] momento extremo da revolução, e, depois de Napoleão, com as suas expectativas imediatas de uma mudança radical, havia posto em dúvida a “solidez” da sociedade europeia; mas a Restauração inverteu o veredito: as acelerações da história são fenômenos efêmeros, de superfície; a realidade com a qual é necessário realmente medir-se é a que perdura, que afunda as próprias raízes no passado – e que só o realismo denso da descrição romanesca está em condições de acolher.⁸⁷³

Essa tendência descritiva, que colabora mais para a representação das continuidades do que das transformações, estaria ligada à racionalização *do* e *no* romance. Nesse processo, o prosador tenderia a utilizar do discurso indireto, em detrimento do discurso direto ou indireto livre. No primeiro caso, predominaria a tendência centralizadora do narrador, que teria o objetivo pedagógico de transmitir uma mensagem unívoca, perspectiva ligada a um posicionamento conservador, que não daria voz aos personagens, num contexto em que se passaram a temer os “excessos revolucionários” e as “ameaças anarquistas”.⁸⁷⁴ O discurso indireto livre, contrariamente a essa perspectiva, seria utilizado predominantemente nos romances realistas concebidos em contextos em que não se temiam as revoluções, seja porque se considerava que elas eram inviáveis, ou porque já se tinham desenvolvido e o horizonte de

⁸⁷² LUKÁCS, Georg. *Narrar ou Descrever?...*, p.69-70.

⁸⁷³ MORETTI, Franco. *O século sério.* ..., p. 853.

⁸⁷⁴ MORETTI, Franco. *O século sério.*..., p. 857.

incertezas dissipara-se. De uma forma ou de outra, o narrador divide a condução da prosa com os personagens, que se tornam efetivamente protagonistas.

Na narrativa eciana, é possível perceber a crescente acentuação do discurso indireto. O narrador, cada vez mais, ganha um papel proeminente na condução de um texto marcadamente descritivo. Se a leitura da obra queiroziana como um todo aponta para essa tendência, o romance *Os Maias*, em especial, sinaliza uma transição relevante: a densidade das descrições e, conseqüentemente, o ritmo da narração, vão se alterando dentro da própria obra, dilatando-se a experiência narrada. A trama inicia-se em 1875, fazendo um recuo até os anos 1830 (contando-nos a trajetória de Afonso da Maia), passando depois aos anos 1850 (tratando dessa vez de Pedro da Maia), para assim retomar ao ponto de partida, os anos 1870. É nesse contexto que decorre praticamente toda a ação do romance, com um flagrante prolongamento do tempo. A obra termina nos anos 1880, numa perspectiva de paralisia: como se viu no quinto capítulo, João da Ega e Carlos da Maia vagam por uma Lisboa onde nada mudou, onde tudo (inclusive eles) permanece como na década anterior. As promessas de mudança convertem-se em grandes incertezas. O americano passa em frente aos dois desolados amigos, mas nós não sabemos o que ocorreu depois, pois ali finda a narrativa.

A ampliação da descrição e a atuação crescente do narrador relacionam-se diretamente com a impotência dos personagens, portadores da ação dramatizada. Eles são silenciados ou vão se silenciando conforme a trama se desenrola, por meio de um processo de estreitamento dos horizontes de mudança ou do abandono dos objetivos traçados anteriormente.

Criar uma narrativa que inviabilize qualquer ação afirmativa é, nesse sentido, colocar em relevo os processos de controle e os determinantes sociais. É dar ênfase à manutenção do *status quo* em detrimento dos vislumbres de transformação. Essa perspectiva pode ser percebida por meio da análise do percurso dos personagens centrais da trama, dentre eles, Afonso da Maia. O patriarca, embora ganhe espaço em cenas específicas, está ausente em boa parte da obra e, ao mesmo tempo, possui locuções muito significativas. Por exemplo, quando questionado por Dâmaso sobre a predileção pelas touradas em detrimento das corridas, esporte verdadeiramente *chic*, D. Afonso respondeu:

– Pois é verdade, tenho esse fraco portuguez, prefiro os touros. Cada raça possui o seu *sport* proprio, e o nosso é o toiro: o toiro com muito sol, ar de dia santo, agua fresca, e foguetes... Mas sabe sr. Salcede qual é a vantagem da toirada? É ser uma grande escola de força, de coragem e de destreza... Em Portugal não há instituição que tenha uma importancia igual á tourada de curiosos. E acredite uma cousa: é que se n'esta triste geração moderna ainda ha em Lisboa uns rapazes com certo musculo, a espinha

direita, e capazes de dar um bom socco, deve-se isso ao touro e á tourada de curiosos...⁸⁷⁵

Em outra ocasião, quando Carlos e Ega planejavam o lançamento de uma revista, levantou-se a possibilidade de D. Afonso contribuir com um artigo para o novo periódico. Com o mesmo tom moralista, o personagem mais uma vez dividiu a cena com o narrador:

O quê! Compôr prosa, elle, que hesitava para traçar uma carta ao feitor? De resto o que teria a dizer ao seu paiz, como fructo da sua experiencia, reduzia-se pobrementemente a tres conselhos em tres phrases: aos politicos – “menos liberalismo e mais character”; aos homens de letras – “menos eloquencia e mais ideia”; aos cidadãos em geral – “menos progresso e mais moral”.⁸⁷⁶

Os discursos moralizantes do personagem parecem pouco efetivos, a pretensão de formar o neto para ser útil ao país não passou de uma bela intenção e os conselhos dados em relação à revista poderiam ser direcionados ao próprio interlocutor, dada a sua trajetória. Nesse sentido, as falas marcantes do personagem contrastam com a ação do romance e, não obstante, sua locução vai desaparecendo, aos poucos, simbolizando o desmantelamento da possibilidade de qualquer tipo de ação formativa ou regeneradora. Afonso da Maia falhou na criação do seu filho e do seu neto, tal como será trabalhado nos próximos itens deste capítulo; e falhou, acima de tudo, consigo mesmo. No final do romance, no penúltimo capítulo para sermos mais exatos, D. Afonso vem a óbito, depois de constatar que seu neto cometera incesto. Nesse trecho derradeiro, o personagem já não fala, está completamente mudo, restando-lhe apenas as derradeiras expressões corporais e faciais, contadas pelo narrador. Predomina a descrição da cena em que Afonso vai, paulatinamente, desaparecendo. Esse desfecho fatal ocorre quando o avô se encontra com o neto, no momento em que este regressava da casa de sua amante irmã, após mais uma relação carnal incestuosa, dessa vez, consciente por parte de Carlos.

O clarão chegava, crescendo: passos lentos, pesados, pisavam surdamente o tapete: a luz surgiu – e com ella o avô em mangas de camisa, livido, mudo, grande, spectral. Carlos não se moveu, suffocado; e os dois olhos do velho, vermelhos, esgazeados, cheios de horror, cahiram sobre elle, ficaram sobre elle, varando-o até ás profundidades d’alma, lendo lá o seu segredo. Depois, sem uma palavra, com a cabeça branca a tremer, Affonso atravessou o patamar, onde a luz sobre o velludo espalhava um tom de sangue: – e os seus passos perderam-se no interior da casa, lentos, abafados, cada vez mais sumidos, como se fossem os derradeiros que devesse dar na vida!⁸⁷⁷

D. Afonso vai se transformando ao longo da trama: de “liberal exaltado”, ele tornou-se um aristocrata esclarecido, almejando, sem sucesso, educar uma nova geração, novos sujeitos

⁸⁷⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 410- 411.

⁸⁷⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.318.

⁸⁷⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.462-463.

que pudessem fazer, quem sabe, o que ele próprio não teve coragem de por em prática durante a sua juventude.

6.2. Pedro da Maia, ou o fracasso de uma educação cristã

Nos anos em que viveu na Inglaterra, D. Maria Eduarda Runa, diferentemente de Afonso da Maia, tinha muitas saudades de Lisboa. Ela não suportava aquelas terras de “hereges”, onde, por todo lado, sentia uma “hostilidade bárbara aos papistas”. Somente à noite a beata personagem tinha alguma satisfação, quando se juntava às criadas no sótão para rezar o terço, agachada numa esteira – “gosando ali, n’esse murmúrio d’ave-marias em paiz protestante, o encanto de uma conjuração catholica!”⁸⁷⁸ D. Maria Eduarda, “verdadeira lisboeta, pequenina e trigueira”, preocupava-se ainda mais com a educação do seu herdeiro.

Odiando tudo o que era inglez, não consentira que seu filho, o Pedrinho, fosse estudar ao collegio de Richmond. Debalde Afonso lhe provou que era um collegio catholico. Não queria: aquelle catholicismo sem romarias, sem fogueiras pelo S. João, sem imagens do senhor dos Passos, sem frades nas ruas – não lhe parecia a religião. A alma do seu Pedrinho não abandonaria ella á heresia; – e para o educar mandou vir de Lisboa o padre Vasques, o capellão do Conde de Runa.⁸⁷⁹

O padre Vasques, com as bênçãos de D. Maria Eduarda, ensinava ao menino declinações latinas e principalmente a cartilha. D. Afonso ficava inconformado com aquela situação e sua face cobria-se de tristeza, quando, ao voltar de alguma caçada ou das ruas de Londres, “d’entre o forte rumor da vida livre”, ouvia a voz dormente do reverendo perguntando como “do fundo d’uma treva”:

– Quantos são os inimigos da alma?
E o pequeno, mais dormente, lá ia murmurando:
– Tres. Mundo, Diabo e Carne...

Pobre Pedrinho! Inimigo da sua alma só havia alli o reverendo Vasques, obeso e sordido, arrotando do fundo da poltrona, com lenço do rapé sobre o joelho...⁸⁸⁰

Assistindo àquelas cenas, às vezes Afonso da Maia ficava indignado e ameaçava arrancar o filho daquela situação de beatitude, a fim de levá-lo para fora, para correr com ele sob as arvores do Tâmis, na grande luz do rio, dissipando-lhe do “pesadume crasso da cartilha”. Pedro, acovardado, tinha medo do vento e das árvores: e o pai “ficava pensativo,

⁸⁷⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.18.

⁸⁷⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.18.

⁸⁸⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.19.

triste d'aquella fraqueza do filho".⁸⁸¹ Pedro da Maia tornou-se um homem fraco porque fora educado de acordo com as máximas do catolicismo, sendo acostumado, além do mais, aos colos das criadas e aos "recantos dos estofados". Essa combinação não era exclusiva do personagem em questão, tampouco uma novidade na narrativa eciana. Outros personagens (como o Amaro de *O Crime do Padre Amaro*, por exemplo), também tinham na sua criação beata e feminina as causas das deformações que os acometiam.⁸⁸² Educados de acordo com os princípios do cristianismo e não das "Luzes", cercados de mulheres e não de homens, adocicados pelos confortos do mundo privado e não pelos desafios da esfera pública, esses personagens formam-se como homens débeis, quer do ponto de vista de seus caracteres físicos, quer em relação às suas constituições morais.

As poucas e insignificativas tentativas de Afonso no sentido de retirar o filho daquela "danação", esbarravam sempre nas lamentações de D. Eduarda Runna, que chegava a ter "acesso de febres". Conforme a beatice da mulher aumentava – incluindo nessa fatura os seus excessos em relação à educação de Pedro – mais ela ficava doente, fragilizando-se dia a dia. Afonso tentou remediar as saudades que sua frágil esposa tinha de Portugal, levando-a juntamente com o filho Pedro, para a Itália. Mas Maria Eduarda não se conformava: queria voltar a viver em Portugal, onde para ela havia um catolicismo genuíno e digno. A família regressou então para Lisboa, reinstalando-se em Benfica, mas a mudança não acalmou os ímpetos religiosos da mulher e suas "agonias de devota". Muito pelo contrário. O padre Vasques se apossou da "d'aquella alma para quem Deus era um amo feroz, tornando-se o grande homem da casa".⁸⁸³ Afonso, por seu turno, esbarrava nos corredores de sua casa, com figuras canônicas: de caputinos a franciscanos, de frades a bispos. Por essa razão, adquirira um ateísmo rancoroso e revanchista, desejando "as igrejas fechadas como os mosteiros, as imagens escavadas a machado, uma matança de reverendos... Quando sentia na casa a voz de resas, fugia, ia para o fundo da quinta, sob as trepadeiras do mirante, ler o seu Voltaire".⁸⁸⁴

É importante destacar que a aversão ao catolicismo desenvolvida pelo personagem, bem como o seu novo flerte com os princípios liberais, tinha muito mais uma tendência reativa do que propositiva. Ele sentia-se contrariado e preterido por outras figuras masculinas

⁸⁸¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.19.

⁸⁸² A relação entre certa efeminação de alguns personagens queirozianos e a falta de caráter que os acometem, foi discutida em trabalhos como os de: BARCELLOS, José Carlos. Homossociabilidade masculina e homoerotismo na ficção de Eça de Queirós. In: OLIVEIRA, Paulo Motta; SCARPELLI, Marli Fantini. (orgs.), *Os Centenários Eça, Freyre, Nobre*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2001, p.127-150.

⁸⁸³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.22.

⁸⁸⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.21.

que rondavam a sua casa e dominavam a sua família. As leituras de Voltaire eram um refúgio, antes de qualquer outra coisa. Entretanto, vale sempre lembrar que foi o próprio Afonso que escolhera se unir com uma típica lisboeta “beata e trigueira”, num contexto em que o personagem procurou rever as posições defendidas outrora. Ele não tinha convicção nos seus posicionamentos e nem coragem de lutar por eles; e isso vale tanto para os ideais de juventude, como para a vida de casado. Sua esposa mergulhava numa beatice autodestrutiva, levando consigo seu filho, o Pedrinho, que

[...] estava quasi um homem. Ficara pequenino e nervoso como Maria Eduarda, tendo pouco da raça, da força dos Maias; sua linda face oval d’um trigueiro calido, dois olhos maravilhosos e irresistíveis; prompts sempre a humedecer-se, faziam-n’o assemelhar a um belo arabe. Desenvolvera-se lentamente, sem curiosidades, indiferente a brinquedos, a animaes, a flores, a livros. Nenhum desejo forte parecia jamais vibrar n’aquella alma meio adormecida e passiva: só ás vezes dizia que gostaria muito de voltar para a Italia.⁸⁸⁵

Como sua mãe, Pedro da Maia tornou-se um fraco. Na adolescência já não suportava mais o Padre Vasques com seus desmandos e ameaças proferidas em nome do Criador, mas, como seu pai, não tinha coragem de se contrapor claramente ao clérigo. Abatido, sempre pelos cantos e com “crises de melancolia negra”, Pedro da Maia tornara-se um rapaz “murcho, amarello, com olheiras fundas e já velho”.⁸⁸⁶ O único sentimento vivo e intenso que ele tinha era a paixão pela mãe. Afonso pretendeu mandá-lo para Coimbra, mas novamente abortou a ideia em função da oposição de Maria Eduarda, que não suportava a ideia de ficar longe do seu Pedrinho. Tece-se um impasse relevante, isto é, uma tensão entre o desejo inicial de Afonso, que almejava fazer com que o filho vivesse o mundo, saísse enfim da esfera privada; e as súplicas de Maria Eduarda, pautadas por uma proteção privatista, deformada e deformista. Vence a segunda tendência.

Pedro permaneceu em sua casa em Benfica, fazendo seus lentos passeios a cavalo, com um criado fardado atrás, “começando já a ir beber sua genebra aos botequins de Lisboa”.⁸⁸⁷ Desenvolveu certa tendência amorosa e, aos dezenove anos, teve o “seu bastardosinho”.⁸⁸⁸ Mas as farras e primeiras descobertas do rapaz não duraram muito.

Quando a mãe morreu, n’uma agonia terrível de devota, debatendo-se dias nos pavores do inferno, Pedro teve na sua dôr os arrebatamentos d’uma loucura. Fizera promessa hysterica, se ella escapasse, de dormir durante um anno sobre as lageas do pateo: e levado o caixão, sahidos os padres, cahio

⁸⁸⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.22.

⁸⁸⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.22.

⁸⁸⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.22-23.

⁸⁸⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.23.

n'uma angustia soturna, obtusa, sem lagrimas, de que não queria emergir, estirado de bruços sobre a cama n'uma obstinação de penitente.⁸⁸⁹

Afonso já estava desesperado com aquela tristeza perene do filho, que vivia soturno pelos cantos, peregrinando todos os dias, “com passos de monge e com um luto pesado”, para o túmulo de sua mãe. Essa dor exagerada foi passando bem devagar, dando lugar a uma vida turbulenta de dissipações. “Pedro, levado por um romantismo torpe, procurava affogar em lupanares⁸⁹⁰ e botequins as saudades da mamã”.⁸⁹¹ Essa exuberância ansiosa e compensatória desenvolvera-se tumultuosamente na sua “natureza desequilibrada”, passando depressa. Em pouco tempo Pedro voltava a ter seus ataques de melancolia nervosa, estudando sobre a vida dos santos e dedicando-se novamente a um cotidiano devoto. Afonso da Maia preocupava-se e desgostava-se novamente com aquela situação, preferindo ver seu filho chegando em casa bêbado e a cheirar a álcool, do que levando aquela vida de castração beata: “com um ar velho, marchando para a Igreja de Bemfica”.⁸⁹² E essa tendência soturna e religiosa do rapaz preocupava muito Afonso da Maia.

E havia agora uma idéia que, a seu pesar, às vezes o torturava: descobria a grande parecença de Pedro com um avô de sua mulher, um Runa, de quem existia um retrato em Bemfica: este homem extraordinario, com que na casa se mettia medo às creanças, enlouquecera – e julgando-se Judas enforcara-se n'uma figueira...⁸⁹³

Juntamente com a debilidade constituída por meio da criação cristã, destaca-se certa hereditariedade do personagem.⁸⁹⁴ Some-se a isso, ainda, a sua inclinação romântica. Pedro manteve-se nas sombras da tristeza, entregue a uma existência mórbida, até se apaixonar. Depois de conhecer Maria Monforte, o acabrunhado rapaz foi deixando de lado toda a inércia destrutiva que o tinha marcado até então. Delineia-se aí o fato de que o personagem não conseguia reagir sozinho, precisando sempre de alguma motivação, algum impulso externo a si. Na ausência de sua mãe, essa força motriz vinha de outras personagens femininas – primeiramente, as prostitutas e, depois, a “negreira”. O narrador deixa claro o teor dessa nova paixão:

⁸⁸⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.23.

⁸⁹⁰ Em latim, lit. “covil de lobas”, o termo lupanar designava os prostíbulos da Roma Antiga, preservando-se na língua portuguesa, até a “modernidade”, esse significado. Disponível em: www.dicio.com.br, acesso em: 10/05/2017.

⁸⁹¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.23.

⁸⁹² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.24.

⁸⁹³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.24.

⁸⁹⁴ É possível notar nessa questão a persistência de alguns determinismos de cunho cientificista na narrativa eciana. A importância dos fatores hereditários – descoberta que começou a se desenvolver ao longo do século XIX – faz parte do naturalismo, corrente com a qual Eça não chegou a dialogar fortemente, mas que o influenciou em algum grau.

Pedro da Maia amava! Era um amor á Romeu, vindo de repente n'uma troca de olhares fatal e deslumbradora, uma d'essas paixões que assaltam a existência. Assolam como um furacão, arrancando a vontade, a razão, os respeitos humanos e empurrando-os de roldão aos abysmos.⁸⁹⁵

Trata-se de uma paixão fulminante, que retira do personagem qualquer capacidade racional. É antes de tudo uma armadilha, em que só poderia cair um sujeito sem princípios, sem uma formação sólida que o fizesse ter discernimento e agir conforme o bom senso do século. A narrativa nos faz entrever que Pedro da Maia fracassou como homem e como sujeito, exatamente por ter sido forjado de acordo com os arcaísmos do catolicismo, cercandose de proteção feminina e um cotidiano de dissipações. Um indivíduo assim não teria realmente condições de se guiar na vida, deixando-se levar pela caprichosa paixão e não pela prudente e redentora razão. Fosse ele criado como Afonso desejava, conforme os preceitos liberais do século, teria tido outra postura? A formação do filho de Pedro, Carlos Eduardo, provará que essa equação não é tão exata assim. Mas antes disso, voltemo-nos um pouco mais ao Pedro.

O frágil rapaz encantou-se por Maria e tratou logo de procurar saber quem era a bela rapariga. Obteve essas informações, como já apresentado no item anterior, por meio do poeta Tomás de Alencar que, com sua verve romântica, contribuiu para uma idealização ainda maior da persona em questão. Na verdade, nem precisaria dessa descrição superlativa, pois Pedro já estava apaixonado por ela desde o primeiro olhar. Tão logo conheceu as origens e as datas da donzela, tratou de cortejá-la, ignorando todas as críticas e recomendações em relação a essa paixão (inclusive, as reticências de seu pai). Contrariando a tudo e a todos, embarcou na paixão pela Monforte, namorando-a a antiga, “plantado a uma esquina [...] com olhos cravados na janela d'ella, immovel e pallido d'extasi”.⁸⁹⁶ Passou a dedicar toda a sua existência àquela nova paixão:

Escrevia-lhe todos os dias duas cartas em seis folhas de papel – poemas desordenados que ia compôr para o Marrare: e ninguem lá ignorava o destino d'aquellas paginas de linhas encruzadas que se acumulavam deante d'elle sobre o taboleiro da genebra. Se algum amigo vinha á porta do café perguntar por Pedro da Maia, os criados já respondiam muito naturalmente:

– O sr. D. Pedro? Está a escrever á menina.

E elle mesmo, se o amigo se acercava, estendia-lhe a mão, exclamava radiante, com um bello e franco sorriso:

– Espera ai um bocado, rapaz, estou a escrever á Maria!⁸⁹⁷

⁸⁹⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.24.

⁸⁹⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.30.

⁸⁹⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.30-31.

A devoção por Maria só fez aumentar, e não tardou que Pedro a desposasse, embarcando numa grande felicidade. O soturno rapaz de parcos planos já não existia; pelo contrário, ele já havia encontrado uma nova razão para a sua existência. Essa adoração por Maria não lhe permitia ver alguns comportamentos que ela foi revelando ao longo do casamento: sua lascívia, seu gosto excessivo pelo luxo e suas extravagâncias, por exemplo. Essas características não anulavam o fato de que toda a antiga tristeza de Pedro da Maia havia se dissipado e que Maria havia lhe devolvido a vida, ou mesmo lhe ofertado uma.

O romance *Os Maias* estrutura-se por meio de “paralelismos, desdobramentos e oposições”. O ultrarromântico Alencar se opõe ao hiper-realista João da Ega; Brow (o educador de Carlos) se opõe ao padre Vasquez (formador de Pedro da Maia); D. Afonso contrasta em “honra e dignidade ao pai de sua nora, o traficante Manuel Monforte”.⁸⁹⁸ Nesse sentido, poderia se afirmar que a “negreira” polariza na narrativa com o seu esposo, Pedro da Maia. Enquanto este é frágil, hesitante e passivo no mundo; aquela se apresenta como uma personagem complexa, forte, transgressora e, por isso, de acordo com a lógica eciana, degeneradora.

Existem várias discussões sobre a representação feminina na obra de Eça de Queiroz. Alguns autores, principalmente os biógrafos e/ou os analistas do início do século XX, tenderam a destacar que a misoginia do romancista estaria diretamente relacionada com o fato de ele ter sido abandonado pela mãe quando criança.⁸⁹⁹ Conforme apontado anteriormente, Eça só foi viver com a família nuclear depois de formado na Universidade de Coimbra, tendo sido cuidado, antes disso, pelo seu avô, além de outros parentes e criados de confiança. De fato, não podemos desconsiderar a semelhança que se coloca entre a criação do próprio autor e aquela narrada no romance *Os Maias* em relação ao personagem Carlos Eduardo, que, abandonado pela mãe, foi cuidado pelo avô. Mas essa relação não encerra a questão. Uma obra, como já nos ensinou a crítica e a teoria literária, não é apenas produto de questões

⁸⁹⁸ SOUSA, Américo Carneiro de. *Os Maias*, elementos estruturais. In: MATOS, Alfredo Campos. *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.827-828.

⁸⁹⁹ Guiados pela tendência psicanalítica do início do século, vários autores debateram essa questão, dentre eles: LEAL, Tomás d’Eça. *Eça de Queiroz, Menino e Moço*. Lisboa: Sá da Costa, 1954; MAGALHÃES, José Calvet. *José Maria, a vida privada de um grande escritor*. Lisboa: Bertrand, 1994; MARTINS, Rocha. *Os românticos antepassados de Eça de Queiroz*. Lisboa: Inquérito, 1945; SIMÕES, José Gaspar. *Vida e Obra de Eça de Queiroz*. 1.ed. Lisboa: Bertrand, 1945. Para uma discussão mais problematizada sobre o papel da mulher na obra eciana, são cruciais os trabalhos de Maria Manuel Lisboa, como: LISBOA, Maria Manuel Lisboa. *Teu amor fez de mim um lago triste: ensaio sobre “Os Maias”*. Porto: Campo das Letras, 2000.

individuais (biográficas), psicológicas ou familiares, trata-se, isto sim, de um processo de sensibilização mais complexo.⁹⁰⁰

Além disso, ao invés de projetar para o contexto oitocentista valores e bandeiras políticas consolidados na segunda metade do século XX, é preciso um esforço no sentido de pensar a questão com as cores de seu tempo. No século XIX, as mulheres ainda não tinham e nem mesmo reivindicavam formalmente, como decorreu no século seguinte, determinados papéis sociais e direitos. Mais produtivo do que buscar algo inexistente no contexto oitocentista, é destacar qual ou quais o(s) sentido(s) da ação feminina no romance da época. Por conseguinte, conforme abordado no item anterior deste capítulo, é preciso considerar que a questão da agência feminina está relacionada com as contradições da inclusão das individualidades e das liberdades promovidas pelo sistema político liberal.

Nesse ponto, é interessante reiterar o papel paradoxal que a personagem Maria Monforte desempenha na narrativa. Ela sofre um processo de discriminação social e replica à violência recebida; é o ponto de partida da ação trágica da trama e, ao mesmo tempo, é quem traz a felicidade ao até então pálido descendente da família Maia. Bela, irresistível e perigosa, pode-se dizer que Monforte configura-se como uma espécie de “flor do mal”, tomando emprestado aqui a bela metáfora empregada em um dos títulos seminais de Charles Baudelaire (1821-1867).⁹⁰¹ As ações de Maria não poderiam gerar frutos positivos porque a classe por ela representada foi (re) significada por muitos romancistas do século XIX – incluindo o Eça – como parte do problema e não da solução. Progressivamente, a imaginação literária oitocentista tendeu a problematizar o aparente papel transformador da burguesia e, por isso, não é fortuito que a narrativa eciana tenha se centrado na crítica a esse grupo social, discutindo suas ações em relação a Portugal.

⁹⁰⁰ No Brasil, uma das referências pioneiras nesse debate é o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido (1918-2017). Seguindo a matriz marxista e um caminho semelhante ao que foi trilhado por autores como György Lukács e Theodor Adorno, Cândido buscou tratar da complexidade da obra literária, destacando os nexos entre forma e processo social. Dentre as obras em que ele descortinou vários horizontes de análise para além do automatismo biográfico, destaca-se: CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1967.

⁹⁰¹ Metáfora utilizada por Baudelaire com o intuito de representar artisticamente o amor, o erotismo, a decadência, a morte, o fascínio pela vida, o tédio: impressões contraditórias sobre a realidade humana que poderiam ser representadas por flores belas, porém malignas. Essa metáfora pode ser entendida também como uma forma de expressão da própria sociedade moderna, que foi percebida em sua especificidade pioneiramente pelo autor em questão. BAUDELAIRE, Charles. *Algumas 'flores do mal'*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1964.

Monforte realiza, por analogia ao mito platônico do “andrógeno”,⁹⁰² uma ação olímpica, quer dizer, a separação dos dois irmãos (duas metades), condenando-os a permanecerem perpetuamente se procurando, sendo o auge de suas realizações um encontro amoroso/incestuoso. O desfecho trágico tem sua origem, no caso do texto eciano, nas escolhas e ações de Maria Monforte.⁹⁰³ A ação condenável dos netos, possibilitada a partir da separação deles quando crianças, acaba levando ao falecimento do avô. Ademais, na origem da problemática, encontramos o óbito de Pedro da Maia. Maria Monforte, que encanta a todos com sua exuberância e beleza, proporcionando a Pedro da Maia momentos de grande felicidade, é geradora da ação que levou à morte deste e, por desdobramento, da tragicidade da narrativa. Isso não só pela sua condição feminina, mas, principalmente, por representar uma classe parasita, afetada e superficial, incapaz de assumir o protagonismo rumo à construção de uma sociedade melhor. Pelo contrário, caracteriza-se uma grande temeridade em relação a um grupo social que não estava preparado sequer para se governar.

Essa situação pode ser inferida num momento crucial da narrativa. Maria Monforte, que manifestara grande interesse em ser aceita pela sociedade lisboeta, desfilando nos braços do seu nobre sogro, acabou por fugir com outro nobre, um italiano falido, mas membro da realeza. A felicidade de novela de Pedro da Maia durou pouco tempo. O personagem, arrasado uma vez mais, triste e sem ação uma vez mais, foi ter com o seu pai. Todo coberto de lama e com “um olhar de loucura”, ele chorava copiosamente, sem reação, tendo muita dificuldade em contar a D. Afonso o acontecido: “– Estive fóra de Lisboa dois dias... Voltei esta manhã... A Maria tinha fugido de casa com a pequena... Partiu com um homem, um italiano... E aqui estou!”⁹⁰⁴ D. Afonso ouviu toda aquela história aterrado. Ficou diante do filho:

[...] quedo, mudo, como uma figura de pedra; e a sua bella face, onde todo o sangue subira enchia-se pouco a pouco, de uma grande colera. Viu, n’um relance, o escandalo, a cidade galhofando, as compaixões, o seu nome pela lama. E era aquelle filho que, desprezando a sua auctoridade, ligando-se a essa creatura, estragara o sangue da raça, cobria agora a sua casa de

⁹⁰² De acordo com o mito do andrógono, o ser humano não era originalmente dividido entre masculino e feminino. Essa separação teria sido desenvolvida pelos deuses do Olimpo, como forma de represália à crescente ambição do andrógono, que, com poderes extraordinários oriundos de sua completude, pretendia desafiar todas as forças divinas. Depois da cisão, os seres feminino e masculino passaram a vagar, procurando permanentemente pela outra metade de si. Em função de uma grande mortalidade inicial, os apartados foram parcialmente socorridos, quando Zeus resolveu colocar as genitais dos dois sexos na dianteira, garantindo assim a reprodução. PLATÃO. *O banquete*. Tradução de Sampaio Marinho. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1977.

⁹⁰³ LISBOA, Maria Manuel Lisboa. *Teu amor fez de mim um lago triste...*, p.80.

⁹⁰⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.56.

vexame. E alli estava! alli jazia sem um grito, nem um furor, um arranque brutal de homem trahido! Vinha atirar-se para o sophá, chorando miseravelmente!⁹⁰⁵

No início da paixão de Pedro da Maia pela “negreira”, as atitudes de Afonso foram apresentadas com certo tom de reprovação. A postura de “pai gótico” poderia parecer, *a priori*, reprovável. Contudo, com o passar do tempo, certifica-se que o patriarca tinha razão. Pedro comprovou ser um fraco, privando-se de sua vida por causa da desventura amorosa. A narrativa apresenta elementos que nos fazem crer que o personagem D. Afonso acertou triplamente em suas previsões. Primeiramente, ao se preocupar com a formação beata que o filho recebeu; em segundo lugar, ao acreditar que essa criação, associada ao romantismo reles em que seu herdeiro mergulhara, só poderia gerar um ser deveras frágil – um homem que se deixava levar pela paixão –; por último, ao considerar que Maria Monforte carregava em seu sangue, em sua ascendência, um mal irreparável.

A criação cristã (nos moldes “antigos”) e o romantismo piegas eram problemáticos, mas igualmente o era a associação com grupos sociais em ascensão: “uma gente de má cepa”. Com efeito, aponta-se para a possibilidade de uma solução intermediária, que seria a constituição de uma aristocracia renovada: guardadora das tradições, honras e glórias do passado e, ao mesmo tempo, portadora de uma educação informada pelas “Luzes”, fruto dos tempos modernos correntes. Afonso reafirmava essa perspectiva e essa “crença”, reconhecendo, porém, que havia falhado com o seu filho. Mas no momento de desolação, o personagem observava o seu neto, aquele filho enjeitado pela mãe, que agora estava à beira de si, demandando cuidados e atenção que lhes foram negados também pelo pai, Pedro, que, à sua maneira (suicidando-se), havia abandonado o pequeno. Antes que o filho viesse a matar-se, Afonso lhe indagou sobre o paradeiro do seu mais novo descendente.

Pedro pareceu recordar-se:

– Está lá dentro com a ama, trouxe-o na sege. [...]

Afonso sentou-se lentamente na sua poltrona e acomodou o neto no collo. Os olhos enchiam-se-lhe de uma bella luz de ternura; parecia esquecer a agonia do filho, a vergonha domestica; agora só havia ali aquella facesinha tenra, que se lhe babava nos braços...

– Como se chama elle?

– Carlos Eduardo, murmurou a ama.

– Carlos Eduardo, hein?

Ficou a olhal-o muito tempo, como procurando n’elle os signaes da sua raça: depois tomou-lhe na sua as duas mãosinhas vermelhas que não largavam o guiso, e muito grave, como se a creança o percebesse, disse-lhe:

– Olha bem para mim. Eu sou o avô. É necessário amar o avô! [...]

⁹⁰⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.56-57.

Toda a face do velho sorria áquella viçosa alegria; apertou-o ao seu largo peito muito tempo, poz-lhe na face um beijo longo, consolado, enternecido, o seu primeiro beijo d'avô.⁹⁰⁶

D. Afonso perdia o filho que, a bem da verdade, já tinha perdido anos atrás para o padre Vasquez, a beatitude da esposa e a sua própria omissão. Tinha agora uma nova chance, a oportunidade de formar um homem novo, isto é, um sujeito reto, com princípios e uma educação a contento, bem diferente daquela em que foi mergulhado o “pobre” Pedro. Assim, delineia-se uma nova esperança, constituída por meio de uma formação que passasse a largo das velhas práticas e dos velhos vícios. Mas seria esse projeto exitoso?

6.3. Carlos da Maia, ou o (derradeiro) fracasso da educação liberal

Depois da morte de Pedro da Maia, acreditava-se que D. Afonso não duraria um ano. Mas o narrador quebrou logo essa previsão afirmando que esse ano se passou, outros passaram... O personagem não só sobreviveu como se dedicou à criação do seu neto, retirando-se para a região do Douro. Com o intuito de recomeçar a história de sua família, formando um novo homem – diferente de Pedro da Maia – Afonso decidiu sair de Lisboa, proporcionando ao neto uma formação mais simples, que pudesse gerar um homem forte, virtuoso e útil. O patriarca desejava recomeçar, evitando educar mais um cidadão viciado pelos “males do século”. Por essa razão e por outras que serão abordadas em seguida, pode-se afirmar que a narrativa sobre a criação de Carlos Eduardo nos remete a um modelo de educação ilustrada, especialmente ligada às proposições de Jean Jacques Rousseau.

O filósofo suíço, a partir dos seus escritos sobre educação (principalmente *Emílio ou Da Educação*), apresentou uma desconfiança quanto ao primado absoluto da razão e a consequente negação dos sentidos no norteamento o homem.⁹⁰⁷ Rousseau pensou em uma educação que prezasse pela autossuficiência física e por um longo processo de constituição das sensibilidades. Por meio do contato com a natureza, seriam formadas as condições basilares para o desenvolvimento de uma autonomia física, moral e intelectual.⁹⁰⁸ O desenvolvimento ativo e livre das capacidades naturais é entendido como um processo de auto formação, alicerce para a gestação de homens virtuosos.

⁹⁰⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.58-59.

⁹⁰⁷ HERMANN, Nadja. Virtude e amor em Rousseau. *His. Educ.* Porto Alegre, v.17, n.41, Ste./dez. 2013, p.31.

⁹⁰⁸ PISSARA, Maria Constança Peres. *Rousseau: a política como exercício pedagógico*. São Paulo: Moderna, 2002, p.65.

Para o autor, tal desenvolvimento pauta-se em três eixos: a educação pela natureza, pelas coisas e pelos homens. O primeiro eixo marcar-se-ia pela constituição de nossas faculdades e órgãos; o segundo, pela formatação de nossas sensibilidades em relação ao mundo; enquanto o terceiro, pela tessitura do ser moral (com educação sexual, social, política, filosófica e estética).⁹⁰⁹ Existe na elaboração desse pensamento a justaposição entre a formação do homem e do cidadão: este, constituído após a formatação daquele. O homem teria uma tendência em buscar domar a natureza, esquecendo-se, todavia, de que ele próprio faz parte dela, com ela interage e dela se origina. Mais do que isso: para Rousseau, existe um desenvolvimento dos caracteres naturais humanos (sobretudo em relação aos sentidos básicos de nosso ser), que antecede uma desejável formação intelectual/moral. O objetivo final seria dar ao mundo cidadãos, isto é, indivíduos devotados principalmente ao interesse público; mas essa meta só se concretizaria com alguns cuidados que remontam à educação dos sentidos (tendo os familiares um papel crucial nesse processo).⁹¹⁰

A constituição desse indivíduo passaria por três fases: a educação propriamente dita, a formação e a instrução. Na primeira, a responsável deveria ser a mãe, amamentando a criança na sua primeira infância, cuidando também do seu bem estar físico, da liberdade e naturalidade dos seus movimentos, enfim, do seu crescimento saudável.⁹¹¹ Não se aconselha a adoção de uma ama de leite, potencialmente mercenária e que, por representar a ausência da mãe, poderia gerar ingratidão e sentimento de abandono na criança. Entretanto, no caso da adoção dessa amamentadora, deveria ser tomada a cautela de garantir a sua boa alimentação e uma condição física salutar, visto que ela iria cuidar dessa primeira e essencial formação. Destaca-se que o preceptor ideal após essa fase é o pai, mas que, na ausência deste, deveria se contratar um indivíduo jovem, sem vícios, que se dedicasse com exclusividade ao imberbe.⁹¹²

Associado à divisão da tarefa arrolada, Rousseau pensou também em processos educacionais. Uma boa formação deveria prezar primeiro pelos cuidados com a constituição física, garantindo que fosse criado um homem são, forte, capaz assim de raciocinar. Só depois de uma educação física, pautada pelo desenvolvimento dos sentidos básicos, da autonomia, e da criatividade, é que seria possível formar o sujeito social. Assim diagnosticou o autor:

⁹⁰⁹ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou, Da educação*. 3.ed. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.11-12.

⁹¹⁰ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou, Da educação*. ..., p.12.

⁹¹¹ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou, Da educação*. ..., p.18.

⁹¹² ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio, ou, Da educação*. ..., p.26.

Quereis, então, cultivar a inteligência de vosso aluno; cultivai as forças que a ele devem governar. Exercitai de contínuo o seu corpo; tornai-o robusto e sadio, para torna-lo sábio e razoável; que ele trabalhe, aja, corra e grite, esteja sempre em movimento; que seja homem pelo vigor e logo será pela razão.⁹¹³

Primeiramente, seria preciso dar ao mundo um homem, para depois fornecer um cidadão. Além disso, ainda de acordo com o autor, seria fundamental criar o gosto pelos estudos, antes de ensinar; criar o gosto pelo mundo, antes de incentivar a sua transformação; e trabalhar os sentidos imediatos, antes de inserir os signos e os processos de abstração. Uma boa educação não poderia começar com fábulas e outros elementos, *a priori* estranhos ao estudante, sendo o único livro indicado na fase de constituição do sujeito o romance *Robinson Crusóé* (1719), segundo o filósofo genebrino um tratado de educação natural que deveria ser a primeira leitura do educando, aos 12 anos de idade.⁹¹⁴

E quem seria o educando ideal? A resposta está no personagem Emílio. O educando em que Rousseau centra as suas forças é robusto e saudável, nobre, rico e órfão.⁹¹⁵ Esse sujeito deveria ser rijo para que pudesse ser útil ao mundo, antes de qualquer outra coisa. Deveria ter uma posição social privilegiada, pois só assim seria possível experimentar todas as condições humanas: dos luxos cotidianos das elites, aos trabalhos manuais inerentes à realidade campesina. Somente os homens com esse perfil têm meios de vivenciar experiências sociais para além daquelas de sua origem. Para o autor, em função desse leque de possibilidades, eles são capazes de representar o coletivo, encarnando interesses que ultrapassam os seus (o que não ocorreria com os pobres, em função dos limites que lhes eram *a priori* colocados). Embora reconhecesse a importância dos familiares no processo de formação, o filósofo suíço destacou o potencial da educação de um órfão, já que, na ausência dos pais e do privatismo da primeira formação, esse indivíduo estaria livre para ser direcionado preferencialmente para o mundo público.

O personagem Carlos da Maia encaixa-se precisamente nesse perfil. Sem ter pai e mãe para lhe adocicar com os mimos do lar, sendo pensado como membro de uma das mais tradicionais e ricas famílias de Portugal e formando-se no meio rural como uma criança forte, destemida e saudável, possui todas as características pensadas por Rousseau em relação a Emílio. Na primeira cena em que o descendente Maia nos é apresentado, a questão destacada

⁹¹³ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emilio, ou, Da educação*. ..., p.137.

⁹¹⁴ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emilio, ou, Da educação*. ..., p.240.

⁹¹⁵ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emilio, ou, Da educação*. ..., p. 32-34.

é a sua saúde física. Vilaça, o administrador da família, foi visitar a quinta de Santa Olávia depois de alguns anos sem rever os seus senhores. Logo ao chegar reparou no menino:

Ia abraçar Carlos outra vez entusiasmado, mas o rapaz fugiu-lhe com uma bella risada, saltou do terraço, foi pendurar-se d'um trapesio armado entre as arvores, e ficou lá, balançando-se em cadencia, forte e airoso, gritando: “tu és o Villaça!”

O Villaça, de guarda sol debaixo do braço, contemplava-o embevecido.

– Está uma linda ceança! Faz gosto! E parece-se com o pae. Os mesmos olhos, olhos dos Maias, o cabelo encaracolado ... Mas ha de ser muito mais homem!⁹¹⁶

Diferentemente de Pedro da Maia, Carlos Eduardo formava-se como um menino forte. Era parecido com o pai, mas, como aponta Vilaça, “havia de ser muito mais homem”. A própria ordem da narração já destaca a antecedência das aptidões esportivas e qualidades físicas da criança. Primeiramente, conhecem-se essas características de Carlos Eduardo e, em seguida, vê-se como se desenvolviam o seu intelecto e a sua formação moral. O menino foi criado pelo avô com muita disciplina, tendo horários e atividades predeterminadas. O personagem Vilaça, sem ainda saber bem de tal cotidiano, espantou-se com a hora do jantar na casa, recebendo a seguinte resposta do anfitrião: “– Eu lhe digo, o Carlos necessita ter um regimen. De madrugada está na quinta, almoça ás sete; e janta á uma hora. E eu, enfim, para vigiar as maneiras do rapaz...”.⁹¹⁷

D. Afonso não se incomodava que o garoto corresse, brincasse pela casa, se dependurasse em altitudes “desaconselháveis”, no entanto, demonstrava-se intransigente quanto aos horários. Na noite em que Vilaça havia chegado à quinta, o garoto insistia com o avô para ficar acordado um pouco mais, quebrando a regra geral que estipulava um horário de recolhimento. A resposta de Afonso da Maia não tardou:

– Carlos, tenha a bondade de marchar já para a cama.

– O vovô, é festa, que está cá o Vilaça!

Afonso da Maia pousou as cartas, atravessou a sala sem uma palavra, agarrou o rapaz pelo braço, e arrastou-o pelo corredor – em quanto elle, de calcanhares fincados no soalho, resistia, protestando com desespero:

– É festa vovô... É uma maldade! ... O Vilaça pode-se escandalisar ...

Oh vovô, eu não tenho sonno!⁹¹⁸

As senhoras da vizinhança, que estavam participando do jantar na quinta, censuravam aquela rigidez, chegando a interpelar sobre o que consideravam ser uma grande incoerência: o avô deixava o neto fazer todos os “horrores, mas recusava-lhe então um bocadinho da soirée”? D.

⁹¹⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.71.

⁹¹⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.72-73.

⁹¹⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.97.

Afonso respondia às críticas com uma simples afirmativa: “É necessario methodo, é necessario methodo”.⁹¹⁹

Mais uma vez, o personagem apresenta-se em sintonia com as ideias rousseauianas de educação. Isso porque, de acordo com a lógica do autor suíço, a criança deveria ser tratada como tal, respeitando-se o seu processo de desenvolvimento, a sua necessidade de descoberta dos movimentos e do corpo. Assim sendo, nada mais coerente do que o menino correr pela casa, exercitando suas aptidões físicas em formação. Mas tratar uma criança como criança seria, também, reconhecer que o pequeno não é um adulto e, portanto, precisa de horas de sono para repor suas forças. Mais do que isso, precisa de disciplina.⁹²⁰ Considere-se ainda outra questão, qual seja: a máxima proferida por Rousseau, de que uma criança não pode ser adulada, para que não aprenda apenas a ser obedecida em suas vontades, tampouco ser constantemente ameaçada, para que não se torne um obediente em todas as situações.⁹²¹ Esse equilíbrio é encontrado na narrativa eciana em relação à criação que D. Afonso proporcionou ao seu neto.

Os principais amigos dos Maias reprovavam o modelo de educação em questão, indicando que o melhor era que Carlos fosse formado como Eusebiozinho, um pequeno, morador dos arredores da quinta dos Maias, apresentado como uma criança fraca, adoentada e beata, conforme, inclusive, já se destacou anteriormente nesta tese. Ele,

Tinha tres ou quatro mezes mais que Carlos, mas estava enfesado, estiolado, por uma educação á portugueza: d’aquella idade ainda dormia no chôco com as criadas, nunca o lavavam para o não constiparem, andava couraçado de rolos de flanelas! Passava os dias nas saias da titi a decorar versos, paginas inteiras do *Cathecismo de Perseverança*. Elle por curiosidade um dia abrira este livreco e vira lá, “que o sol é que anda em volta da terra (como antes de Galileu), e que Nosso Senhor todas as manhãs dá ordens ao sol, para onde há d’ir e onde ha de parar, etc., etc”. E assim lhe estavam arranjando uma almasinha de bacharel...⁹²²

Enquanto isso, Carlos corria, se balançava e se exercitava; Eusebiozinho (tal como tinha sido Pedro da Maia) andava pelos cantos, sempre com preguiça e cansado. O personagem não podia fazer qualquer atividade física extra cotidiana, pois havia um constante receio de que ele se machucasse – uma preocupação inexistente em relação a Carlos Eduardo. Pode-se entrever que este, diferente daquele, fora criado de acordo com a máxima: “o bem estar da

⁹¹⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.97.

⁹²⁰ Para pensar na importância de se respeitar os diferentes estágios de desenvolvimento, Rousseau utiliza-se da metáfora da planta que, para tornar-se bela e saudável, precisa passar por um gradual amadurecimento. É preciso começar verde e amadurecer corretamente. ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emilio, ou, Da educação*. ..., p. 70.

⁹²¹ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emilio, ou, Da educação*. ..., p. 25.

⁹²² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.103.

liberdade compensa muitos machucados”.⁹²³ Eusebiozinho formou-se em um ambiente de mimos, excesso de cuidados e beataria, sendo, portanto, de acordo com a narrativa, um exemplo do processo de deformação causado por uma educação à portuguesa. Já Carlos recebeu uma criação que visava formar um homem rijo, saudável e pronto para o mundo público (com os seus riscos, responsabilidades e liberdades).

As maiores críticas à educação de Carlos Eduardo vinham do abade Custódio, frequentador da quinta dos Maias. Ele considerava que aquela educação pautada por banhos frios matinais, corridas e ginásticas podia formar atletas, mas não bons cristãos. Ao proferir esse diagnóstico, o clérigo tendia a indispor-se com D. Afonso e também com o preceptor inglês, o Mr. Brown, que fora contratado especialmente para a educação do menino. O abade vivia a afirmar.

– Deve-se começar pelo latimsinho, deve-se começar por lá... É a base: é a basesinha!

– Não! latim mais tarde! Exclamou Brown, com um gesto possante. Primeiro forrça! Forrça! Musculo...

E repetio, duas vezes, agitando os formidaveis punhos:

– Primeiro musculo, musculo!...

Afonso apoiava-o, gravemente. O Brown estava na verdade. O latim era um luxo d’erudito... Nada mais absurdo que começar a ensinar a uma criança numa lingua morta quem foi Fabio, rei dos Sabinos, o caso dos Grachos, e outros negocios d’uma nação extinta, deixando-o ao mesmo tempo sem saber o que é a chuva que o molha, como se faz o pão que come, e todas as outras cousas do Universo em que vive...⁹²⁴

Estava assim definida a prioridade da educação de Carlos, coincidente com a que era também o princípio norteador da educação de Emílio: primeiramente, a formação física e o reconhecimento do mundo que está à volta do educando. Esse pragmatismo tende a recusar as abstrações, como o aprendizado do latim, por exemplo, considerado a base para o personagem religioso – e, inversamente, um luxo secundário, por D. Afonso. O debate entre esses dois personagens se alongava.

– Mas enfim os classicos, arriscou timidamente o abbade.

– Qual classicos? O primeiro dever do homem é viver. E para isso é necessario ser são, e forte. Toda a educação sensata consiste n’isto: crear a saude, a força e os seus habitos, desenvolver exclusivamente o animal, armalo d’uma grande superioridade physica. Tal como se não tivesse alma. A alma vem depois... A alma é outro luxo. É um luxo de gente grande...⁹²⁵

Delinea-se, assim, no caso da educação de Carlos Eduardo, um percurso formativo muito similar ao que foi vislumbrado por Jean Jacques Rousseau. A primeira obrigação do

⁹²³ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emilio, ou, Da educação*. ..., p. 71.

⁹²⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p 82-83.

⁹²⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p 83.

homem seria viver, tendo como atividade basilar, para tanto, a formação de um corpo são. A preocupação com tal vigor assinala-se nas atividades físicas de Carlos, ficando ainda mais em evidência por causa da reação dos amigos da casa aos constantes exercícios físicos.

Os tres homens sentaram-se á mesa do café. Defronte do terraço, o Brown, de bonet escossez posto ao lado e grande cachimbo na bocca, puchava ao alto a barra do trapezio para Carlos se balouçar. Então o bom Villaça pedio para voltar as costas. Não gostava de vêr gymnasticas: bem sabia que não havia perigo; mas mesmo nos cavalinhos, as cabriolas, os arcos, atordoavam-n'o; sahia sempre com o estomago embrulhado...

– E parece-me imprudente, sobre o jantar...

– Qual! é só balouçar-se... Olhe para aquillo! [...]

– Não está mais na minha mão, não gosto, disse o Villaça. Acho imprudente!

Então Affonso bateu as palmas, o abbade gritou bravo, bravo. Villaça voltou-se para applaudir, mas Carlos tinha já desaparecido; o trapezio parava, em oscilações lentas; e o Brown, retomando o *Times* que pozera ao lado sobre o pedestal d'um busto, foi descendo para a quinta envolvido n'uma nuvem de fumo do cachimbo.⁹²⁶

Mais incomodado que o Vilaça ficava o abade com aquela educação. Ele não compreendia como um senhor tão rico, de família tão nobre, propunha-se a educar o neto daquela maneira. Como era possível educar um fidalgo por meio de exercícios físicos e sem uma formação religiosa? O personagem achava horroroso que, naquela idade, um tão lindo moço, herdeiro de uma casa tão grande e com futuras responsabilidades na sociedade, não conhecesse a doutrina religiosa. Afonso devolvia os questionamentos com outras perguntas:

– Então que lhe ensinava você, abbade, se eu lhe entregasse o rapaz? Que não se deve roubar o dinheiro das algibeiras, nem mentir, nem maltratar os inferiores, por que isso é contra os mandamentos da lei de Deus, e leva ao inferno, hein? É isso?⁹²⁷

O abade replicou que havia mais alguma coisa a ensinar, mas para Afonso, Carlos já sabia tudo que deveria ou não fazer. E tinha esse discernimento não porque essa ou aquela atitude ofenderia a Deus, mas porque os maus feitos não seriam dignos de um cavaleiro, de um homem de bem. O religioso tentou a tréplica, mas foi logo interrompido por D. Afonso:

– Ouça abbade. Toda a diferença é essa. Eu quero que o rapaz seja virtuoso por amor da virtude e honrado por amor da honra; mas não por medo ás caldeiras de Pero Botelho, nem com o engodo de ir para o reino do céu...

E acrescentou, erguendo-se e sorrindo:

– Mas o verdadeiro dever de homens de bem, abbade, é quando vem, depois de semanas de chuva, um dia d'estes, ir respirar pelos campos e não

⁹²⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.86-87.

⁹²⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.89.

estar aqui a discutir moral. Portanto arriba! e se o Villaça não está muito cansado, vamos dar ahi um giro pelas fazendas...⁹²⁸

A única lição de moral que um homem deveria receber é que não se deve fazer o mal, um ensinamento preconizado por Rousseau literalmente dessa maneira.⁹²⁹ D. Afonso, na esteira das lições do filósofo suíço, tinha como meta formar um homem forte, preparado para se guiar pela razão e agir como um cavaleiro, sendo digno da posição social ocupada e de acordo com as “Luzes” do seu tempo. As inegáveis ligações entre os propósitos do personagem queiroziano e as formulações de Rousseau, inicialmente, parecem contraditórias, quando se levam em conta as citações ecianas, aspecto analisado anteriormente nesta tese. Como se viu, o romancista apropriou-se muito pouco do autor genebrino ao longo de sua trajetória intelectual. Entretanto, vale considerar duas questões. Primeiramente o fato de que as poucas menções a Rousseau que encontramos na narrativa queiroziana se concentram precisamente na obra *Os Maias*. Num segundo ponto, destaca-se que o diálogo com a noção de educação em questão relaciona-se com a envergadura analítica que a obra literária de Eça de Queiroz foi ganhando, sendo o romance *Os Maias* um ponto de inflexão, conforme anteriormente destacado.

Existe nessa narrativa o intuito de demonstrar que se, por um lado, a educação cristã/conservadora havia falhado, por outro, a referência liberal-ilustrada também não ajudou a galgar êxito. Pedro da Maia formou-se como um homem fraco e mal preparado para a vida, mas todo o receituário aplicado por D. Afonso na educação do seu neto surtiria o efeito por ele desejado? O percurso do personagem demonstrará que a resposta a essa questão é negativa e, por essa razão, o diálogo com Rousseau em *Os Maias* tece-se a contrapelo, ou seja, pauta-se pelo intuito de demonstrar o falhanço das diferentes tentativas regeneradoras. O conservadorismo flagrante de alguns setores sociais tinha levado Portugal a uma situação de atraso, não há dúvida. Mas no percurso geracional da nobre família da trama em questão, configura-se a impossibilidade de uma regeneração da e por meio da sociedade civil.

D. Afonso ofertou ao neto uma educação pautada por valores, métodos e ideias que ele havia tentado incorporar na sua adolescência e que ficaram drasticamente ausentes da formação de seu filho. Trata-se, portanto, de uma medida compensatória em relação ao filho e a si mesmo. Carlos Eduardo da Maia carrega a aposta de correção das gerações que lhe antecederam. Além disso, ele alegoriza um último fio de esperança na transformação de toda

⁹²⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.89.

⁹²⁹ ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emilio, ou, Da educação*. ..., p. 115.

uma sociedade. Pedro representa um fiasco, e Afonso também não tem uma trajetória de grandes êxitos; exatamente por isso apostou-se tão alto em Carlos, fazendo dele um homem moldado por princípios reprovados pelos amigos da família, ícones do pretenso conservadorismo português. Para esses convivas, Afonso estava criando um rapaz sem doutrinas e sem propósitos.

Quando Carlos decidiu que seria médico e não bacharel em direito – verdadeira e digna formação de um fidalgo –, os amigos de Santa Olávia achavam aquela escolha um desperdício e um despropósito. Um rapaz daqueles dedicando sua vida a receitar emplastos e a sujar as suas mãos com os jorros das sangrias? Era um absurdo. Seria ele médico a sério? Não existiriam coisas mais importantes para se dedicar? Afonso da Maia acreditava que não havia função social mais meritória que aquela, sobretudo porque, “N’um paiz em que a ocupação geral é estar doente, o maior serviço patriótico é incontestavelmente saber curar”.⁹³⁰ Assim sentenciava-se:

– Ora essa! exclamou Afonso. E porque não ha de ser medico a sério? Se escolhe uma profissão é para a exercer com sinceridade e com ambição, como os outros. Eu não o educo para ser vadio, muito menos para amator; educo-o para ser útil ao seu paiz...⁹³¹

Tendo sempre respostas prontas na ponta da língua, o personagem Afonso da Maia não esconde a sua pretensão de formar um homem para o mundo público, chancelando a importância da profissão escolhida pelo neto, relevância essa que não estaria centrada na tradição ou na coerência da formação pretendida com o *status* de classe ostentado, mas, sim, na necessidade daquela atividade para o país, aliás, conforme a argumentação, “doente”. O órfão e nobre Carlos da Maia havia sido formado para assumir uma função pública, para ter alguma utilidade no mundo, por meio do “serviço patriótico” da medicina. Seria ele mesmo – muito além da profissão em si – um possível remédio para curar aquela sociedade.

A vocação de Carlos para o esculápio surgiu ainda durante a sua infância, quando ele encontrou, no sótão da quinta em que residia, algumas estampas de anatomia humana, encantando-se com as vísceras, os órgãos e com os fetos em gestação interrompida. Mais uma vez, os amigos da casa escandalizavam-se com os interesses “escabrosos” do rapaz. E também novamente, Afonso da Maia procurava defender a curiosidade e as propensões do seu neto.

– Então que tem, então que tem? dizia elle sorrindo.
– Que tem sr. Affonso da Maia!? Exclamou D. Anna. São indecencias!

⁹³⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.117.

⁹³¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 117.

– Não ha nada indecente na natureza, minha senhora. Indecente é a ignorância... Deixar lá o rapaz. Tem curiosidade de saber como é essa pobre machina por dentro, não ha nada mais louvavel...⁹³²

Dona Anna, mãe de Eusebiozinho, achava que Carlos era um libertino que “sabia coisas”. Por isso, não gostava que seu filho seguisse Carlos nessas “cavaladas” e aprovava menos ainda que sua filha, Terezinha, ficasse próxima àquele herege sem princípios. A despeito dessas reprovações e preconceções em relação aos interesses profissionais do rapaz, a ideia de cursar medicina frutificou-se.

E o que justamente seduzia Carlos na medicina era essa vida “a sério”, pratica e util, as escadas de doentes galgadas á pressa no fogo de uma vasta clinica, as existencias que se salvam com um golpe de bisturi, as noites veladas á beira de um leito, entre o terror de uma familia, dando grandes batalhas á morte. Como em pequeno o tinham encantado as fórmulas pittorescas das vicerias – attrahiam-no agora estes lados militantes e heroicos da sciencia.⁹³³

O personagem matriculou-se com entusiasmo e, para esses seus anos de estudo o avô lhe preparou uma linda casa em Celas, isolada, com “graças de cottage inglez”.⁹³⁴ Carlos da Maia pode ser considerado uma espécie de contraponto ao percurso de Eça de Queiroz em Coimbra. Por outro lado, é possível compreendê-lo como a concretização de algumas das idealizações que o romancista teceu em relação a si e à sua geração. Como foi destacado no segundo capítulo, Eça não teve muitos amigos em Coimbra nos primeiros anos de formação e não chegou a conviver com o núcleo central de debate/transgressão da Universidade do seu tempo. Diferentemente do personagem criado a partir de sua pena, o romancista não teve luxos e nem uma sociabilidade tão expressiva nessa época. Talvez em função dessa ausência, procurou projetar no protagonista do seu principal romance algumas das características sublinhadas, fazendo dele uma composição idealizada e alegórica da vida Coimbrã, isto é, do que foram e do que se desejava que tivessem sido seus anos de Coimbra. Destaca-se também a ação mais geral da “geração de 1870”. Carlos Eduardo, com efeito, sintetiza muitas das características que podemos imputar à referida geração: era um *dandy*, um palrador, adorava criticar a pátria, embora fizesse muito pouco ou quase nada para transformá-la.

O personagem havia impressionado Coimbra com os luxos de sua existência, conforme aponta o narrador, tão raros na academia.

Ao principio este esplendor tornou Carlos venerado dos fidalgotes, mas suspeito aos democratas; quando se soube porém que o dono d’estes confortos lia Proudhon, Augusto Comte, Herbert Spencer, e considerava

⁹³² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 116.

⁹³³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 117-118.

⁹³⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p. 118.

também o pai, um choldra ignobil – os mais rígidos revolucionários começaram a vir aos Paços de Cellas tão familiarmente como ao quarto do trovão, o poeta bohemio, duro socialista, que tinha apenas por mobília uma enxerga e uma bíblia.⁹³⁵

Com o tempo, Carlos tornou-se simpático a todos: “conciliando *dandys* e filósofos”. Uma conjugação que só era possível em função da variedade das discussões e debates fomentados na casa do nobre estudante. Lá, jogava-se esgrima, discutiam-se ciência e literatura, debatia-se sobre Chopin, Mozart, o papado e Bismarck, abordavam-se os poemas de amor de Victor Hugo à temática da evolução, passando ainda pela metafísica. Eram, portanto, discussões muito plurais. Tudo “flammejava no fumo do tabaco, tudo tão ligeiro e vago como o fumo”.⁹³⁶

Essa miríade de atividades, em tese inerente à vivência na Universidade de Coimbra dos anos 1860, foi alvo de uma ode elaborada pelo escritor duas décadas antes da publicação de *Os Maias*. Em 1867, o autor publicou uma carta destinada a Carlos Mayer. Na missiva, na descrição do quarto e da casa do destinatário, além de encontrarmos elementos de equivalência com a morada do personagem Carlos da Maia, podemos também observar outras semelhanças. Eça perguntava retoricamente ao então ex-companheiro de Coimbra:

Lembras-te do teu quarto da Rua do Forno, creio eu, no último andar, quase nas confidências humorísticas das estrelas? O busto de Shakespeare, que era o nosso calvário da arte, estava ali, ao pé duma medalha do Dante, e da *Inocência* de Greuze! Lembra-me também uma gravura do *Juízo Final* e dois esboços holandeses. Sobre a estante, por cima de Voltaire, de Diderot, de Rousseau, de Mirabeau e de alguns volumes da *Enciclopédia* – num quadro, a figura de Napoleão, sobre os rochedos enfáticos, via os prantos do mar e o voo das gaiivotas. Tinhas também uma coleção de minerais, e duas caveiras polidas e lavradas, que riam serenamente. O meu quarto, no Salvador, era mais austero. Na parede, havia pintada a carvão uma grande cruz. Em redor, estavam escritos versículos da bíblia e dísticos da *Imitação*.⁹³⁷

Tanto na narrativa literária como no texto epistolar, Eça procurava caracterizar a pluralidade e intensidade da vivência coimbrã. Ainda em relação ao texto dirigido a Carlos Mayer, o romancista se lembrava:

Que tarde! Da varanda via-se a serenidade virgiliana dos prados e do rio. Líamos: eu declamava Hamlet, tu tocavas na tua rabeca a mórbida Lúcia! Muitas vezes, entre um concílio revolucionário, tu lias em pé sobre a mesa, dramaticamente, os *Iambes* de Barbier – os *Iambes*, de que o clássico A. dizia gravemente terem um defeito: serem sublimes! Celebrávamos

⁹³⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.118.

⁹³⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.119.

⁹³⁷ Publicada pela primeira vez na *Gazeta de Portugal* de 03 de novembro de 1867 e recolhida postumamente em *Prosas Bárbaras*, 1903. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência: Organização e Notas*. A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, vol.1, p. 31.

cerimónias dum culto desconhecido diante do busto de Shakespear. Dávamos grandes batalhas! Combates cruéis! Ainda a seriedade estremece! Eram dois bandos. De um lado os pagãos, os clássicos, os positivistas; de outro os bárbaros, os românticos, os místicos.⁹³⁸

Nessas e noutras narrações (estritamente literárias ou não), desenvolveu-se um duplo movimento: por um lado, fazia-se um grande elogio à “geração de 1870” e, por outro lado, articulava-se uma crítica contundente a ela. Essa apreciação faz parte da composição de Carlos Eduardo, forjado como um bem intencionado estudante que vai se perdendo em meio ao canto das sereias fatal à terra “onde dormita a deusa minerva”. Coimbra foi para Carlos da Maia como para o próprio Eça e para a sua geração, *locus* de devaneios, lirismos e muito, muito diletantismo. A caracterização do personagem contribui para a interpretação de que os tempos na Universidade teriam sido improdutivos do ponto de vista da formação acadêmica formal, mas muito importantes como um momento de vivência e sociabilidade intelectual.

Carlos rapidamente deixou de lado os seus estudos de medicina, dedicando-se à literatura e à arte, que “o absorviam deliciosamente”. Publicou sonetos, compôs “contos archeologicos” inspirados em *Salammbó* (1862), de Gustave Flaubert.⁹³⁹ Entregava-se à boemia. Tão ou mais improdutivo que Carlos Eduardo, é o seu amigo João da Ega, personagem já focalizado nesta tese, considerado:

[...] não só em Celorico [sua cidade natal], mas também na Academia que lhe espantava pela audácia e pelos ditos, como o maior ateu, o maior demagogo, que jamais apparecera nas sociedades humanas. Isso lisonjeava-o: por systema exagerou o seu odio á Divindade, e a toda a Ordem social: queria o massacre das classes-médias, o amor livre das ficções do matrimonio, a repartição das terras, o culto de Satanaz.⁹⁴⁰

Carlos da Maia foi elaborado em oposição e complementação à persona de João da Ega. Este é pintado como um demagogo, irreverente e exuberante; aquele, por seu turno, apresenta-se como “cavaleiro da renascença”, mais discreto e com boas intenções, muito embora, desvirtuadas com o tempo. Ambos, no entanto, são *bons vivants*, incoerentes e improdutivos. Afirmam-se homens de razão, colocando-se como avaliadores do processo de degradação da pátria, mas são, eles mesmos, degenerados. No que tange à racionalidade e à cientificidade apreçoada pelos dois, considera-se o fato de que ambos não conseguem se guiar pela razão, mas, pelo contrário, acabam se rendendo à paixão: Ega envolvendo-se com uma mulher casada, que não pretendia abandonar o marido rico, e Carlos, apaixonando-se pela própria irmã. São, portanto, dois polos complementares que marcam muitas das características que

⁹³⁸ QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência: ...*, vol.1, p. 32.

⁹³⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias. ...*, vol.1, p.119-120.

⁹⁴⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias. ...*, vol.1, p.122.

Eça e, até certo ponto, a “geração de 1870” construíram sobre si mesmos. Poderia dizer-se que os dois personagens são o *alter ego* de Eça de Queiroz.

Depois de muita chalaça, amantes e de alguma procrastinação, Carlos da Maia formou-se em Medicina. João da Ega, por seu turno, abandonou o curso de direito depois do seu último “R”, mas não deixou de festejar a formatura do seu amigo, inclusive com certo humor: “– Ahi temos o nosso Maia, Carolus Ednardus ab Maia, começando a sua gloriosa carreira, preparando para salvar a humanidade enferma – ou acabar de a matar, segundo circunstancias!”⁹⁴¹

Após sua formatura, como já se explicitou nesta tese, Carlos fez uma longa viagem pela Europa, regressando para Portugal no outono de 1875. D. Afonso instalou-se no Ramalhete, em Lisboa, para receber o aguardado neto de sua aventura pelo “Velho Continente”. Ao chegar, Carlos foi logo interpelado por um dos frequentadores da casa, o general Siqueira: “Agora o que tencionas tu fazer?” O então recém-formado respondeu sorrindo que planejava descansar “primeiro e depois passar a ser a gloria nacional!”⁹⁴² Para alcançar tal intento e para firmar-se como um homem de luxo de gosto, planejava fazer um pouco de tudo, buscar “alguma cousa de brillante”: literatura, filosofia, clínica, livros, artigos, experimentos científicos, ações beneficentes etc.

Carlos trazia realmente resoluções sinceras de trabalho: a sciencia como mera ornamentação interior, mais inutil para os outros que as próprias tapessarias do seu quarto, parecia-lhe apenas um luxo solitario: desejava ser útil. Mas as suas ambições fluctuavam, intensas e vagas; ora pensava n’uma larga clinica; ora na composição macissa de um livro iniciador; algumas vezes em experiencias physiologicas, pacientes e reveladoras...⁹⁴³

Para o trabalho como médico, foi construído um escritório na Baixa, como aqui já se mostrou. Vilaça, que agitou todos os preparativos para o empreendimento, tinha interesse nas pretensões meritórias do seu senhor Maia, uma vez que almejava se candidatar a um cargo político. No início, Carlos tinha realmente intenção de trabalhar, procurando atender gratuitamente àqueles que não poderiam pagar. Chegou a salvar “d’um garrotilho a filha d’um brasileiro, ao Aterro – e ganhava ahi a sua primeira libra, a primeira que pelo seu trabalho ganhava um homem da sua família”.⁹⁴⁴ Mas com o tempo o seu consultório ficou às moscas. Tencionou aproveitar o tempo disponível para se dedicar à escrita dos artigos e do livro que pretendia publicar, mas também abdicou dessas intenções logo no início da empreitada.

⁹⁴¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.126.

⁹⁴² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.128-129.

⁹⁴³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.130.

⁹⁴⁴ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.135.

Delineia-se dessa maneira um percurso de degeneração/desistência. Os ideais da infância e da primeira juventude de Carlos vão caindo um a um. De Coimbra a Lisboa, o personagem é corrompido (ou se corrompe), deixando de lado os princípios que nortearam a sua formação. Inicialmente, não conseguiu ser um homem útil ao seu país, quer como médico quer como escritor, articulista, ou, ainda, como um entusiasta da arte e da literatura. Além disso, mostrou-se ser um homem que se guiava pela paixão, abdicando de uma postura racional “desejável”. O caso amoroso em que se envolveu, ademais, levou-o a perder o alicerce de sua formação, isto é, a virtude. Em suma, contrariando os objetivos formativos do seu avô, Carlos corrompia-se nas relações diretas com que se inseria na sociedade portuguesa. O isolamento dos anos passados no Douro sucumbia frente às relações degenerativas que o rapaz foi tecendo em Coimbra e, depois, em Lisboa. Esse processo se inicia com o “veneno do diletantismo” – que começou a ser injetado na Universidade e seguiu sendo inoculado na capital –, mas se intensificou a partir da paixão de Carlos por uma mulher alta e loira, que apareceu em Lisboa como uma deusa, pairando sobre terra. Logo que avistou essa tão instigante mulher, Carlos apaixonou-se. O narrador descreve em detalhes a aparição de Maria Eduarda e o encantamento do jovem médico e de seus amigos.

Entravam então no peristilo do Hotel Central – e n’esse momento um coupé da Companhia, chegando a largo trote do lado da rua do Arsenal, veiu estancar á porta.

Um esplendido preto, já grisalho, de casaca e calção, correu logo á portinhola; de dentro um rapaz muito magro, de barba muito negra, passou-lhe para os braços uma deliciosa cadelinha escoceza, de pellos esguedelhados, finos como seda e côr de prata; depois apeando-se, indolente e poseur, offreceu a mão a uma senhora alta, loura, com um meio véo muito apertado e muito escuro que realçava o esplendor da sua carnação eburnea. Craft e Carlos affastaram-se, ella passou diante d’elles, com um passo soberano de deusa, maravilhosamente bem feita, deixando atraz de si como uma claridade, um reflexo de cabellos d’ouro, e um aroma no ar. Trazia um casaco collante de velludo branco de Genova, e um momento sobre as lages do peristillo brilhou o verniz das suas botinas.⁹⁴⁵

Com essa aparição, Maria Eduarda impressionou a todos, especialmente a Carlos Eduardo. Inicialmente sabia-se que era uma brasileira, “polida por Paris”, que vinha desta cidade para passar uma temporada em Lisboa por causa dos interesses de seu marido, o Sr. Castro Gomes. Ela é sempre descrita como uma mulher alta, bela, loira, que destoava da sensoria que reinava em Lisboa. Como Maria Monforte, Maria Eduarda encanta, chama atenção e seduz, simplesmente por ser uma mulher belíssima. A narrativa nos faz crer que era

⁹⁴⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.208-209.

inevitável que Carlos Eduardo e Maria Eduarda se encontrassem, se interessassem um pelo outro. Eram belos, ricos e se distinguiam da malta empalidecida que circulava pela capital. Ele, um homem bem feito, com porte, um cavaleiro da Renascença; ela, uma deusa, bela, requintada e magnífica. O encontro era inevitável. As duas metades, separadas pela ação olímpica de Maria Monforte, reencontravam-se; e só uma atitude racional, associada ao respeito às convenções sociais (visto que Maria apresentava-se como uma mulher casada), poderia impedir a relação carnal e amorosa dos dois.

Seguindo certa tradição dos textos trágicos, a prosa eciana está repleta de pistas sobre as desventuras que iriam se revelar. Especialmente os dois principais envolvidos recebem pequenas indicações sobre a ligação existente entre eles, a começar pelos seus nomes: Carlos Eduardo e Maria Eduarda. Havia ali uma similitude, como alude o narrador. Aliás, Maria Eduarda era o nome da avó de Carlos, mãe de Pedro da Maia. Mas além da coincidência dos nomes, outras pistas iam se revelando.

Carlos, ao reparar na forma como Maria cruzava as mãos ao falar, notou algo de muito familiar;⁹⁴⁶ ela, por sua vez, assustou-se com a severidade do escritório de D. Afonso e reparou na parecença de Carlos com sua mãe.⁹⁴⁷ Após descobrir que Maria era portuguesa e não brasileira, o seu potencial amante sentiu, sem saber, uma doçura nova penetrar-lhe no coração, identificando nela, ainda, as mesmas piedades e gostos pela caridade presentes em D. Afonso.⁹⁴⁸ No momento em que eles iriam ter a sua primeira relação sexual, Maria Eduarda se sentiu mal por causa do luxo estridente e sensual que Carlos havia preparado para o quarto dos dois. Ela ficou especialmente mexida com um quadro de São João Batista decapitado, que estava preso próximo ao leito incestuoso.⁹⁴⁹ A imagem violenta era mais um presságio.

Essas e outras pistas e coincidências vão se revelando ao longo da trama, sem, contudo, receberem a atenção devida dos personagens. Estavam apaixonados e, por isso, não conseguiam ter o discernimento necessário para não concretizarem aquela relação: a impressão que temos é que nenhum sinal, por mais significativo que fosse, poderia ser decodificado pelos enamorados. Essas indicações não eram suficientes para que aquela relação fosse interdita.

⁹⁴⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.6-7.

⁹⁴⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.178; 181.

⁹⁴⁸ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.34.

⁹⁴⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.128-129.

Esse freio não se efetivou porque as forças do destino demonstraram-se robustas, (como, aliás, são nos textos trágicos de uma forma geral), mas também por causa do processo de degeneração de Carlos Eduardo. Processo esse, como destacado, que foi construído pelo contexto social português e pelas ações do protagonista. Maria Eduarda também carrega a sua carga de “culpa”, já que não respeitou o companheiro com quem *a priori* estava, deixando-se levar por uma aventura. Tal como a mãe, outra corresponsável, Maria é uma transgressora. Contudo, a narrativa deixa entrever que as responsabilidades de Maria seriam menores, visto que ela foi educada por uma mulher desequilibrada e inconsequente (não tendo a mesma “sorte” que Carlos), além de não ter cometido o incesto conscientemente, algo praticado pelo seu amante/irmão.

O protagonista, além do mais, reconhecia que sua postura em relação àquela paixão era descabida e desproporcional, mas mesmo assim não fazia nada para mudar o curso das coisas. Em alguns momentos, ele se pegava pensando na razão que o levava a passar três vezes pelo aterro para ver uma mulher que havia lhe encantado sem nenhum motivo substancial. Sentia-se humilhado com esse interesse romanesco que o trazia assim, “n’uma inquietação de rafeiro perdido, farejando o aterro, da rampa de Santos ao caes de Sodré, á espera de uns olhos negros e de uns cabellos louros de passagem em Lisboa”.⁹⁵⁰ Não se sentia bem em abandonar seus rascunhos de trabalho sobre a mesa, para ficar tardes inteiras em frente ao espelho estudando gravatas que ficariam melhores ou piores, pensando num possível encontro que pudesse vir a ter com aquela mulher que lhe tirara o plume, que não o deixava pensar e fazer mais nada.⁹⁵¹ Essa situação incomodava Carlos Eduardo, no entanto, ele não fazia nada para mudar o curso das coisas. Muito pelo contrário, passou a viver, dia após dia, a pensar exclusivamente naquela paixão.

Afonso da Maia percebia essa inércia do neto e se inquietava. Perguntava-lhe como andava o trabalho no consultório e como estavam os preparativos para o livro que pretendia publicar. Adicionalmente, questionava também Ega sobre os trabalhos que tinha anunciado outrora, principalmente, a grande obra que, sem modéstia, o demagogo chamava de *Memórias de um Átomo*. O Mefistófeles de Celorico afirmava:

– Não vale a pena, sr. Affonso da Maia. N’este paiz, no meio d’esta prodigiosa imbecilidade nacional, o homem de senso e de gosto deve limitar-se a plantar com cuidado os seus legumes. Olhe o Herculano...

⁹⁵⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.272.

⁹⁵¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.272.

– Pois então, acudiu o velho, planta os seus legumes. É um serviço á alimentação publica. Mas tu nem isso fazes!⁹⁵²

O personagem chega a citar Alexandre Herculano, um dos autores de maior prestígio naquele contexto, para afirmar que nenhum grande esforço valia a pena naquela sociedade. Mas frente à insistência de D. Afonso na necessidade de fazer alguma coisa, nem que fosse plantar os seus legumes, Carlos resolveu tomar partido de seu amigo, dizendo que naquele “fétido país” nenhuma transformação era possível, quanto mais uma revolução verdadeira. E sentenciou: o melhor seria que Portugal fosse uma simples província espanhola. Após ouvir toda aquela desolação, que incluía uma já antiga saída apontada por meio do iberismo, D. Afonso destacou convencido: “– Pois então façam vocês essa revolução. Mas pelo amor de Deus, façam alguma coisa!”⁹⁵³

Como Carlos da Maia, João da Ega também passou a não fazer mais nada a não ser investir em jantaradas, farras e na sua paixão por Raquel, a mulher de um banqueiro. Este era paparicado dia e noite pelo Ega que, embora se afirmasse contra o amor romântico e crítico à pieguice das paixões, estava apaixonado, como aqueles personagens dos romances mais novelescos que tanto o irritavam. Depois de ser pego com sua amante numa festa, trajado de Mefistófeles,⁹⁵⁴ retirou-se de Lisboa por um tempo, fazendo com que Carlos e outros convivas pensassem naquela existência artificial que vinham levando. Chegava-se à conclusão: péssima estreia!

E nem só a estreia do Ega era pessima; tambem a sua. E talvez, por pensar n’isso, as palavras do avô tinham tido aquella tristeza. Pessimas estreias! Havia seis mezes que o Ega chegara de Celorico, embrulhado na sua grande pellissa, preparado a deslumbrar Lisboa com as *Memorias d’um Atomo*, a dominal-a com a influencia de uma Revista, a ser uma luz, uma força, mil outras cousas... E agora, cheio de dividas e cheio de ridiculo, lá voltava para Celorico, escorraçado. Pessima estreia! Elle, por seu lado, desembarcara em Lisboa, com idéas collossaes de trabalho, armado como um luctador: era o consultorio, o laboratorio, um livro iniciador, mil cousas fortes... E, que tinha feito? Dois artigos de jornal, uma duzia de receitas, e esse melancolico capitulo da *Medicina entre os Gregos*. Pessima estreia! Craft e o Marquez, conversando sobre a vida, soturna e desconsoladora. De que servia viver, dizia Craft, não sendo um Livingstone ou um Bismark?⁹⁵⁵

⁹⁵² QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.58.

⁹⁵³ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.59.

⁹⁵⁴ Essa aventura de João da Ega teria sido inspirada diretamente por um caso mal sucedido do próprio Eça que, em Leiria, envolveu-se com uma mulher casada, a baronesa de Salgueiro, como já foi apresentado anteriormente nesta tese. Estava vestido de cupido, com asas de cambraia, num baile de máscaras na casa da baronesa, onde, após dançar uma quadrilha, foi pego no ato pelo barão e anfitrião da casa. Eça teria sido expulso da festa como o personagem João da Ega, igualmente envolvido com uma mulher casada. Sobre o fato ocorrido com Eça de Queiroz, ver: SIMÕES, João Gaspar. *Vida e Obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Bertrand, 1980, p.272.

⁹⁵⁵ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.1, p.386.

É interessante notar que a desolação dos personagens deságua em duas figuras políticas de relevo na Europa da segunda metade do século XIX: David Livingstone (1813-1873), um missionário e explorador britânico, que simboliza alguns dos esforços europeus de conhecer e dominar o continente Africano; e Otto Von Bismarck (1815-1898), um dos políticos mais destacados da época, conhecido como mão de ferro: um estrategista que conduziu o processo de constituição do 2º Reich, preconizando a existência de um Estado nacional alemão. O primeiro sujeito citado pelos personagens representa a ação imperialista europeia, enquanto o segundo, a força de um Estado que procurava, inclusive, rever os pressupostos do liberalismo político e econômico, propondo uma ação diretiva e forte que garantisse o progresso tão almejado. Na ausência de uma força civil capaz de transformar a realidade (incluindo a ação dos próprios personagens), delineiam-se as referências a sujeitos e processos políticos marcados por uma ação forte do Estado e pela revisão de alguns pressupostos do liberalismo. A relação entre esses elementos da narrativa eciana não são acidentais. Trata-se, de outra maneira, de uma sensibilidade estética e política que aponta para a descrença numa regeneração. Especialmente em relação a Portugal, o veredito é a decrepitude progressiva dos sujeitos que poderiam elaborar alguma ação transformadora.

Carlos Eduardo, paulatinamente, foi se afastando de qualquer atividade produtiva/formativa, dedicando-se à sua paixão por Maria Eduarda.

Conservava sempre suas grandes idéas de trabalho, querendo que no seu dia só houvesse horas nobres, – e que aquellas que não pertenciam ás puras felicidades do amor, pertencessem ás alegrias fortes do estudo. Ia ao laboratório, ajuntava algumas linhas ao seu manuscrito. Mas antes da visita á rua S. Francisco não podia disciplinar o espirito, inquieto, n’um tumulto d’esperanças; e depois de voltar de lá, passava o dia a recapitular o que ella dissera, o que elle respondera, os seus gestos, a graça de certo sorriso... Fumava então cigarettes, lia os poemas.⁹⁵⁶

Os momentos de maior felicidade eram mesmo com a sua amada. É com ela que se dava a verdadeira realização do personagem. Conversavam sobre Paris, Londres, Itália, livros e coisas de arte: ella confessou ter lido Feuillet, Michellet, Renan. Não era católica, e as igrejas a atraíam “pelos lados graciosos e artísticos do culto”.

Tinha um pesar muito recto e muito são – com um fundo de ternura que a inclinava para tudo o que soffre e é fraco. Assim gostava da Republica por lhe parecer o regimen em que há mais solicitude pelos humildes. Carlos provara-lhe rindo que ella era socialista.

⁹⁵⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.39.

– Socialista, legitimista, orleanista, dizia ella, qualquer coisa, comtanto que não haja gente que tenha fome!

Mas era isso possível? Já Jesus, mesmo, que tinha tão doces illusões, declarára que pobres sempre os haveria...

– Jesus viveu ha muito tempo, Jesus não sabia tudo... Hoje sabe-se mais, os senhores sabem muito mais... É necessário arranjar-se outra sociedade, e depressa, em que não haja miseria.⁹⁵⁷

Maria encanta Carlos Eduardo e também, de alguma maneira, o próprio leitor. Somos convidados a torcer por aquela união, em função do entusiasmo dos personagens, da leveza das cenas narradas e das qualidades apresentadas em relação à Maria Eduarda. Os despeixos de Carlos vão sendo atenuados pela doçura daqueles encontros, processo que se verifica tanto para o personagem como para o leitor. Tal como Carlos, o leitor pode, inclusive, se deixar levar pelos encantos das cenas apresentadas, chegando a não perceber os sinais sobre a desgraça que se avizinhava. Esse tipo de operação só é possível por meio do trabalho de escritores da envergadura de Eça de Queiroz.

Um dos recursos argutamente utilizado pelo autor é a caracterização dos personagens. Conforme salientado, a narrativa faz crer que era inevitável que esses seres olímpicos (Maria e Carlos) se apaixonassem. Primeiramente, porque originalmente eles estavam ligados, sendo separados pela mãe. Segundo, porque são belos, destoam da massa que gravitava por Lisboa. Mas existem ainda duas razões: a fraqueza crescente de Carlos e a exuberância de Maria. Se, por um lado, Carlos deixava pra trás toda a sua formação, entregando-se às tendências nacionais de procrastinação e de decrepitude, por outro, Maria Eduarda é encantadora. Ela é bonita e mostra-se instruída, conforme destacado na citação anterior: lia Renan, Michellet e era contra a miséria. Sua transgressão não se limita a essa preocupação “com tudo que é fraco e sofre” (aliás, uma inquietação similar à do seu desconhecido avô, D. Afonso). Além disso, revela-se uma mulher amasiada com um homem, tendo tido uma filha com o seu primeiro relacionamento – Mc Green –, morto em uma batalha da Guerra Franco Prussiana. Com esse primeiro amante, Maria pretendia se casar para fugir da vida das privações e humilhações que sua mãe lhe impusera.

Carlos descobre o passado e as desventuras da sua deusa e mesmo assim a perdoa. Nada podia separá-los, nenhum sinal ou acontecimento enfraquecia aquela paixão. Para tudo, é dada alguma justificativa ou compensação: inicialmente, Maria é apresentada como uma mulher casada, mas ao que tudo indica, não era feliz nessa relação; tinha tido mais de um amante, no entanto, só se envolveu com esses homens por força das circunstâncias; possuía

⁹⁵⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.33.

uma filha que não era de Carlos, uma adorável garota; era uma defensora dos pobres, mas não uma republicana, pois tinha prudência; por causa dela Carlos abandonou todos os seus planos, porém a paixão era tão doce e bela, que valia a pena; e, enfim, circundavam em torno daquela bela mulher e daquela encantadora relação, sinais e pistas de que havia algo de estranho, mas isso não seria suficiente para pôr fim ao caso amoroso. Trata-se de uma relação inevitável e pior, altamente desejável, a despeito de todos os indícios contrários. Os dois amantes se querem loucamente, cegamente, e a própria narrativa apresenta elementos que podem convencer também o leitor do encontro.

Essa fatalidade – em sua dupla acepção – liga-se diretamente ao processo de degeneração da sociedade representada. Não havia outro caminho, e na última aposta numa possível reversão desse destino, Carlos Eduardo, deixa-se levar pela inércia reinante entre os lusitanos, bem como pela caprichosa paixão que o tomava todo. O incesto é fruto de uma tentativa frustrada de formar um homem reto, forte, racional, devotado à causa pública. Carlos, na contramão desses objetivos, apresenta-se como o representante de uma classe que não se reconhece e que não consegue se perceber como um agente social diferenciado: com potenciais, obrigações e responsabilidades. Por outro lado, o incesto é também produto das ações desastrosas de uma burguesia arrivista, representada principalmente por Maria Monforte, mas também por Maria Eduarda, que, embora tivesse ascendência nobre, ignorava tal fato e levava uma vida tipicamente burguesa. Quer leve-se em conta a degeneração de Carlos Eduardo (representante legítimo da mais qualificada nobreza), quer considere-se a ação nefasta da burguesia (conforme salientado, uma classe representada pelas protagonistas femininas), o incesto se afigura como produto da destruição e autodestruição das elites dirigentes que, de outra maneira, deveriam atuar como agentes de transformação. O incesto, portanto, é político, uma vez que desvela as fraquezas de sujeitos que deveriam ser bem formados e bons formadores. O desejo que Carlos e Maria Eduarda sentem um pelo outro, faz parte da cegueira de indivíduos que só veem a si mesmos e, por isso, não se reconhecem como sujeitos sociais em suas potencialidades. É uma ação autofágica. Nesse sentido, conforme nos ensina Maria Lisboa:

O incesto é, em termos amorosos, um ato supremo de introspecção (confessadamente narcisista) de regresso ao eu amante de si mesmo, ou pelo menos daquele ser (um irmão ou irmã), que com esse eu se parece. A gravidade do incesto n'*Os Maias*, como sugerimos anteriormente, ficaria atenuado pelo esplendor físico e pela básica integridade moral dos dois irmãos. Mas no cemitério dos desejos para os quais esse incesto não consegue ser a solução, embora noutras circunstâncias até talvez pudesse ter

sido, as palavras desanimadas de Ega relativas a outra (e porventura, obliquamente, a essa) forma de introspecção, resumem tudo: “Não sabe a gente para onde se há-de voltar... E se nos voltamos para nós mesmos, ainda pior!”⁹⁵⁸

A relação incestuosa dilacera os protagonistas, arrastando toda a dinastia masculina dos Maias, inclusive o avô. Frente às esterilidades das paixões mortas e das dinastias sem filhos, os heróis constroem um destino de desaparecimento. Com efeito, sendo essa família o que havia de melhor em Portugal, recebendo um dos seus últimos descendentes a mais apurada educação do século, é possível considerar que o incesto trágico carrega em si a inevitabilidade da decrepitude de toda uma sociedade. A decadência de tão nobre casa alegoriza o destino da pátria. Tocado (até certo ponto) pela dor da perda daquilo que mais lhe realizava – o amor pela mulher que lhe era socialmente interdita –, Carlos enterrou a aposta civilizacional depositada em si, consolidando-se como um indivíduo moralmente degenerado, voltado para a realização dos seus desejos privados, guiando-se pela paixão e não pela razão. Ele se converteu numa pessoa que, inclusive, concretizou conscientemente a sua busca narcísica condenável e descompromissada.

Então Carlos deu um passo no tapete, sem rumor. Ainda sentia o ranger molle do leito. E já todo aquelle aroma d’ella que tão bem conhecia, esparso na sombra tepida, o envolvia, lhe entrava n’alma com uma sedução inesperada de caricia nova, que o perturbava estranhamente. [...]

Sem resistencia, como um corpo morto que um sopro impelle, elle cahiu-lhe sobre o seio. Os seus lábios seccos acharam-se colados n’um beijo aberto que os humedecia. E de repente, Carlos enlaçou-a, n’uma paixão e n’um desespero que fez tremer todo o leito.⁹⁵⁹

A resignação e, depois, morte D. Afonso simbolizam a própria falência dos projetos geracionais de se formar um novo sujeito. Tentativa iniciada pelo próprio personagem – consigo mesmo –, ela avançou sobre seu filho e seu neto. A voz educativa e moralizante do patriarca só conseguia agora lamentar o seu retumbante fracasso. Ao saber de toda a verdade “afastou-se, todo dobrado sobre a bengala, vencido enfim por aquelle implacavel destino que depois de o ter ferido na idade de força com a desgraça do filho – o esmagava ao fim da velhice com a desgraça do neto”.⁹⁶⁰ Essa sensação de impotência ampliou-se até culminar com a morte de D. Afonso, a partir do momento que ele descobriu que o seu neto continuava a realizar incesto, mesmo consciente. Tentou ser consolado em vão.

⁹⁵⁸ LISBOA, Maria Manuel. Os Maias: narcisismo, incesto, amor e pátria. In: MATOS, Alfredo Campos (org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. il. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.845.

⁹⁵⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p.448-449.

⁹⁶⁰ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p. 432.

Onde está elle? Lá mettido, com essa mulher... Escusas de dizer, eu sei, mandei espreitar... Desci a isso, mas quiz acabar esta angustia... E estive lá hontem até de manhã, está lá a dormir n'este instante... E foi para este horror que Deus me deixou viver até agora!⁹⁶¹

Está assim configurada a tragédia. D. Afonso reconhece que foi derrotado pelas forças do destino e demonstra-se estarrecido com o desfecho de sua existência. Não conseguiu formar um homem digno, que se guiasse pela razão e fosse útil à sociedade; dando ao mundo, de outra maneira, um sujeito diletante, improdutivo, movido pela paixão e comprometido do ponto de vista moral. A educação liberal/ilustrada havia falhado. Afinal, foi para protagonizar aquele horror que Deus permitiu que ele (Afonso) vivesse? Essa é uma interpelação típica da tragédia, mas não apenas ela aproxima a narrativa do gênero secular.

O romance *Os Maias* apresenta os principais elementos do trágico, conforme caracterização da obra *A Poética*, de Aristóteles. Vejamos: a ação do romance é única, a problemática da paixão de Carlos por Maria Eduarda; o espaço principal é delimitado, o reduzido espaço físico onde se desenrola a trama, basicamente o centro de Lisboa (a casa da família Maia, o Ramalhete, e a Rua de São Francisco); o tempo é escasso, isto é, os fatos trágicos centrais acontecem na chamada “semana terrível”; os personagens diretamente envolvidos, Afonso, Carlos e Maria Eduarda, são nobres; a fatalidade, conforme já apontado, é anunciada durante o percurso narrativo, por meio das pistas que são sutilmente difundidas por todo o romance; e a revelação da desventura se dá com a *anagnorisis*: o reconhecimento da verdade ignorada pelos principais envolvidos na trama.⁹⁶²

A despeito dessas características, existe uma questão que *a priori* poderia contrariar o alinhamento com o trágico. Carlos Eduardo, diferentemente dos heróis dos textos gregos – como Édipo, da obra *Édipo Rei*, por exemplo –, comete incesto conscientemente. Mais do que isso: ao contrário do herói grego que se cega, o personagem queiroziano mantém sua integridade física, exilando-se para Paris, onde, ao que tudo indica, seguiu ostentando sua vida de *dandy*. Reincidindo na grave falta, com a aparente ausência de um castigo exemplar, além da inobservância de arrependimento, a ação do protagonista colocaria em xeque aquilo que seria uma premissa do gênero: a sua função moralizante. Em tese, a tragédia deveria promover a construção de uma nova atitude, fruto da consternação e do medo gerados com o

⁹⁶¹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p. 456.

⁹⁶² ARISTÓTELES. *Poética*. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Trad. de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1981, p.249-252.

exemplo dramatizado. Sobre essa questão, considere-se o trecho que segue de uma tradução da obra *A Poética*:

É a tragédia a representação de uma ação grave, em linguagem ornamentada, cada parte com o seu atavio adequado, com atores agindo e não narrando, a qual, inspirando pena e temor, operando o efeito moral e purificador, além de trazerem à tona os sentimentos de terror e piedade dos espectadores, proporcionando-lhes o alívio, ou a purgação, desses sentimentos próprios da emoção.⁹⁶³

Com efeito, algumas questões se colocam: seria, pois, o romance eciano efetivamente um texto trágico? Os possíveis processos de adaptação ou resignificação comprometem a vinculação da narrativa em questão ao antigo gênero? Teria Eça seguido o receituário aristotélico, revendo-o, todavia, no desfecho da trama? Essa filiação supostamente parcial estaria relacionada a uma possível adesão do autor às adaptações modernas? Não seria exemplar a trajetória de Carlos Eduardo, a despeito de sua aparente falta de arrependimento? Enfim, qual o significado do trágico na obra eciana e como essa semântica pode ajudar a pensar a elaboração narrativa sobre os destinos da sociedade portuguesa? Para tentar compreender essas questões, é importante, de antemão, discutir os significados da tragédia no “mundo moderno”. Na realidade, o debate em torno do legado das referências greco-romanas – tão bem materializadas na questão estética – está no centro das querelas entre os “antigos e modernos”.

Friedrich Nietzsche (1844-1900), um dos analistas sobre o tema, destacou que *A Poética* tornou-se uma importante referência sobre a questão estética para o Ocidente, recebendo, contudo, várias camadas de interpretação ao longo dos séculos. O autor afirmou que, a partir da Renascença, a obra tornou-se uma espécie de manual de regras para a arte, de uma maneira geral, e para as artes cênicas, de modo especial. Com o tempo, surgiram as primeiras traduções da obra (inicialmente em italiano) e com elas novas perspectivas que ultrapassaram a possível fidelidade ou não às premissas aristotélicas. Essa questão se estruturou, segundo Peter Szondi (1929-1971), durante as quatro grandes épocas da poesia trágica, quais sejam: o tempo dos tragediógrafos gregos, o período barroco na Espanha, Inglaterra e Alemanha, o classicismo francês e a época de Goethe. O filósofo nos esclarece que:

Desde Aristóteles há uma poética da tragédia; apenas desde Schelling, uma filosofia do trágico. Sendo um ensinamento acerca da criação poética, o escrito de Aristóteles pretende determinar os elementos da arte trágica; seu objeto é a tragédia, não a ideia de tragédia. Mesmo quando vai além da obra

⁹⁶³ ARISTÓTELES. *Poética*. ..., p.254.

de arte concreta, ao perguntar pela origem e pelo efeito da tragédia, a *Poética* permanece empírica em sua doutrina da alma, e as constatações feitas – a do impulso de imitação como origem da arte e a da catarse como efeito da tragédia – não têm sentido em si mesmas, mas em sua significação para a poesia, cujas leis podem ser derivadas a partir dessas constatações. A poética da época moderna baseia-se essencialmente na obra de Aristóteles; sua história é a história da recepção dessa obra. E tal história pode ser compreendida como adoção, ampliação e sistematização da *Poética*, ou até como compreensão equivocada ou como crítica.⁹⁶⁴

Conforme o autor destacou, o “mundo moderno” inaugurou uma filosofia do trágico, isto é, a reflexão sobre os sentidos da ação trágica e não apenas a caracterização de uma poética do trágico – muito embora esta, de origem grega, seja a base para a estruturação daquela reflexão. Poderia se argumentar que as numerosas leituras, interpretações e contradições em torno do texto aristotélico levaram à construção de “uma poética histórica da tragédia”. Dentre os temas mais debatidos estão as questões ligadas à doutrina do medo, à compaixão e à moralização. O texto trágico deveria ensinar por meio do terror e da piedade? Esse ensinamento envolveria o arrependimento do protagonista?

Nietzsche explicou, em uma de suas célebres conferências sobre a tragédia, que Gotthold Lessing (1729-1781), um filósofo alemão e crítico de arte, foi um dos primeiros a criar a ideia de uma “justiça poética”, isto é, a concepção de que a tragédia seria uma espécie de tribunal no qual se pensava (ou se deveria pensar) o herói trágico como um cristão arrependido dos seus pecados.⁹⁶⁵ Lessing traduziu o conceito de *catarsis* por “purificação” (*Reinigung*), substituindo a noção de ação pelo conceito de *pathos* (compaixão, empatia e dó). Goethe (1749-1832) criticou essa perspectiva purificadora, destacando a sua impertinência/imprecisão. Para ele, havia um erro de tradução, tendo a catarse o significado de “compensação” (*Ausgleichung*). O norte-americano Edward Bernays, apoiando-se na noção catártica de Aristóteles, presente não apenas na *Poética*, mas também numa passagem do livro VIII da obra *Política*, deu continuidade às críticas que Goethe dirigiu a Lessing, destacando que a tradução mais adequada para o termo seria “descarga libertadora” (*erleichternde Entladung*). Essa noção procura desfazer a relação causal entre a expressão de comoção e o melhoramento moral do indivíduo.⁹⁶⁶

⁹⁶⁴ SZONDI, Peter. *Ensaio sobre o Trágico*. Tradução de Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.23.

⁹⁶⁵ CHAVES, Ernani. Apresentação à edição brasileira: nas origens do *Nascimento da tragédia*. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Introdução à tragédia de Sófocles*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. IX.

⁹⁶⁶ CHAVES, Ernani. *Apresentação à edição brasileira*. ..., p.X.

Nietzsche frequentou alguns dos mesmos círculos de debate de Bernays e, como este, se opôs à perspectiva de moralização individual imputada à tragédia. Para o importante filósofo, *Édipo Rei*, que é uma tragédia modelo para Aristóteles, seria uma tragédia ruim, conforme as premissas da estética moderna. Isso em função de uma determinada leitura que passou a criticar a antinomia entre destino absoluto e culpa. Para Nietzsche a ideia de uma purificação exemplar carregava a máxima de que toda infelicidade seria punição, desconsiderando que, se assim fosse, era necessário que a culpa fosse imputável, ou seja, ela deveria surgir da vontade livre e não como consequência de determinações anteriores (predisposições espirituais, corporais, disposições herdadas etc.). Contrariamente à interpretação de autores como Lessing, Nietzsche destacou que o sentido formativo da tragédia residiria na luta do homem contra forças maiores, como o destino, por exemplo. Trata-se de problematizar uma noção de culpa e arrependimento, de origem cristã, ratificada pelo individualismo do “mundo moderno”.

Aqui, é permitido questionar se o conceito de trágico não teria sido mal interpretado, na medida em que não podemos alojar a tragédia grega nele. Em geral este equilíbrio entre o destino e caráter, punição e culpa não é um ponto de vista estético e sim moral, acrescido de um ponto de vista jurídico humanamente limitado; a encenação de uma tragédia assemelha-se a um tribunal de júri: o espectador é exortado a aceitar a punição que o poeta sugere ao transgressor, a aplaudir sua súplica. A consciência de que “ele mereceu” e “graças a Deus não sou como Édipo” esconde em si um certo deleite: por um lado, ter nas próprias mãos, pelo menos uma vez, a balança da culpa e da punição, tornando-se o executor da lei moral e, por outro lado, verse em destaque, belo e puro, contra um fundo obscuro. A catarse trágica seria então, de acordo com este ponto de vista estético-moral, muito mais o sentimento de triunfo do homem justo, moderado, impassível, ou seja, se quisermos caracterizar a questão rigorosamente, o farisaísmo do filisteu.⁹⁶⁷

O sofrimento dramatizado por meio do texto trágico não é, portanto, de acordo com Nietzsche, uma questão de fórum íntimo, articulada por meio do personagem e assimilado pelo leitor/espectador, em um processo de identificação. Não se trata de culpa ou de um medo formativo e justiceiro. O que caracterizaria a tragédia, ligando a origem clássica do gênero às suas ressignificações modernas, seria a contradição entre o sentimento necessário de consonância num mundo marcado pela dissonância. Dito de outra maneira: existe uma realidade flagrantemente desventurosa e um destino implacável, que imputam ao homem uma condição errante contra a qual ele deveria lutar. Para Friedrich Schelling (1775-1854),

⁹⁶⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Introdução à tragédia de Sófocles*. Tradução de Ernani Chaves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.2.

O fundamento dessa contradição, aquilo que a tornava suportável, encontrava-se em um nível mais profundo do que onde procuraram, encontrava-se no conflito da liberdade humana com o poder do mundo objetivo, em que o mortal, sendo aquele poder um poder superior – um *factum* –, tinha necessariamente que sucumbir, e, no entanto, por não ter sucumbido sem luta, precisava ser punido por sua própria derrota. O fato de o criminoso ser punido, apesar de ter tão-somente sucumbido ao poder superior do destino, era um reconhecimento à liberdade humana, uma honra concebida à liberdade.⁹⁶⁸

A luta travada no texto trágico estrutura-se por meio da contradição entre a ação do homem e as condicionantes do mundo que o cerca. O que poderia ensinar não é a culpa advinda da punição do protagonista, mas o próprio processo de malogro que funciona como a “descarga libertadora” apontada por Bernays. Explicitam-se as contradições e desventuras, e só assim seria possível alguma transformação: o possível aprendizado não advém do sentimento de culpa e do arrependimento, mas da luta travada e da derrota resultante de tal iniciativa. Considerando esse sentido, a narrativa queiroziana não se afasta da referência trágica a partir do comportamento de Carlos Eduardo. Muito pelo contrário. O personagem de Eça de Queiroz personifica uma batalha geracional contra as forças de degeneração nacional. Depois de deflagrada a sua derrota (e a da família Maia), Carlos reconhece o castigo merecido, apontando não apenas a necessidade como a pertinência daquele processo. Após a morte do seu avô e da correlata relação incestuosa, João da Ega tentava consolar o amigo afirmando que o falecimento de D. Afonso tinha se dado por vários motivos (idade avançada e doença preexistente, por exemplo) e não em função da decepção que teve. Mas Carlos Eduardo respondeu:

– Não! É estranho, não me faço mais desgraçado! Aceito isto como um castigo... E sinto-me só muito pequeno, muito humilde diante de quem assim me castiga. Esta manhã pensava em matar-me. E agora não! É o meu castigo viver, esmagado para sempre... O que me custa é que ele não me tivesse dito *adeus*!!⁹⁶⁹

É possível perceber que o personagem aponta a relevância do castigo e ainda o deseja. Sente-se pequeno frente às forças que o punem. Está articulada, assim, a perspectiva trágica: o protagonista afirma-se derrotado por uma força muito maior do que aquela que ele pôde dispor. A despeito da existência ou não de uma culpa (um critério construído por alguns autores a partir de certa tradução da obra de Aristóteles), tem-se um romance trágico. Mas qual o sentido dessa filiação no contexto finissecular oitocentista?

⁹⁶⁸ SCHELLING, Friedrich W. Joseph von. *Obras escolhidas*. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. Vol. 3: cartas filosóficas sobre dogmatismo e o criticismo. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.81.

⁹⁶⁹ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. ..., vol.2, p. 469.

Terry Eagleton esclarece que principalmente na primeira metade do século XIX, havia uma incompatibilidade entre o romance – gênero em consolidação na ocasião – e a tragédia. Esta seria marcada pelas forças do destino; pela observância dos códigos de honra; tratando dos espaços e dos agentes da alta política (Estado, governantes e elites tradicionais); com uma linguagem rebuscada e o emprego de elementos retóricos; além de voltar-se para esfera pública apresentando, ainda, a intransigente explicitação das contradições existentes no mundo. Já o romance, também de acordo com o autor, teria como foco a ação humana; tratando preferencialmente das convenções sociais; voltando-se para as intrigas da vida cotidiana; sendo pensado para a uma dimensão privada, com uma linguagem mais corriqueira e simplificada.⁹⁷⁰ E se a tragédia está marcada pela exponenciação dos conflitos, o romance teria se formatado modernamente por meio de uma lógica conciliatória. Conforme já apontado neste capítulo, a prosa romanesca deu a ver as transgressões individuais, colaborando, dessa maneira, para a criação de uma imaginação intelectual e cultural que poderia legitimar a porosidade, em tese, inerente à sociedade liberal.

A consolidação do romance como gênero se relaciona diretamente com a ascensão burguesa e a ratificação do ordenamento liberal. Com a arregimentação dessa ordem, as grandes emoções, o inaudito e a gravidade das contradições – standardizados pela tragédia – não eram de grande interesse, pois, a partir desse então novo arranjo político-social, os grandes conflitos foram considerados parte de um passado épico. A prosa romanesca, principalmente a de tipo realista, conserva um delicado equilíbrio entre pontos de vista conflitantes, “deslocando seu foco com equidade impecável e boas maneiras, de forma a iluminar ora um centro de consciência, ora outro”.⁹⁷¹ Toda essa variedade de componentes precisa ser totalizada e reunida, preservando certa coerência, mas sem colocar de lado as especificidades. Considere-se, assim, que:

O romance apresenta conflitos, mas na forma de sua potencial resolução; e uma maneira de ele fazer isso é personalizando esses conflitos, deslocando metonimicamente questões sociais para questões individuais, de forma que um casamento, um empregador benevolente ou um primo perdido há muito possam fornecer a solução para a infelicidade de uma criatura.⁹⁷²

O romance é antitrágico. Pelo menos num primeiro momento, sua linguagem prosaica, suas motivações pragmáticas e sua tendência à conciliação não combinam com a gravidade e

⁹⁷⁰ EAGLETON, Terry. A tragédia e o romance. In: *Doce violência: a ideia do trágico*. Tradução de Alzira Allegro. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.249.

⁹⁷¹ EAGLETON, Terry. *A tragédia e o romance*. ..., p.260.

⁹⁷² EAGLETON, Terry. *A tragédia e o romance*. ..., p.261.

as prerrogativas conflitivas da tragédia. Esta, contemplando uma ação grave e centralizadora, aponta para um desfecho definitivo; enquanto o romance, por intermédio de uma estrutura fagocitária, evita as grandes rotas de colisão. Está mais para uma coalisão, tendendo a não clarificar as grandes contradições, especialmente aquelas colocadas a partir dos processos de modernização: os ideais admiráveis e as utopias, forjados entre os séculos XVIII e XIX, não poderiam necessariamente se realizar. Em suma, o romance tendeu a representar a ascensão e depois manutenção das sociedades liberais. Principalmente quando cessaram as grandes revoluções das primeiras décadas do século XIX, as narrativas romanescas foram estruturadas a partir de certa quietude social, encarada como salutar e até inevitável. Entretanto, essa segurança e percepção de tranquilidade foram abaladas no final do século. Conforme destacou Eagleton,

O caráter da ficção inglesa dos séculos XVIII e XIX – o auge da formação da classe média inglesa – é antitrágico. É somente no final do século XIX, quando essa classe começa a entrar em um significativo declínio, que o romance trágico surge como uma forma importante. Ao ser ultrapassada pelo romance, a tragédia alcança-o novamente.⁹⁷³

Enquanto escritores como Stendhal (1783-1842) viveram em uma época em que a burguesia ainda começava a transitar entre a sua fase heroica e a pragmática, Eça de Queiroz, Émile Zola (1840-1902), George Eliot (1819-1880) e Gustave Flaubert (1821-1880), escreveram num contexto em que o sonho ocioso dava lugar a um mundo degredado, que os empurrava para uma autocrítica. A civilização parecia ruir e os horizontes se estreitavam. Se essa era percepção em relação à Europa, de uma maneira geral, não menos aterradora era a visão sobre Portugal. Nesse cenário, Eça procurou elaborar uma narrativa que pudesse, por meio de uma avaliação mordaz, dar sentido para aquela existência que se afigurava como desoladora.

A tragédia, por meio de uma tendência conflitiva, aponta para os problemas da realidade social dramatizada, mas também pode representar as bases para uma transformação paradigmática. No tocante ao contexto oitocentista, é lícito afirmar que o rechaço e depois a relativa retomada do “antigo gênero”, relacionam-se ao desenvolvimento da civilização liberal. Se nas primeiras décadas do século, logo após os processos revolucionários, a gravidade e a grandiloquência do trágico pareciam inapropriadas à estabilidade apregoada; com o passar do tempo, em meio às crises e incertezas avolumadas, urgiu pensar-se nas flagrantes contradições. O romance não deixou de carregar em si certa aposta modernizante,

⁹⁷³ EAGLETON, Terry. *A tragédia e o romance*. ..., p.250.

dando a ver uma sociedade burguesa que estava conquistando o progresso tão almejado. Entretanto, esse progresso não era mais pensado necessariamente como um futuro redentor, certo e sem conflitos, abrindo-se espaço, dessa forma, para o diálogo com o trágico, que deixou de ser considerado por muitos escritores como imiscível ao romanesco.

Eça de Queiroz não passou ao largo dessa tendência. Na realidade, estava bem rente a ela. Seja porque acompanhou de perto o niilismo finessesecular das principais centralidades europeias, seja porque durante a sua carreira de escritor, nutriu planos de criar um grande painel – definitivo e grave – sobre a sociedade portuguesa, o romancista optou pelo diálogo com o “antigo gênero”. Conforme trabalhado nos capítulos quatro e cinco, o romance *Os Maias* é, a um só tempo, o mais representativo sobre o trabalho intelectual do escritor e a metasíntese de sua elaboração crítica. Nesse sentido, não é nada desprezível o fato de que essa obra seja uma tragédia.

Se for lícito considerar que o romance carrega em sua própria urdidura a utopia modernizadora das sociedades liberais, pode-se afirmar que o diálogo com o trágico, estabelecido por Eça de Queiroz em *Os Maias*, está imerso em uma desconfiança em relação a essas promessas progressistas (uma desconfiança, aliás, apresentada na configuração do próprio trabalho intelectual, como se viu). A narrativa eciana apresenta-se, desde a primeira publicação, como uma crítica à realidade portuguesa, apontando, invariavelmente, para a decrepitude dessa sociedade, processo que teria ocorrido, apesar ou exatamente por causa das transformações de superfície que se tinham encaminhado a partir das reformas liberais. Entretanto, se essa é a tônica das tramas em questão, em *Os Maias*, o que se observa é um arremate final. Nesse romance, não se encontram apenas apontamentos de algumas contradições existentes, por meio de uma avaliação conduzida pelos preceitos literários da época. Era preciso ir além, demonstrando que a realidade em si era contraditória, a tal ponto que urgia questionar a possibilidade mesma de uma transformação positiva (inclusive por meio de uma proposição/reflexão estética). O percurso dos personagens, de um lado, e a forma do romance, de outro, estão imersos nesse processo.

As trajetórias de Afonso, Pedro e Carlos delineiam uma desilusão quanto a possibilidade de regeneração social. Os personagens, de alta estirpe e dispendo do que havia de melhor no país e até na Europa, alegorizam uma questão de relevo: Portugal não tinha capital humano, ou se preferirmos, não continha energia civil para mudar a inércia de uma degeneração fatal. Explicita-se a grande contradição entre o desejo geracional da família, que

deságua no personagem Carlos da Maia, e as forças sociais que levam à decrepitude, muito mais substanciais. Não se vislumbra a construção de uma sociedade que pudesse caminhar de forma segura rumo ao progresso, por meio da ação sóbria de agentes sociais formados para tal intento. Por essa razão, era imprescindível uma narrativa que explicitasse os grandes conflitos. Estes não poderiam ser pensados por meio de fórmulas tranquilizadoras/conciliadoras, próprias para um mundo em que a modernização é uma realidade salutar e segura. Nesse ponto, o romance *Os Maias* é fruto dessa intranquilidade por comunicar conteúdos críticos em relação à realidade, mas também como artefato em si. Isso porque a obra trata da trajetória de degeneração da sociedade lusitana, mas também coloca em questão o romance como forma de utopia moderna e a própria ação intelectual, como ação civil transformadora. De um jeito ou de outro, questiona-se a possibilidade de formação de uma sociedade renovada.

Uma questão dramatizada por meio da criação que D. Afonso deu ao seu neto, mas que resvala igualmente para o romance como uma elaboração voltada para essa elevada tarefa educativa. A prosa romanesca, em si, um esforço de regeneração civil, está em causa. D. Afonso falhou com o seu filho e o seu neto, mas o romance, como esforço de reflexão e crítica, seria uma nova possibilidade formativa? Caso fosse, seria viável apostar na elaboração de obras que seguissem os padrões literários modernos? Não seriam esses padrões, questionáveis inclusive em relação ao mundo de Além-Pirineus e emblemas de uma modernização de superfície em Portugal, as causas da decrepitude lusitana? Conforme destacado no quinto capítulo, a elaboração do romance *Os Maias* coincide com o último e maior empreendimento intelectual de Eça de Queiroz. Depois da criação dessa obra, observa-se um progressivo silenciamento, num processo que sinaliza a descrença na atividade literária, um silenciar consoante ao percurso de decadência da família ficcional (*Os Maias*), tendo continuidade por meio da própria narrativa ficcional, paulatinamente rarefeita após a publicação do referido romance. A desilusão quanto ao futuro caminha em paralelo com a descrença no potencial formador e formativo da escrita literária. Nesse sentido, o formato trágico da obra *Os Maias* é coerente com a relativa distopia em relação a Portugal, mas também em relação à atividade intelectual-literária como ação formativa.

O percurso da família Maia e o processo de criação da obra que deu vida a essa ascendência ficcional apontam para uma questão de relevo: a degenerescência das forças civis. Por outro lado, a filiação ao gênero trágico faz parte da problematização direcionada aos caracteres romanescos então em voga, emblemas de uma utopia modernizante (a liberal) que,

além de estar sendo colocada em causa naquele fim de século, fora apontada como uma das principais causas da decrepitude da pátria, que combinava muito mais com “o velho feitiço à D. João VI”, conforme os preceitos de Carlos da Maia, João da Ega e do próprio Eça. Quer levemos em conta os conteúdos ficcionais num sentido mais estrito, quer consideremos a configuração do artefato literário, ou, ainda, a tomada do trágico como referência, o romance *Os Maias* marca um percurso de desilusão no que concerne à possibilidade de uma transformação articulada civilmente. Tal descrença, todavia, liga-se a uma aposta. Vamos a ela.

CONCLUSÃO: os últimos rastros de Ariadne

A sociedade portuguesa passou por grandes transformações ao longo do século XIX. Nesse contexto, articulou-se uma questão paradigmática: como regenerar o país, fazendo-o alcançar o *status* desejado de civilização? Desde o Vintismo à consolidação da monarquia constitucional – envolvendo monarquistas (convictos ou reformadores) e republicanos –, a questão da modernização de Portugal estruturou-se como pedra angular. Os movimentos liberais haviam colocado por terra a monarquia de tipo antigo (considerada, por algumas linhas interpretativas, como absolutista); nas cidades, observavam-se os melhoramentos materiais e, de forma inédita até então, boa parte da população masculina conquistava, paulatinamente, o direito ao voto. É certo que Portugal não ostentava o padrão de vida da Europa setentrional, mantendo pequenas taxas de crescimento econômico, quando comparadas àquelas das principais centralidades da época. Entretanto, conforme destacou Rui Ramos, vivia-se melhor no país em 1911 do que em 1850. Essa melhoria relativa crescia na proporção direta do descontentamento de uma parcela daquela sociedade – nomeadamente, uma classe média, média alta –, que se julgava pertencer à Europa idealizada de Além-Pirineus.

A geração de Eça de Queiroz, a primeira que nasceu num país livre das guerras e com algum desenvolvimento, passou a creditar ao sistema político-social vigente os dilemas que surgiram (ou que se ratificaram). Esse grupo de escritores partia do princípio de que o pretenso atraso português, tanto em relação ao desenvolvimento econômico quanto no que tange à questão cultural, devia-se às pífias reformas deflagradas no contexto oitocentista. Tal percepção foi intensificada a partir dos anos 1880, quando o crescimento econômico minguava e o arranjo político conciliatório da Regeneração parecia estar com os dias contados. Frente a essa realidade, formatou-se a ideia de que o liberalismo, além de não resolver os problemas seculares do país, os havia aprofundado, por meio de uma maquiagem ilusória. Tratar-se-ia de uma modernização de superfície, que colocava em xeque as tradições políticas, religiosas e culturais que tinham conferido algum sentido existencial para aquela sociedade.

De acordo com a “geração de 1870”, a trajetória da decadência lusitana começava logo após a lendária batalha de “Alcácer Quibir, passando pela fragmentação do império e perdas territoriais nos séculos XVII, XVIII e XIX (concluindo com a independência do Brasil em

1822), pela restauração do 1º Dezembro (vista como insatisfatória pelos rebeldes da Geração de 70)”.⁹⁷⁴ Somem-se a esse percurso degenerativo a guerra civil e o constitucionalismo tido como fracassado, da primeira metade do século XIX, além do projeto conciliatório de modernização material da Regeneração, considerado superficial e incompleto.

No complexo processo de sensibilização da “geração de 1870”, Eça se desvencilhou das tendências mais progressistas manifestas por sujeitos como Antero de Quental e Batalha Reis. Enquanto estes flertavam com o republicanismo e o socialismo, aquele procurava apostar na atuação de uma elite intelectual que poderia conduzir o país rumo às reformas necessárias. Na “partilha do sensível” que marcou aquela geração, Eça, como os seus companheiros, contrapunha-se ao nacionalismo e ao pensamento retrógado de alguns sujeitos da época (como Pinheiro Chagas, por exemplo). Por outro lado, o escritor procurava manter uma posição moderada, pelo menos inicialmente. Para ele, era melhor encontrar com o proletariado, cordato e bem disposto, numa reunião mediada por homens bem preparados, do que ter com eles em barricadas oriundas de um processo de ruptura.

A elaboração desse posicionamento pode ser percebida por meio dos debates travados pelo romancista, bem como por intermédio do seu trabalho intelectual. Seguindo os rastros das citações do autor, é possível perceber, por um lado, as suas filiações intelectuais, por outro, o questionamento basilar em relação à possibilidade de que Portugal trilhasse ou não os caminhos progressistas oriundos de Além-Pirineus, uma questão que se delineou ao longo do próprio processo criativo. Enquanto nos romances é possível verificar a apropriação de uma grande variedade de referências – de Victor Hugo a Balzac, de Lamartine a Aristóteles, passando ainda por Renan e Proudhon – nas cartas as menções são mais localizadas, centrando-se nos nomes proeminentes da literatura e das ciências do século XIX. A comparação entre esses dois conjuntos de citações ajudou na compreensão dos possíveis significados dos diálogos intelectuais do escritor. Por conseguinte, a construção da narrativa eciana revela reticências relevantes: Portugal poderia se transformar positivamente? Seriam as referências do mundo moderno as mais profícuas para se pensar a realidade portuguesa? Qual o real potencial dessas referências?

O entrecruzamento dos dois conjuntos de citações foi importante para que se pudesse perceber a incongruência entre o debate que o autor travava com os seus correspondentes e as

⁹⁷⁴ LISBOA, Maria Manuel. Os Maias: narcisismo, incesto, amor e pátria. In: MATOS, Alfredo Campos (org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. il. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.846.

apropriações feitas nos romances que elaborava. Essa discrepância está relacionada com a adequação ao público alvo de cada gênero em questão (o epistolar, *a priori* mais douto e versado no debate cientificista). Eça precisava se legitimar como escritor junto aos pares, citando as autoridades da época, uma exigência não necessariamente pertinente para os romances. Mas a questão não se esgota aí. Como se viu, trata-se também de uma escolha que foi se delimitando. Considerando-se que o foco do autor residia na criação dos seus romances, não é desprezível o destaque dado às referências ligadas ao romantismo, em detrimento daquelas pertinentes ao realismo, ao naturalismo e ao cientificismo, de uma forma mais geral. Seja porque o escritor passou a primeira parte da sua carreira a detratar o romantismo, seja porque num dado momento ele percebeu que as diferenças entre as escolas literárias não passavam de querelas, o fato é que as menções românticas estão no centro dos processos criativos ecianos. Todavia, essa filiação, para além das questões mais detidamente literárias, liga-se a uma desconfiança crescente em relação ao receituário científico, objetivo e potencialmente redentor, principalmente quando se pensa na realidade portuguesa. Os lusitanos seriam avessos às explicações racionais, de cunho científico, ligando-se, de outra maneira, às idealizações e passionalidades. Essa situação seria mais uma razão para a dedicação ao romantismo. Seja em função dessa filiação estratégica, seja por causa de certa desconfiança quanto às promessas progressistas, as citações queirozianas revelam uma crescente inconformidade do autor com as referências contemporâneas a si, inicialmente mais alinhadas às conquistas do mundo dito moderno e civilizado.

A narrativa eciana, em sua própria urdira, conforma-se como a materialização de um percurso de desilusão. E o romance *Os Maias* está no centro desse prelúdio. Primeiramente, porque essa obra condensa o maior esforço intelectual do autor, canalizado como publicação, articulado por no mínimo oito anos. Depois do referido romance, Eça não chegou a publicar nenhum outro e o seu trabalho de citação, tanto na escrita romanesca quanto na epistolar, declinou fortemente. O romance *Os Maias* marca o auge e o declive da atividade intelectual do autor e, por essa razão, a aposta feita nesta tese é de que esse *looping* está relacionado a um esforço revelador do processo de sensibilização político-literário. A ambivalência da cena final da obra, com a corrida de Carlos da Maia e João da Ega atrás do americano (compreendido aqui como um ícone do progresso), pode ser interpretada como um questionamento direcionado em relação à possibilidade de se buscar um futuro exitoso para Portugal, por meio do receituário moderno, colocado em questão com o trabalho de citação

(crescentemente marcado pela desconfiança em relação às referências científicas) e representado esteticamente pelo próprio romance (progressivamente rarefeito na produção do autor após *Os Maias*).

A prosa queiroziana estrutura-se pela premissa – relativamente difundida no século XIX – de que escrever é um ato político e ler uma atitude civil. Por esse motivo, a atividade intelectual, ela mesma, pode ser interpretada como uma aposta civilizacional, sendo a prosa romanesca, dada a sua audiência e o seu prestígio no contexto em questão, uma materialização significativa desse lance. Foi em *Os Maias* que Eça de Queiroz colocou boa parte das suas fichas, dedicando-se a essa obra de forma única, concentrando nela grande parte do seu arsenal crítico-intelectual. O romance pode ser pensado como metassíntese da elaboração queiroziana, uma vez que ele condensa boa parte das ambições do autor, além de indicar a profusão do debate proposto, representando a sistematização da apreciação direcionada à sociedade lusitana. No processo de criação dessa obra, encontramos o interstício da grande questão que perpassou a sensibilidade estética e política eciana: seria possível almejar um futuro pleno em progresso? Ou, em termos simbólicos, ainda o apanhamos!? Se o esforço dedicado à prosa em questão aponta para uma aposta, o silêncio que se seguiu a ela reforça a dúvida.

Para compreender a elaboração dessa pergunta e das possíveis respostas imputáveis a ela, foi relevante tratar da escrita editorial eciana. Deu-se atenção ao processo editorial de *Os Maias*, em contraste com as outras publicações do autor. Essa análise vai ao encontro do que a elaboração intelectual também apontou, isto é, o romance em questão esteve no centro do trabalho do escritor. De acordo com os critérios da época, mas também em função de certas metas em relação à elaboração literária, Eça de Queiroz considerava que *Os Maias* conformavam-se como um “verdadeiro romance”, ao passo que obras “menores”, como *O Mandarim*, seriam novelas, retalhadas nos jornais e vendidas por ninharias para um “público gorduroso de cozinheiras sentimentais”.

As novelas seriam destinadas ao público e o romance, ao leitor. E é para este sujeito presumido que se direcionava uma obra grave, formatada em dois densos volumes, tratando da trajetória de uma linhagem aristocrática. Por conseguinte, juntamente com a classificação da obra e do leitor, destaca-se a delimitação de um determinado protagonismo: uma nobreza rica e com glórias memoráveis. Esse novo agente, diverso da média burguesia afetada que frequentava o Chiado (típica de romances como *O Primo Basílio*), poderia ser o emblema de

uma aposta regeneracional? Essa pergunta se vincula à expectativa construída em relação à obra em si, uma parte do projeto civilizacional que, em tese, urgia ser articulado. Verificou-se, nesse sentido, que existe uma ambição instrutiva que perpassa o romance em seu formato e conteúdo. Delimitaram-se como exemplares os dilemas de uma aristocracia secular, dramatizados por meio de uma narrativa pretensamente seleta e seletiva, visto que voltada para um educando minimamente douto, o “leitor amigo”. Em síntese: o último romance publicado em vida por Eça de Queiroz, aquele em que o autor dedicou os seus maiores esforços intelectuais, pautava-se, por meio do seu formato, conteúdo e ambições gerativas, pelo destaque dado a um possível processo formativo. Por meio de uma concepção platônica de poder, afirmava-se a ideia de que a educação de uma nova geração deveria centrar-se numa elite bem formada. Trata-se de uma aposta derradeira. Mas seria ela viável? A resposta está no percurso da família Maia.

O personagem Afonso foi severamente tolhido pelo seu pai, Caetano da Maia. Este, uma alegoria referente ao absolutismo caduco e retrógado, não tolerava as tendências jacobinas do seu filho. A rebeldia do herdeiro, todavia, não passava da audácia de ler Rousseau e de fazer algumas algazaras pelas ruas. O então jovem Maia acabou resignando-se à autoridade do pai, demonstrando pouco apego aos ideais políticos que supostamente professava. Já casado, Afonso exilou-se em Londres, fugindo da violência miguelista, e lá, em função da criação beata que sua esposa proporcionava ao seu filho, o frágil Pedro, o jovem patriarca fez reviver a sua adesão às ideias liberais. Essa refiliação foi movida pelo ressentimento nutrido em relação à vida beata de sua esposa, uma mulher adoentada pelo próprio fanatismo e que vivia cercada por padres, as verdadeiras figuras masculinas da casa.

A despeito dos incômodos de Afonso da Maia, Pedro foi criado como um menino sem vida, adocicado pelo catolicismo e pelos mimos domésticos da mãe. Trata-se de um rapaz que recebeu uma educação tipicamente portuguesa (em si, degenerativa), tornando-se um homem fraco: guiado por princípios retrógados e, pouco tempo depois, entregue a um romantismo reles. Não era de se estranhar que o descendente da nobre família fosse se apaixonar por Maria Monforte, a negreira, uma mulher que D. Afonso considerava de má cepa – por causa da origem pouco dignificante de sua família – e que o patriarca sabia de antemão que iria desgraçar a vida de seu despreparado filho. E assim foi. Diferentemente de certa tradição romanesca criada entre os séculos XVII e XIX, a narrativa eciana não apresenta um processo

de luta e afirmação das individualidades rechaçadas. Pelo contrário: (re) afirma-se a impertinência de qualquer transgressão na sociedade dramatizada literariamente.

Após a morte do filho, D. Afonso vislumbra no neto a oportunidade de um novo recomeço, criando-o longe de Lisboa, nos aconchegos do Douro, onde, acreditava, poderia forjar um novo homem: forte e são, com uma formação intelectual e moral adequadas. Um cavaleiro, conforme os moldes ingleses, capaz de guiar-se pela razão, sendo direcionado para o mundo público. Tal como o modelo de educação vislumbrado por Rousseau, Carlos foi criado primeiro para ser um homem forte, desenvolvendo suas aptidões físicas, para depois converter-se em um cidadão e homem útil ao seu país. Essa pretensão animou-se igualmente por meio das ambições do jovem que se matriculou em medicina, na Universidade de Coimbra, empolgado com a ideia de ser médico, de ser útil. Queria ser um homem de ciências e de gosto. No entanto, em Coimbra e depois em Lisboa, Carlos da Maia foi se entregando ao diletantismo das conveniências e à pasmaceira reinante no país. Pouco a pouco, os princípios que nortearam a sua educação foram colocados por terra frente a uma forte tendência degenerativa.

Primeiramente, demonstrou-se mais um *dandy*, um pulha, que, juntamente com João da Ega (outro diletante), passava os dias investindo suas energias em farras, espanholas e jantaradas. Não obstante esse definhamento das expectativas virtuosas, Carlos apaixonou-se. Tornou-se um títere como o pai, isto é, um homem que se guiava cegamente pela paixão e não pela razão. A educação cristã e beata ofertada a Pedro da Maia tinha sido prejudicial, mas a que Carlos recebeu – marcada pelas referências e métodos ilustrados/ liberais – tampouco rendeu bons frutos. O último herdeiro varão da tradicional linhagem deixava-se levar por um caminho de procrastinação e degenerescência, envolvendo-se ainda em uma relação incestuosa com a própria irmã, Maria Eduarda.

Como foi destacado no último capítulo, o incesto apresenta um duplo sentido. Num primeiro momento, representa a decrepitude de uma aristocracia que não conseguia se reconhecer e que não percebia o potencial e as responsabilidades que tinha nas mãos. É uma classe que se entrega aos desejos narcísicos mais profundos, ignorando quaisquer interesses que ultrapasassem o mundo privado. Sendo a família Maia a representante do que de melhor havia em Portugal, não há dúvidas, o incesto é antes de tudo político, pois se refere à decadência da ascendência mais bem preparada e nascida. Se tal linhagem fracassou, o que ou quem poderia ter sucesso? Nesse ponto, é importante perceber que as expectativas em relação

aos processos formativos imputados à obra parecem sucumbir juntamente com o destino nefasto dos personagens. Não é por acaso também que o romance apresente as principais características de uma tragédia. No final do século XIX, conforme destacado, os escritores tenderam a reabilitar o antigo gênero – inicialmente visto como insolúvel ao romanesco – como forma de repensar a tranquilidade dos caminhos promissores rumo ao progresso. Por meio do trágico, Eça destacou a contradição existente entre as ações iniciais dos indivíduos e as forças sociais, políticas e do próprio destino.

Mas a tragédia tem ainda outra camada de significação. A narrativa de Eça de Queiroz faz crer que era inevitável e até desejável que os dois amantes/irmãos se encontrassem. Ele, um belo homem, bem feito, um cavalheiro da renascença; ela, igualmente bela, alta, refinada, iniciada nas letras, uma deusa de Juno. Esses seres olímpicos, com os olhos negros dos Maias (irresistíveis) e de carnações ebúrneas, destacavam-se da multidão de homens e mulheres feio(a)s, adoentado(a)s, amarelado(a)s e sem vida que perambulavam por Portugal. Nesse sentido, seguindo as trilhas de autores como Alan Freeland, Antônio Coimbra Martins, Isabel Pires de Lima e Jacinto do Prado Coelho, destaca-se que a tragédia eciana não se limita a denunciar a esterilidade das elites dirigentes portuguesas do *fin-de-siècle*. Associado a isso se destaca a degradação de toda uma sociedade. Como bem explicitou Maria Manuel Lisboa, a ferida que deveria ser cauterizada não residia no incesto em si mesmo, mas no *status quo* que a relação proibida temporariamente animou, mas que depois regressou à sua triste normalidade. O sopro de esperança de transformação dessa realidade não poderia se realizar, e é nesse fato que reside à problemática trágica.⁹⁷⁵ Arregimenta-se um impasse: as energias sociais existentes não têm força para reverter a situação de decrepitude; e aquelas que inicialmente poderiam fazê-lo, estavam condenadas à impossibilidade de concretizar seus intentos.

E eis que nos deparamos com João da Ega e Carlos da Maia, no final do romance, lamentando a inércia de suas vidas. Os personagens, no entanto, têm um sopro de esperança nas derradeiras páginas da obra. Mas o que significaria esse contraditório alento frente a todo percurso degenerativo traçado? A resposta a essa pergunta está exatamente na negatividade explícita ao longo da narrativa. Isso porque a trajetória de degeneração das forças civis aponta para a ação do único ente que poderia efetivamente agir naquele momento paralisante: o Estado, especialmente na figura do monarca. A desilusão de Eça de Queiroz centra-se,

⁹⁷⁵ LISBOA, Maria Manuel. *Os Maias*. ..., p.847.

portanto, na sociedade civil. Mas essa descrença não significa a ausência de qualquer pretensão, pois, na inobservância de forças sociais qualificadas e qualificadoras, destaca-se esse outro agente – o rei – que, ostentando uma formação adequada e concentrando em si autoridade de referência, poderia, quem sabe, realizar a atividade regenerativa que as forças sociais não tinham como concretizar. Com efeito, *Os Maias* não perfaz apenas uma ode à “putrefação da inércia”, como quis Antônio Sérgio, ou ao “pessimismo vencidista”, conforme formulação de Antônio Manuel Pires. Tampouco se limita a uma ambivalência que pode ser explicada por meio de uma análise sociológica, de acordo com as formulações de Pires de Lima. Interessa mais identificar o teor da desilusão eciana, não a limitando a uma questão geracional ou ao pessimismo absoluto. Por trás do percurso de desilusão elaborado por meio da narrativa de Eça de Queiroz, configura-se uma aposta.

O que está em jogo é a impossibilidade de que a sociedade civil pudesse trilhar um novo caminho. Anuncia-se essa inviabilidade no enredo da obra por meio da ação dos personagens, mas também por intermédio do desfecho trágico do romance e da história pregressa da escrita literária do autor, em si mesmos, esforços formativos de civilidade colocados à prova. Existe um projeto, porém, que nos ajuda a problematizar a expectativa que está subjacente ao fracasso das forças civis. Trata-se da elaboração de uma revista: vislumbrada pelos personagens Carlos da Maia e João da Ega, sendo concretizada pelo próprio Eça, logo após a publicação de *Os Maias*.

Depois das experiências de Coimbra e já residindo em Lisboa, Carlos e Ega planejavam a criação “d’uma Revista, que dirigisse o gosto, pezasse na politica, regulasse a sociedade, fosse a força pensante de Lisboa”.⁹⁷⁶ Algum tempo depois, Carlos procurou lembrar o amigo do intento, mas Ega ocupava-se com suas relações amorosas, deixando sempre em segundo plano a criação do periódico. Em outro momento, foi a vez de Carlos da Maia preterir o projeto, que só era pauta da conversa entre os dois amigos em momentos muito pontuais. No auge do seu amor por Maria Eduarda, o protagonista:

[...] lembrou então a sua velha idéa do Cenaculo, representado por uma *Revista* que dirigisse a litteratura, educasse o gosto, elevasse a politica, fizesse a civilisação, remoçasse o carranchoso Portugal... Carlos, pelo seu espirito, pela sua fortuna (até pela sua figura, ajuntava o Ega rindo) devia tomar a direcção d’este movimento. E que profunda alegria para o velho Affonso da Maia!⁹⁷⁷

⁹⁷⁶ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*: episódio da vida romântica. 1.ed. Porto: Livr. Chardon, Casa Editora Lugan & Genelioux Successores, 1888, vol.1, p.171.

⁹⁷⁷ QUEIROZ, Eça de. *Os Maias* ..., vol.2, p.253.

Essa revista, marcada por grandes ambições, não foi criada pelos personagens da trama ficcional, mas tornou-se iniciativa do próprio Eça de Queiroz, em 1889, um ano após a publicação de *Os Maias*. Ainda em 1888, Eça contava a Oliveira Martins os planos para a criação do novo magazine. Em carta datada de 15 de agosto do referido ano, confessou ao amigo:

Mas entre os meus motivos para desejar Paris, avulta agora um. Tu perguntavas-me há tempo, qual era esse plano em que eu te destinava um *beau rôle*. É uma Revista – uma grande Revista, nas proporções da Revista dos Dois Mundos,⁹⁷⁸ uma obra de caráter nacional que possivelmente será lançada pela Casa Chardron, e que certas condições especiais de *imprimerie* nos obrigam a imprimir em Paris. [...] Eu desejo fazer dessa publicação, querendo Deus, uma verdadeira obra nacional, colaborada por tudo o que há de melhor, em todas as especialidades, e mostrando enfim que Portugal não é tão estúpido como por aqui se pensa.⁹⁷⁹

Como é possível perceber, Eça apresenta ao amigo ambições muito próximas daquelas acalentadas pelos personagens criados por meio de sua pena. Pretendia instituir uma revista que fosse referência em Portugal, mas que também adentrasse outras paragens europeias. Ainda no diálogo travado com Oliveira Martins, afirmou:

Demais a Revista seria o órgão dos nossos interesses, perante a Europa, porque uma parte destinada a essa função seria em francês e por engenhoso sistema, a Revista penetraria em todas as chancelarias da Europa, e nos gabinetes de todos os homens importantes desde Bismarck até o Papa! Há dois meses que isto se estuda: a Casa Chardron vê aí um bom *succès d'argent*; eu creio que se podia fazer disto uma coisa importante e patriótica.⁹⁸⁰

Eça de Queiroz lançou esse periódico, intitulado *Revista de Portugal*, dirigindo-o entre 1889 e 1892. Esse projeto, tal como aquele vislumbrado pelos personagens Carlos e João da Ega, guardava grandes ambições, dentre elas, o estabelecimento de uma referência para os debates literários e para o campo político. Publicaram-se vários artigos – dos mais diferentes colaboradores –, destacando-se um texto de autoria de Eça de Queiroz, em homenagem ao rei D. Luís. O artigo foi publicado no primeiro número da revista, em novembro de 1889, um mês após a morte do monarca. Eça não poupou elogios ao rei e ao seu reinado.

⁹⁷⁸ A apropriação eciana da *Revue des Deux Mondes* merece uma atenção cuidadosa. Inicialmente, pode-se dizer que o autor e seus personagens citam a revista como exemplo de um bom periódico, mas, também, como índice de um tipo de leitura obrigatória para as sociedades civilizadas. Sobre o processo de apropriação do periódico, Eliana Dutra tem apresentado importantes contribuições, dentre elas: DUTRA, Eliana de Freitas. *The Revue des Deux Mondes in the context of transatlantic exchanges*. In: ABREU, Márcia; SURIANI DA SILVA, Ana Cláudia (org.). *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, the Book Trade, and Reading in the Transatlantic World*. 1.ed. London/New York: Tauris & Co. Ltd, 2016, p.212-138.

⁹⁷⁹ Publicada pela primeira vez por José Maria Henriques d'Eça de Queiroz em *Cartas de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Aviz, 1945. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*. Organização e notas: Alfredo Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, vol.1, p.571.

⁹⁸⁰ QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência*. ..., vol.1, p.571.

Com El-Rei D. Luís finda um período interessante de nossa História. Durante ele Portugal, emergindo *da anarquia doutrinária que o desmantelava desde 1820*, consuma o seu desquite com o passado, quebra o seu pacto com os ideólogos, – e entra resolutamente, para ventura sua ou para maiores e inéditos males, *no caminho do Utilitarismo, do Fomento e do Progresso Material*. Para presidir a esta *Revolução*, que cobriu a terra de instrumentos de riqueza e radicou na gente a importância dos interesses, El-Rei D. Luís era, pelas favoráveis feições do seu espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações, o chefe mais congénere e perfeito. Daí proveio, entre o Rei beneficentemente inclinado às Reformas e o Reino que ardentemente se reformava, uma harmonia sólida e séria, que em vinte e oito anos não sofreu uma interposição, nem foi toldada por uma sombra.⁹⁸¹

Nesse artigo, Eça revela uma faceta até então inédita: faz um grande elogio à modernização econômica que o país havia passado, deixando clara a sua visão sobre os processos revolucionários do Vintismo, que comporiam uma “anarquia doutrinária”. Dos males desse período, o país teria caminhado para o “Utilitarismo e o Progresso Material”. Não bastasse essa ode às reformas (que durante muito tempo foram consideradas pelo autor como uma falsa transformação, um processo de superfície), tecem-se previsões sobre a possibilidade de um papel renovado da autoridade monárquica a partir da investidura de um novo rei, D. Carlos.

Começa este reinado no momento em que, *pela dispersa hesitação das inteligências, pelo incurável enfraquecimento das vontades, pela desorganização dos partidos, pela inércia das classes, – o Rei surge como a única força que no País ainda vive e opera*. E por isso mesmo que a autoridade vital, que, desde 1820, se escoara do trono e se espalhou pelas instituições democráticas e pelos corpos que as encarnam, parece refluir ao trono para nele se condensar de novo – e o reinado abre entre dificuldades, que lhe impõem responsabilidades. Os deveres de El-Rei, nestas condições, encontrarão certamente no seu patriotismo a inspiração mais segura e mais pura.⁹⁸²

Nesse texto, Eça de Queiroz explicita qual é a sua aposta política. Depois de traçar o percurso de degeneração da sociedade portuguesa, após constatar que havia um grande “enfraquecimento das vontades”, o autor acreditava que a tendência seria a concentração de poderes na figura do monarca. A obra *Os Maias* representa um mapa alegórico sobre esse processo de desilusão em relação à sociedade civil e, como *o fio de Ariadne*, demarca o caminho tortuoso rumo a uma saída que ultrapassasse a situação labiríntica que se colocava. A obra representa uma expectativa derradeira em relação às energias cívicas transformadoras: materializadas por meio da formação dos nobres personagens na ficção, mas também por

⁹⁸¹ QUEIROZ, Eça de. EL-REI D. LUÍS. In: *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Edição: Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1995, p.51. (Os grifos são nossos)

⁹⁸² QUEIROZ, Eça de. *EL-REI D. LUÍS*. ...p, 53. (Os grifos são nossos).

intermédio do artefato literário, um projeto formativo. Frente ao insucesso desses sujeitos e processos, somente o rei, a “única força que vive e opera”, poderia galgar algum êxito.

Nesse sentido, não são fortuitos os nomes dos personagens d’*Os Maias*: Afonso, Pedro e Carlos. Eles remontam a reis importantes da história do reino de Portugal, culminando com o nome “Carlos”, o mesmo do monarca que seria então coroado pouco depois do lançamento do romance em questão. Um rei, diga-se de passagem, que se dizia um membro honorário do grupo dos “vencidos da vida”, tendo convivido, portanto, com Eça e seus companheiros.⁹⁸³ É exatamente após a publicação d’*Os Maias* e da elaboração da nova revista, que Eça se aproximou da realeza. Essa ligação se erigiu num contexto melindroso, quando a Inglaterra dava o Ultimato a Portugal (colocando em dúvida a autoridade do país em África) e se desenrolava a primeira tentativa de instauração da República no país. É também nesse momento que Oliveira Martins, um dos membros da “geração de 1870”, desenvolve a sua experiência governativa, atuando como ministro da fazenda.

Mas é preciso salientar que as expectativas de Eça de Queiroz em relação ao papel do monarca não foram inteiramente inauguradas no final dos anos 1880 e início dos anos 1890. Mais de uma década antes, o jovem Eça, à época, romancista iniciante e escritor do jocoso jornal *As Farpas*, já refletia sobre tal atuação. Em janeiro de 1872, o autor ironizava a cerimônia de abertura do parlamento, que, segundo ele, contava com a participação ornamental do rei. Para Eça, aquela cerimônia era ridícula, uma vez que o monarca apresentava o mesmo discurso pomposo com esperanças de um ano melhor, quando, na realidade, o país mantinha uma economia decrépita, os conflitos coloniais se alastravam e a vida do povo continuava miserável. Isso tudo se devia à atuação pouco qualificada dos políticos, sendo o rei apenas um regalo de luxo frente toda aquela triste situação. Seria a cerimônia um espetáculo de mau gosto, com uma participação deplorável do representante real.

É rebaixar a realeza, mais do que o permite o sagrado respeito da personalidade humana, o estatuir entre as mais graves obrigações de um

⁹⁸³ Nas últimas décadas de sua vida, Eça frequentou a família real. Os indícios dessa convivência podem ser verificados na FEQ, onde, atualmente, ainda se encontram presentes ofertados pelo rei ao escritor. Dentre esses regalos, um quadro pintado pelo próprio monarca. É possível ainda perceber a frequência do autor nos salões reais, por meio de algumas de suas correspondências em que, por exemplo, ele comenta com a sua esposa a formosura da rainha ou o seu desarranjo, em diferentes ocasiões. Na carta enviada a Emília de Castro, em 09 de junho de 1890, Eça afirmou: “É verdade que ontem encontrei a Rainha, a quem beijei a régia pata, e que foi muito amável. Mas, verdade, verdade, não estava em beleza! Só podia ser amada como princípio social”. O documento foi publicado pela primeira vez por Marcello Caetano na revista *Panorama*. A versão citada provém de: QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz correspondência. ...*, vol.2, p.74.

príncipe a de declamar annualmente perante os representantes do seu paiz um discurso que elle não fez, que não sente e que não pensa. Isto só nos theatros se consente sem desdouro de quem o faz, porque no tablado o comediante exerce uma arte.⁹⁸⁴

O incômodo expresso pelo romancista reside no fato de que o rei não atuava como deveria (limitando-se a uma encenação) e o país estava entregue ao que ele considerava como um conjunto de políticos de pequena grandeza. Depois de voltar a tratar dos problemas que grassavam no país, arrematou com a questão: “Se o discurso da corôa não é um mero espetáculo, então o digno, o logico, o sensato é que as instituições não obriguem el-rei a uma velha formalidade, anachronica e decrepita sem significação e sem virtude”.⁹⁸⁵

Em 1872, o autor acreditava que o problema (ou grande parte dele) estava nos políticos que dirigiam – muito mal – o país, vários deles provenientes do arranjo político liberal que havia sido erigido. O incomodo do romancista centrava-se nessa direção desastrada e no papel reles reservado ao rei. Este não era visto, em 1872, como parte do problema, mas, no final dos anos 1880, além de ser excluído dessa responsabilidade negativa, passou a ser encarado como parte da solução. Talvez a única possível. No intervalo que vai entre o posicionamento descontente de 1872 e aquele propositivo de 1889, com efeito, desenvolveu-se um processo de sensibilização política, estética e social, que culminou com a aposta no poder real. O romance *Os Maias*, com efeito, materializa (como ficção e artefato sócio cultural) o esforço intelectual de compreensão desses papéis: dos degenerativos e dos que possivelmente seriam regeneradores. Os últimos, apontados a contrapelo pela atuação negativa dos primeiros.

A defesa de um papel mais afirmativo da monarquia no final do século XIX foi durante algum tempo interpretada como um conservadorismo antiliberal. Destacou-se, por um lado, que se tratava de um movimento resistente às liberdades individuais conquistadas e, por outro, o possível papel de alguns intelectuais de fim de século para a perpetuação das críticas que culminaram com o autoritarismo republicano das primeiras décadas do século XX. Tal processo, em Portugal, teria levado ao regime salazarista. Rui Ramos se coloca contra essas perspectivas de análise, destacando que é preciso pensar nas críticas tecidas no século XIX, de acordo com as questões desse contexto e não conforme as problemáticas que surgiram depois.

⁹⁸⁴ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*: chronica mensal da politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typ. Universal, Janeiro de 1872, p.66.

⁹⁸⁵ QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. ..., p.69.

Olhar para o passado com vistas a buscar as causas do surgimento do fascismo, ou para justificar um novo ciclo evolutivo – o socialismo – não seria produtivo.⁹⁸⁶

Ao contrário dessa tendência, importa aqui retomar alguns pontos discutidos na tese e que ajudam a problematizar a questão da monarquia liberal. Conforme salientado, a ideia de liberal ou mesmo o entendimento do que seria o sistema político liberal variaram muito ao longo do século XIX. A monarquia constitucional portuguesa formou-se por meio de diferentes tendências: o liberalismo do Duque de Palmela, de 1826, marcado pelo destaque dado à aristocracia e por uma admiração romântica pela monarquia inglesa; a ação de Mousinho da Silveira, que, em 1832, decretou reformas de cunho utilitarista; a orientação jacobina, laicista e democrática de Passos Manuel, em 1836; e o doutrinário francês, religioso e antidemocrático de Costa Cabral, nos anos 1840.⁹⁸⁷ Com efeito, não existiu uma definição estanque em relação ao papel do Estado, dos indivíduos e das instituições democráticas na constituição do liberalismo em Portugal. Aliás, essa determinação incontestável não se viu em nenhuma outra sociedade. Não é por acaso que autores como Guizot ou Constant, por exemplo, se debateram para tentar pensar nos processos de participação política, na ação dos agentes estatais e nos contornos da cidadania frente à consolidação do liberalismo. Trata-se de questões relevantes para o sistema liberal e a cultura política que lhe é correlata.

Em Portugal, conforme destacado no primeiro capítulo, os liberais constituíram um projeto assente em três pilares, quais sejam: a constitucionalização do Estado, a reforma da administração e a gradual mobilização cívica dos portugueses. O Estado, em nenhum momento, foi minimizado nesse processo, destacando-se a figura real, considerada importante devido aos aspectos identitários a ela associados. Além disso, muitos dos defensores do sistema liberal acreditavam que o rei deveria atuar como contrapeso, isto é, como um instrumento de controle das oligarquias corrompidas ou das facções perturbadoras, um “mal” dispersivo que assustava uma parcela das elites dirigentes no “Velho Continente”. Para que essa estrutura política não se desvirtuasse, pensava-se numa ação estratégica da monarquia, inclusive no sentido de formar um “Estado cívico”, pertencente a um corpo de cidadãos: autônomos, qualificados e iguais entre si. O que estava em jogo é qual seria exatamente o

⁹⁸⁶ RAMOS, Rui. João Franco: uma educação liberal (1884-1897). *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 2001, p.736-737.

⁹⁸⁷ RAMOS, Rui. Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900). In: CABRAL, Manuel Villaverde; ABOIM, Karin Wall Sofia; SILVA, Filipe Carreira da. *Itinerários – A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p.55.

papel do Estado e do rei para essa formação, bem como quais seriam as etapas educativas. Para alguns, a qualificação intelectual e a conquista de autonomia financeira deveriam anteceder o direito à participação e atuação política; já para outros, o próprio processo político decisório-participativo era formativo, uma pré-condição. Em síntese: a delimitação dos agentes políticos, bem como do papel do Estado e do rei (encarado, inclusive, como uma garantia enérgica para a integridade do regime), não eram algo estranho ao liberalismo, em Portugal ou em outros países da Europa ocidental.

Para se pensar sobre a questão política subjacente à narrativa eciana, é salutar considerar que participação *versus* autoritarismo, centralismo *versus* descentralismo e autonomia *versus* tutela são questões que perpassam as sociedades liberais. Por essa razão, considera-se que a aposta queiroziana na atuação monárquica, frente ao que considerava como a putrefação da sociedade civil, pode ser encarada talvez como autoritária, centralizadora, mas não neoabsolutista, protofacista e/ou antiliberal. Eça pensou e articulou suas narrativas dialogando com o seu tempo.

Originário de uma família com posses e guardando certo capital social, o romancista, para se firmar na sociedade liberal de que fazia parte, procurou se colocar como um formador dos formadores, ou seja, como um sujeito que poderia contribuir para a educação intelectual daqueles que, num futuro relativamente próximo, poderiam ser considerados cidadãos, estando aptos para atuarem politicamente. Contudo, o fracasso da aristocracia mais bem preparada em *Os Maias* e o ocaso da narrativa eciana após a publicação dessa obra apontam para certa resignação quanto a essa “missão” formativa. Seria ela possível e/ou desejável? Essa questão se associa à imaginação político-social oitocentista sobre os rumos das sociedades liberais, frente aos dilemas que se tornaram mais proeminentes no fim do século.

O romance *Os Maias* marca a sensibilização política e estética que representou, a um só tempo, o auge da construção analítica do autor e a sua conclusão de que as forças civis (incluindo aí o artefato literário), não seriam capazes de galgar um novo caminho. Essa assertiva foi elaborada num contexto em que as liberdades individuais, a autonomia civil e o papel do Estado, passavam por importantes inflexões. Se narrar é dar sentido ao mundo, as dúvidas colocadas por Eça de Queiroz em relação ao papel dos agentes sociais, da escrita, da leitura e da obra literária, lastreiam processos de percepção construtores de uma realidade reticente às utopias modernas de emancipação e renovação. Como o *fio de Ariadne*, o romance *Os Maias* nos conduz a caminhos nem sempre lineares, marcados por expectativas,

desilusões, encontros, desencontros, sonhos e distopias. A pertinência dessa obra para se pensar a sociedade lusitana oitocentista, reside nas pretensões que a estruturam, na complexidade que nela se procura abarcar e, sobretudo, nas incertezas que por meio dela se (re) estruturam.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

AHD, caixa 1155, Concursos, *Acta da Reunião do Júri* de 01 de Outubro de 1870.

AU – *Livro de Actos e Graus*: IV-1ºD-2-5-24.

AU – *Livro de Exames*: IV-1ºD-3-4-38.

AU – *Livro de Actos e Graus*: IV-1ºD-5-2-68.

ESPÓLIO DE EÇA DE QUEIROZ, Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, BN (BN Esp. E1: 14 cx.:316 docs.).

ESPÓLIO DE JAIME BATALHA REIS, Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, BN, cartas XIV e XV, de 1871. (BN Esp. E4: 115 cx.: ca 17.147 docs.).

FONTES IMPRESSAS

a) Constituições:

Constituição Portuguesa de 1822, disponível em: <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/10/constituicao-1822.pdf>. Acesso em: 31/05/2016.

Constituição Portuguesa de 1826, disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1533.pdf>. Acesso em: 31/05/16.

Constituição Portuguesa de 1838, disponível em: www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf. Acesso em: 07/06/2016.

b) Contos e excertos literários.

QUEIROZ, Eça de. *Almanaques e outros dispersos*. Coordenação: Carlos Reis; Edição: Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Vária).

_____. *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*. Porto: Livr. Chardron, 1929.

_____. Contos I. Coordenação: Carlos Reis; Edição: Marie-Hélène Piwnik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Ficção).

_____. Contos II. Coordenação: Carlos Reis; Edição: Marie-Hélène Piwnik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Ficção).

_____. *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello, s.d, 4.vol.

_____. *Obras de Eça de Queiroz*. Edição do Centenário. Porto: Lello & Irmão, 1946.

_____. Prefácio. In: PINDELA, Bernardo Pinheiro. *Azulejos*. Porto: Livraria Central de Campos & Godinho – Editores, 1896, p.V-XXXVII.

_____. *Prosas Bárbaras*. 1.ed. Porto: Lello: Artes Gráficas, 1905,

_____. *Últimas Páginas*: (manuscritos inéditos): S. Christovan, Sto Onofre, S. Frei Gill, artigos diversos. Porto: Livr. Chardron, 1912.

c) Correspondências

BEIRRINI, Beatriz (org.). *Antero de Quental e Eça de Queirós: correspondência inédita* In: *Revista Colóquio/Letras*. Documentos, n. 123/124, p. 201-211. Jan. 1992.

_____. *Cartas inéditas de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e outros*. Lisboa: O Jornal, 1987.

CASTILHO, António Feliciano de. Carta ao Editor António Maria Pereira. In: CHAGAS, Pinheiro. *Poema da Mocidade*: Anjo do Lar. Lisboa: A. M. Pereira, 1865, p.23-29.

NOBRE, António. *Correspondência*. 2.ed. Organização: Guilherme de Castilho Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p.127-135.

QUEIROZ, Eça de. *Cartas*. São Paulo: Brasiliense, 1961 (Obras Completas de Eça de Queirós).

_____. *Cartas de Eça de Queiroz aos Seus Editores Genelioux e Lugan 1887-1894*. Edição: Marcello Caetano. Lisboa: Edições Panorama, 1961.

_____; REIS, Jaime Batalha. *Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis: cartas e recordações do seu convívio*. Organização: Beatriz Cinatti Batalha. Porto: Lello & Irmão, 1966.

QUEIROZ, Eça de. *Cartas Públicas*. Edição: Ana Tereza Peixinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Epistolografia).

_____. *Eça de Queiroz: a sua vida e obra: cartas e documentos inéditos* 1.ed. Organização: António Cabral. Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1916.

_____. *Eça de Queiroz: a sua vida e obra: cartas e documentos inéditos* 3.ed. Organização: António Cabral. Lisboa: Bertrand, 1945.

_____. *Eça de Queiroz. Correspondência*. Edição e Notas: Guilherme de Castilho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

_____. *Eça de Queiroz correspondência*: Organização e Notas: Alfredo Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, 2. Vol.

_____; CASTRO, Emília de. *Eça de Queiroz-Emília de Castro: correspondência epistolar*. Organização, Introdução e Notas: Alfredo Campos Matos. Porto: Lello & Irmão, 1995.

QUEIROZ, Eça de. *Eça de Queiroz entre os seus*. Organização: Maria Eça de Queiroz. Porto: Lello & Irmão, 1948.

_____. *Eça de Queiroz, Vinte Cartas*. Edição: Manuel Augusto Cardoso Marta. Évora: Minerva Comercial, 1925.

_____. *Novas Cartas Inéditas de Eça de Queiroz*. Edição: Álvaro Moreira e Brício de Abreu.. Rio de Janeiro: Alba, 1940.

QUENTAL, Antero de. *Cartas, I*; organização, introdução e notas de Ana Maria de Almeida Martins. Lisboa: Universidade dos Açores/Ed. Comunicação, 1989.

LIMA, Archer de. *Eça de Queiroz diplomata: com vários inéditos que Eça enviou ao ministério dos Negócios Estrangeiros e outros apontamentos ainda não publicados*. Lisboa: Portugalia, 1943.

MATOS, Alfredo Campos (org.). *Eça de Queiroz, Emília de Castro: correspondência epistolar*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1995.

NOBRE, Antônio. *Correspondência*. 2.ed. Organização: Guilherme de Castilho Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

d) Dicionários e enciclopédia:

Dicionário Liberal D'Algibeira, [S.I.: s.n.]. 1839

FARIA, Eduardo de. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, seguido de um diccionario de sinonimos. Lisboa: Tip. Lisboense, 1849.

LEMOS, Maximiano (dir.). *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada: dicionário universal*. Porto: Lemos & Cia, Sucessor, 1900, Vol. 6.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa: recopilado de todos os impressos até o presente*. 3.ed. Lisboa: Borel e Companhia, 1823, Tomo I.

_____. *Diccionario da Lingua Portuguesa: recopilado de todos os impressos até o presente*. 4.ed. [S.I.: s.n.]. 1831, Tomo II.

_____. *Diccionario da Língua Portuguesa: recopilado de todos os impressos até o presente*. 5.ed. Lisboa: Tipografia de Antonio José da Rocha, 1844, Tomo II.

_____. *Diccionario da Lingua Portuguesa: Melhorada, e muito acrescentada com grande numero de termos novos usados no Brasil e no portuguez da India*. 7.ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves – Editor, 1877/78, Tomo II.

ROQUETE, J.I; FONSECA, José da. *Diccionario da Lingua Portugueza; e Diccionario de Synnymos*; seguido do Diccionario Poetico e de Epíthetos. Paris: Em casa de J. P. Aillaud, 1852, Vo. 2.

e) Livros e outros impressos:

BARRETO, Muniz *Ensaios de Crítica*, Lisboa: Bertrand, em 1944.

BRAGA, Teófilo. *Theocracias litterarias*: relance sobre o estado actual da litteratura portugueza. Lisboa: Typografia Universal, 1865.

BRANCO, Camilo Castelo. *Vaidades irritadas e irritantes*: opusculo acerca d'uns que se dizem ofendidos em sua liberdade de consciencia litteraria. Porto: Em Casa de Viuva Moré, imp, 1866.

GAIO, Silva. *Um Ano de Crónica. 1888*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1889, p.123-169.

Manifesto (C-Protestos). In: FRANÇA, José Augusto. *As Conferências do Casino no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p.37-43.

MARTENS, João B. S. Ferrão de Carvalho. Parecer do Procurador Geral da Coroa e Portaria do Ministério do Reino. In: FRANÇA, José Augusto. *As Conferências do Casino no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p.27-36.

MARTINS, Joaquim P. Oliveira. *História de Portugal*. Vol.2, Lisboa: Viuva Bertrand, 1880.

PATO, Bulhão. *Duas Palavras Lázaro Cônsul*. 3.ed. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1889.

_____. O Grande Maia À Última Hora. In: *Apêndice a Hoje – Sátiras, canções e idílios*. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências, 1888.

QUENTAL, Antero de. *A Dignidade das letras e as litteraturas officiaes*. Lisboa: Typografia Universal, 1865.

_____. *Bom-Senso e Bom-Gosto*: carta ao excelentíssimo senhor Antonio Feliciano de Castilho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1865.

ORTIGÃO, Ramalho. *Figuras e questões literárias*. Lisboa: Clássica,1945.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Du Principe de l'Art et de as Destination Sociale*. Paris: Garner Frères, 1865.

REIS, Jayme Batalha. Annos de Lisboa (algumas lembranças). In: *Antero de Quental In Memoriam*. Porto: Mathieu Lugan, 1896. p.450-460.

_____. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *Prosas Bárbaras*. Porto: Livraria Chardron Lello & Irmão, 1905, p. V-LIII.

SALGADO JÚNIOR, Antônio. *História das Conferências do Casino*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930.

SAMPAIO, Bruno. *A geração nova – os novelistas*. Porto: Tipografia de Antônio José da Silva Teixeira, 1886.

TREPA, Jose. *Eça de Queiroz visto pelos seus contemporâneos*, editado pela Lello & Irmão, em 1945.

f) Periódicos

ALMEIDA, Fialho de. Os Maias. In: *O Repórter*. Lisboa, 20 de Julho de 1888.

BARRETO, Moniz. Eça de Queiroz e “Os Maias”. In: *O Repórter*. Lisboa, 25 de Julho de 1888.

CHAGAS, Pinheiro. Folhetim: A propósito das Conferências Democráticas. In: *Jornal da Noite*, 30 de Junho/01 de Julho de 1871, ano1, n.154.

_____. A propósito dos Maias. In: *Jornal do Comércio*. Lisboa, 18 de Setembro de 1890.

_____. Bulhão de Pato e Eça de Queiroz. In: *Jornal do Comércio*. Lisboa, 10 de Janeiro de 1889.

_____. Folhetim do Diário de Notícias: O Momento da Luta. In: *Diário de Notícias*, 05 de Julho de 1871, ano VII, n.1971.

_____. Os vencidos da vida. In: *Correio da Manhã*. Ano VI, n. 1:331.

MAGALHÃES, Luís de. Os Maias. In: *A Província*. Porto, 21 de Agosto de 1888.

PINA, Mariano. Crónica. Os Maias. In: *A Ilustração*. Paris, 25 de Agosto de 1888.

QUEIROZ, Eça de. *Almanaques e outros dispersos*. Edição: Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Vária).

_____; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*: chronica mensal da politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typ. Universal, Maio de 1871.

_____. *As Farpas*: chronica mensal da politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes Impressor da Casa Real, Janeiro de 1872.

_____. *As Farpas*: chronica mensal da politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typographia Universal, Junho de 1871.

QUEIROZ, Eça de. *As Farpas*: As Farpas originais de Eça de Queiroz. 4.ed. Coordenação de Maria Filomena Mônia. Paredes – Portugal: Principia, 2013.

_____. Nosso Correspondente Literário. *Distrito de Évora*, Évora, 29 de Jan. 1867.

_____. Os vencidos da Vida. In: *O Tempo*, 29 de Março 1889, ano I, n.84.

_____. *Textos de Imprensa I*: Gazeta de Portugal. Coordenação: Carlos Reis; Edição: Carlos Reis e Ana Tereza Peixinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa).

_____. *Textos de Imprensa IV*: Gazeta de Notícias. Coordenação: Carlos Reis; Edição: Elza Miné. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa).

_____. *Textos de Imprensa V*: Revista Moderna. Coordenação: Carlos Reis; Edição: Elena Lousada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa).

_____. *Textos de Imprensa VI*: Revista de Portugal. Coordenação: Carlos Reis; Edição: Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa).

_____. *Uma Campanha Alegre*: das Farpas. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890-1891. 2.v.

TORRESÃO, Guiomar. O naturalismo. Os Maias. In: *A Ilustração Portuguesa. Revista Literária e Artística*. Lisboa, 20 de Julho de 1888.

g) Romances:

QUEIROZ, Eça de. *A Capital* 1.ed. Porto: Livraria Chardron de Lelo & Irmão Ltda. Editores, 1925.

_____. *A Capital*. 7.ed. Porto: Lello, 1971.

_____. *A Capital!* Prefácio e organização de Carlos Reis. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006 (Clássicos Globo).

QUEIROZ, Eça de. *A cidade e as Serras*. 1.ed. Porto: Livr. Chardron, 1901.

_____. *A correspondência de Fradique Mendes*: memórias e notas. Porto: Livraria Chardron, 1900.

_____. *A ilustre casa de Ramires*. 1.ed. Porto: Livr. Chardron, 1900.

_____. *Alves & C^a*. 1.ed. Porto: Lelo & Irmão, 1925.

_____. *Alves & Cia*. Introdução e notas de Augusto Pissara. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1980 (Clássicos de ouro).

_____. *Alves & C.ª*. Organização: Luiz Fagundes Duarte e Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

_____. *A relíquia: sobre a nudez forte da verdade – o manto diaphano da phantasia*. 1.ed. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1887.

_____. *A Tragédia da Rua das Flores*. Introdução, edição e notas de Carlos Reis e João Medina. Lisboa: Moraes-Editores, 1980.

_____. *O Conde d'Abranhos: notas biographicas por Z. Zagallo e; A Catastrophe*. 1.ed. Porto: Livraria Chardron de Lelo & Irmão, 1925.

_____. *O Conde de Abranhos*. Introdução e notas de Augusto Pissara. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1971.

_____. *O Crime do Padre Amaro*. 1.ed. Lisboa: Typografia Castro Irmão, 1876.

_____. *O Crime do Padre Amaro: scenas da vida devota*. 3.ed. inteiramente refundida, recomposta, e diferente na forma e na ação da ed. primitiva. Porto: Livr. Internacional de Ernesto Chardron, Lugan & Genelioux, Sucessores, 1889.

_____. *O mandarim*. 1.ed. Porto: Livr.Chardron, 1880.

_____; ORTIGÃO, Ramalho. *O mysterio da estrada de Cintra: cartas ao Diário de Notícias*. 1.ed. Lisboa: Liv. de Antônio Maria Pereira, 1870.

QUEIROZ, Eça de. *O Primo Bazilio: episodio doméstico*. 2.ed. rev. Porto; Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Livraria Internacional de Eugenio Chardron, 1878.

_____. *Os Maias: episódio da vida romântica*. 1.ed. Porto: Livr. Chardon, Casa Editora Lugan & Genelioux Sucessores, 1888, 2.vol.

_____. *Os Maias: episódios da vida romântica*. 3.ed. Porto: Livr. Chardron, [192-].

_____. *Os Maias: episódios da vida romântica*. 4.ed. Porto: Lello & Irmãos, [192-].

_____. *Os Maias: episódios da vida romântica*. 5.ed. Porto: Lello & Irmãos, 1920.

_____. *Os Maias: episódios da vida romântica*. 6.ed. Porto: Liv. Cardron de Lello & Irmão, 1923;

_____. *Os Maias: episódios da vida romântica*. 6.ed. Porto: Liv. Cardron de Lello & Irmão, 1924.

_____. *Os Maias: episódios da vida romântica*. 12.ed. Lisboa: Lello & Irmão, 1936.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: FAPESP, 2003.

_____. Prefácio Brasileiro. In: CUNHA, Maria do Rosário; REIS, Carlos. *O livro e a leitura em Eça de Queirós*. Florianópolis: Escritório do Livro, 2007, p.15-16.

ADORNO, Theodor W. *A arte e as artes; e, Primeira introdução à Teoria estética*. Organização e tradução de Rodrigo Duarte. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

_____; HORKHEIMER, Max. *Dialetica do esclarecimento: fragmentos filosoficos*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco C. (org). *Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”*. 13. Ed. São Paulo, Editora Ática, 2000, vol. 1. p. 111-120.

ALBUQUERQUE, Mario de. *O conflito da sensibilidade e da inteligência em Eça de Queiros [S.I.]*: Coimbra, 1975.

ALMEIDA, Pedro G. Tavares de. *A construção do estado liberal*. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1890). 1995. Dissertação (Doutoramento) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

_____. Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901. *Análise Social*, v. 18, n. 72-73-75, p.649-671. 1982.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideas para un programa de historia intelectual. In: *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005, p.13-24.

ALVES, Daniel. *A República atrás do balcão [1870-1910]: os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia*. Chamusca: Edições Cosmos, 2012.

ANSELMO, Arthur. *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In. MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.17-44.

ARAÚJO, Roberta Rosa de. *O legado de Fausto na obra de Eça de Queirós*. 2008. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

ARISTÓTELES. Poética. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Trad. de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1981.

- ARMSTRONG, Nancy. A moral burguesa e o paradoxo do individualismo. In: MORETTI, Franco (org.). *A cultura do romance*. São Paulo: COSACNAIF, 2009. p.335-374.
- AUERBACH, Eric. O mundo na boca de Pantagruel. In: *Mimesis: a representação da realidade na literatura Ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p.225-244.
- AZEVEDO, Julião Soares de. *Condições Econômicas da Revolução Portuguesa de 1820*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições Ltda, 1944.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi – Anthropos – Homem. Lisboa: Casa da Moeda, v.5, 1985, p. 296-323.
- BAKHTIN, MiKhail.M. *Estética da Criação Verbal*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. *Questões de literatura e de estética: (a teoria do romance)*. 3. ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernadini. São Paulo: Ed. UNESP: Hucitec, 1993.
- BARATA, Paulo. *Os livros e o Liberalismo*. Da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- BARCELLOS, José Carlos. Homossociabilidade masculina e homoerotismo na ficção de Eça de Queirós. In: OLIVEIRA, Paulo Motta; SCARPELLI, Marli Fantini. (orgs.). *Os Centenários Eça, Freyre, Nobre*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001, p.127-150.
- BARRENTO, João. *Fausto na Literatura europeia*. Lisboa: Editora Apáginastantas, 1984.
- BARTHES, Roland. O efeito de real. In: GENETTE, Gérard. *Literatura e Semiologia: pesquisas semiológicas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1972, p.35-46.
- BAUBÉROT, Jean; MATHIEU, Séverine. Religion, modernité et culture au Royaume-Uni et en France. Paris: Seuil, 2002.
- BAUDELAIRE, Charles. *Algumas 'flores do mal'*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1964.
- BEIRED, José Luis Bendicho. Vertentes da História Intelectual. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tânia Costa (org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa Cultural e Política nas Américas*. Vol.1. 1.ed. Assis –SP: Unesp, 2009, p.86-98.
- BENJAMIN, Walter. *Magia, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, vol. 3.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERMAN, Marshall. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: *Tudo que é sólido desmancha: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.37-84.

BERNARDINO, Teresa. *Sociedade e Atitudes Mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

BERRINI, Beatriz. *Antero de Quental et l'Europe*. Paris: F.C. Gulbenkain, 1993.

_____. *Brasil e Portugal: A Geração de 70*. Porto: Campo das Letras Editores, 2003.

_____. *Portugal de Eça de Queiroz*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

BEUNZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. *REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, vol. 21, p.98-138, 2011.

BEZERRA, Carlos Eduardo; SILVA, Telma Maciel da. As correspondências de escritores brasileiros como fonte de pesquisa para os estudos literários. *Historiae*, vol. 1, n.1, p.61-74, 2010.

BIGNOTTO, Newton. *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BISWANGER, Hans Christoph. *Uma crítica da economia moderna à luz de “Fausto” de Goethe*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BLOCH, Marc. *A apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004.

BOLÉO, Manuel de Paiva. *O realismo de Eça de Queirós e sua expressão artística*. 2.ed. Coimbra: Coimbra, 1942.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima O. Silva. A Guerra de todos contra todos (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração). *Análise Social*, v. 27, n.115, p.91-134, 1992.

_____. A Republicanização da Monarquia (1858-1862). In: *Apologia da História Política*. Lisboa: Quetzal, 1999, p.240-362.

_____. A revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos. *Análise Social*, v. 18, n. 71, p.331-370, 1982.

_____. *A via protecionista do liberalismo português: política econômica e relações luso-brasileiras, 1834-1843*. Lisboa: [s.n.]. 1989.

_____. Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851). *Análise Social*, v.32, n.142, p.537-556, 1997.

BORGES, Jorge Luis. *Borges, oral & sete noites*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOSI, Alfredo. O modelo fáustico a protossociologia produtiva de Saint-Simon In: GALLE, Helmut; MAZZARI, M. V. *Fausto e a América Latina*. São Paulo: Humanitas, 2010, p.51-71.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; ANDRADE, Mateus Rezende de; LEMOS, Gusthavo. (org.). *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.183-191.

_____. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3. ed., Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRAGA, Teófilo. *História da Literatura Portuguesa*. Vol. VII: As modernas ideias na Literatura Portuguesa – A Geração de 70. Mem Martins: Europa-América, 1986.

BURKE, Peter. *A escrita da história : novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1997.

CALASANS, José. *Os Vintistas e a Regeneração Econômica de Portugal*. Salvador, BA: Artes Gráficas, 1959.

CANDIDO, Antônio. Entre Campo e Cidade. In: *Tese e Antítese*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p.29-56.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e historia literária*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1967.

CANDIDO, Antônio. *Tese e Antítese*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

CAPITÃO, Maria. *Subsídios para a história dos transportes terrestres em Lisboa no século XIX*. Lisboa: Câmara Municipal, 1974.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*. Lisboa: Cosmos, 1949.

CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CASTELO-BRANCO, Miguel; SOARES, Luísa Ducla. Queirosiana acadêmica: subsídios para uma atualização da bibliografia queirosiana. In: LEITURAS: Eça de Queirós. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, n.7, Outono, 2000.

CASTRO, Armando. *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fins do século XVIII a princípios do século XX)*. Lisboa: Cosmos, 1947.

CATROGA, Fernando de Almeida. A Maçonaria e a restauração da Carta Constitucional em 1842. O Golpe de estado de Costa Cabral. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v.7, n.1, p.151-175, 1985.

_____. Cientismo, política e anticlericalismo. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, p.583-594.

_____. *Nação, Mito e Rito: Religião Civil e Comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.

_____. Os caminhos polémicos da geração nova. In: MATTOSO, José (org.), *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, p.569-582.

_____. *Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social*. Coimbra: Inst. de História e Teoria das Ideias, 1977.

_____. O valor epistemológico da História da História. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.). *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 21-47.

_____. Romantismo, literatura e história. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: Volume 5: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, p.545-562.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *MACHADO ASSIS, HISTORIADOR*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

_____. Introdução Geral. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p.7-20.

_____. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____; LOPES, José Sérgio Leite. Pierre Bourdieu e a história. *Topoi.*, vol. 4, n.35, p.139-182, 2002.

_____. Será que livros fazem revoluções? In: *As origens culturais da revolução francesa*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p.113-146.

CHAVES, Ernani. Apresentação à edição brasileira: nas origens do *Nascimento da tragédia*. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Introdução à tragédia de Sófocles*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. V-XVII.

CHILLÓN, Albert. *Literatura y periodismo*. Una tradición de relaciones promíscuas. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona Servei de Publicacions, 1999.

COELHO, Jacinto do Prado. *A Letra e o Leitor*. Lisboa: Portugalia, 1969.

_____. Para a compreensão d'Os Maias como um todo orgânico. In: *Ao contrário de Penélope*. Lisboa: Bertrand, 1976, p. 167-188.

COIMBRA, Margarida R. Custódio Mota. Subsídios para o estudo da delinquência estudantil em Coimbra, 1871-1886. In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol.3, p.321-330.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/Constant_liberdade.pdf. Acesso em: 10/05/2016.

_____. *Escritos de Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CORDEIRO, Marcos Rogério. Considerações sobre teoria e método histórico-literário. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v.14, p.141-171, 2009.

CORREIA, Antônio Ferrer. Introdução (solenidade de abertura). In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol. 1, p.15-29.

CORREIA, Jose Eduardo Horta. *Liberalismo e Catolicismo: o problema congreganista (1820-1823)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974.

CORREIA, Luís Grosso. Dilemas do Ensino Secundário Liceal em Portugal nos alvares do Liberalismo segundo a visão situada do Liceu Nacional do Porto. *Educação, Sociedade & Culturas*, v. 1, n.42, p.43-65, 2014.

CORTESÃO, Jaime. *Eça de Queirós e a questão social*. Lisboa: Portugalia, 1970.

CRUZ, Maria Antonieta. Burguesia em Portugal na segunda metade do século XIX. In: *Olhares sobre o Portugal do Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p.11-78.

_____. Agruras dos imigrantes portugueses no Brasil – Contribuição para o estado da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX. In: *Olhares sobre o Portugal do Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p.251-376.

CUNHA, Maria do Rosário. Apresentação. In: *O livro e a leitura em Eça de Queirós*. Florianópolis: Escritório do Livro, 2007, p.12-31.

CUNHA NETO, Fernando Ferreira da; OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta de. *Os traços identitários de Portugal: Eça de Queirós e A ilustre casa de Ramires*. 2000.

DAVID, Celestino. *Eça de Queiroz em Évora*. Évora: A Céltica, 1945.

DARNTON, Robert. A história social das ideias. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcz, 1990, p.232-264.

_____. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Patrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DELLA VOLPE, Galvano. *Crítica do gosto*. Lisboa: Presença, [196?] 2v.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica nos anos 1980: mudança na matriz historiográfica brasileira – (IV)*. Porto Alegre: EVANGRAF, 1993.

_____. A ideia de progresso na História. In: *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 21-44.

DOMINGOS, Manuela. *O Público dos Gabinetes de Leitura* In: Estudos de Sociologia da Cultura. Lisboa, 1985, p.142-176.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: UNESP, 2001.

DUARTE, Isabel Margarida. O discurso das personagens em Os Maias: polifonia, modernidade. *Revista da Faculdade de Letras: línguas e literaturas*. Porto, vol.2, n.20, p.539-549, 2003.

DUARTE, Regina Horta. Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil. *História* (São Paulo), v.32, n.2, p.3-20, 2013.

DUTRA, Eliana de Freitas. The Revue des Deux Mondes in the context of transatlantic exchanges. In: ABREU, Márcia; SURIANI DA SILVA, Ana Cláudia (org.). *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, the Book Trade, and Reading in the Transatlantic World*. 1.ed. London/New York: Tauris & Co. Ltd, 2016, p.212-138.

EAGLETON, Terry. A tragédia e o romance. In: *Doce violência: a ideia do trágico*. Tradução de Alzira Allegro. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.249-280.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e a aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *O Processo Civilizador 1 uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE QUEIROSIANOS, 3. 1995, São Paulo, SP. *150 anos com Eça de Queirós: anais do 3º Encontro Internacional de Queirosianos*. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa/FFLC, 1997.

ESTEVES, Rosa. Gabinetes de Leitura em Portugal nos Séculos XIX e XX. *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, vol.1, n.1, 1984.

FALCON, Francisco J. Calazans. *Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do espaço – tempo setecentista*. *Revista do Arquivo Nacional*, v.4, n.1, p.53-87, Junho de 1989.

_____. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997, p.91-126.

FERRAZ, Paulo Malta. *Viagem ao Portugal de Eça de Queirós*. Rio Comprido: Rio, 1971.

FIALA, Pierre. Les termes de la laïcité; différenciation morphologique et conflits sémentiques. *Mots*, [s.1], n.27, p.41-57, Junho 1991. Disponível em: www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1991_num_27_1_1606. Acesso em: 28/11/2016.

FIALHO, Irene. Introdução. In: *Almanaques e outros dispersos*. Edição: Irene Fialho. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009 (Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Vária), p. 47-50. FIGUEIREDO, Fidelino de. “... um pobre homem da Povia de Varzim...”. Lisboa: Portugalia, 1944.

FILHO, Luiz Viana. *A vida de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1963.

FLOREZANO, Modesto. François Furet Historiador da Revolução Francesa. *Revista de História*, São Paulo, v.132, p.95-107, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 12.ed. São Paulo: Forense Universitária, 1986.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Editora Passagens, 1992.

FRANÇA, José Augusto. *A arte Portuguesa de Oitocentos*. 2.ed. Lisboa: Inst. de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

_____. *O Romantismo em Portugal*. Lisboa: Horizonte, 1974.

FREELAND, Alan. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *Correspondência Consular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. XI-LIX.

_____. *O leitor e a verdade oculta: ensaio sobre “Os Maias”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. 2.ed. Tradução de Luiz Marques e Martha Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GARRETT, Almeida. *Obra Política. Escritos do Vintismo (1820-1823)*. Lisboa: Editorial Estampa (Obras Completas de Almeida Garrett), 1985.

- GENNETE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GHELERE, Gabriela Doll. *A liberdade individual para Benjamin Constant*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Tradução: Luiza Neto Jorge. Lisboa: Estampa, 1984.
- GINZBURG, Carlo. O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: *Mitos Emblemas e Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1989, p.95-118.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.7-14.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix et monaies au Portugal: 1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955.
- GOMES, Ângela de Castro. A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro. In: DUTRA, Eliana de Freitas Dutra (Org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.143-165.
- _____. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.7-26.
- GONÇALVES, Henriqueta Maria *A Imagem da França na obra queirosiana pós 1888*. Braga: Appacdm, 1998.
- GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987.
- _____. *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até os nossos dias*. Subsídios para a sua história. 2.ed. Verbo, 2005.
- GUERRA DA CAL, Ernesto. *Língua e estilo de Eça de Queiroz: elementos básicos*. São Paulo: USP; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Machado de Assis, leitor de Fausto. In: GALLE, Helmut; MAZZARI, M. V. *Fausto e a América Latina*. São Paulo: Humanitas, 2010, p.339-351.
- GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília. *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GUIMARÃES, Luis de Oliveira. *As mulheres nas obras de Eça de Queirós*. Lisboa: Clássica, 1943.

GUIZOT, François. *Formação do Terceiro Estado: as Comunas: coletânea de textos François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante*. Maringá: Editora da Universidade Estadual do Maringá, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: Doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. 1. reimpr. Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p.23-46.

HARTOG, François. Memória, história, presente. In: *Regimes de historicidade: o presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.133-192.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. 4. Tir. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HEGEL, Georg W Friedrich. *A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história*. 4.ed. rev. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2012.

HENRIQUES, Manuel Louzã. Considerações sobre a boêmia estudantil no séc. XIX. In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol.3, p.345-354.

HERMANN, Jacqueline. D. Sebastião, sebastianismo e “memória sebástica”: as invasões francesas e os impasses da história portuguesa. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (Orgs.), *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2012, p.119-168.

HERMANN, Nadja. Virtude e amor em Rousseau. *His. Educ.* Porto Alegre, v.17, n.41, p.29-42, Ste./dez. 2013.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. 4.ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A Era do Capital 1848-1875*. 10. Ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. 13.ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Stidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. *História Social do Jazz*. 6.ed. Tradução de Ângela Noronha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. *Sobre História: ensaios*. 2.ed. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOMEM, Amadeu Carvalho. O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional. In: MATTOSO, José (org.), *História de Portugal: Volume 5: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, p.131-148.

ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo radical: a filosofia e a construção da modernidade, 1650-1750*. Tradução de Claudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009.

JAEGGER, Michael. A aposta de Fausto e o processo da Modernidade: figurações da sociedade e da metrópole contemporâneas na tragédia de Goethe. *Estudos Avançados*, vol. 2, n. 59, p.309-322, 2007.

JESUS, Maria Saraiva de. O Primo Basílio e os Maias: a convergência satírica à ambivalência irônica. *Revista da Universidade de Aveiro*, Aveiro, n. 6, 1991, p. 135-175.

KINTZLER, Catherine. *Qu'est-ce que la laïcité?* Paris: Librairie Philosophine J. Vrin, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006, p.97-118.

_____. O espaço de experiência e o horizonte de expectativa. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006, p. 305-327.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, langue*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

LEAL, Luciana Ferreira. *Elementos do trágico em Eça de Queirós: A tragédia da Rua das Flores e Os Maias*. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2006.

LEAL, Thomaz d'Eça. *Eça de Queiroz, menino e moço*. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1954.

LEMOS, Fabiano. Michel Foucault: filosofia, linguística e estruturalismo. *Revista Latinoamericana de Filosofia*, Vol. 39, n. 2, p.213-243, 2013.

LIMA, Archer de. *Eça de Queirós diplomata*. Lisboa: Portugalia, s.d.

LIMA, Isabel Pires de. *As máscaras do desengano: para uma abordagem sociológica de “Os Maias”, de Eça de Queiroz*. Porto: Caminho, 1987.

LIMA, Isabel Pires de. Eça e Os Maias: Pensar-se Pensando Portugal. In: REIS, Carlos (org.). *Leituras d'Os Maias: Semana de Estudos Queirozianos*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990, p.43-51.

LIMA, Luiz Costa. *História.Ficção.Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LISBOA, Maria Manuel. Os Maias: narcisismo, incesto, amor e pátria. In: MATOS, Alfredo Campos (org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. il. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.840-848.

_____. *Teu amor fez de mim um lago triste: ensaio sobre “Os Maias”*. Porto: Campo das Letras, 2000.

LOURENÇO, Antônio Apolinário (ed.). *O Grande Maia: a recepção imediata de “Os Maias” de Eça de Queirós*. Braga – Portugal: Angelus Novus, 2000.

_____. *O naturalismo na Península Ibérica: Eça de Queirós e Leopoldo Alas "Clarín"*. Coimbra: Mar da Palavra, 2004.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Paisagens musicais em Lisboa no início do século XIX: leituras policiais, satíricas e iconográficas*. [S.I. : s.n.]. 2002.

LINS, Álvaro. *História Literária de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1939.

LOVEJOY, Arthur. *A grande cadeia do ser: estudo da história de uma ideia*. São Paulo: Palíndromo, 2005.

LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, Georg. *Narrar ou Descrever? Contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo*. In: *Ensaio sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/Liberalismo. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, p. 141-160.

MACEDO, Helder. *Introdução a The Maias*. Londres: Everyman, 1986.

MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70: uma revolução cultural e literária*. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

MAGALHÃES, José Calvet de. *José Maria, a Vida Provada de Um Grande Escritor*. Lisboa: Bertrand, 1994.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p.11-26.

MARCO, Valéria de. *O Império da Cortesã: A Dama das Camélias e Lucíola*. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/1883/4601>

MARCOS, Rui de Figueiredo. *Eça de Queirós, a Europa e a Faculdade de Direito de Coimbra no século XIX*. Lisboa: Almedina, 2005.

MARQUES, Gentil. *Eça de Queiroz*. Lisboa: Romano Torres, 1946.

MARTINS, Antônio Coimbra. O incesto d'Os Maias. In: *Estudos queirozianos*. Lisboa: Europa-América, 1967, p.267-287.

MARTINS, Rocha. *Os Românticos Antepassados de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1945.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. *Civitas*, Porto Alegre, v.14, n.1, p.27-42, jan./abr. 2014.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Análise de Rede Social. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v.11, n.1, p.131-146, 2014.

MATOS, Alfredo Campos *Eça de Queiroz: Fotobiografia*. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

_____. Índice dos destinatários da correspondência. In: QUEIROZ, Eça de. *Correspondência de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 2008, vol. 2, p.601-618.

_____. Morte. In: *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. il. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.885- 892.

_____. Recepção literária de Eça no seu tempo. In: *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.1145-1168.

MATOS, Sérgio Campos. *História, Positivismo e função dos grandes homens no último quartel do séc. XIX*. Lisboa: [s.n.], 1982.

_____. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

MEDINA, João. *Eça Político*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

_____; MATOS, Alfredo Campos. Prefácio. In: QUEIROZ, Eça de. *A Tragédia da Rua das Flores*. Lisboa: Moraes- Editores, 1980, p.9-41.

MELLO, Janaina Cardoso de. Um Robin Hood português. A guerrilha miguelista no Algarve (1833 e 1837). *Revista Latino-Americana de História*. v. 2, n. 8, p.183-203, out. 2013.

MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa e verdade*. 2013, Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

MERÊA, Paulo. *Boletim da Faculdade de Direito, suplemento XV – Homenagem ao Doutor José Alberto dos Reis*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1961.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

MESQUITA, António Pedro. *Liberalismo, Democracia e o Contrário – Um Século de Pensamento Político em Portugal (1820-1930)*. Lisboa: Edições Sílabo, 2006.

_____. *O Pensamento Político Português no século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

MILHEIRO, Maria do Rosário; REIS, Carlos. *A Construção da Narrativa Queirosiana: O espólio de Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

MÔNICA, Maria Filomena. *A queda monarquia: Portugal na viragem do século*. 4.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2010.

_____. *Eça de Queirós*. 5.ed. Lisboa: QUETZAL, 2009.

_____. Eça de Queiroz Diplomata. In: CASTRO, Zélia Osório de (org.). *Diplomatas e diplomacia: retratos, cerimônia e práticas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.125-142.

_____; MARINHO, Maria José; SOARES, Maria Isabel. O Concurso público que Eça de Queirós não ganhou. In: CABRAL, Manuel Villaverde; WALL, Karin; ABOIM, Sofia; SILVA, Filipe Carreira da (org.). *Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p.89-98.

MÔNICA, Maria Filomena. *O movimento socialista em Portugal (1875- 1934)*. Lisboa: Imp. Nac-Casa da Moeda: Inst. Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

_____. O senhor Ávila e os conferencistas do Casino. *Análise Social*, vol. 35, n.157, p.1013-1030, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PINTO, António Costa (dir.). *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010: volume 1: O Colapso do Império e Revolução Liberal 1808-1834*. Lisboa: Fundación Mapfre & Objectiva, 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberalismo: Portugal. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p.824-835.

_____. *O Crepúsculo dos Grandes – A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

MOOG, Vianna. *Eça de Queiroz e o século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1938.

MOREIRA, Filipe Alves. *A geração de 70: notas para a história de um conceito*. Disponível em: www.up-pt.academia.edu/FilipeAlvesMoreira, Acesso em: 20/12/2015, p.1-19.

MORETTI, Franco. Apresentação Geral. In: *A cultura do romance*. São Paulo: COSACNAIF, 2009a, p.11-16.

_____. Atlas do romance europeu: 1800-1900. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. O século sério. In: *A cultura do romance*. São Paulo: COSACNAIF, 2009. p.823-864.

MOURA, Helena Cidade. *Três versões de O crime do Padre Amaro: Algumas variantes*. Ocidente, vol LXI. 284, Dezembro, 1961.

MOURA, José de Almeida. Os Maias, Ensaio Alegórico sobre a Decadência da Nação. In: *Metamorfose do Herói nas Viagens e nos Maias*. Lisboa: Lisboa Editora, 200, p.7-29.

MUNDIM, Rosa Maria Santos. *Um mundo desconcertado* (na visão de Eça de Queirós em As farpas e O crime do padre Amaro). 2002. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras.

NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (1808-1810)*. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. *Introdução à tragédia de Sófocles*. Tradução de Ernani Chaves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. *O Nascimento da tragédia ou Helenismo e pessimismo*. Tradução e Notas: J. Ginsburd. São Paulo: Companhia do Bolso, 2007.

NOVA, Antônio. A Sociedade do Raio na Coimbra Acadêmica de 1861-1863. In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol.3, p.277-320.

NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian. *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador, São Paulo: EDUFBA, UNESP, 2009, p.133-146.

OLIVEIRA, Alberto de. *Eça de Queiroz: páginas de memórias*. Lisboa: Portugalia, s.d.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A categoria de (des) ordem e a pós-modernidade da Antropologia. In: *Pós-Modernidade*. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, p.57-73.

OLIVEIRA JÚNIOR, Virgílio Coelho de. *MODA E CIDADE: representações da modernidade na capital mineira das décadas de 1940 e 1950*. 2011. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

_____; BRANDÃO, Marcela de Sá. Por uma estética da conciliação: O Crime do Padre Amaro e a dinâmica político-social portuguesa oitocentista. *Diálogos* (Maringá), V.8, p.67-102, 2015.

OUVRY-VIAL, B. L'acte éditorial: vers une théorie du geste. *Communication et languages*, n.154, 2007, p.67-82.

PADILHA, Laura Cavalcante. *O espaço do desejo: uma leitura de A ilustre casa de Ramires de Eça de Queirós*. Niterói, RJ: EDUFF, Brasília: Ed. UNB, 1989.

PALTI, Elias Jose; RABINOW, Paul. “GIRO LINGUÍSTICO” E HISTÓRIA INTELLECTUAL. In: ‘Giro linguístico’ e história intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p.19-24.

PAZ, Octávio. *O arco e a lira*. 2ª.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n.16, p. 43-50, 1991.

PEIXINHO, Ana Teresa - *Textos Jornalísticos de Eça de Queirós: o jornalismo oitocentista olhado pelo escritor/jornalista*. In: Estudos do Século XX, n. 7, 2007, p. 15-38.

PELLEPORT, Marquês de. *Os boêmios, romance*. Trad. Rosa Freire Aguiar. Introd. Robert Darnton. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PESSOA, Fernando. *Páginas sobre literatura e estética*. 2.ed. Mem Martins: Europa-América, 1994.

PEREIRA, António J. da silva. *O Vintismo: história de uma corrente doutrinal*. 1992. Tese (Doutoramento) – Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Mirian Halpern. *Artesãos, operários e o liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)*. Lisboa: [s.n.]. 1988.

_____. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

_____. *Do Estado Liberal ao Estado-Providência: um século em Portugal*. Bauru: EDUSC, 2012.

_____. *Mouzinho da Silveira, pensamento e acção política*. Lisboa: Colecção Parlamento, Assembleia da República- Edições Texto, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 enero 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Consultado em: 20 de Dezembro 2016.

PIEIDADE, Ana Nascimento. *Fradiquismo e modernidade no último Eça 1888-1900*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PINA, Ana Maria. Monárquicos e republicanos: narrativas das revoluções liberais no ocaso do século XIX. In: *Historiografia e Memórias*. Lisboa: Centro de História Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.143-152.

PINHO, Arnaldo de (org.). *Catolicismo e Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009.

PINTO, Sara. Análise espacial de redes de negócios e de família no século XVI: a companhia de Simón Ruiz. *História. Revista da Flup*, Porto, série 4, vol.2, 2012.

PIRES, Antônio Manuel B. Machado. *A ideia de decadência na geração de 1870*. Lisboa: Vega, 1992.

PISSARA, Maria Constança Peres. *Rousseau: a política como exercício pedagógico*. São Paulo: Moderna, 2002.

PLATÃO. *O banquete*. Tradução de Sampaio Marinho. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1977.

POCOCK, John G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

PONTE, Carmo Salazar. Os Maias e Oliveira Martins. In: MATOS, Alfredo Campos (org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. il. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.829-830.

QUEIROZ, Antônio Eça de Queiroz. *Desafronta à memória de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão, 1950.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, vol. 7 (1-2), p.62-82, 1995.

RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2002.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. Portugal e Revolução Francesa (1777-1834). *Revista da Faculdade de Letras: História*, v.7, n. 2, p.155-218, 1990.

RAMOS, Rui. A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). *Análise Social*, v. 27, n.116-117, p.483-528, 1992.

_____. *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo*. *Análise Social*, vol. 24 (103-104), p.1067-1145, 1998.

_____; MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 6: A Segunda Fundação (1890-1926). Ed. rev. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

_____. Ideias de República em Portugal até ao século XIX: algumas observações. *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, v.1, n.13/16, p.55-80, 2007.

_____. Oliveira Martins e a Ética Republicana. *Penélope*, vol.1, n. 18, p.167-187, 1998.

_____. Transformações do liberalismo em Portugal (c.1880-c. 1900). In: CABRAL, Manuel Villaverde; ABOIM, Karin Wall Sofia; SILVA, Filipe Carreira da (org.). *Itinerários – A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 51-69.

RANCIÈRE, Jacques. *Le Portage du Sensible: esthétique et politique*. Paris: La Fabrique, 2000.

_____. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes. Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n.17, p.318-332, 2015.

RAVARA, António Pinto. Os partidos políticos liberais na primeira fase do rotativismo parlamentar. *Análise Social*, v.1, n.46, p.363-367, 1976.

REIS, Carlos. Antero de Quental e a consciência da poesia. In: *Colóquio: Letras*, Lisboa, vol. 1, n.123/124, jan./jun, p.83-92, 1992.

_____. *Estudos Queirosianos: Ensaio sobre Eça de Queirós e a sua obra*. Lisboa: Presença, 1999.

_____. *Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós*. 3.ed. Coimbra: Almedina, 1984.

_____. *Introdução à leitura d'Os Maias*. Coimbra: Livraria Almedina, 2006.

_____; FIALHO, Irene; SIMÕES, Maria João. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *A Correspondência de Fradique Mendes* (Memórias e Notas). Coordenação: Carlos Reis; Edição: Carlos Reis, Irene Fialho e Maria João Simões. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014 (Edição Crítica das obras de Eça de Queirós), p. 12-54.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1998.

REIS, Carlos; CUNHA, Maria do Rosário. Prefácio. In: QUEIROZ, Eça de. *O Crime do Padre Amaro*. Edição: Carlos Reis; Maria do Rosário cunha. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p.21.

REIS, Fabio Wanderley. O Tabela e a Lupa: Teoria e Método Generalizante e Idiografia no ‘contexto brasileiro’, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.6. n.16, p.27-42, 1991.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. Marxismo e Annales: Programas Históricos Antagônicos, Complementares ou Diferenciados? *Varia História*, Belo Horizonte, v. 19, p. 68-91, 1999.

_____. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RÉMOND, René. *Uma História Presente*. In: Por uma História Política. 2.ed. Rio de Janeiro, (RJ): UFRJ, FGV, 2003, p. 13-36.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A Regeneração e o seu significado. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.121-130.

_____. A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 107-120.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e Leituras no Século XIX. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 20, p.187-227, 1999.

RIBEIRO, Clementina de Fátima B. P. de Castro. *Reaportuguesar Portugal: O sentido patriótico em Eça de Queirós*. Dissertação (Mestrado), Universidade Aberta de Lisboa, 2008.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *A Revolução de 1848 e Portugal*. Coimbra: Minerva, 1988.

_____. Movimentos revolucionários de 1848: a memória da revolução. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (Orgs.), *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2012, p.199-232.

REQUENA, Félix Santos. *Análisis de rede sociales: Orígenes, teorías y aplicaciones*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2003.

RICOEUR, Paul. *Du texte à l’action*. Paris: Seuil, 1986.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994, vol.1.

ROCHA, João Cezar de Castro. No meio do caminho tinha um autor. In: *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.91-150.

RODRIGUES, Manuel (dir.). *Memoria Professorvm Vniversitatis Conimbrigensis 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, vol. II.

ROQUE, João Lourenço. *Alguns aspectos da criminalidade no Distrito de Coimbra nos anos de 1841 a 1844*. Coimbra: [s.n.]. 1978.

_____. Coimbra na segunda metade do século XIX: estudantes e sociabilidade urbana (alguns aspectos). In: CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE. *Universidade(s): história, memória, perspectivas*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, 1991, vol.3, p.257-276.

_____; TORGAL, Luís Reis. Introdução In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: Volume 5: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 9-16.

RODRIGUES, Ana Paula Fernandes. *EÇA DE QUEIRÓS E AS PÁGINAS DESCONHECIDAS DO DISTRITO DE ÉVORA*. 2008, Dissertação (Mestrado), Literatura e Cultura Portuguesas, Universidade Aberta: Lisboa.

ROSA, Alberto Machado. *Eça discípulo de Machado? : um estudo sobre Eça de Queirós*. 2.ed. Lisboa: Presença, 1979.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emilio, ou, Da educação*. 3.ed. Tradução de Roberta Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÁ, Victor. *A Crise do Liberalismo e as Primeiras Manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1825)*. Lisboa: Seara Nova, 1969.

SAID, Eduard W. Representações do Intelectual. In: *Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.19-36.

SÁNCHEZ VASQUEZ, Adolfo. *Convite a estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SANCHIS, Antonio Mestre. La carta, fuente de conocimiento histórico. *Revista de História Moderna*, n.18, p.13-26, 2000.

SANTANA, Maria Helena. *Literatura e ciência na ficção do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Para uma Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Ed. Presença, 1983.

SARAIVA, Antônio José. *Herculano e o Liberalismo em Portugal*. Os problemas Morais e Culturais da Instauração do Regime (1834-1850). Lisboa: Edições do Autor, 1949.

_____. *História da literatura portuguesa*. 12. ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1974.

SARAIVA, Jose Hermano. *História Concisa de Portugal*. 5.ed. Mira-Sintra, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1979.

SARDICA, José Miguel. A política e os partidos entre 1851 e 1861. *Análise Social*, v. 32, n. 141, p.279-333, 1997.

_____. *O jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da Monarquia Constitucional*. Comunicação & Cultura, n. 7, 2009, p. 17-38.

_____. Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas). *Análise Social*. v.32, n. 142, p.557-601, 1997.

SCARPELLI, Marli Fantini; OLIVEIRA, Paulo Motta. (orgs.). *Os Centenários: Eça, Freyre e Nobre*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

SHELLING, Friedrich W. Joseph von. *Obras escolhidas*. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. Vol. 3: cartas filosóficas sobre dogmatismo e o criticismo. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

SÉRGIO, Antônio. Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico moral na obra novelística de Queirós. In: *Ensaio*. 2.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Tomo VI, 1976, p.55-120.

SERRÃO, Joel. *Temas Oitocentistas*. Para a História de Portugal no Século Passado. Lisboa: Ática, 1959.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. rev e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILBERT, Albert. *Le Problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales (1821-1923)*. Paris: PUF, 1968.

SILVA, António Martins. A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 89-106.

SILVA, Arlenice Almeida. A história e as formas (Apresentação). In: LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 12-33.

SILVA, Débora T. Mutter Mota. *Literatura e Estética da Recepção*. Disponível em: <http://www.ulbra.br/letras/files/literatura-e-estetica-da-recepcao-enade-2011.pdf>. Consultado em: 21/11/2014.

SILVA, Elza Miné R. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. Cotia: Ateliê, [S.l.]: Instituto Camões, 2000.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p.15-25.

SILVA, Joaquim Palminha. *O nosso cônsul em Havana: Eça de Queiroz*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

_____. O Intelectual no campo cultural francês: Do “caso Dreyfus” aos tempos atuais. *Vária História*, Belo Horizonte, vol.21, n.34, p.395-413, Julho de 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel H. Carneiro. Liberalismo. In: *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros. A operação historiográfica na classe de literatura portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (Orgs.), *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 2012, p. 33-56.

SILVEIRA, Luís Nuno E. *Poder Regional, Poder Local. Uma Perspectiva Histórica*. Lisboa: Cosmos, 1997.

SILVEIRA, Pedro da (org.). *Carlos Fradique Mendes, versos*. Lisboa: Edições 70, 1973.

SIMÕES, João Gaspar. *Vida e Obra de Eça de Queirós*. Lisboa: Bertrand, 1980.

SIMÕES, Maria João. *Correspondências: Eça e Fradique. Análise de estratégias epistolográficas*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1987.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1996, p.231-270.

SKINNER, Quentin. Estados livres e liberdade individual. In: *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP/ CAMBRIDGE University Press, 1991.

SOUSA, Américo Carneiro de. Os Maias, elementos estruturais. In: MATOS, Alfredo Campos. *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3.ed. rev. e ampl. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015, p.827-828.

SZONDI, Peter. *Ensaio sobre o Trágico*. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2.ed. rev. a ampl. São Paulo: UNESP; Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2001.

_____. (Primeira) emigração liberal e pré-romantismo. In: BUESCU, Helena Carvalhão (coord.). *Dicionário do Romantismo Português*. Lisboa: Caminho, 1997, p.164-172.

TERÁN, Oscar. *Para leer el Facundo: civilización y barbárie: cultura de fricción*. 1ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

TIMBONI, Kétina da Silva; CASTIGNOLI, Ruben Daniel Méndez. A Loucura da leitura de Dom Quixote no Alienista. *Revista Historiador*, vol. 1., n.5, p.125-134, 2012.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa. *Educação*. Revista do Centro de Educação, vol. 34, n.1, p.13-27, Janeiro./Abril, 2009.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das luzes*. Tradução de Mônica Cristina Corrêa. São Paulo: Barcarrolla, 2008.

TORGAL, Luís Reis. *A Universidade e o Estado Novo: o caso de Coimbra, 1826-1961*. Coimbra, Minerva, 1999.

_____. *A restauração: reflexões sobre a sua historiografia*. Coimbra: Inst. de História e Teoria das Ideias, 1976.

_____; VARGUES, Isabel Nobre. Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In: MATTOSO, José. (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 65-88.

TORGAL, Luís Reis. História ... da “ciência” (ou “arte”) à memória. In: História da História em Portugal. Séculos XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica. Portugal: Temas e Debates, 1998, p.7-16.

_____. *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Da Historiografia à Memória Histórica. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

TREPA, Jose. *Eça de Queiroz visto pelos seus contemporâneos*, editado pela Lello & Irmão, em 1945.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *História da Universidade de Coimbra e suas relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892-1902.

_____. *História da Universidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

_____. *O ensino e a investigação de direito em Portugal e a faculdade de direito da universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, FACUDADE DE LETRAS. Faculdade de Letras. Centro de Estudos Portugueses. *Camões e Eça de Queiros: estudos de Camões e O Primo Basilio*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/Centro de Estudos Portugueses: Vigília, 1978.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri; Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.

VARES, Sidnei Ferreira de. Durkheim, o Caso Dreyfus e o republicanismo liberal na Terceira República francesa. *Contemporânea*, v.4, n. 2, p.481-505, Jul./Dez. 2014.

VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Volume 5: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.45-64.

_____. *Vintismo e radicalismo liberal: João Maria Soares de Castelo Branco*. Coimbra: Centro de História da Soc. E da Cult. da Universidade, 1981.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Lembrar e Esquecer: A memória de Portugal na cultura modernista brasileira*. Semear (PUCRJ). Rio de Janeiro: Ed. NAU, v. 1, n.5, p. 69-86, 2001.

_____. Eça de Queirós: um elo esquecido no modernismo brasileiro. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. vol. 3, Ano 3, n.4, p.1-19, 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4.ed. rev. Brasília: UnB, 1998.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Eça de Queiroz*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

VIEIRA, Benedicta Duque. *A Revolução de Setembro e a Discussão Constitucional de 1837*. Lisboa: Salamandra, 1987.

_____. *O problema político português das primeiras cortes liberais*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1992.

VILELA, Ana Luísa. *Poética do Corpo: Imaginário e representação física n'Os Maias, de Eça de Queirós*. Lisboa: Cosmos, 2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do Livro no Mundo Luso-Brasileiro sob as Luzes: Reformas, Censura e Contestações*. 2a ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

VINCENT, Andrew. Liberalismo. In: *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p.47-51.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WHITE, Hayden V. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.271-294.